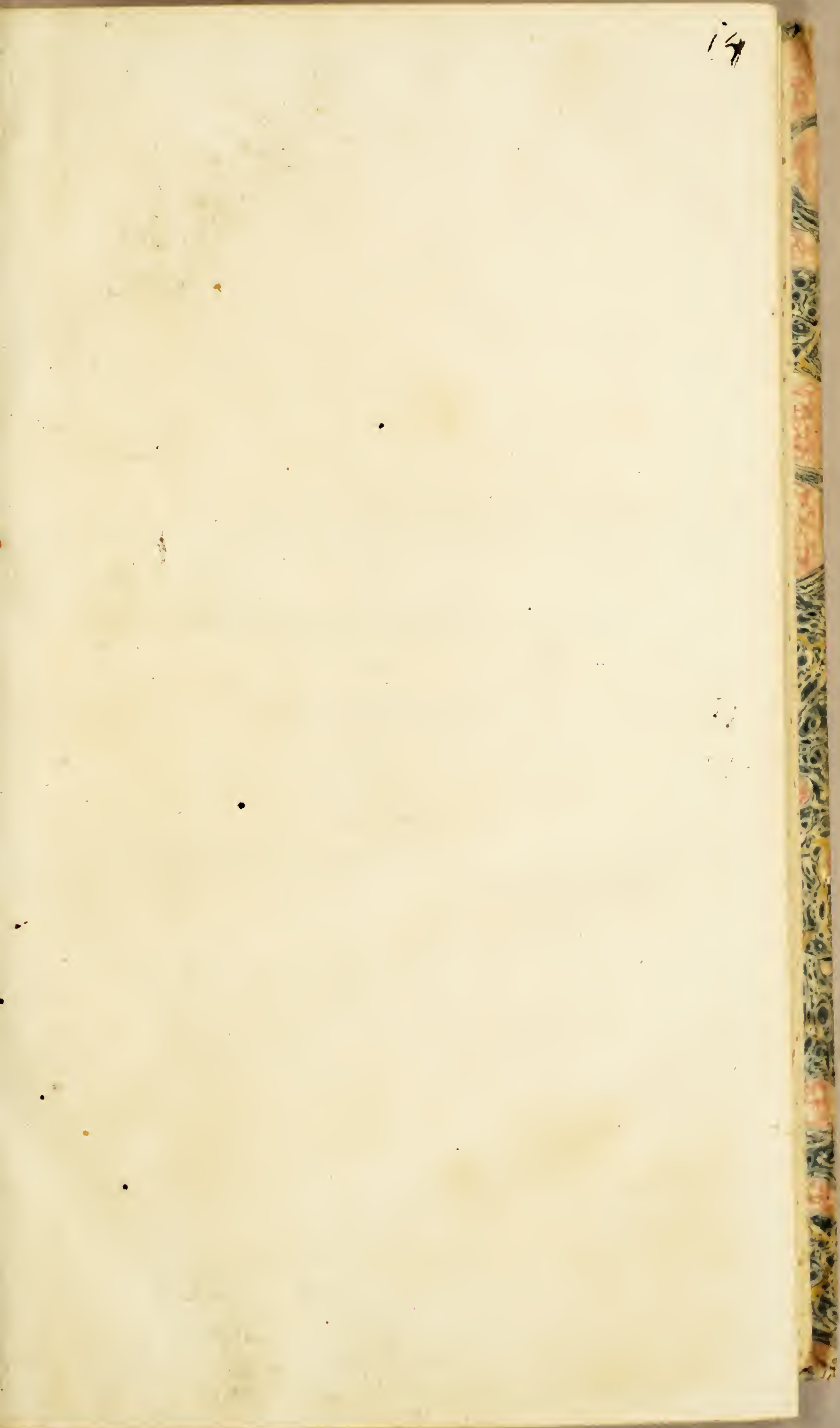
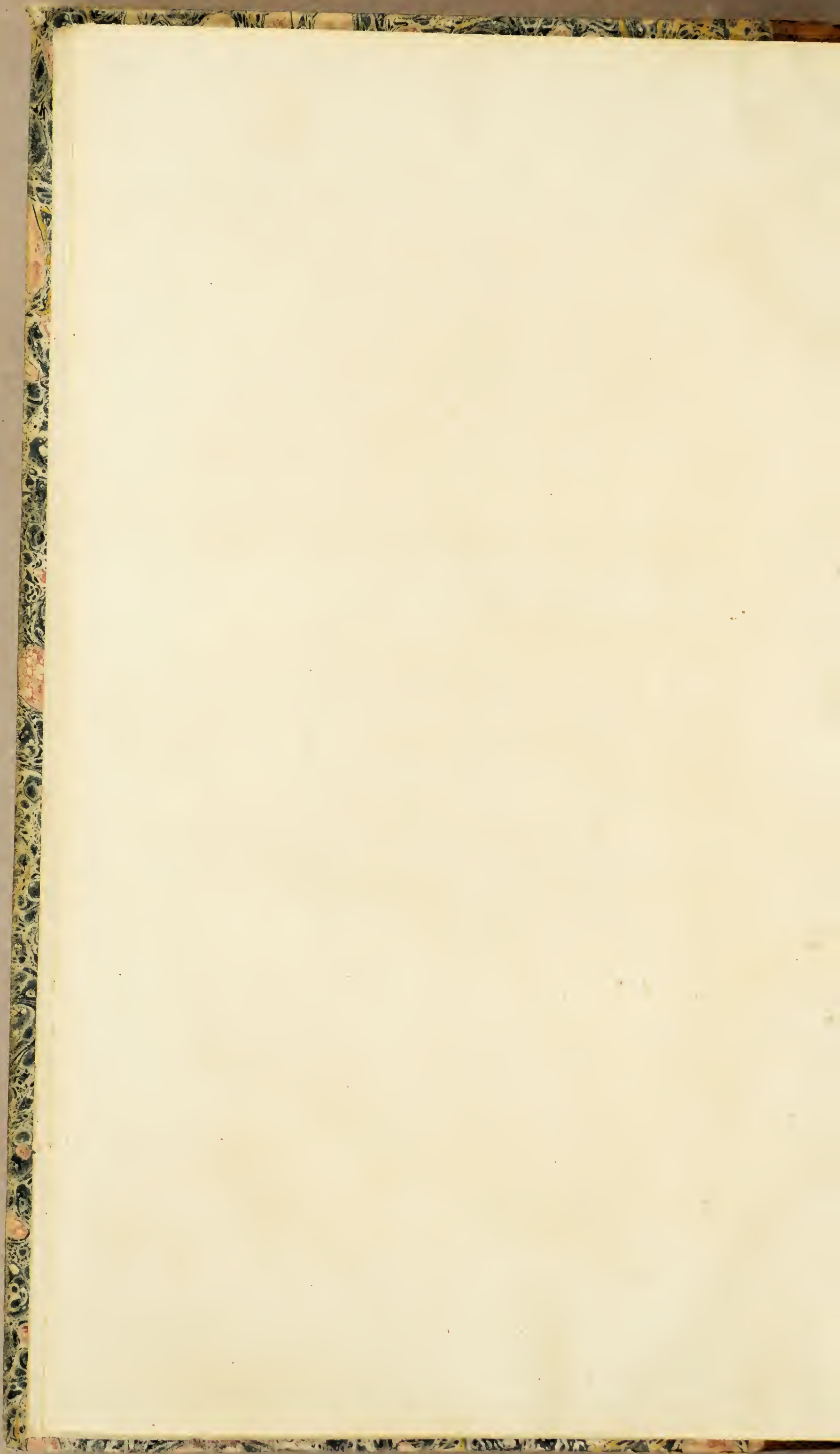


JOHN CARTER BROWN
LIBRARY

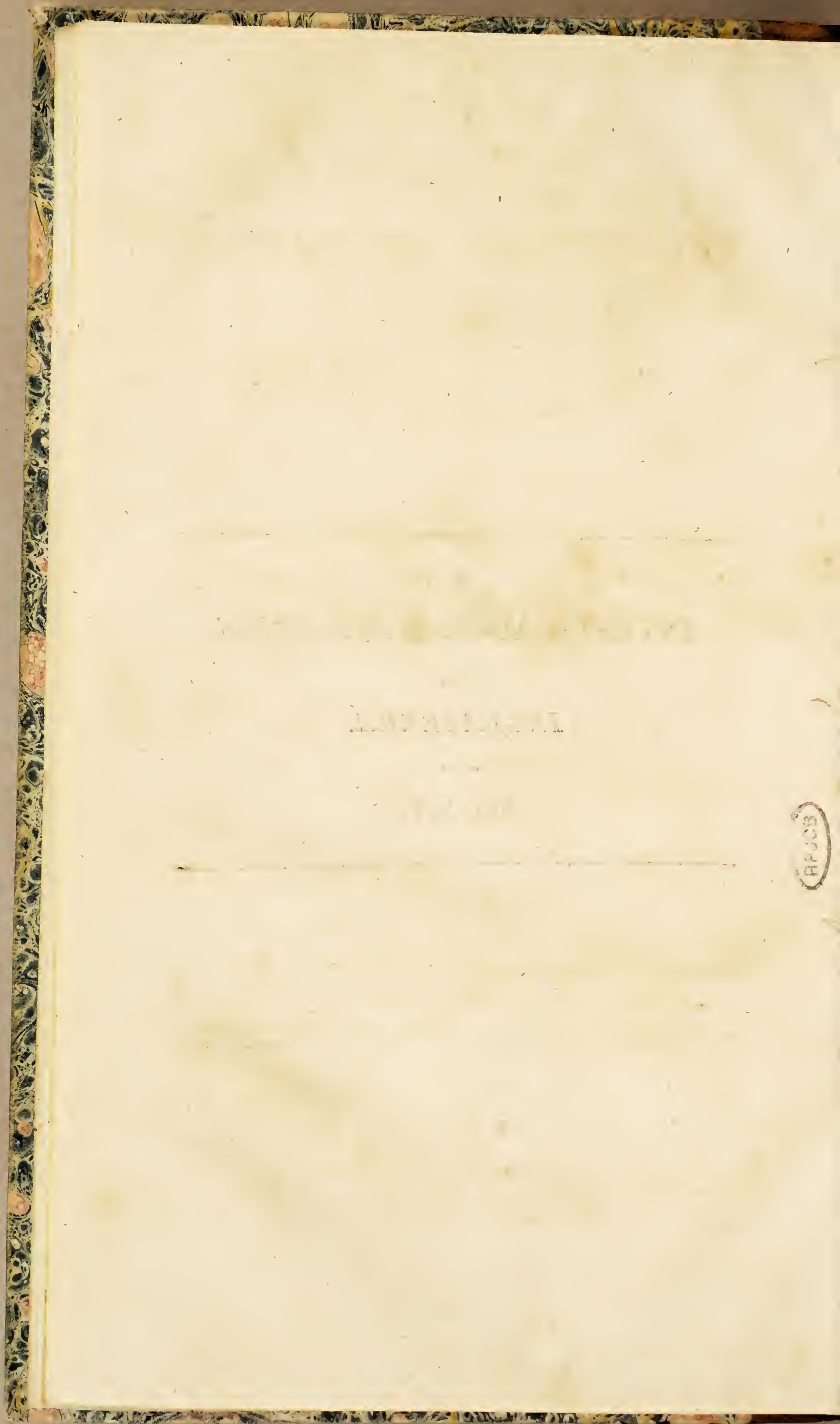
Purchased from the
Trust Fund of
Lathrop Colgate Harper
LITT. D.





O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM
INGLATERRA.

VOL. XIV.



O

Investigador Portuguez

EM

INGLATERRA,

OU

JORNAL

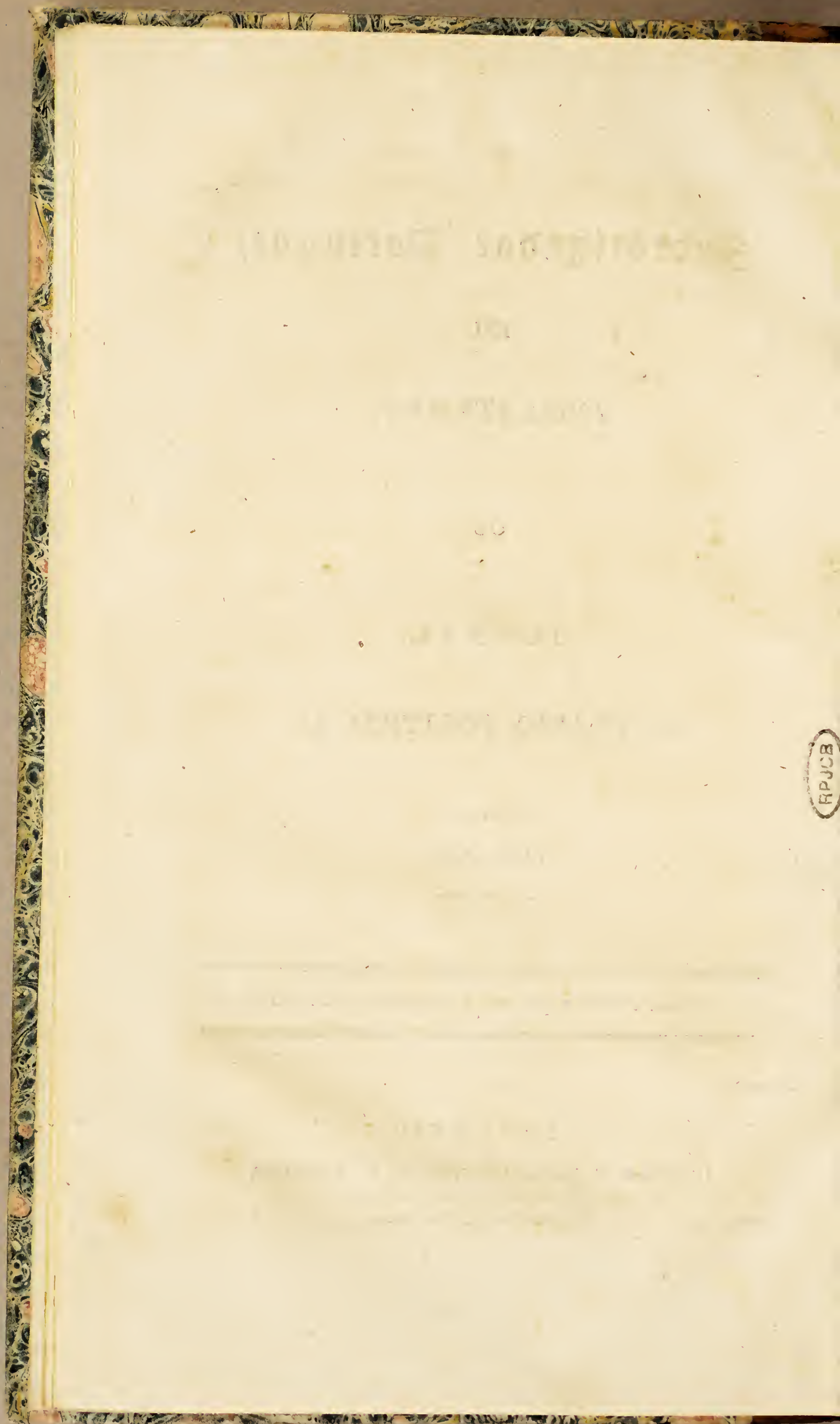
LITERARIO, POLITICO, &c.

~~~~~  
VOL. XIV.  
~~~~~

Condo et compono, que mox depromere possim.—HOR.

LONDRES:

IMPRESSO E PUBLICADO POR T. C. HANSARD,
Na Officina do Investigador Portuguez,
Peterboro'-court, Fleet-street.



O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM INGLATERRA,

OU
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

NOVEMBRO, 1815.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

*Extractos da Historia da Embaxada da Polonia em
1812, pelo Abbade de Pradt, feitos por M. de C. P.
de M., Official Portuguez, e remetidos aos Redac-
tores do Investigador P. em Inglaterra.*

ESTA pequena Obra, que se acaba de publicar em Paris, tem merecido huma aceitação universal não só pelo assumpto do que trata, porem pelo estilo picante com que está escripta. Assim como há seculos prodigiosamente famosos, que na vasta extensão, decorrida pelo tempo, servem como de balizas ao entendimento humano para ligar o passado com o futuro, e marcar grandes epochas; taõbem á frente destes seculos de maravilhas, de ordinario, apparecem certos homens de

VOL. XIV.

B

humã estrutura moral, por assim dizer, agigantada, que os marcaõ com caracteres indeleveis. Será pois sempre de summa utilidade conhecer as cauzas dos grandes successos que tem influido na sorte das naçoens e dos imperios, assim como as que tem feito a exaltação ou a desgraça desses homens extraordinarios que nellas figuraram; e quando este conhecimento nos vier pelos traços energicos de hum escriptor eminentemente habil, entãõ os quadros historicos deverãõ de certo tomar hum novo grão de vida, e dar-nos dobrada instrucção e interesse. O Abbade de Pradt achou, sem duvida, hum desses seculos, que hé o seculo em que vivemos; hum desses homens, que hé Napoleaõ Buonaparte; e elle hé hum desses escriptores, eminentemente habeis, capaz de os retratar.

Mas depois de termos feito a justiça que nós parece devida ao auctor desta Historia, cahiriamos de certo em grande falta se nos esquecessemos do illustre e literato compatriota que nos fez este presente. Longe da patria, porque tanto suspira, e arrojado pelos prodigiosos acontecimentos do seo seculo desde as margens do Tejo até para alem do Niemen, só ali poudes escapar-se ao naufragio, quase universal, por hum desses excessos de patriotismo e de energia, taõ vulgares em peitos Portuguezes. Agora constantemente voltado para essa mesma bella Patria, que nunca lhe sahio do coração, e aonde já despendeo fortuna e serviços para a sua tranquillidade e defeza, só espera, para poder entrar nella, que as portas lhe sejam abertas pelas generosas maons do seo Principe, empregando-se no em tanto em honra-la com a penna já que o não pode fazer com a espada. Oxalá pois, que em recompensa desta dadiva que nos fez, e que em tanto avaliamos, os seos dezej os se cumpraõ; e que restituído á sua familia, e á seos bens possa ainda hum dia accreditar o seo paiz com mais relevantes provas de esforço e saber! Taes são os agradecimentos que só lhe podemos dar!

Extractos do Snr. M. de C. P. de M.

M. de Pradt, Arcebispo de Malines, foi muitos annos Capelaõ-mor de Napoleaõ, seo familiar, e seo agente; mas hé certo, que em todo este tempo gozou sempre da estima publica, que tinha adquirido por suas

luzes e virtudes Christans. Muitas pessoas o criticam de escrever contra o seo antigo âmo; porem M. de Pradt prevenio isto mesmo, e se justifica á este respeito pela maneira seguinte:—

“ Esta obra devia publicar-se em hum epocha, que as circustancias somente podiaõ determinar. Eu neguei-a ás mais fortes sollicitaçoes dos meos amigos, á quem tinha lido algumas passagens della; porem os motivos da minha negativa já totalmente desapareceram.

“ Quando hum homem, depois de ter a primeira vez precipitado hum nação do cume do poder e da grandeza em hum abismo de desgraças, ainda não hesita em lança-la de novo em hum precipicio mil vezes mais profundo: quando, sem fazer cazo de seos contractos, nem da grandeza das pessoas com quem contractou, nem das consequencias terriveis que do seo procedimento podem resultar para hum povo inteiro, e que digo? até para toda a Europa; e em fim sem se embarçar com nenhuma das promessas solemnes que fez, este mesmo homem vem, como á hum theatro, e brincando, ver se pode tornar á representar o antigo papel que fôra obrigado á abandonar: quando sustentado por esta nova irrupção de extravagancia e de ambição, hum tal homem embriaga hum povo inteiro de furor, alienando as faculdades do seo espirito por meio dos mais odiosos sophismas; o faz servir de apoio á mais negra perfidia; o arrastra á morte e á destruição pelos caminhos do engano e da mentira; e o entrega nas maons dos inimigos, que attrahio sobre si de todas as partes do mundo, ao mesmo passo que o recurso ordinario da fugida protege o culpado contra os males que attrahio sobre as suas desgraçadas victimas:—então o tempo das indiscretas contemplaçoens desapareceo; os deveres mudaram de natureza; e não hé o autor de tantos males, porem as suas victimas, que cada hum de nós deve contemplar.

“ Napoleão attrahio duas vezes sobre a França, e até conduzio por duas vezes ao interior de Paris, a população armada da Europa: duas vezes esta terrivel irrupção, á que a França sobrevive como por milagre, foi o fructo de hum ambição que nada pode faltar; de huma desinquietação de espirito que não admite

repouso ; de huma presumpção, que nenhuma experiencia pode abater ; e de huma obstinação, que nenhuma representação pode vencer : duas vezes, finalmente, Napoleão déo á costa com o navio, de que se tinha feito piloto, sem lhe importar a sorte da tripulação, e só satisfeito com poder salvar-se em huma catraia dourada.

“ Napoleão nunca vio nos homens senão *projectis* para lançar contra seos inimigos. Elle os embarcava em seo navio como armas, que se abandonam no fim de hum combate. Mas muitos destes mesmos homens, tão desasizados como atrevidos, favoreceram o ultimo attentado de Napoleão contra a França e contra a Europa. Do Soberano da Ilha d’Elba, reconhecido pela Europa, pertenderam fazer o Soberano da França, depois de estar já repulsado pelo mundo todo. Huma infatuação, tão funesta como inexplicavel, se manifestou em seo favor desde huma até outra extremidade da França, fructo das paixoens e da cegueira : hé preciso portanto dissipa-la com o resplendor das luzes verdadeiras, e á vista dos quadros que ainda ninguem appresentou ao publico ; em huma palavra, com a clara exposição de toda essa serie de scenas, das quaes o prestigio theatral, que sempre envolveo quase toda a administração de Napoleão, nem se quer lhe deixou presumir a existencia.”

O Autor, que foi testemunha de todos os factos que menciona, e actor principal em algumas destas grandes scenas, diz ainda :—“ Que na sua opiniaõ de certo faltaria ao que julga necessario para o curativo de hum grande povo, se lhe occultasse por mais tempo o conhecimento de huma ordem de couzas, cuja publicação hé capaz de dissipar huma parte das illusoens e prejuizos, que fundaram o primeiro imperio de Napoleão em França, e que o protegeram no ensaio do segundo.” Taes são as principaes ideas que formão o seo primeiro prefacio ; e que chama *Advertencia*. Vejamos agora o que diz no segundo, porque a sua Obra tem dois.

“ Napoleão eclipsou-se da scena do mundo. A sua morte Real e Civil admite pois já todas as revelações, e o converteo em huma personagem historica, que taõbem já entrou no dominio da posteridade. O universo falla d’elle, e o accusa. Eu tomei sobre mim o

empenho de o explicar, o que, de certo, ainda hé mais difficil.

“ A’ vista de todos os bens de que Napoleão nos privou, e de todos os males á que déo origem, toda a gente tem direito de o amaldiçoar; porem, depois de tantos annos de huma cega admiracão e submissão bem poucas pessoas ficaram com o direito de o insultar . . . Hé bem singular, que o homem, que mais viveo em publico, que mais disse, e que mais fez, seja talvez o que menos se conhece.

“ Observei por muito tempo que o tomavam por hum homem sobrenatural, e que o povo o julgava como livre das precisoens da natureza, e superior aos outros homens por suas faculdades physicas e moraes. Passei dez annos junto da sua pessoa, observei-o com attenção, e notei sempre com pezar as distracçoens dos que o cercavam, o que vai ser de grande perda para a historia. Passavam, estando com elle, da distracção á cegueira, pois que mil vezes vi homens, alias de luzes que eu muito respeitava, sahirem do seo Concelho, aonde elle tinha despropositado cinco e seis horas consecutivas, prodigalizando os epithetos mais exaltados á superioridade do seo engenho. Hé huma couza bem extraordinaria, porem verdadeira, que em França, assim como nos paizes estrangeiros, ninguem fallava de Napoleão á sangue frio. A dominacção moral, que elle exerceo sobre a Europa e sobre a França, foi mesmo superior ao seo dominio politico. Nenhum homem, antes delle, tinha estabelecido hum igual imperio no espirito dos seos semelhantes. Nunca Roma fez jurar *per genium Caesaris*, como Napoleão fez jurar a Europa pelo seo.

“ A sorte quiz que eu presenceasse os tres acontecimentos decisivos da sua vida :—a guerra de Hespanha, os negócios do Papa, e a guerra da Russia.

“ A guerra da Russia, este acontecimento, que servio de baze ao muro de separação que se levantou entre o mundo dos ultimos vinte e cinco annos e o mundo que começa, pareceo-me que era de grande interesse para a historia, e não me atrevi á negar-lhe o tributo dos conhecimentos que bebi mesmo na fonte desta grande mudança. Hé tempo que a França e a Europa saibão em fim como foraõ derigidos os seos

negocios, e como poudes acabar esse Colosso, que as fazia tremer. Para isto, será bom trazer frequentes vezes Napoleão á scena; e mostra-lo hei retratado por suas proprias maons, que hé sempre o melhor.

“ Quanto ao seo caracter não há que acrescentar depois da profunda expressão do individuo que dice— ‘ que no tempo delle a revolução se tinha feito homem.’

“ Quanto ao seo engenho, isto hé ao que chamavam *son génie*, nada houve tão celebrado nem tão vilipendiado. Para huns, erá a immensidade; para outros, zero; para estes, sublime; para aquelles, ridiculo. Hoje mesmo, que o meteóro desapareceo, nem por isso estão mais de accordo: tanto hé raro, que o sangue frio, que a avaliação dos tempos, das circumstancias, e dos meios guie o homem em sua estimativa!

“ Hé bem certo, que hum pezo immenso não podia ter opprimido o mundo, se não tivesse em si mesmo huma certa gravidade especifica; que não podia trilhar a carreira militar a mais brilhante, quem fosse destituido de todas as qualidades que constituem hum grande Capitaõ; e que não podia conceber, executar, e proseguir com huma constancia incomprehensivel obras prodigiosas, quem não possuísse algumas dessas qualidades que constituem o *homem de Estado* de primeira ordem.

“ E com tudo isso, desgraças nunca experimentadas no universo; hum odio sem igual, excitado em todo elle; a perda de huma posição, á que nenhum outro homem tinha ainda chegado, precedida de huma serie de erros, que excedem em grandeza e em obstinação todos os que tem cauzado a queda de outro qualquer chefe de nação; e hum final desesperado por sua baixeza, mais vergonhoso ainda para o universo que lhe tributou adorações que para o homem que as recebeo; tal hé o problema, que appresenta huma carreira entre os vãos mais elevados e as quedas mais profundas; entre a grandeza mais brilhante e a baixeza mais abjecta; finalmente, entre os extremos da habilidade e os da impericia.

“ O talento de Napoleão erá vasto, porem á maneira dos Orientaes. Por huma tendencia natural voltava sempre para o Oriente, por pouco que o pozessem,

nessa direcção; mas por huma disposição contradictoria cahia, como por effeito do seo proprio pezo, em miudezas, que poderíamos chamar vis. Este seo talento erá como a sua bolça, da qual a magnificencia tinha hum cordão, e a mesquinheza o outro. O seo genio, feito ao mesmo tempo para a grande scena do mundo, e para os theatrinhos de feira, representava hum Manto Real, posto sobre hum vestido de Arlequino. Erá o homem dos extremos; homem, que tendo ordenado aos Alpes, que se abaixassem; ao Simplon, que se aplanasse; e ao Mar, que se chegasse, ou se arredasse das suas antigas praias; acabou por se hir entregar espontaneamente á hum cruzador Inglez.

“ Dotado de huma sagacidade admiravel—infinita; de hum engenho brilhante; colhendo, e até creando em qualquer questão relações inperceptiveis ou novas; fértil em imagens vivas, pittorescas, e em expressoens animadas, porem mais penetrantes mesmo pela incorrecção da sua lingoagem, sempre hum pouco manchada de huma certa *estrangeirice*: Sophista e subtil, excessivamente movel, posto que mathematico insigne, elle nunca argumentava fora do terreno que tinha escolhido, e diffundia nelle ou o erro ou a verdade com a rectidão de hum geometra. Deste modo, os seos erros deviaõ chegar ao infinito; e posto que enganasse muito, erá ainda mais vezes enganado que enganador. Daqui procedeo a aversão que elle tinha á verdade; com tudo nunca a repelia como verdade demonstrada, e só o fazia ou por que a olhava como tolice, ou como incompativel com aquillo que lhe parecia ser a verdade. Nelle a illusão dominava ainda mais do que a mentira; e por isso não repelia os homens como opposcentes, mas como imbecis; e daqui taõbem provinham as expressoens de desdem e desprezo, que á cada passo lhe corriam da boca: tinha, por assim dizer, creado para si huma regra de optica differente da dos outros homens. Agora, se ajuntarmos á estas disposições a corrupção, filha do orgulho, da embriaguez dos successos, do habito de beber em huma taça encantada, e de se embriagar com todo o incenso do universo; entãõ só poderemos explicar o character do homem que, unindo em suas extravagancias quanto há de mais elevado e de mais vil entre

os mortaes ; e quanto há de mais magestoso na Sobe-
rania, de mais pronto nas determinações, com o que
há de mais baixo e de mais cobarde, até nos grandes
attentados, em que os crimes sordidos corriam á par
dos desentronisamentos ; por fim de tudo, se nos ap-
presenta como huma especie de *Jupiter Scapin*, que
ainda não tinha apparecido na grande scena do
mundo.

“ Napoleão érá hum louco, mas não com essa
especie de loucura que ataca as faculdades mentaes,
porem por effeito dessa desordem de ideas, que procede
da lisonja repetida, e da exaggeração que tudo des-
figura, que manda sempre sem calcular, e que des-
pende sempre sem contar : por esta forma, affeito á
vencer toda a sorte de obstaculos ; acabou por se per-
suadir que sempre os havia de vencer, ou que, pelo
menos, nunca mais os tornaria á encontrar. A facili-
dade que Napoleão achou sempre em ser obedecido, á
final o persuadio, que o seo unico officio érá—mandar,
e o do mundo tudo,—obedecer-lhe : todo o papel, em
fim, que elle representava, chegou á reduzir-se á huma
formula mui simplez,—ordenar, e encarregar seos Mi-
nistros de executar.

“ Tal érá a loucura de Napoleão, de que julgo poder
marcar os grãos e a época depois da batalha de Wa-
gram, e do seo casamento : época, em que a sua razão
cessando de o guiar, e talvez de já lhe parecer neces-
saria, elle se entregou sem freio á todos esses excessos
que desorganisaram tudo em França, e acabaram por
perde-lo.

“ A serie dos factos me conduzio á mostrar hum
especie de character até agora desconhecido entre a
nação Franceza, isto hé,—o de hum homem que, por
huma simplez ordem, por hum interesse politico, do
mais suave dos humanos, passava de repente á ser hum
monstro, commetendo e desculpando todos os crimes, e
mostrando assim reunidos em a mesma pessoa o pay-
terno, o esposo affectuoso e fiel, o amigo generoso, e o
âmo humano, com a existencia de outro como novo
individuo ferés, que desde que se tratava de politica
caminhava desentreado por todo o vasto campo da
abominação e atrocidades. Contraste horrivel, blas-
phemia, por assim dizer, personalisada contra a Divin-

dade! Como se ella houvesse formado a alma de duas partes contradictorias! Como se o que hé prohibido pela Moral, podesse ser permittido pela Politica!"

O Abbade de Pradt lamenta ver-se obrigado á nomear alguns individuos, o que com effeito faz em pequeno numero, e depois das seguintes reflexoens:—

“Todo o que goza dos proveitos da vida publica incorre nos perigos da historia. Estes homens haviaõ, sem duvida, aceitar os meos louvores, assim devem taõbem attirar os meos queixumes. Alem de que, merecem por ventura tantas contemplaçoens homens, que nenhuma tiveram com a honra da sua patria? Hé logo por esta razãõ, que cada hum dos membros della tem direito á crimina-los. Qualquer individuo pode mui bem tratar da honra de sua pessoa, como o julgar e quizer; porem da honra da sua nação qual hé o homem que tem direito de dispor? Não perturbemos com tudo as cinzas da honra Franceza! Mas, pelo menos, hé justo e até hé necessario, que diante do tribunal da nação e da posteridade sejaõ citados todos aquelles que, por interesses de vaidade ou de fortuna, por baixeza de sentimentos ou de espirito, lhe abriram a sepultura. Que todo o Francez, se hé possivel, se converta pois em hum Tacito, e denuncie e retrate estes Sejanos modernos! Quem poderá queixar-se, ou dizer mal desta resolução? Há porem, ainda assim, huma differença entre os Narcisos de Roma e os de Paris! Os primeiros não attrahiram duas vezes os Parthos á Roma: os segundos, duas vezes, ao coração de França trouxeram a Europa: a grandeza do imperio de Roma nada soffreo com o abuzo que do seo credito aquelles Romanos fizeram: a França perdeu suas conquistas e sua existencia politica pelo conloio dos Libertos de Napoleão!

“Francezes, e vós todos, que lerdes este escripto, aprendei delle duas liçoens: a primeira, que a queda de Napoleão, precipitado do Céu como Phaetonte, depois de ter abrazado o mundo, ensina aos ambiciosos á não aspirarem á guiar o carro do Sol; e aos que não hesitam de entregar as redeas dos seus furiosos cavallos ao primeiro aventureiro, faz ver, que estes se não deixam governar se não pelo Pay das Luzes, unico Soberano legitimo nos Ceos: a segunda, ensina igual-

mente, que os homens devem ter toda a cautela, pelo seu proprio interesse, de não franquearem aos chefes das nações os caminhos do crime, dando-lhes assim hum direito para que elles depois os desprezem. Porque, se os excessos de Napoleão foram immensos, não lhe derao taõbem o direito para que á seus olhos se disfarçasse huma grande parte da sua fealdade, fazendo-lhe ver por huma cega e estúpida obediencia quanto há de mais baixo e mais vil em toda a natureza humana?

“Napoleão não se teria, sim, arrojado á tanto se tivesse encontrado mais vezes a barreira, sempre impenetravel, da virtude e da moral. Teria respeitado á quem visse que sabia respeitar-se á si mesmo; e teria posto hum termo á seus desvarios, se a humilde, e imperturbavel paciencia dos escravos o não tivesse convencido de que não precisava pôr-lhe limites. A minha propria experiencia me ensinou, que elle sabia avaliar a dignidade individual; e que nunca voltava á arrostar-se com os escolhos de qualquer justo resentimento, que tivesse encontrado depois de huma affronta pessoal.”

(Não temos por hora recebido a continuação destes importantes Extractos; mas parece que os poderemos continuar em o No. seguinte, por nos estarem já prometidos pelo auctor, que se acha actualmente fora de Inglaterra.)

Descripção do estado em que ficavam os Negocios de Mossambique nos fins de Novembro de 1789, &c. Escripta em 1790, por Jeronimo Joze Nogueira de Andrade.

(Continuada da pag. 505, do No. LII.)

Do Commercio dos Francezes na Ilha de Mossambique.

Este commercio dos Francezes em Mossambique tem sido prohibido por muitas e reiteradas ordens de S. M.; e á pezar dellas tem aquelles generaes tomado á si o consentirem a entrada de todos quantos navios Francezes ali tem apportado. Elles tem facultado o commercio á que elles se destinavam, e ainda se des-

tinam, cujo commercio consiste unicamente na compra de escravaturas, pois que tudo o mais são bagatellas de pouca entidade.

Houve generaes, que permitiram a entrada destes navios, com capeações de vestorias, termos de arribada, e outras fantasticas imposturas para lhes servirem de desculpa ás mesmas culpas que cometião na desobediencia ás ordens de S. M., e ás conveniencias proprias que elles fazião, sem de modo algum aproveitarem nas rendas da subsistencia do Estado.

Houve outros generaes, que se aproveitaram á si, e aproveitaram taõbem ao Estado e á Fazenda de S. M. De todo o referido tem dado contas os mesmos generaes; eu farèi logo transcrever a copia de huma carta e conta do General Pedro de Saldanha, que hé a mais pura e verdadeira informação destes factos; e por isso mesmo bem podia dispensar-me das minhas observações: porem como aquella carta foi escripta em annos antecedentes, devo agora fallar do estado actual para (seja-me licito assim dizer) rebater as queixas que, injusta, imprudente, e ignorantemente, tem formado alguns negociantes contra o commercio dos Francezes em Mossambique, attribuindo á este mesmo commercio a decadencia do commercio Portuguez nesta Africa.

Pela dita copia, que vai transcripta no fim deste discurso, se verá como os ditos Francezes se faziam prejudiciaes, entrando nas Ilhas de Cabo Delgado e nos outros portos da capitania; e como se faziam uteis e utilissimos, entrando só na Capital e Ilha de Mossambique com as condicoes apontadas naquella dita carta. Agora porem já cessaram todas, ou a maior parte das causas que faziam prejudicial aquelle commercio Francez, como vou demonstrar:—

1º. Cessaram os donativos que elles faziam aos generaes, porque este general nada recebe delles.

2º. Não vão aos portos das capitancias subordinadas, nem ás Ilhas de Cabo Delgado.

3º. Pagam 2 por cento de direito de entrada das patacas, que nunca dantes haviaõ pago.

4º. Pagam agora direitos de sahida, de exportação dos escravos, e direitos dobrados daquelles que pagam os commerciantes Portuguezes; direitos uteis, que

fazem avultado monte nos rendimentos de alfandega em socorro daquelle decadente Estado.

Agora vamos á questão principal, e pergunto á mim mesmo—Quaes são os prejuizos, que se dizem cauzaõ os Francezes em Mossambique ao commercio Portuguez? Eu respondo, que nenhuns: porem os negociantes dizem e queixaõ-se, que elles cauzaõ os seguintes; e por isso mesmo que os quero combater, vou transcreve-los.

1. Que os navios Francezes levam fazendas com que augmentam o luxo naquella colonia; daõ sahida ás manufacturas e fazendas estrangeiras em prejuizo das Portuguezas; e que por isso mesmo levaõ os escravos á troco de bagatellas insignificantes.

Respondo, e nego que assim seja; pois todas as fazendas, que elles levam, não passam daquillo que os Francezes chamam—“pacotilho dos officiaes”—que são bagatellas de pouca entidade, e algum vinho; porem o seo fundo, e o forte das suas carregaçoes hé em patacas Hespanholas.

2. Que estes escravos, que os Francezes levam, são outros tantos braços uteis que se tiram daquella colonia, e que poderiam hir para a Asia Portugueza, ou para as nossas colonias.

Respondo e digo, que elles não prestariam em beneficio da agricultura de Mossambique, tanto por que estes Caffres, ficando na terra, fugiriam logo para o sertão, de donde sahiram, o que bem mostra a diaria experiencia; como porque nem por isso faltam escravos aos moradores de Mossambique, se elles quizerem trabalhar em rotear as terras.

Quanto ao outro projecto de hirem para a Asia, tenho a resposta em poucas palavras, e digo:—que em perto de oito annos, que ali estive, não vi que os navios da Asia fizessem essas grandes carregaçoes; pois que o navio de Goa carrega de 100 á 150 escravos, dos quaes o maior numero hé do capitão e officiaes do navio, e o resto hé dos mesmos moradores de Mossambique, que fazem presente delles aos seos parentes e amigos.—Para Diu hiraõ de 40 á 60; e para Damaõ, de 20 á 30: e ainda melhor seria se não fosse nenhum, pois o maior numero destes miseraveis vai parar na

escravidão desses gentios e mouros d'Asia, e viver nos erros da religião de seos Senhores.—Veja-se aqui a extracção da escravatura de Mossambique feita pelos nossos cemmmerciantes d'Asia, e note-se:—

A costa de Mossambique lança de si de 4 á 5 mil e mais escravos por anno: os Portuguezes nunca tiraram mais de 500 até 600 escravos, ainda naquelles tempos, em que não havia concorrência de Francezes. Ora agora veja-se com que razão se queixam estes negociantes. Eu continuo:—

3. Dizem os ditos negociantes, que os Francezes introduzem muitas fazendas, e que por isso nada, ou pouco, se vende das carregações que vão da India para Mossambique. Dizem, que peor ainda acontece aos navios do reino, que fazem escalla em Mossambique; e que por isso são gravemente prejudicados.

Respondo com a mesma falsidade da arguição; pois que os navios ou barcos da India vendem em Mossambique tudo quanto levam começando por sêdas, as peiores da China, e acabando em fato vilissimo, e falsificado nas qualidades e medidas; peixe podre, máo azeite, pessima manteiga, muitos pimentos, e outros generos de pessima extracção e qualidade. Ainda digo mais, e digo a verdade, quando certifico, que antes desta relaxação na entrada dos Francezes, vinha ali somente hum barco de Goá, outro de Diu, e hum pequena sumaca de Damaõ: actualmente vão tres barcos de Diu, e dous outros de Damaõ. Tomára agora que me dicessem donde procede este augmento de commercio Asiatico para Mossambique, pois que se sabe e vê, que os generos da exportação de Mossambique consistem em marfim, oiro, e escravos? Os primeiros dois generos tem decahido em exportação: o terceiro hé pouco exportado pelos nossos negociantes, como tenho mostrado. Graças pois aos Francezes, que tem augmentado o commercio da Asia para Mossambique. E por que? Eu o digo: porque fizeram subir a importação do fato necessario para a compra dos escravos, e augmentaram ainda outro genero de exportação, que são as patacas. E que tiram os Francezes de Mossambique? Eu o digo: tiram o refugo dos escravos dos moradores de Mossambique, e tiram outros escravos, que os mesmos negociantes d'Asia

naõ querem comprar, tendo á seo favor a preferencia dos nacionaes, e a metáde dos direitos que os Francezes pagam.

Do mesmo modo discorro á respeito do que dizem os capitaens, sobrecargas, e negociantes de Lisboa á respeito de venderem pouco em Mossambique. Na verdade quizera poder fallar com toda a liberdade á este respeito; porem resumo-me á dizer, que remontem estes negociantes do anno de 1740 até 1770, e combinem o commercio que entaõ faziaõ com o que agora fazem, e veraõ que passavam dois annos sem tocar hum navio em Mossambique, porque tudo o que até ali se vendia naõ compensava os trabalhos, os perigos, e os gastos da escalla. Agora vaõ tres e quatro navios em cada hum anno; todos vendem muito, e todos levam patacas em pagamento. Graças pois aos Francezes, que tem dado estas patacas, e que tem sustentado aquella colonia, abundando-a de patacas, e fazendo-se huma diminuicaõ de numerario nas suas praças de Bourdeaux, Nantes, Marseille, e Rochelle, aonde a pataca Hespanhola, que entre nós vale ao Cambio de 760 até 765, vale nas ditas praças á razãõ de 960 até 10 tostoens.

Suspendo aqui as minhas observações, por isso mesmo que ainda vou transcrever a miuda conta dada pelo General Pedro de Saldanha, que trata largamente deste commercio Francez; e aponta as providencias com que elle se fará inteiramente util e prestativo. Porem receio que os Francezes larguem maõ desta empresa, pois que tenho sciencia certa de que já poucos negociantes armaram este anno para a costa Oriental da Africa, por causa dos prejuizos que tem experimentado nestes armamentos, quando alias fizeram armamentos em chusma para a costa de Angola; o que tudo sei porque estive em Bourdeaux, e vi os annuncios dos papeis publicos á este respeito. Concluo pois com dizer, que ainda me parece nos fazem muito favor estes Francezes em hirem á Mossambique commerciar entre nós, e naõ vagarem e infestarem toda aquella costa aberta de portos, que saõ independentes, e aonde poderiam introduzir muitas fazendas, e fazer-nos muitos outros damnos irremediaveis, visto que naõ há ali huma guarda-costa que vigie aquelles portos, e

ponham algum respeito aos regulos Caffres e Mouros que os governam.

Copia da Carta do General Pedro de Saldanha.

“ Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Snr.—Já em outra carta, que escrevi á V. E. em Agosto do anno passado, dei conta de que na occasião da minha chegada á este porto achei nelle tres navios Francezes que estavam fazendo nelle commercio de escravatura, tendo entrado com pretextos apparentes d’agoa aberta, mastaréos quebrados, e outros semilhantes falsos e por tal conhecidos, porem tolerados para ser desculpavel a falta de observancia das ordens de S. M., que prohibem a entrada destes navios. Poucos dias depois da minha posse fundiou na barra outro navio da mesma nação, com sinal de agoa aberta na forma do costume. Mandeí á seo bordo o Sargento Mor d’infantaria João Camillo Freire, para que vendo a precisão que obrigava aquelle navio á fazer aquelle sinal, e á vir á este porto, me informasse de tudo o que podesse averiguar. Foi, e com effeito achou rombo no navio por onde fazia bastante agoa; porem conhecendo muito bem que este rombo havia sido aberto de proposito naquelle instante, e que com pouco trabalho podia tapar-se. Logo que recebi esta parte, mandei ordem ao capitão do navio para que levantasse anchora e seguisse a viagem do seo destino; e que se precisasse concertar o rombo (que elle mesmo abrira), lhe mandaria fazer o concerto; porem que ficasse na certeza de que não havia de fazer commercio algum neste porto.

“ Mandou-me pedir licença para o sobrecarga do seo navio me fazer requerimento pessoalmente. Concedi-lha, e chegando á minha presença propos-me, que o seo capitão tinha aberto aquelle rombo na forma do costume, pois assim o queriam os governadores, meos antecessores; mas que a verdade era que elle vinha de proposito destinado e despachado pelo seo General de Mauricias para esta porto com commissão para comprar escravos para o serviço dos navios da Armada Asiatica d’El Rey Christianissimo, e que vinha na boa fé de ser bem recebido não só aquelle, mas outros dois navios que não tardariaõ muitos dias á chegar. Que o

Governador e Capitão-general Joze de Vasconcellos tinha concedido ao seo General da Ilha de França estas viagens, e que o Governador interino Vicente Caetano da Maia tinha prometido o mesmo acolhimento: que se elles sahissessem naquella conjuncção não podiam tornar se não á Bahia de Lourenço Marques por cauza das correntes, ou hir buscar a volta da Ilha de S. Lourenço para tornar ás Mauricias, de que se lhes seguia hum gravissimo prejuizo: e em conclusão de tudo, protestava pelos damnos cauzados no seo navio e nos outros dois que vinham igualmente na mesma boa fé, e á seo cargo, para os carregar pelo consentimento dos dois governadores meos antecessores. Com esta proposta me pedio resolvesse o que me parecesse justo; e que quando eu não quizesse assentir á ella, concedendo-lhe a licença para entrar e carregar os ditos navios, me pedia ao menos lhe mandasse passar certidão que elle tinha feito aquellas diligencias, pois com a dita certidão queria dar conta de si ao seo general, de quem me apresentou carta de Commissario, não só para o dito effeito, mas taõbem para ficar nesta ilha como agente da sua nação, e correr com as despesas aos navios Francezes que aqui houvessem de arribar. Estas razoes me fizeram de necessidade tomar sobre mim huma resolução interina, que supposto se encontra de algum modo com as ordens de S. M., creio me não será desapprovada pelo que vou expor á V. Exa., sendo certo que á tudo isto me deliberei, contemplando o bem do serviço da mesma Senhora, o de Sua Real Fazenda, o bem commum destes colonos, e o socego deste Estado.

“Mandei que aquelle navio entrasse, sem proceder á fantastica vistoria do costume, e que com os outros, no cazo que viessem, se praticasse o mesmo. Depois chamei alguns commerciantes desta praça, e propuz-lhes se queriam carregar navios com escravatura para as ditas Ilhas de França: animei-os, e expus-lhes os interesses que poderiam ter nesta negociação. Achei somente quatro que aceitaram a minha proposta, e lhes fiz logo pôr hum navio a carga; e completando-se esta em menos de dois mezes com quatro centos escravos, mandei despachar o navio para a predita ilha, e escrevi ao general a carta, cuja copia remetto

com esta, assim como a resposta que tive do dito general.

“ Desta resolução, que tomei, se seguem as utilidades seguintes: 1^a. Que se evitará a entrada de hum maior numero de navios Francezes neste porto, cumprindo-se melhor o que S. M. determina, e que até agora se não executou: 2^a. Que ficando em boa harmonia com o general, Governador da Ilha de França, evito as desordens que os carregadores Francezes costumam fazer por esta costa, vindo á introduzir por estes pequenos portos arinas, polvora e balla, aos Caffres nossos inimigos, á trôco de escravos: 3^a. Que sendo indispensavelmente preciso nesta colonia dar extracção á estas escravaturas, não obstante a lei de 14 de Outubro de 1751, pois quantos forem os escravos vendidos tantos são os inimigos que se nos diminuem, não cessa a dita extracção com esta providencia: 4^a. Que desta negociação provem lucros interessantes aos negociantes vassallos de S. M., supposto que taõbem me consta entraõ alguns Francezes; mas devo dissimular isto, por quanto os nossos são poucos e com pouquissimas forças para sustentarem este commercio sem a concorrência daquelles que taõbem são seos procuradores e correspondentes: 5^a. Que estes navios são tripulados com capitaens, pilotos, e marinheiros, vassallos de S. M.: 6^a. Que na alfandega não faltam estes direitos que se pagam destes escravos, os quaes fariam grande abatimento nas suas rendas se de todo se sustasse este ramo de commercio, como logo farei ver á V. Exa.: 7^a. Que as patacas, com que este commercio se faz, e que são as que giram no commercio daqui para a Asia, e as com que ali se compram a maior parte das fazendas do commercio destes portos, pagam taõbem direitos quando sahem; e assim evitei duas faltas consideraveis, a primeira, nos direitos dos escravos; a segunda, nos direitos destas patacas.

“ Muitas outras utilidades se tiram desta minha providencia interina; porem todas ellas são utilidades interinas, e pouco persistentes, porque poucos annos podem durar, assim como a mesma providencia.

“ Devo dizer á V. Exa. que os Francezes não podem passar sem comprar muitos escravos, que lhes são precisos para o serviço dos navios, para a cultura das

terras, para as fabricas, e outros traficos que tem nas Ilhas Mauricias e Bourbon, cujos escravos so podem comprar nesta costa ou na Ilha de S. Lourenço. Estes ultimos são bravissimos, pouco domaveis, e custosos de sugeitar ao trabalho, e á miseravel escravidão, por isso os Francezes não os querem. Os primeiros, que são os moços desta costa, são faceis de sugeitar ao captiveiro, pois já nas suas terras nascem captivos; e estes são os que os Francezes querem, e não he compra-los ou toma-los infallivelmente quer á nós, quer aos nossos inimigos.

“Agora permita-me V. Exa. que eu faça huma proposta: Será melhor que não entrem os navios Francezes em Mossambique, aonde deixam patacas que depois pagam direitos, que trazem mantimentos, e levam Caffres mãos ou inimigos, de que taõbem pagam direitos; ou será melhor, que elles aqui não venham fazer este proveitozo commercio, e vão espalhar-se por toda esta costa franca de portos como são, Quizungo, aonde podem entrar náos de guerra; Anjoane, Angoche, Moma, e infinitos outros, os quaes todos são habitados por Caffres ou Mouros que não são vassallos de S. M., e que nos estão cercando e tratando ou com simulada amisade, por conveniencia sua, ou como inimigos que quaze todos os mezes nós estão obrigando a pegar em armas?

“Já disse que os Francezes podem muito bem entrar nos ditos portos e fazerem o mesmo commercio que aqui fazem; e sendo assim, perde S. M. os direitos destes escravos, introduzem ali armas, polvora e balla, e outras fazendas; e dando fogo aos nossos inimigos para nos abraçarem, podem separa-los do commercio que com nosso fazem, introduzindo-lhes fazendas muito mais baratas de que nós lhes damos, e resultando daqui duas perdas:—a do commercio, e a dos direitos que pagam as fazendas deste mesmo commercio na sua importação e exportação.

“Esta mesma proposta será, creio, decedida em favor da entrada dos Francezes sómente no porto desta capital, e vedada em todos os outros portos das capitánias subordinadas, muito particularmente nas Ilhas de Cabo Delgado. Este hé o meo parecer que anticipo antes de se me pedir, por julgar que esta hé huma

das prontas providencias com que S. M. deve acudir á este estado. Fallo em se lhes vedarem principalmente as Ilhas de Cabo Delgado, porque ali nunca pagaram direitos, entrando cada anno quatro até cinco navios. Ali tem introduzido armas, polvora, balla, fazendas de contrabando, e tem feito o mais lastimozo estrago no commercio desta colonia, com a introducção de fazendas por a metade do preço que aqui valem, o que podiam bem fazer, pois não pagavam direitos dellas, e só pagavam huma especie de tributo grande não para S. M., mas para o governador. Este tributo tanto se pagava nas ditas ilhas como nesta capital: Eu digo como isto se fazia.

“Chegava o navio Francez, hia logo hum confidente do governador á seo bordo, e ordenava ao capitão levantasse anchora e não entrasse no porto, porque o seo governador não podia consenti-lo á commerciar por lhe ser prohibido pelas ordens de S. M. O capitão, que já sabia o modo de modificar estas ordens, fazia voltar este confidente com mil equinhentos, dois mil, ou tres mil crusados, conforme o lote maior ou menor do navio, e com elles entregava taõbem hum traste de valor e estimação, pedindo com a civilidade Franceza mil perdoens da pequenez da offerta, e protestando que se entrasse faria os seos deveres em recompensa do beneficio que esperava receber.—Chegava o confidente com a esportula, aceitava-a o governador, para não parecer grosseiro, e despedia logo ordem para que entrasse o dito navio. Em seguimento desta hia outra ordem ao Provedor da Fazenda e sua mes-trança para huma exacta vistoria; fazia-se a dita vistoria; e como o capitão sabia comportar-se bem com o Provedor, vinha hum termo com juramento de que estava com agua aberta, e se fosse preciso, até diriaõ e jurariam que já estava sobmergido, não obstante a sua patente existencia sobre as agoas. Seguia-se logo licença para commerciar, despejavaõ-se de noite contrabandos, polvora, &c.; e finalmente pagava o capitão 6,400 reis por cada escravo que carregava. Ainda não satisfeitos com isto, os governadores uzavam ás vezes de outro stratagema, que era, mandaram ordem ao capitão do navio que sahisse para fora, pois já devia ter feito a sua carga, e não podia elle governador

consenti-lo mais tempo. O pobre capitão, que estava no meio da sua carregação, e que haveriaõ quinze dias tinha principiado, apertava as mãos na cabeça e blasphemava contra a injustiça do governador; mas pegando outra vez no sacco das patacas, vinha politicamente offerecer-lhe outros dois mil crusados, e logo continuava a sua carregação.

“Eis aqui tem V. Exa. como se tem feito o contracto e commercio dos Francezes nesta colonia, e por isso hé que está arruinado, e por isso mesmo hé, que sendo os navios Francezes utilissimos á este Estado e á Real Fazenda, se tem feito prejudiciaes com os contrabandos, e sahidas de fazendas sem despacho: mas esta culpa não hé dos Francezes, hé dos governadores, que lha consentiram e auxiliaram. Fallando claro, e a verdade sem rebugo (pois fallo com V. Exa.), João Pereira da Silva Barba principou a desordem e a ladroeira; Balthasar Manoel a continuou; o Dr. Diogo Guerreiro d'Aboim a augmentou; Joze de Vascellos foi peor que todos os outros; e o Tenente Coronel Vicente Caetano não mudou de sistema.

“Passando aos governadores das Ilhas de Cabo Delgado, que vão aqui misturados com os capitaens generaes, hé preciso que taõbem declare á V. Exa., que estes governadores furtavam, e eraõ roubados: furtavam aos Francezes desde Abril até Fevereiro; e no mez de Março vinham largar tudo ao capitão general nesta capital. Por esta cauza hé que misturei estes dois governadores, e devo taõbem dizer á V. Exa. que se os governadores de Cabo Delgado furtavam daquelle modo, erá por serem obrigados pelos capitaens generaes; pois o actual Governador, Joaquim Joze da Costa Portugal, que há cinco annos ali existe, está pobre e empenhado pelo que despendeo com os meos antecessores. A' este governador mandei ordem para não consentir á entrada de hum só navio Francez naquellas Ilhas, sob pena de ser logo prezo, confiscado, e castigado rigorosamente.

“Aqui tem V. Exa. huma fiel e verdadeira pintura e narração dos mais abominaveis factos como que os governadores e capitaens generaes, meos antecessores, tem pervertido a ordem de hum taõ util como interessante ramo de commercio, que por si só daria avultadissimas utilidades á fazenda Real e á estes colonos.

Desta mesma narração ficará V. Exa. na intelligencia de que os Francezes devem ser admitidos á commerciar neste porto de Mossambique, porem com as condiçoens seguintes:—

1^a Que logo que chegarem, sejam revistados os seus navios pelo Juiz da Alfandega, que lhes fará no mesmo dia descarregar para ella todas as patacas, e toda a mais carga, e aoz a tragam, pois só costumão trazer patacas e mantimentos.

2^a Que trazendo armas, polvora, e outros petréchos de guerra, se recolham aos armazens, e querendo vender alguns sejam comprados por conta da Fazenda Real, sendo capazes, e não o sendo, ou não convindo a compra delles, fiquem guardados nos armazens para se lhes meterem á bordo na Vespera da partida.

3^a Que os Capitaens, sobre-cargas, officiaes, marinheiros, e mais pessoas dos navios Francezes, não possam comprar por si, nem por interposta pessoa, escravo algum nas terras firmes de Mossambique, Cabaceiras ou Macuana, sob pena de perdimento do navio e toda a carragação; nem taõbem poderaõ ali passar por pretexto algum, e fazendo-o, sejam prezos, e pagaraõ por cada huma das ditas pessoas, que ali fôr achada, quatrocentos mil reis de condemnação que seraõ applicados para as obras da fortificação da praça, e a terça parte para o denunciante ou captador; e nesta conformidade só possaõ comprar escravos dentro desta Ilha.

4^a Que paguem 3,200 reis de direitos por cada escravo maior, e 2,000 reis por cada escravo menor sobre os direitos que até agora pagavam na mesma alfandega, que eraõ—1,200 reis por cada escravo maior, e 800 reis por cada escravo menor; o que tudo vem á fazer—4,400 reis de direitos por cada escravo maior; e 2,800 reis por cada menor.

5^a Que os navios, que forem da lotação de 300 escravos, paguem ao Governador mil cruzados; os de lotação de 400, mil e quinhentos cruzados; e os da lotação de 500, dois mil cruzados: e que o Governador não poderá receber dos ditos Francezes outro donativo, nem elles seraõ obrigados á dar-lhe, como se pratica em algumas fortalezas maritimas do Rey, nas quaes recebem os Governadores as suas propinas de dinheiro dos navios estrangeiros que ali entraõ.

“Estas são as principaes condicoens com que me lembro podem e devem ser aqui admitidos os Francezes, e creio resultará grande interesse á Fazenda Real e á este Estado; e taõbem creio que aos Francezes carregadores dos navios não resultará prejuizo, mas antes muito beneficio, pois se lhes abate mais de metade das extorçoens que os Governadores lhes faziam, como hé a determinação de 3,200 reis de augmento de direitos (na 4ª condigão) por cada escravo, quando elles pagavam aos Governadores, até o dia da minha chegada, 6,400 reis por cada hum. Ora á pezar de todas as violencias e injustiças que lhes faziam, vinham sempre á este porto dois, tres, ou quatro navios; a Quirimba, ou Ilhas de Cabo Delgado hiaõ outros tantos: parece logo que depois de S. M. lhes conceder a entrada neste porto, e diminuidas aquellas exorbitantes contribuicoens, viraõ muitos mais; e ainda regulando os annos á 6 navios de entrada em cada hum anno, e computando-se as carregaçõens á 300 escravos maiores, e 100 menores em cada navio, lucra S. M. em direitos 9,600,000 reis, que parece se não devem perder em hum Estado taõ decadente como este.”

“Tenho dito o meo parecer, e dou muitas graças á Deos de poder fallar a verdade divremente neste papel, que offereço á V. Exa. para que se sirva de o pôr na presença de S. M. se lhe parecer justo e conveniente; pois são producçoens do fraco talento de hum caduco e cansado velho que, destituido de forças, quer ao menos fazer estes ultimos serviços á Sua Augustissima Soberana.”

(Em o No. seguinte concluiremos esta interessantissima Descripção do estado dos Negocios de Mossambique, em 1789.)

EXTRACTOS das Cartas de Jozé da Cunha Brochado, escriptas de Lisboa ao Conde de Viana.

(Continuados da pag. 510 do No. antecedente.)

Carta de 4 de Fevereiro de 1708.

Taõbem me podera queixar de haver V. Exa. imaginado que eu bejei a mão á El Rey por huma mercê alhea. V. Exa. bem sabe que os cortezoens, taõ

negligentes como eu, não costumão atinar nas estreitezas destas formalidades. Já contei á V. Exa. a história daquella mercê, de que tirei alguma compaixão do publico. Aquelles Senhores obram segundo a sua liga, que hé o socorro reciproco nos interesses particulares.

Escreveo D. Luis da Cunha, que naquella corte rodava huma grande quantidade de moedas do nosso cunho, assim de oiro como de prata: esta noticia não hé singular, nem tem facil remedio; *porque será necessario virar o reino de cima para baixo para lhe dar outra forma e outro modo de commercio.* O mal, que se introduzio lentamente em meio seculo, não pode sahir em huma hora de operação. Mandaõ consultar este negocio no Concelho da Fazenda, como se neste tribunal se soubera este segredo. Os Principes, para reformar os abuzos de seos commercios, costumão levantar juntas para este conhecimento com deputados informantes, como V. Exa. terá visto nessas Memorias sobre o commercio de França; e em quanto em Portugal se não fizer o mesmo, não investigaremos o verdadeiro remedio contra a continua saca do nosso dinheiro, por abundarem os generos que entraõ aos que sahem; naquelles, porque os faz trazer o nosso Luxo,* e estes porque os não deixa sahir a grande imposição de direitos. Porem á que fim canço á V. Exa. com a leitura de hum discurso que V. Exa. sabe melhor do que eu?

Mandaram fazer preces publicas para que Deos, por sua bondade, mande parar o damno destas chuvas, e levantar a mão pezada, com que parece nos castiga; e que quando por nossas culpas seja este castigo inevitavel, queremos que caia todo sobre os autores dellas. Amen.

Naõ oigo fallar em guerra, nem o tempo está para isso. Houve hum Concelho grande de Estado com tres logos, e não sei se a resolução sahirá com tres depois. Partio para o Alemtejo D. Phelipe de Souza, como Deputado protector daquella provincia, para nella devastar as malversações que tem commetido

* E podia acrescentar: — a nossa ignorancia, e a nossa tolice!

todos os Ministros e Officiaes de guerra e fazenda ; este socorro hé bem civil e bem económico ; e com elle faremos huma boa campanha.—Fructuozo de Padilha, com alguns companheiros, emprehende o pagamento das tropas, e não duvido, que consiga o assento, nem que o execute, se huma vez se tirar esta administração dos vazos em que está metida.

O Conde de Vimioso disse á Snra. Condessa sua mulher, que se morresse seria ella muito venturoza, porque logo a fariam Camareira-mor da Rainha. Este comprimento hé mais de marido do que de galan.—Deos guarde, &c.—Lisboa, &c.

Carta de 11 de Fevereiro, 1708.

O Principe Eugenio, depois da retirada de França, apenas tinha tempo para chegar á Italia, e logo se embarcou em Final, aonde chegou huma esquadra grande com 150 navios de transporte e 50 para mantimentos ; e passou em tres dias á Barcelona. Esta noticia hé dada pelo Padre Semfuegos, que diz a recebera de Madrid ; mas este grande milagre do Padre da Companhia hé maior que todos os que, na propagação do Evangelho, fez na India S. Francisco Xavier.

Para reforçar esta grande diversão fica Manoel Lopes de Oliveira fazendo huma grande Pragmatica contra o luxo dos vestidos, em que se prohibem todas as guarniçoens, e se permitem somente os *falbalás*, á que os nossos na pia deram o nome de *refegos*. Como esta lei sahir ao publico, a remeterei á V. Exa. para que veja que de tudo nos valemos contra nossos inimigos.

Taõbem se cuida em fazer os Capitaens para as guardas á cavallo, que chamaõ de corpo, e se tem muito debatido sobre a distincção das cazacas destes officiaes, aos quaes daõ grandes pre-eminencias na caza de El Rey em vantagem de todos os mais officiaes. Todos discorrem como se lhes antoja, e como se toda a vida passassem no serviço e cortes de outros Principes ; e muitas vezes me contaõ couzas de Paris e de Londres, que eu folgo muito de ouvir com grande inveja de não haver estado nellas para saber isto como elles.

Hum destes dias disse á hum destes cortezaons, que entendia que a lua erá habitada, que taõbem tinha sua corte, sua nobreza, e seos divertimentos; e elle aceitou com taõ bom coração e taõ generosamente esta minha parada, que me dêo á entender, que sabia muito bem o estado das couzas da lua; e até eu quase fiquei crendo que elle já tinha estado naquelle novo mundo. Tal hé como isto o fogo da imaginação destes Senhores, que sem sahirem da esphera do Rocio, tem sido cavalheiros andantes em todo o espaço imaginario.

— No primeiro paquebot que partir, mandarei buscar estes livrinhos que dezeja a curiosidade de V. Exa., e de que eu não tenho noticia alguma. A viagem ás ilhas desertas supponho que hé meio fabuloso e de pouca lição: o outro de Baile será algum resumo do seo Diccionario Critico sobre o historico de Moreri; e assim será de pouca percepção por ser difficultoso reduzir á hum volume de oitavo o que se escreveo em 4 grandes volumes de folha. Porem tudo o que for deste auctor há de ser claro, discreto, e engenhoso.—

Continue V. Exa. á levar boa vida, que taõbem para nós a leva.—Lisboa, &c.

Carta de 25 de Fevereiro, de 1708.

Chégaram tres paquebots com mais de oito malas, e não sei por onde comece, se pelas novas, que são poucas, se pela censura dellas que necessariamente havia de ser grande. Depois de sete annos de guerra bem poderamos ver mais claro neste grande negocio da conquista de Hespanha. Conquistar aquella Monarquia fazendo a guerra em Flandres, hé imitar a virtude dos pós simpaticos, que se applicam em huma parte e curam em outra. Bem aventurados estamos nós, se depende a nossa conservação de durar mais tempo a conquista de Barcelona; e se depois della escapar-mos, como havemos de fazer a nossa defeza na campanha proxima de 1709, sem gente, sem dinheiro, e sem viveres? Teremos nesta campanha hum pequeno exercito de tropas novas, cheias de rapazes com muito medo, e sem nenhuma disciplina. Mas para que hé, Exmo. Snr., repizar estas materias? Vamos á coizas de maior importancia.

Em Sabado, vespera do Domingo que chamâmos

Gordo, chegou hum Paquebot que trazia a bulla, pela qual o Sanctissimo Padre fez mercê á El Rey N. S. de lhe conceder o jubileo de 40 horas para a sua Capella Real; e na mesma noite, com incrível diligencia, se armou a Capella, se buscaram sirios e velas, e se dispoz tudo com magnificencia, para que os vassallos de S. M. lograssem mais aquellas indulgencias; e á toda esta diligencia esteve presente o dito Senhor, passando na Capella a maior parte da noite do Sabado para o Domingo, e se seguiram seis procissoens nos tres dias, com grande zelo e piedade, e em maior edificacão dos fieis. O tempo com tudo não se melhora, e as chuvas continuão com a mesma porfia, e com o mesmo damno, que não será menos que huma esterilidade, ao mesmo tempo que foi ordem para as sizas dobradas, e novo lançamento de decimas.—Deos guarde, &c. —Lisboa, &c.

Carta de 3 de Março, 1708.

Ex^{mo} Snr. continue V. Exa. á ler a minha letra, e será huma das mortificacoens que há de ter nesta quaresma: queira Deos ouvir nella os nossos clamores para abrandar as suas indignacoens, que ainda as instancias da sua divina bondade não metigaram os decretos da sua recta justiça. Sem pezar desta temeroza consideracão não posso deixar de dizer á V. Exa. que estamos em tal situacão de ruina, que os danos que padecemos não são tão nocivos como serão os remedios que poderemos ter. Todos dirão que só deviamos tratar de nos conciliar com nossos inimigos; e quem, pergunto eu, nos há de trazer o pão que nós hé necessario para nós sustentar? Se nossos amigos desconfiarem de nós, ficaremos de sitio por mar, e por terra; e em quanto as coizas não tornarem á seos naturaes movimentos, que há de fazer hum povo hoje submergido e á manhaã abrazado? O nosso remedio não só não cabe na nossa industria, mas nem ainda no tempo. Esta reflectão, meo Senhor, hé nascida mais do meo peito que do meo juizo; e assim não a culpe V. Exa. que merece mais lastima que reprehensão. Eu ando perseguido de hum flato melancolico que do hypicoudrio esquerdo sopra sobre o coração, e como hé procedido de hum humor negro e adusto, cauza angustias

da mesma cor de que nascem estas e outras imaginações que dão comigo no retiro dos homens. Tudo contribue para este achaque: hum céu nublado, humas ruas em covas, humas cazas com pontoens e outras abatidas, isto em quanto ao material; que em quanto ao formal e espiritual, ainda hé maior o estrago dos objectos.

Naõ há nada de novo, e hé o peor que temos. Bartholomeo de Souza doente; e tudo cahe sobre os hombros de Diogo de Mendonça. O certo hé que as couzas naõ devem ser tamanhas como se imaginam, ou o governo das Republicas tem seo instincto natural, que naõ depende da direcção e expediente dos homens.

Morreo Jeronimo Vaz Vieira, e El Rey me déo hum lugar no Concelho da Rainha que vagou por esta morte: elle rende 70,000 reis, e dizem que hé muito honrado; se estas qualidades de util e honrozo se trocaram, ficaria eu de melhor partido. Naõ fallei á El Rey; disse somente no Paço ao Inquisidor Geral, que se entre tantos oppositores de primeira ordem podia eu fazer numero, se naõ lembrasse de mim. S. Ill^{ma} porque a exclusão me seria mais honrada do que o lugar me havia de ser util. O Snr. Marquez de Marialva me favoreceo, e votou em mim, e o mesmo fizeram os outros ministros. Este fidalgo me disse, que El Rey muito voluntariamente cahio para me preferir aos mais. Tudo devo á V. Exa. porque as suas impressões o tinhaõ disposto, e sempre obrará por ellas quando obrar livre. Naõ fui á Belem porque o tempo naõ me déo lugar: sei que a agoa que atravessa a estrada, tem comido muita terra, e que se chega ao canto, mas ainda naõ offende a parede. Se a manhaã, Domingo, naõ chover, hei de hir á aquelle sitio; e se achar que há damno, tratarei de o evitar. Aqui todos os dias chove, e naõ há quem possa sahir fora mais que para hir jogar á caza do Snr. Marquez de Cascaes, aonde se juntam todos os Missionarios da banca, e fazem muito boas praticas em grande edificação dos verdadeiros e fieis fãfues.

Oico que o Conde de Tarouca naõ quer o governo da artilharia do reino, que vagou por João de Saldanha, por que com o mesmo posto naõ lhe convem por naõ ficar subdito do Concelho da Fazenda, e per-

tende-lo com outra patente seria tirar ao Concellho a autoridade daquella administração. Hé necessario buscar neste cazo hum matar que não seja morrer. Aquelle lugar hé mais da fazenda que da guerra; serve menos para as batarias que para as fundições; mas tudo teria meio, se as peças não fizessem mais ruido quando se provam no Cáes do Carvão, que quando se disparam nas campanhas do Alemtejo.

Hum Valente de Coimbra, que veio de Salvaterra offerecer-se ao Senhor Infante para se o trinchantes no turno, sabio hum destes dias á enforcâr, muito contra sua vontade, querendo resistir no oratorio. No dia antes pediu pegonha para tomar, depois de fazer dois actos de contrição. Grande honra faz este varão á sua patria; e a faria á nossa justiça, se mais cedo houvesse de ter com elle esta mesma resolução.— Lisboa, &c.

(Continuar-se-hão.)

EDUCAÇÃO PUBLICA.

Novo, e mui proveitoso Methodo de Educação, inventado por Lancaster.

Em hum seculo tão illuminado como o nosso não haverá por certo espirito algum liberal e pensador, que não admitta, que em todos os paizes e em todas as nações, a diffusão de huma boa educação moral por todas as classes do povo deve necessariamente contribuir mais do que outro qualquer meio para augmentar e espalhar a civilisação; excitar a industria em objectos de verdadeira utilidade; corrigir, ou modificar todas as paixões e propensoens perniciosas; e dar tanto segurança, como estabilidade á todos os bons governos: ninguem igualmente negará, que estes tão relevantes objectos não podem ser por modo algum conseguidos com tanta efficacia como pela educação, em tempo opportuno, daquellas crianças, que pertencem ás mais baixas, e por conseguinte, mais numerosas classes do povo.—Enriquecer o genero humano com

estes inestimaveis beneficios hé o grande fim, que o methodo de Educação Lancasteriano intenta desempenhar; e como somos de parecer, que elle hé sobremodo proprio para realizar o objecto que se tem em vista, julgamos acertado dar delle alguma idea aos nossos leitores, esperando ao mesmo tempo, que da parte destes receberá todo aquelle gráu de consideração, de que, em a nossa opiniaõ, elle hé tão eminentemente merecedor.

A fim de bem apreciarmos as grandes vantagens do systema Lancasteriano passaremos á fazer huma breve exposição dos defeitos que andaõ annexos ao methodo ordinario de instrucção. O defeito principal, parece á nosso ver consistir no longo espaço de tempo que se consome, e no muito dinheiro e trabalho que nelle são precisos. Hum mestre tem a obrigação de ensinar á todos os seus discipulos não como hum superintendente geral, mas hé sim forçado elle mesmo á dirigir os diversos ramos de instrucção na sua escola: isto dá por conseguinte origem á que só hum numero, comparativamente pequeno, de pupillos possa ser com perfeição instruido, por isso que há hum unico preceptor; e tambem faz com que as despesas sejam tão peizadas, que impossibilitaõ a classe pobre de gozar das vantagens de huma boa educação. Ora nenhum povo deve jamais esperar fazer brilhante figura em sciencias e litteratura se as despesas da educação forem tão avultadas, que só as classes superiores possam á ella ter accesso; por quanto ninguém póde ser eminente em sciencia alguma sem longos e laboriosos esforços; e á esta perseverança mui poucas vezes se sugeitaõ aquelles, que pela sua dignidade ou riqueza fazem já huma distincta figura na sociedade. Se lançarmos os olhos sobre a lista dos homens illustres que haõ dado renome ás suas patrias, quaõ poucos acharemos nós que gozaráõ de dignidades ou riquezas; e quantos pelo contrario tem sahido das baixas classes da sociedade? Sim a natureza os dotou de talentos, e o acaso lhes déo a necessaria educação; e aquelle desejo de preeminencia e nobre emulação que em tão alto gráu existem nos homens de engenho, os estimuláraõ á fazer os necessarios esforços; e elles vieraõ por este modo á sair da obscuridade, que a sorte lhes havia deparado.

Outro defeito no methodo ordinario hé a fadiga, que o mestre de necessidade soffre; por quanto esta o incapacita de dar ás faculdades intellectuaes aquelle desenvolvimento, de que ellas são susceptiveis; donde vem, que os progressos das faculdades tanto intellectuaes como moraes são tardios segundo o gráu de inacção, em que as mesmas se achão; e que mais tempo, e por conseguinte mais dinheiro se consome, do que com hum methodo, no qual se adquire a necessaria instrucção com maior facilidade e proveito. Alem disso o plano ordinario hé de certo modo enfadonho tanto ao mestre como ao discipulo;—ao mestre em virtude do trabalho que soffre, e ao discipulo pela falta de estimulos, co-operação, e entretenimento. Tambem não approvamos a sua disciplina, por que á pezar de ella ser em geral rigorosa, hé com tudo antes filha do terror, do que devida á persuasão, em que estejaõ os discipulos, de que assim o exige a boa ordem; ou á hum bem regulado systema de educação. Há castigo de mais, e galardão de menos; consequentemente pela maior parte a obediencia e os esforços do discipulo tem antes a sua origem no medo, do que no desejo de bem desempenhar as suas obrigações, ou em huma nobre e louvavel emulação: donde segue-se; que no todo os seus progressos serão com probabilidade vagarosos, e a sua educação imperfeita.

No methodo de Lancaster não existem taes inconvenientes; e tambem disposto hé o plano de instrucção, que hum mestre póde em breve tempo, e com huma despeza comparativamente pequena, ensinar á varios centos de rapazes os principios geraes dos conhecimentos humanos, com pouco trabalho pessoal, com huma ordem e exacção superiores á disciplina militar, e por hum modo mui proprio para aperfeiçoar as faculdades intellectuaes e moraes com huma rapidez e successo incomparaveis.

Na escolla Lancasteriana a banca do mestre está situada na extremidade da salla, elevada de tal maneira, que elle póde dahi ver todos os seus discipulos, quando bem lhe parece. Os rapazes se assentaõ em bancos, em cuja frente estão mezas, em que elles aprendem á escrever. Estes bancos estão collocados em hum plano inclinado, por maneira que todos os discipulos

olhando para a meza do mestre podem sempre ve-lo, e cumprir as ordens que este lhes communica ou verbalmente ou por signaes. Há em posiçoens convenientes, contiguas ás paredes, certos espaços, onde estão postos em grandes caracteres as differentes liçoens, que se devem aprender. Os discipulos estão todos arrançados em classes, segundo o seo adiantamento; cada hum delles tem huma pedra e hum lapis; porem não tem liyros, pennas, tinta ou papel; e são instruidos pelo modo seguinte:—Cada classe está debaixo da immediata inspecção de hum decuriaõ, o qual intima aos outros rapazes o que devem soletrar, ler, escrever, ou as contas que devem fazer. Os rapazes de cada classe com o seo decuriaõ á frente, marchaõ dos seos assentos (na ordem que pelo seo respectivo merecimento lhes compete, e com os seos chapeos suspensos nas costas) para hum dos espaços acima mencionados. Ahi o decuriaõ, o qual tem hum signal de distincção, aponta com huma varinha a palavra que se deve soletrar, ou a sentença que se deve ler. As palavras e sentenças são soletradas e lidas pelos rapazes alternativamente; e são escriptas em parte ou por extenso, segundo o decuriaõ ordena. Se algum dos rapazes erra, o que se segue plogo depois pode emendalo, e occupa o seo lugar; se o decuriaõ tambem erra, póde do mesmo modo ser corregido; e aquelle, que tem o merecimento de descobrir o erro, hé promovido ao seo gráu e dignidade; e o decuriaõ hé obrigado á descer para o ultimo lugar da classe, donde o seo merecimento o póde elevar. Assim a attenção, a industria, e os esforços dos discipulos estão em perpetuo vigor, e estes tem sempre a louvavel ambição de obter o lugar da honra. Finalizada a tarefa precedente, examinaõ-se entãõ os lugares que competem aos diversos membros de cada classe, e elles voltaõ para os seos assentos com a maior regularidade, e sem a menor bulha ou confusão. Nos seos assentos aprendem á escrever nas pedras, debaixo da immediata inspecção dos seos decurioens; e depois de haverem escripto, e feito as operaçoens arithmeticas, que se lhes haõ ordenado, mostraõ todos ao mesmo tempo o seo trabalho; e aqui se adopta o processo antecedente, isto hé, examina-se o que tem feito; emendaõ-se os erros; há mudanças de lugares, conforme o

merecimento de cada hum; ou dão-se novas tarefas, se as circumstancias assim o permittem. Por este modo são os discipulos sem interrupção empregados todo o tempo que estão na escolla: e o mestre faz ás vezes de inspector geral, e superintende ao mesmo tempo alguma classe particular, durante as horas de ensino; nesta ultima capacidade, porem, elle se intro-mette com as suas lições só quando hé absolutamente necessario. Acabadas as horas de instrucção, cada classe com o seu decuriao á frente sahe da escolla em ordem regular; e por este modo de todo se evitaõ a confusão, bulha, e desordem tão communs em semilhantes occasioens n'outras escollas.

Tal hé o resumo do methodo de educação inventado e praticado por Mr. Lancaster, na parte que toca ás faculdades intellectuaes. Quanto ao seu plano de educação moral e religiosa hé igualmente digno de toda a approvação.—Aquelles, cuja conducta há sido em todo o sentido a mais meritoria, são premiados com honorificas distincções; as quaes servem por este modo de incentivos para elles escrupulosamente comprirem com os seus deveres moraes e religiosos.

Das sagradas Escripturas e de outros livros, que trataõ de assumptos moraes, se escolhem algumas passagens para lições, e algumas destas são de vez em quando decoradas. Não se ensina doutrina, nem credo algum particular, excepto os principios geraes da religião Christã, admittidos e adoptados por todas as seitas dos Christãos. Os estudantes são bem instruidos nos preceitos geraes da lei moral; o mestre de vez em quando lhes mostra os vantagens que á elles andaõ annexos, e lhes recommenda a sua observancia com fervor e carinho. A' hum tal plano, parece-nos, que poucas objecções podem haver; porem mesmo no caso que se julgue acertado ensinar alguma doutrina particular, isto se póde mui bem effectuar por meio do methodo geral de Mr. Lancaster.

Pelo que acabamos de expor claramente se vê, que na escolla Lancasteriana poucas são as vezes em que hé necessario o castigo; e quando se commetem offensas, (o que raras vezes acontece) lança-se mão dos meios os mais brandos. Nunca se perde de vista a mui louvavel maxima de sempre preferir o castigo

mental ao corporal; e este ultimo só se poem em pratica em cazos de extrema necessidade.

Passaremos em fim á recapitular, e illustrar ainda mais com algumas observações, as importantissimas vantagens deste admiravel methodo.

A bondade de qualquer plano de educação deve ser apreciada em proporção da facilidade, ordem, barateza, e efficacia da sua operação. No sistema Lancasté-riano há todos estes requisitos. Hé executado com *facilidade*, por quanto hum só individuo pôde sem difficuldade superintender de huma vez á educação de varios centos de rapazes! Possui *ordem*, por que huma disciplina exacta e regular, como huma subordinação militar, porem sem medo do castigo nem severidade, hé sempre mantida e observada não só sem murmuração da parte dos discipulos, mas mesmo appropriada ás suas paixões predominantes. Hé *barato*—por que mui poucos, ou quasi nenhuns livros são precisos; e ensina-se á escrever sem pennas, tinta, ou papel! por maneira que mesmo em Londres a despeza necessaria para educar hum rapaz na escolla Lancasteriana anda por 3 xellings e seispence até 10 xellings por anno! Hé efficaz—por quanto em pouco mais de hum anno hum rapaz aprende perfeitamente á escrever, ler, e contar. Estas, porem, não são as unicas boas qualidades deste admiravel systema; a ordem, a attenção, a perseverança, a emulação, a industria, a moralidade, que elle hé tão eminentemente proprio para criar e manter nos corações da mocidade, cooperação para preservar e fortalecer as suas virtudes nos futuros dias da vida. De milhares de pessoas, que haõ sido por este modo educados, consta-nos que *nenhum* tem sido judicialmente accusado de hum crime. A energia do intendmento humano hé excitada pelos mais agradaveis e poderosos estimulos. A classificação dos estudantes,—os premios e distincções honorificas, que se conferem aos mais benemeritos, produzem os mais saudaveis effectos. Não pôde haver inercia; não há tempo para desavenças; nenhum rapaz indolente pôde ter a sua tarefa executada por outrem; cada hum depende dos seus proprios esforços; e assim toda a escolla apresenta o bello e interessante espectaculo de huma permanente, activa, e fervorosa industria. Para

produzir tão maravilhosos effeitos não são necessarios o trabalho e attenção de hum adulto. Pelo contrario, hé huma bondade exclusiva do plano de Mr. Lancaster, que hum rapaz de talentos ordinarios não pôde obter sufficiente instrucção, sem ao mesmo tempo adquirir á capacidade e habitos indispensaveis em hum mestre de escolla: daqui vem, que mesmo agora os rapazes, que ainda não tem quinze annos, estão dirigindo estabelecimentos para a educação dos pobres, segundo o methodo Lancasteriano, em differentes partes da Gram Bretanha. Depois do que havemos exposto, todos por certo unanimes concordarão, em que Mr. Lancaster com o seo novo methodo de educação há feito ao genero humano o mais precioso e inestimavel presente.

Este maravilhoso sistema de educação não só tem feito grandes progressos em Inglaterra, aonde teve principio, porem já passou para algumas partes do Continente, e começa hoje em França á ser praticado com grandes demonstraçoens de aproveitamento. Nós vamos transcrever o artigo, que á este respeito publicou o *Morning Chronicle* de 9 de Setembro proximo passado.

“Temos grande satisfacção de saber, que á pezar das distracçoens que os presentes negocios politicos cauzam no espirito publico de Paris, ainda ali todavia se cuida no adiantamento interno da sua prosperidade moral. Fomos sim informados, que o novo sistema Britannico de educação publica já está naturalisado em França. Mr. Martin, que aprendeo este sistema na livre Escolla Real de *Borough-road*, estabeleceo em Paris huma escolla preparatoria para nella instruir os primeiros decurioens, alcançando por este modo poder fixar no Continente a justa reputação deste excellente modo de ensinar. Esta escolla hé diariamente visitada pelas pessoas da mais alta jerarquia, e por muitos officiaes Inglezes, que muito se comprazem em patrocinar com o seo exemplo este novo modelo de escolas, que tanto honram a sua patria.

“A associacção, denominada *Sociedade da Escolla Britannica*, tem sido mui bem succedida nos seos louvaveis intentos de auxiliar os desejos de todos esses homens beneficentes e generosos, que tem querido

presentear a França com hum novo sistema de educação publica. El Rey, conhecendo todos os beneficios que pode tirar a França de huma educação universal, tornou á nomear a Commissão, que já havia sido creada no governo antecedente, e confirmou á Mr. Martin o edificio, que estava destinado para servir de modelo de huma escolla para 40 rapazes. As liçoens, segundo o plano do sistema Britannico, forão impressas na Imprensa Real, e as destinadas para as classes superiores consistem em extractos do Antigo e Novo Testamento. Sabemos que não menos que cinco escollas se vão agora organizar em Paris, huma das quaes hé estabelecida á custa da Duqueza de Duras, huma Senhora muito estimada da Familia Real. Dos diversos Departamentos se haviam já recebido cartas que mostravam os dezejões que nelles havia de se formarem estas novas escollas; e em Bourdeaux só se esperava que raiasse a tranquillidade par se organizar huma, que serviria de modelo para os outros Departamentos do Sul da França. Olhando por tanto para os cuidados que agora há em promover huma educação geral, o que deve servir de grande consolação nos tempos em que vivemos, hé muito de esperar, que este excellente sistema em poucos annos se diffunda por toda a Europa. Assim taõbem aquelles, que tanto lamentavam o estado de desmoralisação em que estava a França, verão agora que nenhum meio mais conveniente se poderia ter descoberto para reanimar na quelle paiz o respeito pela moral e pela virtude do que contribuindo efficazmente para educar a nova geração.

“Os beneficios, que se podem esperar destas instituições, são incalculaveis; e deve ser de muita gloria para os nossos sentimentos nacionaes o reflectirmos, que no mesmo momento em que os Alliados estão removendo da Capital de França aquelles preciosos monumentos das artes, que constituíam a sua primeira riqueza e vaidade, á Inglaterra coube, por grande ventura sua, dar-lhe em seo lugar *hum thesoiro moral*, que muito excede em valor e utilidade as melhores estatuas e pinturas, que Grecia e Roma produziram.”

Reflecções sobre o Artigo antecedente.

A ignorancia hé a grande enfermidade dos individuos e dos Estados. Se ella se torna habitual em hum homem ou em huma nação, este homem e esta nação são os objectos mais desgraçados, e ás vezes os mais perigosos, do mundo. O entendimento humano hé capaz de grande perfectibilidade; mas se não se lhe poem os meios para o desenvolver e cultivar, este sublime dom da natureza ou se reduz á huma nullidade absoluta, ou gera fructos mui prejudiciaes e damnosos. Assim de hum certo modo, hé a terra que pizâmos: se a mão do homem recusa cultiva-la, esta ou nada produz, ou brota de si plantas venenozas, que em vez de nutrirem muitos seres vivos, daõ ás vezes a morte a gerações inteiras. Em ambos os cazos vê-se que o homem desmente as intenções do Creador, porque sendo estas que elle se aperfeiçoe pelo seo trabalho e industria, logo que se conserva em ocio vil, e em vergonhoza inercia, não só se torna ingrato para o dador de tantos bens, mas converte-se em hum ente desprezível, que envergonha a mesma criação. Muito bem sabemos, que tem havido monstros da especie humana, que tem querido inculcar a maxima atroz, de que o melhor meio de governar os homens hé conserva-los na estupidez e ignorancia; taes politicos são os assassinos Moraes da sua especie, e merecem a execração universal de todo o ser pensante. Ainda taõbem nos lembra de termos ouvido, estando em Portugal e em Lisboa, que nessa epocha existia em nossa terra hum homem famoso, hum titulo da primeira grandeza, e que depois chegou á ser Ministro e Secretario de Estado, o qual costumava repetir, como axioma de huma grande e maravilhoza politica, que Portugal nunca poderia ser felis sem *tres I*, isto hé:—*Ignorancia, Inquisição, e Inconfidencia!*—Nos não affiançamos o dito; mas se elle com effeito foi, se quer huma só vez, proferido, esse homem, esse titular, esse ministro foi hum monstro abominavel, e erá bem digno de ter entrado nos concelhos do Califa Omar, quando ordenou ás chamas, que devorassem em Alexandria os preciosos monumentos de toda a antiga sabedoria humana!

Mas para que hé estar-mos com recordaçoes miseraveis, que mais deshonraõ a nossa especie do que o individuo ou individuos que tem concebido taes projectos? O lembra-los e executa-los em epochas antigas, quando o veo tenebrozo de huma ignorancia universal assombrava todo o mundo, e particularmente a Europa, não seria então de grande difficuldade, porque a ignorancia estava em perfeito equilibrio por toda a parte, e as trevas eraõ geraes e uniformes; mas huma vez que este fatal equilibrio se perdeo, e que da espessa noite dos erros rebentou o luminoso facho das sciencias, e com elles o appetite insaciavel da indagação e do estudo, conceber ainda taes ideas ou taes planos, seria hum dos delirios mais impotentes e risiveis, que se tem visto no mundo.

Supponhamos porem que na mão de hum homem ainda presentemente estava o poder circumvallar hum reino, no meio de toda a Europa instruida, junto do qual os raios da verdade nem se quer podessem chegar, sob pena de serem crestados, ou ainda mesmo devorados pelas chamas Inquisitoriaes religiosas e politicas: que resultaria de todas estas precauçoens? Este reino, assim fechado á toda a luz e sciencia dos seos vizinhos, e por consequencia eminentemente estúpido e ignorante, gozaria talvez por alguns momentos de huma brutal e insignificante ociosidade, mas veria cedo ou tarde amanhecer-lhe huma não esperada madrugada, em que fosse obrigado á levantar-se, sem querer, do letargico somno em que jazia, e á entregar-se a descripção daquelles, que o viessem accordar. Pelo menos então, perderia a sua verdadeira existencia politica; e quando não fosse de todo expulso de suas cazas e terras, ficaria de certo considerado como hum povo de Illotas, condemnado á trabalhar eternamente para seos vizinhos, que só lhe viriaõ trazer algum mantimento e vestido, como se dá aos escravos, que trabalham para enriquecer seos Senhores.

Se não hé, por tanto, possivel conservar huma nação ignorante no meio da Europa illustrada; ou ainda quando o fosse, se esta nação não pode existir sem ser a mais vil, e desgraçada do mundo; não resta logo senão hum partido que tomar, isto hé; trabalhar cada povo por se collocar, pelo menos, ao

nível da instrucção dos seos vizinhos, para não poder phísica ou moralmente ser dominado por elles. Neste cazo, *hum meia-instrucção, e hum meia-ciencia* são tão ruinosas como hum ignorancia absoluta: sini hé preciso emparelhar com as outras naçoens; hé preciso que todos se ponhão em equilibrio com os conhecimentos geraes dos povos civilizados. Para ganhar este equilibrio hé necessaria a cultura das artes e das sciencias, e esta não se adquire senão pelo meio de hum facil e bem calculada educação. Mas taõbem esta educação não se deve limitar á esta ou á aquella jerarquia de individuos; deve abranger todo o povo, segundo as suas diversas relaçoens sociaes; porque se a destinassemos somente para as classes superiores e ricas, estabeleceriamos na Europa o sistema politico da China, aonde a sciencia só hé o dominio de algumas castas privilegiadas; o que está em absoluta contradicção com os nossos costumes. Precisam, por consequencia, todos os povos ter hum publica e geral educação, que abranja todos os individuos, e todas as classes; e nesta idea hé que julgámos ser couza de muito proveito fazer conhecido aos Portuguezes o novo, e maravilhoso sistema de Lancaster.

Hé verdade que a idea que delle temos dado hé mui superficial e incompleta; mas já hé hum grande serviço faze-lo conhecer em a nossa patria, aonde talvez que para a maior parte da gente tal nome e tal sistema tenhaõ até agora sido absolutamente desconhecidos. Alem de que, hé quase impossivel poder descrever inteligivelmente todas as particularidades deste bello sistema, que sendo simplicissimo na pratica, precisa todavia ser visto para ser bem comprehendido. Isto que dizemos hé tão exacto, que todos os paizes estrangeiros, que tem querido transplantar para os seos territorios esta maravilhosa invenção, mandaram á Inglaterra pessoas particularmente destinadas á este fim, as quaes depois de haverem visto e praticado este methodo de ensino, levaram delle os modelos, e já em algumas partes, como em França, os começaõ a praticar com vantagem, e conhecida utilidade. Não nos parece, por tanto, que os livros, que á cerca do mesmo sistema se tem publicado, apezar de se lhes haverem juntado algumas Estampas, sejaõ sufficientes para bem

se conhecer e entender : os olhos, e a pratica de alguns mezes são, á nosso ver e na opinião geral, absolutamente necesarios para transplantar com proveito este precioso invento. E como, felismente os Inglezes, que tão ciosos são de communicar ás outras naçoens os seus descobrimentos nas artes, não mostram o mesmo ciuime neste ponto, mas antes fomentam a sua propagação, nenhuma desculpa terão os outros governos se não se aproveitarem desta sua descoberta.

O Governo Portuguez em Lisboa, que já muitas e diversas provas tem dado que dezeja melhorar a sorte de hum paiz, que o Soberano lhe confiou, não só para o libertar do jugo estrangeiro, no que muita honra ganhou, mas para lhe curar as feridas da guerra, e por todos os modos promover a sua interna prosperidade e fortuna ; tem agora occasião de lhe render hum serviço importante, adoptando este novo sistema de publica educação. Nos pois, em nome da Patria, e do Principe que a governa, lhe rogamos queira tomar á si, e desempenhar esta empreza brilhante, no que de certo ganhará muita gloria, e até as bençaons das futuras geraçoens. Dar á hum povo inteiro huma mui facil, mui pouco dispendiosa, e huma geral e uniforme educação hé hum projecto de tamanho interesse e de utilidade tão notoria, que não pode deixar de merecer o reconhecimento publico. Hé certo talvez que hajaão alguns homens, d'esses que nada julgaão bom senão aquillo com que foraão creados, que tenhaão por inutil, e quem sabe se ainda por perigoso, este novo sistema de educação : mas quem se recordar do atrasamento em que está em Portugal este ramo de economia civil e politica ; quem se recordar, que há Freguezias em que se não podem achar tres individuos que saibaão ler e escrever, e que portanto hé sempre huma grande difficuldade o poder descobrir quem exercite os empregos municipaes, e seja cobrador das rendas publicas ; quem se recordar mais, que a actual educação existente hé tão dispendioza e tão limitada, que se andam muitas legoas ás vezes sem encontrar hum só Mestre de primeiras letras ; e quem se recordar finalmente, que se o povo pelo menos não souber ler e escrever, hé inutil cuidar em livros e cathecismos elementares para lhe inculcar a moral, e os progressos da agricultura e

das artes ; neste cazo hé impossivel que não convenha em que se adopte hum novo sistema, que talvez com hum terço da despesa actual, seja capaz de diffundir a necessaria instrucção por todas as classes do povo.

Supposta pois a necessidade da educação em Portugal, e reconhecido pelo voto dos paizes mais cultos da Europa o merecimento e facilidade do sistema de Lancaster, nada falta mais do que a vontade do governo para o ver-mos realizado. Nestes termos a nossa opinião taõbem seria, que o governo Portuguez, á imitação do que a França praticou, mandasse aqui á Inglaterra alguns individuos para pessoalmente se instruirem na pratica do dito sistema. Podiaõ-se mandar alguns dos orphaõs, que estão á cargo do estado, e com elles algum homem de probidade, intelligente, e zeloso, que viessem receber na fonte esta primeira educação ; os quaes, depois de a terem recebido, voltariaõ, por exemplo, á Lisboa para ali estabelecerem os primeiros Modelos das Escolas Lancasterianas, donde depois se diffundiriam por todo o reino, e até passariam para os vastos Estados do Brazil, que tanto necessitaõ de ser povoados e instruidos. E que difficuldade pode haver em tudo isto ? Não tem já o Governo Portuguez, por outras vezes, mandado alumnos á Italia, Alemanha, França e Inglaterra para se instruirem em muitos outros differentes objectos ? Pois este, de que agora tratamos, não exige nem tanto tempo, nem tantas despezas !

Nós esperamos ainda receber mais miudas e particulares informações á respeito da interna economia destas escolas ; e quanto sobre isto soubermos, que nos pareça capaz de excitar a curiosidade, mui gostosamente o publicaremos. No em tanto, contentamõ-nos de haver excitado huma idea, que pode ainda produzir grandes bens em nossa patria ; e sendo assim, ficaremos mui contentes, de que se possa dizer com verdade e com justiça, que o *Investigador Portuguez* trabalha, ao menos quanto lhe hé possivel, por ser realmente util aos seos compatriotas.

NO ANNIVERSARIO
DO
SNR. A. I. MONTEIRO.

—
ODE.

Na ufana embriaguez de atroz conquista
Que fez tremer o Mundo,
O famozo Alexandre, havendo em pouco
Os Reis d'Azia orgulhoza,
Ambicionando avassallar os Astros,
No frenezim de gloria
Té usurpando titulos divinos,
Extremozo anhelava
Puras demonstraçoens, fieis impulsos
Da candida Amizade.
Quaze á par do Universo hum terno Amigo
A mente lhe occupava ;
As doces lidas de afeição taõ nobre,
E seus faceis prazeres
Ligava absorto aos conquistados sceptros.
Se no auge da ventura
Taõ gratos' inda saõ, e valem tanto
Da Amizade os deleites,
Que dirá o infeliz no centro escuro
De espantosos desastres
Encontrando taes bens, achando illeso
O thezouro de affectos,
Que na fortuna grangeou sem custo !
Que sabor delicado,
Que intenso gosto, que divino nectar
Nos seios opprimidos
Espalha o mimo de ternura ingenua !
Que suaves transportes
Nos extasiaõ, quando á medo olhando
Dos humanos o trato
Achâmos quem seguro á nos se entregue,
E em seu peito recolha
O dezafogo dos queixumes nossos !
Aos fados meus cedendo,
Da negra Intriga supportando os golpes
Abandonei o Tejo,

Sulquei proscripto de Amphitrite os reinos :
Aqui rizonho, e claro
O Ceo benigno decretado havia
Se apagasse em delicias
Tanta desgraça, tanto acerbo dâno.
Foi ati oh egregio
Antigo socio meu, primeiro Amigo,
Que tão alta incumbencia
Entregue haviaõ bemfeitores Numes :
Ati, sabio Monteiro,
Erá dado ameigar a raiva insana
De meu atroz destino.
Tal d'entre estragos do sanhudo Inverno
O Sol vivificante
As portas abre á Primavera amavel.
Onde o rispido gêlo
Fazia inerte, vem pulando flores ;
Onde opaco silencio
Triste morava, se deslizaõ cantos ;
Onde a foice da Morte
Feia luzia, alegre vida brota.
Encantadora, oh quanto,
Tem sido a quadra destes mansos dias,
Que o feroz Exterminio
Quiz de horrores cubrir, e tu doiraste !
Tu preclaro Monteiro,
Aos mimos da Fortuna, ao favor cego
De injustiçoço acazo
O virtuoso coração fechando,
Volves a estima tua
Ao Desvalido da iracunda sorte.
Hé-te mais caro, e doce
Aos prantos do Infeliz unir teus prantos,
Que rir co' os venturosos.
Da sublime Virtude a flor mais bella,
O mor progresso hé este.
Ao limite chegando, alem que espasso
Aos olhos meus off'reces !
Quem aos deveres filiais mais puro
Dobrou o tenro collo !
Longe dos teus na melindroza infancia
Desabrimento altivo,
Severa educação regrou teus passos.
Mil vezes affagando.
Os ais mimosos da saudade tua
Naõ te ouvi hum queixume.

Qual na presença respeitoso, e meigo
Em sitios mui distantes
Hia encontrarte a paternal vontade.
D'est' arte na viçosa
Esbraçada livre juventude,
Da sumptuosa Mafra
Ledo passaste do Mondego as margens.
Perjuros attractivos,
Torpes encantos, venenosos gostos
Não mancháraõ teus dias.
De arduos estudos povoaste a mente,
De Minerva mimozo
Loiros colheste; o coração formaste
Para os altos destinos
De Esposo, e Cidadão, de Pai, e Amigo.
No Cidadão fixando
Vistas imparciaes por mim há muito
Este Paiz te louva.
Da Consorte a ventura assaz te aclama
Amavel, terno Esposo.
As graciosas tanto amadas Filhas
Por mil dotes diversos
Mil prendas bellas, mil virtudes raras
Optimo Pai te exaltaõ.
Da vida minha as tormentosas scenas,
Os reveses terriveis
Adoçados por ti dar-te-haõ a c'rôa
Que hum Pilades honrâra.
Varaõ excelso, singular Monteiro,
Exulta, e sê o exemplo
Des Esposos, Cidadãos, de Pais, de Amigos.
Cance-se embora o Tempo
De gastar bronzes, de arrazar Imperios,
E já mais se fadigue
De illustrar-te, e volver na roda sua
O dia dos teus annos.

Por hum Portuguez, seu Amigo.

ECONOMIA POLITICA.

Manufacturas de Algodão.

(Continuado da pag. 528, No. 52.)

DO fio, com que se faz o ordume, há duas sortes, á saber;—*hank-twist*, e *cop-twist*. A primeira hé assim denominada, em razão de ser dobada dos fusos da maquina *Mule* em forma de meadas, (palavra que em Inglez significa *hank*)—O comprimento de cada meada hé de 480 jardas. A bondade e delgadeza do fio andaõ em proporção do numero de meadas que há em cada arratel; e estas são distinguidas pelos numeros 20, 50, 100, &c. os quaes indicaõ quantas são as meadas que hum arratel de fio contem. Dobado este, passa entaõ á ser enviscado com huma substancia glutinosa, a qual consta principalmente de farinha de trigo fervida em agua, e hum pouco de grude. Neste processo deve haver cuidado, em que o fio embeba sufficiente porção da sobredita substancia glutinosa, por quanto esta lhe communica consideravel força, e faz com que as fibras venhaõ á ficar firmemente unidas á sua superficie. Depois de secco, segue-se a operação da enroladura (ou *winding* como se chama em Inglez), a qual consiste em se passar o fio para huma especie de sarilho—*warping-bobbin*. Neste processo ainda em algumas partes se pratica o methodo antigo, o qual erá enrolar o fio em dois sarilhos ou fusos por meio de huma roda, que os fazia girar ao mesmo tempo: em geral, porem, se uzaõ certas maquinas, que para esse fim se haõ inventado, que sobremodo facilitaõ, e abbreviaõ o trabalho.

A outra sorte de fio—ou *cop-twist*—assim denominado em virtude de ser extrahido da maquina *Spinning Jenny* na forma de maçarocas—*cops*—hé só de vez em quando dobado, a fim se examinar a sua finura e qualidade; e passa entaõ á ser igualmente enrolado como o precedente.—Preparados os fios por este modo,

segue-se a preparação do ordume, ou para melhor dizer, fazem-se certos novellos de fio (a que chamão os Inglezes *warps*), cada hum dos quaes contem exactamente o comprimento que se intenta dar ao pano. A maquina em que se effeetua esta operação, hé hum prisma octagono de cinco ou seis pés de altura, e pouco menos em diametro: este gira verticalmente, e hé movido pela mão do operario, e hum pole;—ambos situados debaixo do assento do ordideiro;—os fusos ou sárilhos, que ministraõ o fio, estão em huma moldura, a qual está suspensa de hum lado. Vinte e oito ou trinta fios são de huma vez enrolados ao redor do prisma por huma forma espiral de cima para baixo; vira-se então a maquina, e enrolão-se os fios ao redor do prisma de baixo para cima, e assim se continua á enrolar por turno, até se obter huma porção de fio bastante para o comprimento que quizermos dar ao pano.

Ora acabado este processo, o fio *hank-twist* não precisa ser enviscado, visto que já passou por esta operação antes de ser enrolado no *warping-bobbin*; porem como o outro fio *cop-twist* ainda carece da dita operação, esta deve agora ser posta em pratica. Para esse fim os novellos de fio (*warps*) são fervidos em agua por algumas horas até ficarem bem ensopados; são então postos enxugar por algum tempo; depois disto se desenrolão; se enviscão perfeitamente com a substancia glutinosa acima já mencionada; á final são pendurados em varas á fim de seccar; e ficam então em estado proprio para com elles se tecer o ordume.

Sem este processo de enviscação (*sizing*), o qual, como já acima observámos, dá força e tenacidade ao fiado, este por certo não poderia soportar a fricção do tear. Por quanto em consequencia de se passarem dois fios por entre cada dente do pente do tear, e hum delles descer, e o outro subir todas as vezes que se toca a premedeyra; os fios roção de continuo hum com o outro; e mesmo com os dentes do pente. Este ultimo taõbem move sobre os fios com tal força, que a estes não estarem bem enviscados, e as suas fibras firmemente unidas, a sua textura com taõ constante fricção ficaria sem duvida destruida.

A operação, porem, que ainda mais completamente protege o ordume da precedente fricção, hé á que os Ingleses dão o nome de *dressing*, e á que nós chamar-lhe-hiamos *untadura*, visto não nos occorrer outra palavra, que melhor exprimir possa a sua natureza.— Ella hé executada pelo tecelão, já depois dos fios estarem no tear: e consiste em se lhes applicar por meio de hum pincel huma especie de maça feita de farinha de trigo bem fervida, á que frequentemente se acrescenta huma pequena porção de sal, algumas vezes de potassa, e mesmo ás vezes hum pouco de sebo. Hé de facto o processo da enviscação repetido, com esta differença, que na *untura* hé só á superficie do fio que se applica a maça; e que se passa o pincel de leve, e em huma unica direcção por maneira, que as fibras soltas ficam todas com igualdade inclinadas para hum lado, e bem pegadas ao fio. No verão se secca o ordume abanando-o tão somente, no inverno, porem, e quando o tempo está humido e frio, elle hé seccado com hum ferro quente, o qual apenas toca a sua superficie. Hé então de novo untado com hum pincel molhado em sebo ou mantiga; operação esta, que faz com o fio fique flexivel, e macio; e diminue taõbem muito a fricção do pente, &c.—Como não se póde untar de huma vez mais do que aquella porção de fios, que se acha no tear, está hé por tanto tecida; e a *untura* de novo reiterada sobre a outra porção: e assim se continua á tecer e á untar alternadamente, até se fazer todo o ordume.

São estes os processos preparativos, por que passava antigamente o fio desde que sahia da mão do fiador até ser tecido. Nós os havemos exposto, á fim de melhor podermos mostrar o quanto elles haõ sido simplificadas e aperfeigoados nestes ultimos annos; esta exposição, porem, fica reservada para o Numero seguinte, no qual terminaremos este artigo com a descripção das tentativas, que se haõ feito com o fim de se conseguir hum dos mais relevantes objectos na manufactura do algudão, qual hé, o effectuar todo o processo da tecedura por meio de maquinas.

(Continuar-se-ha.)

SCIENCIAS.

*Breve Exposição dos progressos que fizeram as Sciencias
Physicas.*

(Continuada da pag. 536, No. LII.)

Substancias Vegetaes.

Hé tão vasto o campo da chimica vegetal, e ainda tão imperfeitamente explorado, que da sua cultura nunca se deixa de tirar preciosos frutos. Tratar, porem, deste ramo com aquella individuação, que elle merece, seria de certo incompativel com o nosso resumo; e por tanto nos limitaremos á simplez exposição de factos.

Caoutchouc de Tibet.—Esta hé huma substancia elastica avermelhada de que em algumas partes se costumão fazer contas para trazer ao pescoço. Nós temos analysado huma destas contas, e os resultados que obtivemos mostraraõ claramente, que hé huma substancia vegetal, e que algum tanto se assemelha aos oleos nas suas propriedades chimicas. John e Bucholz a tem examinado com particularidade; e observaraõ, que nem o alcohol, ether ou oleos a dissolviaõ de todo, porem que apenas nella produziaõ hum leve effeito. A soluçãõ de potassa a dissolve, e desta mistura qualquer acido a separa em estado de oleo. Hé dissolvida nos acidos sulphurico e nitrico. Aquecida, não se derrete; porem cedo perde a sua cor vermelha; parece ser mui analogo ao oleo das sementes de linho, quando este hé fervido até ficar secco. Quanto á sua historia natural, nada se sabe. Hé com probabilidade huma producção natural; e no Tibet diz-se ser muito empregada para varios usos.

Oleo de Cajaputi.—Este oleo tem modernamente adquirido huma consideravel celebridade em algumas partes da Inglaterra, como hum remedio da maior effi-
cacia no rheumatismo, sendo esfregado sobre a parte

molesta. Os Hollandezes foram os primeiros que o fizeram conhecido na Europa: e segundo Murray, foi pela primeira vez trazido á Hollanda no principio do seculo dezoito. Não há duvida, que hé hum oleo essencial; e a arvore que o produz hé a *Malaleuca Cajuputi*. O Dr. Roxburgh há pouco lêo á Sociedade Linneana huma excellente Memoria sobre esta arvore. Elle assevera, que cultivara varias em Calcutta por espaço de dez annos, de sorte que tira por este modo todas as duvidas que até agora haviaõ sobre a planta donde erá extrahido este oleo.

Assucar do Amido.—Logo que se divulgou a descoberta que fez Kirchhoff de converter o amido em assucar, appareceraõ na Alemanha muitas memorias sobre a materia; e se fizeram numerosas tentativas com o fim de aperfeiçoar o processo; e fazer com que este novo assucar substituisse o ordinario. Estas tentativas eraõ assaz de esperar em hum tempo em que Buonaparte fogoso proseguia a sua louca politica de excluir os artigos coloniaes do continente da Europa; e o assucar ordinario havia por conseguinte subido á hum enorme preço. Estes experimentos, porem, não tiveram mui felices resultados, nem taõbem vemos que tenhaõ acrescentado mui relevantes factos á descoberta de Kirchhoff. Este descubrimento foi feito por huma mera casualidade; por quanto em virtude da guerra entre a Gran Bretanha e a Russia, os Russos achavaõ grande difficuldade em obter a gomma; e Kirchhoff tinha por conseguinte em vista fazer com que o amido substituisse á gomma. Para este fim elle julgou, que melhoraria o amido fazendo-o ferver em acido sulphurico diluido; foi gradualmente prolongando o processo, isto hé deixando-o ferver, com esperanças de reduzir o amido á hum mais perfeito estado de gomma. O resultado foi, que elle adquirio hum gosto saccarino, e as propriedades de assucar. Schrader há mostrado, que augmentando-se a quantidade do acido sulphurico, se pôde abbreviar o periodo da fervura: assim cinco ou seis partes de acido sulphurico para cem partes de amido exigem somente cinco ou seis horas de fervura. E Nasse taõbem achou, que os acidos nitrico e muriatico produzem esta mudança no amido taõ bem, como o acido sulphurico.

O assucar do amido não hé tão doce como o ordinario; porem o temos visto tão branco como assucar refinado, e mui analogo á este em apparencia.

Succo do Acer Campestre, ou Bordo.—No anno de 1811 o Professor Scherer examinou o succo do bordo, com o fim, provavelmente, de ver a porção de assucar, que delle se poderia extrahir. Este succo em pequenas quantidades não tinha cor alguma; porem junto em maior abundancia era pouco transparente, e tinha huma côr de azeite; era doce, e variava na sua gravidade especifica. Continha huma substancia alluminosa, que era precipitada em flocos sendo o succo aquecido. Havia alem disso outra substancia, que se precipitava em flocos, a qual era differente do albumen; o ingrediente, porem, mais singular era hum sal, que ás vezes se cristallizava em pequenos prismas, outras vezes em laminas: era branco, transparente, e tinha algum lustre. 1,000 partes de agua fria dissolverão nove partes deste sal; e 1,000 partes de agua fervendo dissolverão 17 partes. Este sal era composto de cal e de hum acido particular, algum tanto semelhante ao acido moroxylico de Klaproth. Scherer o denomina *acido feldahorn*; porem, á ser hum acido particular, antes lhe dariamos o nome de *acido acetico*, por quanto o nome proposto por Scherer não se póde bem adoptar em outras linguas.

Conium Maculatum, ou a Cicuta Commun.—Schrader analisou a cicuta, e de 1,000 grãos desta planta obteve os seguintes ingredientes:—

Materia extractiva	- - - -	27.3
Extracto Gummoso	- - - -	35.2
Resina	- - - -	1.5
Albumen	- - - -	3.1
Fecula Verde	- - - -	8

Obteve taõbem os seguintes saes da mesma porção de cicuta:—

Phosphato de Cal	- - - -	46
Phosphato de Magnesia	- - - -	30.1
Carbonato de Cal	- - - -	27.4
Carbonato de Magnesia	- - - -	20.2
Carbonato de Potassa	- - - -	115.0
Sulphato de Potassa	- - - -	10.8
Muriato de Potassa	- - - -	4.2

Brassica Oleracea Viridis.—Devemos taõbem á Schrader huma analyse chimica, que fez da brassica oleracea viridis, huma especie de couve maritima. De 1,000 partes desta planta elle obteve as seguintes substancias:—

Extractiva - - - - -	23.4
Extracto Gummoso - - - - -	28.9
Resina - - - - -	0.5
Albumen - - - - -	2.9
Fecula Verde - - - - -	6.3

E os saes, que 1,000 partes da mesma planta deraõ, foraõ:—

Phosphato de Cal - - - - -	71.4
Phosphato de Magnesia - - - - -	8.2
Carbonato de Cal - - - - -	40.1
Carbonato de Magnesia - - - - -	35.6
Carbonato de Potassa - - - - -	107.0
Sulphato de Potassa - - - - -	73.2
Muriato de Potassa - - - - -	15.2

Gommas.—O Dr. John há publicado os resultados de varias experiencias, que fizera em algumas especies de gomma que espontaneamente emanaõ de differentes arvores na Alemanha; elles são os seguintes:—

Gomma de Ameixas.—A especie de ameixa conhecida pelo nome do Myrobala, a qual hé redonda e amarella, sendo picada lança de si hum succo branco e claro, o qual gradualmente adquire a consistencia de gomma; os seos componentes são:—

Gomma Arabica - - - - -	12.5
Cerasin - - - - -	87.5
	<hr/>
	100.0
	<hr/>

Cerasin chama o Dr. John a huma substancia molle e gelatinosa, que não se dissolve quando a gomma hé misturada com agua; que hé igualmente insolúvel em alcohol; porem sim dissolvida pelo acido sulphurico diluido em estado de fervura. Vauquelin e outros mais chimicos taõbem a tem observado.

Gomma da Ameixeira denominada *Prunus Avium*.—Os seos componentes segundo o Dr. John são:—

Cerasin	- - - - -	80
Gomma	- - - - -	20
		<hr/>
		100
		<hr/>

E huma mui pequena porção de cal e potassa combinadas com hum acido.

Gomma da Cerejeira.—Os seus ingredientes são:—

Gomma	- - - - -	97
Phosphato de Cal	- - - - -	}
Cal combinada com hum acido vegetal	- - - - -	
Potassa combinada com hum acido vegetal	- - - - -	
		<hr/>
		100
		<hr/>

Amido.—Há alguns annos, que Bouillon Lagrange observou, que o amido torrado adquire a propriedade de ser dissolvido em agua. O Professor Doberciner, de Jena, publicou varias experiencias, que fez sobre este mesmo objecto: elle achou, que sendo o amido torrado até tomar huma côr cinzenta, era em parte soluvel em agua fria, e a solução quasi sem côr; torrada, porem, até ficar amarella, era de todo dissolvida em agua fria, e a solução tinha huma côr escura. Ambas as soluçoens indicaraõ as mesmas propriedades sendo examinadas por meio de reagentes.

Ellas foraõ precipitadas por alcohol. A infusão de galhas produzio hum copioso precipitado, que cedo se dissolveo aquecido o liquido, porem que re-appareceo quando o mesmo esfriou. A solução de barytes tao-bem produzio hum precipitado, que era de todo soluvel em acido acetico. Com o nitrato de mercurio houve igualmente hum precipitado; mas nem com a potassa silicada, o permuriato de ferro, o nitrato de prata, o sublimado corrosivo, o nitrato de chumbo, o hydro-sulphurete de potassa, ou a pedra hume, se obteve tal resultado. Esta substancia decompõem vagarosamente o acido nitrico; misturada com acido sulphurico diluido, não se converte em assucar, como acontece com o amido que não hé torrado. Não se fermenta com celeridade.

Pepino.—O Dr. John analysou o pepino; de 600 graõs obteve os seguintes ingredientes:—

Agua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	582.80
Huma substancia analoga ao fungin dos cogumelos	-	-																	3.20
Albumen	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0.80
Resina	-	.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0.25
Extractiva com huma substancia doce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.95
Gluten	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	} 3.00
Phosphato de Cal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Do. de Potassa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Acido phosphorico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Hum sal com base de ammonia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Acido Malico combinada com huma base	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sulphato de Potassa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Muriato de Potassa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Phosphato de Ferro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aroma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
600.00																			

600 partes da casca do pepino contem 90 partes de substancia secca, cujos componentes são semelhantes aos da parte interior.

Batatas.—Lampadius há feito varias experiencias comparativas em quatro differentes sortes de batatas; á saber, a batata do Peru, trazida da America por Humbolt, e plantada na Alemanha; a batata Inglesa; a batata denominada Cebola; e a batata de Vachtland. 100 libras das respectivas sortes de batatas renderão os seguintes ingredientes:—

1. *Batata do Peru.*

	lbs.	oz.
Amido - - - - -	15	0
Materia Fibrosa - - - - -	5	8
Albumen - - - - -	1	28
Extractiva - - - - -	1	28
Agua - - - - -	76	0
<hr/>		
100		0
<hr/>		

2. *Batata Inglesa.*

	lbs.	oz.	dr.	grs.
Amido - - - - -	12	29	1	2
Materia Fibrosa - - - - -	6	26	2	4
Albumen - - - - -	1	1	1	2
Extractiva - - - - -	1	22	2	4
Agua - - - - -	77	16	1	48
<hr/>				
100 0 0 0				
<hr/>				

3. *Batata Cebola.*

	lbs.	oz.	dr.	grs.
Amido - - - - -	18	24	0	0
Materia Fibrosa - - - - -	8	12	0	0
Albumen - - - - -	0	28	0	0
Extractiva - - - - -	1	21	1	2
Agua - - - - -	70	10	2	58
	100	0	0	0

4. *Batata de Voichtland.*

	lbs.	oz.	dr.	grs.
Amido - - - - -	15	13	1	2
Materia Fibrosa - - - - -	7	4	0	0
Albumen - - - - -	1	8	0	0
Extractiva - - - - -	1	30	2	4
Agua - - - - -	74	8	0	54
	100	0	0	0

(Continuar-se-ha.)

POLITICA.

AMERICA.

AMERICAS HESPAÑOLAS.

AS noticias chegadas á Londres no mez de Outubro por via da Jamaica, e que tratam da revolução Hespanhola na America, reduzem-se aos seguintes extractos:—

“ Pela escuna Carolina, que entrou em Porto Real, sabe-se, que ali se havia proclamado a lei marcial. Todas as pessoas de 25 até 45 annos de idade eraõ obrigadas á pegar em armas, e ninguem podia sair da cidade, por pretexto algum, á excepção das mulheres e crianças. O exercito do General Palacio teve

ordem de se incorporar com o do General Core Com-pomanes. Estes exercitos tinham instrucçoens para devastar o paiz, quando sendo atacados pelas tropas Reaes vissem que não lhes podiaõ resistir. Carthagena taõbem estava bem aprovisionada, e tinha armas e municoens bastantes para sustentar hum sitio.”

As noticias, vindas de Venezuela, eraõ as seguintes:—

“Huma divisaõ Hespanhola, commandada por Dato, e composta de mais de 600 homens foi derrotada junto de Calabozo pelo Chefe Patriota Saraza que commandava 1,000 homens. Esta victoria deõ aos Independentes acima de quinhentas espingardas, e muitas municoens. Da cidade de Agustura, a capital da provincia da Guyana havia sahido hum navio com hum commissario á bordo, que parece levava despachos para o Chefe Patriota Bermudez. Agustura havia sido tomada, depois de hum mez, pelo General Monegas que só tinha huma força de 100 cavallos. Piré, Bideau, e outros chefes independentes haviaõ entrado em Guyria, a qual, juntamente com Maturin, se havia declarado pelos patriotas. Guyana havia capitulado com as tropas do General Monegas, e o Brigadeiro General Lazena tinha tomado posse de Barcelona, e Carmura, com as cidades de Guyria e Maturin.”

Noticias de 16 de Agosto de 1815, chegadas taõbem da Jamaica:—

“Sabe-se, que o exercito as ordens de Morillo está consideravelmente diminuto pelas deserçoens, pelo clima, e outras muitas cauzas. Morillo vio-se na necessidade de espalhar consideravelmente as suas tropas por toda a Venezuela e Panama, e agora apenas pode contar com 5,000 homens compostos de Hespanhoes e Creolos. Com esta força projecta sitiar Carthagena, e occupar a Nova Granada, empreza não só difficultosa porem impossivel, se os habitantes quizerem defender-se, e forem auxiliados pelos Magistrados, o que parece não tem duvida. Antes de chegar á capital poderá talvez ter algumas vantagens parciaes, mas nada poderá concluir: Carthagena hé muito forte, e está muito bem preparada. Quanto á Venezuela, creio que em breve tempo ficará livre; porque as guerrilhas constantemente atacam e cançam os

Realistas, e crescem em força a medida que os vão derrotando. A guerra hé agora entre Americanos e Hespanhoes, e Morillo tomou por força todos os Creolos que podiaõ entrar no serviço. Como se poderá pois confiar em taes tropas?

“Sabe-se, que a cidade de Guyana está sitiada pelos Independentes, que occupam toda a provincia. Em S. Carlos, e em Calabozo, todas as fortes partidas Realistas foram derrotadas, com perda d’armas e bagagens. A situação dos Hespanhoes em Venezuela hé na realidade desesperada.

“Corre aqui, que o Mexico e Vera Crnz estão sitiadas. Tampico e Acapulco já cahiram nas maõs dos Independentes, que tem hum forte exercito em La Puebla, e outro junto do Lago de Chapala.”

Isto hé o que se passa nesta parte da America; e o que vai pelo Sul, ou pelo reino do Peru, pode ver-se pela seguinte Proclamação do Vice-Rey de Lima:

“Habitantes de Cusco! No tempo em que algumas provincias d’America se revoltaram contra a Mãi Patria, podiaõ ter alguma desculpa: suppunham então que a Hespanha estava de todo perdida; por que o seo territorio se achava quase todo occupado pelas tropas daquelle monstro que devastou a Europa, e tinha em seo poder o nosso adorado Fernando, á quem a America assim como os seos Estados da Europa tanto dezejavam ter por Soberano. Mas agora que o heroismo de nossos irmaõs da Peninsula tem quebrado o jugo, e restituído a liberdade á todas as naçoens do continente que estavam escravas; e que Fernando VII. tornou á subir ao throno de seos antepassados, e que por effeito da paz geral pode dispor de 200,000 invenciveis soldados! para com elles destruir qualquer rebelliaõ, e desarmar á todos que taõ máo uso fazem de suas armas: agora que eu tanto confiava na fidelidade desta provincia, taõ feliz pelo socego em que vivia, em quanto terriveis convulsoens agitavam o resto do globo: qual hé a minha admiracão de ver e prezenciar, *que a capital do meo vice-reinado está em estado de completa insurreicção desde o dia 3 deste mez?*

“Naõ, habitantes de Cusco, eu naõ posso acreditar, que tenhaes dado ouvidos ás suggestoens perfidas de

algumas pessoas, que só podem ser felizes com a vossa destruição.

“Qualquer que seja a minha opinião, a minha honra e juramento me obrigam á tratar-vos como inimigos do vosso Rey e da Patria, se immediatamente não entregardes vossas armas, e não cumprirdes vossos deveres. As minhas tropas já estão em marcha para vos atacar, e á poz das primeiras hiraõ logo outras: se reconhecerdes vossos erros, sereis tratados com toda a compaixão; porem se presistirdes na desgraçada empreza, em que entrastes, preparaivos para todos os rigores da guerra.

“Marquez DE LA CONCORELLA.”

Lima, 20 de Agosto, 1815.

E U R O P A.

REINO DOS PAIZES BAIXOS.

Tratado de Limites concluido entre S. M. El Rey dos Paizes Baixos, e S. M. o Imperador d'Austria.

“S. M. El Rey dos Paizes Baixos, e S. M. o Imperador d'Austria, querendo executar e completar as determinações do Tratado de Paz concluido em Paris á 30 de Maio, 1814, o qual, á fim de estabelecer hum justo equilibrio na Europa, e de tal sorte constituir as Provincias Unidas que podessem conservar a sua independencia pelas suas proprias forças, lhes seguiu por tanto todos os paizes comprehendidos entre o mar, as fronteiras de França e o Meuse, mas não lhes fixou os limites na margem direita deste rio: os dois sobre-ditos Monarcas, resolvendo-se á concluir para este effeito hum tratado particular, conforme com as estipulações do Congresso de Vienna, nomearam por seos Plenipotenciarios para concertar, estipular, e assignar tudo o que fosse relativo á este objecto, isto hé, S. M. El Rey dos Paizes Baixos, Messrs. Geshard Carlos, Barão de Spaen de Voorstenden, e Francisco Christovão Ernest, Barão Gager, seos Plenipotenciarios no Congresso de Vienna, &c.; e S. M. I. A.,

Clermont Wenceslaus Lothaeri, Principe de Metternich, &c., e o Barão Wissemberg, ambos seos Plenipotenciarios no mesmo Congresso: os quaes, depois de haverem trocado as suas credenciaes, que se acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes:—

“ Art. 1. As antigas Provincias Unidas dos Paizes Baixos, e as antigas Provincias Belgicas, segundo os limites determinados no artigo seguinte, formaraõ, conjunctamente com os paizes designados no mesmo artigo, debaixo da Soberania de S. A. R. o Principe de Orange Nassau, Soberano dos Paizes Baixos, o Reino dos Paizes Baixos, hereditario conforme á ordem de successão já estabelecida na Constituição das sobreditas Provincias Unidas. S. M. I. A. reconhece o titulo e prerogativas da dignidade Real na familia de Orange e Nassau.

“ Art. 2. A linha que comprehende os territorios que devem compor o Reino dos Paizes Baixos será traçada da manena seguinte:—

“ A dita linha começará desde o mar, e se estende ao longo das fronteiras de França, pela parte dos Paizes Baixos, tal como tem sido rectificada e fixada pelo artigo 3 do Tratado de Paris, de 30 de Maio, 1814, até o Meuse; e dali, ao longo das mesmas fronteiras, até aos antigos limites do Ducado de Luxemburg: depois segue a direcção dos limites entre este Ducado e o antigo Bispado de Liege, tocando, ao Sul de Delvelt, nos limites occidentaes deste Cantão e do de Maimedy, até o ponto em que este ultimo Cantão taõbem toca os limites entre os antigos Departamentos do Ourthe e do Roer: Continua, ao longo dos mesmos limites, até que estes tocam os do antigo Cantão Francez de Eupen, no Ducado de Limburg; e seguindo o limite occidental deste Cantão, na direcção de Norte, e deixando á sua direita huma pequena parte do antigo Cantão Francez de Aubel, chega ao ponto de contacto dos tres antigos Departamentos do Ourthe, o Baixo Meuse, e o Roer. Continuando daqui a dita linha, segue a outra que separa estes dois ultimos Departamentos até tocar no Worm (hum rio que desemboca no Roer), e procede ao longo deste rio até o ponto em que se torna á encontrar com o limite destes

dois Departamentos; segue este limite até o Sul de Stellingen (antigo Departamento do Roer), torna á subir para o Norte, deixando Stellingen á direita, e cortando quase em duas partes iguaes o Cantão de Sittard, de maneira que Sittard e Susteren fiquem á esquerda; chega ao antigo territorio Hollandez; e deixando-o esquerda, segue a sua fronteira Oriental até o ponto em que toca no antigo Principado Austriaco de Gueldres da banda de Ruremonde; e dirigindo-se pelo ponto mais Oriental do territorio Hollandez até o Norte de Devalmen, continua á abranger este territorio. Finalmente, partindo do seo ponto mais certo vai unir a outra parte do territorio Hollandez em que está situada Venloo, e comprehenderá esta cidade e territorio. Dali corre até a antiga fronteira da Hollanda, junto de Mook, situada abaixo de Gennepe, e seguirá a corrente do Meuse, em huma certa distancia da margem direita, de sorte que todos os lugares que não estiverem em maior distancia daquelle rio que mil perches Alemaens (1970 dos quaes são equivalentes á huma decima-quinta parte de hum grão de meridiano) pertencerão com suas dependencias ao reino do Paizes Baixos: bem entendido com tudo, que para haver reciprocidade neste principio, nenhum ponto da margem do Meuse fará parte do territorio Prussiano se não estiver dentro da distancia de 800 perches Alemaens. Desde o ponto em que a linha acima descripta toca a antiga fronteira Hollandeza, subindo pelo Rheno, esta fronteira se conservará nos pontos essenciaes tal como existia em 1795 entre Cleves e as Provincias Unidas. Será por tanto examinada por Commissarios, que os dois governos immediatamente nomearão, e que devem proceder á determinar exactamente os limites tanto do reino dos Paizes Baixos como os do Graõ Ducado de Luxemburgo, designados no Artigo 4. E estes Commissarios regularão, com a assistencia de homens peritos, tudo o que diz respeito ás obras hydrotechnicas, e outros pontos, em mutua vantagem das duas Altas Partes Contractantes, e do modo mais proprio e mais justo. Estas mesmas disposicoens se devem applicar á determinação dos limites nos districtos de Kyfwaerd, Lobith, e de todos os mais territorios até Kekerdom. Os

paizes encravados, Huyssen, Malburg, Lymers, com a cidade de Sevenaer e o Senhorio de Weel, farão parte do reino dos Paizes Baixos; e S. M. Prussiana renuncia á sua posse para sempre, em seu nome, e o de todos os seus descendentes e successores.

“ 3. A parte do antigo Ducado de Luxemburg, comprehendida nos limites especificados no artigo seguinte, hé igualmente cedida ao Principe Soberano das Provincias Unidas, agora Rey dos Paizes Baixos, para ser perpetuamente possuida por elle e seus successores em toda a plenitude de direito e soberania. O Soberano dos Paizes Baixos acrescentará aos seus titulos o de—Gran Duque de Luxemburg;—e S. M. poderá fazer, á respeito da herança do sobredito Gran Ducado, os arranjos de familia, entre os Principes seus filhos, que julgar mais conformes aos interesses da sua Monarquia, e ás suas paternaes intenções.

“ O Gran Ducado de Luxemburg, servindo de compensação por Nassau-Dillenburg, Siegen, Hademar e Dietz, formará hum dos Estados da Confederação Germanica; e o Principe, Rey dos Paizes Baixos, entrará no sistema da Confederação, como Gran Duque de Luxemburg, e com todas as prerogativas e privilegios de todos os outros Principes Alemaens.

“ A cidade de Luxemburg será considerada no sistema militar como hum fortaleza da Confederação. Todavia, o Gran Duque terá o privilegio de nomear o Governador e Commandante militar da dita fortaleza, salva a approvação do poder executivo da Confederação, e quaesquer outras condições que se julgarem necessarias, em conformidade da futura constituição da dita Confederação.

“ 4. O Gran Ducado de Luxemburg será composto de todos os territorios situados entre o reino dos Paizes Baixos, tal como fica designado no Artigo 2; entre a França; o Mosella, até as bocas do Sure: a corrente do Sure, até a confluencia do Oure; e a corrente deste ultimo rio, até os limites do antigo Cantão Francez de St. Vitte, o qual, com tudo, não pertencerá ao dito Gran Ducado de Luxemburg. Como se tem excitado duvidas á cerca do Ducado de Bouillon, S. M. El Rey dos Paizes Baixos se obriga á restituir aquella parte do dito Ducado que está comprehendida na demarca-

ção acima designada, á pessoa ou familia cujo direito for reconhecido como legitimo.

“ 5. S. M. El Rey dos Paizes Baixos renuncia para sempre, em seo nome e no dos seos descendentes e successores, á favor de S. M. El Rey de Prussia, os dominios Soberanos que a familia de Nassau Orange possuia na Alemanha, isto hé—os Principados de Dillenburg, Dietz, Siegen, e Hademar, comprehendendo o Senhorio de Bellstein, taes como estes dominios tem sido definitivamente regulados entre os dois ramos da familia de Nassau pelo tratado concluido em Haia á 14 de Julho, 1814. S. M. renuncia taõbem o Principado de Fulda, e os outros destrictos e territorios, que lhe foraõ garantidos pelo Artigo 10 do Acto principal da deputação extraordinaria do Imperio de 25 de Fevereiro, de 1803.

“ 6. O direito e ordem de successão, estabelecida entre os dois ramos da familia de Nassau pelo Acto de 1783, chamado *Nassanischer Erboerein*, ficaõ mantidos, e se transferem dos quatro Principados de Orange Nassau para o Gran Ducado de Luxemburg.

“ 7. S. M. El Rey dos Paizes Baixos, unindo á sua Soberania os paizes designados nos Artigos 2 e 4, entra em todos os seos direitos, e toma sobre si todos os encargos e obrigaçoens, estipuladas á respeito das provincias e districtos separados da França pelo Tratado de Paris, de 30 de Maio, 1814.

“ 8. S. M. El Rey dos Paizes Baixos, havendo reconhecido e sancionado á 21 de Julho, 1814, como bases da uniaõ das Provincias Belgicas com as Provincias Unidas, os 8 Artigos, contidos nos documentos annexos ao presente Tratado; os mesmos Artigos teraõ igual força como se palavra por palavra fossem inseridos na presente Convenção.

“ 9. S. M. El Rey dos Paizes Baixos, e S. M. El Rey de Prussia, nomearaõ immediatamente huma Commissão para regular tudo o que hé relativo á cedencia dos dominios de Nassau que pertenciam á S. M., isto hé,—arquivos, dividas, remanescentes dos cofres publicos, e outros pontos semelhantes. A parte dos arquivos que não pertence aos paizes cedidos, mas á familia de Orange, e tudo o mais, como Livrarias, collecçoens de mappas, e outros objectos semelhantes,

pertencentes á propriedade particular e pessoal de S. M., e lhes serão immediatamente entregues.

“ Como huma parte dos ditos dominios hé trocada pelos dominios do Duque e Principe de Nassau, S. M. El Rey de Prussia promete, e S. M. El Rey dos Paizes Baixos consente, cumprir a obrigação, estipulada no presente artigo, de os transferir á S. A. S. o Duque e Principe de Nassau, pela parte dos ditos dominios que devem ser unidos aos seus Estados.

“ 10. O presente Tratado será ratificado, e as ratificações serão trocadas dentro de seis semanas, ou mais cedo, se for possível.

“ Em testemunho do que, os Plenipotenciarios, acima nomeados, o assignaram e assellaram.

“ Feito em Vienna, á 31 de Maio, 1815.

“ Barão de SPAEN,

“ Baron de GAGERN,

“ Principe de METTERNICH,

“ Barão de WESSEMBURG.

(Copia authentica.)

“ O Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros,

“ A. W. C. de NAGEL.

“ Bruxellas, 19 de Setembro, 1815.”

(Appendix ao Artigo 8.)

Acto assignado pelo Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, relativo á aceitação da Soberania das Provincias Belgicas por S. A. R.

“ S. E. o Conde Clancarty, Embaxador e Ministro Plenipotenciario de S. M. Britannica junto de S. A. R. o Principe Soberano dos Paizes Baixos, havendo remettido ao abaixo assignado a copia do Protocolo de huma Conferencia que houve no ultimo de Junho entre os Ministros das Altas Potencias Alliadas, e assignada por elles, relativa á uniaõ da Belgica com a Hollanda; e havendo-lhe igualmente o mesmo Embaxador communicado as instrucções que tinha recebido da Sua Corte para se ajustar com o Barão Vincent, Governador-general da Belgica, no modo da entrega do Governo Provisional das Provincias Belgicas á pessoa que delle fosse encarregado por S. A. R.,

em nome das Potencias Alliadas, até o momento da sua formal e final uniaõ, com tanto que previa e conjunctamente com os Ministros ou Agentes diplomaticos d'Austria, Russia, e Prussia agora residentes na Haia, o dito Embaxador recebesse de S. A. R. a formal adhesaõ ás condicoens da uniaõ dos dois paizes, na conformidade do convite feito ao Principe Soberano no dito Protocolo: o abaixo assignado apresentou á S. A. R. a copia do Protocolo, e a nota official do sobredito Embaxador, em que se continha o resumo das suas instrucçoens. S. A. R. reconhece as condicoens, incluidas no Protocolo, por conformes aos 8 Artigos, cujo theor hé o seguinte:—

Art. 1. Esta uniaõ deve ser intima e completa, de maneira que ambos os paizes formarão hum e o mesmo Estado, governado pela constituição já estabelecida na Hollanda, e que será modificada, de commum accordo, segundo o novo estado de couzas.

2. Nenhuma innovação se fará nos artigos desta Constituição, que assegura, e affiança igual favor e protecção á todas as formas de culto; e garante a admissaõ de todos os cidadãos aos officios e empregos publicos, qualquer que seja a sua crença religiosa.

3. As Provincias Belgicas serão perfeitamente representadas na Assembleia dos Estados Geraes, cujas sessoens ordinarias, em tempo de paz, se farão alternativamente em huma cidade da Hollanda e em huma cidade da Belgica.

4. Todos os habitantes dos Paizes Baixos formando por esta forma hum só e mesmo povo, as suas diversas provincias taõbem igualmente gozarão de todas as vantagens commerciaes, e quaesquer outras, que forem proprias das suas respectivas situaçoens: nenhum obstaculo ou restricção se porá em huma só para proveito de outra.

5. Assim que se fizer a uniaõ, logo as provincias e cidades da Belgica serão admittidas ao commercio e navegação das colonias do mesmo modo que as provincias e cidades da Hollanda.

6. Como os encargos devem ser communs assim como as vantagens, as dividas contrahidas pelas provincias Hollandezas até a epocha da uniaõ, assim como

as contrahidas pelas provincias Belgicas até o mesmo tempo, ficarão á cargo do Erario publico dos Paizes Baixos.

7. Em conformidade dos mesmos principios, as despesas necessarias para o estabelecimento e conservação das fortalezas das fronteiras do novo Estado sairão do mesmo Erario publico, como parte dos objectos que em commum interessam a segurança e independencia das provincias da nação toda.

8. As despesas para formar novos diques e conservar os antigos serão por conta dos destrictos que mais interessados forem neste serviço publico; sendo com tudo da obrigação do Estado em geral o fornecer os auxilios necessarios, no cazo de occorrerem desastres extraordinarios, como sempre até agora se tem praticado na Hollanda:

“ E havendo S. A. R. aceitado estes artigos, como bases e condiçoens da uniaõ da Belgica com a Hollanda, debaixo da Soberania de S. A. R.; o abaixo assignado Anna Guilherme Carel, Barão Nagel, camarista de S. A. R. o Principe Soberano dos Paizes Baixos, e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, está encarregado e auctorisado, em nome e por parte de seo Augusto Amo, para aceitar a Soberania da Belgica, debaixo das condiçoens dos 8 precedentes Artigos, e ao mesmo tempo para garantir pelo presente Acto a sua aceitação e execução.

“ Em testemunho do que, A. W. Carel, Barão Nagel, &c. confirmou o presente Acto com a sua assignatura e sello.

“ Haia, 21 de Julho, 1815.

(Assignado) “ A. W. C. de NAGEL.”

“ Este Tratado foi ratificado por El Rey aos 28 de Junho de 1815: e por S. M. Imperial Apostolica, á 16 de Agosto do mesmo anno.”

Inauguração d'El Rey dos Paizes Baixos.

Bruxelas, 22 de Setembro, 1815.

O dia 21 de Setembro, ao passo que estreitou os laços que já ligavaõ o Soberano á nação, confirmou ao mesmo tempo as esperanças de todos os verdadeiros

patriotas. Ainda que este solemne acto foi presenciado pela numerosa população desta Capital, por muitos habitantes das cidades circumvezinhas, e por estrangeiros de distincção, não duvidamos com tudo, que elles gostarão de ver traçado o quadro desta festividade verdadeiramente nacional, em que elles sobremodo se interessarão. Terça feira á noite a proclamação dos arautos, a salva de 101 peças de artilheria, e o toque de sinos annunciárao ao publico a augusta cerimonia do seguinte dia. Hontem de manhã ás sete horas, se repetio a mesma salva, e o toque do sinos.

Quando nos recordamos, que há apenas tres mezes, que os trovoens da guerra reteniraõ quase debaixo dos nossos proprios muros, ameaçando carnagem e destruição; não poderiamos por certo deixar de ser vivamente tocados pela felicidade da nossa actual situação, quando esse mesmo som, que entãõ erã taõ terrivel e ameaçador, hé somente agora o interprete de alegria, e o presagio da publica prosperidade—o que mais ainda augmentou este jubilo foi a presença desses bravos homens, que taõ grande parte tiverãõ nesses dias immortaes, á que devemos a nossa independencia. A's nove e meia os Estados Geraes se ajuntaraõ na salla, que para esse fim fora preparada. Havendo o Presidente de cada Camera lido o Decreto que continha a sua eleição, a Assembleia Geral se poz em ordem á espera d'El Rei, o qual ás 11 horas partio do seo palacio, acompanhado de huma numerosa e brilhante comitiva, que estava arranjada segundo o modo determinado pelo programma.

O immenso concurso de povo que occupava as ruas e janellas, o esplendôr do mais bello dia do outomno, a elegancia de algumas equipagens, a bella apparencia das tropas, tudo dava á esta procissão o mais nobre e pomposo aspecto. Quando Sua Magestade chegou ao Palacio dos Estados Geraes, se assentou no throno com o ceremonial competente, e fez a seguinte falla:—

“ Altos e Poderosos Senhores.—O dia, em que eu vejo os Estados Geraes eleitos de todas as provincias dos Paizes Baixos congregados ao redor deste throno,

satisfaz hum dos mais fervorosos desejos do meo coração.

“ A intima e solida uniaõ destas Provincias foi, quasi há tres seculos, a mira de hum Principe, o qual, mais feliz que muitos dos seos antecessores e successores, nasceo e foi educado neste paiz; e o qual todos unanimemente admitem que possuia cabal conhecimento das necessidades deste paiz, e que tinha sincero affetto aos seos interesses.

“ Carlos V. estava convencido, que para os Paizes Baixos serem felices e independentes, não somente deviaõ obedecer ao mesmo Soberano, mas taõbem ser governados pelas mesmas leis geraes. Elle porem não poudede dedicar a sua vida á esta saudavel empreza; e em lugar da uniaõ, que tanto elle, como o seo discipulo Guilherme I. taõ ardentemente desejavaõ, se effeituou pelo contrario a triste separação.

“ Em que periodo foraõ os resultados desta separação mais terriveis e fataes, do que nestes ultimos annos? E que geração há sido delles testemunha e victima em taõ alto gráu, como a nossa?

“ A autoridade suprema passou para mãos estranhas; mesmo a sombra da nossa existencia desapareceo, e tanto o nome como o poder do povo Belgico cessou de existir.

“ Porem os nossos costumes caracteristicos, boa fé, respeito ás ideas religiosas, affecto ás constituicoens e maneiras dos nossos maiores ficaraõ preservadas, e formavaõ hum apenas visivel, mas assaz firme, vinculo de uniaõ entre todas estas Provincias. Daqui veio, que logo depois desses para sempre memoraveis acontecimentos, que comsigo trouxeraõ o estabelecimento da Monarquia Belgica, os seos diversos elementos pareceraõ desenvolver-se espontaneamente, e se vio em todas as partes huma certa tendencia para se unirem em hum mesmo centro.

“ Agora que este edificio existe, somos nós, Altos e Poderosos Senhores, que estamos responsaveis á nossa patria e á posteridade pela sua conservação.

“ Nos importantes deveres que me tocaõ, eu espero ser auxiliado pela vossa co-operação e zelo patriotico.

“ Talvez nasção difficuldades, porem não há grande obra que as não tenha; e devem ellas por ventura

aterrar os Belgas, á quem a Providencia há conferido tão grandes favores ?

“ Livres de dissensoens e agitaçoens internas, os meos vassallos tem podido entregar-se sem impedimento á sua antiga industria. O commercio floresce, a tranquillidade reina tanto nas villas como nas cidades ; os templos e o culto divino são por toda a parte reverenciados. O socego espalhado por quasi todas as partes do reino há contribuido para animar e aliviar aquelles que soffreraõ os effeitos da guerra ; e mesmo se poderia dizer, que esta guerra se rompéra em a nossa vizinhança, somente para fazer Bruxellas testemunha da coragem dos nossos defensores, e dos seos intrepidos alliados ; para dar occasiaõ á que as virtudes de caridade e beneficencia ahi brilhassem com hum lustre até entaõ desconhecido ; e em huma palavra, para nos incitar todos á nutrir reciprocos sentimentos, benevolencia, confiança, e estima.

“ A vós pertence, Altos e Poderosos Senhores, cultivar estas preciosas sementes ! Nunca percamos de vista, que a concordia hé a melhor garantia da segurança publica :—manifestai em todas as occasioens aquelle zelo pelo bem geral, aquella contemplação aos interesses do reino, que caracterizaõ o patriota instruido ; e com a influencia do vosso exemplo fazei, que o amor da liberdade e das instituçoens que a protegem, fique cedo arraigado em todos os coraçoes. Feliz será entaõ a Monarquia dos Belgas ; e feliz o Soberano, que, gozando da sua confiança e amor, os guiar na carreira da prosperidade, e da gloria.”

O Conde de Thiennes, Presidente da Primeira Camera, respondêo do modo seguinte :

“ No momento em que, em huma augusta e solemne cerimonia, feita segundo o antigo costume, Vossa Magestade vai jurar que manterá e observará a constituição ; e vai receber dos Estados Geraes esse mesmo juramento, e ao mesmo tempo o de obediencia e fidelidade á Vossa Real Pessoa e Dignidade, elles com confiança esperaõ, que grande será a felicidade que vão gozar os habitantes deste reino, debaixo do governo de Vossa Magestade, e da vossa augusta dinastia.

“ Quando em outros tempos estas provincias estavão unidas, e formavaõ hum só Estado, ellas chegaraõ

em o reinado de Carlos V. ao maior gráu de gloria e prosperidade.

“ Tentando o seo successor estabelecer o despotismo, experimentou huma resistencia, que o forçou á desistir do seo projecto; e ao passo que em virtude das guerras, que nesta occasião houverão, as Provincias do Norte conquistaraõ a sua independencia, as outras obtiverão a preservacão daquellas leis e costumes, em que ellas punhaõ toda a sua felicidade.

“ A final depois de huma separacão de tres seculos, e depois de muitas vicissitudes, estes ultimos acontecimentos haõ occasionado a reuniaõ dos dois paizes debaixo do governo de Vossa Magestade. Assim cabe por sorte ao descendente daquelle que fundou a Republica Hollandeza, e livrou as Provincias Belgicas da oppressão, o confirmar de novo a felicidade dos dois paizes.—O vosso reinado, Senhor, não podia principiar debaixo de melhores auspicios; o memoravel dia de Waterloo fixou os destinos deste novo reino; e debaixo do commando de vosso bravo filho, o illustre Principe de Orange, as tropas dos Paizes Baixos igualaraõ em galhardia aos soldados do immortal Wellington.

“ O vosso povo, Senhor, há já provado os primeiros frutos da felicidade, que vaõ gozar debaixo do vosso governo: as vossas virtudes; a sabedoria que caracteriza todas as vossas accoens; as brilhantes qualidades dos dois Principes, vossos filhos; e á final, a firmeza de character e a moderação que sempre haõ sido virtudes hereditarias na Illustre Caza de Orange Nassau, augmentaõ e confirmaõ as suas esperanças do futuro; ao passo que a constituição, a qual estabelece os direitos civis e politicos de hum povo verdadeiramente livre, hé o mais seguro penhor dos felices destinos que lhe estaõ preparados.

“ Nós supplicamos á Deos, que haja de derramar as suas Graças em vossa Magestade, na vossa familia, e reino.

Viva El Rei!!

Depois de lida a constituição, tomou-se o juramento, o qual foi pronunciado por Sua Magestade com huma energia que vivamente tocou á todos os espectadores, e na qual elles viraõ o feliz presagio da fiel execucao do contracto, á que está ligado o seo

destino. A declaração solemne, determinada pelo artigo 5^{to} da constituição, foi então proferida nas duas linguas pelos Presidentes da primeira e segunda Camera. Então os Reis d'Armas exclamaraõ “Viva El Rei;” o que foi repetido pela multidaõ, que estava congregada á roda do throno: immediatamente depois as medalhas cunhadas para esta occasiaõ foraõ lançadas entre o povo. Ellas estaõ mui bem executadas, tendo de hum lado a effigie de Sua Magestade com a inscripção.—*Will. Nass. Belg. Rex Luxemb. M. Dux* (Guilherme de Nassau, Rei das Provincias Unidas, Gram Duque de Luxemburgo); e no reverso:—*Pat. Sal. Reg. et Ord. Solen. Sacram. Asserta.* [A prosperidade publica confirmada pelo juramento solemne de El Rei e dos Estados.] MDCCCXV. A procissãõ partio então á pé para a Cathedral. Sua Magestade tinha o manto dos antigos Soberanos do nosso paiz, hum vestido por certo nobre e magnifico, e cuja apparencia produzio a mais viva sensaçãõ, fazendo-nos recordar do mais brilhante periodo da nossa gloria e prosperidade. Acabado o Te-Deum a procissãõ voltou para o Palacio na sua competente ordem. O banquete principiou ás cinco horas. Até meia noite houve nas ruas hum immenso concurso de povo, desejozo de ver as illuminaçoens, as quaes tinhaõ á seo favor huma bella noite e hum céo sereno.

Assim se passou este dia, em que o nosso paiz começa huma nova existencia; a qual segundo a nossa actual situaçaõ, a apparencia politica da Europa, e os acontecimentos de que o futuro nos permite ter vislumbres, parece presagiar os mais felices resultados. Naõ se deve arreçar, que em hum povo eminentemente dotado de bom senso, e do amor da ordem e moderaçaõ, estas bellas esperanças saiaõ malogradas em consequencia de descontentamentos momentaneos, de perversas manobras de alguns amotinadores, ou das vozes de *huma intolerancia sediciosa*,* que seriaõ puniveis, se naõ fosse o serem taõ absurdas, que merecem somente ser tratadas com desprezo. Todas estas nuvens, que alguns com tanto zelo se esforçaõ por fazer

* Allude ao indiscreto e intolerante procedimento do Clero Catholico da Belgica contra a Constituiçaõ.

mais sombrias, serão desfeitas pelo sol da razão, e da verdade. A união, o desinteresse, e a sabedoria serão daqui em diante as condições necessárias para a nossa felicidade. Estas condições se hão de realizar; taes são, pelo menos, os votos de todos os verdadeiros cidadãos—elles são os unicos, que huma sam razão pôde conceber, e que o patriotismo deve inspirar.

FRANÇA.

Abertura das duas Cameras.

No dia 7 de Outubro El Rey fez a abertura solemne das duas Cameras; e hum quarto d'hora antes da huma depois do meio dia, as salvas de artilheria annunciaram a sahida d'El Rey do palacio das Thuilleries. El Rey entrou na Assembleia, cujos membros estavam todos descobertos, subio para o throno, e depois de tirar o chapeo, tornou a pô-lo na cabeça, e pronunciou o discurso seguinte:

“ Senhores,—Quando no anno passado convoquei pela primeira vez as duas Cameras, compraziam-me de ter dado a paz á França por hum honroso tratado. A França principiou á gozar dos fructos da paz, e todas as fontes da prosperidade publica já começavam de novo á rebentar, quando huma empreza criminoza, auxiliada por huma incomprehensivel deslealdade, estancou todos os seos bens. As desgraças, que aquella momentanea usurpação cauzou, tem-me profundamente magoado; e posso agora aqui declarar-vos, que se todos esses males so á mim tivessem affligido, mui sinceramente haveria abençoado a Providencia. Os sinaes de affeição, que o meo povo me tem dado nas mais criticas circumstancias, tem adoptado as minhas angustias pessoais; porem as dos meos vassallos, as dos meos filhos, pezaõ-me no coração, e para acabar com este estado de couzas, ainda peor do que a guerra, conclui com as Potencias, que, ainda depois da destruição do Tirano, occupam huma grande

parte do nosso territorio, huma convenção, que deve regular as nossas actuaes e futuras relações com ellas ! Esta convenção, assim que tiver as ultimas formalidades, vos será communicada sem nenhuma restricção. Vós o conheceis, Senhores, e toda a França conhece a profunda dor que eu devo ter sentido, mas a salvação do meo reino tornava esta medida necessaria ; e quando a tomei, persuadi-me que o meo dever assim o exigia. Tenho ordenado que huma consideravel porção da minha renda sahisse dos Cofres da Lista Civil para entrar no Thezouro do Estado ; e a minha familia, assim que soube desta minha resolução, offereceo-se á fazer hum donativo proporcionado. Pela mesma forma tenho ordenado que se diminuam os salarios e despesas dos meos criados, sem excepção ; porque o meo povo me achará sempre pronto para entrar com elle em todos os sacrificios que imperiosas circunstancias pedirem. Todas as contas vos serão apresentadas ; e por ellas vereis a necessidade que há da economia que eu tenho recommendado em todas as repartições do Ministerio, e em todas as partes do Governo. Felizes nós seremos, se estas medidas forem sufficientes ; mas em todo o cazo, eu confio tudo da fidelidade da nação, e do zelo das duas Cameras.

“ Mas, Senhores, outros mais doces, ainda que não menos importantes, cuidados vos unem agora ; e para dar mais força ás vossas deliberações hé que eu creei novos Pares, e augmentei o numero dos Deputados dos Departamentos. Eu creio ter feito huma boa escolha ; e a prontidão dos Deputados, nestas conjuncturas difficeis, hé taõbem huma prova que elles vem todos animados de huma sincera affeição pela minha pessoa, e de hum ardente amor pela patria.

“ Com muita satisfação e confiança eu vos tenho pois convocado, na certeza de que nunca perdereis de vista as bases fundamentaes da felicidade do Estado, que são, a franca e leal união das Cameras com o Rey, e o respeito pela Charta Constitucional. Esta Charta, que eu muito meditei, antes de a dar, e á qual a minha reflexão cada vez mais sinceramente me prende ; esta Charta, que eu jurei manter, e á qual vós todos, principiando pela minha familia, hides jurar obediencia, hé de certo susceptivel, assim como todas as institui-

goens humanas, de muito maior perfeição; porem todos nós devemos lembrar-nos, que o perigo da innovação anda sempre mui perto dos bens do melhoramento. Muitos outros objectos de importancia requerem os nossos cuidados: fazer refforescer a religião,—pacificar os espiritos—fundar a liberdade sobre o respeito das leis—torna-las cada vez mais analogas á estas grandes vistas—dar estabilidade ao credito publico—recompensar o exercito—curar as feridas, que tão profundamente tem delacerado o seio da patria—em fim, consolidar a tranquillidade interna, e restituir o exterior respeito á França;—taes são os objectos em que nós temos que trabalhar. Eu não me lisongeo que tanto bem possa ser fructo de huma unica sessão; porem se no fim da presenta Legislatura nós virmos que estamos já proximos á consegui-lo, poderemos então dizer que muito temos feito. Eu não esquecerei couza alguma, e para realizar meos projectos, ponho toda a minha confiança, Senhores, na vossa sincera e activa co-operação.”

Depois deste discurso, o Duque de Angouleme, o Duque de Berry, e o Duque de Orleans, deram o juramento na forma seguinte:

“ Eu juro fidelidade á El Rey, e obediencia á Charta Constitucional, e ás Leis do Reino.”

Os Pares foraõ depois chamados, cada hum pelo seo nome, e deram individualmente o juramento seguinte:—

“ Eu juro fidelidade á El Rey, obediencia á Charta Constitucional e Leis do Reino, e portar-me em tudo, que pertencer ao meo estado, como bom e leal Par de França.”

Os Deputados foraõ taõbem depois chamados, cada hum pelo seo nome, e deram individualmente o mesmo juramento que tinhaõ dado os Pares.

Dois Pares, o Conde Julio de Polignac, e Labourdonnaie de Blossac, não quizeram jurar, pura e simplesmente, sem restricção; o que déo motivo á debates na Camera. Resolveo-se no em tanto pela proposta do Conde Lally-Tolendal, “ que a admissão dos dois Pares, que não tinhaõ querido dar o juramento pura e simplesmente, ficasse suspensa.” Os escrupulos destes dois Senhores parecem ser religiosos, e duvidam jurar huma constituição que proclama e garante a liberdade

de consciencia em França. Hé muito, qué tolerando Deos as differentes opinioens das suas crearuras, o homem as não queira tolerar! Mas a razão hé bem clara: hé porque o homem hé essencialmente vaidoso, e despota: Deos hé essencialmente justo e bom. Até quando pois quererá o homem ser mais do que Deos? Sejam os pois todos tolerantes, porque Deos taõbem o hé. E quando o não fosse, que seria dos intolerantes? Não dariaõ hum passo sobre a terra sem que o raio celeste os devorasse!

Discursos de Agradecimentos á El Rey, votados por ambas as Camaras.

No dia 15, ás oito horas, El Rei recebeo huma Deputação da Camera dos Pares na Salla do Throno. O Chanceller, como Presidente, lêo o discurso de agradecimentos desta Corporação, concebido em os termos seguintes:—

“ Senhor,—Os vossos fieis vassallos, os Pares de França, haõ sido vivamente tocados pelas palavras, que V. M. proferio do throno; as quaes ainda estão gravadas em todos os coraçoens. Elles se apressaõ á render á V. M. a homenagem da sua respeitosa e ardente lealdade; á manifestar á V. M. quanto se affligem com os vossos pezares, e a grande esperanza que poem em a vossa sabedoria; e á offerecer-vos todos os recursos, que vos possaõ ministrar o nosso amor para com a vossa pessoa, a nossa fidelidade ao vosso sangue, e a nossa constante lealdade á nossa patria e ao nosso Rei.

“ Sim, Senhor, quando o anno passado a Providencia, attendendo ás supplicas de todo o mundo, vos restaurou aos votos da França, e restabeleceo o throno dos vossos Mayores, (patrimonio que nos pertence tanto como á vós), a apparencia de V. M. foi o signal de huma paz, com a qual vós por certo vos felicitastes tanto, quanto nós a abençoamos. Aquella paz foi mais que honroza; e foi gloriosa para vós, por isso que com a vossa presenca inspirastes todas as virtudes aos Francezes, os quaes mesmo nos seos revezes receberaõ

os tributos de admiração devidos ao seu valor ; e obrigastes, por assim dizer, as Potencias a sacrificarem seus resentimentos á magnanimidade.

“ A’ vantagem de huma gloriosa paz, V. M. immediatamente acrescentou a de huma livre constituição,—o objecto dos nossos desejos, a obra da vossa sabedoria, e a dadia do vosso amor.

“ Nós principiamos, Senhor, a provar o fruto desta duplicada vantagem. Os exercitos estrangeiros se retirárao confiando na vossa Real palavra com tanta segurança, como nos tratados os mais solemnes ; a Europa cessou de ficar em armas, excepto para defender a mais sagrada das causas ; todos os thronos, ao passo que protegiao a legitimidade do poder, pareciao garantir mutuamente a sua propria duração ; o fatal genio das revoluções estava quasi á desaparecer diante deste dogma tão proveitoso ; os mesmos odios nacionaes já se hiao extinguindo, e as discordias civis acabando ; em fim todas as nações desejavao ser amigas.

“ No interior se tornarao á abrir todas as fontes da publica prosperidade ; a justiça do Soberano fez reaparecer o dominio das leis ; e com o seu exemplo reviveo o imperio da saã moral ; a religião esclareceo os espiritos, e reconciliou todos os corações ; a prosperidade publica se hia restabelecendo na base de hum credito constitucional ; cada dia se via desenvolver, em huma sabia progressão, a liberdade da agricultura, commercio, industria, e a mais nobre liberdade do homem, qual hé, a de pensar : não havia, em huma palavra, coiza alguma capaz de formar a felicidade e gloria da vida humana, que não tivessemos esperanças de conseguir.

“ Passou-se hum anno. A fidelidade foi de novo illudida, e o poder legitimo atacado. O novo triumpho da usurpação, á pezar de ter huma duração ephemera, esgotou com tudo as fontes da nossa prosperidade. O Usurpador fugio, deixando a França victima das desordens que elle occasionava, e dos ataques que sobre ella acarretava. El Rei tornou a apparecer. O amor o recebeu na capital do seu reino, e a afflicção o tem achado no meio do seu povo ainda cheio de esperanças. Nunca hum tão curto espaço

de tempo ameaçou deixar á traz si mais deploraveis consequencias de mudanças não menos imprevistas que fataes.

“Ao menos, Senhor, a historia, narrando estas tristes alteraçoes, exporá ao mesmo tempo aquillo que permanece inalteravel, isto hé, a constancia do Rei legitimo, e o amor dos seus fieis vassallos.

“Hé chegada a hora, Senhor, em que todos os Francezes estão quasi á reunir-se. V. M. nós annuncia penosas noticias. Huma sabia e respeitosa reserva nos obriga á esperar por ellas em silencio. Podemos, porem, assegurar-vos, que não há hum só Francez, que não haja de participar com nosco da profunda dor, que o vosso coração já nos há revelado; e para mitigar esta angustia, e imitar e apoiar a vossa constancia, esforço algum nós parecerá difficil, nem sacrificio algum impossivel.

“Os sacrificios de V. M. já tem precedido os nossos. A generosa cessão de huma consideravel parte da vossa renda pessoal, o thesouro d’El Rei transferido por sua ordem para o thesouro do Estado, e este exemplo seguido com tanto ardor pela vossa augusta familia, por certo que inflammaraõ todos os coraçoes com huma nobre e patriotica emulaçaõ.

“Nós reconhecemos, Senhor, no augmento do numero dos Deputados dos Departamentos, as beneficas intencões, de que V. M. está constantemente animado. Nós com prazer esperamos, que cada Deputado seja hum penhor de mais para consolidar a util uniaõ do poder Real com as liberdades da naçaõ.

“Todos os Pares, Senhor, bem conhecem os deveres, que andaõ annexos ás suas sagradas funcções; e a honra que lhes fizestes com a vossa escolha. Conselheiros hereditarios da Corôa, natos defensores dos direitos e liberdades do povo, juizes supremos sobre attentados que ameaçaõ a segurança do throno e do estado, nós estaremos sempre promptos, Senhor, como vassallos, para vos obedecer; como cidadaõs, para nos dedicar-mos ao bem do estado; e como Pares de França, para fortalecer a prerogativa Real, com todos os poderes, que as duas Cameras julgarem indispensaveis para se apasiguarem as facções, e para fazer com que triumphem as leis.

“ A’ final, Senhor, aquella plena confiança, com que vistes ajuntar-nos ao redor de vós, será inteiramente desempenhada. Nunca perderemos de vista aquelles principios fundamentaes tão recommendados por V. M. — *Huma franca e leal união das Cameras, com El Rei; — e respeito á Carta Constitucional.* Estas sagradas pálabras da boca de V. M. serão para sempre a nossa voz de reunião. Em nome de todos os Francezes, nós vamos jurar aos vossos pés, que nos esqueceremos de divisoens internas, e que sacrificaremos todos os interesses pessoaes. Nós todos, de commun acordo, nós ajuntaremos ao redor daquelle throno-tutelar, que há sido o altar da patria. Nós trazemos com nosco votos de amor, e não ideas de resentimento; estamos, porem, perfeitamente convencidos, que V. M. conciliará sempre os direitos da justiça com os favores da vossa clemencia; e nós atrevemos á humildemente esperar da vossa equidade a necessaria retribuição de castigos e galardoads, a execução das leis existentes, e a pureza da administração publica.

“ Hé seguindo, Senhor, invariavelmente esta linha de conducta; nunca violando aquella lei constitucional, que vos devemos; observando-a tal como existe; e deixando o periodo da sua perfeição áquelle, que teve a gloria de a crear; hé finalmente fixando agora toda a nossa attenção em os grandes objectos indicados por V. M.; e attendendo sem cessar ás nossas primeiras necessidades, que poderemos reparar as nossas ultimas calamidades.

“ Assim, com o auxilio da religião, primario principio de todas as sociedades humanas, com o socorro de melhores costumes, com a liberdade fundada nas leis e no restabelecimento do credito nacional, com a garantia de hum exercito composto segundo aquelles principios de lealdade, que nunca podem deixar de existir em coraçoens Francezes, nós restauraremos á Corôa, e á nação a força e dignidade que lhes pertencem. Assim, depois de havermos visto o anno passado os Imperadores e Reis da Europa unanimes aceitarem, como unica garantia, o character moral de V. M. teremos agora que offerecer-lhes huma nova segurança na prudente energia de huma nação, que pódendo renun-

ciar á fatal ambição de se fazer temida, conserva porem a firme resolução de inculcar, de acordo com o seo Soberano, aquelle respeito á que tem jus os seos direitos, e a confiança devida daqui em diante aos seos principios.”

El Rei respondeo:—

“Eu sou nimiamente sensivel ás protestaçoens da Camera dos Pares.

“Quando na ultima occasião as Cameras se ajuntarão ao redor de mim, eu lhes communiquei a profunda dor, de que estava penetrado o meo coração: mas agora só lhes fallarei das minhas esperanças.

“Eu conheço os meos deveres, e os hei de desempenhar. Eu ponho toda a confiança na co-operação da Camera dos Pares, para reparar as desgraças da nossa patria; e eu vejo hum seguro penhor no modo por que ella me acaba de manifestar os seos sentimentos.”

A Deputação da Camera dos Deputados foi então introduzida:—M. Laine, o Presidente da Camera, lêo o seguinte discurso de agradecimentos:

“Senhor—As palavras de V. M. haõ vivamente tocado os vossos fieis vassallos, os Membros da Camera dos Deputados. Ellas encheram os seos corações de respeito, e de huma dor, Senhor, tanto mais cruel, quanto erá menos de esperar, depois de taõ lisongeiras promessas.

“Os males que acabrunhão a nossa patria são grandes; elles não são, porem, irreparaveis. Se a nação, sem ter parte nas provocaçoens do Usurpador, tem que soffrer o castigo de huma rebellião, de que hé innocente, ella soportará com firmeza as suas desgraças.

“A primeira consolação hé a volta do Rei legitimo. Que grande garantia, por certo, existe neste dogma de legitimidade, do qual o interesse dos povos depende muito mais do que o dos Reis! Este principio tutelar nos protegeo, manteve a successão dos nossos Reis, e nos preparou, depois de muitas tormentas, hum asilo na sombra do throno. A violencia usurpou a authoridade, porem o direito indestructivel sobreviveo á violencia.

“São unicamente os Reis legitimos que sabem dar-se todos ao bem dos seus povos. V. M. o há mostrado mais de uma vez.

“V. M. á fim de mitigar as nossas desgraças, não arrecea sugerir-se á grandes privações; a vossa augusta familia segue o vosso exemplo. Huma rigorosa economia vai diminuir as despesas publicas. E poderá haver Francez algum que recuse qualquer coisa, que as necessidades do Estado exigirem? Fazei-nos dellas scientes, Senhor, e vós vereis como a nação se mostra digna de vós.

“Nós todos necessitamos de consolação, e nós a procurámos no bem que V. M. há indicado.—A união hé o vosso principal desejo, e hé nossa mais urgente necessidade: nós temos esperanças de poder ainda amalgamar os nomes de todos os partidos em o só—nome de Francezes, do qual sempre muito nos gloriaremos.

“Cessem esses partidos de agitar o povo com receios imaginarios da re-apparição de direitos para sempre abolidos. Nós prestámos juramento á Charta; e permitti-nos, Senhor, usar desta expressão; que não podemos consentir, que se ponha a menor duvida em a nossa boa fé. Nós estamos promptos para reparar os males da França; e os sanaremos sem novas convulsões, mas sim com sabedoria, e celeridade. Hé por meio das nossas acções, e pelo fervor com que abraçaremos as medidas necessarias para a manutenção dos privilegios do povo, e da tranquillidade publica, que se há de ver se somos ou não fieis ás nossas promessas.

“Porem, Senhor, não obstante o desejarmos a concordia universal, e mesmo procurarmos consolida-la, hé do nosso dever supplicar a vossa justiça contra aquelles que puzerao o throno em perigo. A vossa clemencia tem sido quasi illimitada; com tudo não vimos pedir vos que vos retracteis; por que as promessas dos Reis, como todos bem sabem, devem ser sagradas: nós vos rogamos porem em nome do povo, que hé victima dessas medidas que agora tanto o opprimem, ordeneis pelo menos, que principie a justiça, onde a clemencia tem parado. Fazei com que aquelles que mesmo agora, animados pela impunidade, não

arreceaõ fazer ostentaçaõ da sua deslealdade, sejaõ entregues á justa severidade dos Tribunaes. A Camera concorrerá com zelo em fazer as leis necessarias para o desempenho deste seo desejo.

“Ella taõbem prestará todo o auxilio á religiaõ, a qual nos consola em as nossas desgraças, prescreve o esquecimento das offensas, e fortifica com sua sanctidade a fé dos juramentos;—poder este sem duvida mais forte que a mesma lei.

“Nós não tocaremos, Senhor, sobre a necessidade de depositar em mãos puras os varios ramos da vossa autoridade; os ministros que vos rodeaõ, nós daõ sobre este ponto lisongeiras esperanças; em hum taõ importante objecto como este elles poderaõ exercer a sua vigilancia com tanta maior facilidade, quanto os ultimos acontecimentos haõ revelado todos os sentimentos e opinioens: quanto á nós, Senhor, não temos outro objecto em mira,—a felicidade de V. M. e a segurança da patria; e os nossos votos seraõ de todo satisfeitos, se conseguirmos este glorioso fruto do nosso zelo, e dos nossos trabalhos.”

El Rei replicou:—

“Eu sou vivamente sensivel aos sentimentos que a Camera acaba de manifestar, e adopto gostosamente as esperanças que ella me offerece de hum melhor futuro.

“Ella pode estar certa, que nunca deixarei de lhe expor com confiança as necessidades do Estado; e que sempre me mostrarei firme em manter aquelles direitos, que concorrerem para a conservação da segurança publica.”

Estes dois discursos, em tempos ordinarios, apenas mereceriam ser nomeados, porque seriaõ discursos de estiqueta ou mera formalidade. Não devem porem agora ser assim considerados, porque elles já nos revelam, por assim dizer, parte da alma e sentimentos que animaõ ambas as Cameras. O leitor, que estiver ao alcance de todos os modernos acontecimentos politicos, e propender para propheta, achará nestas fallas ampla materia para as suas profecias: e entaõ para elle são superfluas nossas reflexoens: para outro qualquer

leitor porem, que pouco ou nada se interessar com politicas, de certo estes discursos serão insignificantes; e em a nossa opiniaõ, elle será mais feliz do que o primeiro. O que todavia podemos asseverar hé, que estes dois cumprimentos feitos á El Rey forão o producto de mui teimozos e serios debates, particularmente na Camera dos Pares, aonde a minoridade mostrou huma physionomia que erá mais de esperar na Camera dos Deputados. Mas esta portou-se mais como Camera de Pares; e talvez por isso hé que hum galho-feiro de Paris dicesse gracejando: “Nós temos hoje duas Cameras altas; ou, como á cada hum melhor parecer, só temos duas Cameras baixas.”

O que com effeito hé bem digno de saber-se hé que, hum Principe da familia Real (o Duque d’Orleans) foi hum dos que mais fortemente se oppozeraõ ao voto de certos individuos, que pertendiaõ pedir francamente á El Rey cada falsos e sangue.

A emenda do Duque de Orleans foi seguida pelo primeiro ministro Duque de Richelieu, e depois pelo Conde Lanjuinais, que dice:—“Eu desejo participar, com o Ministro d’El Rey, da honrade apoiar a proposta de hum Principe da familia Real.” Dizei de hum Par, replicou porem immediatamente o Principe. Pois bem, digamos de hum Par, pois que esta augusta personagem assim o quer, continuou o Conde Lanjuinais.”

Seguiu-se depois o Conde Destutt Tracy (o Ideologista) que fallou no mesmo sentido, dizendo:—“Se o povo pede justiça hé bem que se lhe faça; porem se o povo pede sangue, hé dever nosso impedir que elle o derrame.” (Ao concluir esta fraze ouviraõ-se alguns susurros nas diversas partes da Salla.) Mas o orador continuou, e disse:—“Senhores, deixemo-nos de barulhos, elles não me aterram, nem são capazes de suffocar os gritos da minha consciencia. Dizem-nos, que a nação pede puniçoens e castigos; não, o povo não os pede, teme-os.” (O susurro continuou, e até hum membro, o Conde Ferrand, ousou pronunciar a palavra—*faccioso*.) Mas o orador replicou, dizendo:—“Senhor Presidente, eu invoco a vossa auctoridade: ponde hum termo á taes personalidades. Se eu não estivesse neste lugar, agora mesmo mostraria á esse

indivíduo, que pronunciou a palavra—*faccioso*, que não se insulta impunemente hum homem dos meos annos, e que atravessou toda a revolução sempre com honra. Porem baste-me por agora dizer, que desprezo taes insultos.”

A pezar destes debates, a proposição do Duque de Orleans não foi todavia adoptada, ainda que sempre se fizeraõ algumas emendas no discurso dirigido á El Rey. A minoridade da Camera dos Pares, que se diz combatéra todos esses projectos de sangue, parece compor-se dos individuos seguintes:—

Duque d'Orleans	Conde Chs. de Damas
Duque de Richelieu	Conde Dessolles
(Guarda Selos) Barbé Marbois	Conde Dupont
Duque de Valentinois	Conde Chollet
Principe de Talleyrand	Conde Garnier
Duque de Doudeauville	Conde de Haubertsætt
Duque de la Rochefoucauld	Conde de Villemanzuy
Duque de Lavauguyon	M. Boissel de Monville
Duque de St. Aignan	Conde Molé
Marechal Duque de Ragusa	Conde de Tascher
Do. Conde Gouvion St. Cyr	Conde de Lanjuinais
Do. Duque de Valmy	Conde de Montbadon
Do. Duque de Castiglione	Conde Klein
Conde Victor de Latour Maubourg	Conde d'Aguessau
Conde de Grave	Márques de Boisgelin
Conde de la Place	Conde Boissy d'Anglas
Conde de Castellane	Conde de Brigode
Duque de Broglie	Conde de Crillon
Conde Jaucourt	Conde Destutt de Tracy
Conde de Beauharnois	Conde d'Hedouville
	Conde Herwin
	Conde Vernier
	Conde Bertholet
	Conde Lemercier
	Conde de Coveau.

Nota Official do Duque de Otranto dirigida aos Ministros das Potencias Alliadas, com data de 18 de Agosto, na qual expoem á opiniaõ publica em França, relativa á Buonaparte, e os meios de consolidar a auctoridade de El Rey.

“ A situaçaõ da França hé composta de huma variedade de circumstancias que hé mui preciso conhecer para ser bem avaliada, e não a julgarmos só por simples apparencias. Destas circumstancias humas se referem aos acontecimentos anteriores; outras tem connectaõ com as opinioens permanentes, e certos principios que nada tem com as vicissitudes da fortuna; mas taõbem ainda há outras, que dependem de cauzas recentes.

“ Os males da França já tinham feito abrir os olhos ao povo, e o tinham unido antes da abdicaçaõ de Buonaparte, e ainda antes do principio das hostilidades. Já pois se não duvidava de que só erá preciso defender os interesses pessoaes, sem entrar mais em questoes estranhas á felicidade da patria; e quando El Rey voltou á Paris, achou em todos os coraçoens os elementos de huma pronta pacificaçaõ. Hé verdade que ainda existe hum estado de desordem, mas este procede de cauzas que mui facilmente se podem obviar. Ellas depressa cessaráõ, á não ser que huma má politica á isto se opponha, porque seria erro a injustiça chamar resistencia e revolta á certas temporarias e inevitaveis desordens.

“ A’ fim de se poder bem julgar da nossa situaçaõ, hé preciso voltar-mos ao que se passou antes de 20 de Março. Buonaparte servio-se de muitos arteficios para entrar de novo na posse do supremo poder; e quando huma naçaõ hé habilmente lisongeada, só pela serie dos successos hé que se pode cabalmente enganar. A illusaõ já estava acabada para os homens de juizo, ainda antes dos grandes revezes do exercito; mas o povo em geral não podia convencer-se com a mesma prontidaõ; as cauzas desta differença e deste mal datam de epochas mui antigas. Quando os Soberanos estiveram em Paris não tiveram tempo bastante para observar, que huma revolucçaõ de 25 annos

naõ se pode terminar sem conciliaçoens, sem precauçoens, e sem condescendencias. A maior parte das nossas calamidades tem nascido desta falta de previdencia. E porque naõ revelaremos a verdade? Hum zelo imprudente pelas regras e maximas da antiga monarchia fez commeter grandes erros: sustos de toda a especie foraõ os seos resultados, assim como a fluctuação de opinioens, e a desaffeição para com o governo. Esta opposição moral, que erá bem conhecida á toda a Europa, naõ podia escapar aos calculos de Buonaparte, e assim naõ precisava de outro convite para se lançar no meio dos descontentes e destes elementos de discordia. Assim como elle tinha que calcular com todos os azares de huma conspiração, e de huma casual falta de segredo, que podiaõ inutilisar todos os seos planos, taõbem calculava, com hum certo gráu de certeza, sobre o extraordinario pasmo e admiração que a novidade da sua empresa havia de cauzar; e por consequencia podia contar com toda essa perplexidade e confusão que se apoderaõ dos espiritos quando ficam estupefactos á vista de huma naõ esperada e atrevidissima empresa. Huma só, porem decisiva deserção, abrio sem duvida o caminho de Buonaparte até Grenoble, e naquelle unico momento, em que só erá possivel ainda ter maõ em todos os males de que estavamos ameaçados. Já tres dias depois erá impossivel preveni-los. Quando elle entrou em Leaõ, já tinha huma força consideravel, ou pelos menos já sufficiente para excitar huma guerra civil. Alem disto, foi só em Leaõ que elle começou á desenvolver os seos planos, pelas promessas que fez de consolidar a liberdade civil e politica com todas as especies de seguranças: e assim que estas seguranças foraõ auxiliadas com os boatos que fez espalhar de que erá protegido pela Austria, produziram entaõ logo todo o effeito que elle desejava. Desde este instante achou logo todo o apoio na povoação, que se persuadio já naõ ser possivel repeli-lo, excepto armando os cidadaons huns contra os outros. Esta crize foi, alem disto taõ rapida, que na breve transição da hesitação para a condescendencia, e desta para a necessidade da obediencia, bem poucos criminosos poderia achar ainda a mais rigorosa justiça, quando mesmo os receios de huma guerra civil per-

mitissem que á isto se desse o nome de revolta. A illusão, que só sustentou o governo de Buonaparte, pouco á pouco se foi desfazendo, porque já ninguem duvidava, que a sua entrada em Paris nos traria logo a guerra estrangeira. Porem, durante aquelle intervallo, elle se apoderou de todos os recursos do Governo, e a sua força diariamente cresceu pelo chamamento que fez de todos os seus velhos soldados, ajuntando á isto as esperanças que ainda dava de paz, pelo muito que trabalhava por negociar.

“Forçado á explicar-se á respeito dessa liberal e popular Constituição que tão pomposamente havia prometido, enganou á tal ponto a expectação publica, que hum clamor de indignação se ouviu de huma extremidade á outra da França. Hé bem para lamentar que naquelle momento decisivo se não tivessem aberto negociações com El Rey e com as Potencias alliadas. A publicação, que Buonaparte fez do seu Acto Addicional ás Constituições do Imperio, devia ser olhada por elle como o sinal da sua queda. Taõbem á final, ainda que já tarde, se veio á descobrir, que elle nos havia enganado á respeito das forças que nós dizia que tinha, e que já estava á ponto de hir sacrificar ás suas desesperadas circumstancias: porem as couzas haviaõ chegado á tal ponto, que sem hum revez, nem a França nem o exercito se podiam declarar. Os Soberanos tinham feito promessas, e nós ignoravamos seus intentos; por que de facto havia exuberante ambiguidade em todas as suas declarações. Pela mesma forma nos achavamos ignorantes das intenções de El Rey, e muito se temia, não só por elle mas pela tranquillidade da França, que seus Ministros persistissem em alguns dos erros do seu precedente governo. As Cameras, pela sua parte, não queriam arriscar-se á aggravar nossas misérias, ou empregando remedios illusorios, ou antecipando successos. E mais que tudo, nós cuidadosamente procuravamos não cahir em illusão á respeito das intenções dos Soberanos; e daqui nasceo toda essa falta de unanimidade que, em parte, existe ainda hoje. Em huma palavra, pode-se affirmar, que se a exclusão pronunciada pelos actos do Congresso contra o governo de Buonaparte houvesse taõbem sido tão explicitamente declarada contra qual-

quer outro governo, que não fosse o de El Rey, a França, de certo haveria procurado os meios de evitar a guerra. Esta ultima reflexão não se deve pois considerar de pouca importancia na occasião, em que nós devemos destinguir com equidade as verdadeiras offensas daquellas que foram effeito da necessidade ou do embaraço das circunstancias.

“ Estas considerações, ainda que geraes, eram indispensaveis para se formar hum bom juizo á cerca da nossa actual situação. Buonaparte, já antes da sua abdicação, estava irrevogavelmente perdido; já não tinha influencia alguma se não sobre os soldados, que ainda imaginavam que elle seria sempre invencivel; e a sua ultima derrota quebrou de todo esse encanto que ainda lhe restava. Estranho desde hoje para a França, assim como sempre o foi para os nossos costumes e nossos interesses, já não tem, nem poderá já mais ter em França partidistas que devam causar susto. O exercito já dá a sua obediencia; e se ainda se vê alguma hesitação em França, esta se deve attribuir á ignorancia em que ella está de tudo quanto se passa, e dos seus destinos futuros. As negociações para a paz ainda não principiaram, e o povo não conhece as intenções das Potencias Alliadas: mas a verdade hé, que a França deseja muito estreitar a sua união com o Monarca. Se os Soberanos Alliados querem que a França esteja socegada e tranquilla, está na sua mão o consegui-lo; não tem mais que declarar, que a guerra acabou, e a França ficará logo em socego. Talvez que esta declaração não seja compativel com as regras ordinarias da Diplomacia, porem ella hé necessaria. A pacificação não pode fazer mal algum, e terminaria todas as nossas calamidades: quaesquer perturbações, que ainda restassem, bem depressa acabariam. Todos já tem hoje grande interesse em obedecer á El Rey, e os nossos interesses já se não podem separar dos interesses do throno. Todo o mundo está convencido, que El Rey, consolidando o seu poder, se ainda achar obstaculos, poderá mui facilmente remove-los; porque agora já não existem nenhuns desses perigos que se podiam arrecear no tempo da paz de Paris. Buonaparte conservava então ainda hum titulo, hum territorio, e a pompa de hum Soberano: a sua abdicação

era unicamente o effeito de hum tratado com os Aliados. Agora a França e a fortuna já o abandonaram; e já não tem exercito, nem povo, nem pertengoens. A prudencia, com tudo, requer, que a sua posição seja tal que para sempre o impossibilite de tornar á perturbar a tranquillidade do mundo.

“ Os irmaons, e os outros membros da sua familia não tem nenhum credito em França. Elles não possuem nem as qualidades que inspirão confiança, nem as que dão influencia: será preciso, todavia, taõbem remove-los. Sem serem absolutamente perigosos, individualmente considerados, falsas esperanças os poderiam animar, e talvez os induzissem á ser instrumentos dos outros. O mesmo espirito de precaução se pode applicar aos outros individuos. Quando a anarquia e o despotismo tem alternativamente inflammado mui diversas paixoens, e produzido grande corrupção no povo, apparecem sempre homens que não querem sujeitar-se á governo algum; e ao mesmo tempo há outros, que não podem dar-se com as formas de huma monarquia constitucional, e que só guardam fidelidade ás revoluçoens. Mas estes individuos são pouco numerosos; e neste ponto hé sempre mais perigoso estender as applicaçoes, do que limita-las. Nas desordens publicas nunca se veêm couzas que não sejam effeito de huma primeira cauza que as produz: tudo cessa com esta cauza; e a experiencia mostra, que quando se pretende descobrir huma facção, isto só serve de crear outras novas. El Rey conhece mui bem que a paz se pode só estabelecer acabando com todas as incertezas; e que hé impossivel punir hum individuo sem ameaçar milhares de cidadaons, e sem nos expor todos, mais cedo ou mais tarde, á sermos victimas de novos tumultos e novas insurreiçoens. As sementes de odio, que se lançam nos coraçoes no principio de hum novo reinado, nunca morrem.

“ Os Soberanos desejão conhecer quaes forão os fautores, os instigadores, e os auctores da volta de Buonaparte. Nós porem ouzamos dizer, que o particular estado da França foi a cauza principal da sua volta. Se houvessemos de entrar em huma rigorosa inquirição, de necessidade seriamos obrigados á particularisar as diversas queixas que então havia, o im-

prudente comportamento que as motivou, e os actos do governo que as permitiram, e por alguma forma as legitimaram. Desta maneira entrariamos em huma geral indagação sobre toda a situação da França, e depois nós acharíamos em huma confusão universal: bem se vê que tudo isto hé impraticavel. Em huma nação como a França, hé preciso muito cuidado no tratar os negocios presentes; e só para o futuro hé que poderemos discutir o passado. Muito se tem já fallado de conspirações que precederam a volta de Buonaparte, e muito mais, da falta de vigilancia dos Ministros, que nem anteviram, nem preveniram a sua sahida d'Elba. Depois que o seo desembarque se effeituou, tudo o mais que aconteceo só foi huma deploravel consequencia de precipitação e de sustos. Hé bem sabido que não foi hum punhado de soldados os que protegeram Buonaparte em Leaõ, no meio de huma povoação de 100,000 habitantes. Nesta epoca hé verdade que houveram individuos mais activos do que outros; mas hum vos dirá, que foi impellido pelos officiaes e soldados; outros, que as tropas os abandonaram, ou os arrastraram consigo; e então se quizerdes descobrir com evidencia hum agente principal, ou achareis todos innocentes, ou todos criminosos. E que resposta pode haver para esta objecção? Que deste desastre da volta de Buonaparte, ou o throno devia ter livrado a França, ou a França devia ter livrado o throno.

“ Aquelles que estavam honrados com a confiança do Monarca, e forão tão infames que o trahiram, ficaram para sempre deshonorados na opinião publica. Pela Proclamação de El Rey elles devem ser entregues á justiça das Cameras. Há com effeito grandes difficuldades para conciliar tudo, e pacificar tudo de repente; porem o tempo, a moderação, e huma prudente distribuição de honras e empregos, produzirão todo o bem que se deseja. Se não está na mão do melhor dos Reys dar de repente á patria toda a felicidade e prosperidade que ella tem perdido, ao menos, a sua experiencia, os seos conhecimentos, e a sua moderação, poderão restituir-nos aquella tranquillidade e uniaõ politica, que são as imagens da felicidade, e a origem de toda a prosperidade.

“ Os Soberanos serão fieis ás suas promessas, porque elles até aqui já se tem mostrado as divindades tutelares da terra. Hé preciso pois que completem, por motivos desinteressados, e somente com vistas no descanso do mundo, e na felicidade do genero humano, a nobre empresa em que entraram : assim, a posteridade nunca repetirá seos nomes sem respeito, e sem lhes dar mil bençoens !”

ANTIGO MINISTERIO FRANCEZ.

Carta dos Ministros á El Rey, em que expõem as razoes porque dão a sua dimissão.

“ Sire,—V. M. dignou-se confiar-nos a administração do seo Imperio quando toda a Europa em armas occupava as provincias do Norte, ameaçava as do Est e do Sul, e quando a guerra civil tinha rebentado e se difundia pelo Oeste. Huma facção triumphante comprimida, porem não desanimada; e a maior parte da povoação indifferente á todos os acontecimentos, ou por excesso de medo, ou por já estar enfastiada de soffrer, e portanto pronta tanto para supportar a tirania das facções como o jugo das armas estrangeiras, até que o cumulo das calamidades a podesse em fim unir contra os seos oppressores ; tal há sido a situação do reino depois da volta de V. M.

“ Parecia que o amor da Patria já não se podia achar senão á sombra da Bandeira tricolor. O partido que se denomina Realista, havia proscripto nos seos projectos tanto as leis como os homens que não concorriam para a subversão da ordem social. Se a França ficasse sepultada debaixo das suas ruinas, e V. M. só podesse reinar sobre desertos, seria para este partido hum magnifico triumpho ; por que antes prefere presenciar a destruição da gloria, da força, e da existencia politica da França, do que ve-la consolada das suas desgraças, e reparando as suas perdas pelas leis sabias e liberaes, promulgadas por V. M. Este partido tomou armas no Oeste, no Sul, e no Norte, por que se julgou auxiliado pela suprema auctoridade. Os bons cidadãos esperavam em silencio ouvir as

vozes de V. M. Agora já estão preparando as suas armas no Auvergne, nas Cevennes, no Vosges, no Franco-Condado, e na Alsacia.

“ Sire, V. M. não pode ignorar qual tem sido a nossa afeição para com a vossa sagrada pessoa. Nós participamos dos vossos perigos, das vossas desgraças, e do vosso desterro; nós conhecemos os desejos, e as necessidades do Povo Francez; e nós tudo isto expozemos á V. M. com a mais respeituoza candura. Vós mostrastes dar-lhe grande attenção; e como estamos agora para deixar-mos de ser vossos concelheiros, esperâmos que ainda nos permitaes o repetir o mesmo que já vos dicemos.

“ Revoluçoens successivas tem mudado a situação das familias, tem arruinado as fortunas que haviam adquirido, tem obstruido os canaes, que tinhaõ aberto, e tem murchado a gloria nacional, que tanto haviam exaltado: porem estas mesmas revoluçoens taõbem tem ensinado o povo, que não pode ter felicidade senão sob hum governo fixo e permanente; porque só assim as condiçoens das familias tornarão á por-se em harmonia com os costumes actuaes; porque só assim se poderão consolidar as fortunas existentes; por que só com elle será permitido aos cidadãos perfazer a carreira que já principiaram; e finalmente, porque só com elle a honra nacional se poderá firmar em principios de huma inalteravel justiça. Resultados estes da maior importancia para a nação; porque isto collocará os individuos naquella condição relativa, que o estado social hoje requer.

“ Se nós tivessesemos podido dar esta direcção ao governo de V. M., os Francezes virião á estar todos unidos do coração, e em perfeita harmonia com os desejos do seo Rey; e os seos interesses não andariaõ separados da gloria, do amor, e da segurança do seo Príncipe. Todos esses projectos, fructos de paixoens fanaticas, que tendessem á perturbar huma ordem de couzas taõ proveitoza para o bem geral, gradualmente se hirião esquecendo, ou em fim por si mesmos acabariam, vendo a inutilidade da sua opposição.

“ Vossos vassallos se haveriam entãõ sugeitado ás vossas leis, quaesquer que fossem as suas opinioens, ou qualquer que tivesse sido a sua primeira condição.

O partido Republicano e o Imperial já não são nada temiveis; e a totalidade da nação so quer liberdade e socego. Os Gabinetes estrangeiros, huma vez que vissem todos os Francezès unidos em volta do throno, ou teriam limitado as suas pertengoens, ou V. M. lhes poderia mui bem resistir.

“ Huma vez que a constituição nós fazia responsaveis por todos os actos da vossa auctoridade, determinamos regular-nos por aquelles principios que vos acabamos de expor. Tivemos porem logo de entrar em lucta com a ignorancia, com as paixoens, e com o odio das pessoas que vos cercam: estas começaram taõbem logo á intrometer-se com o governo. Deraõ-se ordens e adoptaraõ-se medidas em que não tivemos parte. Partiram Commissarios Reaes, que foraõ acender a guerra civil nas provincias; que deram armas aos sediciosos; que dirigiram sua ferocidade contra pacificos cidadaons; e diffundiram em roda de si confusão e terror! Tiveram muita facilidade em realizarem seos planos, porque annunciaram que apoz elles vinham estrangeiros auxilia-los; porque profanaram o nome de V. M., invocando-o em suas proclamaçoens; e porque no Sul, aonde ainda os estrangeiros não tinhaõ apparecido, permitiram a entrada á 8,000 Hespanhoes. Hum Marechal de França* foi assassinado nas margens do Rhone, e seos assassinos nem foraõ prezos, nem punidos! A' hum povo assim opprimido podia-se inspirar amor algum pelo governo? Os ultrages ainda foraõ mais á diante: em algumas cidades arvoraraõ-se cores, ou insignias que não são as de V. M. Os mesmos Francezes chegaram á conceber dezejõs de desmembrar o vosso reino, e separar o Norte do Sul. V. M. chegou á conhecer que era necessario ter maõ nos procedimentos destes partidistas do furor e da cegueira. Porem nenhum cazo se fez das nossas ordens; os magistrados que mandamos em vosso nome, foraõ sacrificados por aquelles mesmos que estavaõ obrando em nome d'El Rey; e nos ficámos sem auctoridade, porque instrucçoens occultas transformaram todas as nossas intengoens, e todas as nossas medidas. Em taes circumstancias que podiaõ os mi-

* O Marechal Brune.

nistros de V. M. fazer? O Duque de Otranto, quando Napoleão ainda reinava, foi capaz, por meio de negociações, de fazer depôr as armas á La Vendee. Apenas V. M. havia tornado á sentar-se no seo throno, a insurreição rebentou em a mesma La Vendee com maior violencia do que antes. Que vinha pois á dizer isto depois da vossa restauração? O vosso Ministro da Guerra declarou que não tinha tropas para socegar estas provincias: as intenções da vossa Corte eraõ que esta insurreição se não apagasse.

“ Não podemos pois occultar á V. M. que estes ataques eraõ para minar o vosso throno: Vós, todavia, soffrestes que a legitima auctoridade fosse desprezada, e que a auctoridade das facções a fosse substituir. As facções produzem revoluções, e as que hoje triumpham podem manhaã estar debaixo: o vosso throno nunca poderá portanto vigorar-se pelos meios de sua auctoridade illegitima. Os vossos ministros, sempre dedicados á vossa pessoa, ainda trabalharam por obstar á esta reacção; porem os Principes da vossa familia, e os nobres da vossa Corte designaram como crimes, e como ataques feitos contra a vossa Coroa, esses mesmos esforços que faziamos para estabelecer a ordem e a obediencia das leis. Nós perdemos toda a influencia com V. M., e tornámo-nos criminozos aos olhos da nação.

“ Fizeraõ-se as eleições; porem huma minoridade facciosa as dirigio, e esta minoridade hé que foi so representada. A escolha, que se recomendou á V. M. para formar a Camera dos Pares, indica bem todo este espirito.

“ Ministros sem auctoridade, sujeitos ás perseguições da Corte, sem auxilio na opinião publica, e expostos á opposição das Cameras, que poderiamos responder aos clamores do povo, quando á final elle nos pedisse contas pelas suas crueis calamidades?

“ No em tanto a França está em maons de estrangeiros como se fosse hum paiz conquistado; ás discordias civis estes mesmos estrangeiros acrescentaõ a devastação das provincias; dissipam os fundos que deviam entrar no Erario; devoram os provimentos do povo, que está ameaçado de huma fome mui proxima;

e levaõ-nos todos os nossos armazens d'armas e de munigoens de guerra, e até as peças de artilharia, que guarneçiam as muralhas das nossas cidades. A bandeira branca não se vê tremolar senão sobre ruínas! Despojaõ-nos de nossos monumentos publicos, padroens da nossa antiga gloria; e arrebatã-nos os monumentos das artes, que nos tinhaõ custado vinte annos de conquistas. Sire, o povo Francez nunca poderá perdoar esta deshonra; e V. M. tem estado calado no meio de todos estes ataques da honra nacional!

“ Por muito tempo nós ignorámos os *Tratados secretos*, que havieis feito com os estrangeiros,—V. M. quiz negociar per si só;—não podêmos prevenir a dissolução do exercito; e dado este passo, a França e V. M. cahiram no poder dos estrangeiros. Que medo podia ter deste exercito a vossa caza e familia? Napoleão já não estava em França. Se lhe restituísseis as bandeiras nacionaes, e concedesseis alguma couza mais á opinião publica, aquelle exercito seria absolutamente vosso; e com elle poderieis ter resistido aos ambiciosos projectos dos vossos Alliados. Pareceo-vos bem abandonar tudo ás combinaçoens e seducçoens da vossa Corte, e dos Principes estrangeiros? A vossa Corte tem delirado, embuida de prejuizos; e os interesses dos Soberanos estrangeiros são incompativeis com os vossos. O Imperador da Russia hé o unico talvez em que possaes accreditar.

“ Neste mesmo momento os Alliados se oppoem ao recrutamento das Legioens Departamentaes.

“ Taes são as desgraças da situação em que loucos concelhos tem posto V. M. Os vossos vassallos estão quase em toda a parte ou em opposição ou em guerra huns contra os outros; e quase em toda a parte os partidistas da vossa familia são os menos numerosos. Os Francezes humilhados, e descontentes, estão já dispostos á recorrer ás ultimas extremidades. V. M. já não tem poder para resistir ás pertençaens dos estrangeiros. Elles tem apresentado hum Tratado que consummará a ruina da nação, e a cobrirá da huma infamia indelevel. Nestas circumstancias pareceo-nos que não deviamos sancionar huma couza, que nós tornaria culpaveis para com a nação, que pode mui bem ser humilhada, mas nunca destruida. Desde o tempo em

que V. M. nos confiou a auctoridade, sempre nos vimos sem força para fazer bem, e sem força para prevenir o mal. As nossas opinioens nunca de nada valeram, e as cabalas da vossa Corte sempre foraõ victoriosas. Em respeito á V. M. seriamos obrigados á obedecer, e á assignar actos que não aprovássemos. De boa mente nós haveriamos dado nossas vidas por V. M. e pela Patria; mas as pessoas que rodeam V. M., conhecendo claramente que a revolução, que pertendem excitar, hirá meter o navio do estado em meio de novas tempestades e novos perigos, querem por isso mesmo, e de proposito, dar occasiaõ ás facçoens, que são oppostas á vossa pessoa, para buscarem outro ponto de apoio alem da legitima auctoridade de V. M.; e n'humas palavras, querem excitar pertendentes á esse mesmo throno, em que vós estaes sentado. V. M. não deve querer reinar por meio de humas facção, mas em virtude da constituição, e de humas prerogativas Real reconhecida e estabelecida. Hé preciso que as facçoens tremam, e larguem os projectos de querer governar por meio das paixoes. Os seus agentes seriaõ as primeiras victimas, e cauzariaõ as maiores desgraças á V. M.

“ Estamos, por consequencia, convencidos, que já não podemos contribuir para o bem dos vossos vassallos, e que não podemos governar o Estado no espirito desses concelhos que dirigem V. M. A vossa sabedoria fará sem duvida muito mais do que nosso zelo e esforços para remediar os males que affligem o Estado. No em tanto vos rogamos queiraes accreditar no muito que sentimos de não poder-mos continuar á servir-vos, e nos bons dezejões que temos da prosperidade da vossa caza e familia, e da salvação da nossa Patria.”

Circular do Ministro da Justiça dirigida aos Presidentes dos Tribunaes do Reino.

“ Senhor, El Rey houve por bem confiar-me o Ministerio de Justiça. Os deveres que este me impoem estaõ fundados nas leis fundamentaes do Estado; e hé portanto necessario que eu vigie na execução das

leis, decretos, e regulamentos que determinam a boa administração da justiça. Com o vosso auxilio e informações eu poderei honradamente desempenhar o meu cargo; e por isso vos peço, que me ajudeis á dissipar estes sustos que se tem introduzido á cerca de objectos da primeira importancia. Elles versam particularmente sobre todos os dominios nacionaes adquiridos desde o principio da revolução,—e sobre esses antigos direitos, *abolidos para sempre*, taes como feudos, dizimos, e privilegios em materia de contribuições ou tributos. Eu só vos menciono as principaes causas da desinquietação publica que sem fundamento algum se tem excitado; mas vós conheceis as intenções e os motivos de tudo isto, e hé logo necessario remove-los para sempre, cuidando ao mesmo tempo em castigar os auctores de taes provocações. As leis relativas á estes objectos, estão em vigor; e os desejos de El Rey são que ellas sejam exactamente cumpridas. Quando S. M. me entregou os sellos do Estado, diceme:—“Eu os confio das vossas maons, porque estou certo que nunca poreis os sellos de França em actos ou leis que não sejam conformes com a Constitucional Charta do reino.

“Eu succedo á hum Magistrado que mereceo a alta confiança de S. M., e com quem hei tido grandes relações, há muito tempo, nos officios e empregos publicos. Os sentimentos que nos uniaõ, ainda subsistem; e tudo quanto o Barão Pasquier me tem informado á vosso respeito, me induz á esperar, que não vos esqueceréis de me communicar quanto for relativo á geral felicidade do reino, e bom serviço de El Rey. Todos os Francezes devem obedecer ás leis que os protegem; e por isso me participareis exactamente tudo o que dentro do vosso districto interessar a ordem publica, e a administração da justiça. Da minha parte, eu farei tudo para remover quaesquer obstaculos que possaes encontrar.

“Recebei, Senhor, a segurança da minha alta estimação.

“BARBE' MARBOIS,

“Guarda-sellos de França, e Secretario de Estado na Repartição da Justica.”

“Paris, 2 de Outubro, 1815.

Resumo do Tratado, que se diz já estar assignado entre as Potencias Alliadas e a França.

“ A França cede para sempre:—Landau, Sarre-Louis, Philippeville, Marienburg, e Versoye, ou Versaix, junto do Lago de Genebra.

“ As fortificaçoens de Huningen devem ser destruidas, e nenhuma fortificaçoens se levantarão dentro da distancia de tres legoas de Bazilea.

“ A França renuncia o direito que tinha de pôr guarnição em Monaco, junto de Nice.

“ A França restitue os territorios situados nos Paizes Baixos, e na Saboia, que lhe haviaõ sido cedidos pelo Tratado do anno passado.

“ A França pagará aos Alliados huma contribuição de 700 milhoens de francos, (29 milhoens sterlinos).

“ Pelo espaço de 5 annos manterá 150,000 homens de tropas alliadas, que estaraõ estacionadas dentro do seo territorio, e junto das fortalezas abaixo nomeadas. Mas se no fim de 3 annos já estiverem pagas as contribuiçoens, poderá entaõ determinar-se, se as tropas devem sahir de França, e se as fortalezas deveraõ ser restituidas.

“ A França conserva Avignon, o Condado Venaissin, e Montbelliard. Este ultimo está situado nas vizinhanças de Befort, e hé hum pequeno Ducado que antigamente pertenceo á Wirtemberg. Os dois primeiros, situados no Sul da França, pertenciam ao Papa, antes da revolução, o qual ainda insiste em que lhe sejaõ restituidos.

“ As seguintes 16 fortalezas devem ter guarniçoens dós Alliados durante 5 annos:—

“ Valenciennes, Condé, Maubeuge, Landrecy, Le Quesnoy, Cambray, Givet e Charlemont, Mezieres, Sedan, Thionville, Longwy, Bitche, Montmedy, Rocroy, Avesnes, a cabeça de ponte de Fort-Luis.”

V A R I E D A D E S.

Viagens Historicas dos celebres Cavallos de Veneza.

ESTES quatro famosos Cavallos de bronze, vulgarmente chamados os Cavallos de Veneza, e que ultimamente puxavam o Arco Triumphal, elevado na Praça do Carousel em Paris, são obra de Lysippus, hum celebrado estatuario, contemporaneo de Apelles, que os fez em Corinto. Quando Mummius tomou posse daquella cidade, transportou-os para Roma entre outros muitos chefes d'obra, que dali fez sahir para a capital do mundo. Por largos annos estiveram no Latium, até que Constantino, que queria aformozear a sua nova Capital á custa da antiga, os removeo para Constantinopla com outros muitos monumentos das artes. Mas sendo Constantinopla tomada, no tempo sancto das cruzadas, pelos Francezes e Venezianos, á estes ultimos couberão, na devisaõ dos despojos, os quatro sobreditos cavallos, que foraõ collocados em frente da Igreja de S. Marcos, na praça do mesmo nome.

“ A revolução Franceza, entrando em Veneza, agarrou delles, á maneira dos bellos exemplos antigos, e os trouxe para Paris, aonde, depois de muito se haver hesitado em que parte se pozessem, foraõ á final atados ao Carro dourado, sobre que se pertendia collocar a estatua de Buonaparte, se a batalha de Waterloo o não condemnasse a viajar ainda mais que os quatro Cavallos Viajantes. Taes são os destinos dos homens, e até os das meras figuras de bronze! Hum grande troço de cavallaria e infantaria Austriaca, postado na Praça do Carousel, auxiliou este novo rapto, não de Helena ou de Proserpina, mas das quatro belezas quadrupedes Gregas, que nós dizem já lá vão na volta de Veneza. E pararáõ ali? Quem o sabe, quem o poderá advinhar? Mão hé que já tão costumadas estejaõ á correr o mundo!

Quem tem a trave no olho, não repara no argueiro de seu vizinho!

ANECDOTA DE TALLEYRAND.

El Rey de Prussia, estando conversando com Talleyrand, lembrou-se, não sabemos porque, de lhe trazer á memoria o tempo em que fôra Ministro de Buona-parte.—“ Sim,” lhe replicou Talleyrand, “ foi justamente na epocha, em que V. M. era seu irmão.”

Emigração Franceza para os Estados Unidos d'America.

(Artigo extrahido do *Morning Chronicle* de 9 de Outubro.)

“ As emigraçoens de França para os Estados Unidos, á fim de se livrarem do pezo das contribuiçoens, e escaparem das commoçoens civis que muito se temem, tem sido mui consideraveis. Dizem-nos, que as familias do Marechal Brune e do Coronel Labedoyere já partiram; e que o Marechal Ney, com toda a sua fortuna, seguirá o mesmo destino se for absolvido. Huma pessoa respeitavel, que tem communaçoens com 5 familias que estavam tomando passagem para America, nós diz, que ellas levam consigo o valor de 1,000,000 de francos. Presume-se que a povoação do Sud-Est da França, que se empregava nas manufacturas de sêda, e hé toda Protestante, ficará por esta mesma cauza reduzida apenas ao numero de 60,000 pessoas.”

Que motivo ou fatalidade haverá para que toda a gente industrioza e rica, que sahe da Europa, só tome o caminho dos Estados Unidos? Hé porventura desconhecido que existe em o Novo Mundo hum paiz mais bello, mais rico, e mais capaz de convidar a industria do homem, e que este abençoado paiz, pelos dons da natureza, hé o nosso vasto Imperio do Brazil? Não. Logo porque se preferem terras ingratas, climas menos saudaveis e menos ricos, á ferteis e magnificos terrenos, que só precisaõ dos braços humanos para serem o paraizo do mundo? Hé porque os bens physicos não tem comparação alguma com os moraes; e

quando o homem se vê na forçada necessidade de escolher entre huns e outros, sempre antepoem os ultimos aos primeiros. Se aquelles que rodeam o throno do nosso Principe, meditarem por alguns momentos neste objecto importante, estamos certos, que sem difficuldade acharão o segredo de mudar para o Brazil a estrada que há muitos annos vai dar nos Estados Unidos d'America. O nosso Principe approvará seguramente as suas vistas, porque todas as resoluçens, que até agora tem tomado para enriquecer o seo immenso Imperio nascente, nos affiançam os bons desejos que o animam de cada vez mais as continuar. Esta medida de receber com os braços abertos toda a emigração Europea, fará pois ainda (nós confiadamente o esperamos) huma das epochas mais gloriosas do seo augusto reinado!

HESPAÑHA.

Nota Official de D. Pedro Cevallos ao Ministro de Portugal em Madrid, á cerca da restituição de Olivença.

TRADUÇÃO LITERAL.

“ Senhor Meo—Para negociar no Congresso que nelle se delibere sobre a cessão de Olivença, e seo territorio a Coroa de Portugal, hé preciso suppor-se huma de duas couzas, ou que o assumpto não hé exclusivamente dependente do arbitrio e vontade de El Rey, ou que o pezo desta Praça com seo territorio hé tal, que convenha tratar esta dependencia para o arranjo do equilibrio da Europa.

“ Occupar-me hei da primeira supposição, porque a segunda, por nenhum principio, pode ser objecto das discussões á cerca do equilibrio das Potencias da Europa.

“ A historia documentada da guerra de 1801 hé a maior demonstração do perfeito dominio com que El Rey possue Olivença e seo territorio, assim como a

prova mais completa de que a ingerencia dos Soberanos do Congresso em hum assumpto, tão alheio das suas attribuições, hé tão somente louvavel pelo nobre intento de apagar até os menores receios de contestação entre as Potencias ligadas por vinculos tão fortes, que sempre viveram unidas, á pezar do conflicto de interesses, inevitavel entre nações confinantes.

“ Na guerra que se terminou pelo Tratado de Amiens, adoptou o Governo Portuguez o partido da neutralidade; porem foi tão pouco escrupuloso na igualdade de atensões que se deve ter com os belligerantes, que desde logo se observou que seos portos eraõ pontos de espera e de ataque dos navios Inglezes contra os Hespanhoes, aos quaes de nada valia o sagrado do territorio.

“ Differentes e vans foraõ as queixas e reclamações do Gabinete Hespanhol sobre a notoria infracção das leis da neutralidade. A todas respondia o Governo Portuguez com evasões cavilosas, e para conhecer a justiça das primeiras, e a nenhuma satisfacção ás segundas basta consultar os arquivos dos dois Gabinetes, e particularmente o mesmo Tratado de Paz de Badajoz no seo artigo 2º, em que Portugal se obriga á não dar abrigo hostil em seos portos aos navios de guerra da marinha Ingleza.

“ Fica pois aqui provada e reconhecida por hum modo o mais autentico e fide-digno a justiça da guerra que a Hespanha declarou em 1801 á Coroa de Portugal.

“ Por direito de conquista *em tão justa guerra*, e por cessação do Gabinete Portuguez feita em o artigo 3º do Tratado celebrado em Badajoz, entrou Olivença e seo territorio no dominio de El Rey. Que vicio annullante pode achar-se nesta acquisição para desconhecer o principio de que o unico que pode deliberar sobre esta materia hé El Rey meo amo?

“ Pelo artigo 3º, já citado, se obrigaram as duas Potencias á entregar reciprocamente as conquistas que se fizessem depois da assignatura do mesmo Tratado. As que Portugal fez em Buenos Ayres de territorios e gados, pertencentes á El Rey, notoria e reconhecida-mente foraõ posteriores á epocha citada. Nesta certeza, e com tão solemne apoio as reclamou o Gabinete

Hespanhol; porem o Portuguez, ao passo que reconhecia a obrigação, servio-se de todos os meios para illudir o seo cumprimento. A' vista de huma infracção tão substancial, como repetida, se poderá dizer que Portugal não renovou o estado de guerra, e que a Hespanha não teve justo motivo para declaralà no anno de 1807?

“ Não hé o mesmo dizer que se Hespanha teve causas justificativas para a guerra, entrou nella com gosto. Hé certo que muita repugnancia lhe teve, conhecendo as fataes consequencias de abrigar em seo seio exercitos de huma nação emprehendedora; porem a lei imperiosa da necessidade dava hum novo direito, e huma nova cauza ás muitas que o Gabinete Portuguez já tinha dado para o resentimento de Hespanha.

“ A verdade destas asserçoens a encontrará V. S. affiançada nas infinitas queixas e reclamaçoens, que devem estar nos arquivos do Gabinete Portuguez, e que eu poderei communicar á V. S. se tiver dezejos disso.

“ Quiz entrar nestas particularidades para riscar todas as cores odiozas com que se tem querido pintar a guerra que no anno de 1807 fez Hespanha contra Portugal, *guerra essencialmente justa* por parte do Governo Hespanhol, apesar da co-operação e das vistas dóbres do Gabinete Francez.

“ Reconhecido o principio da justiça da guerra de 1801; reconhecido, pelo Tratado de Badajoz, o dominio de El Rey sobre Olivença, e seo territorio; justificados os agravos do Governo Portuguez e a sua opposição em repara-los; e *affiançada sobre elles a justiça da guerra de 1807*; não há motivo para que o Congresso se julgasse auctorisado para entrar em huma deliberação propria e exclusiva da Soberania de El Rey meo Amo.

“ Se os Plenipotenciarios Portuguezes tivessem apresentado estas considerações á sabedoria dos Soberanos que tem communicado á S. M. os seos bons officios á favor da cessão de Olivença; não hé crível que tivessem querido entrar em tal mediação: acto nobre, na verdade, e proprio de Soberanos reunidos para consolidar a paz da Europa; porem que nunca se

interpoem senão quando hé reclamado pelos principios da ordem e da moral dos gabinetes.

“ A’ S. M. pois hé preciso recorrer para obter esta cessaõ. Hé necessario affiança-la na sua generosidade; no seo dezejo de estreitar a amisade com a Coroa de Portugal; no seo terno amor para com a sua augusta irmão a Snra. Princeza do Brázil; no interesse, e desapêgo com que esta Senhora protegeo os soldados Hespanhoes na America Meridional; na fidelidade com que o Governo Portuguez executar os seos Tratados; e na obrigação que, como a vezinho e Soberano, lhe compete de não consentir que triumphhe a rebelliaõ contra a legitima auctoridade.

“ Aproveito gostozamente esta occasiaõ para renovar á V. S. os meos sinceros protestos da minha mais attenta consideração.

“ Deos guarde a V. S. muitos annos.—Palacio, 5 de Junho, 1815.

“ PEDRO CEVALLOS.

“ Snr. Ministro de Portugal.”

O famoso Documento Diplomatico que recebemos no seo original Hespanhol, e deixamos traduzido, á pezar de não nos ter sido transmittido por alguma Secretaria publica, pertencente aos negocios Portuguezes, e só nos haver sido communicado por pessoa particular, merece com tudo para nós todo o credito de autenticidade; e nesta mui prudente persuasão hé que nos resolvemos á publica-lo, porque hé hum monumento historico, que muito convem que seja conhecido pela nação Portugueza. Para que nada extraordinario em politica faltasse ao nosso seculo, estava taõbem guardado o Governo Portuguez para receber huma Nota Diplomatica, concebida em tal estilo, da parte do Gabinete Hespanhol, depois do sangue Portuguez haver corrido em torrentes desde Badajoz até Toloza em França, para levantar hum throno, onde esta mesma Nota foi meditada e lavrada. A honra nacional Portugueza exige, que escriptores publicos, que taõbem são Portuguezes, não deixem passar sem resposta hum papel, que casualmente lhes veio ter as

maons; e eisaqui por tanto as reflexoens que nos pareceo deviamos fazer á cerca de tão estranho Documento.

A primeira posse que teve Hespanha de Olivença e seo território foi effeito de huma conquista, e de hum tratado: nisto concordamos com o Ministro Hespanhol, sem com elle todavia concordar-mos nas suas razoens diplomaticas.

A guerra de 1801, alem das cauzas mui conhecidas que nella influiram, procedeo daquelle mesmo principio de politica que originou a guerra antecedente de 1762. Isto hé, quando a França tem tido guerras com Inglaterra, sempre procurou ligar-se com a Hespanha á fim de com ella attrahir á si Portugal ou por vontade ou por força, e por esta forma fechando todos os portos Francezes e Peninsulares á marinha militar e mercante Ingleza, fazer-lhe então huma guerra decisiva, ou de morte. Mas o character das guerras antigas, e particularmente o da guerra de 1762, foi sempre mui diverso da que teve lugar em 1801. Na primeira epoca eraõ dois parentes, que se ligavam para obrigarem outro parente á fazer cauza commum com elles contra hum estranho de differentes costumes e religiaõ; na segunda, foi hum parente que se ligou com estranhos, e os assassinos de hum proximo parente para ambos de commum acordo taõbem politicamente assassinarem ainda outro parente. Eisaqui pois a historia verdadeira e a *justiça* da guerra de 1801. Tendo tão diverso character ambas as duas guerras, taõbem ambas as duas pazes deviam essencialmente ser diversas. A paz de 1763 foi a paz e o ajuste de parentes e de amigos; a paz de 1801 foi a paz de individuos estranhos, e para lhe não dar-mos hum nome peor, a paz de verdadeiros, e irreconciliaveis inimigos. Não ignorava á esse tempo o Governo Hespanhol os projectos da França, e particularmente os de Buona-parte, que já começava á revelar essa avidéz insaciavel de conquistas, e de hum dominio universal. Per-tender então com elle desligar-nos de Inglaterra, o nosso unico apoio, fundado no interesse reciproco das duas naçoens, ou prohibir-nos huma neutralidade, foi o mesmo que obrigar-nos á cahir debaixo do jugo de França, como na realidade cahimos; e dispor-nos para

ser-mos no futuro devorados por ambos, como seis annos depois ajustaram, e felismente não poderam realizar.

A injustiça desta guerra, só para satisfazer a ambição de Buonaparte e os antigos resentimentos de Hespanha, hé tão clara e tão palpavel, que até para justifica-la recorre o Ministro Cevallos á factos e á procedimentos acontecidos já depois da paz de 1801, como se ainda quando fossem verdadeiros, podessem justificar huma guerra declarada antes delles haverem acontecido. Esta logica do Ministro Hespanhol vê-se bem na passagem da sua Nota, aonde depois de enumerar os agravos de Portugal depois da paz de Amiens, conclue:—“Fica pois aqui provada e reconhecida, por hum modo o mais autentico e fide-digno, a justiça da guerra que Hespanha declarou em 1801 á coroa de Portugal.”

Em virtude de taes motivos e de tal guerra perdemos nós Olivença; e hé neste magnifico direito que o actual Governo de Hespanha hoje se funda para blazonar da sua posse. O Gabinete Hespanhol, não contente de mutilar-nos pela paz de Badajoz, deixou-nos ainda palpitando entre as garras da França, que foi consumir em Madrid talvez só a metade dos projectos que tinha combinado com elle, e que ainda então não poudes realizar pela boa occasião que teve de fazer huma mui vantajosa paz com Inglaterra. A tudo isto nada teria que responder a Hespanha, se não que, violentada pela França, fora della victima assim como o foi Portugal; e que por tanto só por fraqueza ou por medo nós fizera a guerra de 1801: mas neste ultimo cazo hé também evidente, que a guerra foi injusta, e que a posse de Olivença não foi fructo de huma legitima conquista, porem de huma sem razão e violencia. Taes são pois os motivos que o Ministro Cevallos, em nome de seo Amo, nós dá da guerra de 1801; e por consequencia tal hé também a justiça da conquista e posse de Olivença. Passemos porem agora á guerra, ou antes á invasão de 1807.

O actual Gabinete de Hespanha, para justificar esta ultima invasão recorre ás infracções que diz cometêra Portugal contra o Artigo 3º do Tratado de Badajoz: nós não nós consideramos sufficientemente instruidos

no que á este respeito se passou entre Portugal e Hespanha para aqui dar-mos a nossa opiniaõ; porem temos outras razoes e outros factos publicos, por onde podemos concluir, que a invasão de 1807 foi huma das mais atrozes que se contêm em todos os annaes diplomaticos. Antes de tudo, perguntariamos ao Ministro Hespanhol, por que motivo, á vista de tão palpaveis infracções cometidas por Portugal, o Gabinete de Hespanha não lhe declarou franca e lealmente a guerra? Não seria isto mais nobre do que tramar nos tenebrosos conciliabulos de Fontainbleau a queda do throno Portuguez, a espoliação e divisaõ do nosso territorio, e talvez a prisão do Principe de Portugal, e até a de huma Princeza de Hespanha, que por fortuna nossa veio associar-se aos nossos destinos? O Governo de Hespanha, antes de nenhuma declaração de guerra, antes de nenhuma conquista, assignou a morte de Portugal; e com as apparencias de amigo, entrando de envolta com os soldados Francezes, pertendia dar em Lisboa o *osculo fatal* ao nosso bom Principe, que por felicidade sua e nossa soube prevenir maiores crimes e maiores calamidades. As tropas Hespanholas, misturadas com as tropas Francezas, entraram pois em Portugal, prometendo *protecção* e amisade; foraõ recebidas pelos Portuguezes como amigas; não se disparou hum só tiro; e não houve por conseguinte nenhuma guerra formal, nem conquista. Eis aqui logo toda a *justiça* da guerra ou invasão de 1807, a qual diz o Ministro Cevallos que Hespanha nos declarára por *justos motivos*! “Não se deve porem disto concluir, acrescenta o mesmo Ministro, que por Hespanha ter cauzas *justificativas* para a guerra, entrasse nella com *gosto*.” Mas isto com effeito hé abuzar grandemente da verdade historica de tudo o que se passou nesse tempo. Se Hespanha não entrou com *gosto* na guerra, porque de ante mão assignou á desmembração de Portugal, e quiz ella mesmo ficar com os despojos, senão ensanquentados ou menos lacerados, de hum seo parente e amigo, tomando posse em seo nome das nossas provincias do Norte e do Sul?

Diga-nos pois Hespanha,—nós fomos victimas tão infelizes da ambição de Buonaparte como foi Portugal, e só violentados e impelidos pela força auxiliamos

contra vós o nosso commum inimigo: esqueçamos portanto estes desastres, fructos da miseria dos tempos, e renovemos os antigos laços de bons vizinhos e amigos, riscando por todos os modos, até se hé possível, a memoria dessa epócha, e seos acontecimentos funestos.—Se para com nosco houvesse esta lingoagem, de certo nós mui bem a entenderíamos; e seríamos sempre muito generosos, como amplamente o temos já mostrado, para sepultar no esquecimento tão fataes recordações. Todavia, para produzir estes bons e saudaveis effeitos por nenhuma forma podem servir as expressoens do Ministro Cevallos, quando fallando dos successos de 1807, diz na propria lingoagem Hespanhola:—“*y afianzada sobre ellos (los agrabios del Gobierno Portuguez) la justicia de la guerra de 1807!*”

Mas depois de tudo isso, qual foi o comportamento de Portugal? Depois de haver por duas vezes expulso os Francezes do seo territorio, auxiliado pelas valentes tropas Inglezas, para o que apenas foi preciso dar hum pequena batalha, e alguns combates de postos, podia muito bem conservar-se dentro das suas fronteiras, para nellas se defender, se de novo fosse atacado, e deixar a sorte de Hespanha entregue aos seos proprios destinos. Não o fez porem assim: o sangue Portuguez entrou logo á verter-se em torrentes, para a salvação de Hespanha, em Ciudad Rodrigo e Badajoz; sim em Badajoz, donde ainda se quer tirar hum titulo legitimo para nos reterem Olivença! Livramos Madrid, e todo o Sul da Hespanha nos campos de Salamanca; levantámos o throno Hespanhol derrubado, junto das portas de Victoria; e em fim no meio de todas estas maravilhas, pessoalmente arrancámos a nossa Olivença dentre as garras inimigas. Ainda quando a primeira conquista fosse legitima, as fracas maons Hespanholas a tinham largado de si, e o valor Portuguez a havia recobrado. Porem estava escripto no Céu, que Portugal devia ser tão generoso como Hespanha havia de ser ingrata!

Finalmente o nosso titulo e o nosso direito á posse de Olivença, ainda esquecendo todas as circunstancias antigas, foi reconquistado aos Francezes com a ponta das nossas baionetas; e se ainda assim a entregamos outra vez á Hespanha, não foi por que duvidassemos

do nosso direito, mas por que fomos assaz polidos em querer dar huma occasião á Hespanha de lavar as nodoas antigas com huma acção de bizzarria. Enganamonos! Mas á pezar disso, não devemos tolerar que hum ministro Hespanhol nos ouze declarar,—“ que se quizermos tornar á haver Olivença, só o devemos esperar da graça ou da esmola do Governo de Hespanha.”—Se esta nota fosse escripta em 1801, ou em 1807, teria razão o Ministro para assim nos fallar: mas escripta, e communicada em 1815, quando Portugal tem ainda em armas os heroes de Salamanca e Victoria, e não só pode ter Olivença quando queira, porem muito mais se quizer; hé isto hum verdadeiro phenomeno na historia diplomatica!

Temos fallado já bastante á cerca dos successos de 1801, e 1807; resta-nos dizer duas palavras á respeito da estranheza, que parece inculcar o ministro Hespanhol de que o Congresso de Vienna se intromettesse em o nosso negocio de Olivença. Se o fim dos Soberanos, congregados em Vienna, foi restabelecer a antiga ordem de couzas; e se lançando abaixo o primeiro movel de todas as revoluçoens politicas, tiveram em vista curar todas as feridas da Revolução Franceza, fazendo restituir á seos donos os despojos do mundo, que estavam em poder da França e dos seos antigos alliados; que muito hé que desejassem, que Olivença e seo territorio, taõbem hum despojo da Revolução Franceza e da ambição de Buonaparte, voltassem de novo ao dominio de Portugal? Se o ministro Hespanhol meditar seriamente no cazo, de certo não há de encontrar á este respeito tanta incompetencia de mediação, como nos quer indicar. Seja taõbem o Gabinete de Hespanha de boa fé, e sincero, e logo não verá na entrega de Olivença se não hum acto de rigorosa justiça. Desta sua boa acção ainda não devemos desconfiar!

Concluiremos as nossas reflexoens com huma unica observação. Esta nota do Ministro Cevallos apresenta huma tal deformidade de ideas e de estilo, que não podemos cabalmente persuadir-nos, de que fosse conhecida do actual Soberano de Hespanha, que de certo sabe muito bem que os braços Portuguezes cooperaram heroicamente para lhe desprender os pulsos, e

levantar-lhe o throno, em que hoje está sentado. Hé logo mui possível, que o ministro dirigisse esta nota, sem individualmente a communicar á El Rey: na historia das Monarquias, taes como a de Hespanha, não hé este hum facto novo, nem hé extraordinario.

Execução do General Porlier.

Corunha, 12 de Outubro, 1815.

“Depois da prisaõ do General Porlier em Santiago, aonde foi mettido nos carceres da Inquisição, foi elle trazido para aqui no dia 26 de Setembro com alguns officiaes do partido, e passados alguns dias, enforcado no Campo de la Horca, a 3 do corrente.

“O General Porlier ordenou em seo testamento, que seo corpo se metesse em hum caixaõ fechado á chave para ser remettido á sua mulher, com hum lenço ensopado em suas lagrimas; e que quando as circunstancias o permitissem fosse collocado em hum Pantheon, com a seguinte inscripção:—

“Aqui descansam as cinzas de Dom João Dias
 “Porlier, General dos Exercitos Hespanhoes, que foi
 “sempre feliz em todos os encontros que teve com os
 “inimigos da sua Patria, e morreo victima das dissen-
 “çoens civis.—Almas sensiveis, respeitai as cinzas de
 “hum desgraçado! 3 de Outubro, 1815.”

Carta de despedida do mesmo General Porlier á sua mulher.

“Minha querida Esposa!—O Todo-Poderozo, que dispoem dos homens como bem lhe apraz, dignou-se chamar-me para si, á fim de dar-me a vida eterna, e a tranquillidade e descanso, que nunca gozei neste mundo. Nós todos estamos sujeitos á necessaria condigão da natureza, e por isso hé escusado magoarnos quando chega a nossa ultima hora. A’ vista de tudo isto, ternamente vos peço, recebais este ultimo golpe dos máos destinos, que sempre nos tem perseguido, com a mesma tranquillidade e firmeza com que eu agora vos escrevo. Não vos angustieis pela qualidade de morte que me daõ, por que ella só deshonra

os mãos, e cobre os bons de honra e de gloria. Eu vo-lo torno á repetir, que a consolação, que levo para a terra da verdade, hé de que estou persuadido que obedecendo-me agora, como até aqui sempre tendes feito, ficareis consolada, e vos resignareis com a vontade de Deos, que dá a lei suprema á todos os mortaes. Alem disto, vós recebereis as minhas ultimas vontades, que fareis por cumprir o melhor que poderdes. O Padre Sanchez, portador de tudo isto, e que hé hum religioso do nosso Patrono Sto. Agostinho, vo-lo entregará em mão propria, e ao mesmo tempo vos communicará verbalmente outras muitas couzas, que lhe confiei debaixo de confissão. Recommendo-vos outra vez, que vos conformeis com as minhas vontades, pois que o contrario, alem de prejudicial para a vossa segurança, não seria proveitoso para a vossa alma.— Adeos! Recebei o coração de vosso marido.—J. C. de la C——. 2 de Outubro, 1 hora depois do meio dia.”

As paixoens estão ainda hoje muito exaltadas para se poderem fazer reflexoens que aproveitem á cerca dos destinos e das cauzas que levaram o General Porlier ao cadafalso. O tempo que expurgará a historia de toda a influencia destas paixoens e partidos, julgará imparcial, se Porlier deve passar á posteridade como Catilina, ou como Sidney: no em tanto não antecipemos as decisoens do Julgador dos homens e das couzas.

INGLATERRA.

Particularidades autenticas á cerca de Buonaparte.

(Por hum Official, á bordo do Northumberland.)

A' bordo do Northumberland, lat. 34, 53.
long. 13, 45.—22 d'Agosto, 1815.

“ Como todas as circumstancias, relativas ao homem que agora conduzimos da Europa, devem ser interes-

santes, aproveito a occasião de particularizar algumas anedotas delle, e de contradizer algumas asserçoens que tem corrido á seo respeito. Entre as ultimas hé, que elle se apossou de toda a camera do Capitaõ Maitland quando entrou no Bellerophonte, recusando até hum canto della aonde podesse dormir aquelle bravo official. Antes de Buonaparte vir para bordo, já o Capitaõ Maitland havia determinado dar-lhe toda a camera, e os Camarotes da Praça d'armas taõbem já se tinham preparado para as senhoras que se esperavam. Taõbem carecem de fundamento os ditos, que Buonaparte andára passeando furiosamente na coberta com as mãos á traz das costas, e fallando só comsigo, assim como a pergunta que fizera, se o commissario da náu erá hum bregeiro.

“ Conversando hum dia á respeito do sitio de S. João d'Acre, Buonaparte observou:—que quando Sir Sidney Smith ali estivera tinha feito distribuir algumas proclamaçoens entre as tropas Francezas, que as fizeram *vacillar hum pouco*. A' fim de obstar á este mal, elle publicára huma ordem em que declarava—‘ que o Commandante Inglez estava *louco*.’ Este expediente, acrescentou elle, teve o desejado effeito, e taõ encolerizado ficou Sir Sidney, que o mandára desatiar. Mas a resposta que lhe déo foi,—‘ que quando lhe trouxesse o Duque de Marlborough para se bater com elle, entaõ de boamente aceitaria o desafio.’ Affirmou positivamente, que haveria entrado Acre, se os Inglezes não lhe houvessem tomado a sua artilharia de báter: depois acrescentou em Inglez e Francez:—‘ Se não fossem os Inglezes, eu teria sido Imperador do Oriente, mas em qualquer parte em que podia abordar hum navio, eu sempre estava certo de lá encontrar Inglezes, que se me viessem oppor.’

“ Fallou da invasão de Inglaterra como de hum projecto decidido, e disse que intentava desembarcar o mais perto que fosse possivel de Chatham, e depois cahir rapidamente sobre Londres. Admitia a grande probabilidade de ser mal succedido, e que podia ser morto nestã empreza. Estas minhas tençoens, disse elle, não se executaram, por que o Almirante Villeneuve não obedeceo as ordens que recebeo. Inquirio particularmente á cerca do clima de Inglaterra, e disse

que a cauza dos muitos suicidios procedia da humidade da atmosphaera.

“O desejo que mostravam os Inglezes de o ver quando estava á bordo do Bellerophonte, lisongeou muito a sua vaidade, e de proposito se punha em sitio de melhor ser visto pela multidaõ admirada, que corria para lhe ver a figura. Nestas occasioens sempre tinha na mão hum oculo de punho, e frequentemente olhava por elle para os espectadores. Entre estes haviam sempre muitas mulheres, a maior parte dellas elegantemente vestidas, as quaes attrahiam particularmente as suas attençoens, e á seo respeito fallava com grande interesse á todos os que estavam junto delle. Parecia com effeito grandemente encantado com a belleza e elegancia das nossas Inglezas, e sempre desejava saber lhes os nomes, as familias, e qualquer circumstancia que lhes fosse particular.

“Em huma tarde reparou com maior especialidade em huma joven senhora que estava muito perto do navio, e conforme o seo costume, perguntou quem ella erá, e como se chamava. Sendo informado que erá Miss B——d, filha do General B., fez-lhe huma cortezia, e tirou o seo chapeo, exclamando por muitas vezes, e com huma emphaze mui particular, ‘*Oh, charmante!*’ Esta admiração pelas mulheres Inglezas não erá só manifestada por Buonaparte; todos os officiaes Francezes mostravam os mesmos sentimentos, e unanimemente concordaram, que as mulheres Inglezas eraõ superiores á todas quantas tinhaõ visto.

“Buonaparte faz muitos elogios á nossa infantaria e artilharia, e disse:—‘A infantaria Britannica hé agora o que foi a infantaria Franceza há dez annos; mas a cavallaria hé lhe muito inferior á todos os respeitos, excepto na apparencia externa.’ Achou, que os freios dos cavallos eraõ muito mal construidos, e que erá impossivel poderem ser bem governados pelos homens que os montavam.—Bertrand, e os mais acharam verdadeira esta observação.

“Hum dia que Buonaparte fallou do Duque de Wellington, fez a seguinte reflexaõ: ‘que nunca esperára que elle quizesse dar-lhe batalha, mas que se retiraria até se ver auxiliado pelos Russianos, e que neste cazo elle Napoleaõ teria sido batido: portanto

que folgára muito que Lord Wellington tivesse querido dar a batalha, por que estava completamente *seguro* de alcançar a *victoria*. Que conhecera muito bem a marcha dos Prussianos, porem que a não a considerára importante; e que fora trahido por alguns dos seus generaes.' Depois acrescentou: 'Que principiando a consternação dos soldados já *de noite*, lhe fora impossivel tornar á pôr em ordem as suas tropas, por não se lhes poder mostrar, ou que de certo haveria tido todo o bom effeito. Nestas circumstancias, estando muito escuro, elle mesmo fora forçado á retirar-se com a chusma, e depois á fugir como os outros.

" Perguntando-se-lhe, porque se não havia entregado á Austria, respondeo:—' Que! entregar-me eu á humanação sem leis, sem honra, e sem fé! Não: no instante em que eu á ella me tivesse entregado, seria mettido em hum prizaõ, e ninguem tornaria á ouvir fallar mais de mim. Entregando-me aos Inglezes, entregueime á humanação que tem leis honradas e justas, e que protegem toda a qualidade de individuos.'

" Outra vez notou a singularidade do suicidio de Mr. Whitbread, porem não adiantou as suas reflexoens á respeito deste triste acontecimento.

" Em outra occasião fez as seguintes notaveis reflexoens:—' Que elle devia ter *morrido* no dia que entrou em Moscow, por que desde então não havia tido se não desgraças.—Que desejou assignar a paz em Dresda, e ainda depois, porem que fora aconselhado pelo Duque de Bassano á não o fazer.'*

" A' respeito da invasão de Hespanha disse Buonaparte, que a emprehendera pelos desejos particulares de Talleyrand, que continuamente o estava impelindo á isso, e dizendo que devia ser tentada, e se possivel fosse concluida á todo o risco.

" Hé pasmozo o odio que Buonaparte e toda a sua comitiva mostram contra Fouché, pois que nunca fallam delle sem grande indignação e desprezo. Dizem que Fouché fora o primeiro movel da abdicção de Buonaparte em favor de seu filho, e que no meio disto

* Esta asserção de Buonaparte hé positivamente confirmada pela obra recente de M. de Pradt, Arcebispo de Malines, que esteve Embaxador em Varsovia.

estava em clandestinas e continuas correspondencias com os Alliados.

“ O respeito que ainda agora todos os Francezes lhe tributam hé extraordinario, e para exemplo mencionarei, que estando hum dia jogando o xadrez com Montholon, que hé muito melhor jogador, Buonaparte tinha de certo muito peor jogo; o que vendo o seo antagonista, de proposito moveo erradamente huma figura, o que sendo logo advertido por Buonaparte, fez com que elle ganhasse. Montholon elogiou então muito a superioridade de seo Amo, como elle o denominou, e disse—‘ que por nenhuma forma erá competente jogador para se medir com elle; com o que Buonaparte ficou muito satisfeito. A’ este jogo, e ao vinte-e-hum, passa Buonaparte quase todo o seo tempo: ficou por isso hum pouco descontente, quando o Almirante insistio que nem estes nem outros qnaesquer jogos se jogassem ao Domingo.

“ Mostra-se sempre mui curioso em saber particularidades de Sta. Helena, e diz que vivirá ali muito melhor do que teria vivido na Austria. A sua maxima hé,—que a temperança hé o unico meio de conservar a saude, e acrescenta, que só duas vezes na sua vida estivéra doente, e para huma dellas só bastára hum caustico. A mulher de Montholon não tem passado bem, e Buonaparte perguntou ao cirurgião, como ella estava. Respondeo-lhe este que estava melhor, mas que lhe parecia que o susto de viver nos climas do tropico operava muito na sua imaginação. Buonaparte replicou logo com as palavras de Shakespeare: ‘ Doutor, e não tendes vós remedio para curar hum espirito desasocegado?’ A força com que disse isto, indicou bem o interesse que mostrava pela saude da doente.

“ Bertrand e sua mulher vivem continuamente com Buonaparte; e todos se mostram agora mui conformes com o seo futuro destino.

“ Sir George Cockburn e Buonaparte vivem na melhor armonia possivel, assim como este taõbem vive admiravelmente com todos os officiaes da embarcação. Ambos jogam frequentemente as cartas e outros jogos, em que ora hum ora outro tem vantagens.

“ Até agora a nossa viagem tem sido favoravel, e

nenhuma couza notavel nós tem acontecido depois que sahimos de Torbay.”

CAZA E MOVEIS, QUE SE ESTÃO FAZENDO EM INGLATERRA PARA SE MANDAREM A BUONAPARTE.

Caza.

As differentes peças, de que se compoem a caza, já estão quasi acabadas em Woolwich. A frente da caza hé construida segundo o estilo Grego: tem perto de 120 pés de comprimento; quatorze janellas, e hum bello e espaçozo corredor. O fundo do edificio anda quasi por 100 pés com o longo corredor na parte posterior, e forma huma especie de quadrado. Hé de dois andares, com todo a apparencia de huma bella caza de campo. O lado direito do primeiro andar contem os quartos pertencentes á Buonaparte. No centro deste lado direito está a sua sala de visitas, a qual assim como os outros quartos appropriados para a sua residencia, tem 30 pés de comprido, e 20 de largo. Junto á esta se acha a sua sala de jantar, contigua á huma livraria, á traz da qual está hum excellente quarto para hum bilhar. Os quartos de dormir, vestir, e de banho, se communicão huns com os outros. O lado esquerdo do edificio contem os quartos destinados para os membros da sua comitava; e na parte posterior estão os quartos dos criados e as despensas. A cozinha está destacada do edificio; e não obstante isto está collocada em hum sitio mui conveniente para a sala de jantar, sem ao mesmo tempo poder communicar fumo algum desagradavel aos quartos principaes; commo-didade esta por certo de grande momento em hum paiz quente. A sala de espera está adereçada com simplicidade, tendo meramente alguns assentos. O corredor, em razão de estar abrigado, hé hum excellente lugar para se passear.

Moveis, ou fornecimento da Caza.

As cortinas da sala de visitas são de huma especie de seda (taboret) verde-claro, debruadas de veludo

verde escuro, e guarnecidas nas extremidades com franjas e cordões de sêda cor de oiro. Ellas estão suspensas em cornijas chapeadas de casquinha d'oiro, e com tanta elegancia e conveniencia arranjadas, que ao passo que adornaõ sobremodo a sala, não empedem, como em geral acontece, a passagem do ar e da luz. A meza destinada para o meio da sala hé feita de hum só pedaço de carvalho Inglez com veios de cores as mais delicadas, e brunido o melhor que hé possivel. O tremó que hé da mesma madeira e qualidade, porem marchetado com embutidos de marmore verde, extrahido de huma pedreira de Galles, remata em hum bellissimo espelho. As cadeiras deste quarto condizem com as mezas. Há igualmente dois sofás á Grega com dois pequenos bancos, os quaes estão mui ricamente ornados com certa composição de oiro, chamada *ormolu*. Os tapetes são da primeira qualidade, de cores de azeitona, parda, e de ambar, as quaes produzem huma bella harmonia com as decoraçoens do quarto. As paredes são pintadas de huma cor verde, mais ou menos viva, a qual vai sendo menos escura á proporção que se avizinha ao tecto, á fim de produzir boa consonancia com a delicada cor de cana, de que este hé pintado. Há taõbem nas paredes alguns quadrados com molduras doiradas, e ornados com arabescos; o que faz sobresahir muito as decoraçoens do quarto. Para mais aformozear a sala há varios lustres, e candelabros; e hum piano-forte.

Sala de Jantar.

Há nesta sala huma meza mui bem acabada e forte, a qual se pode desdobrar para accommodar de seis até quatorze pessoas. Os aparadores são de huma nova forma, simples, porem elegante na sua construcção e ornamentos. O vaso para esfriar o vinho hé de bronze, e de mui rica madeira; e tem a figura de hum desses vasos Gregos, chamados *Bacanaes*. As cadeiras são simplices. As cortinas são de seda cor de alfazema, com hum bello debrum preto, e guarnecidas nas extremidades com franja e cordões de seda côr de oiro. Os tapetes, e as paredes tem as mesmas cores por tal modo arranjadas, que fazem huma bella harmonia.

Livraria.

Este quarto hé fornecido no estilo Etrusco, com muitas estantes pequenas. As cortinas são feitas de huma nova fazenda, composta de algudaõ, e que tem a apparencia de hum pano finissimo. A meza hé com particularidade elegante, e taõ engenhosamente acabada, que contem todas as gavetas, carteiras, que são precisas em huma livraria.

Quarto para a sua assistencia ordinaria.

Este quarto está guarnecido de armarios de ebano, ornados de bronze polido, e com tapetes de hum azul celeste, misturado com preto.

Quarto de Dormir.

Este quarto contem huma cama alta da figura de hum pavilhaõ, com cortinas de cassa fina de huma delicada cor de cana; ao redor do sobre-ceo há guarniçoens de huma seda fina cõr de lilas, debruadas de huma franja cõr de oiro. Por dentro das cortinas há huma curiosa rede para evitar os mosquitos, feita de seda, e ricamente bordada. O quarto de vestir tem todas as conveniencias que podem desejar o bom gosto e commodidade. O banho, o qual está pegado á este, hé forrado de marmore; e por tal modo construido, que pode admittir agua quente ou fria.

Os serviços de meza, que Mr. Bullock aprontou, forão feitos nas mais celebres fabricas do reino; e ainda que não sejaõ dos da ultima perfeiçaõ, mostraõ com tudo pela sua grande elegancia á que auge tem chegado em Inglaterra este ramo de manufacturas. Os serviços constaõ de hum aparelho de louça para almoço; hum para jantar; dois para desert (hum de porcellana, e outro de vidro); hum para cha, e hum para cêa.

Taõbem lhe vai huma grande quantidade de papel, pezas, tinta, e tudo o mais que se precisa para escrever. Toda a carga pezará perto de 500 toneladas, e deve ser dividida em 400 volumes. Com elles hiraõ taõbem varios artifices para arranjarem a caza, quando chegar ao lugar do seo destino.

Entre outros muitos trastes, que o Governo Inglez tem mandado fazer para enviar á Buonaparte, merecem ser mencionadas duas magnificas espingardas, huma de dois canos, e outra de hum só. Ambas tem as fechos de patente, e são construidos por hum tal mequanismo, que as espingardas podem desparar-se debaixo d'agua, á chuva, e sem pederneira. A propriedade, porem, mais singular, hé que se escorvaõ per si mesmas, e *quarenta* vezes successivas, quando isto se dezeje.

Juizo do Mercurio do Rheno de 21 de Setembro á cerca de Lord Wellington, e da Batalha de Waterloo.

Este Jornalista, e por consequencia o Gabinete Prussiano, não parecem ter estado na melhor harmonia com os Inglezes, e com Lord Wellington: em prova disto, copiaremos o pequeno seguinte paragrapho do sobredito Jornal.

Depois de ter fallado mal do comportamento de Lord Castlereagh, continua por esta forma:—" Lord Wellington, particularmente, tem frustrado, em muitos pontos, a expectação em que para com elle estava a Alemanha; e parece, que se deixa levar muito dos ciumes pessoaes, com especialidade contra os Prussianos. Se Blucher se preocupasse dos mesmos sentimentos, attribuindo a perda da batalha de Ligny á ausencia das tropas Inglezas, e se desforrasse então pelo mesmo modo na *Bella Alliança*, hé indubitavel, pelo unanime testemunho de todos que nella estiveraõ, que o exercito Inglez, ainda que valoroso e heroico, haveria sido ali totalmente aniquilado. Este fiel auxilio das tropas Germanicas devia portanto ter lançado os fundamentos de huma fraternidade permanente."

Resumo do Tratado de Commercio que se diz estar para concluir-se entre os Estados Unidos d'America e o Governo Britannico.

"Pelo primeiro Artigo as leis de navegação dos dois paizes ficaõ de parte á parte dispensadas por utilidade commum; de sorte que os navios Britannicos

que commerciareem nos portos Americanos, e os Americanos que commerciareem nos portos Britannicos, teraõ iguaes privilegios, e exempçoens de direitos, como tem os respectivos navios nacionaes. Este beneficio não só se estende aos navios porem ás suas cargas. Assim o algodão, que transportado dos Estados Unidos em navios Inglezes pagava só o direito de 1d. por arratel, e importado em navios Americanos pagava 3d. pelo mesmo arratel, pagará agora o mesmo direito ou venha em huns ou outros navios de ambas as naçoens.

“ O segundo artigo admitte o commercio livre em Calcutta, e em todos os estabelecimentos Britannicos da Peninsula do Hindostan. A’ respeito da China não há regulamento por ser hum commercio exclusivo da Companhia da India, e não ter esta Companhia poder ou auctoridade para impedir o commercio Chinez quer seja com os Americanos, quer com quaesquer outras naçoens.

“ O terceiro artigo, e não o menos importante para as vistas politicas do Governo Americano, restringe o commercio Britannico com as numerosas tribus Indianas, que occupam todos os paizes incluídos dentro da jurisdicção dos Estados Unidos.”

Pelo que temos lido, e publicado á cerca das negociaçoens, em que entraram os nossos Plenipotenciarios em Vienna, vemos que ali taõbem já se tratára ou de annullar inteiramente, ou pelo menos de reformar o nosso Tratado de Commercio de 1810. Se o Governo Portuguez está pois nestas vistas, hé de toda a importancia que não deixe passar por alto este novo Tratado com a America Unida. No mesmo tratado de 1810 (artigo 2º) há huma estipulação, pela qual—“ os favores, privilegios e immunidades, commerciaes e de navegação, que se concederem á outras naçoens, devem logo considerar-se como taõbem concedidas aos Portuguezes.” Neste cazo nós podemos tirar já grandes vantagens deste Tratado com a America. Huma, que, a nosso ver, hé mui essencial, vem á ser, poder-se acabar com essa differença que há entre navios Portuguezes, que são ou não são de construcção nacional.

Esta clauzula, que se não acha no Tratado Americano, deve produzir no commercio Portuguez hum effeito de primeiro interesse; pois que, desgraçadamente folgando nos mais de comprar obra já feita (e de todas as qualidades, como são, botas, sapatos, e até rólhas de Inglaterra!) do que faze-la por nossas maons, succede que temos hoje muitos e muitos mais navios de construcção estrangeira do que Portugueza. Em fim poderemos aprender dos Americanos á emendar nossos descuidos, que de certo nesta parte tem sido mui consideraveis, e mui fataes para a nossa industria e riqueza. Qualquer erro em commercio, (pois que do commercio vem tudo, e o commercio tudo alimenta), traz sempre consigo para as naçoens consequencias desastrozas: abrâmos pois por hum vez os olhos; vejamos que o ser bons amigos não consiste em nos fazer-mos pobres para que outros sejam ricos; e cuide-mos de veras do arranjo de nossa caza, como nossos amigos nos estão constantemente ensinando. Desta falta não deitemos culpa á ninguem: o mal está em nós, e o remedio taõbem está em nossas maons.

Agora mesmo ao escrevermos estas pequenas reflexões, vemos o *Morning Chronicle* de 27 de Outubro, que diz em hum artigo:—"Todos os preparos e trem necessario para 3000 soldados e cavallos Portuguezes acabão de aqui se encomendar em Inglaterra, ao mesmo passo que os Portuguezes se queixam de que todas as suas fabricas e manufacturas estão fechadas!" E não poderemos, á vista disto, exclamar com hum classico Latino, *Oh pudor!* Que vergonha, que desmazelo, que inercia! Nós que temos em S. Paulo hum mina de ferro, capaz de abastecer a Europa, e que temos todos os mais generos com que se podem vestir e armar nossos soldados, já não nos contentâmos só com hir buscar fora as materias primeiras, porem até recusâmos trabalhallas em caza! Será possivel, poderá crer-se, que os mesmos braços, que tem assombrado o mundo, empunhando as armas, não sejam capazes de as fazer? Em quanto assim obrar-mos, a nossa doenca não tem cura!

*MAPPA das quantidades de Pau Brazil vendido pela
Administração dos Contractos Reaes em Londres.*

TOTAES.

Tons.	Cwt.	Qrs.	Ibs.	Producto Grosso da Venda.	Frete, e Despezas.	Rendimento liquido.
992	10	2	27	£.100,463 : 17	£.17,068 : 13 : 2	£.83,395 : 3 : 10

Sahio o Pau Brazil vendido nos 3 annos referidos á diversos preços, pelo preço medio de 101*l.* 5*s.* grosso, ou 84*l.* liquido por Tonelada Ingleza de 20 quintaes, ou Hundred-weights Inglezes, e á 4*l.* 4*s.* por quintal ou Hundred-weight de 112*lb.* Inglezas ; e sendo a proporção entre o quintal Inglez e Portuguez como de 20 á 17½, vem á sahir á razão de 4*l.* 15*s.* por quintal Portuguez, o que ao pár do Cambio de 67½*d.* por mil reis, dá o liquido producto para a Real Fazenda de 17,066*rs.* por quintal.

Desde a epoca em que a conta acima foi feita tem vendido o Administracão—

Tons.	Cwt.	Qrs.	Ibs.	Producto Grosso.	Despezas.	Rendimento liquido.
176	12	1	17	£.20,120 : 0 : 3	£.5,740 : 19 : 6	14,379 : 0 : 9

á diversos preços ou preço medio de 113*l.* 18*s.* 4*d.* grosso, e liquido 81*l.* 8*s.* 9*d.* por tonelada Ingleza—ou 4*l.* 13*s.* 1*d.* por quintal Portuguez, que ao par de 67½*d.* por mil reis dá o liquido producto para a Fazenda Real de 16,548*rs.* por quintal.

*Mappa das quantidades de Urzella de Cabo Verde, ven-
dida pela Administração dos Contractos Reaes em
Londres, desde o principio de 1812, até Abril de
1815.*

TOTAES.

Tons.	Cwt.	Qrs.	Ibs.	Producto Grosso da Venda.	Frete, e Despezas em Londres.	Rendimento liquido.
240	19	1	13	£.30,142 : 12 : 10	£.13,692 : 18 : 2	£.16,449 : 14 : 8
					Custo no Cabo Verde	4,884 : 16 : 11
						£.11,564 : 17 : 9

Vem á sahir a Urzella, vendida no periodo mencionado pelo preço medio de 125*l.* em grosso, ou

liquido 68*l*. 5*s*. por Tonelada Inglez de 20 quintaes ; e sendo a proporção entre o quintal Inglez e Portuguez, como entre 20 e 17½*d*. resulta a quantidade de 3*l*. 18*s*. por quintal Portuguez, de que deduzindo o primeiro custo em Cabo Verde, segundo as facturas, vem a Real Fazenda, ao par de 67½*d*. par mil reis á perceber o lucro de reis 9,760 por quintal.

N. B. Desde Abril até o corrente mez de Outubro de 1815 não tem a Administração recebido Urzella alguma de Cabo Verde.

MAPPA IMPORTANTE PARA O COMMERCIO.

PAUTA DE PILOTAGE A.

RATEOS de PILOTAGENS de NAVIOS, do Rio THAMES para as DUNAS;—para baixo, e para cima do CANAL DO NORTE, tē
Hosely Bay—da Boca do Rio THAMES á LONDRES, e de dito Rio ao MAR.

Vindo de	Indo para.	7 pes ou abaixo.	8 pes.	9 pes.	10 pes.	11 pes.	12 pes.	13 pes.	14 pes.	15 pes.	16 pes.	17 pes.	18 pes.	19 pes.	20 pes.	21 pes.	22 pes.	23 pes e para cima.
Do Mar, Orford- ness, as Dunas, Hosely Bay, e vice versa	Nore ou Warps.....	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.	L. s. d.
	Gravesend, Chatham, Stand- gate Creek, ou Black- stakes	4 0 0	4 10 0	5 0 0	5 10 0	5 15 0	5 16 0	7 5 0	8 0 0	8 10 0	9 10 0	10 5 0	11 16s	12 10s	14 0 0	15 10s	18 0 0	20 0 0
	Longreach	5 0 0	5 17 0	6 14 0	7 10 0	8 5 0	9 0 0	10 15 0	10 10s	11 5 0	12 0 0	12 15s	15 6 0	18 2 0	21 0 0	23 2 0	25 4 0	27 6 0
	Woolwich ou Blackwall...	5 5 0	6 2 0	6 19 0	7 15 0	8 12 0	9 10 0	10 5 0	10 17 6	11 15s	12 10s	14 6 6	16 16s	20 4 0	23 2 0	25 0 0	27 0 0	29 0 0
	Docas de Londres, ou an- corage	5 15 0	6 12 0	7 9 0	8 5 0	9 5 0	10 0 0	11 0 0	12 0 0	12 15s	13 10s	15 8 0	17 14s	21 5 0	24 0 0	27 0 0	30 0 0	—
Nore ou Warp, ou d'opé, e vice versa	Gravesend, Standgate creek, ou Blackstakes	6 6 0	7 1 0	7 16 0	8 11 0	9 15 0	10 10s	11 10s	12 10s	13 10s	14 5 0	16 0 0	18 10s	22 6 0	25 5 0	—	—	—
	Longreach ou Chatham....	2 2 0	2 7 0	2 11 0	2 15 0	3 5 0	3 12 0	3 18 0	4 2 0	4 10 0	4 18 0	5 10 0	6 6 0	7 0 0	8 8 0	9 0 0	10 10s	11 11s
	Woolwich ou Blackwall...	2 10 0	2 15 0	3 0 0	3 5 0	3 15 0	4 5 0	4 10 0	4 14 6	5 2 0	5 14 0	6 6 0	7 7 0	9 0 0	10 10s	11 11s	12 12s	13 13s
	Docas, Londres, ou an- corage	3 0 0	3 7 0	3 14 0	4 0 0	4 10 0	4 18 0	5 7 6	5 18 0	6 6 0	6 15 0	7 15 0	8 18 0	10 0 0	12 12s	13 13s	15 0 0	—
	Longreach	3 10 0	3 17 0	4 4 0	4 10 0	5 5 0	5 15 0	6 5 0	6 15 0	7 5 0	7 15 0	8 15 0	10 0 0	12 0 0	14 0 0	15 0 0	—	—
Gravesend reach, ou vice versa..	Woolwich ou Blackwall ..	0 10 0	0 16 0	1 2 0	1 7 6	1 12 6	1 17 6	2 2 6	2 7 6	2 12 6	2 17 6	3 2 6	3 7 6	3 12 6	3 17 6	5 0 0	6 0 0	—
	Ancorage ou Docas Londres	1 5 0	1 10 0	1 15 0	2 0 0	2 8 0	2 13 0	3 8 0	3 18 0	4 5 0	4 13 6	5 2 0	5 10 0	6 15 0	8 5 0	9 15 0	10 10s	—
	Sheerness ou Blackstakes..	1 10 0	1 17 0	2 4 0	2 10 0	3 0 0	3 10 0	4 0 0	4 10 0	5 0 0	5 10 0	6 0 0	6 10 0	8 0 0	9 10 0	—	—	—
	Chatham	3 0 0	3 4 0	3 7 0	3 10 0	4 0 0	4 10 0	5 0 0	5 10 0	6 0 0	6 10 0	7 0 0	7 10 0	8 0 0	8 10 0	—	—	—
	Woolwich ou Blackwall...	3 10 0	3 14 0	3 17 0	4 0 0	4 10 0	5 0 0	5 10 0	6 0 0	6 10 0	7 0 0	7 10 0	8 0 0	8 10 0	9 0 0	—	—	—
Longreach, e vice versa	Ancorage ou Docas Londres	1 0 0	1 4 0	1 7 0	1 10 0	2 0 0	2 10 0	3 0 0	3 10 0	4 0 0	4 10 0	5 0 0	5 12 6	6 0 0	7 0 0	9 0 0	10 0 0	—
	Sheerness ou Blackstakes..	1 10 0	1 14 0	1 17 0	2 0 0	2 10 0	3 0 0	3 10 0	4 0 0	4 10 0	5 0 0	5 12 6	6 0 0	7 0 0	8 0 0	9 0 0	10 0 0	—
	Chatham	3 10 0	3 14 0	3 17 0	4 0 0	4 10 0	5 0 0	5 10 0	6 0 0	6 10 0	7 0 0	7 10 0	8 0 0	8 10 0	9 0 0	—	—	—
	Ancorage ou Docas Londres	4 0 0	4 4 0	4 7 0	4 10 0	5 0 0	5 10 0	6 0 0	6 10 0	7 0 0	7 10 0	8 0 0	8 10 0	9 0 0	9 10 0	—	—	—
	Sheerness ou Blackstakes..	1 0 0	1 4 0	1 7 0	1 10 0	1 12 6	1 15 0	2 0 0	2 5 0	2 10 0	2 15 0	3 0 0	3 5 0	3 10 0	3 15 0	—	—	—
Woolwich, ou Blackstakes, e vice versa	Chatham	4 0 0	4 4 0	4 7 0	4 10 0	5 0 0	5 10 0	6 0 0	6 10 0	7 0 0	7 10 0	8 0 0	8 10 0	9 0 0	9 10 0	—	—	—
	Ancorage ou Docas Londres	4 0 0	4 4 0	4 7 0	4 10 0	5 0 0	5 10 0	6 0 0	6 10 0	7 0 0	7 10 0	8 0 0	8 10 0	9 0 0	9 10 0	—	—	—
	Sheerness ou Blackstakes..	4 0 0	4 4 0	4 7 0	4 10 0	5 0 0	5 10 0	6 0 0	6 10 0	7 0 0	7 10 0	8 0 0	8 10 0	9 0 0	9 10 0	—	—	—
	Chatham	4 10 0	4 14 0	4 17 0	5 0 0	5 10 0	6 0 0	6 10 0	7 0 0	7 10 0	8 0 0	8 10 0	9 0 0	9 10 0	10 0 0	—	—	—
	Ancorage ou Docas Londres	4 10 0	4 14 0	4 17 0	5 0 0	5 10 0	6 0 0	6 10 0	7 0 0	7 10 0	8 0 0	8 10 0	9 0 0	9 10 0	10 0 0	—	—	—

Navios Estrangeiros são obrigados á pagar na Alfandega huma 4ª parte mais destes Rateos; excepto se forem principalmente carregados com Graós ou Provisões;—
por cada meio pé d'agua se deve tirar o prego medio, entre os dous limites—por distancias intermediatas, hum proporcionado Rateo—

Por mudar huma Embarcação, do seu Ancoradouro para Docas, Secas ou Molhadas
Navios menos de 300 Tons. L. s. d.
300 á 600 15 0
600 á 1000 1 1 0
para cima 1 11 6
2 2 0

Pelo Serviço de hum Homem na Lancha 10s. 6d. por Maré.

Indo de	Para.	7 pes e abaixo.	8 pes.	9 pes.	10 pes.	11 pes.	12 pes.	13 pes.	14 pes.	15 pes.	16 pes.	17 pes.	18 pes.	19 pes.	20 pes.	21 pes.	acima de 21.
Das Dunas	A Ilha de Wight	l. s. d. 3 15 0	l. s. d. 7 15 0	l. s. d. 0 0 5	l. s. d. 12 4 6	l. s. d. 4 6 6	l. s. d. 15 0 7	l. s. d. 6 17 6	l. s. d. 7 17 6	l. s. d. 8 0 0	l. s. d. 9 0 0	l. s. d. 9 0 0	l. s. d. 11 0 0	l. s. d. 13 0 0	l. s. d. 15 0 0	l. s. d. 17 0 0	l. s. d. 18 0 0

RATEOS de PILOTAGE de NAVIOS, para dentro, e fora dos Portos de RAMSGATE, DOVER, SANDWICH, e MARGATE; asr. 5s. por Pé d'agaa em tempo moderado; porem em circumstancias de tempestade, ou perigo, a compensação que os Commissarios de Cinque Portos julgarem.

PAUTA B.

Dos respectivos RATEOS que os PILOTOS do Estabelecimento de CINQUE PORTOS devem receber, segundo as Regulaçoens, &c.

Vindo de	Indo para.	Menos de 7 pes.	de 7. a 10 pes.	11 pes.	12 pes.	13 pes.	14 pes.	15 pes.	16 pes.	17 pes.	18 pes.	19 pes.	20 pes.	21 pes.	22 pes.	23 e para cima.
Das Dunas..	Nore, Sheerness, Standgate-Creek, Gravesend	l. s. d. 5 5 0	l. s. d. 7 17 6	l. s. d. 8 13 3	l. s. d. 9 9 0	l. s. d. 10 4 9	l. s. d. 11 0 6	l. s. d. 11 16 1	l. s. d. 12 0 13	l. s. d. 13 7 9	l. s. d. 16 1 3	l. s. d. 19 0 0	l. s. d. 22 1 0	l. s. d. 26 5 1	l. s. d. 28 9 2	l. s. d. 30 13 3
Standgate-Creek..	Longreach	l. s. d. 5 16 0	l. s. d. 8 8 6	l. s. d. 9 9 0	l. s. d. 10 4 9	l. s. d. 11 3 0	l. s. d. 11 18 10	l. s. d. 12 18 1	l. s. d. 13 14 6	l. s. d. 15 0 9	l. s. d. 17 14 4	l. s. d. 21 4 2	l. s. d. 24 5 1	l. s. d. 26 9 2	l. s. d. 28 13 3	l. s. d. 30 17 4
	Blackwall ou Londres	l. s. d. 6 12 3	l. s. d. 18 19 6	l. s. d. 10 4 9	l. s. d. 11 0 6	l. s. d. 12 1 6	l. s. d. 13 17 3	l. s. d. 14 0 4	l. s. d. 16 0 14	l. s. d. 16 13 9	l. s. d. 19 7 5	l. s. d. 23 8 3	l. s. d. 26 9 2	l. s. d. 28 13 3	l. s. d. 30 17 4	l. s. d. 33 17 4
	Gravesend	l. s. d. 3 6 2	l. s. d. 3 17 0	l. s. d. 4 8 2	l. s. d. 4 19 0	l. s. d. 5 10 3	l. s. d. 6 1 3	l. s. d. 6 12 1	l. s. d. 7 3 3	l. s. d. 7 14 4	l. s. d. 8 5 5	l. s. d. 8 16 4	l. s. d. 9 7 4	l. s. d. 9 7 4	l. s. d. 11 1 1	l. s. d. 11 1 1

Por cada meio pé d'agaa acima de 10 pés, o preço medio entre os dous limites—Por distancias intermediatas hum Rateo proporcional, igual á meia differença entre os dous limites:—Navios que forem abordados por Pilotos ao Oeste das Dunas pagaráõ os seguintes Rateos.

Por meter Piloto abordo, e por Pilotage te o ancoradouro nas Dunas	{ 1 De Opé de Dungeness ás Dunas	l. s. d. 5 5 0
	{ 2 De Oeste de Folkstone ás Dunas	l. s. d. 4 4 0
	{ 3 De Oeste de Dover; considera se ao Oeste, té passar o paô da Bandeira, na fortificação ao l'Este	l. s. d. 3 3 0
	{ 4 De Opé de Dover, e ao Oeste de South Foreland ás Dunas	l. s. d. 2 2 0
	{ 5 De defronte de South Foreland, á ancorage nas Dunas, ou por vir abordo quando ancorado	l. s. d. 1 1 0

Navios Estrangeiros, obrigados á pagar na Alfandega huma 4ª parte mais dos Rateos de Pilotage na Pauta acima notados, excepto se forem carregados com Graós an Provissoens; aos varios Rateos acima mencionados, se há de addir 10l. por Cent. quando o numero dos Pilotos de Cinque Portos augmentar á 160, e 20l. por Cent. quando augmentarem á 180; de cujo augmento, respectivamente, se dará noticia nas Gazettas, &c.

Para o serviço de Lanchas Ancoretas, e homens, como acima se mostra na outra Pauta A. { J. ANDRADE, Consul Geral de Portugal.

CORRESPONDENCIA.

Elémens d'une Langue Musicale.—Par Candido d'Almeida, Ecuyer de S. M. le Roi Charles IV.

PROJET.

IL est à présumer que toutes les langues tirent leur origine du besoin de s'énoncer, et que l'homme n'a fait usage de l'organe de la parole, que pour exprimer ses simples volontés.

L'intelligence a ensuite fait des conquêtes sur l'empire de la raison, et la faculté de la pensée venant enfin établir sa domination, toutes les autres facultés lui furent soumises.

C'est alors que l'homme se sera reconnu le souverain absolu de toute la terre; mais ébloui par tant de merveilles que la nature lui étalait devant les yeux, il se laissa guider d'abord par l'ignorance, et rendit un culte religieux à des choses qui ne méritaient pas même de l'estime.

Ce ne fut que par une longue expérience que l'esprit humain acquit la véritable conscience du choix; la civilisation (merveilleux résultat des connaissances) venant ensuite conduire l'homme de progrès en progrès, lui a fait connaître ses vices et ses vertus.

Les devoirs de la société s'ensuivirent, et bientôt tous les hommes virent la nécessité de concourir au centre commun. On a vu naître les arts et les sciences d'une même origine, on les a vu s'élever dans le même berceau, se fortifier, s'agrandir et se répandre enfin sur toute la surface de la terre.

Le génie observateur persévera dans ses recherches; et comme par enchantement il parvint à découvrir de grands phénomènes: alors dévoré par la curiosité, l'homme s'élança, pour ainsi dire, hors de sa sphère, franchit d'immenses espaces, et porta le flambeau des

sciences dans l'empire des ténèbres. Il déchira le voile du mystère, et mit au jour des vérités qui depuis l'origine des choses étaient restées ensevelies dans l'abîme du silence.

C'est ainsi que l'esprit de recherche a éclairé et agrandi l'horizon limité du savoir de l'homme, et qu'il lui a découvert les matériaux qu'il falloit arracher du sein de la nature pour nous initier dans ses secrets.

Or, s'il est vrai que la civilisation soit l'admirable résultat des connaissances, il est aussi évident que le perfectionnement des langues doit se trouver à la hauteur des progrès de l'esprit; et que les importantes découvertes qui ont été faites de notre tems ont enrichi le langage des sciences, et agrandi l'idiome des nations qui les cultivent.

Commençons à-présent par poser les bases de notre système, par l'examen du rapport entre le physique et le moral de l'homme. Deux forces qui tendent à se détruire mutuellement, s'observent dans la Nature, et c'est cette formidable opposition qui établit l'équilibre entre tous les êtres, leur existence et leur marche. De ces lois primordiales d'autres en résultent, et quoique plus particulières, néanmoins elles se trouvent en raison directe de leur origine.

Le sentiment, la pensée, et toutes les facultés intellectuelles de l'homme, doivent être nécessairement subordonnées aux mêmes lois.

Nous ne considérons jamais l'organisation humaine, sans admirer la sagesse du Créateur; de même qu'il y a des organes destinés pour l'économie animale desquels la vie dépend.

Les fonctions de notre âme se trouvent aussi liées à d'autres organes, qui lui sont également destinés, et qui sont doués d'une extrême sensibilité; or, si les molécules qui constituent les organes du sentiment de la pensée, et de toutes les facultés morales, sont soumises aux lois d'attraction et de répulsion, il est à présumer que de même que cette opposition tient en équilibre les corps physiques, et engendre l'ordre dans l'univers; elle fait aussi naître notre raison, modère nos passions, et nous donne le code de la conscience sans vice ni corruption.

Poursuivons donc l'examen des fonctions intellectuelles de l'homme.

L'imagination est la première de nos facultés, en ce qu'elle n'a point de limites : elle est plus rapide que la lumière, et parcourt en un instant des distances surprenantes ; semblable aux vagues d'une mer agitée, elle égare souvent notre raison sur ses flots impétueux, souvent elle fait voler notre esprit même au-delà des bornes connues ; tantôt elle nous met au comble du malheur, tantôt elle nous ramène au sein du plaisir.

Elle peut être regardée, pour ainsi dire, comme la lanterne magique de notre âme, en ce qu'elle lui fait voir les objets plus ou moins brillans, selon la force de ses couleurs.

L'imagination est enfin la mère de tous les vices, comme elle l'est de toutes les vertus.

Quel contraste frappant les différentes formes auxquelles notre imagination se modifie ne nous présentent-elles pas ? combien de règles ne peut-on pas établir sur des vérités si reconnues, et de quel intérêt ne seroit-il pas d'examiner physiologiquement le but des richesses si immenses que la Nature a déposées en nous, sans que nous-mêmes nous en connaissions la source ! Crainte de nous égarer, nous puiserons dans la Physiologie, les connaissances qui devront rendre admissible la base de notre système. Suivons le discours : ayant examiné rapidement la cause des différens degrés de perfection auxquels les langues se sont trouvées assujetties, nous avons heureusement découvert dans cette chaîne progressive, une comparaison qui non-seulement peut établir le parallèle entre les sons articulés de la voix, et ceux que les instrumens de musique nous font entendre ; mais encore cette découverte nous suggère l'idée de créer une langue musicale proprement dite.

Bien persuadés de l'importance de présenter une théorie facile et claire pour aider à comprendre notre système, nous tâcherons d'appuyer sur des faits naturels, toutes les assertions qui doivent être établies comme base et règles infaillibles.

Pour cet effet nous diviserons cet ouvrage en trois

parties ; la première offrira l'organisation des sons musicaux et leur arrangement relatif (Grammaire.)

La seconde contiendra un grand nombre de phrases de musique raisonnée (Dictionnaire). Dans la troisième et dernière on trouvera enfin un traité philosophique (Logique Musicale), par lequel nous chercherons à prouver le rapport entre les inflections de la voix et celles des sons musicaux, ainsi que les avantages qui résulteraient de donner à la musique une expression positive et des règles invariables.

Rendre la musique un langage universel et représentatif, est le seul motif qui nous encourage à entreprendre un travail sans exemple, et qui nous impose le devoir de la présenter sous un aspect plus intéressant qu'elle ne l'est aujourd'hui.

Exprimer nos affections morales, représenter nos sentimens et agiter notre cœur agréablement ou désagréablement par le moyen de la musique instrumentale, est le but de cet ouvrage.

Les accens musicaux n'ont fait jusqu'à présent que flatter notre ouïe par son babil voluptueux ; peut-être dorénavant, les entendra-t-on parler avec mélodie et éloquence.

La magie des sons nous a long-tems enchantés sans que nous ayons cherché à en connaître la cause.

Maintenant nous allons soumettre à un ordre précis et régulier, toutes ces miraculeuses inspirations.

Sonates,* Quatuors, Symphonies, &c. ne seront plus autre chose que des morceaux de Poésie sonore, répétés dans une langue inconnue même à celui qui les récite : il est vrai que cette même musique nous plaît en ce qu'elle délasse et repose l'esprit après la tension où le tiennent nos rapports envers la société.

Il ne faut pas outre cela oublier, que la bonne ou mauvaise qualité du son de l'instrument, la netteté et précision avec lesquelles le musicien exécute son morceau, influent beaucoup aussi sur l'agrément.

Ainsi il ne faut point s'obstiner à vouloir trouver un sens dans notre musique instrumentale, telle qu'elle

* Le savant Fontenelle, harcelé par cette sorte de musique, s'écria tout haut : " Sonate, que me veux-tu ? "

est à-présent. Pour prévenir quelques observations que l'on sera tenté de nous faire là-dessus, nous présenterons plusieurs exemples qui seront pout-être satisfaisans.

Voici le premier.

Quand on entend la *Création du Monde* composée par Haydn ; qu'on ferme les yeux, et qu'on oublie le sens que l'auteur a voulu prêter à ce précieux morceau de musique, se laissant frapper de l'idée du superbe spectacle que doit offrir un Congrès de Rois, assemblés pour régler les affaires du genre humain : telle sera l'illusion de notre fantaisie, que l'on sera tenté d'accuser l'auteur de ne pas avoir bien senti sa propre musique ; ou bien sans ajouter aucune pensée positive pendant l'exécution de cette pièce, et suivant simplement celle que ses grands effets feront naître en nous, nous éprouverons alors une étrange confusion ; tantôt des scènes tragiques se présenteront devant notre esprit, tantôt des idées religieuses nous pénétreront de respect.

Enfin notre imagination nous peindra en un instant mille tableaux, analogues à autant de circonstances qui nous ont frappé le plus dans le cours de notre vie.

La raison de cette réminiscence sera traitée à sa place.

Une seconde comparaison vient à l'appui de notre assertion.

En regardant sur une Scelite, on croirait voir dessus, des Montagnes, des Volcans, des Arbres, des Colonnes, des Edifices, des Monstres, &c.

Or, je demande si une personne quelconque, qui n'aurait jamais vu des Volcans, des Colonnes, des Monstres, &c. je demande, si cette personne pourroit appercevoir ces images sur la pierre. La réponse tombe d'elle-même. Eh bien, telles sont les imitations de la musique ; la musique est par rapport à nos sensations, ce qu'est la lumière à l'égard des objets qu'elle éclaire ; par le secours de la lumière notre œil saisit de loin les corps, leur forme, leur position, leurs mouvemens et les couleurs qui les embellissent ; mais, pourtant confusément de même que notre âme, à l'aide des sons musicaux, sent spontanément l'étendue de

ses passions, leur sensibilité, leur penchant naturel, et le plaisir qui lui en résulte, quoique vague et fugitif, et sans pouvoir en fixer ou en déterminer aucun.

Il faut donc bien se garder de confondre la cause avec les effets : les sons musicaux éclairent le chaos de nos sentimens, mettent en jeu nos passions, et réveillent notre mémoire.

De même que l'astre lumineux qui nous charme et nous transporte par le brillant coloris qu'il répand sur toute la Nature ; de même aussi la musique nous fait jouir voluptueusement des sensations qui ébranlent tous nos sentimens, sans cependant en représenter aucun.

J. J. Rousseau a bien senti cette vérité. Il s'exprime ainsi : " La musique met l'œil dans l'oreille."

Nous pourrions donc conclure de notre argument, que la Musique est la lumière de nos sentimens, en ce qu'elle les éclaire sans les faire naître, et qu'elle les pénètre sans les altérer ; à ces principes nous ajouterons d'autres considérations non moins importantes pour notre objet.

Il n'y a personne, à ce que je crois, qui ignore que le génie des arts est le primogène des règles ; on a été poète avant de connaître l'art poétique ; on a pensé avant de savoir penser : de même, la Musique nous fait sentir, sans que nous sachions ce que nous sentons : Or, il faut avouer combien il est peu honorable de cultiver un art dont les effets extraordinaires excitent mille affections différentes, sans que nous cherchions à tirer parti de tant de phénomènes. Musiciens, que le feu sacré des arts a frappés dans le berceau, réunissez vos lumières à mes efforts, et bientôt nos veilles se verront couronnées du succès le plus honorable. Atteindre le crater du sentiment est mon but ; voir couler ses douces flammes vers nos cœurs, les embrâser sans les détruire, les affecter sans les épuiser, et enfin, donner à notre âme un nouveau degré de sublimité.

Debaixo dos Auspicios de
S. A. R. o PRINCIPE REGENTE, e das Augustas Pessoas
da Familia Real, sahio á luz :

A Terceira e ultima Parte das CAMPANHAS DO EXERCITO ANGLO-PORTUGUEZ NA PENINSULA.

Par Fleurieu L'Evêque.

Representa :—

A 1^a *Estampa*—O Retrato do Ex^{mo} Marechal Duque de Wellington.

A 2^a—A partida de S. A. R. o Principe Regente de Portugal para os Estados do Brazil.

A 3^a—A vista de huma parte das linhas do Exercito Anglo-Luso ao pé de Villa Franca, na margem do Tejo.

A 4^a—O Assedio e Tomada de Badajos.

A 5^a—A memoravel Batalha de Salamanca.

A 6^a—A gloriosa Batalha de Vittoria.

São acompanhadas de huma explicação historica e descriptiva dos acontecimentos destas immortaes Campanhas desde a partida de S. A. R. o Principe Regente para o Brazil até a entrada dos Exercitos Alliados em França.

Vendem-se :

Em Londres : em Caza do Autor, No. 14, Brompton-row.—Em Lisboa : em Caza de Benjamin Conte, No. 28, Rua-direita de Buenos Ayres; na Loja de Joze del Negro, No. 26, Rua nova d'Almada, ao Chiado.—No Rio de Janeiro : em Caza do Relogeiro Henrique de Saules.

Nas mesmas Cazas se achão de venda :

O Retrato do Ex^{mo} Marechal Beresford.

Os Costumes Portuguezes, constando de 50 Estampas, com a sua explicação nas lingoas Franceza e Inglesa.

Duas Vistas da Cidade de Lisboa, das quaes huma representa o Convento de S. Jeronimo de Belem, e a Entrada da Barra.

A outra—O Palacio do Ex^{mo} Patriarcha, e grande parte da Cidade.

SENHORES REDACTORES DO INVESTIGADOR :

Tenho de costume ler todos os Jornaes Portuguezes que se imprimem em Londres; e como as noticias politicas que se nelles contem, são extrahidas, por a maior parte, das gazetas Inglezas, que eu leio todos os dias, d'ahi nasce, que o que nelles há de maior proveito e doutrina minha são as memorias de Literatura, Economia Politica, e ainda as reflexoens dos seus Redactores sobre os acontecimentos do tempo, em que cévo a minha curiosidade, e que me dão deleite e instrucção: com o cheiro nestas golodices literarias peguei avidamente no seu N° 52 d'Outubro corrente; abri-o; folhee-o; e qual foi o meu alvoroço, quando á pag. 510 deparei com as suas—*Consideraçoens sobre o Verso Saphico, e principios geraes de Syllaba, applicados particularmente á Lingua Portugueza!* Oh! Caspite! Eis aqui hum objecto (disse entre mim) do maior proveito e interesse não só para Portugal, mas em geral para toda a humanidade! Aqui sim hé que pode o Redactor mostrar toda a força de sua sabença, e pôr em pratos limpos, e até dar em bom guizado toda a poeira, e traça dos Scaligeros, Borrichius, Vossius, e de todos os calhamaços Alemaens, que tem por authores nomes acabados em *us*: Oh! Deos ajude o Auctor nesta sua obra para Portugal poder levar a dianteira á Alemanha, patria pachorrenta das causticas sciencias philologicas. Deos o ajude nesta sua taressa, e obra, que se elle acabar, feliz o genero humano!

Li, Senhores Redactores; tornei á ler; porem (á dizer a verdade; que Vossas Mercêz não gostam de adulaçoens) esse tractadinho mui pouco me satisfez; e o maior senão, que lhe achei, hé, que se por elle me guiar, não poderei fazer sequer hum verso Saphico, quando pelo contrario o meu 1º mestre de dansa (por signal que era bem máu) logo á 1ª lição me ensinou á fazer duas piruetas.

Naõ quero agora mortificalos com as minhas duvidas, e objecçoens; mas sempre lhe rogo muito por favor me queiram inteirar sobre a liberdade mais que poetica, com que V. M^{ces} daõ á 1ª syllaba da palavra Latina *amor*—a quantidade de syllaba longa, que

nunca foi senão breve; nem V. M^{ces} me poderaõ mostrar o contrario: eis aqui as palavras do Investigador:

“Na palavra Latina *amor*—há duas syllabas longas; por quanto no verso faz algumas vezes hum spondeo . . .”

Receberei particular favor, se com algum exemplo dos classicos Latinos me poderem mostrar, que o substantivo *amor*, ou o verbo *amare*, tem a 1^a syllaba longa; eu não sei nem hum só exemplo; e pelo contrario, sei mais de cem versos, em que *amor*, e *amare* tem a 1^a breve: aqui lhes cito alguns de authores varios—

Sic tu cæcus amor, sic erit illa Venus—
Ille meos primus, qui me sibi junxit amores—
Dives alit: placito ne etiam pugnabis amore—
Vincit amor patriæ, laudumque immensa cupido—
 &c. &c. &c.

Sou, Senhores, com muito respeito, taõ amigo de V. M^{ces} como sou curioso da Prosodia,

BENTO PEREIRA.

A P P E N D I C E

AO ARTIGO—POLITICA.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.

Proclamação do Presidente dos Estados Unidos.

“HAVENDO sido informado de que diversos individuos, cidadaons dos Estados Unidos, ou residentes nelles, e particularmente no Estado da Louisiana, tratam de preparar e realizar huma expedição militar ou empreza contra os dominios de Hespanha, com quem os Estados Unidos felizmente estaõ em paz; e para este fim juntam armas, muniçoens militares, provisoens, navios e outros meios; enganam e seduzem os bons cidadaons para entrarem nesta sua empreza illegal: elles mesmos se organisam e se armam para o mesmo fim, contrario á todas as leis, feitas e publicadas para taes cazos: Eu, por consequencia, julguei necessario sahir com esta minha proclamação para ordenar á todos os fieis cidadaons, que por falta de consideração ou conhecimento tem entrado nesta illegal tentativa, larguem mão della sem

demora ; mandando á todas as pessoas, quaesquer que ellas sejaõ, e se achem nisto envolvidas, que desistam immediatamente de semelhiante projecto, sob pena de incorrerem no perigo que por tal lhes possa acontecer. Assim taõbem ordeno e requeiro á todos os officiaes civis e militares dos Estados Unidos, que vigiem, indaguem, e castiguem todas as pessoas implicadas ou envolvidas nestas emprezas, &c. Feita na cidade de Washington, no 1 de Setembro, de 1815, e anno 40 da Independencia dos Estados Unidos.

(Assignado) JAMES MADDISON,
Pelo Presidente, JAMES MUNROE."

Troca da Pomerania Sueca e Rugen pelo Ducado de Lunenburg.

Tratado entre a Dinamarca e Prussia, em que foraõ Plenipotenciarios da parte de Dinamarca os Condes Bernstorffs, e da parte da Prussia o Principe Hardenberg, e Baraõ Humboldt.

Art. 1. El Rei de Dinamarca renuncia em seo nome, e de seos successores o direito á Pomerania Sueca, e Rugen.

2. El Rei de Prussia toma sobre si as obrigaçoens, que El Rei de Dinamarca prometteo desempenhar, em conformidade dos artigos 8, 9, 10, 11, 12, 20, 22, 23, 24, e 26 do Tratado de Kiel.

3. A Prussia cede Lunenburg á Dinamarca, á excepção do *Baliado* de Neuhaus, situado entre o Elba e as aldeas Mecklenberg e Lunenburg, as quaes em parte confinaõ, e estaõ em parte comprehendidas no dito *Baliado*.

4. El Rei de Dinamarca toma sobre si as obrigaçoens, que El Rei de Prussia prometteo cumprir relativamente ao Ducado de Lunenburg ; á excepção de que Neuhaus deverá ter huma parte, proporcionada á sua população, na divida do paiz.

5. El Rei de Prussia entrega todos os documentos, papeis, mappas, e planos pertencentes á parte cedida do Ducado de Lunenburg, no estado em que elles lhe forem communicados pelo Hanover.

6. Em virtude de huma convenção entre a Suecia e a Prussia, esta ultima Potencia promette pagar á Dinamarca a somma de 600,000 dollars Suecos, devidos pela Suecia á Dinamarca ; e esta somma será paga em dinheiro de contado tres mezes depois da assignatura do presente Tratado.

7. A fim de indemnizar a Dinamarca completamente, a Prussia se obriga á satisfazer, alem da precedente somma, dois milhoens de dollars Prussianos, moeda corrente, em quatro pagamentos de 500,000 dollars cada hum ;—o primeiro em o 1º de Janeiro, no primeiro anno depois da conclusão da paz, que terminar a presente guerra com a

França; o segundo no 1º de Julho do mesmo anno; e os outros dois no 1º de Janeiro, e no 1º de Julho do seguinte anno. Quando El Rei de Prussia tomar posse da Pomerania e Rugen, dará quatro obrigaçoens, de 500,000 dollars cada huma, que deveraõ ser pagas pelo modo acima especificada, e que venceraõ os juros de quatro por cento, desde o dia em que se tomar posse dos mencionados lugares; o primeiro pagamento dos juros se fará no 1º de Janeiro de 1816; e de seis em seis mêzes dahi em diante; estes pagamentos seraõ feitos em Hamburgo á pessoas nomeadas por El Rei de Dinamarca.

8. Lunenburg será entregue á Dinamarca em dois mezes, se possivel fôr, e ao mais tardar tres mezes depois da assignatura do presente Tratado.

9. Determina, que as queixas e pertençoens dos vassallos das duas partes contractantes fiquem ajustadas, sendo possivel, no tempo em que se tomar posse das provincias cedidas.

10. A ratificaçaõ deverá ser trocada nos quarteis geraes dos Soberanos Alliados dentro de seis semanas, ou ainda mais cedo, se fôr praticavel.

Feito em Vienna, no dia 4 de Janeiro, de 1815.

(Assignados)

C. BERNSTORFF, Principe HARDENBERG,
J. BERNSTORFF, Baraõ HUMBOLDT.

Vienna, 13 de Outubro, 1815.

Processo Verbal da Conferencia de 2 de Outubro, relativo aos Artigos de Paz entre os Alliados e a França.

Na pag. 94 deste No., Artigo—França—já publicámos o resumo deste Tratado; agora acrescentaremos o seguinte, que parece ter todo o character de autenticidade.

“ Depois de diversas explanaçoens confidenciaes entre os Plenipotenciarios d’Austria, Gram Bretanha, Prussia, e Russia por huma parte, e o Duque de Richelieu, Plenipotenciario de S. M. El Rey de França, por outra parte, concordou-se hoje, que as relaçoens entre a França e as Potencias Alliadas, armadas para o restabelecimento e conservaçaõ da paz geral, fossem definitivamente reguladas segundo as quatro seguintes bazes:—

1. Landau, Philippeville, Marienburg, Saar-Louis, e Versoye, saõ cedidas para sempre pela França.

2. Quatorze fortalezas da Fronteira devem ser entregues ás Potencias Alliadas, para exclusivamente serem occupadas pelas suas tropas, durante o termo de cinco annos.

3. Dentro do termo dos mesmos cinco annos a França pagará aos Alliados sete centos milhoens de francos de contribuiçoens.

4. Huma columna movel de 20 á 25,000 homens se conservará na capital ou no interior de França, composta de tropas Britannicas ás ordens do Duque de Wellington, em quanto as forças Francezas não estiverem organisadas.

Os Plenipotenciarios, havendo definitivamente adoptado estas bazes, e concordando no modo de concluir o mais de pressa possivel hum arranjo formal, determinaram por conseguinte o que se segue:—

1. Que hum Tratado Geral se haja de fazer sobre as bazes já mencionadas, ás quaes se acrescentarão os artigos, que, de commum acordo, se julgarem necessarios para o seo complemento. O Governo Francez nomeará, por sua parte, huma pessoa para tratar com as já nomeadas pelas quatro Potencias para a formação do dito Tratado.

2. Que a Commissão, nomeada para os arranjos militares, proceda, com os Commissarios designados pelo Governo Francez, á formar hum projecto de Convenção para por ella se regular tudo o que for relativo á occupação militar, e tratamento do exercito nisto empregado. Os mesmos Commissarios determinarão o modo e os periodos em que se devem evacuar aquellas partes do territorio Francez, que não estiverem comprehendidas na linha da occupação militar.

3. Que huma Commissão especial, nomeada para este fim pelas Partes Contractantes, forme sem demora hum plano de Convenção para regular o modo, os periodos, e as garantias do pagamento dos 700,000,000 de francos, que se devem estipular no Tratado Geral.

4. Que a Commissão formada para examinar as reclamaçoens de differentes Potencias, relativas á não execução de certos artigos do Tratado de Paris, continue os seos trabalhos, na intelligencia porem que os communicará, o mais breve possivel, aos Plenipotenciarios encarregados da negociação principal.

5. Que assim que estes Commissarios houverem terminado os seos trabalhos, os Plenipotenciarios se juntarão para examinar os seos resultados, concluir hum arranjo final, e assignar o Tratado principal, assim como as diversas Convençoens particulares.

Os Plenipotenciarios approvaram e assignaram este processo verbal, depois de lhes haver sido previamente lido.

RASUMOWSKI,
CASTLEREAGH,
RICHELIEU,
WELLINGTON,

WISSENBERG,
CAPO D'ISTRIA,
HUMBOLDT,
HARDENBERG.

*Vienna, 11 de Outubro.**Joven Napoleaõ.*

Consta-nos, que o Imperador dera ao joven Napoleaõ o regimento de Hulanos, vago pela morte do Conde de Meerfeldt. Domingo passado o joven Principe foi pela primeira vez apresentado á Imperatriz no seo uniforme.

F R A N C A.

*VARIEDADES.**Bom dito de Luis XVIII.*

Dizendo-se na sua presença que a famosa Venus, tirada do Museum Francez pelo Alliados, hia para Inglaterra, respondeo El Rei:—“ *Se assim hé, teraõ os Inglezes hum bella mulher de mais, e hum grande homem de menos.*”

*Espirito do actual Governo de França.**Paris, 25 de Outubro, 1815.*

A gazeta (*Le Courier*) foi hoje supprimida por haver dito duas couzas, ambas bem conhecidas da Europa, as quaes publicou na sua folha de 23 de Outubro. A 1ª foi, que o Imperador d'Austria dera á seo neto o regimento de Hulanos, que estava vago pela morte do Conde de Meerfeldt: a 2ª, que Carnot erá hum homem honrado.

Resposta á hum Snr. Correspondente.

Hoje 31 de Outubro recebemos a sua copiosa remessa, que consistia na—Memoria Economica e Politica sobre a Companhia, &c.:—Causes de l'Evenement de Portugal; ouvrage dédié à toute Puissance seculière et temporelle, &c.:—Memoria sobre a Agricultura da Provincia entre Douro e Minho:—Offerta do Exercito Portuguez ao Ex^{mo}. Marechal Beresford:—Resposta ao papel de J. F. de Castilho, &c.:—Carta Politica de hum Amigo á outro, &c.:—Reflexoens á cerca do Exame Critico feito á censura de M. Link sobre a Estatua Equestre, &c.:—&c. &c. &c.—E hum Mappa MS.—Agradecemos infinitamente o interesse que toma pelo credito e utilidade do nosso Jornal. Em os Nos. seguintes cuidaremos em publicar successivamente toda esta Correspondencia.

ADVERTENCIA DOS REDACTORES.

POR huma circumstancia imprevista deixâmos de publicar neste No. as Taboas dos Pregos Correntes, Premios de Seguros, e Cambios,—não querendo por este motivo retardar a publicação costumada do nosso Jornal. E como este pequeno artigo cauza muitas vezes inevitaveis demoras, por ser assumpto estranho aos Redactores, e em que são obrigados á recorrer ao favor e obsequios de pessoas, que tem de sobejo que fazer com os seos negocios para se occuparem dos alheios, desde hoje em diante não tornaremos á publicar as ditas Taboas. Para esta nossa resolução acresce a lembrança, de que os nossos leitores nada perderão com esta falta; por que os que estão em Inglaterra tem diariamente conhecimento da variedade dos Pregos, Premios de Seguros, e Cambios; e os que estão fora deste paiz não poderão tirar proveito algum destas Taboas, em razão de estarem já necessariamente alteradas quando o nosso Jornal lhes haja de chegar as maons.

ERRATAS

Mais notaveis do Numero LII.

Pag.

- 513 tirados, *l.* fixados.
516 assiguar, *l.* assignar.
518 a suppor-mos no Latim, *l.* e não a suppor-mos
no Latim.
526 Inglez, *l.* Inglezes.
527 hé, *l.* há.
543 hé, *l.* há.
— entrega-me, *l.* intregar-me.
549 o taõ levado, *l.* o tem levado.
553 hé de certo bem grande, *l.* hé de certo de bem
grande.
561 quando, *l.* quanto.
562 que perda, *l.* que perca.
566 seguioscos, *l.* sequiosos.
570 facticia, *l.* ficticia.
571 ebulha-los, *l.* esbulha-los.
603 houvessem, *l.* houverem.
613 annunciave, *l.* annunciava.
618 esforça-me, *l.* esforçar-me.

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM INGLATERRA,

OU
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

DEZEMBRO, 1815.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

O que forão os Jesuitas, e o que poderão ser ainda hoje ?

(*Reflexoens, que os Redactores acrescentão á seguinte Memoria, que receberam de Lisboa, e agora vão publicar.*)

QUANDO o Poder Espiritual e Temporal extinguiu esta Sociedade famôza, já se tinhaõ ouvido de todas as partes do mundo as diversas e multiplicadas queixas que haviaõ contra ella; e á esta grande massa de accusaçoens, que formaram huma opinião publica irresistivel, cederam as Potencias, que de commun accordo a supprimiram. Com a sua extincção acabaram as mais fortes discussoens, que á seo respeito se tinhaõ suscitado; mas ainda se ficaram ouvindo os fracos

clamores de alguns individuos, que, pensando honrar as suas cinzas, quizeram attribuir a sua queda fatal ao tenebrozo conloio da philosophia, e das luzes atrevidas do seculo. Não advertiram porem estes apologistas, que os motivos reaes e verdadeiros da catastrophe dos Jesuitas estavaõ dentro das suas proprias constituições, leis politicas e economicas, e que, sendo como hum veneno occulto, que os minava, deviaõ mais cedo ou mais tarde dar-lhes huma morte lenta ou repentina, segundo as circumstancias que occorressem. Estas, com effeito, simultaneamente occoreram em diversas partes do mundo; e por consequencia a morte civil dos Jesuitas foi instantanea e violenta.

A Sociedade dos Jesuitas appareceo no mundo com hum character e fisionomia absolutamente nova, e em todos os sentidos differente da que apresentavaõ todas as mais corporações religiosas. Estas, pela maior parte dadas á vida contemplativa e sedentaria, passando muitas horas do dia e da noite na recitação da Psalmodia, e mais exercicios domesticos, apenas podiaõ estender a sua influencia externa á hum circulo mui limitado; e tudo quanto podiam fazer fora do Claustro reduzia-se á pequenas intrigas, que não sahiam da curta esphera das familias, á quem governavam como directores espirituaes, ou á quem adulavam para terem hum apoio nos governos e na opiniaõ publica. A sua ingerencia em os negocios publicos não offerecia portanto perigo algum consideravel, porque na sociedade civil mais faziam a figura de pertendentes do que chefes ou dominadores. Não appareceram porem assim os Jesuitas, porque logo se declararam por Mestres das nações; e para melhor desempenharem a sua missaõ, pozeram absolutamente de parte a vida contemplativa e retirada das outras familias regulares, e reduziram todas as suas occupaçoens ao exterior do Claustro, querendo representar em grande no vasto theatro do mundo.

Reflectindo-se nesta differença caracteristica, bem se vê logo que a sua influencia em os negocios civis devia ser mui extensa, porque elles se haviam constituído os orgaos de todos os pensamentos dos homens, apoderando-se dos meios mais efficazes para realizar seos projectos. Estes foraõ particularmente dois:—

Instrucção publica,—e Direcção das Consciencias.—

Ora, quando huma Sociedade mui numeroza, composta de individuos de todas as classes, e de todas as naçoens, consegue ter o monopolio exclusivo de toda a instrucção e ensino, e ao mesmo tempo esta Sociedade tem chave das consciencias do genero humano, sabendo por consequencia perfeitamente o modo de melhor poder guiar para os seos fins estas mesmas consciencias ; fica por tanto sendo mui claro, que esta Sociedade ou devia ser a melhor e a mais proveitoza sociedade da terra, ou a mais perigoza e detestavel. Como a ambição é o dezejo de dominar hé porem huma das enfermidades moraes, inherentes á natureza do homem, taes meios, postos á disposição de tantos e tão diversos individuos, fizeram com que os Jesuitas, como homens, adoecessem da geral enfermidade, e abuzassem horrorosamente do seo dominio universal.

Segundo estes principios, tendo já os Jesuitas hum poder moral absoluto sobre o espirito humano, seguia-se que bem depressa taõbem deviaõ passar á conquista do poder fisico, isto hé, ao da riqueza e dos bens temporaes. Este passo e esta conquista foraõ muito faceis ; porque quem seria capaz de negar os bens terrenos á seos Directores, e á seos Mestres, que lhe repartiaõ o que elles chamavaõ *instrucção gratuita*, e que lhe derramavaõ, ás maons cheias, toda a qualidade de thezouros e graças espirituaes com que lhe fortificavam e tranquillisavam todos os desasocegos das suas consciencias ? Hé bem sabido que os homens saõ, em geral, ainda mais generosos para os medicos que lhes curam as enfermidades do espirito do que as doencas do corpo ; e nisto os Jesuitas foraõ facultativos e praticos famosos ; por que tinhaõ adoptado huma moral *taõ suave, taõ flexivel, e taõ consoladora*, que não havia consciencia alguma no mundo para quem ella não podesse servir de hum verdadeiro especifico. O que o celebre Walpole, que outrora foi Ministro e Secretario de Estado do Governo Inglez, dizia á respeito dos seos compatriotas, isto hé ; que elle tinha em seo poder *a pauta do pézo e valor de todas as consciencias Inglezas*, só podia ser ennunciado com verdade por hum Geral dos Jesuitas ! Neste cazo, supposto o conhecimento exacto que estes tinhaõ do

valor e pezo específico de todas as consciencias humanas, e não havendo sido assaz escrupulosos nos remedios de as curar e derigir* (o que está sobejamente provado pelos seus livros de moral), hé mais que evidente, que o seu dominio havia de ser universal, havia de ser perigozissimo, e por hum certo periodo, completamente irresistivel.

Assim temos visto, que a Sociedade dos Jesuitas, pelas suas leis primarias e organicas, devia ter hum poder e hum dominio universal e absoluto nas consciencias dos homens; e que abuzando-se sempre de toda a qualidade de poder illimitado, esta mesma Sociedade era essencialmente impolitica e perigoza, porque se poz na necessidade de abuzar dos seus meios, e delles com effeito abuzou. Para este abuzo concorreo ainda outra circumstancia que não tinhamos mencionado, e vem á ser:—que esta maravilha de companhia estava por tal forma organisada, que a *roupeta* não era o seu unico distinctivo. A' traz, por assim dizer, da primeira linha Jesuitica, que era conhecida e visivel, estava ainda outra muito mais forte, e por assim dizer invencivel, que se compunha dos Jesuitas inveseiveis, que debaixo das armas, da toga, e da thiara e da purpura eram verdadeiros discipulos de Loyola. Quem poderia pois resistir á força phisica e moral deste sistema tão profundamente combinado? E que muito hé, que, se as luzes dos seculos, posteriores á esta instituição, não tivessem rasgado as sombras que espalhava aquella magica roupeta, o mundo todo tivesse amanhecido hum dia universalmente Jesuita!

Devia por consequencia taõbem dispor de todas as riquezas da terra, por quem era Senhor absoluto das vontades humanas, o devia ser igualmente da plena execução de todas as suas obras. E perguntâmos agora; se huma Sociedade assim estabelecida, e fundada sobre molas occultas e de huma força por assim dizer monstroza, operando sempre nas trevas e no misterio do segredo, poderia humanamente deixar de

* Hé hum facto notavel na historia dos Jesuitas, que logo no principio da sua creação, e no tempo do Concilio de Trento, quando a questão dos Protestantes principiou a agitar-se, elles propozeram formar huma nova Theologia *accommodada aos tempos*! Com estas maximas podia-se hir muito longe!

abuzar dos seus meios de dominio, e convinha que fosse tolerada no mundo? Seria preciso que os Jesuitas fossem anjos para não abuzarem de tamanho poder, e de tão illimitada influencia!

Não são porem ainda só estas as unicas differenças que tão fortemente caracterisaram a Sociedade Jesuitica; temos ainda outra mui essencial, que muito se deve pezar na balança dos interesses politicos. Os Jesuitas foram os primeiros regulares, que fizeram hum voto particular de obediencia cega e passiva á todas as vontades da Corte de Roma; e por este modo os Papas ganharam hum mui numeroza e forte milicia, que, sem nada lhes custar, e sem com ella despenderem couza alguma, porque era paga por todos os governos da Europa, entrou á defender atrevidamente todos os antigos projectos, e direitos chamados ultramontanos. Mas para pormos em melhor ponto de vista esta notavel e bem essencial circumstancia, convem que resumâmos rapidamente o que tinha sido a Corte de Roma, e o que era na epocha da instituição dos Jesuitas.

Os Papas na sua origem, com hum poder e auctoridade indisputaveis sobre o regimen espirital da Igreja, eram todavia vassallos do Imperio Romano, á quem estavam sujeitos como quaesquer outros cidadãos. Com o andar do tempo, e pela piedade de alguns Imperadores, e por outras favoraveis circumstancias, os Pontifices Romanos passaram de vassallos á ter hum pequena Soberania temporal; e aqui principia a epocha assaz famosa de Roma moderna. Hé preciso porem notar, que quando os Bispos de Roma entraram á ser Soberanos temporaes já a sua Soberania espirital estava taõbem estabelecida, e tinha hum influencia tão forte e tão extensa, que elles desde logo conceberam projectos da mais alta ponderação, que por algum tempo realizaram. Então a Corte Pontificia formou hum raciocinio, que parecendo hoje extravagante, era com tudo mui proprio das luzes do tempo, e lhe produziu os melhores resultados. Diceram ao mundo os Bispos de Roma:—“O poder espirital hé mais nobre que o poder temporal; ora nos somos Soberanos espirituaes absolutos, logo taõbem o devemos ser temporaes: logo todos os Soberanos do mundo

devem ser nossos inferiores e vassallos : logo nós podemos dispor das suas Coroas e Thronos como bem nos parecer, e melhor convier para os nossos interesses." Hé verdade que toda esta logica erá eminentemente absurda ; porem o mundo estava eminentemente ignorante, e por consequencia accreditou que ella tinha toda a exactidaõ e verdade geometrica. O resultado de toda esta má logica foi, por conseguinte, que muitos Reys independentes e Soberanos legitimos perderam suas coroas e thronos em virtude de huma simplez Bulla do Papa ; excitaram-se entre as naçoens e os Reys horriveis guerras civis, sopradas pela influencia dos *Servos dos Servos de Deos*, que desta humilde esteira chegaram á arrogar-se o dominio espiritual e temporal do universo ; e até o nosso Portugal vio hum dos seos primeiros Monarcas derrubado de hum throno, que o valor Portuguez havia levantado em Ourique sobre as ruinas das *Meias-Luas* e poder Mahometano !

Mas como toda a força deste má raciocinio estava fundada na ignorancia dos povos, hé claro que ella só devia prevalecer em quanto a luz das sciencias não viesse illuminar o entendimento dos homens, e os ensinasse á descobrir e refutar todos os sophismas da Logica Romana. Chegou com effeito esta epocha, e os Bispos de Roma que cingiam as duas espadas, espiritual e temporal, não só foraõ forçados á largar das maons a segunda, mas até se viram em perigo de perder a primeira. Entre as muitas questoens theologicas e civis, que já se tinham excitado, appareceram á final as de Luthero e Calvino, que á frente de huma mui numerosa povoação conquistaram á Roma quase a metade da Europa. Neste estado estava o mundo, e nestas circunstancias estavaõ os Pontifices Romanos quando se instituiram os Jesuitas ; e daqui por consequencia podemos deduzir todos os principios sobre que se organisou esta famoza Sociedade.

Todo o homem ou toda a nação, que huma vez perdeo hum grande poder e dominio, forceja sempre por tornar á adquiri-lo. Os Bispos de Roma lembrados do que já tinham sido, do que eraõ, e do que poderiaõ ainda vir á ser, aproveitaram, portanto, a favoravel occasiaõ de terem huma numeroza milicia, que, apezar

de ser sustentada á custa dos governos estrangeiros, devia estar sempre debaixo das suas ordens immediatas, e defender o que elles chamavam seos legitimos direitos. Neste mui profundo ponto de vista foi instituida a ordem dos Jesuitas; e para prova de que este erá o espirito da sua instituição, basta ver o voto mui especial e positivo, que elles fazião de estarem sempre as ordens do Papa, e de cumprirem com obediencia cega e passiva tudo quanto elle lhes ordenasse. Ora esta idea, assaz atrevida, de fazer com que os vassallos, por exemplo de Portugal, França, Alemanha, &c. jurassem dentro da sua mesma patria, e á face dos seos mesmos governos, de ser exclusivamente vassallos de huma Potencia estrangeira, e que já tantos sinaes tinha dado de huma desmedida ambição, só podia ser concebida e executada por huma Potencia affeita á dominar por muitos seculos o mundo; e só podia ser recebida por Monarcas e povos, por muitos seculos costumados á obedecer!

Outra prova, não menos evidente, de que a Corte de Roma creou os Jesuitas para serem a sua verdadeira Guarda Pontificia, hé que o seo primeiro Chefe, o seo primeiro Commandante, devia ter sempre o seo Quartel General em Roma, e em frente do Vaticano. Ali erá o centro commum de toda a sua força e auctoridade, e ali das quatro partes do mundo se derigiam as participações, que davam os subalternos. Os Jesuitas espalhados por todas as nações da terra, e sabendo á fundo o recondito de quase todas as consciencias do genero humano, enviavam ao seo chefe o diario, por assim dizer, dos pensamentos dos homens desde o throno até á humilde choupana; e em consequencia destas exactas informações sahiam depois do centro de Roma, ora na forma de Bullas, ora na forma de livros de historia ou de moral, todas as ordens e todas as instrucções, pelas quaes se havia decidido que o mundo se fosse governando. Para o bom desempenho deste vasto sistema já dicemos, que os Jesuitas não só conquistaram o dominio das consciencias humanas, mas se constituiram os chefes de toda a instrucção publica. Esta ultima circumstancia dá por conseguinte outra prova, de que os Jesuitas não foraõ

instituidos senão para defender os interesses dos Papas, em prejuizo da auctoridade das naçoens e dos Soberanos.

Todo o homem hum pouco versado na literatura Jesuitica, conhece que todos os seos livros tendiam á circumscrever a esphera dos conhecimentos humanos; e que aonde elles se mostraram sempre famosos foi em defender as prerogativas da Corte de Roma. Estabeleceram, como dogma de fé, em todos as suas obras, a infallibilidade do Pontifice Romano, doutrina desconhecida nos primitivos e heroicos seculos da Igreja; defenderam o absurdo, e perigosissimo principio do poder temporal dos Papas sobre os Reys e os povos; conferiram á Roma o dominio e posse absoluta de todas as terras do mundo, chegando á ver-se, em consequencia destas doutrinas, ouzar hum Papa, por sua propria auctoridade, dividir e dar, como dadiva, á dois grandes Soberanos a quarta parte do mundo, que o valor e intrepidez de seos vassallos já lhes tinhaõ descoberto; e finalmente, não satisfeitos de despojar os Soberanos da terra dos direitos temporaes, inherentes á sua Soberania, até attentaram contra a espiritual auctoridade dos Bispos, querendo que o seo poder lhes não viesse immediatamente de Deos, porem que apenas fossem considerados como meros Commissarios do Papa. Todas estas doutrinas se acham estampadas nos livros Jesuiticos, e escriptas com huma ousadia, amplidaõ, e tenacidade, que bem mostram, que o seo unico emprego e todas as suas instrucçoens só tendiam á reduzir o mundo á huma *Theocracia* universal, de que o supremo chefe visivel fosse o Papa, e seos unicos ministros, os Jesuitas! Hé verdade que já se tem dito, e ainda se poderá tornar á repetir, que os Jesuitas não foraõ os unicos que inculcavam estas maximas, e que as mais corporaçoens religiosas, e até o clero secular escrevia e adoptava estes principios. Mas se os Jesuitas eraõ os Mestres exclusivos do mundo, e se todas as escollas e toda a instrucção publica estava nas suas mãos, que emporta que estas doutrinas fossem escriptas e prégadas por elles ou pelos seos discipulos?

Concluiremos esta parte das nossas reflexoens com huma observação, que hé digna de ser seriamente

ponderada. Ella faz tremer, porem hé verdadeira. Os Jesuitas claramente ensinaram—*que os Reis podiam, e deviaõ ser assassinados.* E quando, ou em que circunstancias? Quando elles fossem tirannos! Mas em que ponto particularmente consistia esta sua denominada tirannia? Erá quando os Reis não obedeciam cegamente aos Papas, ou não consentiam que os seos povos se constituissem escravos de Roma. Logo hé de toda a evidencia, que o officio dos Jesuitas não erá outro se não dar o imperio temporal aos Papas, custasse o que custasse; e que a Corte de Roma não tinha creado esta milicia sagrada se não para lhe reconquistar este imperio.

Supposta a verdade de tudo quanto até aqui temos dito, como foi logo possivel que os Jesuitas podessem ter ganhado huma tão forte influencia no mundo, e disposessem das consciencias e riquezas dos homens por hum tão largo espaço de tempo? Para se explicar este phenomeno, hé preciso reflectir sobre as circunstancias da epocha em que foraõ instituidos, e sobre as que depois se lhes seguiram. Quando os Jesuitas appareceram no mundo, hé verdade que a luz das sciencias já começava a romper por entre as grossas trevas da ignorancia dos seculos anteriores; porem esta luz ainda não erá universal, e assemelhava-se, por assim dizer a da lua entre nuvens, que muitas vezes faz com que as sombras nocturnas se convertam para os olhos do espectador ou em castellos ou gigantes. Assim a roupeta Jesuitica, entre esta meia luz moral, reflectia ainda huma sombra, que lhe dava hum certo ar de grandeza e magestade. Alem disto, o horror que inspiravam as atrevidas doutrinas dos Protestantes, e a sua separação do centro da unidade da Igreja, concorreram para que estes novos Atletas fossem considerados como importantes defensores da fé, e os conservadores da verdadeira religião e moral publica. O tempo porem dissipou o prestigio. Tanto que a luz foi universal, que todas as sombras acabaram, e os Jesuitas expostos á toda a sua claridade, se deixaram ver taes quaes eraõ por essencia, a opinião publica entrou á declarar-se contra elles. Entaõ todo o mundo vio distinctamente quaes eraõ os principios organicos da sua constituição religiosa, quaes eraõ as suas dou-

trinas, e o dominio universal á que a sua ambição aspirava. Causaram susto e desgosto as repetidas e escandalozas questoens, que elles excitaram e variaram entre o Sacerdocio e o Imperio; offenderam-se as consciencias, ainda as mais timoratas, com o enorme accumulamento de riquezas que esta Sociedade fazia, chegando até á ver o mundo huma famosa bancarôta commercial, que hum Jesuita fez em França: e tremaram os Reis e os povos, quando o assassinio de diversos monarcas foi attribuido ás maximas e á co-opeção immediata da Companhia de Jesus! Para trazer exemplos de caza, que Portuguez se não horrorisará ainda hoje com o attentado de 1757, cometido em Lisboa contra o *Pay de Patria*, o Senhor D. Joze I. de augusta e veneranda memoria? Quem se poderá esquecer, de que foraõ precisos dois exercitos (Portuguez e Hespanhol) para reduzir á legitima obediencia huma das nossas provincias do Brazil, governada pelos Jesuitas? Quanto ao primeiro facto horrorozo; ignoramos ainda se elle foi amplamente provado, e nelle immediatamente entrou a mão Jesuitica: todavia, em taes materias, as simples suspeitas, corroboradas por iguaes acontecimentos estranhos, pediam as mais vigorozas e decisivas medidas de precaução. Quanto ao segundo; elle aconteceu á face de dois exercitos, hum nacional e outro estrangeiro; e taes successos, assim documentados, tem mui difficil desculpa.

Se esta erá a organização da *Sociedade de Jesus*, e se tal foi o seo comportamento, como acabamos de expor, será bom agora perguntar:

Foi legitimamente extincta huma Sociedade numeroza, illimitada, e constituida por tal forma, que huma parte dos seos membros principaes erá sempre occulta, e se disfarçava debaixo das armas, da toga, da thiara, e da purpura?

Que jurava exclusivamente obedecer á hum Principe estrangeiro, sempre á custa e em prejuizo dos direitos dos seos legitimos Soberanos; e que de facto propagou á tal ponto estas perigozas doutrinas, que a Corte de Roma se julgou bastantemente auctorizada para querer que a thiara se arvorasse sobre as coroas dos Reis?

Que Senhora de todas as consciencias dos homens,

e de toda a instrucção publica, tinha por consequencia os meios infalliveis de propagar estas maximas, desorganisadoras de toda a ordem civil e politica, e de ser absolutamente a dominadora do mundo?

Que passando de Missionarios á ser negociantes, como até se vio em os nossos estabelecimentos de Mossambique, accumulou riquezas immensas, e em huma só mão abrangia todo o poder phisico e moral do universo?

Que não só propagou a maxima detestavel do assassinio dos Reys, mas que até foi por muitas vezes accusada de ter co-operado em diversas partes da Europa para este horroroso crime politico?

E que, finalmente, depois que se considerou já bastante forte, chegou á tomar a desesperada resolução de se tornar independente em huma das partes do mundo, como aconteceu no Paraguay?

A resposta á estas nossas perguntas darão os Reys e os povos; por que nós só nos contentámos com haver excitado prudentemente esta importantissima questão.

Mas, huma vez que os Jesuitas tornam á ser apresentados no theatro do mundo, e há quem deseje efficazmente, que de novo commecem o seo antigo papel, não será inutil indagar o que poderá ser ainda hoje a Companhia de Jesus? Estas nossas ultimas reflexoens serão com tudo mui curtas, porque os exemplos passados devem pezar mais na balança dos gabinetes do que todos os calculos futuros.

A Corte de Roma acha-se em 1815 em circumstancias ainda peores do que aquellas em que estava em 1540, quando instituiu a Ordem dos Jesuitas. Depois de ter visto huma revolução que lhe roubou por tempos todo o seo poder temporal, e muito lhe diminuiu a veneração espirital, procura agora ver se reconquista ambas as espadas perdidas em differentes campos de batalha; e para melhor o conseguir, torna á pôr em acção as milicias antigas que tão proveitozas já lhe foram. A nova Companhia de Jesus deve por consequencia ser resuscitada com o mesmo espirito e com as mesmas maximas com que nasceo, e com que morreo. Mas se este ultimo esforço Pontificio hé mui politico e proveitozo para a cauza da Sé de Roma, o

será taõbem para os interesses dos Soberanos e dos povos? A resposta á esta pergunta está em todas as paginas da historia desta Sociedade famoza.

A Companhia de Jesus procurará ainda monopolisar toda a instrucção publica. E que succederá daqui? Tornará á ensinar ás novas geraçoens que os Reys são vassallos dos Papas; e que a Igreja de Roma hé, por direito divino, a Senhora absoluta de todas as Igrejas, e por huma conclusão immediata, a Soberana espiritual e temporal de todos os povos do mundo. Hé certo, que todas estas maximas já não seraõ capazes de produzir as mesmas catastrophes antigas, supposto o embaraço invencivel das grandes luzes do seculo, mas excitaraõ sempre mil questoes no estado civil, e farãõ reviver esses debates monstruosos entre o Sacerdocio e o Imperio, que muito daraõ que fazer aos governos. Se por sistema se ensinaõ taes opinioens, ellas sempre são mui perigozas; porque a massa do povo, que as olha como hum dever de consciencia, taõbem não recusa de as defender á ponta da espada quando assim se lhe ordena da parte de Deos, ou do Papa, que se intitula seo Vigario.

Supponhamos porem, que os Jesuitas se erguem da sepultura com principios e doutrinas mais sociaes e cosmopolitas, que vem entãõ ca fazer? Para ensinar o mesmo que agora se ensina são com effeito escusados; para fazer desaprender o mundo, ou ensinar-lhe maximas contrarias são incompetentes, ou perigosos. Será possivel que ainda hoje se accredite que a instrucção publica hé hum segredo, e que este só esteja na mão dos Jesuitas? Este segredo, se o há, foi revelado á todos os governos; e queiraõ elles que os povos á quem mandaõ, sejaõ instruidos, que a instrucção se fará logo universal, sem ser preciso recorrer á Jesuitas, ou á outra qualquer *casta* privilegiada. Mas os Jesuitas, dizem os seos apologistas, ou os seos irmaons encobertos, tinhaõ hum *dedo* mui particular para o ensino, e se não veja-se como civilisaram os Indios do Brazil? Assim hé; ensinavam muito bem tudo o que lhes fazia conta; e por fim se rebellavam com os discipulos, como succedeo nesse mesmo Brazil! Se isto faz conta, podem torna-los á chamar, porque elles já estaõ perto! Conclusão geral: que poderaõ ainda ser

hoje os Jesuitas? Tudo quanto já forão, se os deixarem. Hé provavel que não o consigam, porque as luzes do seculo os haõ de tolher em sua carreira; porem ao menos esteja o mundo bem certo, que elles haõ de fazer o que poderem.—Huma ultima pergunta: E seraõ recebidos em Portugal? Antes disso seria preciso derribar a Estatua Equestre do Senhor D. Joze I. A sua nobre imagem, ainda que insensivel, se pejaria de ver rodar ufana per ante si a Roupeta Jesuitica!

*Causas do acontecimento, que houve em Portugal:—
Obra dedicada á todas as Potencias Seculares e
Temporaes, 1759.*

Et nunc Reges intelligite; erudimini qui judicatis terram.

“E vós, o Reis, abri agora o vosso coração á intelligencia: instrui-vos os que julgaes a terra.”—PSALMO II. *Vers. 10.*

INTRODUÇÃO.

Os medonhos attentados, que successivamente haõ feito gemer dous Reinos, não se devem á causas passageiras e accidentaes. Elles tem o seu principio n’uma conjuração sobistente e perseverante há quasi dous seculos: conjuração contra a lei de Deos, contra a vida dos Reis, e contra os direitos da humanidade. Este annuncio nada enserra de enfatico e de hyperbolico. Não hé á força de raciociniar que se pretende estabelecer esta verdade: ao leitor, que o deve julgar, só se apresentaráõ por provas a traducção exacta dos escritos dos conjurados, e os factos constantes, nos quaes se achaõ sempre, e em todos os lugares esta mesma conjuração, e as mesmas pessoas, authores de todas as catastrophes. De tantos horrores juntos, e postos em evidencia, possa esta ligação produzir a indignação saudavel, e provocar o remedio, que exigem igualmente a segurança do throno, o interesse da humanidade, e a honra da religião.

Propuzemos-nos á principio dar os textos acompanhados da sua traducção: mas fizeraõ-nos attender

que isto seria carregar o publico de tantos quantos originaes citamos impressos, e se achão em todas as Livrarias dos Sabios. De resto podemos assegurar que a traducção hé literal, e no ultimo grão de exactidão; o que será facil ao leitor verificar.

PARTE PRIMEIRA.

Escritos dos Jesuitas: sua depravação especulativa.

Em 1558, eis aqui o que ensina o famoso Jesuita Bellarmino:

“O Poder Espiritual não se ingere nos negocios temporaes, mas consente que todas as cousas sigão a sua natural carreira, com tanto que nada se opponha ao fim espiritual, ou que, para chegar á este fim não seja necessario entrar nelles. Aliás o Poder Espiritual pode e deve reprimir o Poder Temporal *por todas as vias e meios* que necesarios parecerem. O Papa, como Supremo Principe Espiritual, pode então mudar as Soberanias, tiralas á hum, conferilas á outro, segundo hé necessario para a salvação das almas que se antigamente os Christãos não deposeraõ á Neraõ, Diocleciano, Juliano Apostata, Valente, Imperador Ariano, e á outros semelhantes, foi unicamente porque esses Christãos não tinhaõ a força em sua mão: por tanto elles tinhaõ o direito.”*—*De Rom. Pont. lib. v. c. 6 et 7.*

No mesmo anno Joaõ Bridgwater, Jesuita Inglez, requintando sobre a doutrina de seu confrade, diz:

“Não cuide alguem que este Poder de tal modo se restringe ao Espiritual, que não se extenda igualmente aos bens e faculdade dos fieis; ainda mesmo ao direito *de lhes tirar a vida, e de os condemnar á diferentes supplicios, sem differença alguma*, em todos esses casos entre os Reis e as pessoas inferiores.”—*Concertatio Ecclesiæ in Anglia, &c. Augustæ Trevirorum. 1558, p. 340.*

Em 1559, Martinho Antonio Delrio, Jesuita, nos versos que verteo da Tragedia d’Hercules Furioso:—

* Veja-se na data de 1650, em outra obra de Bellarmino de que forma entende elle a translação dos Imperios, e o massacre dos Reis.

“Que não possa eu derramar o sangue deste inimigo dos Deoses! Certo não se poderia humedecer os seus altares com hum licor, que lhes fosse mais agradável; e hum máo Rei hé a melhor, e a mais agradável victimá que se pode sacrificar á Jupiter.”

Delrio, por forma de nota sobre esta passagem, diz: “A todo o particular hé permittido matar hum tiranno, que se apoderou do Principado, se de outro modo não hé possível fazer conter a tirannia. Mas quanto áquelle que hé Principe por direito de successão ou de eleição, ainda que seja hum tiranno, não hé permittido á hum particular matalo, senão naquelle caso em que alguns Authores quizerão, que fosse permittido matar o mesmo Imperador e o Papa, á saber, para salvar a sua propria vida.”—*Sintagma Tragediæ Latinæ, Antuerpiæ, 1593.**

Em 1583, Jacques Commolet, Jesuita, pregando na Igreja de S. Bartholomew de Paris, no Advento que precedeo ao attentado de Pedro Barriere, *Soldado*, contra a vida de Henrique IV. e fazendo huma allusão falsa á accão de Aod, Juiz do povo d’Israel, que matou Eglon Rei dos Moabitas, exclamou: “Nós carecemos de hum Aod, fosse elle Frade, fosse elle *Soldado*,” &c. *Catech. de Pasquier, ch. 13 & 20.*

No mesmo anno Roberto Pereon, Jesuita, sob o nome de André Philopatro, explicou-se deste modo: “Toda a Escola dos Theologos e dos Jurisconsultos conclue, e hé certo e de fé, que todo o Principe Christão que se affasta, e pertende affastar os outros da Religião Catholica immediatamente cahe do poder e dignidade pela só força do Direito Divino e Humano, e ainda antes que o Sup^{mo} Pastor e Juiz pronuncie contra elle qualquer sentença: que todos os seus subditos são desliados do juramento de fidelidade, e livres da obediencia, que lhe haviaõ prestado como á seu Principe legitimo: que elles *podem* e *devem*, se tem forças sufficientes, lançalo fora do throno Christão que occupa como a hum homem tal, como herege, apos-

* Esta obra còmeçada por Delrio em Bordeos em 1586, foi concluida por elle segundo a data da Dedicatória em Louvaina a 24 de Maio de 1589, isto hé, dous mezes antes do assassinio de Henrique III. e impressa em Anvers no mesmo anno do assassinato de Henrique IV. por Barriere.

tata, desertor da milicia de Christo, e inimigo da Republica, com reicio de que inficione os outros, e lhes destrua a fé por meio de sua autoridade e exemplos: e este sentimento certo e indubitavel dos homens os mais doutos, hé igualmente conforme e identico com a doutrina dos Apostolos.”—*Responsio ad Edictum Reginae Angliæ*, edit. de Rome, pag. 194.

Em 1595, Gregorio de Valença, outro Jesuita, faz as seguintes perguntas e respostas: “Será permittido á qualquer particular de hum estado matar hum tiranno? Ou elle hé hum tiranno, não como tal por haver usurpado injustamente a autoridade, mas só porque em sua administração com prejuizo e perda do estado abusa da autoridade aliás legitima; ou hé hum tiranno como tal pela usurpação da autoridade, que elle tomou por violencia.

“Se hé hum tiranno do primeiro modo, á nenhum particular hé permittido o matalo; por quanto nesse caso *pertenee á Republica resistir-lhe, e castigalo*, e hé só ella quem tem o direito de o atacar, e de chamar á seu auxilio os cidadãos.

“Se hé hum tiranno do segundo modo, por autoridade usurpada, *ninguem há que não o possa matar*, isto no caso de não poder haver recurso ao superior, ou de provir maior detrimento á Republica; por quanto toda a Republica está julgada á fazer-lhe justamente a guerra. Assim qualquer cidadão, como soldado da Republica, *o poderia matar*, da mesma sorte que Aod matou o tiranno Eglon. (*Jud. 3.*) Quando o Concilio de Constança (*Sess. 15.*) defende aos particulares matar hum tiranno, deve-se entender o tiranno do primeiro modo.* Por qua⁹ nesse caso está elle na mesma condicão, que como os outros malfeitores, os quaes só hé permittido condemnar á morte por autoridade publica.”—*Tom. III. disp. 5, quest. 8, punct. 3.*

Em 1599, João Mariana, Jesuita, ensina: “Que se hum Principe tem a coroa por consentimento do povo, ou por direito de successão, devem supportar-se os seus vicios e desordens até ao ponto de elle desprezar

* Esta distincção particular de hum Jesuita assistido das suas intenções particulares, á quem não repugnará (menos á outro Jesuita) que deva ella prevalecer sobre a definição de hum Concilio assistido do Espirito Santo?—*Nota do Traductor Portuguez.*

as leis da honra e da justiça, ás quaes elle hé obrigado.

Mas se elle rejeitar as advertencias, e não houver esperança de o melhorar, pode a Republica, depois de pronunciar huma sentença, primeiramente negar-lhe a obediencia, preparar-se para lhe resistir por meio das armas, alistar tropas, pôr tributos, e se o julgar assim á proposito, e que a Republica não possa defender-se por outro modo, *mandalo matar á ferro*, em virtude do direito que ella tem de se defender, e da autoridade que lhe hé propria e superior á do Principe, que nada menos deve ser declarado que inimigo do publico.

Todo o particular tem o mesmo poder, se nelle há assaz de coragem paraprehender ajudar á Republica, desprezando a sua propria vida, ainda mesmo sem a esperança de evitar o supplicio . . . Aquelle, que seguindo o desejo do publico prehender matar o Principe, no meu sentir, não commetterá injustiça . . Vantagem seria do nosso seculo e grande, se houvessem muitos que desprezando a propria vida se abalançassem pela liberdade da sua patria á huma acção tão magnanima. Mas hé desgraça, que a maior parte dos homens se achem presos por hum amor desordenado de sua propria conservação, e por isso incapazes das maiores impresas. Eis aqui a razão porque de tão grande numero de tirannos, que existirão nos seculos passados, poucos são os contados que morrerão desta maneira.*

Todavia bom hé que os Principes entendaõ, que se opprimirem os seus povos, e se se fizerem insupportaveis por seus vicios e sordidezes, só vivem debaixo desta condição de *os povos os poderem matar*, não somente com direito e justiça; mas taõbem que hé acção louvavel e gloriosa assim fazelo.

Ninguém duvida poder-se matar hum tiranno á força descoberta e armado, seja atacando-o em seu Palacio, seja dando-lhe batalha, e ainda apprehendelo por engano, ou por cilada, como fez Aod, o qual offe-

* A razão por que nos seculos que precêderaõ a Mariana, foraõ tão raros os attentados, hé porque ainda não haviaõ *Jesuitas*. Os assassinatos dos Reis até entãõ desconhecidos, fizeraõ-se frequentes depois do seu estabelecimento, assim como o veremos abaixo.

recendo presentes, e fingindo ordem de Deos que elle tinha de communicar á Eglon Rei dos Moabitas, chegou-se á elle, e o matou sem o perceber alguém.

Verdade hé, que descobrir o proprio odio, e atacar o inimigo da Republica abertamente hé cousa maior, e a mais generosa. Mas não hé prudencia menos louvavel, tomar qualquer occasião opportuna, e usar do engano e da cilada, á fim de se fazer a cousa com menos estampido, e menos perigo para o publico, e para os particulares.”—*De Rege et Regis institutione, lib. 1, cap. 5, 6, 7, 8, & 9, edit. de Toledo in 4º de 1599, & edit. de Mayence in 8º de 1605; na qual se observa já algumas alteraçoes.**

No mesmo anno Manoel de Sá, outro Jesuita, sustenta: “Que a rebelliaõ de hum Clerigo contra o Rei não hé crime de Lesa-Magestade, por quanto o Clerigo não hé subdito do Rei: que aquelle, que governa tirannicamente hum estado obtido pelos meios da justiça, não pode ser despojado delle sem hum juizo publico: e apenas se pronuncie a sentença, todo e qualquer pode ser o executor della. O mesmo povo, que lhe jurou obediencia perpetua, o pode depôr, no caso de não querer o Principe corrigir-se depois de advertido. Quanto aquelloutro, que não tem mais autoridade, que a que tirannicamente usurpou, *qualquer do povo o pode matar*, caso de não haver outro remedio; pois que hé hum inimigo publico.”—*Aphorism. Confessariorum, Antuerpiæ, ex officina Joachimi Prognesi.* Veja-se sobre a palavra *Tyrannus et Clerici*.

Em 1600, o Jesuita Tolet ensina: “Que absolutamente há hum caso, em que hé permittido á todo o particular *o matar*, á saber, quando hum tiranno está n’hum cidade, e os seus habitantes o não podem lançar fora. Repara todavia que há duas qualidades de tirannos; hum, que o hé em sua mesma autoridade, não a possuindo por titulo justo e verdadeiro, mas havendo-a usurpado por tirannia, e neste caso hé per-

* Tal montaõ de impiedades não sería crível, se hum Jesuita não as escrevesse, insuflado pelo Demonio. Quem perguntasse á Mariana, se deste seu modo de sentir entendia elle o axioma Theologico: *Non sunt facienda mala, ut veniant bona!*—Nota do Traductor Portuguez.

mittido matalo, não havendo outro meio de libertar o estado, ou que a esperança de o salvar hé duvidosa.”—

Instruct. Saurd. lib. v. cap. 6.

Em 1601, Luiz de Molina, famoso Jesuita, diz: “Se o fim sobrenatural exige, póde o Papa depôr os Reis, e privalos de seus reinos. Igualmente póde o Papa pronunciar o seu juizo sobre as differenças que houverem entre os Reis, relativas á negocios temporaes, cassar-lhes as suas leis e decretos, e obrar á respeito de todos os Christãos tudo o mais, que no juizo da hum homem prudente se julgar necessario para o dito fim sobrenatural, e commum salvação espiritual. E os póde obrigar não sómente por meio de censuras, mas até *por meio de penas exteriores, da força, das armas*, assim como o fazem os outros Principes seculares.

“Se hum Principe se fizesse herege ou scismatico, contra elle podia o Papa usar da *espada temporal*; passar adiante até á depôr, e expulsalo do reino. Ainda mais: Se hum Principe favorecesse os hereges, os scismaticos, ou outros inficis; que atacassem a Igreja, ou se-outra qualquer cousa obrasse que viesse á redundar em prejuizo da Igreja, igualmente podia o Papa servir-se da *espada temporal* contra elle.”—*De Justicia et Jure Tractatus 2, disp. 29, edit. de Mayence 1602, pp. 143, 144, e seguintes.*

Em 1602, e 1604, Affonso Salmeirão Companheiro de S. Ignacio, dá por maxima: “O Papa tem poder sobre todo o mundo habitado por Christãos, sobre os Principes Seculares, Reis e Magistrados temporaes, que professão a religião Christão, sobre os quaes todos tem jurisdicção obliqua ou indirecta. Elle póde mandar-lhes empregar o seu poder e as forças do seu Estado para salvação das almas, reino de Jesus Christo, e propagação do evangelho. Os Principes devem obedecer á este preceito do Papa, como á palavra de J. Christo; e se elles lhe resistirem, póde punilos como rebeldes e contumazes: e se elles emprenderem alguma cousa contra a Igreja, ou contra a gloria de J. C. póde o Papa privalos do Governo e do Reino, dar os seus Estados á outros Principes, absolver os seus subditos da obediencia, que lhes deviaõ, e do juramento de fidelidade que lhes haviaõ

prestado, de maneira que a palavra do Senhor, dita ao profeta Jeremias, cumprio-se verdadeiramente no Papa: *Puz a minha palavra em sua boca, estubeleci-vos sobre todos os povos, e reinos, a fim que arrancasseis e destrusseis, que abatasseis e dissipasseis, baptizasseis e plantasseis.*

O Summo Sacerdote Joada pôz no Throno a Joas, coroou-o no Templo, e ordenou-lhe que expulsasse do Templo Athalia, e que ella fosse morta; para nos dar á ver que aos Summos Pontifices pertence conhecer as causas dos Reis, e o julgalos.

Todo o poder que os Sacerdotes tinhaõ em figura na lei antiga, os Sacerdotes o tem muito mais amplo na verdade do Novo Testamento sobre os corpos dos Reis, sobre os seus bens: poder sobre os corpos que de sua natureza se refere á alma, assim como J. C. o testemunhou.

S. Pedro condemnou expressamente á morte Ananias e Saphira: semelhantemente hoje o Bispo de Roma, successor de S. Pedro, pode, pelo bem do seu rebanho, quando não tenha outro remedio na sua mão, *tirar* com huma só palavra a *vida corporal*, com tanto que elle o faça com a sua palavra, e sem empregar o ministerio exterior de sua mão. Mais; póde fazer guerra aos hereges e aos scismaticos, e *mandalos matar* por meio dos Principes Catholicos. Por quanto ordenando-lhe J. C. que apascente as suas ovelhas, n'isso mesmo lhe deo o poder de lançar fóra os lobos, e matalos, quando fação mal ao rebanho. E ainda mais, se a cabeça do mesmo rebanho faz mal ás outras ovelhas communicando-lhes hum mal contagioso, ou ferindo-as com os seus cornos, será permittido ao pastor depôlo, e tirar-lhe o principado, e o governo do rebanho."—*Tom. IV. part. 3, tract. 4, p. 411, col. 1, et tom. 13, sobre as Epistolas de S. Paulo, disp. 12, p. 253, da edição de Colonia.*

Em 1605, Carlos Scribani, Jesuita, falla n'estes termos: "Que! hum Rei há de converter-se em tiranno; há de opprimir seu povo, e ninguem se há de oppôr contra esta brava féra? E não poderá hum Papa livrar da crueza d'elle hum excellente reino, e salvar-lhe a vida?"—*Amphitheatrum honoris, lib. 1, cap. 12, da edição de Anvers.*

N'esse mesmo anno Leonardo Lessio, Casuista da mesma Sociedade, ensina: "Que posto hum Principe reine tirannicamente, nenhum vassallo particular o deve matar, se não, talvez na necessidade de defender a sua propria vida:* Que se hum tiranno vem como tal á fazer-se intoleravel, e que não haja outro remedio, primeiro que tudo deve ser deposto pela Republica, ou por huma assembléa dos estados do Reino, ou por qualquer outro authorisado; e deve ser declarado inimigo do Estado antes de se permittir attentar ainda que seja contra a sua vida, porque em tal caso deixará de ser Principe.

Primeiramente digo, que hé permittido *matar* aquelle que injustamente vos ataca; por defenderdes a propria vida, e conservar inteiros os vossos membros, e isto com a moderação de hum homem que simplesmente está em sua defensiva. . . . Isto mesmo hé permittido não sómente aos leigos, mas taõbem aos Ecclesiasticos e aos Monges; e o hé seja contra quem for, até contra os Superiores, como hum Monge contra seu Abbade, á hum filho contra seu Pái ou sua Mái, á hum *vassallo contra seu Principe*; e o podem fazer em qualquer occasião, em que se achem occupados: por exemplo, se for atacado ao acto de celebrar o sacrificio da Missa, póde pôr-se em sua defesa, e *matar* o seu aggressor, se á tanto chegar a necessidade, e *depois continuar o Sacrificio*."—*De Justitia et Jure, lib. 2, cap. 9, duvida 4.*†

Em 1606, Gabriel Vazques sustenta igualmente: "Que quando os Reis e os de mais Principes cahem em defeito, os seus Estados vem por direito hereditario á seus filhos, se elles estão innocentes. . . . Que se todos os Principes da Geração Real são hereges, n'esse

* Eisaqui huma doutrina bilingue e privativa dos Jesuitas; desauthorisar e authorisar o Regicidio. Esta anthithesis hé n'elles vulgarissima. O que se infere hé, que se hum particular presumir que o Rei o quer mandar sentenciar á morte, póde o particular fazer a diligencia de matar primeiro o Rei.—*Nota do Traductor Portuguez.*

† Hypothese taõ extravagante só lembra á hum Jesuita. Mas com esta, e com semelhahtes hé que soberaõ trazer illusos os povos, em quanto domináraõ entre elles.—*Nota do Traductor Portuguez.*

cazo tem o Reino o direito de eleger novo Rei: porque todos aquelles successores podem justamente ser privados do reino pelo Papa; por que o bem da Fé que se deve conservar, e que hé da maior importancia, assim o requer: Que se até o reino estiver inficionado, o Papa como Supremo Juiz da causa da Fé, podera assignar e nomear hum Rei Catholico por bem do todo o reino, e se preciso, mata-lo de posse á força das armas: Por quanto o bem da Fé, e da religião requer que a Suprema Cabeça da Igreja dé hum Rei á hum reino, que se acha em semelhante cazo; e que pretira, se preciso hé, os direitos do reino.”—*In. 1, 2, quest. 96, disp. 169, cap. 4, num. 42 et 49.*

Em 1610, Jacques Gretzer, Jesuita, sustenta a mesma doutrina, e diz: “Nós não somos tão tímidos, e tão credulos que não ousemos á afirmar abertamente, que o Pontifice Romano (pedindo-o a necessidade), pôde desliar os vassallos Catholicos do juramento de fidelidade, logo que o Principe os trate tirannicamente . . . e se o Papa o fizer com prudencia fará huma obra meritoria.”—*Vespertilis heretico-politicus.*

No mesmo anno Bellarmino affirma: “Não hé proprio dos Frades, e outras pessoas Ecclesiasticas praticar per si mesmos os massacros . . . e menos ainda o matar os Reis em embuscadas; e não hé este o modo, que os Summos Pontifices costumão empregar para reprimir hum Principe. O que costumão hé: primeiro reprehendem paternalmente, depois por via de censura Ecclesiastica o privaõ da communhaõ dos Sacramentos, e á final desliaõ os subditos do juramento de fidelidade, e degradaõ de toda a dignidade e authoridade Real o Principe, se o exige o caso. *A execuçaõ pertence á outrem.*”—*Adversus Bardainne, cap. 7, impresso este anno em Roma, e em Colonia.*

No mesmo anno Martinho Becano, outro Jesuita, confirma esta doutrina, dizendo: “O que Bellarmino ensina hé verissimo, quando diz: *Não hé permittido dos Christaõs soffrerem hum Rei infiel ou herege*, se elle procura attrahir os subditos á sua heresia, ou á sua infidelidade.”—*Responsio ad Aphorismos, ediç. de Mayence, p. 501.*

Em 1612, João Azor, Jesuita, tem esta linguagem: “Pergunta-se, hé permittido á hum particular matar

o Principe que governa como hum tyranno? Naõ o pôde matar, se o Principe for só tyranno. Quanto aquelle tyranno, que usurpa o principado, o dominio, ou o reino contra a vontade da Republica, *á todo o particular hé permittido matalo*, por que n'este caso hé morto como inimigo e usurpador da Republica."

Em 1613, Francisco Soares, Jesuita, ensina: "Que hé permittido á qualquer particular o matar hum tyranno por usurpação, mas isto só em virtude do direito de defeza. . . . Com effeito, em quanto o Estado não dispõem cousa alguma em contrario, assentado está o querer elle ser defendido por qualquer cidadão, e ainda mesmo por qualquer estrangeiro; de maneira que se o Estado não pôde ser defendido por outro modo, senão matando o tyranno, *hé permittido á qualquer pessoa o matalo*; e entãõ hé exactamente verdadeiro dizer, que não hé por authoridade privada que elle o faz; mas por authoridade publica do reino, que procura ser defendido por qualquer de seus cidadãos, como por hum de seus membros e instrumentos; ou por authoridade de Deos author da natureza, que déo á todo o homem o poder de defender hum innocente.

"Quanto ao Rei que governa tyrannicamente, pronunciada que for a sentença de deposição contra elle, não hé mais Rei, não hé mais Principe legitimo. . . . E se depois d'isto este continua em pertender recobrar os seus Estados, entãõ vem á ser tyranno por usurpação, e consequentemente merecedor da morte por qualquer particular."

Em 1617, João Lorino, Jesuita, commentando o Salmo 105, e louvando o zelo de Phinéas, que matou Zambri e Chozbi, chefes do povo de Deos, diz: "Que o zelo que S. Pedro, imitador de Phinéas, mostrou mais que os outros Apostolos, quando ferio o Servo do Summo Sacerdote, pôde ser considerado como huma das razoes, que obrigáraõ á J. C. á dar-lhe o Summo Pontificado. E se tem lugar a comparação, podêmos affirmar que S. Ignacio da mesma sorte foi escolhido para cabeça da nossa ordem, porque quiz matar hum Moro blasphemo.*

* Quiz matar (senão mente), para mandar o Mouro mais depressa para a companhia dos condemnados; pois não quiz comprehender catequizalo para o derigir para a companhia dos Bemaventurados.—Nota do Traductor Portuguez.

Elle cita os versos de Hercules o Furioso, referidos no artigo de Delrio, Jesuita, em 1582. E acrescenta: “Mas deve haver muita cautela para não abusar do exemplo de Phinéas, nem da sentença de Seneca. Estejamos certos, que á nenhum particular hé permitido matar hum tiranno, excepto no caso da conservação do proprio individuo, e da inevitavel defensa da propria vida.”—*Comment. sobre o Salmo 105, tom. 3, pag. 235.*

Em 1620, Martinho Becano explica-se desta maneira: “O Principe legitimo, cujo governo hé tyrannico porque mais procura os seus proprios interesses, que os do publico; que opprime o seu povo com tributos injustos; que vende os officios da judicatura, em quanto hé Principe, não póde ser morto ás mãos dos particulares . . . Que se elle Principe vem á ser insupportavel, e não há outro meio, respondo (diz Becano), primeiramente deve ser deposto e declarado inimigo do Estado pela Republica, ou pelos Estados do Reino, ou por qualquer outro, que tenha autoridade, afim de se poder attentar qualquer cousa contra elle.”* —*Summa Theologica, part. 2, tract. 3, de Legibus, cap. 6, sobre a Questão 64, de S. Thomaz, Quest. 4.*

Em 1622, Balthasar Alvares, Jesuita, editor do Tratado de Soares sobre as virtudes Theologaes, ensina: “Que a guerra do Povo contra o Principe nada tem de máo em si mesma, ainda que seja accommettendo-o: todavia deve ella acompanhar-se das condiçoens das outras guerras justas, que a honestem.

“Contra os tyrannos por usurpação, a Republica em pêzo, e qualquer dos seus membros deve levantar-se, e livrar-se da tyrannia.

“Quanto aos Principes legitimos, cujo Governo fosse tiranno, toda a Republica póde levantar-lhe a guerra, sem que isto seja propriamente excitar a sedição; porque n’este caso toda a Republica hé superior ao Rei, pois que ao acto de elle receber o poder, foi lhe este conferido sob condição de governar politicamente, e não com tyrannia; aliás podia elle

* Mui conforme á esta doutrina se procedeo contra o Senhor Rei D. Alfonso VI. não como tiranno, mas como mentecapto, sendo privado da mulher e do Reino em acto solemne dos tres Estados.—*Nota do Traductor Portuguez.*

ser deposto pela Republica.”*—*Disp. 22, sect. 6, p. 464, da edição de Coimbra.*

Em 1625, Jacques Keller, Jesuita, diz: “O Pontífice Romano vendo que o procedimento em França tende á destruir a religião em toda a Europa, está obrigado de justiça á pôr inteiramente por obra tudo para embarçar mal tamanho; e certamente o fará: elle armará, dirigirá huma e outra espada; a espiritual com a sua propria mão, e a material com a mão de outro.”—*G. G. Theologia ad Ludovicum XIII. Gallicæ et Navarræ Regem admonitio. Augustæ Francorum, p. 20.†*

Em 1626, o Jesuita Santarello dá por maxima: “Que o Papa pode depôr os Reis negligentes; porque assim como S. Pedro recebeo o poder de punir as pessoas de que já tratei, com penas temporaes, e até com a de morte para correcção dos outros, por dar exemplo; semelhantemente hé preciso estar de accordo, que a Igreja e seu Supremo Pastor recebêrao o poder de punir com penas temporaes aquelles que violassem as Leis Divinas.”—*Pract. de hæresi, schismate, apostasia. Roma, apud hæredem Bartholomei Zanneti, superiorum permissu.*

Em 1727, Adão Tanner, Jesuita, ensina:—“1º Quando hum Principe hé só tiranno na administração, em quanto não for deposto da autoridade, á nenhum particular hé permittido matalo.

2º “Não obstante hé permittido, absolutamente fallando, não só aos particulares, quando injustamente atacados, o defenderem-se contra a injusta violencia, guardando a moderação de homem, que simplesmente de boa fé se acha em sua defensiva, e considerando igualmente o bem da tranquillidade da Republica, segundo o preceito da caridade; mas até hé permittido á Republica o reprimir a injusta violencia por

* Nesta mesma conformidade foi deposto, e de mais á mais sentenciado, e justicado Luis XVI.—*Nota do Traductor Portuguez.*

† Veja-se no Tomo XI. do Mercurio de França, qual era o objecto deste libello; e o que pensou o Clero de França, o Chatelet, e a Sorbonna, que o censurárao. O Mercurio de França por erro attribue o libello á André Ludemon João, outro Jesuita, não obstante que este fosse muito capaz de o fazer da mesma sorte.—*Nota do Traductor Portuguez.*

huma Assembleia publica dos Estados, ou por conselho e autoridade commun dos cidadãos. Que se a tyrannia hé tão manifesta e intoleravel, que não seja possível fazela cessar de outro modo, ella mesma pode depôr hum tal tyranno, e cassar-lhe o poder; e deposto, punilo como elle merece. A razão disto hé; como a Republica confiou nas mãos do Principe o seu poder; assim pôde ella por justas causas despojalo do poder; porque toda a Republica tem o direito protestativo de dar á si hum chefe legitimo, e tal que delle não se possa dizer que de Pastor do povo se tornou em lobo.—*Tom. 3, Assert. 1 e 2.*

Em 1632, Jacquei Tirino, Jesuita, diz assim: “Reparai em não se allegar mal e indevidamente o exemplo de Aod, para authorisar com elle o tyrannicidio, como se fosse permittido á qualquer particular matar hum tyranno. Por quanto: 1º Hé constante que Aod não erá hum particular, mas Principe do Povo de Deos: 2º Aod tinha recebido ordem de Deos para matar Eglon, inimigo publico, e usurpador violento do Reino.* E S. Thomas diz, que Aod matou antes hum inimigo, que hum Rei ou tyranno do povo. De resto elle ensina aliás, que á nenhum particular hé permittido matar por autoridade propria á hum tyranno, mas só por autoridade publica.”—*Commentario sobre a Sagrada Escritura, impresso em Anvers, no cap. 3, dos Juizes.*

Em 1641 e 42, eis aqui como se explica o P. Héreau, Jesuita, Professor de Theologia em Paris: “Será permittido á qualquer matar aquelle que, tendo o legitimo poder de reinar, abusa delle em ruina do povo?”

Respondo, que não: e a razão hé por não ser permittido tirar a vida aos criminosos, em quanto por bem commun não for assim julgado: logo *o tirar a vida só hé permittido* áquelle, á quem se confiou e commetteo o cuidado do bem commun, consequentemente só áquelle, que tem autoridade publica, qual não tem qualquer particular.”—*Em seus Cadernos sobre o Nono Mandamento: “Non occides.”†*

* Logo Deos reservou-se o direito de julgar os Reis, por isso mesmo que elles fazem as vezes de Deos, e governaõ ou bem ou mal como seus lugares-tenentes.—*Nota do Traductor Portuguez.*

† Hé o quinto mandamento de lei, e não o nono.—*Nota do Traductor Portuguez.*

Em 1644, Escobar, famoso Casuista da Sociedade, ensina: “ Absolutamente hé prohibido matar hum innocente, excepto quando for necessario em qualquer caso por bem da Republica.* Não hé permittido matar hum tiranno na administração por motivo de usurpação injusta: *hé bem permittido matalo como inimigo da patria*, logo que elle actualmente usurpa a autoridade; mas se elle outra vez entra na posse do Reino, hé preciso hum juizo publico para o matar.”

Pergunta elle Escobar: Se aquelle que hé proscrito pelo Papa pode ser morto em qualquer parte da terra? E affirma que sim; porque a jurisdicção do Summo Pontifice estende-se á todo o mundo.—1 *Tratado. Exam. 7. relativo ao 5º Preceito de não matar.*

Em 1645, João Discatillo, outro Jesuita, dá por documento: Que a guerra hé defensiva, quando se repelle a violencia, que injustamente se nós faz. E quando ella se emprehende por defensa da vida, de honra ou dos bens, todo o direito permite que se emprehenda não só de autoridade publica, mas taõbem de *autoridade particular*.”—*Lib. 2, Mor. Tract. 1, d. 10, dub. 16, § 2, No. 245.*

Em 1657, Pirot Jesuita, (ou antes a Sociedade inteira), autor da Apologia dos Casuistas sustenta a mesma doutrina. Na pag. 88 desta obra, espalhada com tanta audacia por todos os Jesuitas, se lê a sua *Profissão de Fé concebida nestes termos*: “ Nós acreditamos ou cremos ter razão de exceptuar do preceito de Deos de não matar, aquelles que *mataõ* para conservar a propria honra, e reputação.” *Apologia des Casuistas, pag. 88.*

Em 1666, Bernardo Stubrock, Jesuita, fez outra apologia da mesma doutrina, á qual foi condemnada em Roma.

Em 1711, Jose Jouvenei, Jesuita, (alem dos empenhos que fez para suppôr milagres, e erigir em Santos da primeira ordem a Guignard Jesuita, enforcado em Paris com o manuscrito mortifero escrito da

* Logo não hé prohibido *absolute* matar o innocente; mas sim *conditionaliter*. Mas qual será o caso, em que o bem da Republica dependa da morte de hum innocente? Ao menos depois da Redempção do Genero Humano ainda não appareceo outro até hoje.—*Nota do Traductor Portuguez.*

sua mão; e a Garnet outro Jesuita, autor da horrivel conspiração das polvoras,) fallando de Suares, cujo livro foi condemnado ao fogo por sentença do Parlamento de 26 de Junho de 1614, ousa á dizer: “Não seria imaginavel quanto este livro brilha em engenho, erudição, fé e modestia: hé accusar a Igreja imputar á Suares hum crime o seu livro, e *que são hereges aquelles que o desdenhárao e condemnárao ao fogo.*” Accrescenta mais: “Que Suares sabendo da sentença proferida contra o seu livro, que erá como o seu Testamento, e a ultima das suas obras, levantou piedosamente as mãos ao Céu, e exclamou: *O praza á-Deos que eu mesmo tivesse a mesma sorte, que o meu livro, e que eu mesmo fosse queimado por gloria da doutrina que ahi nelle sustento.*”—*Historia Societatis*, lib. 13, No. 28, pag. 197.

Em 1729, Herman Busembaum, Jesuita, *Theologia moral*, quinquagesima edição, segundo o *Jornal de Trevoux* do mez de Agosto de 1729, Lacroix, Colendall, Montausan, e Colonia, Jesuitas, &c. dizem: * “Que para defeza da propria vida, ou de qualquer membro, *hé permittido até ao filho matar seu pai, ao religioso o seu Abbade, ao vassallo o seu Rei*, menos que dahi resulte grandes inconvenientes, como seria por exemplo huma guerra.

“Taõbem hé permittido matar aquelle que de certo se sabe que se occupa em armar ciladas, para nos matar; como por exemplo, se huma mulher sabe: que seu marido a tem de matar durante a noite, não podendo ella evitar a morte, hé-lhe permittido prevenila.

“Taõbem hé permittido, segundo Sanches, matar aquelle que por huma accusação falsa, ou testemunho falso, vos póe no caso de serdes certamente condemnado á morte, ou á qualquer mutilação, ou ainda (o que alguns duvidaõ), á perda de qualquer bem temporal, da honra, &c. porque nesse cazo não átaes,

* Os Jesuitas de Trevoux são os unicos conhecidos d'entre o grande numero de Jesuitas, que na mór parte multiplicáraõ as ediçoens desse livro, e o accreditáraõ fazendo-lhe os maiores elogios. Em fim no anno de 1757, ao mesmo tempo da execução de Damien, hum Jesuita anonymo fazia a nova edição de Busembáo. —*Nota do Traductor Portuguez.*

antes hé huma justa defeza, na supposiçaõ de estardes infallivelmente certo da injustiça de vosso adversario, e de que nenhum outro meio tendes de vos afforrardes della.

“ Em todos estes casos, em que tendes direito de matar, qualquer outro o póde fazer em vosso lugar, por ser este hum serviço que a caridade lhe inspira.* Este hé o sentimento de *Filiucio*, Doutor Jesuita, e de outros: e para se isto obriga, e quando, póde se consultar a *Sessio*, lib. 2, cap. 9.

“ Por exemplo, se Caio, tendo intento de matar o Rei, o communicasse á Ticio, mas só especulativamente, e não relativamente á co-operaçaõ ou execuçaõ, este intento não deixa de ser hum delicto puramente interior: de tal modo que sobre á denunciaçaõ de Ticio não se póde formar processo algum. Sómente se podem tomar as precauçoens, para impedir que Caio execute o regicidio.”—*Tit. do Homicidio*, art. 8, 9, 10, 11, e no liv. 4, § 2, pag. 898.

Em 1758, Francisco Zacharias, Jesuita, explica-se deste modo: “ Hé certo que eu posso matar aquelle que injustamente me accommette, quando não tenho outro meio de salvar a vida, ou inteiros os meus membros . . . Daqui concluo, que hé logo igualmente certo que eu posso matar o meu pai, o meu Abbade, o meu Principe, quando injustamente me accommetterem com o intento de me tirarem a vida, não tendo eu outro meio de me subtrahir aos seus injustos ataques.”† *Carta de N. N. sobre o supplemento ao*

* O divina virtude da caridade, quam indignamente vos atraçoáraõ as doutrinas Jesuiticas! Será assim, que o Divino Reparador nos aconselha, que professemos?—*Nota do Traductor Portuguez.*

† No systema dos Jesuitas não seria meio para salvar a vida e o corpo o fugir, e não o matar? De sorte que em nenhum d'entretantos Jesuitas, dogmatizando contra as vidas dos Principes, em toda este resumo da sua doutrina, se lê hum só que aconselhe, que quando os Principes por seu mal-entendido Governo se tornão tirannos de seus vassallos, devem a Igreja e os Povos pedir muito á Deos com David de virtude ao Rei, e a sciencia ao filho do Rei para que reja seus povos em justiça e equidade. Nenhum ensina, que os máos Principes são os Ministros de Deos sobre os máos vassallos; e quando o Povo Hebreo, captivo em Babilonia, se reconciliava com o Senhor, entãõ recuperava ella patria, liberdade, e templo. Nenhum ensina, que isto mesmo reconheciaõ e

numero 41, do *Mensageiro de Modena*, ou *Apologia da Theologia Moral de Busembau, e de Lacroix*, contra as sentenças dos Parlamantos, pag. 19. e 20.*

(A segunda Parte, intitulada :—“ Factos constantes, ou depravação pratica dos Jesuitas,”—fica para o No. seguinte.)

Descripção do estado em que ficavam os Negocios de Mossambique nos fins de Novembro de 1789, & escripta em 1790, por Jeronimo Joze Nogueira de Andrade.

(Continuada da pag. 22, do No. antecedente.)

Da Moeda Corrente de Mossambique.

Pode-se dizer, que huma das primeiras cauzas da decadencia dos estabelecimentos Portuguezes na Costa Oriental d’Africa, hé o excessivo augmento no valor da moeda. Começo pelas diversas qualidades de moeda que ali correm ; depois farei as minhas observaçoens que serviraõ de resposta ao quarto e ultimo ponto sobre que me mandou reflectir o Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Martinho de Mello e Castro.

faziaõ os mesmos Gentios ; o fazem e praticaõ até os Turcos. Em fim nenhum delles ensina o espirito de humiliação ás divinas vontades ; e que esta foi a doutrina especulativa e práctica de Christo, dos Apostolos, e de todos os continuadores da Igreja Universal até nós, sempre triunfando em geral, e em particular pela oração, pelo jejûm, e pelo martyrio : e só o que todos elles aconselhaõ hé a vingança, o odio, a injustiça, n’huma palavra todo o genero de homicidio, e perturbação geral dos Estados.—*Nota do Traductor Portuguez.*

* Para este resumo sómente se extrahiraõ as principaes passagens dos differentes autors, e só d’aquelles que attentaõ contra a vida dos Reis. A respeito das outras passagens, assim dos mesmos autors, como de innumeraveis outros da Sociedade, sobre os outros generos de homicidios, parricidios, suicidios, obortamentos voluntarios ; como taõbem sobre os compensaçoens occultas, latrecinios, roubos, usura, perjurio, calumnia, fornicação, adulterio, incesto, e outras impurezas as mais abominaveis, todas as passagens favoraveis á tantos crimes, com os nomes dos autors Jesuitas, colligidas e produzidas, foraõ impressas em 1659, debaixo da attestação e verificação do Corpo dos Curas de quatorze Dioceses : e esta recopilação autentica, incorporada com a presente, forma o corpo inteiro da Theologia de Beelzebub.

Correm em Mossambique muitas e diversas moedas que, por evitar confusoens de calculo, e combinaçoens inuteis, reduzo á duas classes, que são as seguintes:—

1ª Moeda, ou dinheiro sem marca.

2ª Moeda, ou dinheiro marcado.

Primeira moeda.—Nesta moeda sem marca correm ali todas e quaesquer patacas Espanholas, as meias patacas, e os quartos de patacas. Do mesmo modo correm as peças de 6,400rs; e há outros dinheiros de ouro e prata que foraõ cunhados expressamente para correr naquella Capitania. Não corre ali outra moeda mais que esta de que ja tenho fallado, á excepção de huns dinheiros de certo metal inferior, cunhados em Goa, a que chamaõ Bazarucos.

Do valor imaginario destas moedas.

A pataca Hespanhola, que aqui vale no seo maior cambio á 750 até 765rs. vale ali quatro crusados, ou 1,600rs. Esta moeda tem cambio de 7 até 15 e 20 por cento sobre a moeda marcada de que logo fallarei. As peças de 6,400rs. correm por oito patacas, 32 crusados, ou 12,800rs.; e tem cambio proporcionado ao das patacas.

O dinheiro de ouro e de prata, que corre em Mossambique com o titulo de dinheiro provincial, foi mandado cunhar na caza da moeda desta corte no reinado do Snr. D. Joze I. que sancta gloria haja; e sendo este dinheiro diminuido do seo justo valor com os descontos dos direitos competentes, e por isto mesmo marcado com o Sello Real, em que está gravado o valor por que elle devia correr em Mossambique, nem assim mesmo deixou de se alterar o valor da mesma moeda, pois se atreveram os Generaes á mandar que ella corresse pelo dobro do seo valor determinado.

OBSERVAÇOENS.

Quanto ao dobrado valor das patacas e das peças de 6,400rs. há algum inconveniente, porem não hé de lezaõ enorme, porque ficaõ quase em parallelo com o valor que estes dinheiros tem na Asia. A' respeito

porem daquelle dobrado valor que se déo ao dinheiro provincial, digo que hé prejudicialissimo, e que sobrecarrega na balança do commercio contra Mossambique.

Segunda moeda.—A moeda marcada, ou para melhor dizer, esta escandalosa moeda marcada, hé da diversa qualidade de patacas, escudos estrangeiros, e alguns outros dinheiros do Brazil. E ainda outra vez o digo, para evitar confusão fallarei somente da pataca Hespanhola.

A dita pataca Hespanhola, já subida ao valor de quatro cruzados, ou 1,600rs. e tendo esta marca MR, vale seis cruzados, ou 2,400rs.

Veja-se agora o que poudes a ambição do General João Pereira da Silva Barba, que hé aquelle General que foi á Mossambique crear as Cameras e as Villas; e sobre os muitos males que fez á aquella Capitania, deixou este contagioso mal da moeda marcada, com que acabou de desordenar a mesma Capitania, que se propunha deixar em ordem e reformada.

Naõ pertendo dizer o muito que sei á este respeito, e vou com poucas palavras mostrar o zelo com que este General, obrando do seo motu proprio, e poder absoluto, se arrogou o direito de augmentar o valor da moeda, viciando-a de 50 por cento, sobre outros cento por cento, á que ella já estava subida. Eu digo como elle fez isto.

Logo que o dito General se achou com algum grosso cabedal em caixa, começou de o reduzir á patacas, e passou á pedir patacas emprestadas por todos os moradores, com que se refez de huma grandissima somma, e abrango a maior porção que poudes esquadrinhar, e logo se sahio com o seo Alvará, e mandou bater a marca MR, sobre ás ditas patacas, e ainda sobre outras moedas que mandou corressem pelo sobre-dito valor de seis cruzados.

E aqui tenho contado a historia do nascimento e augmento da moeda Mossambicana.

O General Balthasar Manoel Pereira do Lago seguiu as pizadas do seu antecessor; recunhou moeda, e augmentou o mal. Ainda tem havido curiosos que recunharam taõbem esta moeda em segredo, alguns dos quaes foraõ accusados e condemnados; mas naõ sei

como estes Generaes, Presidentes da Junta do Crime, se atreveram á condemnar os co-reos nos seos mesmos delictos. Fique aqui a minha observação; e pois que a dita moeda faz o maior mal ao estabelecimento daquella Capitania, desordena o commercio, e hé em prejuizo commun, pareceme, que deveria logo e logo recolhar-se ao Erario da Capitania, para se refundir, e nunca mais valer.

Este hé o unico remedio: porem como se me objectará que deste modo vem a fazenda de S. M. á receber as ditas patacas á razão de 6 crusados, e por consequencia, perderá S. M. dous crusados em cada huma, o que fará huma grande somma em prejuizo da fazenda Real; á isto respondo:—que não acontecerá assim se S. M. mandar recolher estas patacas, e com a prata dellas fundida cunhar nova moeda Colonial ou Mossambicana. A liga, e os direitos desta moeda compensarão huma boa parte daquelle prejuizo, se bem que me parece deveria correr em Mossambique a mesma moeda que corre em Goa, vista a corrolação que há no commercio de Mossambique com o da Asia Portugueza.

Porem aonde me deixo conduzir das minhas reflexoens, offerecendo projectos sobre negocios de que nada entendo? Por isso dou fim á esta mal arranjada descripção que, com a maior submissão e respeito, tenho a honra de apresentar á V. E. á quem rogo me desculpe a liberdade com que entrei em algumas particularidades; e a demazia, com que me alonguei á seguir as ordinarias circunstancias de alguns negocios. E se nestes meos discursos e reflexoens tenho cometido algum erro, deve desculpar-se pelas debeis luzes do meo entendimento, e por nenhum modo se deve culpar a tenção de minha vontade.

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. Martinho de Mello e Castro. Beija as maons de V. E. seo muito attento Venerador, e obediente Subdito,

JERONIMO JOZE NOGUEIRA.

Esta longa Memoria, que hoje acabamos de transcrever, deve ter produzido no publico, algum interesse, e tal ou qual proveito. Assim graças á huma das

VOL. XIV. N

Imprensas Portuguezas em Londres, que fez apparecer hum papel, depois de 25 annos apresentado em huma das nossas Secretarias de Estado, e que nunca teria visto a luz do dia se maravilhosamente não tivesse emigrado para paiz estrangeiro. Todos os nossos leitores teriaõ motivos sufficientes para imaginar as muitas e diversas abominaçoens, que ordinariamente se cometem em os nossos Estabelecimentos Coloniaes; mas quando ellas passaõ de conjecturas á factos, poem entaõ o publico em circumstancias de poder avaliar com verdade o que somos, e o que pòdíamos vir á ser. O que os nossos antigos diziaõ á cerca dos primeiros navios que andavaõ na carreira da Asia, isto he, “que Sancto Antonio os levava, e Sancto Antonio os trazia” com mais razãõ se deveria applicar ao estado de muitas das nossas colonias, das quaes podemos francamente dizer—“que Sancto Antonio as descobrio, e Sancto Antonio as conserva.” Quando por effeito de documentos taõ autenticos, como este que temos publicado, vemos, á não poder duvidar, as tirannias, as dilapidaçoens, o egoismo, a indolencia, e inercia com que se trabalha constantemente por arruinar grandes e ricos estabelecimentos, hé com effeito huma bem pasmosa maravilha o ver taõbem como ainda continuam á subsistir debaixo do dominio Portuguez, e que ainda não nos tenham cahido das mãs inertes como já nos cahiram tantos outros tropheos do nosso primitivo valor. Mas os descuidos humanos tem hum termo; e se por algumas epochas passaõ imperceptiveis, lá vem huma circumstancia que os revela, e lá apparece hum homem atrevido que os calcula, e em fim delles se aproveita. Nos extractos que já demos de huma viagem de M. Salt referimos o dito de hum Arabe negociante com quem elle conversou, e que sem disfarce algum lhe disse que—“a fraqueza do Estabelecimento de Mossambique erá tal, que elle só com 100 Arabes valentes erá capaz de se appossar daquella colonia.” Ora supponhamos que este mesmo Arabe, que pelo seo modo de vida parece não terá outra ambiçaõ senaõ a de fazer hum bom commercio, em lugar de repetir este mesmo dito á hum simples viajante, o repete á outro Mouro ou á outro Arabe atrevido, que não só possa dispor de 100 homens porem de alguns

mil; será mui difficil que hum dia se saiba na Corte do Rio de Janeiro ou de Lisboa que lá perdemos Mossambique? Que os nossos negocios naquella parte do mundo não melhoraram depois da conta que delles déo Jeronimo Joze Nogueirá, bem se vê pelo que tão modernamente escreveo M. Salt; e então que muito hé que se possa realizar o que disse aquelle Arabe?

Neste sentido dissemos que a publicação desta Memoria deve ter produzido tal ou qual proveito; e quando outro não seja, ao menos servirá para que nenhum daquelles, que tem por dever instruir-se nestes negocios, possa em cazo de desastre allegar ignorancia. Hé e será sempre hum facto incomprehensivel para o bom senso, como Portugal com tantas forças intrinsecas, provenientes das suas immensas e ricas colonias, tenha chegado á hum ponto de abatimento tal, que tenha perdido o seo vigor interno e toda a sua consideração externa; que sendo a primeira potencia maritima da Europa, não tenha hoje marinha; que sendo o mais azado para fazer hum commercio immenso, por ter magnificas possessoens nas quatro partes do mundo, faça hum tão limitado e precario; e que dispondo de huma enorme quantidade de materias primeiras, do maior consumo na Europa, não tenha fabricas nem industria! Parece logó ter já chegado o tempo de examinar-mos de veras quaes sejam as causas da fatal enfermidade que tem paralisado o extensissimo corpo da monarchia, e que remedios convenha applicar-lhe para lhe restituir a agilidade e o vigor. E pois que Portugal só pode ser grande, forte, e respeitavel pelo bom estado economico das suas Colonias, para estas hé que precisa lançar profundamente as vistas, e tirar dellas o proveito que são capazes de nos dar. Hum sistema Colonial justo, bem ponderado, e energico, parece ser huma obra da primeira importancia, e por consequencia da primeira necessidade. O exemplo de Mossambique, que nos ministra a historia de huma serie escandalosa de latrocinios, de prevaricaçoens, e infamias, perpetradas pelos primeiros depositarios da autoridade Soberana, deve fazer reflectir nos meios efficazes de remediar tantos abuzos. Sim toda a historia da maior parte daquelles governadores, que menciona Jeronimo Joze Nogueira, reduz-se á duas phrases

mui simplices—“ accumulacão de riquezas pessoaes, e empobrecimento e miseria publica!” E qual seria o fim de todos estes famosos prevaricadores? Voltarem para o reino enormemente ricos, ostentarem grandes serviços, e talvez receberem ainda por elles magnificas recompensas. Bem haja a Imprensa, que ao menos por esta vez denuncia seos nomes ao supremo tribunal do Principe e da Patria; e instrue o governo para acautelar novos crimes!

*Extractos das Cartas de Joze da Cunha Brochado,
escriptas de Lisboa ao Conde de Viana.*

(Continuada da pag. 28 do No. antecedente.)

Carta de 10 de Março, 1708.

Com razão diz V. E. que os paquebots nunca satisfazem as ancias com que se esperam; mas os que se interessão em desfigurar as couzas sempre achão nelles a sua conta. Tornâmos á esperar outros paquebots, que nos trarão pouco mais de huma conclusão de preparativos; e nesta revolução de couzas poucas, e de esperanças debeis, se entretem o nosso engano lédo e cégo, que a nossa desgraça nos deixa durar muito. Bom será que nos venha algum socorro de Inglaterra, porem oiço que interiormente se desconfia de que elle venha. Tudo se arma contra nós, e até o tempo se poem da parte de nossos inimigos, prohibindo-nos a communicacão com nossos alliados; e o paquebot, que havia de partir há quinze dias carregado de supplicas e de lastimas ainda não sahio da barra. Veja agora V. E. como nos hão de ouvir, e responder os Inglezes, que ainda em commercio mais frequente fizeram sempre para nós ouvidos de mercador.

O mez de Março vai caminhando com passos de gigante, e hé só quem caminha depressa na nossa corte; com que brevemente nos acharemos na primavera com hum exercito dobrado e governado por officiaes lampinhos. Elles não podem errar por falta de ordenanças militares, por que já sahiram á publico

impressas em grande volume e formosa letra. Não duvido que V. E. tenha hum copia; eu a não remetto porque a não dão, nem vendem, e farão todas em deposito para a Secretaria donde emanaráo. Dizem-me que tratao a materia com muita muidez, e que em grande parte são traduzidas de alguns arestos Francezes e Hespanhoes que tem apparecido sobre a materia, porque em França não há corpo perfeito de semilhante obra: o ponto hé que haja dinheiro para matar a fome aos soldados, que hé o maior inimigo que elles tem que vencer.

Não sei se os Hollandezes continuam com os pagamentos, como este dinheiro tem differente applicação não sahe á luz no mappa das consignações de guerra. Não oigo já queixar com tudo dos Hollandezes, por onde entendo que tem pago, ou prometem acudir á nossos empenhos nas despesas de tão gloriosa, como delicada negociação, de que foi encarregado o Conde de Villa-maior. O que eu descobrir nesta materia porei na presença de V. E.

Como se proveram alguns postos, succedeo que os excluidos ficaram extremamente queixosos, e entre elles hum Antonio de Saldanha que, ou com menos modestia, ou com mais dor, falla com muito liberdade nos defeitos do seo proximo. Outros fazem deixação de postos, que em principio da campanha deixo desairoza a justiça das suas pertençaes. Diogo Luis Ribeiro passou para administrador da artilharia do reino, dando-se melhor com Santa Barbara em Lisboa, que com J. Jorge ou Santiago no Alemtejo. Grande pena há de ter o Conde de Tarouca de que se esqueçam delle na nomeação dos generaes para o nosso exercito; mas este fidalgo com generosa paciencia nem se queixa, nem se inculca. Não fallei estes dias com pessoa alguma que me confirmasse a nova de estar feito Sargento-maior de batalha do partido de Lisboa o Snr. Conde da Ericeira, que ainda que hé falto de vista, atina em tudo quanto obra, e não se lhe conhece este defeito, por que até nos olhos tem entendimento.—Lisboa, &c. &c.

Carta de 17 de Março, 1708.

Hum destes dias prégo na capela Fr. Caetano, e supposto que teve o avizo geral para prégar pouco

sem fallar nas materias do governo, elle o fez como prégador Evangelico, por que prégou muito, e prégou bem. Fallou com modestia, e com energia, e doirou admiravelmente as reprehensões com a necessidade do texto, e com a coherencia da doutrina delle. Como o Evangelho era o Diabo mudo, declamou contra os ministros, que calavam ao seo Principe o que lhe deviaõ dizer, e mostrou este damno na famosa derrota do exercito de Holofernes, causada pelo silencio dos seos camaristas. Este sermaõ pareceo muito bem, e desarmou a indignação de quem não o queria ouvir: mas estas advertencias são escusadas em a nossa Corte, aonde não há nem Principe que dorme, nem ministro que emudeça; o Diabo não hé mudo, mas fallador, que eu ainda tenho por peor demonio; e os mestres, que não ensinão o que hé bom, são melhores que aquelles que ensinão o que hé máo. A materia hé larga, e V. E. em trinta legoas de distancia não pode ouvir-me.

Oigo que vieraõ novas da Beira, de que haviaõ chegado á aquellas vesinhanças quatro mil Francezes, porem gente de pouca conta, tropas novas e algemadas; e se assim hé, pouco receio nos pode dar hum socorro sem valor e sem doutrina; ao menos assim se lisongêa quem derrama estas noticias que devêra calar como o Diabo mudo, e não ver os homens as avessas como o cégo do Evangelho.

Antonio de Saldanha está prezo na torre de S. Giaõ por se queixar de o não haverem melhorado de posto: este fidalgo serve bem, e hé valoroso, e bem podia merecer pelos seos serviços alguma distincção. Outros officiaes fizeram deixação de seos postos, que em principio de campanha tem a deixação mais de injuria que o seo despacho teve de injustiça. Hé couza rara ver a mansa e cortês rebeldia com que todos se eximem de servir e obedecer á El Rey: todos olhaõ para si, e nenhum para o reino e para sua conservação. Sem temor e respeito não há Rey nem vassallos: os gentios diziaõ que o temor fizera a primeira divindade, e aqui a falta delle a destroe. Hum Rey dizia,—Temaõ-me, ainda que me aborreção; outro dizia,—Amem-me, ainda que me não temaõ: mas que será de hum reino aonde os vassallos nem amaõ, nem temem?

D. Luis da Silveira, que aforou a praça dos Remo-

lares á hum freguezia de pescadores, impaciente de senão confirmar o seo aforamento, mandou hum noite destas oitenta carpinteiros, e outros tantos pedreiros com telhas e taboas preparadas, que naquelle sitio em menos de tres horas fizeram hum rua de cazas de madeira com portas e telhados; e na manhaam seguinte appareceo aquella obra maravilhosa, desmentindo o cazo de Santarem na calçada dos galhardos. Porém, como todas as couzas acabam pelas mesmas cauzas por onde começam, succedeo, que querendo o Senado da Camera desforçar-se deste attentado, e desfazendo alguma parte daquella obra, saltaram os vezinhos nella, e a derribaram, quebraram, e furtaram, e em menos de hum hora voaram os materiaes com a mesma pressa com que tinham vindo. Se eu agora tivera tempo havia de começar esta carta, tirando deste facto de D. Luis hum maravilhoso semelhante para despertar a nossa lentidão assim na construcção da obra como na ruina della.—Lisboa, &c. &c.

Carta de 24 de Março, 1708.

Eu com os olhos na quietação de V. E. e nos seus maiores interesses não quisera que V. E. deixasse a convalescença desse retiro; mas considerando os apertos da minha patria, e os perigos em que vejo a nossa Corte, desejára que V. E. viesse socorre-la com os expedientes do seo zelo, e com as penetrações do seo discurso. Isto votára eu como Portuguez, mas não o aconselhára como amante de V. E.—Lisboa, &c.

Carta de 31 de Março, 1708.

Chegou o Conde de Villa Verde, e mostra no semblante, que não viveo nem gostoso, nem descansado. Nesta occasião vieraõ varios cabos menores, e todos daõ informaçoes de Catalunha que não nos fazem rir. Dizem que aquella Corte está faminta; que morrêra pobre o Conde de Oropesa: que la Corsana não tinha meios para sustentar-se; e que as mesmas guardas de El Rei Catholico mendigavam pelas portas. Este Principe, entre os nossos e os seus poderá ter 16 mil homens, entrando neste numero o ultimo so-

corro ; e por esta maneira falta ainda muita gente para se encher a conta de 48 mil homens, que nos diziaõ as novas de Hollanda : mas esta diversaõ não emporta nada, por que nós a faremos melhor com o grande poder que temos em as nossas fronteiras.

Oigo que se trabalha no projecto da campanha, mas não sei se este há de ser para a acção ou para a defenza ; por que não sei o que temos por nós ou contra nós. O Marques das Minas será consultado para este projecto, e será o seo voto bem accreditado pelas suas experiencias á custa dos seos e dos nossos trabalhos. Este cavalhero hé chamado á todas as juntas, e cuido que o desejaõ, e inculcam para hir fazer a campanha no cazo que o Marques de Fronteira se não veja livre dos seos achaques ; e entendo que o Duque, entre humas postas de sangue que lançou pela boca, taõbem deitou articulado este sentimento.

Todos estes fidalgos, que agora vieraõ de Barcelona, andaõ taõ contentes, taõ despejados, e taõ seguros, que bem mostraõ que, ainda que perderam a batalha, ficaram triumphantes da sua propria ruina : os animos constantes, e os espiritos da primeira ordem são mais humanos na prospera que na adversa fortuna.—Lisboa, &c. &c.

Carta de 7 de Abril, 1708.

Ainda nesta semana continuaram as chuvas, que, para augmento de nossos males, não tivemos a consolação de correr as Igrejas, nem eu a fortuna de hir á capella ouvir a devota magnificencia, e as pauzadas cerimoniaes com que os Conegos Reaes celebraram os officios divinos.

Ainda não sabemos, se os officiaes, que vieraõ de Catalunha haõ de hir para Alemtejo, agregados á alguns regimentos ; e creio que o maior impedimento consiste em que não há dinheiro para soccorre-los ; por que o tezoiro dos Tres Estados se achou hontem com 90,000rs.!!! e só para pagar os Almocreves, que vieraõ por mar, são necessarios mais de 50 mil crusados ; e elles vem taõ pobres, que se recolhem para as suas terras, pedindo esmola.

Oigo que sahiremos á campanha em dia de N^a. S^a,

dos Prazeres. Nem por muito madrugar amanhece mais depressa; e entendo, que esta antecipação, pela calidade das nossas terras, nos pode servir de grande damno, e gastaremos em coizas poucas a pouca gente que temos, e depois sahirá o inimigo, e tomaremos o partido de nos retirar. Sahir primeiro hé util, e pode ter dois fins, ou havendo gente para andar sempre em acção com superioridade, ou para tomar algum campo, e posto bom, que sirva de estorvar os progressos do inimigo; e assim nesta consideração me parece que emprehender acção e sustentar a campanha não temos forças bastantes; e para tomar algum campo nem o há, nem sabemos como isto se faz, por que nada pela primeira vez se faz bem.

Hum destes dias se fez hum morte junto do Espirito Santo com arma curta, e foi o morto hum neto de Victorio Zagalla de quem não havia queixa. Não conto isto por novidade, por que esta terra já está costumada á ver semelhantes horrores, e sempre na quaresma se desobriga com humas poucas de mortes crueis e violentas: seja qual fosse o impulso, o milagre consiste, em que estes crimes não succedam em cada instante, por que não há justiça que os castigue, nem ainda indignação que os repreenda.

O contracto do tabaco está em grandes apertos, assim porque falta o genero, como por que a sua arrematação foi quimera; e entendo que destes effeitos se não há de tirar coiza alguma, e fica faltando a mais grossa consignaçoão que tem S. M. que Deos guarde.

O trabalho, que vai tendo o Sr. Marques de Alegrete, pede hum remuneração muito grande; mas este fidalgo serve á El Rey com tanto gosto, que não quer mais premio que o serviço; e dobra os sete dias da semana como os sete annos de Jacob, ainda que está certo, que em lugar de Rachel lhe não daraõ Lia. —Lisboa, &c. &c.

(Continuar-se-ha.)

A DESPEDIDA DOS AMIGOS
DA MADEIRA.

—
ODE.

Se a mimoza fragancia, e lindas cores
De engraçada bonina
Tanto deleitaõ no jardim pompozo,
Que a mão da Arte opulenta
Fatigada arranjou, ergueu vaidosa;
Quanto mais grato e doce
Hé ver brotalla nos desertos campos,
Hé vella acarinhando
Da triste solidaõ o Reino inculto!
O benevolo rizo,
Que sauda o Feliz, em pouco monta;
A' ventura se offerta
O que se antolha dedicar-se ao homem.
Marca o lugar, e o tempo
Dos mimos o valor, dos bens a estima;
Extr'ordinario heroico
Se torna ás vezes passageiro agrado,
E anima, e felicita
De almas sensiveis a escabrosa sorte.
Tal foi a dita minha
Quando expellido por terrivel Fado,
Perseguiçoens, horrores,
Negros fantasmas ante mim só vendo,
Atravessei os mares,
E com vosco vim ter illustres Filhos
Da singular Madeira:
Nos feiõs êrmos de incerteza, e medo
Seguros acolhestes,
E perfumastes de rizonho affago
Os asperrimos dias,
Que horrivél Proscripçaõ sem dó forjara.
A' voz de atroz calumnia
Oppondo hum coração briozo, e forte
Sem receio entoaste
Do Hospede vosso o maltratado nome,
De louvores cingindo
Quem na piedade, ou na indif'renca achára
Naõ pequena ventura.

Salve excelsos Varoens, honrai o Mundo :
 A vasta humana especie
 Com vosco se ennobrece, a Terra ufana
 Já por vós nos copia
 Os puros gostos dos Elyzios campos.
 As formosas Virtudes,
 Que se imaginaõ ter levado ás margens
 D'alem do escuro Lethes
 Almas taõ bellas, coraçoens taõ nobres,
 As formosas Virtudes,
 Que tanto honrou a Antiguidade absorta,
 Renascer aqui vemos,
 E avantajár-se nos Monteiros, Rochas,
 Nos Freitas,* e Menezes,
 E outros, que tanto desta amavel Ilha
 O inclito nome esmaltaõ.†
 Salve excelsos Varoens, o adeos saudozo
 Da candida Amizade
 Grato procura o acolhimento vosso ;
 Recorda suspirando
 Os faustos dias bonançosos, ledos,
 Que ao vosso amparo eu devo.—
 Junto das margens do aprazivel Tejo
 No decantado Clima,
 Onde amavel Prazer firmou seu throno
 Entre os bens restaurados
 Entre as delicias de extremada gloria
 Com que Lizia se illustra,
 Na mais faustosa das cidades todas,
 No Paiz mais formoso,
 Que o dilatado Continente encerra,
 Na Patria minha, e livre,
 Saudozo pintarei os ternos quadros
 Do feliz exterminio,
 Que á vós me trouxe, e de Mortais taõ raros
 Me fez Amigo, e Socio.

* O Sr. Dr. A. C. de F.; o Sr. V. A. de F.; o Sr. N. de F.; o C. M. de F.; o Sr. T. P. de F. P. D.; o Sr. T. C. C. de F.

† Não cabe nos limites de huma Ode fazer expressa menção dos nomes dos filhos da Madeira, de quem recebi agazalho, e obsequios, em quanto nella rezidi; de todos me lembrei ao mesmo tempo, e com igual consideração, quando indiquei os de M. R. W.; assim como taõbem daquelles, que não sendo oriundos da dita Ilha, se condoeraõ dos meus trabalhos, e me honraraõ com a sua amizade, como o Sr. T. M. da F.; o Sr. F. T. de O.; o Sr. P. T.; o Sr. T. T. du B. B.; o Sr. T. P. C.; o Sr. T. Phelps; o Sr. T. A. do V. e S.; á todos hé geralmente relativa a saudade, e gratidão do Poeta.

E foi aqui que a nitida Fortuna,
 Tentando preencherme
 Dos mores dons, e seus favores todos,
 Me ligou ao sublime
 Mais justo Alumno da severa Themis,
 Que oiro fio sustenta
 Suas balanças, seus divinos fóros,
 O preclaro Albuquerque.*

*Por hum PORTUGUEZ,
 Amigo dos Funchalenses.*

LITERATURA CLASSICA.

FRAGMENTOS DE CICERO.

“ M. Tullii Ciceronis trium Orationum in Clodium
 “ et Curionem, de ære alieno Milonis, de Rege Alex-
 “ andrino, Fragmenta inedita. Item ad tres prædictas
 “ Orationes, et ad alias Tullianas quatuor editas Com-
 “ mentarius antiquius ineditus, qui videtur Asconii
 “ Pediani. Scholia insuper antiqua et inedita, quæ
 “ videntur excerpta e Commentario deperdito ejus-
 “ dem Asconii Pediani ad alias rursus quatuor Cice-
 “ ronis editas Orationes.—Omnium ex antiquissimis
 “ MSS. cum Criticis edebat *Angelus Maius* Biblio-
 “ thecæ Ambrosianæ à linguis orientalibus Medi-
 “ olani.”

No mez de Novembro de 1814 foi informado o mundo literario de se haver descoberto na Livraria Ambrosiana de Milão hum manuscripto, que continha alguns fragmentos de tres Oraçoens de Cicero, que se suppunhaõ perdidas. Esta publicacão foi logo seguida

* O Corregedor da Madeira, o Sr. M. C. do A. e A., natural de Pernambuco. A rectidaõ, honra e probidade deste illustre Magistrado, e as mais virtudes que o adornaõ saõ bem conhecidas na Madeira; chamo aos seus habitantes em testemunho desta verdade; è nenhum delles haverá, que deixe de entoar comigo os seus louvores, e de dizer que pode servir de modelo aos da sua profissão: oxalá que todos o imitassem!

da de outros fragmentos de mais tres oraçoens de Cicero, que taõbem na mesma livraria se descobriram, acompanhada de hum amplo commentario, attribuido á Asconio Pediano, á cerca das ditas Oraçoens, e outras oito de Cicero, já antès publicadas.

A primeira destas oraçoens ineditas de Cicero hé—contra Clodio e Curio,—e versa sobre a violação do decoro publico, commetida por Clodio no tempo das cerimoniaes do sacrificio da *Bona Deosa*.

A segunda hé intitulada “*De ære alieno Milonis*,” relativa ás dividas de Milão, e pronunciada na occasião em que elle se apresentou como candidato para o Consulado.—A descoberta dos fragmentos desta Oração hé mui importante, particularmente quando parece que os Sabios nenhuma idea tinhão da sua existencia.

A terceira Oração inedita hé intitulada “*De Rege Alexandrino*,” e foi pronunciada na discussão que houve no Senado Romano á cerca do restabelecimento de Ptolomeo Auletes no throno do Egypto.

Os fragmentos de Cicero são illustrados por hum amplo e inedito Commentario que taõbem se descobriu, e agora pela primeira vez se publicou. Este Commentario versa sobre as oraçoens já publicadas de Cicero, pro Archia, pro Sylla, pro Plancio, in Vatinius: e taõbem, ainda que com muita mais brevidade, sobre a quarta Catilinaria, pro Marcello, pro Ligario, e pro Rege Dejotaro.

Este Commentario hé de grande valor por muitos motivos: 1º porque hé mui provavel, e quase certo ser producção de Asconius Pedianus.—2º porque está escripto em purissima Latinidade, abunda de muitas allusoens historicas e illustraçoens, e contêm algumas palavras Latinas de que nós não tinhamos conhecimento.—3º porque menciona duas producçoens de Cicero que taõbem ignoravamos, isto hé: “*Edictum L. Racilii Tr. Pl. in invectionem P. Clodii*,” e humá “*Epistola ad instar voluminis de Consulatu suo ad Pompeium*.” Alem disto, vem nelle hum passagem inedita do autor comico Afranius, e hum interessante fragmento de hum Oração do tribuno do povo Caius Gracchus.

O descobridor e Editor destes fragmentos acre-

scentou-lhes huma dissertação, em que mostra o modo por que esta descoberta se fez, e toda a sua importancia classica. Ennumera todos os argumentos em que se funda para crer que o commentario hé huma parte das obras de Asconius Pedianus, das quaes as injurias e accidentes do tempo tem privado a litteratura; e examina, e procura provar com muita critica o periodo em que Asconius escreveo, assumpto em que os antigos e modernos escriptores muito têm variado de opiniaõ. O resultado de todas estas suas indagaçoens hé, que Asconius, o Commentador de Cicero, foi contemporaneo de Virgilio e de Livio, e que continuou a sua carreira litteraria até huma idade muito avançada no reinado de Claudio. Finalmente, discute a data dos manuscriptos donde extrahio estes fragmentos, e mostra a sua grande antiguidade.

O Editor illustrou os fragmentos de Cicero, e os commentarios com notas explicativas do antigo texto, e os adicionou com huma copia exacta dos caracteres em que o manuscripto está escripto. Huma copia de toda esta obra já chegou de Milaõ, e brevemente será republicada em Londres.

*Sobre a objecção do Snr. Bento Pereira á cerca da
“Syllaba Portugueza.”*

Quando nós tentámos estabelecer algumas regras de syllaba na lingua Portugueza, não nos propuzemos á fazer hum longo tractado: limitamo-nos “samente, assim como deviamos, á mostrar a susceptibilidade, que a lingua Portugueza tem de se prestar ao metro.— Parece-nos, que as suggestoens que offerecemos sobre isto aos nossos leitores bastariaõ para guiar o curioso em poesia á mais amplas investigaçõens; ou pelo menos á rasoaveis censuras. Não foi assim. O dezejo que temos de melhorar a poesia, revendendo ao metro seu character essencial, que taõ adulterado se acha pelos nossos *bardos* modernos; e sobre tudo obviar aos progressos da seita importuna dos consoantes, e indigestaõ de rosarios indecasyllabos, não so foi contrariado, mas até nos attrahio a sorna, e desenxabida facecia de hum nosso pertendido philo-

logo, de hum simples e rançoso grammaticão, de hum . . . Seja o que for: vamos ao cazo. O Snr. Bento Pereira, ou a sua *sombrinha* por elle, foi quem nos sahio á campo, não dizemos bem, foi quem se *embuscou* para atacar-nos; e a sua mais picante invectiva se estriba todo em ser-mos muito abbreviados no que dissemos:—*turpe et miserabile!* E que esperava elle? Algum tractado diffuzo, ou cheio de confuzoens, como varios dos nossos tractados politicos, para ter que debicar n'alguma ninharia que viesse *d'envolta*? Enganou-se. Chamou *tractadinho* o que nós dicemos esboço. A differença hé pequena, nem a essencia das couzas depende dos nomes. O Snr. B. P. ri-se (talvez sem vontade) da introduccão do metro em versos Portuguezes. Podiamos applicar-lhe o que já disse macaronicamente o autor do Palito Metrico:—

“ Sic olim parreiram nequiens raposa trepare
“ Fructa est estomacho, dissit, amara meo.”—

Naõ ficou satisfeito com as nossas ideas, paciencia: Nem por ellas assaz doutrinado para fazer versos Saphicos—naõ admira! Como aprendeo mui cedo a dança, e fez logo piroetas sob o seu *primeiro* mestre, a pézar de ser máu; fugio-lhe o talento para os pes que deve ter muito exercitado com o seu *segundo*, *terceiro*, e *quarto* mestre: sabe-se, alem disso, que habilidade de pés, e de cabeça não existem ao mesmo tempo. Com tudo, se o Snr. B. P. possue estas qualidades taõ contradictorias, entaõ estava fazendo alguma piroeta, quando lêo as nossas observaçoes, pois que passou pelo alto sobre as regras, que expomos, tocante á syllaba Portugueza. Era ali que nós desejamos ver o fino das suas argucias, o arrojado das suas descobertas,” outro Colombo nesse oceano de difficuldades grammaticaes. Nada, nem huma palavrinha á esse respeito; e assustando-nos com a erudição de alguns nomes Allemaens, latinizados em *us*, como Borrichius e Vossius (Deos nos livre que soubesse alguns outros modernos, que ainda senaõ latinizáraõ!), desaparece da scena, para nos deixar em jejum sobre o que intimava, fallando dos *causticos e paxorrentos* philologos Allemaens.—Bem fundado hé pois o nosso receio de que o Snr. B. P. embirra em

conciliar couzas contradictorias—Não sabemos qual hé a profissão do nosso *desafecto*; mas a julgar-mos pela *cartinha* que nos escreveo, e que no antecedente No. desta obra inserimos, suppomos que tem, como nós, alguma inclinação aos versinhos: então já o prevenimos, que se vier á publico com alguma destas cantilenas sem pés nem cabeça—sejaõ sonetos, odes, ou cançoens, apezar de seos talentos conciliatorios; havemos mostrar-lhe que ser máu poeta e bom poeta, envolve repugnancia—

“*Non homines, non dii, non concessere columnæ.*”—

Ficando em pé, como aquella sentença Horaciana, algumas regras, que indicámos sobre a syllaba Portugueza, absolutamente indispensaveis para a formação de bons versos.

Não se persuada o Snr. B. P. que vamos fugindo por este modo á responder ás ultimas linhas das regras, que teve a bondade de nos dirigir, e onde apoia contra nós a sua magistral objecção—Bravo! Caspíte! que descoberta! Ali brilhou o Snr. B. P.—Não há duvida somos obrigados á reconhecer o seu triumpho, o triumpho, “não do rapaz, que derrubou o gigante,” nem do estudantinho, que déo quinau no mestre; mas hum triumpho, que a não vir acompanhado de outras futilidades, podia taõbem fazer *feliz o genero humano!*—Sim, Senhor, tem razão o Snr. B. P.—*Amor* em Latim não faz hum spondeo—Confessâmos; que hé erro; mas devido a pressa da escripta, e differença de revisor; o que facilmente descobre quem attentamente notar que a palavra *amor* vem á par d’outras, como *pastor* e *clamor*, as quaes tem aquelle predicado; e hé quanto basta para corroborar a these que estabelecemos sobre a differença da syllaba Portugueza e Latina—isto hé, que alguns spondeos Latinos, não o podem ser em Portuguez no fim de hexametros como *pastor clamor*; e agora acrescentamos, que algumas palavras que no Latim não fazem hum spondeo, como a referida palavra, *amor*, pode fazelo em Portuguez, pela mesma razão que no lugar citado apontámos.

Qualquer que seja a discrepancia que de nós faça o Snr. B. P. neste assumpto—temos a gloria de ver os nossos principios sobre a formação dos hexametros

Portuguezes, reconhecidos, e confirmados não só por meros grammaticos, mas por hum dos sabios mais illustres, que Portugal tem tido, pharol nas sciencias exactas, e prominente em literatura—o immortal Joze Anastacio da Cunha,—que taõbem fez versos hexametros, e cremos, o primeiro, que os fez na lingua Portugueza; em quanto não tiver-mos documentos que mostrem o contrario.—No seguinte ensaio, que delle damos, hé verdade que alteramos hum pouco o original; como se verá dos versos que vem subliniados, cujos originaes foraõ talvez adulterados por copistas, e outros sahiraõ imperfeitos, como o autor mesmo confessa: *propter egestatem linguæ*, á saber *luza*, relativamente á Allemam,—e ser este o primeiro ensaio que fazia de hexametros.—Com tudo o leitor instruido notará neste tentamen alguns bellos hexametros, e entre outros o seguinte, que commeça pela *fatidica* palavra amor:

Amor benigno as azas te empreste ligeiras.

Como o Snr. B. P. pela sua observação grammatical, déo lugar á esta replica, não obstante a repugnancia que mostra ter á introducção do metro na lingua Portugueza, e por conseguinte á construcção dos saphicos, e hexametros Portuguezes; hé justo que se lhe dedique o presente ensaio hexametrico; que só por não ser de nossa composição talvez mereça o seu patrocínio grammatical, taõ necessario para a publica approvação. Esperamos ouzadamente, que o Snr. B. P. não leve á mal a dedicatoria, que lhe fazemos; e que haja antes por bem considerala como hum tributo da nossa admiração, pago á fecundidade da sua memoria, que por conservar de cor mais de cem versos hexametros em Latim, os dos que contem a palavra *amor*—expia de alguma sorte a sua perrisse anti-metrica no Portuguez.

MENALCA E TIRSIS;

IDILLIO,

DE GESNER.

Traduzido em hexametros Portuguezes do original Allemaõ

POR J. A. DA CUNHA.

EM fresca noite de huma atalaia no cume
 De sêcos ramos ardia clara fogueira,
 Só, junto della sentado Menalca na relva
 Co' a vista corre d'estrellas o ceo recamado,
 E a dilatada campina, que a Lua clarea:
 Quando de repente ouvindo pela sombra sussurro
 Volta-se e vê Tirsis—Sejas bem vindo—lhe disse,
 Senta-te; aqui temos bom lume—que dita te trouxe
 Quando pela aldeia todos estão recolhidos?

TIRSIS.

Hes tu? Bem folgo, Menalca amigo de verte.
 Se eu tal cuidara com mais presteza tivera
 Vindo à fogueira, que da sombra do valle no meio
 Taõ bello claraõ derrama ao longe—mas ouve
 Pastor, agora que a luz escassa da Lua
 E a socegada noite a cantar dezafia
 Cantigas sérias, ouve, pastor, o que digo—
 Eu quero dar-te hum formoso jarro de louça
 Novo no feitio, trabalho de mestre eminente,
 Hé hum dragaõ raivoso com azas e garras.
 Quando pela cauda, que se ergue em roscas, o viro,
 Dos dentes e olhos Bacho espumando lhe salta—
 Dou-to, se me cantas o encontro de Daphnis e Cloe.

MENALCA.

O encontro cantar-te quero de Daphnis e Cloe,
 Que á serios cantos convida a noite serena,
 Aqui tens lenha—Tu cuida en tanto no lume.

CANTO.

Grutas e rochedos repeti *meos ais dolorosos,*
Meos cantos lugubres a praia e selvas atroem.—

Resplendecia a Lua no horizonte serena,
 Só, e impaciente esperava Cloe na praia,
 Daphnis a ribeira passar n'hum barco devia—
 Ceos! meu amante; clamava, ah quanto que tarda!
 E para a ouvir suspirar Philomela emudece—
 Oh quanto tarda!—Porem que escuto?—sussurro
 D'agoa que murmura por hum batel dividida
 Hes tu? . . . sim . . . nada. *Outra vez illudir-me procuras*
Vaga murmurante? Ah não mais barbara zombes
D'amante anciedade d'huma pastora innocente.
 Onde, onde estarás tu agora, amante querido?
 Amor benigno as azas te empreste ligeiras.
 A densa mata talvez agora atravessas.
 E buscas a praia—Ah longe do pé pressuroso
 Agudos cardos! ah longe, frigida cobra!
 Deuza, cujas flexas não errão tiro, Diana
 Formosa, ou Lua, tu seu caminho alumia.
 Oh do batel á sahida que estreitos abraços!
 Agora porem de certo, oh vagas, agora
 Não me enganasteis—Oh com sussurro mimoso
 Com branda pressa trouxe-me aos hombros o barco,
 E vós, se tendes oh bellas Nymphas amado,
 Se ancia sabeis, *que á espera de hum amante se prova,—*
 Hé Daphnis—Daphnis não me responde.—Que vejo?
 Nisto a voz perde, e cahe desmaiada n'area—
 Grutas e rochedos repeti *meos ais dolorosos,*
Meos cantos lugubres a praia e selvas atroem.

Vinha áflor d'agoa descendo hum barco virado,
 E o passo a Lua presenciára funesto!
 Cloe desmaiada jas estendida n'area.
 Por fim abre a triste os olhos—Que barbara vista!
 Some-se de lucto por traz das nuvens a Lua
 A' borda d'agoa se assenta tremula, muda,
 Inchaõ-lhe o peito as ancias, suspira, soluça,
 Despede hum grito—ao longe doloroso retumba—
 Continuo pranto na esteva e mato sussurra;
 Torce os braços, o peito fere, e os cabellos arranca.
 Ah Daphnis, Daphnis, agoa perfida, Nymphas atrozes!
 Oh desgraçada, exclama, *esperar que me resta?*
 E inda me detenho?—procure-se a morte nas ondas,
 Que o bem e a gloria da minha vida me roubaõ—
 Disse; e a arremeçou-se precipitada no rio—
 Cavos rochedos repeti *meos ais dolorosos,*
Meos cantos lugubres a praia e selvas atroem.

Mas brandamente aos hombros as vagas a levaõ.
 Que assim as Nymphas mandáraõ—Nymphas atrozes—

Viver não quero, viver não quero, clamava,
 Tragai-me vós ondas—As ondas não n'atragáraõ!
 A' ilha d'area nos molles hombros a levaõ,
 Onde se salvára pouco antes Daphnis amado!
 Oh que prazer quando o avista! Que estreitos abraços!
 Em vão meu canto pintar o que sinto quizerá—
 Tal e menos terna do rouxinol a alegria
 Hé quando foge da prisaõ—A esposa gemente
 A noite inteira passa do chopo no cume,
 Já para o esposo que inda está tremulo, voa
 Suspiraõ, beijaõ-se, enlaçaõ ternos as azas,
E com cantigas, que d'alma o extaze pintaõ
Da tranquillã noite o sacro silencio rompem.
Deixai cavas rochas os dolorosos accentos
Alegres cantos a praia, e selvas atroem—
 E tu, oh Tirsis, vem dar-me o jarro de louça,
 Que eu já te cantei o encontro de Daphnis e Cloe.

VARIANTES, ou VERSOS,

Como se achaõ no Manuscripto, chamado Original.

Grutas, e rochedos repeti meos ais lastimosos,
Meos cantos lugubres atroem selvas e praia.

Hes tu? . . . sim . . . nada.—*Outra vez enganar-me pertendes.*
Agoa que murmuras? Não zombes barbaramente
Do affecto e ancias de huma innocente pastora.—
Se sabeis a ancia com que hum amante se espera.

Oh desgraçada, exclama, já agora que espero?

E com cantigas que d'alma os extases pintaõ
Rompem o silencio sagrado da noite serena.

Concavos rochedos deixai os ais lastimosos,
Alegres cantos atroem selvas e praia.

Estas variantes, que são os versos do texto original, que fielmente copiamos d'hum manuscripto pertencente á huma livraria em Paris d'hum amator de literatura Portugueza, hé provavel fossem alteradas por mão de copista estrangeiro; pois não suppomos que o autor do presente ensaio, sendo alias correcto e mesmo

escrupuloso em todas as materias que tractou, tomasse a liberdade de fazer os seguintes dactylos—*agora que espero—extases pintaõ—ais lastimosos*; que ao nosso modo de ver, são errados, peccando contra a regra da vogal antes de duas consuantes mudas, ao mesmo passo, que elle diz de versos não errados—*formaes palavras*—“Estes versos foraõ hum ensaio para ver como ficava o verso hexametro na lingua Portugueza. Os que tem o signal, (todos a saber desde o principio do Idyllio até ao verso—Grutas e rochedos, exclusivamente) são versos que na traducção não sahiraõ bons; por não haver palavras proprias no Portuguez, que exprimaõ as do Allemaõ”—Donde inferimos que o autor, taõ versado em literatura, como rico de engenho e sciencia, corregiria, se inda vivesse, estas faltas alheias ou proprias; e applaudiria os saphicos e hexametros modernos n’huma lingua,

Na qual quando imagina
Com pouca corrupção crê que hé Latina.

ECONOMIA POLITICA.

Manufacturas de Algudaõ.

(Continuado da pag. 46, No. 53.)

VAMOS neste Numero expôr os ultimos aperfeiçoamentos, que tem havido nos diversos processos que são indispensaveis antes de o algudaõ ser tecido; e igualmente daremos idea das tentativas, que se haõ feito com o intento de se effectuar a tecedura por meio de maquinas.

O fio do algudaõ ainda em algumas partes hé enro-
lado nos fusos do tear, á custo de trabalho manual, como já mostrámos em o nosso passado: esta opera-
ção, porem, não hé agora taõ laboriosa, em razão de se haver inventado huma maquina, a qual faz mover

simultaneamente vinte ou mais fusos, e o fio hé nestes enrolado com muito maior presteza, e facilidade: Este processo ainda se acha mais simplificado com o auxilio de outras maquinas mui engenhosas, as quaes fazem com que as maçarocas do fio denominado *Cop-twist*, em lugar de serem enroladas nos fusos do tear, sejam comprimidas á ponto de ficarem em estado de poderem logo metter-se na lançadeira do tear. A enroladura hé por conseguinte desnecessaria, e as maçarocas comprimidas desta maneira são preferidas pelos tecelões ás que se enrolão nos fusos. Em os grandes estabelecimentos, onde há fabricas tanto de fiar como de tecer, o volume das maçarocas hé tal, que podem ser immediatamente transferidas dos fusos da maquina de fiar para a lançadeira, sem que passem pelo previo processo da compressão; e assim se poupa de todo o tempo, que se gastava em enrolar, e comprimir. Segundo este mesmo principio se tem facilitado muito o trabalho de sarilhar e enrolar o fio denominado *hank-twist*: Ainda não há muito que a pratica ordinaria era sarilhar este fio dos fusos da maquina de fiar; envisca-lo, e enrolar-lo nos fusos do tear, ou *warping-bobbins*; agora, porem, o fio hé logo transferido da maquina de fiar para o tear, sem passar pela operação do ensarilhamento.

No processo da enviscação tem igualmente havido consideraveis melhoramentos. Segundo a pratica antiga se aquentava primeiro a substancia glutinosa; e hum operario com as suas proprias mãos enviscava o fio; claro está, que o grau de calor da dita substancia não podia ser senão tal, qual o operario com conveniencia pudesse suppostar: E havendo mostrado a experiencia, que quanto mais quente a substancia glutinosa, tanto mais igual e perfeitamente o fio a embebe, se tem inventado varias maquinas com o fim de a applicar em hum grau de calor mui elevado. Entre muitas merecem ser mencionados huns vasos de pão, em que há varios pares de cilindros, por entre os quaes passa o fio em quanto está mergulhado na substancia glutinosa bem quente. O plano proposto por M. Marshland, qual hé o de enviscar o fio dentre de hum recipiente exausto d'ar, parece prometter muito bom exito, e ser susceptivel de excellentes applica-

goens. Mas o maior aperfeiçoamento, que tem havido nestes diversos processos preparatorios, e que por certo virá a causar huma completa revolução em todo o systema, hé o modo de *untar* (*dressing*) descoberto por M. Ratcliffe e Ross. Até agora esta operação era executada pelo tecelão do modo que já descrevemos, com grande trabalho manual, e com consumo de hum terço do seo tempo. Há alem destes outros inconvenientes, e vem á ser;—que em razão do tecelão não poder untar de huma vez mais que aquella porção, que se acha no tear; segue-se que apenas tem elle acabado de tecer esta porção, se vê de novo obrigado á *untar* outra. Ora em virtude desta perpetua interrupção de huma especie de trabalho por outro totalmente diverso hé evidente, que não sómente se perde muito tempo, mais taõbem que a techedura não pode ser feita com a devida perfeição. Todos sabem, que a bondade e igualdade do pano depende em grande parte do ser bem tecido; para ser bem tecido hé indispensavelmente necessario que o tecelão tenha hum tacto certo e delicado, o qual só com huma longa experiencia e habito póde ser adquirido: de mais se a força, com que a trama ou ordume hé tocado pelo pente do tear, não fôr sempre igual, mas sim maior de huma vez, e menor d'outra; o pano de necessidade ficará mais e menos fino em varios lugares; e taõ pouca interrupção deve haver neste trabalho, que o mais experimentado tecelão descontinuando-o por algumas horas, acha bastante difficuldade em renovar a sua tarefa. Todos estes inconvenientes são obviados pela descoberta de M. Ratcliffe e Ross. Elles *untão* todo o fio antes de ser posto no tear; o tecelão por conseguinte não hé interrompido no seo trabalho, e a sua attenção está unicamente empenhada em hum só objecto. Este já hé hum grande ponto ganho; há porem outra, e não menos importante vantagem, qual hé;—a facilidade com que se pode tecer segundo este methodo; por quanto a parte mais difficil do processo hé a *untura* (*dressing*) dos fios, e o seu enrolamento nos fusos do tear; e como isto já vem feito antes de se principiar á tecer, resta simplesmente o trabalho mechanico de tocar lançadeira 4^a, o que hum rapaz póde mui bem executar; e assim fica toda esta operação, de taõ

delicada que erá reduzida á huma não menos grande, que emprevista simplicidade. Pelo que havemos já mostrado bem se ve, que a enviscação não hé mais que huma especie de *untura*; e por tanto MM. Ratcliffe e Ross com o seo novo plano tem feito com que ella seja de todo desnecessaria.

Ainda isto não hé tudo. Até agora o fio erá transferido dos fusos da maquina de fiar para os do tear, á fim de ahi se effectuar a operação, á que os Ingleses chamaõ *web*, isto hé, a formação de certos novellos de fios, que contem exactamente o comprimento que se quer dar ao pano: MM. Ratcliffe e Ross poupaõ todo o trabalho e tempo que nisto se gasta, preparando o fio por tal maneira, que pôde logo ser tecido sem previamente passar pelo sobredito processo, de sorte que não menos de tres operações ficaõ reduzidas á huma só. Depois da excellente invenção da lançadeira denominada *mosca* (*fly-shuttle*) há 50 annos, não tem por certo havido huma descoberta mais importante que a precedente. Ella há sido experimentada em grandes fabricas com o mais feliz exito.

O ultimo aperfeiçoamento, que nos resta mencionar na manufactura de algudaõ, e o qual huma vez que realizado, completará aquillo que Arkwright com tanto successo principiou, hé o da tecedura por meio de maquinas. Nestes ultimos annos se haõ feito varias tentativas com o fim de applicar ao tear ordinario as duas grandes forças motrizes—o vapor, e agua. Há alguns annos que M. Dolignon construiu hum tear adaptado para a manufactura de todas as sortes de pano. Elle podia ser trabalhado pelo vento, agua, vapor, ou força animal; e possuia, para assim dizer, a virtude de saber quando arrebatava algum fio do ordume, ou trama, por quanto em tal caso parava; dava lugar á que o assistente emendasse o fio; e continuava então á trabalhar; huma rapariga de 16 annos ou huma pessoa velha podia mui bem superintender seis destes teares. O inventor não viveo tempo sufficiente para colher o fruto dos seus trabalhos, nem para generalizar esta sua importante descoberta: morreo pouco depois de a haver completado, e levado á huma grande perfeição; e com elle por tanto perceo o resultado da sua industria, e engenho. Desde então se

tem inventado varios teares de igual construcção : como elles porem, são intrincados no seo mecanismo, e taõbem dispendiosos, MM. Horrocks e Marsland tem substituido huns mais simples, os quaes, juntos com a maquina de *untar* (*dressing*) de MM. Ratcliffe e Ross, promettem resultados mui relevantes; e os inventores já os haõ experimentado com o melhor successo.

A precedente exposição dos varios processos da manufactura de algudaõ, ainda que mui imperfeita e resumida, servirá com tudo para dar alguma idea deste immenso e importante ramo de commercio. Quanto ao numero de individuos que actualmente estão nella empregados, e quanto ao seo valor annual; são estes dois objectos dignos de indagação, porem ao mesmo tempo de grande difficuldade. Os dados necessarios para formar estes calculos não estão todos ao alcance de individuos, e muitos delles ainda são mui pouco conhecidos: nem se podem offerecer senão conjecturas fundadas sobre a importação do algudaõ que hé pela maior parte manufacturado neste paiz; e sobre a quantidade de fazendas exportadas. Concluiremos portanto observando que, segundo a melhor informação que temos podido obter, e segundo as estimativas mais aproximadas á verdade, as manufacturas de algudaõ deste reino occupaõ algumas 800,000 pessoas; e o seo valor annual anda por 30 milhoens de libras esterlinas.

SCIENCIAS.

Breve Exposição dos progressos que fizeram as Sciencias Physicas.

(Continuada da pag. 53, do No. LIII.)

CHIMICA ANIMAL.

DEBAIXO desta secção hé justo que mencionemos os trabalhos daquelles individuos, que por meio de experiencias chimicas tem esclarecido algum ramo da phy-

siologia animal.—O Dr. Prout há dois annos que publicou nos Annaes de Philosophia hum mui importante papel intitulado:—*Observações sobre a quantidade do acido carbonico exhalado dos pulmoens, em diferentes periodos do dia, e em diversas circumstancias*:—Se o Dr. Prout, como elle mesmo ingenuamente confessa, não hé o primeiro que descubrio a grande influencia que varias circumstancias tem sobre a porção de acido carbonico expirado; por isto que já Crauford, Zurine e Lavoisier observaraõ este mesmo facto; a sciencia lhe hé com tudo mui devedora pelos exactos e interessantes experimentos, com que elle tem amplificado e corroborado as observações dos precedentes philosophos. Elle mostra, como a quantidade de acido carbonico, que exhalamos, hé modificada por qualquer sorte de exercicio, pelo alimento, cerveja, cha, e bebidas espirituosas; o sono, e as diversas paixões d'alma.—Esta memoria hé bem digna de ser lida por todo o amante da sciencia, tanto pelo modo luminoso com que o autor relata os resultados dos seus experimentos; como pelas muitas applicações, que se podem fazer dos factos ahi expostos áquelle relevante ramo da medecina—a Pathologia. Os nossos leitores a acharaõ em o No. IX. dos Annaes de Philosophia; e juntamente duas estampas, que servem para dilucidar as experiencias.

Hé hum principio admittido em chimica—"que todo o corpo que passa do estado de solido para o de liquido sempre expelle de si calórico." Porem o celebre João Hunter no seu tratado sobre o sangue relata huma experiencia que fizera com o sangue de tartaruga, em que assevera ter achado, que durante a coagulação do sangue o mercurio no thermometro em lugar de subir descera; contrariando por este modo a universalidade do principio precedente. Fourcroy, pelo contrario, de varias experiencias que fez no Liceo em Paris com o sangue de boi, obteve resultados os quaes, longe de concordarem com os de J. Hunter, são conformes com o principio estabelecido; por quanto o mercurio no thermometro sabio durante a coagulação do sangue não menos de 5 grãos. Neste estado de incerteza estavaõ os Chimicos, quando o anno passado se publicou em o No. XX. dos Annaes de Philosophia

hum papel do Dr. Gordon, no qual vem esta questão inteiramente decidida. Elle mostra, que hé ^{existencia}alta de se attender á certa circumstancia, que se tem ^{por}ido resultados oppostos. Esta circumstancia consiste em mergulhar o thermometro no sangue; e move-lo para baixo e para cima alternativamente, como se vê na seguinte experiencia:—Recebeo-se huma porção de sangue da arteria femoral de hum cão, em hum pequeno vaso de vidro. A temperatura do sangue em quanto corria da arteria 99 gráus de Fahr.; e a do quarto 46 de Fahr. Hum minuto depois do sangue estar no vaso, começou á coagular, formando-se huma pellicula na sua superficie. Introduzio-se então a extremidade globosa de hum mui delicado thermometro centigrado na parte superior do sangue, e ahi se conservou por hum minuto, sem tocar os lados do vaso. Foi então abaixada até o fundo do vaso, onde não havia ainda principiado a coagulação, e ahi foi igualmente conservada por hum minuto sem tocar o vaso: o minuto seguinte foi elevada á superficie, e de novo abaixada: e assim se continuou á elevar, e á abaixar por 20 minutos consecutivos depois de haver começado a coagulação na superficie. Quando a extremidade globosa do thermometro foi mergulhada no sangue em a parte superior do vaso, o mercurio subio gradualmente até 34 gráus; quando porem foi abaixada, immediatamente desceo até 30 e $\frac{1}{2}$. Quando foi de novo elevada, subio até 33 $\frac{1}{2}$; e abaixada desceo até 30. Levado terceira vez á superficie, o mercurio subio até 32; e depois abaixada desceo até 28, &c.—Por meio desta experiencia se vio claramente, que a parte que mais coagulada estava, expellia de si calorico, o qual erá communicado ao thermometro, e indicado pelo mercurio. O Dr. Gordon relata outras muitas experiencias, que fizera, analogas á precedente; e todas ellas deraõ os mesmos resultados. Elle hé de parecer, que a cauza de J. Hunter não haver tido melhor successo com a sua experiencia talvez procedesse de não pôr alternadamente o thermometro na porção coagulada, e por coagular; ou que isto fosse em parte devido ao vagar com que, segundo elle mesmo nos informa, a experiencia fora feita.

Muitos peixes tem no abdomen junto ao espinhaço

humã bexiga cheia de ar, que serve para manter em equilíbrio, e fazelos subir, e profundar na água segundo papéis diversos grãos de compressão, de que he ^{segundo} o nível. Biot, com o fim de descobrir a composição do ar existente nestas bexigas, fez varias experiencias assaz interessantes; tanto ellas como os seus resultados os nossos leitores acharão nas Memoires d'Arcueil. A' nosso ver o facto mais singular, que Biot por meio dellas verificou, foi, que o oxygenio nestas bexigas augmenta em proporção da profundidade em que os peixes vivem.—Depois da publicação desta memoria, Configliachi, hum professor Italiano, deo á luz humã serie de experiencias, que sobre a mesma materia havia feito. Elle amplifica e corrobora os factos já achados pelo chimico precedente. Humã das mais curiosas partes deste papel he humã taboa da proporção do gas oxygenio que elle achou em agua salgada de diversas alturas. Eis aqui a copia da sobre-dita taboa:

<i>Altura-metros.</i>	<i>Proporção de Oxygenio.</i>
50 - - - - -	28.7
100 - - - - -	28.8
150 - - - - -	28.5
200 - - - - -	27.9
250 - - - - -	28.4
300 - - - - -	28.7
350 - - - - -	29.0
400 - - - - -	28.5
450 - - - - -	27.8
500 - - - - -	28.1
550 - - - - -	28.4
600 - - - - -	28.3
650 - - - - -	28.3
700 - - - - -	28.2

Urina.—O Professor Wurzer há pouco publicou varias experiencias que fez com humã urina bem notavel evacuada por hum homem de 33 de idade. Este havia tido humã gonorrhœa virulenta desde a idade de 24 annos: em consequencia de humã constipação, incharam-lhe os peitos, e poucos dias depois lançaram a notavel urina, que attrahio a attenção do Professor Wurzer. Erã cor de leite, e continha consideravel porção de humã substancia, cujas propriedades eram exactamente analogas á coalhada.

Magnesia em Ossos Humanos.—Fourcroy e Vauquelin foram os primeiros que descobrirão a existencia de magnesia nos ossos dos animaes inferiores; porem nunca a poderaõ achar nos ossos humanos. Elles explicaõ a cauza deste phenomeno phisiologicamente. No homem, dizem elles, a magnesia hé expellida na urina; mas nos animaes inferiores tal não acontece; e por conseguinte ella apparece nos ossos destes ultimos, e não nos humanos. Berzelius repetio as experiencias de Fourcroy e Vauquelin; e com effeito assevera, que, por meio do methodo recommendado por estes chimicos, não pudéra achar magnesia nos ossos humanos; descreve, porem, ao mesmo tempo hum processo, com o qual elle nos assegura ter descoberto. O Professor Hildebrandt, de Erlangen, tem ultimamente prestado attenção á este mesmo objecto, e repetido as experiencias de Fourcroy e Vauquelin. Elle taõbem não poudé achar magnesia nos ossos humanos; e daqui infere que Berzelius se enganára. Esta illação, porem, nos parece bem singular: por quanto Hildebrandt repetio hum processo, que o mesmo Berzelius já havia asseverado ser infructifero, e infere entaõ, que este ultimo chimico se enganára, por que o resultado fora tal qual elle predicéra. Para se refutar a conclusaõ de Berzelius, seria necessaria que Hildebrandt repetisse a experiencia tal como elle descreve; e que mostrasse experimentalmente a sua inefficacia.

Calculo Urinario de hum Cavallo. O Professor Wurzer analizou o calculo urinario de hum cavallo, e achou nelle os seguintes componentes:—

Carbonato de Cal	- - - - -	66
Phosphato de Cal	- - - - -	20.05
Carbonato de Magnesia	- - - - -	4.06
Oxide Vermelha de Ferro	- - - - -	0.005
Materia Animal	- - - - -	9.885
		<hr/>
		100.000
		<hr/>

Leite. No anno de 1813 C. F. Schwaz publicou em Kiel huma dissertação inaugural sobre a analize do leite. De 1000 partes do leite de vaca elle obteve as substancias seguintes:—

Phosphato de Cal	- - - - -	1.805
Do. de Magnesia	- - - - -	0.170
Do. de Ferro	- - - - -	0.032
Do. de Soda	- - - - -	0.225
Muriato de Potassa	- - - - -	1.350
Lactato de Soda	- - - - -	0.115
		<hr/>
		3.697
		<hr/>

Cem partes de leite humano contem :

Phosphato de Cal	- - - - -	2.500
Do. de Magnesia	- - - - -	0.500
Do. de Ferro	- - - - -	0.007
Do. de Soda	- - - - -	0.400
Muriato de Potassa	- - - - -	0.700
Lactato de Soda	- - - - -	0.300
		<hr/>
		4.407
		<hr/>

Esta hé a mais resumida descripção, que temos podido fazer, do adiantamento que houve na chimica nestes ultimos annos, principalmente no continente da Europa. A Mineralogia hé a sciencia, cujos progressos nos vamos agora expôr. Ella se divide em dois ramos, á saber ;—a Geognosia e Oryctonosia. Para darmos huma perfeita idea dos progressos que a primeira tem feito, seria necessario fazer huma longa analize das obras Geologicas que se tem ultimamente dado á luz : e isto faria sobremodo extensa esta nossa exposiçaõ ; por tanto nos limitaremos so aquelle ramo, que trata da descripção e analize dos mineraes, isto hé a—

Oryctognosia.

1º *Carbonato de Magnesia Natural.*—O carbonato de magnesia da India, merece ser mencionado em razão de ser mui analogo em composiçaõ ao conite dos Alemaens, ainda que se differença deste nos caracteres externos : Elle hé composto de :—

Carbonato de Magnesia	- - - - -	72
Carbonato de Cal	- - - - -	28
		<hr/>
		100
		<hr/>

Composiçaõ esta por certo mui semelhante á de huma substancia que consta de duas particulas inte-

grantes de carbonato de magnesia, e de huma particula integrante de carbonato de cal: como o aconite.

2º O mineral denominado haüyne hé ainda mui pouco conhecido na Gram Bretanha. Elle existe nas rochas vulcanicas; e por ora só tem sido achado em Italia, Auvergne, e Andernach. Segundo Gmelin os seus componentes são:—

Silica	- - - - -	35.48
Alumina	- - - - -	18.87
Sulphato de Cal	- - - - -	21.73
Cal	- - - - -	2.66
Oxide de Ferro	- - - - -	1.16
Potassa	- - - - -	15.45
Agua	- - - - -	1.20
Hydrogenio Sulphurizado, e perda	-	3.45
		<hr/>
		100.00
		<hr/>

3º Nós analizámos o actinolite asbestoso; e publicámos o resultado nos Annaes de Philosophia. Esta analize, em razão de nos dar hum tão grande numero de ingredientes, não parece ser de todo satisfactoria. Não queremos com isto dizer, que o numero dos componentes não sejam exactos; por quanto as experiencias foram feitas com cuidado, e algumas dellas repetidas tres vezes; porem suspeitamos, que o mineral estivesse misturado com alguns corpos estranhos, ainda que na apparencia era puro, e constava inteiramente de hum montão de cristaes. Os ingredientes que achámos foram os seguintes:

Silica	- - - - -	33.4
Alumina	- - - - -	28.2
Cal	- - - - -	1.046
Magnesia	- - - - -	0.6
Oxide de Ferro	- - - - -	17.15
Do. de Manganese	- - - - -	7.2
Acido Tungstico	- - - - -	3.84
Cobre	- - - - -	1.0
Soda	- - - - -	3.8
Humidade	- - - - -	1.7
Perda	- - - - -	2.064
		<hr/>
		100.000
		<hr/>

(Continuar-se-ha.)

P O L I T I C A.

A M E R I C A.

IMPERIO DO BRAZIL.

Convenção entre os muito Altos, e muito Poderosos Senhores o Principe Regente de Portugal, e El Rey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda, para terminar as Questoes e indemnizar as Perdas dos Vassallos Portuguezes no Trafico de Escravos de Africa. Feita em Vienna pelos Plenipotenciarios de huma e outra Corte, em 21 de Janeiro de 1815, e ratificado por ambas.

Dom João por graça de Deos Principe Regente de Portugal, e dos Algarves, d'aquem, e d'além mar, em Africa de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber á todos os que a presente Carta de Confirmação, Approvação, e Ratificação virem, que em vinte e hum de Janeiro do corrente anno se concluiu, e assignou na cidade de Vienna, entre Mim, e o Sereñissimo e Potentissimo Principe Jorge III., Rei do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda, meu bom Irmao, e Primo, pelos respectivos Plenipotenciarios, munidos de competentes poderes, huma Convenção, com o fim de terminar amigavelmente as questoes suscitadas sobre Trafico de Escravos, e de se obter igualmente de S. M. Britannica huma justa indemnisação das perdas experimentadas pelos meus vassallos nas embarcaçoens empregadas naquelle trafico: da qual Convenção a sua forma e theor hé a seguinte:

Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, e Sua Magestade Britannica, igualmente desejosos de terminar amigavelmente todas as duvidas suscitadas relativamente aos lugares sobre a costa de Africa, em que aos vassallos Portuguezes era lícito, na conformidade das leis de Portugal, e dos Tratados subsistentes com Sua Magestade Britannica, continuar o commercio de escravos; e attendendo á que diferentes navios pertencentes á subditos Portuguezes haviam sido tomados e condemnados, por se allegar que elles fazião hum commercio illicito em escravos; e visto outrossim que, no intento de dar ao seu intimo e fiel alliado o Principe Regente de Portugal huma prova não equivocada da Sua amizade, e da attenção que presta ás reclamações de Sua Alteza Real, assim como em consideração das medidas, que o Principe Regente de Portugal se propõe tomar, á fim de que semelhantes duvidas cessem para o futuro, Sua Magestade Britannica deseja da Sua parte adoptar os meios mais promptos e efficazes, e ao mesmo tempo sem as delongas inseparaveis das formas judiciaes, para indemnisar ampla e rasoavelmente aquelles dos vassallos Portuguezes que tenham sido lesados por tomadas feitas em consequencia das duvidas já mencionadas: para promover o referido objecto, as duas Altas Partes

His Royal Highness the Prince Regent of Portugal, and his Britannic Majesty, being equally desirous to terminate amicably all the doubts which have arisen relative to the parts of the coast of Africa, with which the subjects of the Crown of Portugal, under the laws of that kingdom, and the Treaty subsisting with His Britannic Majesty, may lawfully carry on a trade in slaves; and whereas several ships, the property of the said subjects of Portugal, have been detained and condemned upon the alleged ground of being engaged in an illicit traffic in slaves; and whereas his Britannic Majesty, in order to give to his intimate and faithful ally the Prince Regent of Portugal the most unequivocal proof of His friendship, and the regard He pays to His Royal Highness's reclamations, and in consideration of regulations to be made by the Prince Regent of Portugal for avoiding hereafter such doubts, is desirous to adopt the most speedy and effectual measures, and without the delays incident to the ordinary forms of law, to provide a liberal indemnity for the parties whose property may have been so detained under the doubts as aforesaid: In furtherance of the said object, the High Contracting Parties have appointed as their Plenipotentiaries, viz. His Royal Highness the Prince Regent of

contratantes nomearão para seus Plenipotenciarios, á saber: Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, o Illustrissimo e Excellentissimo D. Pedro de Sousa Holstein, Conde de Palmella, do Seu Conselho, Commendador da Ordem de Christo, Capitão da Sua Guarda Real Alemãa; os Illustrissimos e Excellentissimos Antonio de Saldanha da Gama, do Seu Conselho, e do da Sua Real Fazenda, Commendador da Ordem Militar de S. Bento de Aviz; e D. Joaquim Lobo da Silveira, do Seu Conselho, Commendador da Ordem de Christo; todos tres Seus Plenipotenciarios ao Congresso de Vienna; e Sua Magestade el Rei dos Reinos Unidos da Gran Bretanha e Irlanda, o Muito Honrado Roberto Stewart Visconde Castlereagh, Cavalleiro da muito nobre Ordem da Jarreteira, Membro do Honrosissimo Conselho Privado de Sua dita Magestade, Membro do Parlamento, Coronel do Regimento de Milicias de Londonderry, Principal Secretario de Estado de Sua dita Magestade para os Negocios Estrangeiros, e Seu Plenipotenciario ao Congresso de Vienna; os quaes havendo reciprocamente trocado os plenos poderes respectivos, que se acharão em boa e devida forma, convierão nos Artigos seguintes:

Portugal, the most Illustrious and most Excellent Dom Pedro de Sousa Holstein, Count of Palmella, a Member of his Royal Highness's Council, Commander of the Order of Christ, Captain of a company of the Royal German Life Guard; the most Illustrious and most Excellent Anthony de Saldanha da Gama, a Member of his Royal Highness's Council, and of His Council of Finance, Commander of the Military Order of Saint Benedict of Aviz; and Dom Joaquim Lobo da Silveira, a Member of His Highness's Council, and Commander of the Order of Christ; His Royal Highness's Plenipotentiaries at the Congress of Vienna: and His Majesty the King of the United Kingdom of Great Britain and Ireland, the Right Honourable Robert Stewart Viscount Castlereagh, Knight of the most noble Order of the Garter, a Member of His said Majesty's most Honourable Privy Council, a Member of Parliament, Colonel of the regiment of Militia of Londonderry, His said Majesty's Principal Secretary of State for Foreign Affairs, and His Plenipotentiary at the Congress at Vienna; who, having mutually exchanged their full powers found in good and due form, have agreed upon the following Articles:

ARTIGO I.

Que a somma de trezentas mil libras esterlinas haja de se pagar em Londres áquella pessoa que o Principe Regente de Portugal nomear para recebê-la, a qual somma formará hum fundo destinado, debaixo daquelles regulamentos, e pelo modo que Sua Alteza Real ordenar, á satisfazer as reclamações feitas dos navios Portuguezes apresados por cruzadores Britannicos antes do primeiro de Junho de mil oitocentos e quatorze, pelo motivo já allegado de fazerem hum commercio illicito em escravos.

ARTIGO II.

Que a referida somma se considerará como pagamento total de todas as pertenções provenientes das capturas feitas antes do primeiro de Junho de mil oitocentos e quatorze, renunciando Sua Magestade Britannica á entrevir por modo algum na disposição deste dinheiro.

ARTIGO III.

A presente Convenção será ratificada, e a troca das Ratificações effectuada dentro do espaço de cinco mezes, ou antes se possível fôr.

Em fé e testemunho do que, os sobreditos Plenipotenciarios respectivos assignarão, e firmarão com o sello das suas armas.

Feita em Vienna aos vinte e hum de Janeiro do anno do nascimento de Nosso Sen-

ARTICLE I.

That the sum of three hundred thousand pounds be paid in London to such person as the Prince Regent of Portugal may appoint to receive the same, which sum shall constitute a fund to be employed under such regulations and in such manner as the said Prince Regent of Portugal may direct, in discharge of claims for Portuguese ships, detained by British cruizers, previous to the first day of June 1814, upon the alledged ground of carrying on an illicit trade in slaves.

ARTICLE II.

That the said sum shall be considered to be in full discharge of all claims arising out of captures made previous to the first day of June 1814; His Britannic Majesty renouncing any interference whatever in the disposal of this money.

ARTICLE III.

The present Convention shall be ratified, and the Ratifications shall be exchanged in the space of five months, or sooner if possible.

In witness whereof the respective Plenipotentiaries have signed it, and have thereunto affixed the seals of their arms.

Done at Vienna this twenty-first day of January in the year of our Lord one thou-

hor Jesus Christo de mil oitocentos e quinze. sand eight hundred and fifteen.

(L. S.) Conde de PALMELLA, (L. S.) CASTLEREAGH.
 (L. S.) ANTONIO DE SALDANHA DA GAMA,
 (L. S.) D. JOAQUIM LOBO DA SILVEIRA.

E sendo-Me presente a mesma Convenção, cujo theor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por Mim tudo o que nella se contém, a approvo, ratifico, e confirmo em todas as suas partes, e pela presente a dou por firme e valida para haver de produzir o seu devido effeito; promettendo em fé e palavra Real de observa-la, e cumpri-la inviolavelmente, e faze-la cumprir, e observar por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do sobredito fiz passar a presente Carta por Mim assignada, passada com o sello grande das minhas armas, e referendada pelo Meu Secretario e Ministro de Estado abaixo assignado. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos oito de Junho do anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quinze.

O PRINCIPE Com Guarda.

Marquez de AGUIAR.

Tratado da Abolição do Trafico de Escravos em todos os lugares da Costa de Africa ao Norte do Equador, entre os muito Altos, e muito Poderosos Senhores o Principe Regente de Portugal, e El Rey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda: Feito em Vienna pelos Plenipotenciarios de huma e outra Corte, em 22 de Janeiro de 1815, e ratificado por ambas.

Dom João por graça de Deos Principe Regente de Portugal, e dos Algarves d'aquem e d'alem mar, em Africa de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c.

Faço saber á todos os que a presente Carta de Approvação, Confirmação, e Ratificação virem, que em vinte e dois de Janeiro do corrente anno se concluiu, e assignou na cidade de Vienna, entre Mim e o Serenissimo e Potentissimo Principe Jorge III., Rei do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda, Meu bom Irmão e Primo, pelos respectivos Plenipotenciarios, munidos de competentes poderes, hum Tratado, com o fim de effectuar, de commun accordo com as outras Potencias da Europa que se prestaraõ á contribuir para este fim benefico, a abolição immediata do Trafico de Escravos em todos os lugares da costa de Africa, sitos ao norte do Equador; do qual Tratado a sua forma e theor hé a seguinte:

Em nome da Santissima e Indivisivel Trindade.

In the name of the most Holy and Undivided Trinity.

Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, tendo no Artigo decimo do Tratado de Alliança, feito no Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1810, declarado a Sua real resolução de co-operar com Sua Magestade Britannica na causa de humanidade e justiça, adoptando os meios mais efficazes para promover a abolição gradual do Trafico de Escravos: e Sua Alteza Real, em virtude da dita Sua declaração, desejando effectuar, de commun accordo com Sua Magestade Britannica, e com as outras Potencias da Europa, que se prestaraõ á contribuir para este fim benefico, a abolição immediata do referido trafico em todos os lugares da costa de Africa sitos ao Norte do Equador: Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal e Sua

His Royal Highness the Prince Regent of Portugal having, by the 10th Article of the Treaty of Alliance concluded at Rio de Janeiro on the 19th February 1810, declared His determination to co-operate with His Britannic Majesty in the cause of humanity and justice, by adopting the most efficacious means for bringing about a gradual abolition of the Slave Trade: and His Royal Highness, in pursuance of His said declaration, and with the desire to effectuate, in concert with His Britannic Majesty and the other Powers of Europe, who have been induced to assist in this benevolent object, an immediate abolition of the said trade upon the parts of the coast of Africa which are situated to the northward of the Line: His Royal Highness the

Magestade Britannica, ambos igualmente animados do sincero desejo de accelerar a epoca, em que as vantagens de huma industria pacifica, e de hum commercio innocente, possam vir á promover-se por toda essa grande extensão do continente Africano, libertado este do mal do Trafico de Escravos; ajustaraõ fazer hum Tratado para esse fim, e nomearaõ nesta conformidade para seus Plenipotenciarios, á saber: Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, os Illustrissimos e Excellentissimos Dom Pedro de Souza Holstein, Conde de Palmella, do Seu Conselho, Commendador da Ordem de Christo, Capitão da Sua Guarda Real Allemãa; Antonio de Saldanha da Gama, do Seu Conselho, e do da Sua Real Fazenda, Commendador da Ordem Militar de São Bento de Aviz; e Dom Joaquim Lobo da Silveira, do Seu Conselho, Commendador da Ordem de Christo; todos tres seus Plenipotenciarios ao Congresso de Vienna: e Sua Magestade El Rei dos Reinos Unidos da Gram Bretanha e Irlanda, o Muito Honrado Roberto Stewart Visconde Castlereagh, Cavalleiro da muito nobre Ordem da Jarreteira, - Membro do Honrosissimo Conselho Privado de Sua dita Magestade, Membro do Parlamento, Coronel do Regimento de Milicia de Londonderry, Principal Secretario de Estado de Sua dita Magestade para

Prince Regent of Portugal and His Britannic Majesty, equally animated by a sincere desire to accelerate the moment when the blessings of peaceful industry and an innocent commerce may be encouraged throughout this extensive portion of the continent of Africa, by its being delivered from the evils of the Slave Trade; have agreed to enter into a Treaty for the said purpose, and have accordingly named as their Plenipotentiaries, viz. His Royal Highness the Prince Regent of Portugal, the most Illustrious and most Excellent Dom Pedro de Souza Holstein, Count of Palmella, a Member of his Royal Highness's Council, Commander of the Order of Christ, Captain of a Company of the Royal German Life Guard; the Illustrious and the most Excellent Anthony de Saldanha da Gama, a Member of his Royal Highness's Council, and of His Council of Finance, Commander of the Military Order of Saint Benedict of Aviz; and the most Illustrious and the most Excellent Dom Joaquim Lobo da Silveira, a Member of His Royal Highness's Council, and Commander of the Order of Christ; His Royal Highness's Plenipotentiaries at the Congress of Vienna: and His Majesty the King of the United Kingdom of Great Britain and Ireland the Right Honourable Robert Stewart Viscount Castlereagh, Knight

os Negocios Estrangeiros, e Seu Plenipotenciario ao Congresso de Vienna; os quaes, havendo reciprocamente trocado os plenos poderes respectivos, que se acharão em boa e devida forma, convierão nos Artigos seguintes:

ARTIGO I.

Que desde a ratificação deste Tratado, e logo depois da sua publicação, ficará sendo prohibido á todo e qualquer vassallo da Coroa de Portugal o comprar Escravos, ou traficar nelles, em qualquer parte da costa de Africa ao norte do Equador, debaixo de qualquer pretexto, ou por qualquer modo que seja; exceptuando com tudo aquelle, ou aquelles navios que tiverem sahido dos Portos do Brasil, antes que a sobredita Ratificação haja sido publicada; com tanto que a viagem desse ou desses navios se não extenda á mais de seis mezes depois da mencionada publicação.

ARTIGO II.

Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal consente, e se obriga por este

of the most noble Order of the Garter, a Member of His said Majesty's most Honourable Privy Council, a Member of Parliament, Colonel of the Regiment of Militia of Londonderry, His said Majesty's Principal Secretary of State for Foreign Affairs, and His Plenipotentiary at the Congress of Vienna; who, having mutually exchanged their full powers found in good and due form, have agreed upon the following Articles:

ARTICLE I.

That from, and after the ratification of the present Treaty, and the publication thereof, it shall not be lawful for any of the subjects of the Crown of Portugal to purchase Slaves, or to carry on the Slave-Trade on any part of the coast of Africa to the northward of the Equator, upon any pretext or in any manner whatsoever; provided nevertheless, that the said provision shall not extend to any ship or ships having cleared out from the ports of Brasil previous to the publication of such Ratification; and provided the voyage in which such ship or ships are engaged shall not be protracted beyond six months after such publication, as aforesaid.

ARTICLE II.

His Royal Highness the Prince Regent of Portugal hereby agrees, and binds him-

artigo á adoptar, de accordo com Sua Magestade Britannica, aquellas medidas que possaõ melhor contribuir para a execuçaõ effectiva do Ajuste precedente, conforme ao seu verdadeiro objecto, e literal intelligencia: e Sua Magestade Britannica se obriga á dar, de accôrdo com Sua Alteza Real, as ordens que forem mais adequadas para effectivamente impedir que, durante o tempo em que ficar sendo licito o continuar o Trafico de Escravos, segundo as leis de Portugal, e os Tratados subsistentes entre as duas Corôas, se cause qualquer estorvo ás embarcaçoens Portuguezas, que se dirigirem á fazer o Commercio de Escravos ao sul da Linha, ou seja nos actuaes dominios da Corôa de Portugal, ou nos territorios sobre os quaes a mesma Corôa reservou o seu direito no mencionado Tratado de Alliança.

ARTIGO III.

O Tratado de Alliança concluido no Rio de Janeiro a 19 de Fevereiro de 1810, sendo fundado em circumstancias temporarias, que felizmente deixaraõ de existir, se declara pelo presente Artigo por nullo e de nenhum effeito em todas as suas partes; sem que por isso comtudo se invalidem os antigos Tratados de Alliança, Amizade, e Garantia, que por tanto tempo e taõ felizmente tem subsistido entre as duas Corôas, e

self to adopt, in concert with His Britannic Majesty, such measures as may best conduce to the effectual execution of the preceding engagement according to its true intent and meaning: and His Britannic Majesty engages, in concert with His Royal Highness, to give such orders as may effectually prevent any interruption being given to the Portuguese ships resorting to the actual dominions of the Crown of Portugal, or to the territories which are claimed in the said Treaty of Alliance as belonging to the said Crown of Portugal to the southward of the Line, for the purposes of trading in Slaves as aforesaid, during such period as the same may be permitted to be carried on by the laws of Portugal, and under the Treaties subsisting between the two Crowns.

ARTICLE III.

The Treaty of Alliance, concluded at Rio de Janeiro on the 19th of February, 1810, being founded on circumstances of a temporary nature, which have happily ceased to exist, the said Treaty is hereby declared to be void in all its parts, and of no effect; without prejudice, however, to the ancient Treaties of Alliance, Friendship, and Guarantee, which have so long and so happily subsisted between the two Crowns, and

que se renovaõ aqui pelas duas Altas Partes Contractantes, e se reconhecem ficar em plena força e vigor.

which are hereby renewed by the High Contracting Parties, and acknowledged to be of full force and effect.

ARTIGO IV.

As duas Altas Partes Contractantes se reservaõ, e obrigaõ á fixar por hum Tratado separado o periodo em que o Commercio de Escravos haja de cessar universalmente, e de ser prohibido em todos os dominios de Portugal: e Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal renova aqui a sua anterior Declaraçaõ e Ajuste de que, no intervallo que decorrer até que a sobre-dita aboliçaõ geral e final se verifique, não será licito aos vassallos Portuguezes o comprarem ou traficarem em Escravos em qualquer parte da costa de Africa, que não seja ao sul da Linha Equinocial, como fica especificado no segundo Artigo deste Tratado; nem taõ pouco o emprenderem este Trafico debaixo da bandeira Portugueza para outro fim que não seja o de supprir de Escravos ás possessoens Transatlanticas da Corõa de Portugal.

ARTICLE IV.

The High Contracting Parties reserve to themselves, and engage to determine by a separate Treaty the period at which the Trade in Slaves shall universally cease, and be prohibited throughout the entire dominions of Portugal; the Prince Regent of Portugal hereby renewing his former Declaration and Engagement, that during the interval which is to elapse before such general and final abolition shall take effect, it shall not be lawful for the subjects of Portugal to purchase or trade in Slaves upon any parts of the coast of Africa, except to the southward of the Line, as specified in the second Article of this Treaty; nor to engage in the same, or to permit their flag to be used, except for the purpose of supplying the Transatlantic possessions belonging to the Crown of Portugal.

ARTIGO V.

Sua Magestade Britannica convem, desde a data em que for publicada, da maneira mencionada no Artigo primeiro, a Ratificaçaõ do presente Tratado, em desistir da cobrança de todos os pagamentos, que ainda restem por fazer para a completa soluçaõ

ARTICLE V.

His Britannic Majesty hereby agrees to remit, from the date at which the Ratification as mentioned in the first Article shall be promulgated, such further payments as may then remain due, and payable upon the Loan of £.600,000, made in London for the

do empréstimo de 600,000 libras esterlinas, contrahido em Londres por conta de Portugal no anno de 1809, em consequencia da Convenção assignada aos 21 de Abril do mesmo anno; a qual Convenção, debaixo das condições acima especificadas, se declara pelo presente Artigo nulla e de nenhum effeito.

ARTIGO VI.

O presente Tratado será ratificado, e as Ratificações trocadas no Rio de Janeiro dentro no espaço de cinco mezes, ou antes se possível for.

Em fé e testemunho do que, os Plenipotenciarios respectivos o assignarão, e firmarão com o Sello das suas Armas.

Feito em Vienna aos vinte e dois de Janeiro do anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christe de mil oitocentos e quinze.

(L. S.) Conde de PALMELLA,
(L. S.) ANTONIO DE SAL-
DANHA DA GAMA,
(L. S.) D. JOAQUIM LOBO
DA SILVEIRA.

ARTIGO ADDICIONAL.

Convencionou-se que, no caso de algum Colono Portuguez querer passar dos estabelecimentos da Corôa de Portugal na costa de Africa ao norte do Equador com os Negros *bonâ fide* seus domesticos para qualquer outra possessão da Corôa de Portugal, terá a liberdade de faze-lo,

service of Portugal in the year 1809, in consequence of a Convention signed on the 21st of April of the same year; which Convention, under the conditions specified as aforesaid, is hereby declared to be void and of no effect.

ARTICLE VI.

The present Treaty shall be ratified, and the Ratifications shall be exchanged at Rio de Janeiro in the space of five months, or sooner if possible.

In witness whereof the respective Plenipotentiaries have signed it, and have thereunto affixed the Seals of their Arms.

Done at Vienna, this twenty-second day of January, in the year of Our Lord one thousand eight hundred and fifteen.

(L. S.) CASTLEREAGH.

ADDITIONAL ARTICLE.

It is agreed, that in the event of any of the Portuguese settlers being desirous of retiring from the settlements of the Crown of Portugal on the coast of Africa to the northward of the Equator with the Negroes *bonâ fide* their domesticos, to some other of the possessions of the Crown of

logo que não seja á bordo de navio armado e preparado para o trafico, e logo que venha munido dos competentes Passaportes e Certificados, conformes á norma que se ajustar entre os dois Governos.

O presente Artigo Adicional terá a mesma força e vigor como se fosse inserido palavrapor palavra no Tratado assignado neste dia; e será ratificado, e a Ratificação trocada ao mesmo tempo.

Em fé e testemunho do que, os Plenipotenciarios respectivos o assignarão e firmarão com o Sello das suas Armas.

Feito em Vienna aos vinte e dois de Janeiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quinze.

(L. S.) Conde de PALMELLA,
(L. S.) ANTONIO DE SALDANHA DA GAMA,
(L. S.) D. JOAQUIM LOBO DA SILVEIRA.

Portugal, the same shall not be deemed unlawful, provided it does not take place on board a slave-trading vessel, and provided they be furnished with proper Passports and Certificates according to a form to be agreed on between the two Governments.

The present Additional Article shall have the same force and effect as if it were inserted, word for word, in the Treaty signed this day, and shall be ratified, and the Ratifications exchanged at the same time.

In witness whereof the respective Plenipotentiaries have signed it, and have thereunto affixed the Seals of their Arms.

Done at Vienna, this twenty-second day of January, in the year of Our Lord one thousand eight hundred and fifteen.

(L. S.) CASTLEREAGH.

E sendo-me presente o mesmo Tratado, cujo theor fica acima inserido, e bem visto, considerado, e examinado por Mim tudo o que nelle se contem, e no Artigo Adicional que faz parte integrante do mesmo Tratado; o approvo, ratifico, e confirmo, assim no todo, como em cada huma das suas partes, clausulas, e estipulações; e pela presente o dou por firme e valido, para haver de produzir o seu devido effeito; prometendo em fé e palavra Real observa-lo, e cumpri-lo inviolavelmente, e faze-lo cumprir, e observar por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente Carta por Mim assignada, passada com o Sello Grande das Minhas armas,

e referendada pelo Meu Secretario, e Ministro de Estado abaixo assignado. Dado do Palacio do Rio de Janeiro, aos oito de Junho, do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e quinze.

O PRINCIPE *com Guarda*.

Marquez de AGUIAR.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.

Conjecturas politicas das vistas, que parece ter o Governo Americano sobre a Revolução Hespanhola, com algumas applicaçoes aos destinos do Brazil.

Em o No. antecedente, pag. 130, nós publicámos a proclamação do Presidente dos Estados Unidos, relativa aos armamentos e expedicoens Americanas, que se preparavam nos districtos contiguos ás fronteiras do Mexico, á fim de auxiliarem a revolução contra a autoridade Hespanhola. Este hé hum objecto de grande importancia, e já á pag. 553 do nosso No. 42 nós procurámos excitar a attenção publica á este respeito. Há já muito tempo que se sabe que consideraveis quantidades de armas se tem comprado em o Norte d'America, e que pequenos corpos de homens, compostos de Americanos do norte, e estrangeiros, haõ passado á incorporar-se com os insurgentes do Mexico. Assim que a guerra Ingleza acabou, reviveo logo o plano de formar novas connecções com as provincias Americanas Hespanholas, projecto que por nenhuma forma desagradou ao Gabinete de Washington. Esta cruzada erá mui popular em Kentucky e nas margens do Mississippi; já desde a epocha de 1806 em que o Coronel Burr fez o seo plano. Nestas vistas pois, que eraõ as de Jefferson, taõbem se comprou a Louisiana, se explorou o Rio Vermelho até as montanhas de Santa Fé, e todos estes resultados se apresentarem ao Congresso em 1806.

Para effeito de repellir o ultimo ataque Inglez, feito contra a Nova Orleans, consideraveis corpos de tropas haviaõ ali chegado, e como os seos serviços já la não são precisos, tomaram a resolução de hir buscar o que elles chamaõ fortuna, não lhes sendo para isto necessario andar tanto como andariaõ se voltassem para suas cazas. Este projecto tem grande popularidade não só entre os muitos aventureiros que se haviaõ juntado em a Nova Orleans, mas até entre os mesmos negociantes de todos os Estados, particularmente do Sul; e ainda que o Presidente Madison, de certo á requerimentos do encarregado de negocios Hespanhol, haja sahido com a sua proclamação, o theor della hé tal que mais parece animar do que cohibir estas tentativas. Se comparar-mos o espirito deste documento com os seos edictos á cerca das infracçoens do embargo, e das leis da—*Naõ Importação*—facilmente se verá em qual delles há mais sinceridade.

Mas, alem de promoverem esta independencia, tem ainda os Estados Unidos outras idéas profundas, que são o entrarem de posse das minas Hespanholas. Humboldt (Ensaio Politico da Nov. Hesp. Introd. Geog.) já observou que pela sua proximidade ao Rio Grande do Norte, as minas do Real Catorci na Intendencia de S. Luis Potosi, (que annualmente rendem quatro milhoens de dollars sem nellas se trabalhar com maquinas de vapor) já muito antes haviaõ tentado a cobiça de alguns colonos recentemente estabelecidos na Louisiana.

A independencia da America Hespanhola, hé ainda, alem destes motivos, taõbem dezejada e favorecida pelos Estados Unidos não só porque com ella augmentaõ o seo commercio, mas até por huma especie de sympathia por todos aquelles que os habilitam para formarem huma barreira invencivel contra todas as tentativas da Europa. Debaixo deste ponto de vista hé que tem por consequencia auxiliado os Mexicanos, e espalhado seos Consules e Agentes por todas as outras provincias Hespanholas. Quando o terremoto assolou Caracas, mandaram logo aos seos desgraçados habitantes muita farinha e outros mais diversos socorros, com que se tornaram extremamente bem quistos. Achando-se entaõ livres dos seos constantes rivaes (os Inglezes da Europa) que nessa epocha estavaõ empen-

hados com os negocios de Fernando na Peninsula, aproveitaram, sem nenhum embarço, huma oportunidade que ninguem já hé capaz de roubar-lhes. Agora mesmo de Inglaterra estão hindo quantidades avultadas de armas que immediatamente passam para as Americas Hespanholas, e o governo Inglez, sem o querer, está favorecendo os altos projectos d'esses mesmos rivaes.

A fim de darmos mais clareza á este assumpto importante, ajuntaremos aqui o extracto seguinte de huma nota (pag. 160) da edição Ingleza da Obra de Beaujour sobre os Estados Unidos, a qual se acaba de publicar em Londres, e pode sobejamente explanar as vistas que a America do Norte tem sobre as Americas Hespanholas.

“Huma mui extensa correspondencia politica existe depois de algum tempo entre os Estados Unidos e os insurgentes do Mexico, que tem recebido homens e armas. O Major Pike, que foi encarregado de explorar os territorios occidéntaes da America do Norte por ordem do governo, nos annos de 1805, 6, e 7, fallando de huma revolução em a Nova Hespanha, explica-se assim:—

“Inglaterra teria naturalmente o poder, se para isto tivesse olhado, de formar com ella huma alliança, e segurar a sua independencia; porém a insaciavel avareza e altivez que mostrou aquella nação na sua ultima entrada no Rio da Prata, junto com a desgraça das suas armas, fez com que aquelles povos tomassem outra direcção. Voltaram os olhos para os Estados Unidos, como vesinhos e irmaons do mesmo territorio, os quaes, tendo amplos recursos de armas, muniçoens, e homens, podem muito bem assegurar-lhes a sua independencia. Nisto igualmente muito ganham os Americanos, por que vão ter o commercio exclusivo dos paizes mais ricos do mundo, e serão, por assim dizer, os seos almocreves em quanto as duas naçoens existirem. O Mexico, á maneira da China, nunca poderá ser huma nação de marinheiros, mas receberá sempre em seos portos as naçoens de todo o mundo, e lhes dará os metaes em troco das producçoens que lhe trouxerem. Quaes não seriaõ as vantagens dos Estados Unidos se podessem realizar este projecto? Nossos

numerosos navios cobririaõ os seos portos, e pela proximidade em que estamos, ao menos nove decimos do seo commercio entrariaõ em nossos cofres. Ainda mesmo na Costa do Mar Pacifico nenhuma nação Europea poderia competir com nosco, e ali haveria hum mui activo commercio interno com as provincias do Sul por via do Rio Vermelho. Tendo entrada livre em todos os seos portos, viriamos á ser seos factores, agentes e guardas, e em huma palavra o seo genio tutelar; porque aquelle paiz não só teme porem aborrece a França e todos os Francezes. Deve, por consequencia, o povo dos Estados Unidos por huma vez decidir, se no cazo que Buonaparte se aposse da coroa de Hespanha, elle auxiliará a outra parte do hemispherico occidental para libertar-se da tirania e oppressão Europea; ou soffrerá que seis milhoens de habitantes se tornem nas maons da intriga e tactica Francezas os perturbadores dos nossos limites occidentaes, aonde seremos obrigados á manter sempre huma respeitavel força militar, por ser a parte mais vulneravel das nossas fronteiras.

“Vinte mil auxiliares dos Estados Unidos, commandados por bons officiaes, e juntos aos independentes do paiz, bastaraõ em todos os tempos para excitar e concluir a revolução. Estas tropas devem ser ministradas pelos Estados Unidos, mas devem ao mesmo tempo ser sustentadas e pagas pelo Mexico, &c. &c.”

Em quaesquer circumstancias porem, a America do Norte nunca deve pertender conquistar o Mexico; convem-lhe unicamente co-operar com os Creolos ou Insurgentes do paiz, e ajuda-los a lançar as bases da sua independencia. Os ultimos successos tem já revelado estas intencões, por que muitas conferencias tem havido entre os enviados do Mexico e os membros do Governo de Washington. Já se lhes tem dado armas, e 300 aventureiros Americanos se passaram para o serviço da Junta de Saltepec. As proclamações, que se deviam espalhar em a Nova Hespanha, foraõ taõbem impressas nos Estados Unidos.

“Nas provincias interiores, e naquelles destrictos contiguos aos Estados Unidos há já muito tempo que o Governo Hespanhol apenas pode manter huma mui fraca auctoridade. Os cidadaons Americanos têm

com elles hum commercio mui activo, e tem penetrado pelas terras dentro, a pezar do ciume do governo Hespanhol, mais de 150 legoas. Por este modo tem adquirido conhecimentos exactos de todos os recursos da Nova Hespanha, cujos habitantes commecam á invejar já mui claramente a situação politica dos seos vizinhos. Assim não hé couza extraordinaria ver nestas fronteiras, aonde despotas Hespanhoes subalternos governaõ os povos com varas de ferro, hum homem resolute fazer hum convite energico aos seos vizinhos, e passarem-se todos para a outra banda da fronteira Americana, aonde são recebidos sempre com os braços abertos. Estes povos, dependentes da Hespanha, tornaõ-se cada dia mais inimigos dos seos constantes oppressores, e esta disposição tanto tem augmentado, que há sido o assumpto frequente das repetidas queixas de Hespanha contra o Governo Americano.

“ Os 20,000 homens, mencionados pelo Major Pike, podem em qualquer occasião achar-se para este fim nas fronteiras Americanas, aonde há huma certa classe de habitantes, ouzados, e de formas corporaes athleticas, que entrarão sempre mui voluntariamente nesta empreza popular. Elles são inimigos eternos dos Hespanhoes, occupaõ-se constantemente no Côte das Madeiras, e habitam as margens do Ohio e Mississippi, o territorio occidental dos Estados Unidos. Com esta gente hé que o Coronel Burr tentou executar o seo projecto atrevido. Este homem nada menos meditava que a desmembracão da Monarquia Hespanhola do Mexico; e á não ser que o Governo dos Estados Unidos houvesse sabido á tempo este plano, e receasse entãõ que houvesse grande perigo domestico com esta nova acquisição, hé geralmente certo que se teria executado. Todavia este facto, combinado agora com a actual insurreicão do Mexico, mostra bem o que se pode fazer: por tanto, se o Governo dos Estados Unidos, clara ou occultamente, renova este plano, de certo o levará a vante; e tanto a Hespanha como Inglaterra ficarão para sempre privadas das riquezas daquelle magnifico paiz. A notavel ascendencia que os Estados Unidos commecam á ter não só sobre o Mexico, mas sobre toda a America Hespanhola, deve

ser hum objecto de mui sérias consideragoens. Em a nova e independente Republica de Santa Fé hum homem assaz instruido acaba de publicar huma obra, cujo fim hé provar que os Estados Unidos são os seos naturaes e sinceros alliados, e que por isso convem adoptar a sua constituição. Este escripto teve huma circulação immensa, e conseguiu o ponto que desejava. A frieza e indifferença que tem mostrado Inglaterra, os horrores commetidos pelos Hespanhoes, e os novos successos da mai patria, tem feito ver á America Hespanhola que os seos interesses já se não podem ligar com os da Europa; e por tanto na America do Norte só hoje hé que tem todas as esperanças. Hé bem provavel que não fiquem frustradas: as barreiras immensas da natureza que dividem o antigo mundo do novo, parecem estarem já á ponto de taõbem dividirem para sempre a sua politica."

O Governo de Washington, segundo já huma vez dicemos, está certamente destinado ainda para fazer huma grande figura no mundo. Roborando-se todos os dias com novas e mui valiosas acquisicoens da Europa, e á ponto de brevemente se apoiar em homogeneas allianças, a sua influencia vai ter huma extensão que dará grande pezo á futura balança politica do universo. A federação do Novo Mundo adquirirá hum centro commum de vigor que se tornará irresistivel, e a Europa que já lhe déo leis, deve pela sua vez hum dia recebe-las. Mas toda esta variedade de successos esta na ordem da natureza. As forças fisicas do novo mundo são intrinsecamente superiores ás da Europa, e só lhes falta o desenvolvimento progressivo, que o tempo de necessidade lhes há de dar. Em huma palavra, o novo mundo pode passar sem a Europa; a Europa, segundo os habitos que adoptou, já não pode passar sem o novo mundo. Huma mui forte alliança, que taõbem está fundada na natureza das couzas, isto hé, em todos os interesses locaes, e que portanto está sendo indicada pela politica, hé a do Brazil com os Estados Unidos d'America. Assim que o throno Portuguez passou o Atlantico, ganhou huma independencia, que já ninguem no mundo (com tanto que lá se conserve) hé capaz de lhe roubar. Suppondo pois, que o nosso grande Principe estabeleça para sempre,

como todos os interesses politicos o estão aconselhando, a Séde da Monarquia Portugueza no Brazil, com que relações mais naturaes, e mutuamente vantajozas, se poderá fortificar do que com as dos Estados Unidos d'America? A marinha do Brazil, que debaixo de todos os pontos de vista deve ser numeroza e respeitavel, huma vez estreitamente unida com a da America do Norte, terá huma força inconquistavel, e defenderá a sua independencia e commercio contra quaesquer tentativas, que os ciumes Europeos pretendam algum dia fazer em prejuizo da soberania e superioridade do Novo Mundo. Hé verdade que não há hum só Portuguez que não suspire pela vinda do seo adorado Soberano para a Europa; mas os interesses communs da Monarquia, e a gloria Portugueza, exigem que quaesquer vantagens particulares se sacrifiquem á lei primaria e universal,—o bem geral da independencia, e fortuna das possessoens de ambos os mundos. Sim, as descobertas de Cabral devem dar ao throno Portuguez huma baze indestructivel, e que de hoje em diante zombe para sempre de todas as futuras ambições Europeas. O Brazil poderá em todos os tempos, e em todas as hypotheses, defender a integridade e a independencia de Portugal; porem Portugal, como centro da Monarquia, não poderá em muitas hypotheses defender-se á si, nem o Brazil. Os nossos dezejos seriaõ pois que o nosso Soberano, intitulado-se *Imperador dos Brazis, e Rey de Portugal*, lançasse por huma vez os fundamentos da eternidade (se esta expressão nos hé licita) da Monarquia Portugueza em os dois hemisferios! E que muito hé que o nosso poderoso Monarca tome este novo titulo, que a sua alta posição lhe indica! Os Imperadores Europeos não tem mais razão, nem mais justiça para se condecorarem com outros equivalentes.

N. B. Acabavamos de escrever estas linhas, que o nosso zelo e patriotismo nos tinhaõ inspirado, quando nos veio á mão o terceiro volume de huma obra Franzeza, publicada neste anno de 1815, que tem o titulo seguinte :—*Histoire du Bresil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810, contenant, &c. &c.*; par M. Alphonse de Beauchamp, auteur de l'Histoire de la Guerre de La Vendée, &c. O paragrapho com que o autor conclue

o seo terceiro volume, e a sua obra, pareceo-nos tão analogo com as nossas ideas, e até com aquillo mesmo que vinhamos de enunciar, que, não julgando prudente omiti-lo, passâmos á dar delle a seguinte traducção:—

“ A emigração do Soberano Portuguez para o Rio de Janeiro déo ao Imperio do Brazil as mais brilhantes esperanças. Este Imperio parece agora escolhido para cumprir ainda grandes destinos. E quem de ante mão poderá calcular até onde hirá a energia de huma nação, por assim dizer, resuscitada? Ao Brazil não faltam nem navios, nem portos, nem marinheiros: os seos mesmos negros são marujos intrepidos. Este Imperio, tão poderoso quanto magnifico, servirá logo de contrapezo ao poder progressivo dos Estados Unidos; porque tem sobre elle a vantagem de hum clima mais ameno, de hum terreno mais fertil em produções uteis e preciosas, de huma posição geographica que domina a estrada de ambas as Indias, e de todos os grandes mares do globo; e forma, por assim dizer o nexo das communicações commerciaes de todas as partes do mundo civilisado. Como hé rico, e como hé forte, e inatacavel este Imperio do Hemispherio Austral! Ainda as mais numerosas esquadras seriaõ poucas para o atacar, e os exercitos mais formidaveis debalde ouzariaõ ameaça-lo: tudo em fim nelle concorre para ter huma prosperidade progressiva, e huma longa duração. Com prudencia, e energia, o Soberano do Brazil e seos descendentes podem firmar-se sobre hum throno muito menos precario, e muito mais brilhante que o de Lisboa!”

Ora se ate os estranhos nos estão dando tão uteis lições, e nos tração a estrada da Independencia, da Fortuna, e da Gloria, será possível que nós as desprezemos? Não: O quinto Imperio, prophetisado pelas nossas Sybilas, está á ponto de realizar-se. Não desmintamos nem os bons agouros domesticos, nem as altas esperanças do mundo!

R U S S I A.

*Augmento progressivo, e mui consideravel das Manu-
facturas Russianas.*

A Gazeta de S. Petersburgo de 8 de Setembro, de 1815, dá a noticia seguinte do estado das Manufaturas Russianas no anno de 1815.

Existiaõ nas diversas Provincias daquelle vasto Imperio :

Fabricas de paños	-	-	-	-	-	181
Das. de seda	-	-	-	-	-	150
Das. de chapeos	-	-	-	-	-	370
Das. de cortumes	-	-	-	-	-	1348
Das. de velas de cera	-	-	-	-	-	247
Das. de refinamento de cebo	-	-	-	-	-	64
Das. de linho	-	-	-	-	-	184
Das. de papel	-	-	-	-	-	67
Das. de algudaõ	-	-	-	-	-	295
Das. de cordas, ou cordoarias	-	-	-	-	-	80
Das. de potassa	-	-	-	-	-	14
Das. de tabaco	-	-	-	-	-	5
Das. de caixas de tabaco	-	-	-	-	-	6
Das. de refinar assucar	-	-	-	-	-	48
Das. de polvilhos e goma	-	-	-	-	-	2
Das. de vinagre, e bebidas espirituosas	-	-	-	-	-	30
Das. de rendas, e galoens	-	-	-	-	-	25
Das. de tintas, ou materias colorantes	-	-	-	-	-	25
Das. de lacar	-	-	-	-	-	5
Das. de vitriolo e enxofre	-	-	-	-	-	14
Das. de alfinetes, agulhas. &c.	-	-	-	-	-	199
Das. de vidros	-	-	-	-	-	138
Das. de porcelana, &c.	-	-	-	-	-	16
Das. de bronze e de cobre	-	-	-	-	-	43
Das. de pipas, &c.	-	-	-	-	-	3
Total						3253
No anno de 1812 não haviaõ mais que						2322
Augmento nos dois annos passados						931

O gosto, que sempre temos de fazer applicações do que se passa em os outros paizes ao que se pratica em o nosso, nos induz á fazer as seguintes reflexões:— Que erá no principio do seculo passado a Russia, que hoje conta, como acabamos de ver, 3252 fabricas, e o que erá nessa mesma epocha o nosso Portugal, e á que estado, por vergunha nossa, está hoje reduzido?

A Russia estava na mais hórrivel confusão. Muitos impostores disputavam promiscuamente o throno de Moscow, que se via abalado por mais de vinte facções. Os Polacos assolavam o Imperio, e os Suecos tomavam posse de algumas provincias. Em fim apparece em 1725 Pedro o Grande, o heroe do Norte, tão habil capitão como homem de estado, que faz nascer, como por encanto, hum exercito e huma marinha, e semeia entre os desertos aridos da barbaridade as plantas mimosas das bellas artes, das sciencias, da industria, e do commercio! Esta portentosa plantação tanto fructificou pelos trabalhos daquelle homem, verdadeiramente *grande*, e pelos cuidados dos seus illustres successores, que a Russia, que em 1700 não tinha exercito, agricultura, e nem huma só fabrica, ainda das mais grosseiras, conta hoje em 1815, hum numero dellas tão consideravel; e hum herdeiro daquelle mesmo prodigioso Pedro I. vem á Paris dar leis á França, e com razão podemos dizer á Europa! Tanto pode a actividade, e hum constante bom sistema de governo!

Que erá porem Portugal nos principios do mesmo seculo 18? Acabava de reconquistar a sua liberdade por huma das mais bem combinadas, mais felizes, e mais atrevidas revoluções do mundo, e principiava á receber do Brazil huma torrente quase espantosa de ouro, diamantes, e outras mui ricas produções, que se bem as tivesse applicado e dirigido teriaõ sido capazes de fazer a riqueza e prosperidade não só de Portugal, porem a de muitos reinos e imperios juntos. Para mostrar-mos que não avançamos quimeras, vamos transcrever aqui huma nota, que conservâmos de huma porção das riquezas immensas, que nessa epocha entraram em Portugal; e esta digressão não será de certo desagradavel aos nossos leitores.

*Estado da Fazenda no Reinado do Senhor Rey
D. João V.*

(Extracto do Alvará passado em forma de Quitação á Francisco da Costa Solano, em 6 dias do mez de Setembro, do anno de 1748.)

Desde 3 de Novembro de 1722 até o fim de Dezembro de 1745, isto hé em 23 annos e 2 mezes, entraram em dinheiro:—

Quarenta e seis mil, duzentos e tres contos, seiscentos e cincoenta e dois mil, novecentos e oitenta e hum reis e meio - - - - - Rs. 46,203,652,981½

Que fazem—Cento e quinze milhoens, quinhentos e nove mil, cento e trinta e dois crusados

Cdos. 115,509,132

Em direitos de diamantes e de oiro:—

Quatrocentos e dez mil, setecentos e trinta e quatro marcos, que fazem—Seis mil quatrocentos e desesete arrobas, vinte e tres arrateis e quinze graons.

De prata:—

Vinte mil, setecentos e trinta e nove marcos, cinco onças, duas oitavas, e doze graons, que fazem—Trezentas e vinte e quatro arrobas, hum arratel, treze onças, duas oitavas, e doze graons.

De cobre em chapa para dinheiro, e para ligas de ouro e prata:—

Quinhentos e hum mil, quatrocentos, e trinta e dois arrateis, dez onças, e sete oitavas, que fazem—Quinze mil, seiscentos e setenta e nove arrobas, vinte e quatro arrateis, dez onças, e sete oitavas.

De cobre do Algarve:—

Em paens, trezentos e sessenta arrateis, que fazem—Onze arrobas, e oito arrateis.

Diamantes brutos :—

Dois mil, trezentos e oitenta e oito quilates, e dois graons e meio.

Item :—

Varias peças de ouro e prata, e materiaes declarados no encerramento da sua conta, o que tudo despendeo, e entregou sem falta.

Perguntaremos agora aonde absorveo Portugal esta somma espantosa de riquezas? Em crear fabricas, em animar a agricultura e o commercio, e em manter hum grande exercito e marinha? Não: Em fazer de Lisboa duas cidades—Oriental e Occidental;—em ter hum Patriarcal; em nutrir o luxo da Corte de Roma; em fundar conventos; e em pagar aos estrangeiros quase tudo aquillo com que se alimentava desde o almoço até a cêa, e o com que se cobria e vestia desde a ponta da cabeça até o bico dos pés! Eis aqui em que tantos tezouros se consumiram! E que succedeo ainda? Para fazer o funeral deste Monarca, tão afortunado, não havia nos coffres regios nem credito nem moeda; e por fortuna ainda se achou hum individuo, que quizesse emprestar algum dinheiro para fazer o enterro de hum dos Soberanos mais ricos do universo! A pezar disto, nós mesmos, que escrevemos este artigo, por muitas vezes temos ouvido elogiar a boa administração e felicidade deste reinado; e até dar-lhe a preferencia sobre o que á poz elle immediatamente se seguiu. Hé verdade que a Igreja, isto hé o clero regular e secular, teve a sua idade de ouro, e as almas do outro mundo gozaram de hum abastança, que muito faltava ás deste nosso vale de lagrimas; porem desgraçadamente nisto não consiste só a felicidade dos Estados, e a grande prova desta asserção hé ser hum facto historico indisputavel; que no fim daquelle reinado, apezar dos immensos recursos que teve, não havia dinheiro nem fabricas, nem agricultura nem commercio, nem artes nem sciencias, e nem exercito, nem marinha!

O subsequente reinado mostrou o que hé capaz de fazer huma estricta economia, huma rigorosa arrecadação das rendas publicas, hum commercio extenso e bem entendido, o estímulo dado ás artes e á industria, e a cultura liberal da literatura e das sciencias. Hé taõbem hum facto historico, que no fim delle, sem o auxilio exuberante das minas do Brazil, havia exercito e marinha, haviaõ fabricas, industria, e commercio, floresciam as artes e sciencias, antes não domiciliadas em Portugal, havia huma nova e formosa cidade reedificada depois de hum dos mais calamitosos desastres que se tem visto, e existia hum erario, em cujos coffres constantemente se diz que ficaram 48 milhoens de crusados, e 30 ditos nos coffres das decimas, ao todo—78 milhoens de crusados!

Mas em que se despenderam ainda estes novos thezouros, e qual foi depois a marcha das fabricas do commercio e da industria? Não hé por hora da nossa competencia entrar nestas melindrozas indagaçoens. No em tanto quem quizer conhecer o estado da nossa industria e das nossas fabricas na epocha presente lêia na interessante obra do Snr. Joze Acurcio das Neves, intitulada, "*Variedades sobre objectos relativos ás Artes, Commercio, e Manufacturas*," o mappa que vem á pag. 177, á cerca da situação das Fabricas do Reino no primeiros tempos depois da ultima invasaõ.

A conclusão porem que de tudo isto devemos tirar, hé que a Russia, principiando em 1725 á figurar como verdadeira nação Europea, e não tendo minas nem commercio, nem fabricas, nem industria, nem sciencias, nem artes, nem exercito, nem marinha, apresenta-se ao mundo hum seculo depois, assombrando a Europa por hum adiantamento sempre progressivo e constante, e conta hoje, alem de outras immensas vantagens, 3253 Fabricas! E Portugal, que na mesma epocha dispunha dos maiores thesouros conhecidos, contando apenas hum pequeno periodo intermedio de energia e de industria, desperdiça os seos thesouros, hindo alimentar com elles as manufacturas, o commercio, e campos estrangeiros, e constantemente se definha, e retrograda! Hé, em huma palavra, que as naçoens, assim como os individuos, quanto mais opulentas, mais facilmente cahem na ociosidade e na inercia; e quanto mais pobres,

mais se dão á industria e ao trabalho. O remediar estes defeitos, inherentes á natureza humana, hé o primeiro dever e cuidado dos governos, como medicos politicos; e para inculcar este axioma, e a necessidade do remedio, hé que puramente organisámos este artigo, em que não entrou senão o amor da patria, e do Soberano que a governa.

SUECIA.

Balanço do Erario da Suecia, apresentado á Dieta.

(Artigo em que ainda faremos algumas applicaçoes aos negocios Economicos Portuguezes.)

Os regulamentos na Fazenda Real da Suecia, junto com a despeza, e receita annual, apresentaõ hum documento assaz interessante; elles formam dez titulos differentes, á saber:—

Titulo 1º.—Mantimento da Caza Real, Economia do		
Paço, e Cavalhariças - - - -	Rx. Bco.	618,135 31 0
2º.—Estado Civil - - - - -		748,353 16 7
3º.—Exercito, e Marinha Real - - - - -		2,526,278 15 0
4º.—Cargos pela Instrucção Publica - - - - -		6,793 29 6
5º.—Academia das Bellas Artes - - - - -		11,870 24 0
6º.—Estabelecimentos Pios - - - - -		26,743 27 5
7º.—Pençoens aos despedidos da Rep. Civil - - - - -		30,290 0 0
8º.—Despezas Extraordinarias da Coroa - - - - -		448,627 8 0
9º.—Pençoens aos despedidos de Empregos Superfluos - - - - -		100,000 0 0
10º.—Pençoens aos expectantes ao melhor Emprego - - - - -		271,659 33 6
Total - - - - -		4,824,769 41 0
a 4½ Rx. Bco. pr. £. - - -	£.	1,113,408 8 0
Reduzido em Moeda Portugueza á 67½ pr. 1000rs.	Rs.	3,958,785,422

A Receita parece debaixo de quatro titulos differentes, á saber :

Titulo 1º.—Rendas Ordinarias da Corôa	- -	Rx. Bco.	1,687,420	26	7
2º.—Direitos de Alfandega, Correio, Papel Estampado, e Fabricas de Agoas ardentes	- -		1,717,349	14	5
3º.—Direitos da Alfandega interior, Pontes, e Caminhos	- - - - -		120,000	0	0
4º.—Item para vender Agoa ardente	- - - - -		150,000	0	0

Total Receita da Corôa - - Rx. Bco. 3,674,769 41 0

a $4\frac{1}{3}$ Rx. Bco. pr. £. - - - - £. 841,023 15 0

Reduzido em Moeda Portugueza á $67\frac{1}{2}$ pr. 1000rs. - Rs. 3,015,195,555

Há por consequencia hum deficit de	- - -	Rx. Bco.	1,150,000	0	0
Mas acrescentando-se a Receita Extraordinaria, annualmente paga da Divida Nacional, ou interior	- - -		450,000	0	0
E Avanços feitos do Real Banco em 1809, 1810, e 1811			750,000	0	0

Faz o total dos Direitos Extraordinarios, chamados o “Bevillning,” annualmente pagos ao Erario Rx. Bco. 2,350,000 0 0

á $4\frac{1}{3}$ Rx. Bco. pr. £. - - - - £. 542,307 0 0

Reduzido em Moeda Portugueza á $67\frac{1}{2}$ pr. 1000rs. - Rs. 1,928,203,556

Recapitulação : Despezas da Corôa	- - - - -	Rx.	3,958,785,422
Receita da mesma	- - - - -		3,015,195,555
Direitos Extraordinarios	- - - - -		1,928,203,546

Transcrevemos este documento das Rendas publicas da Suecia, por que nos pareceo que podiamos com elle fazer algumas combinaçoens uteis, relativas ao estado das Finanças Portuguezas.

No Correio Braziliense de Julho, No. 86, pag. 96, publicaraõ-se algumas Tabelas de Receita e Despeza do Governo do Brazil, que nós julgâmos mui authenticas; e debaixo destê ponto de vista hé que nos lembrâmos de fazer as seguintes reflexoens.

Diz o Correio Braziliense na já citada pag. 96 :—
“ Logo hé claro, que o Real Erario pode contar pelo menos com a seguinte renda annual:—Rendimentos, arrecadados immediutamente pelo Real Erario—

Rs. 1,604,000,000

Sobras da Capitania da Bahia	- - - - -	Rs. 600,000,000
Das. da Capitania de Pernambuco	- - - - -	480,000,000
Das. do Maranhão	- - - - -	300,000,000
Das. de Minas Geraes, Angola, e Ceará	- - - - -	150,000,000
Total	- - -	<u>Rs. 3,134,000,000</u>

Vê-se portanto que as rendas do Erario do Brazil, que fazem só huma porção das rendas da Corôa Portugueza, constituem só á sua parte huma totalidade de rendimento, quase igual ao da Suecia, como hé facil de verificar pelo balanço Sueco, que deixamos transcripto. Suscitaõ-se logo duas reflexoens mui notaveis, entre muitas que occorrem: 1^a. Como acontece que a Suecia, com huma renda pouco maior que a do Brazil, sustente hum bello exercito, huma marinha respeitavel, muitos estabelecimentos literarios e pios, e todo o decoro e magestade da Caza Real e da Corôa, pagando *correntemente* todas estas diversas despezas, quando ao mesmo tempo nos consta que o Brazil, que propriamente não tem exercito nem marinha, nem outros grandes estabelecimentos, como a Suecia; ou não pode pagar os seos empregados publicos, nem este seo mesmo pequeno exercito e marinha, ou traz os seos pagamentos, já por antigo habito e costume, muito mal pagos e atrasados? A razão desta extraordinaria differença não pode ser outra senão que pelo menos a metade dessas sommas, que vemos lançadas no papel, e que constituem as rendas do Estado, não entra no Erario, nem nos outros coffres regios; por que se entrasse, seria impossivel que não bastasse para satisfazer correntemente todas as despezas, como se pratica na Suecia, com huma renda quase igual. Huma desculpa absurda, que por muitas vezes temos ouvido dar para esta falta de exactidão nos pagamentos publicos, hé o dizer-se que a Caza Real absorve huma grande parte das rendas do Estado: a falsidade desta asserção já tem sido manifestada em algumas paginas do nosso Jornal; e agora pelo orçamento que vem no mesmo Correio Braziliense, de Setembro, No. 88, pag. 373, se vê que ella andarã por hum terço da renda total, (incluidas já se sabe todas as enormes delapidaçoens que de necessidade se haõ de commeter nesta administração.) Se deduzir-mos pois deste supposto terço, que actual-

mente gasta a Caza Real, outro terço pelo menos, que hé infallivelmente devorado pelos diversos mordomos e agentes, que fazem as despesas da Familia Real, acharemos por fim, que o que gasta S. A. R., e toda a sua augusta Familia, nem hé excessivo, nem está em grande desproporção com as despesas da Caza Real de Suecia.

Podemos por tanto concluir, que a differença que achamos na administração da Corte de Suecia e do Brazil, contando ambas quase o mesmo rendimento, procede de huma unica e mui poderosa cauza,—a mui diversa economia e exactidão que tem ambos os governos em fiscalisar as suas rendas. Para impedir, e cortar, por huma vez, estes escandalozos descaminhos, não há outro remedio se não dar huma rigorosa responsabilidade aos empregados publicos, fazendo com que indefectivamente sejam responsaveis á justiça, por meio dos tribunaes, e ao publico, por meio da imprensa. Sem estas precauçoens, absolutamente necessarias, nunca haverá dinheiro que chegue: as mui tristes experiencias passadas devem, huma vez, servir de exemplo para o futuro.

Mas ainda aqui não está tudo; resta-nos mencionar a 2.^a reflexão, que o Balanço Sueco nos suscitou. O reino de Suecia hé mui pobre; não tem minas, nem ricas producçoens de agricultura; o Brazil porem hé hum paiz extensissimo, e abundante em tudo o que há de mais precioso no mundo. Como succede logo que as rendas do Brazil (incluidas ainda as de Angola) sejam quase as mesmas que as da Suecia? Este facto hé tão extraordinario, que ninguem o poderia accreditar, se o não vissemos patenteado no Balanço da Suecia, e nas tabellas que publicou o Correio Brasileiro. Assim desgraçadamente elle existe, e para o explicar-mos será util que contemos hum cazo, que casualmente soubemos depois que estâmos em Londres.

Quando S. A. R. o Principe N. S. ordenou em 1808 e 1809 que se negociasse hum emprestimo de 600,000 libras sterlinas em Inglaterra, determinou taõbem que se declarasse aos capitalistas a sua intenção de pagar annualmente, alem do juro que se estipulasse, 5 por cento do capital para sua amortização; de sorte

que em 14 annos (como hé bem sabido) ficasse a divida extincta com este pagamento, e a continuacão da mesma consignacão para o juro do 1º anno: proposição esta mui notoria para todos os que são versados neste calculo de juros. Os Capitalistas Inglezes, emprestando annualmente muitos milhoens ao seo governo, não quizeram contrahir hum emprestimo tão pequeno; e disseram ao Governo Britannico, que huma vez que elle garantia este emprestimo, emprestasse ao nosso governo o que bem lhe parecesse, por que elles Capitalistas ajuntariam ao emprestimo daquelle anno mais 600,000*l.* sterlinas.

Ajustou-se com os Capitalistas hum juro menor de $4\frac{1}{2}$ per cento por anno em razão de o capital dever ser amortisado em 14 annos em vez de 50, em que o hé qualquer outro emprestimo Inglez, segundo o plano de Mr. Pitt que reserva somente 1 por cento para a amortisacão.

Isto supposto precisava o Governo de S. A. R. achar fundos de rendimento annual bastante para pagar 30,000*l.* sterlinas, isto hé, 5 por cento de 600,000*l.* e mais hum pouco menos de $4\frac{1}{2}$ por cento que se estipulou de juro por anno. Em huma palavra, teve que procurar fundos que rendessem perto de 60,000*l.* por anno.

Para este fim applicou o Erario do Rio de Janeiro os seguintes rendimentos:—

1º Os diamantes: mas estes foraõ logo reclamados pelas cazas de Baring e Hope, á quem já estavam por contracto real obrigados até a extincção de outra divida, e emprestimo de 1801 para dar á França 13 milhoens de florins correntes.

2º O Pão Brazil.

3º A Urzela.

4º As Sobras da Ilha da Madeira.

5º As Sobras dos Açores.

O Erario Regio orçava, segundo as relaçoes dadas pela Junta da Fazenda da Ilha da Madeira, as sobras desta Ilha em 100,000 crusados, ou 12,000*l.* por anno.

A Junta dos Azores pertendia mostrar por 2 annos á fio que não tinha sobras, e á vista disto o Erario nada orçou.

O Pão Brazil não tinha contracto naquella epoca,

§

mas pelo ultimo, que se havia feito, a Fazenda Real o tinha vendido aos contractadores á 5,000 e tantos reis o quintal. (A Administração o vendeo depois á 17,066rs. o quintal, como publicamos em o No. antecedente, 53, pag. 118.)

A Urzela não se sabia avaliar pelas muitas irregularidades com que este ramo era administrado.

Mas todas estas incertezas serviram para revelar hum segredo com que o Erario muito ganhou. A Ilha da Madeira, os Açores, e o Pão Brazil produziram hum rendimento que o governo nem se quer suspeitava; o que se vai fazer bem palpavel pelas tres seguintes Tabellas:

O que davam annualmente a Administração dos Contractos Reaes em Londres.	O que orçava o Erario Regio.	Diferença entre a 1 columna e 2.
£.	£.	£.
Madeira 45,000	12,000	33,000
Açores 12,000	zero!	12,000
Pão Brazil ... 30,000	10,000	20,000
Total £.87,000	£.22,000	£.65,000

Esta differença ou augmento annual de 65,000l. sterlingas, que o Erario Regio antes não recebia, e que excedem o pagamento annual que se fazia para o emprestimo, porque era menos que 60,000l. prova a verdade da asserção seguinte, isto hé:—Que o emprestimo, de 600,000l. que S. A. R. contrahio em 1809, lhe veio á ficar como huma mera graça, ou hum simplez presente.

Ora. depois deste longo, porem mui proveitoso, cazo que acabamos de contar, será já bem facil poder qualquer, ainda de bem mediana capacidade, resolver o problema, por que as Rendas do Brazil são com pouca differença as mesmas que as de Suecia. Se em tres pequenas administraçoens, taes como as da Madeira, Açores, e Pão Brazil, andavam sonegadas 65,000l. (500 e tantos mil crusados de rendimento annual) applique-se agora a mesma proporção para todos os mais ramos das rendas publicas, e calcule-se que sommas enormes deixarão de entrar no Erario! O pro-

blema está logo, em nossa opiniaõ, claramente resolvido.

Para que o Erario Portuguez tenha podido chegar ao estado fatal em que o temos visto, sendo o que tem maiores proporgoens para ser o mais rico e accreditado, de certo tem concorrido, e concorrem as duas grandes cauzas que temos apontado: 1ª, Não pagarem os diversos ramos de rendas publicas as equivalentes sommas com que podem, sem vexame e miseria publica, como temos visto nas tres repartigoens citadas: 2ª, Serem essas mesmas sommas, já orçadas e conhecidas pelo governo, desfalcadas por a metade, ou ainda mais, na sua arrecadaçaõ. Com estes vicios, capazes de aniquilar o mais vasto e florescente imperio do mundo, já não hé por tanto de admirar, que o Senhor das mais ricas minas de ouro e diamantes conhecidas no globo, e das producçoens de maior consumo na Europa, se tenha visto e ainda se veja na necessidade de se humilhar á pedir algumas mil libras emprestadas! Hé bem de esperar que os bons Portuguezes, que rodeaõ o throno, interessados pela gloria e honra do seo Sobe-rano e da sua Patria, trabalhem por lhe evitar de novo esta desairosa humilhaçaõ.

Portugal e o Brazil tem dentro de si todos os recursos imaginaveis para ser rico, poderoso, e independente: basta-lhe só melhorar a sua administraçaõ, e estabelecer hum sistema fixo de hum rigorosa economia. A sua administraçaõ de finanças hé essencialmente viciosa; e hum dos seos maiores defeitos hé dar aos Magistrados de todas as classes a arrecadaçaõ das rendas publicas. Se os Magistrados são os juizes natos de todos os prevaricadores, que inconsequencia não hé faze-los partes taõ interessadas daquillo mesmo sobre que por direito devem sentencear? Sim, querer que o Magistrado seja Publicano e Juiz, hé hum dos maiores absurdos em legislaçaõ civil e economica! Este assumpto merece hum grande desenvolvimento, mas já o aponta-lo pode servir de utilidade.

Melhorando-se a administraçaõ das finanças, que não consiste só em despender racionavelmente as riquezas que há, porem em as augmentar até o ultimo ponto de acrescimo de que são susceptiveis, entaõ se ganhará taõbem aquelle espirito de economia, que hé

proprio de todo o individuo e de toda a nação, que tem hum conhecimento exacto dos seus recursos, e que por isso mais difficilmente abuza delles. Para conseguir todos estes bens, repetiremos á final o que antes já dicemos:—"A' fim de cortar por huma vez todos os escandalosos descaminhos que tem havido, e possam ainda haver nas rendas publicas, não há outro remedio se não dar huma rigorosa responsabilidade á todos os empregados, e funcionarios do governo, fazendo com que indefectivelmente sejam responsaveis á Justiça, por meio dos tribunaes; e ao Publico, por meio da imprensa."

Sem a Imprensa não saberíamos nós o que publicou o Correio Braziliense á cerca da receita e despezas do Rio de Janeiro; e por conseguinte, nem teríamos feito estas reflexoens, nem dariamos lugar á que ainda se fação outras, donde possam resultar grandes proveitos.

FRANCA.

DEBATES DAS CAMERAS.

Na Sessão da Camera dos Pares de 26 de Outubro de 1815, o Conde de Lanjuinais pronunciou o discurso seguinte á cerca da celebre Lei dos Suspeitos, ou das medidas de segurança geral, proposta pelo governo.

"Senhores; Ao subir á esta tribuna experimento dois sentimentos, ambos extremamente penosos,—dor e admiração: dor, por ver que sob o governo do melhor dos Reys se propoem huma lei tão desastrosa; admiração, por ouvir dizer á aquelles que a propoem, que ella só pode ser atacada por hypocritas, por facciosos, por complices do crime, e pelos partidistas de hum sanguinario despotismo. Nunca, durante hum anno que eu não me atrevo nem se quer á recordar, se ouviram transportes oratorios tão furiosos e terriveis!

"Há de facto necessidade para esta medida extraordinaria? Hé a lei, que se nos propoem, absolutamente indispensavel e necessaria? Não.

“ De facto, omittem os Ministros qualquer prisão que julgaõ necessaria para a segurança publica? Há repartição alguma em que elles tenham mostrado escrupulo á este respeito? Não. Elles assumem, segundo a sua mesma confissão, toda a responsabilidade que há nesta materia.

“ Com tudo, em verdade, nenhum homem prudente os poderá por isto criminalar, e neste cazo nenhum obstaculo há para que os seos agentes lhes obedecam. Qual seria o prefeito que ousasse desobedecer as ordens das suas mais rigorosas medidas? Os Prefeitos e Sub-Prefeitos só á elles neste ponto são responsaveis e ao Concelho d’Estado; e os Ministros á ninguem são responsaveis, porque tem já decorrido 18 mezes, e ainda á esta importante questão não chegou á sua vez de ser agitada.

“ Não pode haver crime nem castigo sem huma lei, que previamente o defina, e determine. Logo para que hé agora precisa esta lei se elles não correm nenhum risco? Eu tocarei ainda este ponto quando o tiver melhor explicado.

“ Nestes ultimos tempos nada acho com que a possa comparar senão á Lei dos Suspeitos publicada em 1793, e ás prisoes executadas em hum reino vizinho em virtude de huma *Commissão de Segurança*, que quando foi abolida excitou as acclamações de huma nação inteira.

[Aqui o Orador foi interrompido por muitos gritos de *Ordem, ordem!* e o Duque de St. Aignan insistio em que fosse chamado á ordem.]

M. *Lanjuinais* replicou:—“ Explicai-vos; eu não tenho dito se não a verdade; porem se ella desagrada, não a tornarei á repetir. As provas, que tenho contra a necessidade da lei, e contra o espirito em que hé concebida, são as seguintes:

“ Muitos mil officiaes de policia podem, conforme o projecto, prender por crimes de estado; e o simples facto da prisão auctorisa o governo á reter prezos os individuos indefinidamente por hum anno, deoito mezes, e muitos annos, sem os processar. Ora supponde agora que cada official só faz huma prisão, hum milhaõ de Francezes pode muito bem ser arbitraria-

mente encarcerado; e aonde achareis tantas prisoes para os meter?

“ Sim, elles são considerados como suspeitos, ou se melhor vos parecer, ainda não culpados pelo nosso codigo penal: suspeitos, por que ainda não forão convencidos; não culpados, por que ainda não forão sentenciados. A pezar disso, gemeraõ por tempo indefinido nos lugares destinados para a punição dos crimes: procedimento até vedado pelo nosso codigo criminal, codigo formado pela tirannia, e para perpetuar a tirannia.

“ Dizem-nos que nada se altera á respeito da competencia das pessoas que passam as ordens de prisão; mas isto hé hum erro manifesto. Agora só há *mandados de apparencia*, e não de prisão, por que estes ultimos só podem ser dados por hum Juis, que não só certifique o crime, mas especifique a lei; e no cazo presente nenhuma sentença se requer para estabelecer as suspeitas, e por consequencia, para prender o suspeito.

“ A vossa lei só produzirá prisoes, e não se empregará contra os que forem legalmente suspeitos. Alem disto, acrescenta-se, que não sejam julgados; e então de facto voltamos ao celebre anno já citado de 1793, em que eu posso provar que os presos dessa epocha tinham mais recursos que os de 1815.

“ Ainda aqui não está tudo. Propoem-se applicar á estes individuos a pena de ficarem debaixo da inspecção da alta policia: que hé o mesmo que ou mandalos residir á quatro centas legoas de distancia de suas cazas, ou rete-los aonde bem se quizer, humá vez que não tenham fianças competentes. Estes são por tanto os que denominaes suspeitos. E qual será o seo numero? Será igual ao dos desejos que tiverem os homens autorisados para os prender. Em que lugares estaraõ? Espalhados por todo o reino. E por que tempo? Por seis mezes, hum anno, ou muitos annos.

“ Que fataes consequencias não haveraõ para taes individuos, arruinados na sua fazenda, accusados por seos credores, por seos creados, e até pelo suborno de suas mulheres e filhos? Aonde hirá parar tudo isto? E não será possivel haver taõbem conspiraçoes nas

cadeas? Depois das nossas experiencias passadas, que muito hé que tenhamos hum novo dia dois de Setembro?

“ Assim se completará a ruina dos individuos e das familias. E que direi eu do Governo, dos Ministros, e das Cameras? Como serão reputadas as auctoridades que sancționarem esta medida? Como o forão aquellas que sancționaram outra semelhante naquelle fatal anno? Huma nodoa indelevel cobre seos nomes, e a reprovação, que os persegue, hé irrevogavel.

“ Finalmente, quando todos os *suspeitos* gemerem nas prisoens, longe das suas familias e dos seos bens, quem pagará os tributos? Quem servirá os encargos do Estado? Que terror! Que irremediavel estagnação de commercio e de industria no Corpo politico já tão cansado e tão debil!

“ Perdoai-me estas lembranças. Eu não posso esquecer-me de que minha may, e minha irmam, meo irmão e minha filha, já em outro tempo forão havidos por suspeitos, e estiverão á ponto de morrer, por que eu então, como agora, defendi a liberdade e a justiça contra a fúria das paixões.

“ Tem-se mencionado os *suspeitos* da antiga Roma, em virtude do *Caveant Consules*. Mas quando se fazem estas citações de rapazes de escolla, deviamos também lembrar-nos do mais que aprendemos nas mesmas escollas.

“ Os Romanos não tinham prisoens. Os individuos suspeitos aos Dictadores e Consules, que só estavam armados de formulas terriveis, ficavam em custodia em caza dos seos amigos; respiravam o ar puro dos seos jardins, comião á sua meza; e gozavam de todas as commodidades da vida. Cicero, que foi cauza, em virtude de hum acto de estado, que os complices de Catilina morressem dentro de hum templo, pagou esta irregularidade com hum memoravel desterro, apezar de haver salvado a sua patria! Em Inglaterra, quando se suspende o *Habeas Corpus*, não se confere á 800,000 pessoas huma autoridade absoluta para prender!

“ Peço por tanto, que esta lei se regeite, como desnecessaria e intoleravel. Se porem absolutamente querem que a haja, eu estou pronto para concorrer com medidas prudentes para huma moderada limitação

da liberdade individual. Primeiro que tudo, eu peço que certos Departamentos tranquillos e pacíficos sejam exceptuados da lei; sem o que isto dará occasião á hum satira não merecida contra o Governo, e á hum novo convite aos estrangeiros para empregarem novos actos de rigor. Destinai dois mezes para examinar hum homem, e para descobrir as *ramificaçens das suas tramas*; porém passado este tempo entregai-o á justiça ordinaria. Mostrai moderação para que os outros taõbem a tenham, sem ella a lei será rigorosamente hum suspensão da humanidade!"

A eloquencia do homem de bem não tocou os corações daquelle Senado de Algozes: a lei passou ali, assim como na Camera dos Deputados, puramente e sem emendas, por hum enorme maioria de votos, para reduzir a França ou á hum deserto, ou á hum vasto campo de batalha.

Processo do Marechal Ney.

O Concelho de Guerra, nomeado para julgar esta cauza celebre, déo-se por incompetente, e em consequencia disto, os Ministros de El Rey apresentaram á Camera dos Pares, na Sessão de 11 de Novembro, hum Decreto da mesma data para que o General fosse julgado naquelle assemblea. Por esta occasião, o primeiro ministro, Duque de Richelieu, fez hum discurso, que, sendo extraordinariamente famozo, merece que delle demos o extracto seguinte:—

“Senhores,—O Concelho de Guerra Extraordinario, nomeado para sentencear o Marechal Ney, declarou-se incompetente. Não exporemos aqui todos os motivos que se deram para esta incompetencia; mas hum delles foi, que o Marechal era accusado de hum crime de alta traição.

“Em virtude dos termos da Charta pertence-vos o exame de taes crimes; . . . e como os Ministros são os naturaes agentes da accusação, nós estamos persuadidos de que antes cumprimos hum dever do que exercitamos hum direito, quando vimos por ante vos dar execução á este publico ministerio.

“Senhores—não hé só em nome d’El Rey que nós

cumprimos com este officio, hé taõbem em nome da França, há muito tempo estupefacta e indignada. Hé igualmente em nome da Europa, que nós vimos rogar-vos, e requerer-vos que julgueis o Marechal Ney . . .

“ Accusâmos, por tanto, per ante vós o Marechal Ney de alta traição, e de hum ataque contra a segurança publica; e não receamos dizer, que a Camera dos Pares deve dar ao mundo huma exemplar reparação. Deve ser pronta, porque hé preciso socegar a inquietação universal. Sim, não soffrereis por mais tempo, que a impunidade gere novos crimes, e ainda maiores talvez do que aquelles, de que actualmente trabalhamos por livrar-nos. Os Ministros de El Rey são forçados á dizer-vos, que a decisaõ do Concelho de guerra foi hum triumpho para os facciosos. Hé importante que a sua alegria seja curta, para que taõbem não seja fatal á elles-mesmos. Assim vos rogâmos, e em nome de El Rey vos requeremos, que immediatamente procedaes á occupar-vos da cauza do Marechal Ney”

Havendo o Duque de Richelieu, nesta sua memoravel falla, accusado Ney em nome da Europa, este ultimo taõbem appellou para a Europa desta accusação. Os fundamentos da sua appellação referem-se todos ao artigo 12 da Convenção de 3 de Julho passado, quando Paris capitulou, o qual declara, entre outras couzas:— que nenhuma das pessoas, que estavam dentro da Capital seriaõ molestadas em virtude do seo comportamento politico, ou das suas opinioens.—O Duque de Wellington, na resposta que deo ao Marechal, diz em resumo;—que o artigo citado só hé applicavel ás autoridades militares, que entaõ estavam dentro de Paris, e que as intenções dos Alliados nunca foraõ prender as mãos, em quaesquer circumstancias, ao Governo Francez.—Esta taõbem será, provavelmente, a resposta geral que daraõ os Ministros das outras Potencias, por ser da sua politica não quererem por forma alguma intrometer-se á favorecer os adherentes de Buonaparte.

Nós não pertendemos aqui absolver nem condemnar o Marechal Ney; porem regulando-nos pelos principios eternos da imparcialidade e da justiça, que sempre devem caracterisar todos os homens, e particularmente os que escrevem para o publico, não podemos deixar

de dizer, que muito estranhámos, e até nos horrorisámos com o discurso do Duque de Richelieu. Quando o poder Executivo, armado de toda a força publica, diz ao poder Judicial, qualquer que elle seja,—“ Eu vos ordeno que condemneis;” nesse momento a Justiça perdeo toda a sua independencia, e tanto os que mandão como os que obedecem em taes occasioens, passam da classe de protectores das leis, e de Juizes, para o estado de assassinos. Se o Governo Francez quer elle mesmo ter a honra de derramar o sangue do Marechal Ney, para que o entrega á hum tribunal? E se o entrega, porque lhe ordena, e antecipa a sentença? Neste cazo hé melhor proscrever como Sylla, ou como Robespierre. Mas, nós, o tornamos á repetir, não pertendemos aqui absolver nem condemnar o Marechal Ney: defendemos os foros sagrados da Justiça; e a patria da Justiça deve ser todo o mundo.

Lei de Amnestia, proposta na Camera dos Deputados pelo Conde de La Bourdonnaye.

Na Sessão do dia 11 de Novembro a Camera se occupou desta formidavel lei, chamada de *Amnistia*, que hé hum insultante epigramma, ou hum sarcasmo ferós do verdadeiro sentido da palavra. O Conde de La Bourdonnaye não propoem huma lei de amnistia, porem a proscipção de hum terço da França; e deste modo que maior abuzo se pode fazer das palavras? Eis aqui as suas terriveis excepções:—

1ª Seraõ excluidos da amnistia todos os individuos, que exerceram funcções civis ou militares no precedente governo, e como taes se constituiram reos de conspiração.

2ª Todos os Generaes, Commandantes, e Prefeitos que obedeceraõ ao Usurpador antes do dia 23 de Março.

3ª Os Regicidas, que serviram o Usurpador nos empregos militares, civis, ou judiciaes, que aceitaram nomeações feitas por elle, ou assignaram o *Acto Addicional*.

A' esta amnistia, assim concebida, acrescentaõ ainda ulteriores noticias de Paris outros novos regulamentos,

que se dizem haver sido igualmente propostos em huma Commissão secreta da Camera dos Deputados.

1. Condemnar á morte todas as pessoas que votaram pela morte de Luis XVI.

2. Deportar todos os que aceitaram empregos no tempo da Usurpação.

3. Banir de França todos os que juraram a constituição de Maio passado.

Se tão generosa amnistia se executa, quantos milhoens de Francezes não será preciso degolar, deportar, e banir? Se o nosso juizo não erra, nós vemos em todas estas propostas calculos bem profundos e atrozes. Os que as propoem são, ao que nos parece, da classe desses homens, que havendo perdido os seus bens pelas proscriptções da Revolução, e não os podendo haver, por que o fantasma da Charta Constitucional ainda lhos sonega, procuram agora recobra-los por novas proscriptções. Talvez não nos enganemos; porque o animal homem, que se reputa o mais manço e mais docil da terra, hé todavia o mais capaz de fazer estas e outras taes combinações. Assim para as maons de huns passarão agora, em virtude de huma lei, chamada de *amnistia*, os bens que em outro tempo sahiram das maos de outros, em virtude de leis, chamadas revolucionarias. Os nomes são differentes, mas o effeito será o mesmo. Hé impossivel que, executando-se tantas mortes e tantas deportações, não sejam estas enfeitadas ainda com a bella legislação das confiscações: e nestas circumstancias, á quem caberão melhor os despojos dos culpados do que aos patriotas, por excellencia, que os denunciam? Ah! se todos estes magnificos projectos se executam, que gloria não terão ambas as Cameras de fazer de França o mais bello deserto do mundo! Bem sabemos nós, e nem por isso o dizemos, quem há de folgar bem com a execução destes planos.

N A P O L E S.

Ultimas Aventuras militares e politicas de Murat.

(Extracto de hum Carta, mandada oficialmente ao General Delaunay.)

“ Murat embarcou em a noite de 28 de Setembro com 200 homens armados, e 50 officiaes, em 6 gondolas, com provisoes para oito dias. Em a noite de 30 hum violenta tempestade lançou toda a expedição sobre a costa, e separou as 6 barcas. Em 4 de Outubro vio-se hum barca na costa de Torrento que pareceo ser hum vazo Barbaresco, e que indicava estar a espera de outros navios. No dia 5 houverão sinaes de apparecer outra barca no Golfo de Salerno, e de que duas mais se lhe juntavam. Murat desembarcou com o General Francheschetti, hum Coronel, e 50 homens armados, pouco mais ou menos, em Pizzo na costa da Calabria, não longe de Monte-Leone, e na distancia de quase 48 legoas de Napoles.

“ Deixou abordo das outras duas barcas 40 homens e alguns officiaes, e ordenou-lhes que costeassem ao longo da Calabria. Assim que elle desembarcou, foi direito a praça publica, convocou o povo e dice-lhe que clamasse—‘ Viva el Rey Joaquim!’ declarando-lhe que erá o Rey, e vinha tomar posse dos seos Estados.

“ Ali não haviaão tropas nenhuma, e por isso houve hum momento de incerteza; porem os camponezes, e outros individuos fieis das vezinhancas, sabendo do desembarque de Murat, armaraõ-se, e vieraõ ataca-lo.

“ Depois de hum longa e porfiada resistencia, o partido de Murat foi derrotado, elle mesmo ficou prisioneiro, pozeraõ-no á ferros, e foi levado ao General Unziente, commandante da Calabria.

“ A’ partida do Correio, toda a provincia estava já na maior tranquillidade.

“ No dia 10 huma divisaõ de artilharia Napolitana tomou as outras duas barcas que andavaõ ao longo da costa. Os Mestres das gondolas, assim como as officiaes declararam que Murat lhes havia dito que as suas intençoens eraõ hir para Tunis, porem que ao chegar á altura do Cabo Cargonate, lhes ordenára de fazer vela para a Calabria.

“ Para o Consulado das Duas Sicilias em Liorne,

“ Doctor GASPERO DISPERATO, Vice-Consul.

“ Assignado—O Marechal de Campo, Comandante Provisional da 25ª Divisioã Militar—DE LAUNAY.”

Certifico ser conforme ao Expresso transmitido á S. E. o Marques de Riviere. O Secretario Geral da Prefectura, Membro da Legiaõ d'Honra.—Chevalier DE CASTELLANE-MAJASTRE.

As noticias de Napoles de 18 de Outubro acrescentaõ o seguinte :—

“ Murat foi sentenciado por huma Commissaõ Militar; e em virtude da mesma lei que elle havia feito dois annos antes, na qual ordenava—que toda a pessoa, que desembarcasse no territorio Napolitano com intençoens de perturbar a tranquillidade publica, fosse sentenciado, e espingardeado,—foi taõbem morto, pela mesma forma, 4ª feira passada ás 4 horas da tarde. Teve hum Confessor; mas nem quiz sentar-se, nem que lhe tapassem os olhos.”

Quando o Philosopho *Candide*, discipulo de hum dos mais profundos Professores Alemaens, o Doutor Pangloss, viajava no melhor de todos os mundos possiveis, encontrou-se em huma estalagem de Veneza, nem mais nem menos, com seis Monarcas destronisados, isto hé :—O Sultão de Constantinopla Achmet III ;—Ivan, Imperador de todas as Russias ;—Carlos Edouard Rey de Inglaterra ;—dois Reys de Polonia ;—e Theodoro, Rey de Corsica. Este successo assombrou tanto o philosopho viãjante, que diz o historiador de sua vida, elle estivera á ponto de abjurar por huma vez a consoladora doutrina do *Optimismo*, e fazer-se Maniqueo. Ora, se tal entaõ lhe aconteceo, que seria hoje, que poderia encontrar-se com mais de huma duzia de Reys e de

Rainhas, decahidos do throno pela inconstancia da fortuna, e das batalhas, e até assistir ao espingardeamento de hum delles no mesmo Reino aonde havia sido Soberano?

Mas passando á huma reflexão mais seria; hé bem digna de meditar-se a sorte, ou fatalidade de Murat, hum Monarca que foi reconhecido por quase todas as Potencias da Europa! Quando hum homem, que assim foi Soberano, e reconhecido por todos os grandes Soberanos, passa, por qualquer motivo que seja, do throno ao cadafalso, pode sim servir para o povo de hum terrivel exemplo de justiça, porem não sabemos, se de hum bom exemplo de política! O cazo, em nossa opiniaõ, hé mais difficil de resolver do que á primeira vista pôderá parecer á muita gente.

H E S P A N H A.

Commentario sobre o Decreto d'El Rey, de data de 10 de Outubro, 1815.

O Decreto mencionado ordena que todas as cauzas pendentes se concluem dentro de mez e meio, ou, ao mais tardar, dentro de dois mezes. Ora, passa por hum facto verdadeiro que estão actualmente prezos, pelo menos, 50,000 *Liberales*; e em prova disto sabe-se, que não há castelo nem prisão que não estejam bem recheados. Se todos estes individuos houverem de ser sentenceados pela nova Commissão no tempo de dois mezes, excluindo os Domingos, dias Santos, &c. apenas ficarão livres 50 dias de trabalho. Se destes deduzirmos ainda o tempo de *Sésta*, &c. os Juizes não podem demorar-se no tribunal mais de 10 horas por dia; e por conseguinte terão que processar e julgar 1,000 culpados por dia, ou 100 em cada hora.—A' vista disto não hé facil decidir, se as generosas intenções d'El Rey se poderaõ executar com a mesma rapidez com que são ordenadas. Ao menos nenhuma nação

do mundo se poderá gabar de haver tido justiça tão pronta! E diz o dictado—"Mais vale morrer que penar!"

P O R T U G A L.

Offerta do Exercito Portuguez ao Exmo. Marechal Beresford, Commandante em Chefe do mesmo Exercito.

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. O bravo exercito Portuguez, não podendo esquecer-se já mais, de que á sabedoria de V. E^{xa}, e ao seu incangavel zelo pela organisação e disciplina do mesmo exercito, hé elle devedor da gloria, com que firmou a liberdade da sua patria opprimida, e tiranizada por huma das mais violentas e extraordinarias crises de que faz menção a Historia das Nagoens; e taõbem reconhecendo que V. E. não satisfeito ainda, com as fadigas e trabalhos com que, por huma prodigioza celeridade, o havia posto ao par dos mais aguerridos exercitos da Europa, quiz fazer-lhe mesmo o nobre sacrificio do seu proprio sangue para sustentar n'huma dos mais espinhozas circunstanças a justa reputação que havia merecido em todas as acçoens antecedentes: dezejozo por tanto de mostrar ao seu digno Chefe os justos sentimentos de gratidão de que se acha possuido, pelos relevantes serviços feitos á Portugal, e ao mesmo exercito; deliberou, por unanime consentimento, offerter á V. E. hum presente militar, o qual, posto que não possa ter hum valor intrinseco igual ao desejo dos offerentes, haja, pelo menos, de despertar, assim na lembrança de V. Ex. como na da Europa toda, que o exercito Portuguez não sabe ser menos pontual no desempenho das sagradas obrigaçoens de hum devido reconhecimento, do que o foi constantemente em todas as mais acçoens, que interessavaõ particularmente a sua propria gloria. Vaõ pois os generaes, e mais officiaes abaixo assignados, que formão a Junta destinada a dirigir esta obra de justo reconhecimento, na qual se incluem os De-

putados pelos corpos das provincias, rogar á V. Ex.^a. que, antes da sua partida para o Brazil, queira completar os sentimentos cordeaes dos seos constituintes; dignando-se aceitar por tanto o referido presente, como testemunho da gratidão, que o exercito Portuguez consagrará eternamente á memoria do seu digno Marechal, e Commandante.—Lisboa, 2 de Agosto, de 1815.

(Assignados)—Os Tenentes Generaes—Marques de Olhaõ—Conde de Sampaio—Visconde de Souzel—Roza, &c. &c.

Resposta do Ex.^{mo}. Marechal Beresford.

Ill.^{mos}. e Ex.^{mos}. Snrs.;

Com aquella brevidade, que o tempo admite, e com a sinceridade que hé conforme ao meo character, agradeço á VV. Ex.^{as}. e SS.^{as}. o modo, não menos do que a mensagem, em si mesma, que esta manhaõ me fizeram a honra de apresentar-me em nome dos officiaes do exercito Portuguez. Não se faz agora necessario que eu forme hum panegirico á cerca deste valorozo exercito: a minha opiniaõ e sentimentos se achão irrevogavelmente manifestados á respeito delle; e a melhor prova pratica, que eu lhes posso dar da minha convicção da verdade destes sentimentos, hé o certificar-lhes francamente que eu aceito com a mais verdadeira satisfação, e ufania, assim como aprecio altamente o signal, que me offerecerão da sua estima, e attenção. Eu não precisava por modo algum de huma semelhante couza para conservar na minha lembrança o alto conceito em que tenho o honrado comportamento deste exercito; porem isto será sempre para mim huma fonte inesgotavel de regosizo, como hum testemunho de que o exercito Portuguez reputou dirigidos com honra e vantagem os meos esforços na cauza de Portugal.

Eu prezo ainda mais este signal da sua estima, por ter sido a offerta da parte dos officiaes do exercito espontaneamente feita, e inteiramente voluntaria; e porque eu não tenho ambicionado, nem buscado aquella estima, que déo motivo á mesma offerta, senão por modos dignos dos que a conferirão e do que a alcançou, isto hé, pelos vestigios da honra, e com as

vistas no bem do serviço de S. A. R. sem outra alguma consideração.

Eu conheço, e confesso, que os meos merecimentos se achão exagerados na sua mensagem, e que eu sou mais devedor aos officiaes e exercito de Portugal, do que aos meos fracos talentos pelo credito que este mesmo exercito tem agora a bondade de attribuir-me.

Esta expressão dos sentimentos do exercito de S. A. R. para comigo serve-me de particular contentamento no momento actual: porque nada pode ser mais agradavel á S. A. R. em cuja Augusta Presença eu terei a honra de a apresentar, e mais conforme aos seos desejos do que o saber, que em quanto o seo exercito tem cumprido tão plena, e honradamente com os seos deveres para com elle, a pessoa aquem se servio confiar o commando, se conduzio com imparcialidade, firmeza, e justiça; e que ao mesmo tempo que satisfez as suas obrigaçoens para com o Soberano, conciliou a affeição dos que foraõ entregues ao seu governo, e direcçoens.—Pois o fazer contente, e feliz qualquer parte dos vassallos de S. A. R.; hé o que mais se conforma com os beneficos desejos do mesmo Senhor.

Eu tenho por isso de pedir á VV. Ex^{as}. e SS^{as}. que tenham a bondade de communicar aos officiaes deste exercito, que o seo Commandante em Chefe aprecia, e sempre apreciou, a boa opiniaõ, e estima delles, e que o darem-lhe a certeza de que elle a possui hé a mais agradavel offerta, que podiaõ fazer aos seos sentimentos; e repito que eu aceito com gosto, e ufania, o signal que tiveraõ a bondade de propôr-me por meio de VV. Ex^{as}. e SS^{as}. para confirmação, e em memoria da mesma estima.

Eu agradeço á VV. Ex^{as}. e SS^{as}. a maneira affectuosa e a candura com que tiveraõ a bondade de me transmitir os desejos dos officiaes do exercito nesta occasiaõ.

Quartel General do Patéo do Saldanha, 9 de Agosto de 1815.

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Snr. Marquez Monteiro Mor, e mais Snrs. Officiaes Generaes, e Officiaes da Junta, encarregada da Direcção da Offerta do Exercito ao Commandante em Chefe,

BERESFORD,
Marquez de Campo Maior.

O exercito Portuguez mostra-se aqui digno do seo illustre Commandante, e o Marechal Beresford mostra igualmente, que tinha todas as brilhantes qualidades para conduzir á victoria os mais valentes soldados do mundo—as tropas Portuguezas. A gloria do exercito Portuguez e a do Marechal Beresford estão mutuamente ligadas, e por isso o seo mutuo comportamento hé digno da nobreza e do elevado character de ambos. O exercito Portuguez mostra agora que não só hé brioso nos campos de batalha, porem delicado e sensivel nos aquartelamentos de paz. Com taes virtudes, esperamos, que a gloria e a honra Portugueza não tornem a murchar.

Havendo tido tanta satisfacção em publicar estes dois honrozos documentos, só ficámos com o desgosto de não poder-mos por elles advinhar qual seja a qualidade da offerta, que o exercito Portuguez fez ao seo General. Esta ommissão nos parece ter sido mui essencial, por que diminue huma grande parte do effeito, que elles devião produzir em todas as pessoas que os lessem.

INGLATERRA.

BIBLIOTHECA LUZITANA EM LONDRES.

Projecto, offerecido á todos os Portuguezes residentes em Inglaterra ; pelo qual são convidados á emprehender huma taõ decorosa como util instituição.

O simples nome de Bibliotheca basta para recomendar hum tal estabelecimento, quando se consideram as vantagens e progressos que lhe deve a civilisação. Taõ bello projecto mais de huma vez tem sido lembrado por alguns Portuguezes, mas nunca poudé ir avante por falta de co-operadores.

Tendo, porem, crescido neste paiz o numero de Portuguezes, hé para sentir que não tenhaõ hum ponto de reuniaõ cõmmum, que indique ao mesmo tempo o

seo espirito nacional, e o amor, e veneração que todas as naçoens devem ter pelas couzas que constituem os braçoens mais esplendidos da sua gloria.

Nada mais adequado pode haver para este fim, nem para dar huma idea vantajosa da civilisação dos Portuguezes que vivem neste paiz illuminado, do que a instituição de hum lugar publico consagrado á Literatura Nacional, que offereça á todos facil meio de irem alimentar, e fortalecer o patriotismo que lhes hé natural com a leitura dos bons autores Portuguezes; de que lhes resultariam muitos proveitos; e alem de outros, o de adquirirem e conservarem a pureza de sua lingua, que mui arriscados andam á viciar e perder, vivendo em paiz estrangeiro sem o proprio antidoto; e o de se instruirem nas historias, e mais cousas de sua nação, que hé obrigação de todos não ignorar, e que, em ponto de ricas, e interessantes, por nênhumasdas modernas são excedidas.

Estas, porem, não são as unicas vantagens que devem induzir os Portuguezes patriotas á lançar mão do projecto. A livraria deverá conter todas as obras que disserem respeito ao commercio, e ás artes: portanto, lá irão consultar as historias e as leis do commercio, os tractados, as tariffas, os mappas, as gazettas, e os jornaes mais interessantes de todas as naçoens: o que tudo hé de utilidade manifesta. Não deixaremos taõbem de mencionar que os Jornaes Portuguezes que se publicam neste paiz receberiam grande beneficio de huma tal instituição.

O modo mais prompto e conveniente de por em execução este projecto, hé pela forma seguinte:—

Logo que haja hum sufficiente numero de pessoas que queiram contribuir para este estabelecimento patriotico, os motores do projecto cuidarão em preparar hum orçamento das despesas que será necessario fazer, assim em livros,* como no arranjo da casa para a Livraria. Ao mesmo passo cuidarão em lavrar hum projecto da Instituição, e regulamentos da Livraria.

Acabado isto de apromptar, serão convocados os contribuintes para hum dia e lugar determinado, e ali em sua presença será lido o orçamento das despesas

* Livros Portuguezes todos os de nota; estrangeiros, porora, só os de maior nota, e necessidade.

acima dicto; á vista do qual votaraõ, ou todos igualmente, ou cada hum o que quizer, na proporção de £.20—40—60—80—&c. por deante; sendo o menos que se pode votar £.20. Todos os que contribuirem em qualquer das proporções acima dictas, seraõ por conseguinte os proprietarios, e denominar-se-haõ governadores da Livraria.

Seraõ todos iguaes em privilegios, excepto em votos nas deliberações á cerca dos negocios da Livraria; porque, neste respeito, cada £.20 de entrada constitue hum voto.

Depois de votadas as despesas, e determinados os votos de cada hum dos governadores, ser-lhes-há submittida a Instituição, e os regulamentos da Livraria, para serem approvados ou modificados á maioridade de votos.

Acabado isto, nomear-se-há hum Thesoureiro, e este, junctamente com os motores do projecto, formaraõ huma commissão que haja de o pôr em practica.

Nenhum dos governadores contribuintes precisará ter incommodo com a execução do estabelecimento, salvo se o quizer ter.

Haverá hum Livro para se assentarem as receitas e as despesas, e dar-se-haõ contas na primeira convocação de Mesa depois do estabelecimento concluido.

Por este modo fica a Livraria estabelecida de huma só vez.

As despesas annuaes para a sua manutenção seraõ feitas por subscripção annual adiantada, a mais extensa que se puder fazer.

A subscripção será renovada todos os annos, e não poderá ser de menos da 2 guineos.

Se a monta das subscrições não chegar (o que não hé provavel) para as despesas annuaes da Livraria, o deficit será pre-enchido pelos governadores: se sobejar dinheiro, ou ficará em caixa para os annos em que faltar, ou para concerto, augmento ou melhoramento da Livraria, segundo em Mesa se decidir.

Estes saõ os artigos que pareceo necessario fazer entrar neste prospecto; porem, todos estes, e tudo o mais que se julgar necessario estipular á bem do estabelecimento, será submittido á decisão dos governadores.

Recebemos este Projecto, que com a maior satisfação annunciamos para honra da nação Portugueza. Sem querer-mos por hora antecipar o muito que em pouco tempo teremos que dizer, só huma couza não podemos occultar. Consta-nos que os Senhores Negociantes Portuguezes, residentes em Inglaterra, são os *Instituidores* deste magnifico estabelecimento; e esta só circumstancia faz ver, que o seo patriotismo já tem hum grão de illuminação igual á gloria do nobre paiz, onde nasceram. Conhecem que a sciencia hé a Mãe de todas as riquezas, e nesta persuazaõ instituem na terra estranha, em que vivem, hum rico deposito de conhecimentos e de luzes, que não só lhes conserve sempre presentes os successos mais brilhantes da patria, de que não se querem esquecer, mas os habilite para poderem dignamente emparelhar com o que há de melhor nos estrangeiros. Quando assim se emprega a riqueza, de certo ella hé bem digna de estar nas mãos generosas que a possuem! Projectos taes nunca chegaõ á ser adequadamente elogiados; e a sua recompensa só a podem achar dentro de simesmos os elevados coraçoes, que os concebem e executaõ.

*Subscription for the Relief of the Unfortunate Sufferers
in Portugal.*

City-of-London Tavern, Bishopsgate-street,
July 13th, 1815.

At a General Meeting, held this day, at the above House, of the Subscribers in the year 1811, for the Relief of the Unfortunate Sufferers in Portugal, the following Report was laid before them by the Chairman:—

The Committee appointed on the 24th April, 1811, take the first opportunity in their power, of reporting to the Subscribers the application of the liberal sum entrusted to their management; at the same time regretting they have not been able to do so at an earlier period, having only recently received from Lisbon an account of the detailed distribution in the distant interior provinces.

The Committee, however, have the gratification to report, that no delay took place in administering the assistance intended, and that they from time to time have received the most satisfactory evidence of the very extensive and effectual relief produced by this Subscription, and of the gratitude of the Portuguese nation.

The Committee, on the 9th July, 1811, acquainted the Subscribers of the formation of a Committee at Lisbon, consisting of nine most respectable gentlemen (with his Britannic Majesty's Consul General as their Chairman) best qualified to procure information from the interior, and assist in the forwarding the distributions.—The zeal and cordial co-operation they have received from these gentlemen, call for the sincere thanks of this Committee, and they are happy to avail themselves of the present opportunity of thus publicly offering them.

A C C O U N T.

RECEIPT.

Amount of Subscriptions received - - - - -	£.81,079	0	0
Interest received on Exchequer Bills, and Discount allowed on anticipated Payment of Bills drawn - - -	3,340	3	2
Total of Receipts - - -	£.84,419	3	2

APPLICATION.

Rs.231.604:241 Distributed in Portugal, as hereafter stated.

2.108:890 Expences in Portugal, for Printing, Postages, &c.

Rs.233.713:131 Drawn from Lisbon, at an average Agio of $24\frac{6}{10}$, and an average Exchange of 72 per Rs.1:000 produced - - - £.79,983 1 11

Advertising the Names of the Subscribers, at several times, in the London and Provincial Papers, and Printing - - - - - 3,501 18 9

Clerks, Postages, Stationery, and other incidental Expences - - - - - 154 12 8

£.83,639 13 4

Balance, at the Bank, in the Name of the Committee 779 9 10

£.84,419 3 2

GENERAL STATEMENT of the Sums distributed in Portugal, to the Sufferers in the several Provinces invaded by the French Army.

Districts.	General Relief.	Orphans.	Hospitals.	Women and Children.	Total.
	Rs.	Rs.	Rs.	Rs.	Rs.
Guarda - - - - -	17.000:000	11.000:000	1.000:000	- -	29.000:000
Thomar - - - - -	4.400:000	3.000:000	600:000	400:000	8.400:000
Castello Branco - - -	13.600:000	11.000:000	1.000:000	- -	25.600:000
Pinhel - - - - -	8.000:000	13.000:000	1.000:000	- -	} 34.000:000
„ Coa - - - - -	12.000:000	- -	- -	- -	
Coimbra - - - - -	9.800:000	18.296:000	- -	- -	} 32.496:000
„ Pombal, Redinha and Condeixa	2.400:000	- -	- -	- -	
„ Figuera and Soure	1.600:000	- -	- -	- -	
„ Payao - - - - -	- -	400:000	- -	- -	
Lisbon, to distressed Families from the Interior - -	9.695:000	3.370:000	- -	1.723:241	} 43.908:241
„ Santarem - - -	3.400:000	2.200:000	1.900:000	- -	
„ Obidos - - - -	3.000:000	1.200:000	1.900:000	- -	
„ Caldas da Rainha	- -	- -	2.400:000	- -	
„ Alenquer - - -	600:000	- -	2.000:000	- -	
„ Torres Vedras -	5.400:000	1.800:000	400:000	- -	
„ Arruda - - - -	- -	- -	600:000	- -	
„ Merceana - - -	- -	- -	400:000	- -	
„ Cartaxo - - - -	720:000	- -	- -	- -	} 16.400:000
„ Villa Franca - -	- -	800:000	400:000	- -	
Leiria - - - - -	7.400:000	4.000:000	5.000:000	- -	16.400:000
Aveiro - - - - -	3.800:000	3.000:000	- -	- -	6.800:000
Lamego - - - - -	5.400:000	3.000:000	- -	- -	8.400:000
Vizeu - - - - -	11.000:000	11.000:000	- -	- -	22.000:000
Crato - - - - -	1.600:000	3.000:000	- -	- -	4.600:000
Rs.	120.815:000	90.066:000	18.600:000	2.123:241	231.604:241

Resolved—That the small balance which may remain at the Bank, on the account of the Committee, after the payment of the expence of advertising this Report, and other incidental charges, be remitted to Lisbon, for the Benefit of the Orphans.

Resolved—That the Report now presented be signed by the Chairman, published in the several London and Provincial Papers in which the List of Subscriptions were from time to time inserted, and in the Portuguese Journals published in this country.

Resolved—That the Chairman be requested to wait upon His Royal Highness the Duke of York, or adopt such other method as he may consider most proper for

conveying to His Royal Highness the Thanks of this General Meeting, for his great condescension in taking the Chair, at the Meeting at Willis's Rooms, on the 1st May, 1811, and for the zeal with which His Royal Highness so effectually promoted the object of the Meeting.

Resolved—That the Chairman be requested to convey the Thanks of this Meeting to the most noble the Marquis of Lansdowne, and the other Noblemen and Gentlemen composing the Committee at the west end of the town, for their great exertions and cordial co-operation in promoting the Subscription for relieving the unfortunate Sufferers in Portugal.

JOHN WHITMORE, *Chairman.*

The Chairman having left the Chair, it was resolved unanimously, That the Thanks of this General Meeting be given to John Whitmore, Esq. the Chairman, for having convened the original Meeting at which the Subscription was opened, and for his unremitting zeal and attention, which have so essentially contributed to the benevolent object it had in view.

Resolved—That these Resolutions be inserted in the Public Papers, accompanying the Report.

At a Committee, 11th October, 1815.

The Chairman reported having waited upon His Royal Highness the Duke of York, who had been graciously pleased to express his perfect approbation of the whole of the proceedings.

The Chairman further reported having paid the charges of advertising the foregoing Report, and various other expenses, amounting in the whole to - - - 294 11

And that a bill had been taken upon Lisbon, and remitted to the Committee there (to be applied to the benefit of the Orphans) amounting to - - - 484 18 10

£.779 9 10

(Os Editores do *Investigador Portuguez* publicam gratis este annuncio.)

DIVIDA PUBLICA INGLEZA.

Ao Editor do Morning Chronicle.

Senhor; a linguagem das figuras hé difficil de ler, e ainda mais difficil de comprehender: eu vos apresentarei por tanto o assumpto da nossa divida nacional em hum ponto de vista bem claro, á fim de poder ser bem distinctamente conhecida, e que tenhaes huma idea exacta naõ só da sua actual somma enorme, porem dos rapidos progressos que fez para chegar ao estado em que hoje a vemos.

Na Revoluçãõ de 1688 a divida nacional	£.
montava á - - - - -	664,236
Augmentou-se no reinado de Guil-	
herme III. á - - - - -	15,700,000
No da rainha Anna á - - - - -	37,700,000
Somava a divida no principio do reinado	
de George I. - - - - -	54,145,000
No de George II. - - - - -	52,092,000
No de George III. - - - - -	146,682,844
Diminuiu durante a paz - - - - -	10,739,793
Divida anterior á guerra d'America, 1776	135,943,051
Augmento pela dita guerra - - - - -	102,541,819
Somma da divida em 1783 - - - - -	238,484,870
Diminuiçãõ durante a paz - - - - -	4,751,261
Divida no principio da primeira guerra de	
França, 1793 - - - - -	233,733,609
Augmento pela dita guerra - - - - -	327,469,065
Somma da divida em 1801 - - - - -	561,203,274
Augmento durante a paz - - - - -	40,207,806
Divida no principio da segunda guerra de	
França, 1803 - - - - -	601,411,080
Augmento pela dita guerra - - - - -	341,784,871
	943,195,951
Somma da divida remida pelo fundo de	
amortisaçãõ, desde 1785 - - - - -	236,801,742
Somma da divida em 1813 - - - - -	706,394,209

A' esta somma hé preciso ainda acrescentar a seguinte divida *sólta* (*unfunded debt*). Em Janeiro de 1815 os *Exchequer Bills* desta natureza montavaõ á 57,941,700*l*. As dividas ainda não satisfeitas, contrahidas com a guerra da Península, e com a terceira guerra Franceza, montaõ pelo menos á 50 milhoens mais; e assim a nossa divida nacional hé hoje de *oitocentos e quatorze milhoens, trezentas e trinta e cinco mil, novecentas e nove libras*.

O objecto declarado da guerra erá, segundo se nos dizia:—"Indemnidade pelo passado, e segurança para o futuro."

Agora eu vou chamar a vossa attenção para o sistema de liquidação de Mr. Pitt, e effeito que elle produzio: o meo intento hé esclarecer e não enganar. Em 1785 começou elle a nova era do Fundo de Amortisação, que entaõ recommendou como hum maravilhoso especifico para curar todos os nossos males; e com huma declamação prophetica antevio, que o grande successo teria lugar dentro de 25 annos; isto hé, que estaríamos sem dividas no anno de 1810. Lembro-me muito bem, que não só elle asseverou isto, porem que muitas pessoas de boa fé, e bem informadas estavaõ inteiramente persuadidas deste milagre. Notai agora o que aconteceu:—Em 1785, a nossa divida montava a 235 milhoens: em 1815, isto hé, 30 annos depois, deduzidos todos os effeitos do dito Fundo de Amortisação, monta a divida, como acabamos de ver, ácima de 800 milhoens. Todavia, a nação hé entretida com repetidas contas, que se lhe expõem nas gazetas todos os tres mezes, para lhe mostrar as vantagens que nos tem dado este sistema. Não espereis, na occasião da paz geral, poder ver reduzidos os nossos tributos annuaes, os quaes por hum relatorio que tenho á vista, assignado pelo Secretario do Tezouro, montaõ neste anno á 67,403,791*l*. Tenho em meo poder calculos mui bem feitos e exactos das sommas provaveis que nós seraõ necessárias em tempo de paz, e posso assegurar-vos sem receio de ser contradicto, até pelo Chancellor do Exchequer, que elle não será capaz de reduzir as nossas despezas de paz á baixo de 70 milhoens.

Em pouco tempo, eu provavelmente poderei dar-vos

algumas informaçoes relativas á situação em que nos achamos com as Potencias Continentaes á respeito do artigo trigo e mais graons.”

JOSEPH ROYLE.

Canterbury, 26 de Outubro, 1815.

PAZ GERAL ENTRE OS ALLIADOS E A FRANÇA.

(Gazeta Extraordinaria de Londres.)

Downing Street, 5ª feira, 23 de Novembro.

“ Mr. Planta chegou esta manham com os Tratados concluidos entre S. M. Britannica e seos Alliados, e S. M. Christianissima Luis 18. Foraõ assignados por parte de S. M. B. pelo Lord Visconde Castlereagh, hum dos principaes Secretarios de Estado de S. M. e por S. E. o Field-Marechal Duque de Wellington; e pelo Duque de Richelieu, por parte de S. M. Christianissima.”

Carta ao Lord Mayor á cerca deste mesmo assumpto.

Downing Street, 23 de Novembro, 1815.

“ My Lord:—Da-me grande satisfacção a honra que tenho de informar a V. S. que Mr. Planta acaba de chegar com os Tratados assignados em Paris a 20 do corrente, entre as Potencias Alliadas e S. M. Christianissima, pelos quaes as bençaons da paz são restauradas á Europa, e eu tenho occasião de congratular a V. S. pelo felis termo da guerra.—Tenho a honra de ser, my Lord, de V. S. o mais obediente e humilde Servo,

BATHURST.”

“ *Ao Right Hon. Lord Mayor de Londres.*”

Estes Tratados e Convençoens são quatro. Hum de paz entre as Potencias Alliadas e a França: o segundo, relativo a occupação das fortalezas, e subsistencia das tropas que as devem occupar: o terceiro determina a somma das contribuiçoens, e o modo de as impor e cobrar: o quarto designa o tempo e o modo de pagar aos credores estrangeiros da França.

Se estes Tratados se publicarem por inteiro ainda á

tempo de os dar-mos neste Numero, não deixaremos de satisfazer com elles a curiosidade dos nossos leitores: quando não, ficarão para o N^o seguinte.

A Reply, "point by point," to the Special Report of the Directors of the African Institution: By Robert Thorpe, Esq. LL. D.

Isto hé:—

Replica, "ponto por ponto," ao Relatorio especial dos Directores da Instituição Africana: Por Roberto Thorpe, Esq. LL. D.

Os nossos Leitores devem estar lembrados que já publicamos os Extractos de huma celebre Carta, que este Magistrado escreveu a Mr. Wilberforce á cerca das abominaçoens cometidas na Africa pelos Agentes da Instituição Africana que se denominaõ os amigos e defensores dos Negros. Mr. Thorpe foi accusado de mentiroso ou exagerado; e por isso julgou ser da sua honra dar a resposta que temos mencionado, na qual, em lugar de se desdizer, revela ainda novos horrores. Em os Nos. seguintes daremos della alguns extractos, ou podendo ser, a Obra por inteiro.

Declaração Official sobre os arranjos das Provincias Candianas.

Chamadas pelos Chefes, e recebidas com applauso pelo povo, as tropas de S. M. B. entraraõ no territorio de Candia, e penetraraõ até á capital. A Divina Providencia foi servida coroar os seos esforços de hum conforme e completo successo: o Governador das provincias interiores cahio em nossas mãos; e o governo esta á disposição do Representante de S. M. B.

Nesta mui relevante commissão, a sua mais fervorosa supplica hé, que o mesmo poder, que até agora se há dignado favorecer a empreza, haja taõbem de guiar os seos conselhos, á fim de se conseguir o que tanto se deseja; isto hé, prosperidade para o povo, e honra para o Imperio Britannico.

Em circumstancias mui diversas, das que existem no caso presente, seria hum dever, na realidade bem grato, promover o estabelecimento de hum Principe desgraçado, se a sua conducta não ameaçasse a tranquillidade dos governos vezinhos; e se houvesse a menor certeza de seos vassallos gozarem de segurança debaixo da sua soberania. Porem as atrocidades commetidas no fatal anno de 1803, as quaes certas circumstancias e factos até agora desconhecidos fazem ainda mais agravantes—e o assassinato de 150 soldados doentes que ao desamparo jazião no hospital de Candia, e que haviaõ sido deixados debaixo do penhor da fé publica, e o não ménos perfido assassinio de toda a guarnição Britannica, commandada pelo Major Davie, a qual se rendêra com a promessa de protecção, são actos, de que em vão se procuraria achar exemplo nos annaes da guerra civilisada; e que ao mesmo tempo servem ao Governador de huma terrivel lição, escripta em caracteres de sangue, para nunca pôr a menor confiança em tal individuo. Alem disto a obstinada recusação de todas as amigaveis propostas, repetidas vezes feitas durante a suspensão das hostilidades, tem claramente mostrado hum implacavel odio, de todo incompativel com a esperanza de huma sincera reconciliação. Huma atrevida prova deste grande odio se vio na barbara e injusta mutilação de dez innocentes vassallos do Governo Britannico, em consequencia da qual sete perecerão; attendado este, que parece fora feito com o intento de destruir toda a probabilidade de huma amigavel communicação.

Se por tanto se presumir, que o Rei no presente revez da sua fortuna e condição, talvez esteja mais disposto para entrar em negociações, que confiança se pode ter em suas promessas, quando ellas repugnaõ aos bem sabidos principios do seo governo? Ou como se pode esperar, que elle observe as condições, que até agora havia com tanta perseverança regeitado? Muito menos se pode por hum só momento conceber esperanza alguma, de que gozarão de segurança os habitantes que imploraraõ o auxilio do Governo de S. M. B.; e em vão igualmente se tentaria alcançar perdão ou protecção a bem dos Chefes, que julgaraõ

hum dever superior á todas as outras obrigações, o serem os instrumentos desta imploração.

Se as suas queixas são mal fundadas, e a sua opposição ao Rei injusta; ou se pelo contrario os seus gravames haõ sido na realidade intoleraveis, se pode muito bem decidir por factos de irrefragavel autenticidade.

Destruir deliberada e perversamente as vidas humanas, indica hum estado de oppressão geral: e esta unica circumstancia basta para confirmar a existencia da tirannia. Hum só caso, ainda não há muito acontecido, todos unanimes admittirão, que comprehende tudo quanto hé illegitimo e barbaro; e que apresenta o ultimo gráu de maldade e depravação individual; falta total de consciencia; e completa extincção dos sentimentos de homem. Estas asserções são assaz corroboradas pelo deploravel espectaculo, em que se virão os quatro filhos de Eheylapola Adikar (o mais novo mesmo arrancado do peito da mai) serem cruelmente mortos, e suas cabeças pizadas em hum almofariz pelas mãos do proprio pai; e a mai e tres mulheres mais, com os membros atados e huma pezada pedra atada ao pescoço, serem lançadas á hum lago.

Ora esta atrocidade não apresenta unicamente aquillo, que anda annexo á hum governo absoluto, isto hé, suspeitas sem fundamento; não dar ouvidos á hum exame imparcial; a vontade do governante substituida ás decisões da justiça; decretos precipitados violentos e injustos; modos de execução barbaros; ou hum innocente soffrendo em consequencia da iniqua imputação de hum crime; porem hé ainda mais agravante, por isso que nella se vê hum audaz desprezo de todos os principios de justiça, não se fazendo caso dos modos licitos de castigar; não se julgando necessaria accusação alguma; e escolhendo-se para victimas mulheres sem amparo e innocentes; e crianças incapazes de commeterem crimes.

Considerando estas atrocidades, não se deve por forma alguma lamentar a impossibilidade de tratar com tal individuo sobre negocios de paz, ou guerra; e na yerdade as armas de S. M. B., até agora empregadas na generosa empreza de alliviar os opprimidos, ficariaõ deslustradas e manchadas, se concorressem para

a restauração de hum Governo, que hé totalmente opposto á tudo quanto existe de sagrado na constituição e funcçoens de hum governo legítimo.

Por estes motivos Sua Excellencia o Governador accedeo aos desejos dos Chefes e povo das Provincias Candianas; e se fez em consequencia disto huma Convenção, cujo resultado vem exposto no seguinte acto publico:—

PROCLAMAÇÃO.

Em huma Convenção feita no dia 2 de Março, no anno de Christo 1815, e no anno Cingalese 1736, em o palacio na cidade de Candia, entre Sua Excellencia o Tenente General Roberto Brownrigg, Commandante em Chefe, e Governador das colonias e territorios Britannicos na ilha de Ceilaõ, obrando em nome e autoridade de S. M. Jorge III. Rei, e S. A. R. Jorge Principe de Galles, Regente do Reino Unido da Gram Bretanha e Irlanda de huma parte, e os Adikars, Dessaves, e outros principaes Chefes das Provincias Candianas, em nome dos habitantes; e em presença dos Mohottales, Coraals, Vidaans, e outros subordinados Maiores das diversas provincias; e em presença do povo nesta occasião congregado, de outra parte; se conveio nos artigos seguintes:—

I. Que as crueldades e oppressoens de Rajah Sri Wickreme Rajah Sinha, commetidas no despotico e injusto castigo de tormentos corporaes e mortes sem a menor forma de processo, e algumas vezes sem accusação, ou a possibilidade de hum crime, e no geral desprezo e quebrantamento de todos os direitos civis, tem sido fragantes, enormes e intoleraveis; sendo todos os actos e maximas do seo governo destituidas daquella justiça, que hé indispensavel para a segurança de seos vassallos, e daquella boa fé, que produziria huma amigavel correlação com os territorios vizinhos.

II. Que Rajah Sri Wickreme Rajah Sinha, em consequencia da habitual violação dos principaes e mais sagrados direitos de hum Soberano, tem perdido todos os direitos á este titulo, ou os poderes annexos ao mesmo; e se declara que elle hé deposto da dignidade de Rei. Sua familia e parentes, quer sejam na linha ascendente, descendente, ou collateral; quer

sejaõ por afinidade ou sangue, saõ taõbem excluidos do throno—e todo o direito e titulo da Casta Malabar á soberania das Provincias Candianas fica abolido e extincto.

III. Que todos os individuos machos, que forem, ou pretenderem ser parentes de Rajah Sri Wickreme Rajah Sinha, ou por afinidade, ou sangue, ou na linha ascendente, descendente ou collateral, saõ agora declarados inimigos do Governo das provincias Candianas, e excluidos e prohibidos de entrarem nestas provincias, debaixo de pretexto algum, sem huma licença escripta para esse fim pela autoridade do Governo Britannico, sob a pena da Lei de Guerra, a qual se declara estar actualmente em vigor para esse fim;—e todos os individuos machos da Casta Malabar expulsos agora das ditas provincias saõ, sob a mesma pena, prohibidos de voltarem, excepto se tiverem a licença acima mencionada.

IV. O dominio das Provincias Candianas fica entregue ao Soberano do Imperio Britannico, para ser exercido pelos Governadores ou Tentes-Governadores de Ceilaõ, e seos Agentes authorisados; sob a condiçaõ, que aos Adikars, Dessaves, Mohottales, Co-raals, Vidaans, e os outros mais Chefes, e subordinados Maiores, legitimamente nomeados pelo Governo Britannico, se concedem todos os direitos, privilegios e poderes de seos respectivos cargos; e que á todas as classes do povo se affiança a segurança de suas pessoas, propriedade, direitos civis, e immunidades, em conformidade com as leis, instituicoens, e costumes, estabelecidos e em vigor entre elles.

V. A religiaõ de Boodhe, professada pelos chefes e habitantes destas Provincias, hé declarada inviolavel; e os seos ritos, ministros, e templos seraõ conservados e protegidos.

VI. Toda a sorte de tormento corporal, e toda a mutilaçãõ de membro, ou orgãõ, ficaõ prohibidos e abolidos.

VII. Naõ se poderá pôr em execuçaõ alguma sentença de morte contra qualquer habitante, sem huma ordem por escripto do actual Governador, ou Tenente-Governador, a qual sera fundada sobre a exposiçaõ que do caso lhe fizerem o Agente ou Agentes autho-

risados, residentes no interior, perante os quaes serão processados todos aquelles que forem accusados de offensas capitaes.

VIII. Debaixo destas condicoens, as authoridades ordinarias exercerão sobre os habitantes de Candia a administração da justiça civil e criminal, e de policia, segundo as formas estabelecidas: salvo sempre o direito que o Governo tem á socorrer os opprimidos, e á reformar abusos em todos os casos, tanto particulares como geraes, em que esta intervenção for necessaria.

IX. Sobre todos os individuos, que não forem Candianos, tanto civis como militares, residentes nestas provincias, a justiça civil e criminal, e a policia, se administrarão pelo modo seguinte, até que o Governo de S. M. em Inglaterra ordene o contrario:—

1º Todas as pessoas, á excepção daquelles que pertencerem ao exercito, por quanto estes estão sujeitos á disciplina militar, estarão debaixo da jurisdicção dos Agentes autorisados em todos os casos, excepto em accusaçoes de assassinio, as quaes serão examinadas por commissoes especiaes, mandadas de vez em quando pelo Governador para esse fim. Fica entendido, que visto haverem, e estarem em vigor certas leis do Reino Unido, pelas quaes pode ser processado todo o vassallo Britannico, que houver cometido crimes em paizes estrangeiros, nenhum vassallo Britannico que for accusado do crime de assassinio nas Provincias Candianas, deverá ser processado senão em virtude destas leis do Reino Unido.

2º Todas as pessoas pertencentes ao exercito, e por conseguinte subordinadas á disciplina militar, em todos os casos civis e criminaes, em que forem reos, estarão sujeitos ás leis, regulaçoens e usos de guerra, ficando reservado para o Governador e Commandante em Chefe em todos os casos, comprehendidos no artigo 9º, hum direito illimitado de examinar todo o procedimento civil e militar; e taõbem pleno poder para tomar algumas medidas provisionaes, que em conformidade com o espirito geral do dito artigo, se julgarem necessarias para pôr em plena execução o theor do mesmo.

X. Nunca as varias clausulas precedentes deixarão de ser executadas em virtude das provisoens de alguma

proclamação temporaria ou parcial, publicada durante a marcha do exercito ; as quaes provisoens, visto serem incompativeis com os ditos artigos precedentes, ficam por meio deste annulladas.

XI. Os tributos reaes, e rendas das provincias Candianas serão administradas e collegidas para o uso de S. M. B., e conservação dos estabelecimentos provinciaes ; em conformidade com o modo legitimo, e debaixo da direcção e superintendencia do agente ou agentes do Governo Britannico.

XII. S^a Ex^{ca} o Governador adoptará provisionalmente, e pedirá a S. A. R. o Principe Regente, que haja de confirmar, certas medidas á favor do commercio destas provincias, as quaes possam facilitar a exportação dos seos productos, e melhorar os retornos, ou em dinheiro, sal, roupa, ou outras commodidades necessarias e uteis aos habitantes de Candia. *God save the King!*—Por ordem de S^a Ex^{ca}.

JAMES SUTHERLAND, Secr. Deput.

A P P E N D I C E

AO ARTIGO—POLITICA.

P O R T U G A L.

Carta da Officialidade da Brigada de Cavallaria Portugueza, composta dos Regimentos, No. 1, 6, 11, e 12, ao Exmo. Benjamin D'Urban.

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. ;

A Officialidade da Brigada de Cavallaria Portugueza, composta dos regimentos 1, 6, 11, e 12, cheia da mais respeituoza amisade, e viva gratidão, tem a honra de offerecer ao illustre Chefe, que a commandou na porfiada, e triunfante campanha da Peninsula, huma espada, como mais hum teste-

munho da affectuosa adhesão, que consagra a V. Ex. não só pela estima, e particular distincção com que constantemente a tractou, como taõbem por lhe ter indicado o caminho da gloria, estimulando-a com o seu exemplo á expulsar da patria o inimigo commum, e á consolidar a independencia de humação, que sendo sempre fiel ao seu Soberano, deve igualmente mostrar-se agradecida á V. Ex. pelos relevantes serviços, que lhe fez, e por ter concorrido muito para o feliz resultado de taõ gloriosa empreza. Este singela offerta não corresponde certamente á seus dezejões, e hé assaz diminuta para o merecimento de V. Ex.; mas servirá ao menos de patentear á geração presente, e á posteridade, que não hé ingrata aos beneficios recebidos, e que sabe tributar ao verdadeiro valor, e ao homem virtuoso, os cultos que lhe são devidos. Queira V. Ex. aceitar os puros e unanimes sentimentos dos officiaes, que o amaõ, e respeitaõ: hé o orgaõ delles hum dos que se sente mais penhorado pelos obsequios de V. Ex., e já que todos não podem gozar a ventura de os expressar de viva voz, tenhaõ ao menos a doce satisfacção de conservar de V. Ex. a mais constante e saudoza memoria, e de protestar publicamente a alta consideração de cada hum delles ao seu distincto e bravo General.—Temos a honra e a gloria de ser, com a maior estimação, e o mais profundo respeito, Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Benjamim D'Urban,

De V. Ex.

Camaradas obedientes, e Veneradores obrigadissimos.
Como Procurador JOAÕ MARIA FALCAÕ WANZELLER.

*Brigada de Cavallaria Portugueza, composta dos Regimentos
Numeros 1, 6, 11, 12. Ao Brigadeiro General Benjamin
D'Urban.*

O Caminho da Gloria nos abriste,
Brandindo a forte, vencedora Espada,
Que pende cheia de tropheos sem conto,
Da Memoria no Templo collocada.

Das mãos de Marte recebeste aquella
Em que portentos de valor se viraõ,
Esta offerer-te vem gratos Guerreiros
Dos Luzos Esquadraõs que te seguiraõ.

Delles serás, ó Durban, sempre amado;
E se o tempo voraz tudo consóme,
Veja á despeito seu que eternamente
Hade em Lizia lembrar teu grande Nome.

REGIMENTO, No. 1.

<i>Graduações.</i>	<i>Nomes.</i>
Tenente Coronel	Henrique Walson.
Major	Antonio Feliciano Telles de Castro Aparicio.
Dito	Nicoláo d'Abreu Castello-Branco.
Capitão	José Antonio da Silva Torres.
Dito	Joaõ Maria Falcão Vanzeler.
Dito	D. Joaõ de Castello-Branco.
Dito	Bento da França.
Dito	D. Gastaõ José da Camera.
Cirurgião Mór	Antonio Henriques da Silveira.
Tenente	José Urbano de Carvalho.
Dito	Joaõ Manoel de Sampayo.
Dito	Lourenço Antonio Falcão.
Dito	José Gabriel Dias Pereira.
Dito	José Pedro de Mello.
Dito	Antonio Maria de Lacerda.
Tenente Ajudante	Amaro Felix Hilario de Santa Anna.
Tenente	José de Barros Abreu.
Dito	Miguel Pereira Barreto.
Dito	Leonel Joaquim Machado.
Dito	Antonio Cardozo.
Dito	Gaspar de Macedo.
Pagador	Manoel Pereira Luria.
Quartel Mestre	Francisco Nunes do Amaral.
Ajud. de Cirurgiaõ	José Felix da Cunha.
Alferes	Victor Jorge.
Dito	Joaõ Carlos Francisco Forman.
Dito	Antonio de Sousa Mello.
Dito	José de Azevedo Velles.
Dito	Conde da Cunha.

REGIMENTO, No. 6.

<i>Graduações.</i>	<i>Nomes.</i>
Tenente Coronel	Ricardo Dignes.
Major	Antonio Joaquim Bandeira.
Capitão	Antonio Pinto Alvares Pereirs.
Dito	Francisco Maximiano Valdes.
Dito	James Dodwel.
Dito	José Leite Pereira de Almada.
Cirurgião Mór	Antonio Rodrigues Chaves.
Tenente	José do Valle e Souza.
Dito	Manoel Pestana d'Almeida.

<i>Graduações.</i>	<i>Nomes.</i>
Tenente	Joaquim Augusto.
Dito	Lazaro Pereira Homem.
Dito	Simaão da Costa Pessoa.
Dito	Antonio Cerqueira.
Dito	Joaquim Cardozo.
Dito	José Joaquim de Queiroga.
Dito	Leonardo Correia da Silva.
Dito	José Pedro de Faria e Lacerda.
Ajudante	Manoel Fragoso Amado.
Thesoureiro	Francisco Luiz de Souza.
Quartel-Mestre	José Carlos d'Andrade.
Ajud. de Cirurgiaõ	Antonio José de Queiroga.
Alferes	José Ignacio d'Almeida.
Dito	José Maria de Sá Camello.
Dito	Gil Guedes Correia.
Dito	Antonio Guedes.
Dito	Filippe d'Atouguia.
Capellaõ	José Antonio Garcia.

REGIMENTO, No. 11.

<i>Graduações.</i>	<i>Nomes.</i>
Tenente Coronel	Antonio de Azevedo Coutinho.
Dito	Martinho Correia.
Major	Eduardo Henght.
Major Aggregado	Gregorio de Mendonça Furtado.
Cirurgiaõ Mór	José Joaquim Franco.
Capitaõ	Jorge Eduardo Quentin.
Dito	Antonio de Lima Praça.
Tenente	José Antonio Botelho.
Dito	Antonio José Botelho.
Dito	Francisco Afra Villa Boa.
Dito	D. Aires Antonio da Silva.
Dito	Joaõ Cabral Ozorio.
Dito	José Ozorio do Amaral Sarmento.
Dito	José de Sousa Prito.
Dito	José Francisco da Costa.
Dito	Joaõ Nepomeceno Izidro.
Dito	Manoel da Costa Pessoa.
Ajudante Alferes	Fortunato de Mello.
Pagador	Alvaro Cardozo de Lucena.
Quartel-Mestre	Estevaõ Leitaõ d'Araujo.
Alferes	Sebastiaõ Teixeira Lobo.
Dito	Bernardino Godinho.
Dito	Luiz Estevaõ da Costa.
Dito	Joaõ José Bolho.
Capellaõ	José Baptista Marquez.

REGIMENTO, No. 12.

<i>Graduações.</i>	<i>Nomes.</i>
Coronel	Visconde de Barbacena.
Tenente Coronel	Antonio Carlos Cairy.
Major	Diogo Owen.
Capitão	Bernardo Deutel.
Dito	José de Sá.
Dito	Pedro de Barros.
Dito	Antonio Caetana Pavaõ.
Tenente	Joaõ Galvaõ.
Dito	Paulo Lopes da Mata.
Dito	Lopo de Vasconcellos.
Dito	Gonçalo Mendo Castello-Branco.
Dito	Joaõ Ferreira Louzada.
Dito	Antonio Colmieiro.
Dito	D. Miguel Vaz Guedes.
Dito	Manoel Bernardo Aranha.
Ajudante	Joaõ Pereira Sarmento.
Alferes	Antonio de Mello.
Dito	Bernardo Luiz Dantas.
Dito	Antonio Vicente.
Dito	Antonio Pedro.

Nós já neste mesmo No. publicámos dois documentos, que attestão a gratidão de todo o exercito ao seo illustre Chefe, e agora se nos dêo ainda o prazer de podermos noticiar outro novo testemunho da bizzarria de huma porção deste mesmo valorozo exercito, a Brigada de Cavallaria, composta dos Regimentos, Nos. 1, 6, 11, e 12. Certamente muito folgâmos com fazer estas publicações, por que nos daõ occasião de apresentarmos ao mundo, em todo o seo brilho e magnanimidade, o elevado character Portuguez. O Snr. Brigadeiro D'Urban deve com razão ter ufania em haver commandado taes homens e taes soldados; e todas as expressões que lhe derigem, tanto em verso como em prosa, são bem dignas de lisongear o seo nobre coração. Sentimos, que a *Musa Portuguesa*, de quem por não offendermos sua modestia, occultamos o nome, tanto limitasse os brilhantes vãos da sua inspiração poetica: mas, assim mesmo será hum desvanecimento para o Cavalleiro Britanno poder dizer ainda hum dia na sua patria:—"Meos feitos d'armas tiveram a approvação dos valentes Camaradas, com quem por tantas vezes me achei nos campos da honra e da gloria; e huma nova Corina, huma Dama Portugueza, dignou-se de os cantar!"

Muito estimámos ver assignado, como Procurador de todos os officiaes da sua brigada, o honrado nome do Snr. Joaõ

Maria Falcão Wanzeller. E alegrando-nos de que tenha escapado aos muitos perigos que correu pela mais gloriosa das causas, só sentimos de o achar ainda, depois de tantos annos de serviços, na simples patente de Capitão. Huma pessoa, porem, da educação, brio, e character do Snr. Falcão, não pode ter melhor recompensa do que a bella consciencia de bem haver servido o seo Principe e a sua patria!

ORDEM DO DIA.

Mirandella, 11 de Março, de 1813.--Ordem da Brigada.

O Snr. Brigadeiro General, tendo recebido ordem de publicar á Brigada a Sentença seguinte de hum Concelho de Guerra, em que foi julgado o Major João Pedro de Sá Coutinho do Regimento No. 12 de Cavallaria, e de mandar o mesmo ser posto em execução; dezeja por conseguinte, que o Snr. Commandante do Regimento No. 12 remeta ao dito Major huma copia desta Ordem do Dia juntamente com os documentos de que vai acompanhada; e o Snr. Major João Pedro de Sá Coutinho hé do mesmo modo mandado marchar até Valença, e de participar a sua chegada ao Snr. Governador daquella Praça.

CRIME.

O Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Marechal, Conde de Trancozo, Commandante em Chefe do exercito, manda que seja julgado em Concelho de Guerra o Major do regimento de Cavallaria, No. 12, João Pedro de Sá Coutinho em razão do péssimo estado em que se acha o Esquadrao de reserva e Deposito do mesmo regimento, existente na Praça de Chaves, não pelo que provém da falta de dinheiro, mas do que hé resultado de negligencia; e vem á ser—o máo estado dos cavallos, e haver entre os doentes hum grande numero com mormo, e ter huma grande parte desferrados, e não haver nos quarteis dos soldados nem arranjo, nem limpeza, chegando-se á attribuir á falta de asseio as molestias que soffre a gente do esquadrao e deposito.

SENTENÇA.

Vendo-se em perfeito Concelho este Processo, se julgou uniformemente que o crime se acha provado tão somente na parte que pertence á falta de disciplina, e exercicio, posto que no resto tem sido mui louvavel a sua conducta, principalmente á respeito do trato dos cavallos; e por isso na mesma uniformidade o condemnaram na pena de expulsão cominada no §. 3, do cap. 18, que diz:—“E se qualquer regimento for

achado incompleto, mal ordenado, mal armado, mal exercitado, mal disciplinado do que poder ser o Coronel será expulso sem remissão;”—cuja pena mandaõ se execute, visto que o Concelho não tem autoridade para a diminuir.—Chaves, 18 de Novembro, de 1812.

Assignado—FREDERICO, BARAÕ D'EBEN, Brigadeiro.

Approvaçaõ de S. E. o Snr. Marechal.

Confirmo a Sentença do Concelho de Guerra; porem S. A. R. há por bem perdoar ao Major João Pedro de Sá Coutinho a pena de expulsaõ do seo Real serviço em que foi condemnado, comutando-lha em seis mezes de prisão dentro dos muros da Praça de Valença, e ficar agregado ao seo regimento.—Quartel General em Cintra, aos 23 de Fevereiro, de 1813.

Assignado—Marechal BERESFORD, Conde de Trancozo.

Por ordem—Assignado—BENTO DE FRANÇA, Major de Brigada.

FRANCISCO DE FIGUEIREDO SARMENTO, C. Commandante.

Copia de huma Resoluçaõ de S. A. R. para os Governadores do Reino.

Tomando S. A. R. em consideração, o que exposeraõ no seu parecer, sobre o do Patriarca Eleito, e a Consulta da Curia Patriarchal relativamente á maneira irregular, com que foi esbulhado pelo Collegio Patriarchal, séde vacante, Joze Antonio de Barboza e Araujo dos empregos de desembargador e promotor da relação Patriarchal e da Collecta, sem ser ouvido, nem convencido, contra as reaes ordens, que mandaõ conservar Séde Vacante, os Ministros existentes, e contra a pratica constante da Igreja Lusitana, que não requer ordens sacras para os Vigarios Geraes, Provizores, e mais Juizes Ecclesiasticos, como incontestavelmente remonstráraõ pelos exemplos allegados, que absolutamente destroem o fundamento de que se servio o Collegio: Hé o mesmo Snr. servido que elle seja restituído aos sobreditos empregos, de que não podia ser privado sem audiencia sua, e se guardem no processo, que erá indispensavel, as formalidades imperteriveis por direito; para o que se expediraõ as ordens necessarias.—Rio de Janeiro, 6 de Junho, 1815.

Real Junta do Commercio de Lisboa.

Avizo.

“ O Principe Regente N. S. hé servido ordenar—que a Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Nave-

gação, faça expedir á Consulta a que se mandou proceder por Avizo de 7 de Março de 1814 sobre o requerimento dos negociantes desta Praça, relativamente ás Avarias em pratica na navegação destes Reinos com o Brazil. O que V. S. fará presente na sobredita Real Junta para que assim se execute.—Deos guarde a V. S.—Palacio do Governo em 14 de Outubro, de 1815.

“ ALEXANDRE JOZE FERREIRA CASTELLO.

“ Snr. JOAÕ DE SAMPIAÕ FREIRE DE ANDRADE.”

Publicamos este Avizo que, apezar de ser concebido em bem poucas linhas, daria materia para largos commentarios, se lhos quizessemos agora fazer. Com tudo não podemos, pelo menos, omitir duas reflexoens que nos são indicadas por dois pontos essenciaes, á que o dito Avizo se refere. 1. A Real Junta do Commercio teve ordem de proceder á huma consulta que lhe foi determinada em 7 de Março de 1814, e em 14 de Outubro de 1815, isto hé, no espaço de 19 mezes e 7 dias ainda nada tinha resolvido! Com effeito, ou a Real Junta do Commercio de Lisboa morreo, e Deos N. S. a levou para o seo Santo Reino; ou está absolutamente enferma e paralitica, porque de outra forma não podemos explicar o cazo. Mas que ainda de todo não morresse parece indicar o proximo Avizo de 14 de Outubro de 1815, e nem hé provavel que o Secretario do Governo queira ter correspondencia com almas do outro mundo. Logo hé de toda a evidencia, que a Real Junta do Commercio só perdeo temporareamente o uzo de todas as suas funcçoens vitaes, e nestes termos occorre-nos a segunda reflexão, que o segundo ponto do Avizo nos excitou. 2. Como hé possivel que o Governo de S. A. R. em Lisboa seja tão moderado no Avizo que lhe expedio em 14 de Outubro do presente anno?

A Real Junta de Commercio, para deixar-mos figuras, ou não quer ou não pode exercer os seos deveres: se não quer, por que não quer, o Governo hé o depositario da força publica; se não pode, o mesmo Governo hé o primeiro agente de todas as providencias Reaes. Que muito então hé que em todas as repartiçoens publicas hajaõ desleixos, omissões, e arbitrariedade de proceder, se dellas se não exige responsabilidade? Nestas circumstancias, hé melhor acabar com todas as Juntas e Tribunaes, e cada hum fazer de *direito* o que de *facto* já vai imperturbavelmente fazendo!

F R A N C A.
5*Tratado Geral com a França.*

Ainda que não possamos ainda affiançar aos nossos leitores toda a exactidão do seguinte Tratado que se publicou nas Gazetas Alemans, e chegou á Londres por via da Mala de Hamburgo, com tudo para não termos por mais tempo suspensa a sua curiosidade, vamos transcreve-lo qual por hora hé conhecido, prometendo depois rectificar quaesquer incorrecçoens que hajaõ nesta copia, quando alguma publicação official se fizer delle. Em Paris já tem corrido impresso ; mas sabemos, que fora supprimido pela policia, com o pretexto de ser incorrecto.

“ As Potencias Alliadas, havendo pelos seos esforços e triumpho das suas armas preservado a França e a Europa das convulsoens com que estavaõ ameaçadas depois da ultima empreza de Buonaparte, e do sistema revolucionario que em França se introduzio para apoia-la :

“ E participando agora com S. M. Christianissima dos mesmos dezejos de manterem inviolavelmente a dignidade Real, e de restaurarem toda a força e validade á Charta Constitucional, á fim de se confirmar a ordem felismente restabelecida em França, e renovar entre a França e seos vezinhos relaçoens, fundadas em reciproca confiança e boa vontade, que as consequencias desastrozias da revolução e o sistema de conquista haviaõ interrompido :

“ Convencidas, alem disto, que este ultimo objecto se não pode preencher senão por meio de certos arranjos, capazes de darem justas indemnidades pelo passado, e solidas seguranças para o futuro :

“ Deliberaram, por consequencia, de commum acordo com S. M. El Rey de França sobre os meios de concluirem estes arranjos.

“ Mas, como ao mesmo tempo estaõ persuadidas de que as indemnidades devidas ás Potencias, não podem só consistir em cessoens de territorio ou em pagamentos pecuniarios, sem por esta forma grandemente se injuriarem, de hum modo ou de outro, os interesses essenciaes da França ; e que por tanto hé muito melhor consolida-los, e evitar assim aquelles dois inconvenientes :

“ Suas MM. II. e Reaes tomaram por baze necessaria desta negociação, e nella concordaram, como couza de absoluta importancia;—que, durante hum certo tempo, hum numero determinado de tropas alliadas occupasse as provincias fronteiras de França; assim como, que hum Tratado definitivo unisse todas as disposições fundadas sobre estas bazas.

“ Nestas vistas, e para este fim, S. M. El Rey da Gran Bretanha e Hanover, em seo nome e dos seos Alliados, e S. M. El Rey de França e de Navarra nomearam seos Plenipotenciarios, para discutirem, aprovarem, e assignarem o Tratado definitivo. (Seguem-se agora os nomes dos Ministros,) os quaes depois de haverem trocado os seos plenos poderes, que se acharam em boa e devida forma, assignaram os artigos seguintes:—

“ Art. 1. As fronteiras de França ficam como estavam em 1790, á excepção das modificações reciprocas feitas neste mesmo artigo.

“ 1. Pelo lado do Norte, a linha da fronteira fica como se fixou pelo Tratado de Paris, até de frente de Quevorain: dali parte ao longo das antigas fronteiras das provincias Belgicas, do antigo Bispado de Liege, e do Ducado de Bouillon, como corria em 1790, de sorte que os territorios de Marienburg e de Philippeville, com as fortalezas do mesmo nome, e todo o Ducado de Bouillon, ficam de fora das fronteiras Francezas. Desde Villars, por Orval, e por fora das fronteiras do departamento de Ardennes, e o Ducado de Luxemburgo, até Perle, sobre a estrada que vai de Thionville para Treveris, a linha de fronteira hé a mesma que se estipulou no Tratado de Paris. De Perle passa por alem de Launsdorf, Wallnick, Schardorf, Nuderweiling, Pelleweiler, os quaes lugares, com as suas pertenças, ficam todos para a França. Corre por Honoré, e ao longo das antigas fronteiras do districto de Saarbruck, de maneira que Saar Louis e a corrente do Saar, com os lugares á direita da mencionada linha, e todas as suas pertenças, ficam fora das fronteiras Francezas. Desde a fronteira do districto de Saarbruck a linha da fronteira será a mesma que agora separa os departamentos do baixo Rheno da Alemanha, até a sua extremidade, e junção com o Rheno; de sorte que todo o territorio situado na margem esquerda do Lauter, incluída a fortaleza de Landau, ficará pertencendo a Alemanha. A cidade de Wiessemburg, comtudo, que hé cortada por este rio, fica toda para a França, com hum raio na margem esquerda, que não excederá 1000 toezas, e que mais particularmente será determinado pelos Commissarios que se nomearem para regular as fronteiras.

“ 2. Desde a embocadura do Lauter, ao longo dos Departamentos do Baixo e Alto Rheno, do Doubs, e do Sara, até o Cantão de Vaud, a fronteira fica como se fixou pelo Tratado de Paris. O Thalweg do Rheno será a linha de separação entre a França e os Estados d’Alemanha; mas a propriedade das ilhas, como será determinado depois, em consequencia de hum novo exame sobre a corrente daquelle rio, ficará permanente, apezar de quaesquer alteraçoes que pelo tempo á diante tenha a corrente do rio. As Altas Partes Contractantes nomearão dentro de tres mezes respectivos Commissarios para fazerem este exame. A metade da ponte entre Strasburg e Kehl pertencerá á França, e a outra metade ao Gran Ducado de Baden.

“ 3. A fim de se restabelecer hum communição directa entre o Cantão de Genebra e a Suissa, aquella parte do territorio de Gex, que confina ao Oriente com o lago de Genebra, ao Sul com o territorio do Cantão de Genebra, ao Norte com o Cantão de Vaud, e ao Poente com o curso do Versoix, e hum linha que comprehenda as Communs de Collex, Bosoy, e Megreis, porem deixe de fora para a França, a Commum de Ferney,* serão cedidas á Confederação Suissa, e unidas ao Cantão de Genebra.

“ 4. Desde a fronteira do Cantão de Genebra até o Mediterraneo, a linha da fronteira fica a mesma que em 1798 separava a França da Saboia e do Condado de Nice. As relações, que o Tratado de 1814 havia restabelecido entre França e o principado de Monaco, cessão agora para sempre, e passão á ter lugar entre o dito principado, e o Reino de Sardenha.

“ 5. Todos os territorios e destrictos, incluídos dentro da fronteira de França tal como hé fixada pelo presente artigo, ficam unidos á França.

“ 6. As Partes Contractantes nomearão dentro de tres mezes depois da assignatura do presente Tratado Commissarios que regulem quanto diz respeito aos limites das fronteiras, de ambas as partes; e assim que os ditos Commissarios houverem concluído os seus trabalhos, se farão mappas, e levantarão marcos, que designem os respectivos limites.

“ II. As fortalezas e territorios que, em virtude do precedente artigo, não devem pertencer mais ao territorio Francez, serão entregues aos Alliados dentro do periodo de tempo especificado na convenção militar, annexa ao Artigo 9

* O Editor da *Gazeta de Bremen* observa, que na sua copia Franceza não se faz nenhuma menção de Ferney; e que em lugar de Collex, e como vem na gazeta de Hamburgo—*Hamburgische Borsenhalle List*,—tem Colley, Bossy, Miers, e Megreis.

do presente Tratado ; e S. M. El Rey de França renuncia em seo nome, e de seos herdeiros e successores, todos os direitos de soberania e propriedade que até aqui exercia sobre as ditas fortalezas e territorios.

“ III. Como as fortificaçoens de Huninguen tem sido sempre hum motivo de inquietação para a cidade de Bazilea, as Altas Partes Contractantes, para darem á Suissa huma nova prova da sua attenção e boa vontade, concordaram entre si, que as ditas fortificaçoens de Huninguen fossem arrazadas ; e o Governo Francez se obriga, pela mesma razão, á nunca mais as reparar, nem erigir outras de novo dentro de tres legoas de distancia da cidade de Bazilea.

“ A neutralidade da Suissa se extenderá até aquella parte do territorio que fica ao Norte de huma linha que se tirará desde Ugine, incluido este lugar, ao Sul do Lago de Annecy, junto de la Verge ou la *Vergy* (como se acha na Gazeta de Bremen) até Lecheroine, e dali até o lago de Bourget e o Rhone, pela forma que já foi determinada pelo Artigo 22 do Acto final do Congresso de Vienna, relativamente ás provincias de Chablais, e Fancigni.*

“ Por consequencia, as tropas que El Rey de Sardenha tiver nestas provincias quando as Potencias adjacentes da Suissa estiverem em guerra aberta, ou proximas á declaral-a, terão que retirar-se logo, e podem para este fim, em cazo de necessidade, tomar o caminho do Valais ; porem nenhuma mais tropas armadas de qualquer outra Potencia poderão passar ou demorar-se nas ditas provincias, excepto as que a Suissa julgar necessario para la mandar ; com tanto porem que este estado de couzas não perturbe a administração daquelles paizes, nos quaes os officiaes civis de El Rey de Sardenha poderão empregar as guardas municipaes á fim de manterem a boa ordem.

“ IV. Aquella parte das indemnidades, que a França deve dar em dinheiro ás Potencias Alliadas, está calculada e fixa em 700 milhoens de francos. O modo, o tempo, e seguranças dos pagamentos desta soma serão reguladas por huma Convenção separada, que terá tanta validade como se fosse inserida palavra por palavra no presente Tratado.

“ V. Como o estado de confusão e fermentação que a França necessariamente deve sentir depois de tão violentas

* Na mesma Gazeta de Bremen continua ainda este artigo da forma seguinte :—As provincias de Chablais e Fancigny, assim como todo o territorio no Norte de Ugine, pertencente á El Rey de Sardenha, ficarão incluidas na neutralidade da Suissa, reconhecida e garantida pelas Potencias.

convulsoens, e particularmente depois da ultima catastrophe, apezar das intenções paternaes d'El Rey, e as vantagens que todas as classes de vassallos devem infallivelmente tirar da Charta Constitucional, exige que se tomem algumas medidas de precaução, e temporaria garantia, para a segurança dos Estados vezinhos, julgou-se ser de absoluta necessidade, que por hum tempo limitado algumas posições ao longo das fronteiras de França fossem occupadas por hum corpo de tropas alliadas, debaixo da expressa condição, que esta occupação não infringirá a Soberania de S. M. Christianissima, nem será considerada como verdadeira posse. O numero destas tropas, determinado por este Tratado, não excederá 150,000 homens, e o Commandante em Chefe será nomeado pelas Potencias Alliadas. Este exercito occupará Condé, Valenciennes, Bouchain, Cambray, Quesnoy, Maubeuge, Landrecies, Avesnes, Rocroy, Givet, com Charlemont, Mezieres, Montmedy, Thionville, Longwy, Bitsch, e a cabeça de ponte de Fort Louis. E como a França deve taõbem sustentar este exercito, tudo o que for relativo á este objecto será regulado em huma Convenção separada. Nesta Convenção, que será taõ válida como se palavra por palavra fosse inserida neste Tratado, se fixaráõ as mutuas relações que devem haver entre o exercito occupante e as auctoridades civis e militares Francezas. A occupação militar não se poderá estender á mais de cinco annos, e até poderá acabar antes daquelle tempo. Os Soberanos Alliados, depois do fim de tres annos, e depois de haverem, conjunctamente com El Rey de França, pezado bem a sua situação e mutuos interesses, assim como os progressos que o restabelecimento da ordem e da paz tem feito em França, podem de commun accordo declarar que taes medidas já não são precisas. Mas qualquer que possa ser o resultado do fim deste negocio, as praças e posições occupadas pelos Alliados, serão sem mais demora evacuadas assim que os cinco annos acabarem, e entregues logo á S. M. Christianissima, ou seos successores.

“ VI. Todas as tropas estrangeiras, não pertencentes ao exercito de occupação, sahiráõ do territorio Francez nos termos fixados na convenção militar, annexa ao Artigo 9 do presente Tratado.

“ VII. Em todos os paizes, que mudarem de Soberano, tanto em virtude do presente Tratado, como de arranjos que ainda á este respeito se faraõ, se concederá aos habitantes hum periodo de seis annos, á contar da data da troca das ratificações, em que elles possaõ, quer sejaõ naturaes ou estrangeiros, ou de qualquer condição ou nação que sejaõ,

dispor das suas propriedades como bem lhes parecer, e retirar-se para onde muito bem quizerem.

“ VIII. Todas as disposições do Tratado de Paris de 30 de Maio de 1814, relativas aos paizes cedidos por aquelle Tratado, são igualmente applicaveis aos diversos territorios e destrictos cedidos pelo presente Tratado.

“ IX. As Altas Partes Contractantes havendo consentido que se fizessem varias representações á cerca da não-execução dos Artigos 19 e seguintes do Tratado de 30 de Maio, de 1814, assim como dos Artigos addicionaes do mesmo Tratado, assignado entre S. M. Britannica e a França; e desejando tornar mais efficazes as estipulações ali feitas, para o que determinaram em duas Convenções separadas tudo o que se deve executar á cerca daquelle ponto: as duas ditas Convenções, annexas ao presente Tratado, feitas para segurar a execução dos mencionados Artigos, terão a mesma validade que se palavra por palavra aqui fossem inseridas.

“ X. Todos os prisioneiros, tomados durante as hostilidades, assim como todos os refens que se hajaõ dado ou tomado, serão entregues com a maior brevidade possivel. O mesmo se praticará com todos os mais prisioneiros, feitos antes do Tratado de 30 de Maio, de 1814, que ainda não tenhaõ sido entregues.

“ XI. O Tratado de Paris de 30 de Maio, de 1814, e o Acto final do Congresso de Vienna de 9 de Junho, de 1815, ficaõ confirmados, e serão executados em tudo o que não estiver alterado ou modificado no presente Tratado.

“ XII. O presente Tratado, com as Convenções annexas, será ratificado em hum só Acto, e as suas ratificações trocadas no espaço de dois mezes, ou antes se possivel for.

“ Em fé do que, os respectivos Plenipotenciarios assignaram este Tratado, e lhe pozeram os sellos das suas armas.

“ Feito em Paris, aos 20 de Novembro de 1815.

(Assignados)

(L. S.) CASTLEREAGH.

(L. S.) RICHELIEU.

(L. S.) WELLINGTON.

ARTIGO ADDICIONAL.

“ As altas Partes Contractantes, desejando sinceramente completar as medidas sobre que deliberaram no Congresso de Vienna, relativas á total e universal abolição do Commercio de Escravatura, e havendo, cada huma nos seos respectivos dominios, prohibido, sem restricção, que as suas colonias e vassallos continuassem neste traffico: obrigaõ-se

á renovar mutuamente os seus esforços para segurar o final successo destes principios que já proclamaram na Declaração de 4 de Fevereiro de 1815; e de concordarem, sem perda de tempo, por meio de seus Ministros nas Côrtes de Londres e Paris, nas mais efficazes medidas para a inteira e definitiva abolição de hum commercio tão odioso, e tão fortemente condemnado pelas leis da religião e da natureza.

“ O presente Artigo addicional terá a mesma força e effeito que se fosse inserido, palavra por palavra, no Tratado que hoje se assignou. Será incluído nas ratificações do mesmo Tratado.

“ Em fé do que, os respectivos Plenipotenciarios o assignaram, e lhe pozeram os sellos das suas armas.

“ Feito em Paris aos 20 de Novembro de 1815.

(Assignados os mesmos Plenipotenciarios supra.)

Artigo separado, e só assignado com a Russia.

“ Em execução do Artigo addicional de 30 de Maio, 1814, S. M. Christianissima se obriga á mandar, sem demora, á Varsovia, hum ou mais Commissarios para que em seu nome concordem, segundo os termos do dito artigo, no exame e liquidação das reciprocas reclamações da França e antigo Ducado de Varsovia, assim como em todos os arranjos que convier para isso fazer.

“ S. M. Christianissima reconhece, relativamente ao Imperador da Russia, como Rey de Polonia, a nullidade da Convenção de Baiona, bem entendido, que esta disposição não pode ter nenhuma outra applicação que não seja conforme com os principios estabelecidos na Convenção mencionada no artigo 9 do Tratado hoje mesmo assignado.

“ O presente artigo separado tem a mesma força e validade como se palavra por palavra tivesse sido inserido no Tratado de hoje. Será ratificado, e as ratificações trocadas no mesmo tempo.

“ Em fé do que os Plenipotenciarios o assignaram, e lhe pozeraõ os sellos das suas armas.

“ Feito em Paris aos 20 de Novembro de 1815.

(Seguem-se as assignaturas.)

Depois de havermos começado á copiar o sobredito Tratado das gazetas de Hamburgo, que só a tinhaõ publicado até o artigo 6 inclusive, receberaõ-se noticias de França, e com ellas o Tratado por inteiro, e as Convenções annexas.

Os 6 artigos publicados na gazeta de Hamburgo são exactamente os mesmos que vem nas gazetas Francezas. Alem do Tratado principal, há ainda como dicemõs 4 Convençoens: 1. que regula o pagamento das sommas annuaes, que devem satisfazer as indemnidades estipuladas no artigo 4 do Tratado principal: 2. que determina a forma e maneira da execução do artigo 5, relativo á subsistencia das tropas estrangeiras, postadas nas fronteiras de França.

3. Hé intitulada “Convenção concluida em conformidade do artigo 9 do Tratado principal, e relativa ao exame e liquidação das reclamaçoens contra o Governo Francez.” Esta Convenção occupa sete columnas do *Moniteur*, e comprehende 25 artigos.

4. Convenção para o exame e liquidação das reclamaçoens que os vassallos Britannicos tem que requerer do Governo Francez em conformidade do mesmo artigo 9 do presente Tratado. Esta Convenção consta de 18 artigos, e occupa quatro columnas do *Moniteur*.

A’ vista desta breve exposição já podem ver os nossos leitores, que nos hé impossivel poder publicar neste Numero, documentos de tamanha extensão. Em o No. seguinte os publicaremos por inteiro, ou por extracto, segundo as circunstancias o permitirem.

No mesmo dia 20 de Novembro se assignou em Paris outro Tratado entre a Gran Bretanha, Russia, Austria, Prussia, e a França, no qual as Partes Contractantes providenciaõ as medidas, que se devem tomar no caso de nova guerra, quando se intente destruir o actual Governo Francez. Este Tratado consta de 7 artigos, e o publicaremos em o nosso No. seguinte.

CORRESPONDENCIA.

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR PORTUGUEZ:

Em o No. 19, pag. 48 do Jornal intitulado “O Portuguez,” vem em nota a seguinte idea, que me parece mui judiciosa:—“Todos sabem que o Rey de Inglaterra pode com as varias potencias fazer os tractados que bem lhe parecer, que isso hé, por sua constituição, mui proprio do

governo executivo que lhe cabe; porem todos sabem que esses tratados, em quanto para sua cabal execucao vão entender com o poder legislativo, de que são partes integrantes as duas Camaras, necessitam por isso da approvaçao do Parlamento, e em quanto falta esta nos tratados, não podem estes passar como leis do Estado; entao, por que razao, em os nossos tratados com Inglaterra, se há sempre estipulado a sua execucao, logo para depois da ratificaçao? Porque não se estipula a execucao, só para depois da approvaçao do tratado em Parlamento? Quando por o modo que inculcamos, se tractasse, tinhamos a vantagem de forrar sacrificios prematuros, que podiao ficar sem recompensa, quando o Parlamento não approvasse o tratado em todo, ou em parte (assim como fez ao de Commercio de 1810, que não approvou geralmente), e no 1 caso ficasse nullo por sua natureza, e no 2, ao nosso governo fizesse conta o annulla-lo, como podia," &c. &c.

Todavia, apezar da propriedade das suas observaçoens, creio que ainda assim nem tocou a raiz do mal, nem acertou com o remedio verdadeiro. O que eu neste caso acrescentaria ao que mui bem já disse o *Portuguez*, hé o arbitrio, que passo a referir, esperando que lhe queiraõ dar hum lugar no seo Jornal.

Nunca será facil exigir que hum Negoceador Inglez, que faz hum Tratado em nome de seo Amo, haja sempre de admittir como artigo ou como clausula do dito Tratado huma condiçao, que a pezar de justa e conforme com as leis de Inglaterra, seria com tudo offensiva do decoro do Monarca em nome de quem negoceasse. Sim, todo o mundo sabe que os Tratados Inglezes necessitaõ para sua cabal execucao da approvaçao do Parlamento; porem igualmente hé bem de presumir, que nenhum Soberano Britannico, que pode fazer e assignar Tratados com as outras Potencias, quizesse fazelos e assigna-los só conditionalmente com nosco. Logo hé preciso hir buscar o remedio em outra parte.

O mal, em minha opiniao, está todo no procedimento irregular do nosso Governo. Faz-se, e ratifica-se, por exemplo, hum Tratado; hé immediatamente lançado nas ondas, por assim dizer, da naçao, aonde são tantas as cabeças quantas as sentenças; hé remetido á todos os tribunaes e repartiçoens, em que se faz necessaria a sua execucao; e em todas estas diversas estaçoens fica sugeito á ser interpretado, segundo a capacidade ou as vistas dos agentes publicos. Isto hé nem mais nem menos o que temos visto acontecer com o Tratado de Commercio de 1810, sobre a qual os nossos administradores das alfandegas tem andado ás bulhas com os interessados Inglezes sem que nenhum se possa racionavel-

mente entender nos diversos pontos de que trataõ. Ora este mal era bem facilmente remediado, se nenhum Tratado, qualquer que elle fosse, se mandasse dar á execuçaõ sem ser sancionado por huma lei, que o declarasse e interpretasse bem explicita e claramente. Daqui succederia, que se hum estrangeiro nos quizesse pôr alguma duvida sobre a explicaçaõ de hum o outro artigo de certo tratado, o funcionario publico, á quem esta duvida se pozesse, naõ teria mais que responder:—"Eu naõ tenho nada com o tratado que me apontaes, tenho tudo com a lei que mo explica, e que assim mo manda executar; e ser o interprete desta lei só pode ser o Soberano que ma déo."—Que milhares de questoons se naõ evitariaõ desta forma?

Succederia ainda mais: que se por acazo hum tratado, feito com Inglaterra, naõ tivesse em todo ou em parte a approvaçaõ do Parlamento, o nosso Principe poderia reformar a sua lei, e fazer as represalias que julgasse convenientes: e nesta circumstancia ninguem lhe poderia dizer que quebrantava o tratado, por que naõ faria mais do que abrogar ou modificar huma lei que tinha feito. Todas as questoons á este respeito se tratariaõ entaõ de Corte á Corte, e no em tanto os respectivos vassallos de ambas as naçoens hiriaõ sem confusaõ obedecendo ás leis do seo paiz, isto hé; huns, ás do Parlamento Inglez: outros, ás do Principe Soberano de Portugal. Com esta minha idea creio que se podem evitar couzas bem desagradaveis, e que se remedeia sem difficuldade o mal que taõ justamente apontou o *Portuguez*.

O mais que ainda se poderia fazer hé o que se praticou em Londres na occasiaõ do ajuste assignado pelos Commissarios Portuguezes e Inglezes a 18 de Dezembro de 1812, o qual foi logo approvado pelo Governo Inglez, e provisoriamente pelo nosso Embaxador, em quanto se naõ conhecesse a resoluçaõ de S. A. R. o Principe Regente N. S. O Ministro Portuguez exigio de Lord Castlereagh huma declaraçaõ por escripto, em como o sobredito ajuste se naõ consideraria obrigatorio para ambas as partes, e só provisoriamente, até que houvesse hum Acto formal do Parlamento, que confirmasse as clauzulas delle, se fosse necessario; e que portanto ficaria nullo para Portugal se algum Acto Parlamentar alguma vez o revogasse. Assim, se aeontecer que Inglaterra se recuse á cumprir com as condiçoens que naquelle ajuste saõ á favor de Portugal, tem o nosso Governo, pela Declaraçaõ de Lord Castlereagh, o mesmo direito para revogar taõbem as condiçoens que, no mesmo ajuste, saõ favoraveis aos Inglezes.

Mas nem todos os Ministros estarãõ sempre prontos para fazer estas declaraçoens, nem as circumstancias seraõ sempre

as mesmas; volto por conseguinte á minha primeira idea:—
 Todo o tratado deve ser interpretado e sancionado por
 huma lei.—Se Vmces. julgarem que tenho alguma razão no
 que digo, me farão muito favor em publicar estas minhas
 reflexoens, que são de hum individuo, que muito se honra
 com o nome de

LUSITANUS.

Avizo aos Snrs. Subscriptores.

* * * Por inadvertencia se omitiram os Titulos dos Volumes
 12, 13, e 14, que se deviam pôr nas primeiras paginas dos Nos.
 45, 49, e 53; e como esta omissão pode ter cauzado des-
 arranjo aos Snrs. Subscriptores, que mandaõ encadernar as
 suas collecçoens, agora mandámos imprimir no fim deste
 No. os Titulos dos Vol. 12, e 13, prometendo dar o do Vol.
 14, em algum dos dois Nos. que ainda restaõ do sobredito
 Volume.

ERRATAS

Mais notáveis do Numero LIII.

Pag.

- 23 devastar, *l.* devassar.
- 45 postos enxugar, *l.* postos a enxugar.
- 46 faz com o fio, *l.* faz com que o fio.
- está, *l.* esta.
- 49 alluminosa, *l.* albuminosa.
- acido acetico, *l.* acido acerico.
- 72 crearuras, *l.* creaturas.
- 73 occasionava, *l.* occasionára.
- acarretava, *l.* acarretára.
- 129 taressa, *l.* tarefa.

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM INGLATERRA,

OU
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

JANEIRO, 1816.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

Jesuitas, ou—Cauzas do acontecimento que houve em Portugal:—Obra dedicada á todas as Potencias Seculares e Temporaes.

PARTE SEGUNDA.

Factos constantes, ou depravação pratica dos Jesuitas.

EM 1581, e nos seguintes annos Henrique Sammier, Jesuita. Este foi aquelle que ideou e lançou os primeiros fundamentos da Liga. Ainda não havia vinte annos que os Jesuitas tinhão sido recebidos em França debaixo de condições na Assembleia de Poissi, tida a 15 de Dezembro de 1561, e cuja deliberação foi approvada na Corte.—Veja-se o *Catecismo de Pasquier*, liv. 3, cap. 2. *Edição de Villa Franca*, p. 394, e 395.

VOL. XIV.

U

Claudio Matheus, Provincial dos Jesuitas de Paris. Commummente o intitulavaõ o Correio da Liga. *Ibidem: E Mezeray, tom. 12, pag. 504.*

Odon Pigenat, Jesuita. Succedeo á Matheus, tanto no Provincialado, como na intriga. Foi o Presidente do Conselho dos Dezaseis, e o mais furioso de todos os Ligantes.—*Catecismo de Pasquier, ibid. De Thou, tom. 12, p. 53. Apologia da Universidade, p. 168, &c.*

Em 1581, Edimundo Campiaõ, Skervin, Briant, Jesuitas. Estes trez forão enforcados neste anno em Londres pela conspiração contra a Rainha Isabel.—*De Thou, tom. 8, pag 541 e 542. Rapin Thoiras, tom 6, p. 300, e 301.*

Em 1584, Benedito Palmio Jesuita de Veneza, os Jesuitas de Liaõ, Hannibal Coldretto Jesuita de Paris, autores do assassinado projectado contra a Rainha Isabel d'Inglaterra por Guilherme Parri; o qual confessou que os ditos Jesuitas o haviaõ animado á semelhante crime, administrando-lhe huma Communhaõ sacrilega.—*Catecisma de Pasquier, liv. 3, cap. 3.*

Em 1584, N. Jesuita. No mesmo dia em que executavaõ Guilherme Parri em Londres, foi morto o Principe de Orange em Delft na Hollanda por Baltazar Gerardo; o qual confessou, que elle havia sido exhortado á commetter este assassinio, e o do Duque de Alençon por hum Jesuita, que lhe tinha dito, que quando elle não podesse evitar a morte, morreria muito feliz, porque havia de ser transportado pelos Anjos aos Ceos, e collocado a par da Santissima Virgem, e de J. C.—*Vejão-se as Memorias de Pedro da Etoile da Edição de Colonia de 1719, tom. 1, p. 180.*

Em 1592, Holte, Creswel, Jesuitas. Holte envia para assassinar a Rainha Isabel Patricio Cullen, á quem absolve e ministra a Communhaõ; e Creswel compõe o Libello, que foi espalhado por Cullen sob o titulo de *Philopater*.—*Vid. Act. in Proditores, p. 71 e 72.*

Em 1593, Ambrosio Varada Reitor, e outros Jesuitas de Paris. Pedro Barriere, consultando ao Jesuita Varada sobre o intento que tinha de matar á Henrique IV., este lhe disse: “Que a resolução por elle tomada era santissima: Que era necessario ter

boa coragem, ser constante, confessar-se e fazer as suas Pasquas." O que elle assim mesmo fez. Fallou taõbem com outro Jesuita Prégador de Paris, o qual muitas vezes pregava mal do Rei, e este lhe achou o Conselho por muito santo, e muito meritorio. *Veja-se a Confissão do Réo*, referida por Pasquier, que o ouviu, e extrahio do processo por ordem do Rei o traslado.—*Catecismo*, liv. 3, cap. 6. *Vejaõ-se as Advertencias do Parlamento de 1604*, sobre o restabelecimento dos Jesuitas.

Em 1594, Holte, Parsons, e outros Jesuitas, autores da conspiração de Williams e York, a quem animáraõ por huma Communhão sacrilega e assassinar a Rainha Isabel. Compuzera Parsons o Libello, que os dous Rios publicáraõ sob o nome de Doléman.—*Veja-se o Act. in Proditores*, p. 72.

Em 1594, João Guignard, João Gueret, Alexandre Hai, Jesuitas. O primeiro foi enforcado com o Manuscripto feito da sua mão, no qual se lia, (fallando de Henrique IV. entaõ reinante): "Se o não podem depôr sem fazer a guerra, guerrêe-se; se se não pode fazer a guerra, matem-no."

O segundo havendo sido Regente de Filosofia de João Chatel, assassino de Henrique IV., foi desterrado attendida a confissão do assassinio, que fôra (dizia) pelo Filosofia que elle apprendêra a maxima do assassinato dos Reis.

O terceiro taõbem foi desterrado pelo discurso sedicioso contra o Rei.

Em 1597, Ricardo Walpold, Jesuita, deputa Duarte Squire para envenenar a Rainha Isabel e o Conde de Essex; remette-lhe hum veneno subtil para esse effeito, e deita-lhe a sua benção.—*Veja-se Act. in Proditores*, p. 72.

Em 1598, N. Provincial, e outros Jesuitas de Douai, autores do attentado de Pedro Panne contra a vida de Mauricio de Nassau Principe d'Orange. Tudo se empregou da parte d'estes Padres para se effectuar o assassinio; dinheiro, exhortaçoes, administração sacrilega e promessas de que Deos obraria hum milagre em seu favor, para o preservar do perigo.—*Veja-se de Thou*, tom. 13, p. 267 e 268.

Em 1606, Henrique Guarnet, N. Oldecorne, N. Ge-

rardo, dito Brack, Oswal Tesmond, dito Greenwel, todos Jesuitas, forão complices da horriavel conjuração, que ao mais tardar dahi á dous dias devia sepultar o Rei. Com todo o Parlamento de Inglaterra sob as ruínas do Palácio de Westminster, em cujas cavas estavaõ já postos trinta barris de polvora. Garnet e Oldecorne forão presos e executados depois de terem confessado. Gerardo, dito Brock, foi o que ministrou a Communhão aos conjurados, e lhes recebeo o juramento.—Veja *Act. in Proditores*, p. 273.

Em 1610 N. Alagon, Jesuita, autor do horriavel attentado de Ravailac, a quem quiz associar o Capitão Lagarde, que elle taõbem movêra para assassinar Henrique IV. promettendo-lhe em recompensa cincoenta mil escudos, e a Grandeza de Hespanha.—Veja-se o *Manifesto de Lagarde*.

D'Aubigni outro Jesuita, á quem Ravailac se confessou, e mostrou huma navalha, foi violentamente suspeito de complice; assim como Coton, Jesuita Confessor deste Rei, á quem M. de Limonie disse em pleno Conselho, que elle e os da sua Sociedade haviaõ matado o Rei.—Veja-se *L'Elvile*, p. 81 e 84.

A verdade historica taõ pouco permite dissimular as fortes e as geraes suspeitas de toda a França, que nestes ultimos tempos ainda carregáraõ sobre os Jesuitas á respeito do execravel parricidia de 5 de Janeiro de 1757. Estas suspeitas estavaõ preparadas assim pelo exemplo dos seculos passados, como pelos avisos de graves autores do presente seculo. Hum d'entre outros impresso no anno de 1711* dizia: “Nós não estamos faltos de Jesuitas malvados em França para fascinar sempre qualquer espirito extravagante ou melancolico, e fazer-lhe emprehender hum assassinio monstruoso, ou hum malvado empegonhamento sob qualquer falsa idéa de bemaventurança, que estes Apostolos promettẽ á miseraveis, que pela ambição alheia obrigaõ os seus corpos á hum milhaõ de tormentos, e as suas almas á todos os diabos.” Muitas pessoas comparando esta passagem com o incomprehensivel processo do scelerado, julgáraõ ver em hum a

* *Satyre Ménipée*, Preuves tom. 3, p. 276. Edit. de Ratisbonne. 1711.

Profecia, e no outro o complemento. Outros factos visinhos, que precedem, ou se seguem immediatamente, parecem combinarem-se com este fatal acontecimento, e accreditarem as más suspeitas. M. de Rastignac condemna por hum Mandado a Heresia do Jesuita Pithon. Pouco depois morre este prelado com veneno. M. de Verthamon procede á outra semelhante ordenança: sobre a qual houve dizer-se á hum Jesuita: “O Senhor Bispo devêra lembrar-se do genero de morte com que acabou Rastignac.” Diz outro Jesuita: “Nós o perseguiremos até aos infernos.” Repetidas Cartas avisão ao Bispo de que elle morrerá queimado em seu leito; com effeito elle hé incendiado, e apenas se salva. Depois disso, o veneno lhe corta os dias ao mesmo ponto que elle despedia do seu Seminario os *Jesuitas*. Determina-se no Consellho a tornada do Parlamento, que os *Jesuitas* imaginavaõ ter aniquilalo; a pezar dos esforços que fizeraõ, reconhece-se que a Bulla não pôde ter o character de Regra da fé. Hé ainda neste momento, que maõ parricida assassina o seu Rei, crime util sómente ás intrigas actuaes dos *Jesuitas*. O scelerado que o commette foi por muito tempo, e por varias vezes domestico dos *Jesuitas*: elles sempre o protegêrão. Na boca deste monstro atroz, e nos escritos dos *Jesuitas* hé que hum taõ horrivel attentado se transforma em huma obra meritória; hé por zelo da Religião que elle assassinou o seu Rei, e sua consciencia está segura nesta parte. Assim fallavaõ os assassinos da Rainha Isabel, os de Henrique IV., os do Principe de Orange, e de Mauricio de Nassau, e os culpados da conjuração das polvoras. Todos confessavaõ os mesmos motivos de seu crime, e de sua segurança, e citavaõ, nomeadamente os *Jesuitas*, que lhe os haviaõ inspirado. O ultimo scelerado não os nomêa; mas os mesmos *Jesuitas* parecem declarar-se. No mesmo instante elles fazem tornar á apparecer huma nova edição da Moral Regicida de Busembáo. Em vaõ fulminaõ contra ella os Parlamantos: Zacharias Jesuita revendica esta execravel Moral contra os Parlamantos, e em nome de toda a Sociedade exclama: *Eu pois posso matar meu Pai, o meu Abbade, o meu Rei.* Logo immediatamente o Cardial Archinto morre de

veneno : acabára elle de expedir o Breve da Reforma dos Jesuitas em Portugal. O Cardinal Atalaia, que em execução deste Breve interdictou os Jesuitas, morre peremptoriamente. *Pouco depois El Rei de Portugal que havia impetrado o Breve, e proseguia na execução delle, hé assassinado.* Qualquer impressão que possa produzir a reunião de tantos factos, ainda qualificamos só de suspeitas a applicação, que o publico faz delles aos Jesuitas : mas não acontece o mesmo á respeito do facto que se segue, cuja certeza está fundada em peças as mais autenticas.

Em 1758, Gabriel Malagrida, João de Matos, e João Alexandre, Jesuitas. A causa, e os authores do execravel assassinio d'El Rei de Portugal nada tem de problematico. Não hé por acaso que *Ricci* Geral dos Jesuitas annunciava por anticipação ao Papa, que a execução do Breve da Reforma excitaria em Portugal, as maiores perturbaçoens; e que os Jesuitas de Portugal escreviaõ no mez de Agosto estar-se acabando a vida do Rei; que elle não deitaria fóra o mez de Setembro; e que elles o tinhaõ ouvido á alguns servos de Deos, aos quaes o Céu por meio de revelaçõens havia manifestado este successo. A temerosa conspiração, que rebentou em a noite de 3 de Setembro, tramava-se nas cazas dos Jesuitas de Santo Antão, e de S. Roque em Lisboa. Gabriel Malagrida vindo de Italia para representar de Profeta, era o pretendido Servo de Deos. Ao mesmo tempo que os seus exercicios, ou retiros espirituaes lhe adquiriaõ aos olhos do povo credulo hum exterior de santidade, elle se servia disso para aggregar os maiores do Reino, e concertar piedosamente com elles hum detestavel attentado. O conhecimento que elle tinha de hum crime projectado com elle mesmo, e do tempo prefixo para a sua execução, hé á isto que os seus Confrades chamavaõ revelação do Céu. Dous Jesuitas, pouco antes Confessores da Corte de Portugal, e despedidos e descontentes, eraõ os assistentes do hypocrita Malagrida, e os complices da maldade. As provas mais autenticas, e taes como a Sentença do Conselho de Portugal de 12 de Janeiro de 1759; a Carta e Manifesto d'El Rei de Portugal, espalhados por toda a Europa por meio de seus Ministros e de ordem do Rei, portaõ por fé,

que são os Religiosos da Companhia da Jesus, cujo governo corrompido se fez não somente complice, mas taõbem Chefe principal deste crime enorme.* Que elles concertáraõ com os reos complices que procurariaõ a segurança e impunição aos sacrilegios executores do infernal parricidio: e que estes monstros execraveis commetendo hum tal parricidio, nem ainda seriaõ reos de peccado venial.†

Entretanto que toda a Europa instruida destes factos olha para os Jesuitas convencidos delles; os Jesuitas tiraõ a mascara, e nada rebatem de sua atreçoada moral. Ao mesmo instante em Orleans n'hum Sermão, e nas conversações ousaõ á fazer deste attentado a causa mesma da Religião.

Em Nantes o Jesuita Dessus Lepont reproduz o Busembao, que hum anno antes havia desapprovado no Parlamento de Rennes, e justifica o que Zacharias tinha dito em nome da Sociedade; e diz que aquella desapprovação fôra *hum acto de prudencia em contemplação dos que tem o dominio de força.*

Por outra parte em Ruaõ o Jesuita Mamachi dicta á seus discipulos: “Que muitas vezes os crimes afortunados fazem os heroes: que hum crime feliz deixa de ser crime: que a França daria o nome de Alexandre áquelle á quem ella tratasse de bribante, se a fortuna o favorecesse: que a fortuna he quem faz os culpados e os absolve: que a mesma fortuna á seu grado accorda ou nega a recompensa ao crime, segundo ella he ou propicia, ou adversa.”

Finalmente ao mesmo tempo que estes factos se instruião e se julgavaõ em Nantes ou Ruaõ contra estes dos Jesuitas, outro em Amiens dicta á seus rebellados discipulos estes abominaveis termos: “A Patria he superior á todas as leis: as mais negras maldades em hum cidadão convertem-se em virtudes: Degolar hum pai he o mais negro de todos os crimes: mas se o pede o bem da patria, he huma acção gloriosa; porque a Patria he mais estimavel, que os nossos pais.”

Ajuntemos de mais á mais o que o Correio de Avin-

* São os termos da Carta Regia ao Arcebispo de Braga, e á todos os Bispos do seu Reino, datada de 1759.

† São os termos do Manifesto d'El Rei de Portugal, pag. 23.

haõ de 5 de Abril de 1759, e as Cartas da Ilha Fran-
ceza de S. Domingos, nos informão. Diz elle: Que
entre os Negros desta Ilha reina huma especie de fana-
tismo, do qual estaõ possuidos, para se desfazerem dos
brancos por meio do veneno: que os terriveis castigos
á que estaõ sujeitos, o que fazem hé atigar o fogo da
sua conspiração: que os Negros só aos Jesuitas e aos
seus perdão; e os Jesuitas de sua parte prohibem,
debaixo da pena de condemnação eterna, revelar os
Negros complices, e exhortão á soffrer antes toda a
sorte de tormentos, do que denuncialos aos Juizes.*

De tudo resulta que a depravação especulativa dos
Jesuitas não pode entrar em duvida, pois está provada
por seus proprios escritos, intitulados de seus nomes,
approvados de seus Superiores, e tem por testemunhas
á todas as Bibliothecas: que a sua depravação pratica
hé igualmente estabelecida pelas suas confissoens,
assima mencionadas, e em todas as provas consignadas
nos depositos da justiça: que das déz conspirações e
assassinatos de testas coroadas, que acabamos de referir,
(se ha duvida comprehender nellas a de 5 de Janeiro
de 1757) provado está que as nove são obra destes
homens perversos; que des do anno de 1580, mais de
sessenta d'entre elles successivamente cuidáraõ em
transmittir, affiar, e ministrar o punhal, que prepáraõ
aos Ungidos do Senhor: que actualmente este mesmo

* Cabe ainda aqui acrescentar em Nota hum Documento rela-
tivo á aquillo que os Jesuitas praticaram no Paraguay, segundo já
apontámos á pag. 146 do nosso No. antecedente. Hum governador
Portuguez do Paraguay, que para ali partio no anno de 1753, escre-
via para a Corte o seguinte, em hum dos seos officios:—

“ Eu por nenhuma forma tenho forças para reprimir estes
“ Padres (os Jesuitas): a sua astuciosa politica hé superior á todos
“ os meos esforços, e ao poder das armas. Tal hé o ascendente
“ das maximas gravadas no coração dos seos novos convertidos,
“ que estes preferem a morte á huma mudança de dominio. Sem
“ pintarem claramente como tiranos os Reys d'Hespanha e Por-
“ tugal, todavia os Jesuitas, por meio de mil sugestoens, os tem
“ persuadido de que estes Monarcas são mãos Soberanos, e que a
“ sua auctoridade tende necessariamente á faze-los escravos. Com
“ semelhantes prevençoens hé impossivel sobmeter estes selva-
“ gens sem primeiro subjugar seos vencedores. Mas o primeiro
“ golpe deve dar-se na Europa...”

E á vista disto ainda se julgará que foi grande injustiça o golpe
que com effeito levaram na Europa?—*Nota dos Redactores,*

punhal se acha ainda entre suas mãos.* Deixamos ao tempo o instruir-nos se á vista disto os povos e sobre tudo os Francezes, e fíeis mais que nenhuns outros á seus Reis, e continuaraõ á commetter á estes homens sanguinarios a educação de todos os seus filhos; continuaraõ á expolos incessantemente á respirar pela estrada dos Collegios, dos Seminarios, das Confissoens, das Missoens, e das Congregaçoens, o veneno destes homens destros e artificiosos; se os amigos do throno não se faraõ conhecer; se os Ministros de Deos ficaraõ em inacção; se os Soberanos deprezaraõ tanto a coroa e a vida; para deixarem huma e outra á revelia destes monstros, sequiosos do sangue dos Reis; se ao contrario todo o poder espiritual e temporal não se reünem para secularizar, desfradar, desmembrar, e extinguir hum corpo, inimigo da Sociedade, e réo de tantos crimes.

AGRICULTURA.

SNRS. REDACTORES;

SABIAS reflexoens tenho eu lido no Investigador Portuguez sobre o atrazamento da nossa Agricultura, que na verdade está mui pouco adiantada neste Reino. Ainda mesmo na Provincia d'entre Douro e Minho, aonde parece que os Lavradores mais se esmeraõ no amanho das suas terras, não observei aquelle aperfeiçoamento, que ella pode ter, antes tem muitos defeitos o systema de cultura, que aqui adoptaõ. Tudo isto mostro na seguinte Memoria, que remetto á Vm^{ces} e que será inserida no seo Periodico, se julgarem que ella hé

* A Sé de Roma, com toda a sua profunda Sabedoria, resusscitou no anno de 1815 a *Companhia de Jesus*; e se huma parte do seo antigo uniforme era o *punhal*, como a cima diz o texto, hé mui provavel que o não deixassem por esquecimento na sepultura donde, por milagre, (e bem milagre para o seculo em que vivemos!) agora acabaõ de resurgir.—*Nota dos Redactores.*

digna de occupar lá algum lugar.—Sou, com toda a estima e consideração, de Vm^{ces} amigo venerador e muito obrigado,

CONSTANTINO BOTTELHO DE LACERDA LOBO.

Coimbra, 12 de Setembro de 1815.

MEMORIA

Sobre a Agricultura da Provincia entre Douro e Minho.

§ 1.

A Provincia entre Douro e Minho pela sua posição geographica hé huma das mais bellas de Portugal. Os muitos rios, que a cortão, a fazem fertil, e agradável. As serranias do Maraõ, e Gerez, que lhe ficaõ ao Norte, Nord'Est, formaõ doce, e benigno o seo clima. O oceano, que da parte do poente banha a sua costa lhes offerece differentes qualidades de Pescado. Os portos de Már, que ella tem, engrossaõ o commercio, e cabedaes dos seos habitantes.

§ 2.

Ainda que esteja adiantada a agricultura nesta provincia, e talvez mais do que nas outras do reino, comtudo não tem: 1. Aquelle melhoramento, á que com o tempo pode chegar: 2. Tem ainda muitos defeitos o systema d'agricultura, que os lavradores aqui costumão á adoptar. Eis aqui as duas partes, em que divido a minha Memoria.

PARTE 1.

Do melhoramento, que pode ter a Agricultura da Provincia entre Douro e Minho.

§ 3.

A Lavoura mais dominante da provincia do Minho hé a dos grãos, e destes a do milho grosso em maior quantidade, de maneira, que segundo as informaçoes,

que me derao no anno de 1789 sahem annualmente para Lisboa pelas Barras de Vianna, Espozende, e Caminha, dezoito mil moios; por Amarante, para fora da provincia, cousa de cem alqueires; e cada dia por Basto cincoenta; e me affirmaraõ taõbem, tinhaõ sahido naquelle anno pela Barra de Villa de Conde nove hyates carregados de graõs, que diziaõ levava cada hum mil alqueires.

§ 4.

A' respeito dos outros graõs hé modica a colheita: Lavraõ os Minhotos algum centeio, e pouco trigo, e deste quasi todo o que se consome em Basto, Guimaraens, e Porto, hé acarretado das provincias de Tras-os Montes, e Beira, e grande parte delle vem taõbem de fora do reino.

§ 5.

Hé taõbem abundante a colheita do vinho nesta provincia,* mas hé quasi todo† de muito inferior qualidade, e não tem outro consumo mais do que aquelle que se dá no paiz; porem assim mesmo hé importante para os Lavradores pela pouca despeza, que lhes faz; mas julgo, que podem ter ainda maior vantagem, mudando o seo systema de cultura, como adiante direi.

§ 6.

Alem da grande colheita dos graõs e vinho são taõbem aqui abundantes os prados naturaes e artificiaes. Em que muito cuidaõ os Minhotos, e lhes servem para sustento, a criação do gado vacuum, do qual muitas manadas vaõ annualmente para o Porto, e Lisboa, principalmente dos Termos de Guimaraens,

* Na Provincia do Minho tem-se destillado em annos d'abundancia mil e quinhentas pipas d'agoa ardente (segundo as informaçoes que me deraõ no anno de 1789), para as quaes saõ ordinariamente precisas quinze mil pipas de vinho.

† O vinho das margens dos rios Lima e Minho hé de melhor qualidade; e algum delle vai para fora do Reino. De duas até quatro mil pipas de vinho sahe todos os annos pela Barra de Vianna para Lisboa, Brazil, e Russia.

Penafiel, Aguiar de Sousa, Louzada, Santa Cruz de Riba Tamega, Felgueiras, e Conselho da Maia.

§ 7.

Cuidaõ pois muito os Minhotos no cultivo do milho grosso, e das vinhas chamadas de enforcado; mas para o melhoramento destas, e da agricultura em geral da provincia, hé preciso: 1. Promover o amanho de muitas e muitas terras, que nunca foraõ rompidas. 2. Diminuir, ou tirar as uveiras, que occupaõ os campos regadios. 3. Multiplicar as regas. 4. Cuidar no encaçamento dos rios. 5. Evitar, que continue a innundação das areas do mar. 6. Fazer alguns rios navegaveis. 7. Que as estradas estejaõ no melhor estado que for possivel. 8. Supprir de hum modo facil a falta dos estrumes.

ART. 1.

Hé preciso promover o amanho das terras, que nunca foraõ rompidas.

§ 8.

Estaõ por amañhar todas as serranias da provincia entre Douro e Minho, á saber, da parte do norte as montanhas do Gerez; do poente, e parte do mar, huma cadea de montes, que desde as margens do rio Cavado continúa com huma direcção parallela ao mar, até Caminha, aonde de fronte da foz do rio Minho forma hum angulo, e corre depois parallela ao rio até Orense; do nascente observaõ-se taõbem incultas todas as terras vizinhas ao Tamega desde Ribeira de Penna até entre ambos os rios, e huma grande extensão das serranias do Maraõ.

§ 9.

No interior da provincia nunca foraõ roteadas as serras d'Agrela, Airo, Falperra, Rates, de S. Gonçalo, e Trouxemil, e outras muitas Collinas, de cuja inclinação nascem as grandes, e agradaveis planicies, e valles, de que tanto abunda o Minho. Em huma palavra, quasi todas as terras altas, e de mediocre

qualidade desta provincia nunca viraõ o arado, e talvez esteja aproveitada sómente huma sexta parte da sua superficie. As cinco estão sempre cubertas de queirogas,* e de tojos:† huns terrenos se podiaõ amanhar, e outros povoar de Bosques, de que muito precisamos.

ART. 2.

Convem diminuir, ou tirar as Uveiras,‡ que occupão os Campos regadios.

§ 10.

Os Lavradores da maior parte da provincia do Minho tem quasi todos a mania de quererem, que os seos melhores campos estejam povoados de Uveiras: elles practicaõ hum systema de cultivo mui defeituoso, e opposto aos seos interesses particulares, e publicos: eu em nenhuma das outras provincias o vi seguido senão em Alafoens, Conselho de Bayão, e Terra da Feira; mas nestes lugares menos defeituoso do que no Minho.

§ 11.

Hé lastima, que predios fertilissimos, e regadios, que podem produzir annualmente dous, ou tres fructos estejam cobertos de Uveiras! quando estas se podem criar em terras de mediocre qualidade, de que os Minhotos nenhum ou pouco cazo fazem; se estes olhassem para os seos mais solidos interesses, deviaõ advertir, que os Carvalhos, Castanheiros, Chopos, Salgueiros, &c. cazados com as suas Videiras, tanto com a raiz, como com a sombra tolhem huma grande parte da colheita dos grãos, sendo muito mal compensada esta falta com a do vinho de muito má qualidade.

* Chamaõ Queirogas a differentes especies de *Erica*, á saber, *Vulgaris Cínéræ*, *Scoparia*.—LINN.

† Chamaõ Tojos as differentes especies de *Ilex*.—LINN.

‡ Chamaõ Uveiras na provincia do Minho as Videiras, com as arvores que nellas se sustentão.

§ 12.

Por toda a provincia estão espalhadas aqui, e ali collinas incultas, que pela natureza do terreno, e boa exposição são muito accommodadas para o cultivo das vinhas, as quaes sendo ali plantadas dariaõ hum vinho generoso. Muitas vinhatarias podiaõ existir nas vertentes para o Tamega desde Ribeira de Penna até a embocadura daquelle rio no Douro: as circumstancias locaes fazem persuadir que ellas produziriaõ hum excellente vinho, e igual ao da primeira qualidade do Alto Douro; mas os Minhotos de entre Lima e Tamega não querem outras vinhas senão as de enforcado.

§ 13.

Se os Lavradores do Minho fizerem o plantio das suas vinhas nos terrenos soalheiros de que ellas gostãõ, (que tantos tem nas vizinhanças dos rios Minho, Lima, Dave, Tamega, e outros sitios) e tirarem as Uveiras dos predios regadios, experimentaraõ nesta mudança de cultura muitas vantagens: 1. Montes incultos serraõ convertidos em fructiferas, e apraziveis vinhatarias: 2. O vinho pela sua boa qualidade serraõ sempre apeteçido nos paizes estrangeiros: 3. Nos campos regadios com a mesma despeza serraõ mais abundante a colheita dos graõs: 4. Cresceraõ os pastos, e as manadas do gado vacum. Com todas estas vantagens lucraraõ muito os particulares, e o Estado.

§ 14.

Como hoje em dia sãõ poucos os particulares, que combinaõ os seos interesses com os publicos: e estou persuadido, que muitos dos bellos predios do Minho sãõ mais ou menos tolhidos com as Uveiras; por isso me parece, que até era para desejar, que houvesse alguma providencia publica para que nunca a sombra de qualquer arvore podesse cahir sobre porção alguma daquelles preciosos terrenos que sãõ regados, durante o veraõ, e capazes de dar cada anno duas ou tres novidades.

§ 15.

Ainda mesmo nestes ferteis terrenos estimaõ os habitantes da provincia do Minho a prezença das Uveiras: hé verdade que ellas produzem hum vinho de muito má qualidade; mais como a despeza que com elle fazem hé tão modica, que talvez fique bem paga com a lenha, que se tira das Uveiras, quando se podaõ; por isso todo, e qualquer preço, que pelo seo vinho lhes dá a Illustrissima Junta d'Agricultura dos vinhas do Alto-Douro lhes hé lucrozo: hé muito attendivel esta vantagem; porem muito maior a podem ter os Minhotos sem experimentar tão grave damno nos seos melhores predios, se quizerem seguir o exemplo de muitos Lavradores da provincia de Tras-os Montes, que pela escolha que fazem de hum terreno magro, boa exposiçaõ, e arranramento, que daõ as videiras no tempo da plantaçaõ, tem, com pouco gasto, hum vinho generoso.*

ART. 3.

Devem-se multiplicar ainda mais as Regas.

§ 16.

A provincia do Minho está cruzada de Montes, e quasi todos formados de rochas graniticas, nas visinhanças destas sempre constantemente se observaõ predios de huma terra solta, em que predomina mais ou menos a area: os terrenos desta natureza tanto por serem

* As vinhas chamadas de Bardos da provincia de Tras-os Montes daõ com pouca despeza hum vinho generoso: tem estas o arrajamento seguinte. Escolhida a boa exposiçaõ de hum terreno magro soalheiro, plantaõ as videiras em fileiras com tal distancia humas das outras, que o espaço que entre ellas fica commodamente pode ser lavrado; de maneira que dous lavradores em hum dia lavraõ huma vinhataria, que dá humas poucas de pipas de vinho. Se os proprietarios querem semear centeio nos intervallos das fileiras, este fructo paga muito bem o amanho da terra, e a despeza, que se faz com os bardos das vinhas. Eisaqui como os Trasmontanos tem hum vinho de boa qualidade com pouca, ou nenhuma despeza, aproveitando terrenos, que talvez só para isto tenhaõ prestimo: porque naõ seguem este exemplo os Minhotos?

assombrados com as Uveiras, como por conservarem a humidade por pouco tempo, quando não são regados, apenas produzem annualmente alem do mão vinho huma só novidade de milho grosso, ou centeio, e ainda essa com muita escassez; por isso os Minhotos trabalham quanto lhes hé possível por terem huma aturada Rega para os seos campos; por que então são seguras duas colheitas de grãos, e muitas hervagens. Aquelle chaõ porem, que não está nestas circumstancias tem para elles pouca estima; não aconteceira assim se lhe procurassem o cultivo daquelles cereais, que lhe fosse accommodado, porem não sahem da rotina, que praticarão os seos antepassados desde os primeiros seculos do mundo até hoje.

§ 17.

A multiplicação das regas hé hum artigo mais importante de Economia Rural, e que pode augmentar a prosperidade não só do Minho, mas do reino inteiro. Aquella provincia será talvez a unica aonde se observe huma maior quantidade de canaes de rega (que chaõ levadas), porem estes podem aqui crescer consideravelmente; porque dos muitos rios que a crusaõ, á saber, o Sousa, Dave, Visella, Homem, Cavado, Lima, e outros, e taõbem dos muitos regatos, que vão dezagoar assim nestes, como no Tamega e Lima, se podem ainda tirar muitos canaes de rega, aonde as circumstancias locais o permittirem, removendo as cauzas, que á isto se oppoem.

§ 18.

Huma das principaes cauzas que difficultosamente podia vencer qualquer lavrador do Minho, e do reino, que queira regar o seo chaõ, era que as levadas passassem pelos predios dos seos visinhos, os quaes ordinariamente resistiaõ á dar esta justa servidaõ, que pouco, ou nenhum mal lhes cauzava, e muito proveito aos donos dos campos, que precisavaõ de rega; porem este embaraço sabiamente o faz cessar o Alvará de 27 de Novembro, de 1814.

§ 19.

Outra cauza, porque não se multiplicaõ as regas na

provincia do Minho consiste na repugnancia, que tem os donos dos Moinhos, que são movidos pela força d'agua d'alguns rios, e regatos, de darem licença para tirar levadas para a rega dos predios vizinhos, ainda mesmo quando nisto não tem detrimento algum. Em Outubro de 1789, alguns lavradores do Conselho d'Unhão me informaraõ que se colheriaõ muitos milhares de alqueires de milho (que os Minhotos chamaõ milhaõ) nas terras dos redores do rio Sousa, se delle sahisses os canaes de Rega que fossem precisos; porem que os donos dos Moinhos, ordinariamente pessoas poderozas, em tal não queriaõ consentir.

§ 20.

Por trez differentes modos se pode remover este tão grave obstaculo, que tanto mal faz aos lavradores, e ao bem geral da provincia, por diminuir consideravelmente a massa das necessarias subsistencias. 1. Quando as levadas podem vir dos rios ou regatos para os campos vizinhos sem detrimento das moendas, hé para desejar que os lavradores as possaõ tirar sómente com a authoridade dos Juizes territoriaes, que assim o devem executar, ouvindo dous homens bons e intelligentes do Conselho.

§ 21.

2. Ainda quando toda a corrente d'agoa fosse precisa, metade, ou hum terço desta força absoluta pode ser sufficiente para pôr movimento á moenda com tanto que se mude o mechanismo do Moinho de maneira que sem embargo de que a força absoluta da corrente seja metade, ou hum terço da que era antes se conserve a mesma quantidade de movimento. Nestes termos metade, ou dous terços d'agoa de que já não necessita a moenda pode servir para a Rega dos Predios.

§ 22.

3. As forças mótrizes que podem servir para o movimento das moendas são: 1. Humã corrente d'agoa: 2. A força do vento: 3. A dos animaes. Quando porem a levada d'agoa tiver alguma applicação mais

util, porque não deverá então ter uso alguma das outras forças? Segundo o permittirem as circumstancias locais: assim deve acontecer na provincia do Minho, aonde deverão todas e quaesquer correntes d'agoa não devem ter outro destino que não seja o da Rega dos predios, sendo as vantagens que desta pratica se seguem maiores que os inconvenientes, que possa causar o uso das outras forças.

§ 23.

No tempo, e aonde a agoa se faz precisa para rega dos campos não deve ser então applicada para o movimento dos Moinhos, por que estes podem ser movidos com a força do vento nos lugares proximos ao Mar, e em os outros mais distantes com a força dos animaes: e cumpre que então hajaão Atafonas nas povoações para maior commodidade.

§ 24.

Aonde as circumstancias locais não permittirem, que dos rios, e regatos possaõ sahir canaes de rega, deverão ter uso entre as muitas maquinas hydraulicas, que se tem inventado, aquellas que forem mais commodas ás circumstancias locais, e para o fim que se pertende. Ainda que os Minhotos sejaõ mui cuidadosos em procurar as nascentes, e talvez no Minho appareção mais do que nas outras provincias; todavia o numero destas pode crescer consideravelmente; e até não seria fora de proposito, que para isso houvesse alguma providencia publica. As nascentes, ou por si sos, ou fazendo presas, podem muito bem supprir a falta das levadas para as regas dos campos.

ART. 4.

Hé necessario o Encanamento dos Rios.

§ 25.

O Encanamento de alguns rios do Minho pode melhorar consideravelmente o estado d'agricultura daquella provincia. Depois que nesta fiz as minhas observações me constou, que se trabalhava no enca-

namento do Cavado.* Se vier hum dia, em que se acabe esta grande obra, os habitantes das margens deste Rio, e povoações do contorno delle desde Monte Alegre até ao Mar receberão grandes vantagens: 1^a Os fructos, que crescerem da sua subsistencia, terão mais facil consumo; 2^a A corrente d'agôa obrigada a não sahir fora dos seos limites, ou com pouca força, fará ferteis os campos vizinhos.

§ 26.

O encanamento dos Rios Lima† e Minho pode fazer incalculaveis beneficios aos Proprietarios dos predios daquelles redores. Em Outubro do anno de 1789 vi eu ali lindos campos tolhidos com as arêas: crescerá este mal senão houver alguma providencia publica (ou senão continuar, se ella já começou) por que aquelles arrebatados e caudolosos Rios no tempo de inverno não sendo contidos nos seos devidos limites derigem as suas desvairadas correntes por diferentes partes, de maneira que aqui são roubadas porções de terra, que vão parar no Oceano, ali deixaõ montes d'arêa, que fazem estereis os terrenos, que eraõ ferteis; acola apparecem grandes covas feitas pelo redemoinho das agoas, que diminuem a produccão, e o valor das propriedades. Quem hé que nestes sitios pode contar com dominio certo!

§ 27.

O encanamento daquelles Rios, com o qual acabariaõ, ou seriaõ muito menores os damnos que soffrem os Proprietarios daquelles sitios seria mais seguro, e duravel sendo feito com diques de pedra, ou mottas de terra,‡ se as circumstancias locaes assim o permittirem; porem como estes recursos são de maior despeza, com

* Sobre o encanamento do Rio Cavado.—Alvara de 20 de Fevereiro de 1795; e Portaria de 27 d'Abril de 1799.

† Sobre o encanamento do Rio Lima.—Carta Regia de 27 de Março de 1805.

‡ Os diques de pedra, ou mottas de terra, devem oppôr huma resistencia, que seja superior á maxima pressão lateral da agoa dos Rios, e ter huma altura maior que a daquelle fluido no tempo das maiores enchentes.

muita utilidade e economia podem servir as fileiras das arvores aquaticas,* os Cestoés cheios d'arêa, ou pedra, os Caniços.

§ 28.

Cumpre que tenhaõ huma direcção não parallela; mas perpendicular á corrente das agoas as fileiras das arvores; Caniços, &c., quando se pertende nos arêaes contiguos aos Rios o deposito da terra, que a agoa leva consigo: tendo pois aquelles obstaculos, este arrançamento oppoem huma força contraria á da corrente, que será obrigada á demorar progressivamente á sua velocidade: entãõ a terra, que as torrentes d'agoa trazem dos montes vizinhos ficará precipitada nos arêaes, ou predios proximos aos Rios: deste modo aquelles se reduzem á cultura, e estes conservarão huma fertilidade que nunca pode acabar.

ART. 5.

Deve-se evitar a inundação das arêas.

§ 29.

Na Costa da Provincia do Minho as arêas da Praia do Mar, sendo levadas com a força dos ventos, quando não encontram obstaculos, que as façao voltar, vão inundar os predios vizinhos, que ordinariamente ficam perdidos para sempre; taes os vi eu desde Mathozinhos até Mendelo, e daqui até Azurar, aonde faltão matas que possam impedir a sua veloz carreira.

§ 30.

Defronte de Fam parece que o Rio Cavado de huma parte, e o Mar da outra, se tem conspirado para a perda de muitos e ferteis campos, que hoje em dia estão cobertos d'arêa, e redusidos á huma praia deserta: em Outubro de 1789 estive eu naquella aldêa, e fallei com alguns velhos della: hum delles chamado João da Graça, colhedor de peixe, me disse, que se lembrara

* Sobre as arvores aquaticas se pode consultar a excellente Memoria do Snr. Jozé Bonifacio d'Andrade.

ter visto cazas com seos quintaes em sitios aonde agora somente se observao montes d'arêa; que o Cavado taõbem com as suas arêas tinha estragado terrenos, que em outro tempo eraõ mui ferteis, e que ainda hoje existem traves d'alemos, e choupos, que nelles se crearaõ.

§ 31. Quando viagei aquella parte da costa, que fica entre os Rios Cavado e Lima, observei que naquellas partes aonde a natureza e industria não tinhaõ posto obstaculos capazes de impedirem a marcha das arêas, ellas chegarão até mais de meia legoa de distancia, tornando inuteis os predios, que dellas ficaraõ cobertos. Mui desleixados são os habitantes destas aldeas, que nem sequer olhaõ como a natureza lhes ensina o modo, como haõ de atalhar o progresso de taõ grave damno.

§ 32.

Naquella parte da costa que fica entre os Rios Lima e Minho observa-se o mesmo estado de couzas. Como huma alta rocha borda o Mar junto aos lindos campos d'Areosa, nunca elles seraõ tolhidos pela impetuosa corrente das arêas: ellas seraõ sempre obrigadas á voltar pelo mesmo caminho. Perto de Caminha há huma grande matta de sobreiros, e pinheiros, que me disseraõ era da Serenissima Caza do Infantado, que alem das muitas utilidades que cauza, serve taõbem de hum forte baluarte contra as arêas do Mar; em Anchora* vaõ estas até aonde a força do vento as pode levar; por que ali nada se encontra que lhes possa resistir: em outras partes fazem hum maior ou menor mal conforme á somma das resistencias que se lhes offerece.

§ 33.

Das observaçoes que fiz na costa da Provincia do Minho, e do quasi todo o Reino, podemos aprender o modo como se deve evitar o damno que pode fazer a inundação das arêas do Mar: como aonde este hé

* Anchora hé huma povoação, que fica perto de Caminha.

bordado de rochas, os predios vizinhos conservão a sua fertilidade, por que aquellas muralhas os defendem da invasão das arêas, porque não imitamos nós a natureza? Fazamos perto, e ao longo do Mar paredes aonde as circunstancias locais o permittirem, e for preciso; não devemos nós esperar, que estas muralhas artificiaes fação o mesmo effeito que as naturaes?

§ 34.

Naquelles lugares da costa aonde taõbem vi matas de pinheiros, as arêas nunca chegaraõ a inundar os predios, que erãõ defendidos por aquellas arvores; por que a somma destes obstaculos pouco á pouco vai destruindo a força do vento, que as pertende lá levar: eisaqui temos outro modo simples e facil de evitar o grave damno que fazem as arêas do Mar. Teraõ pois os Minhotos em pouca conta, o que a natureza todos os dias lhe está ensinando? Os lugares da costa aonde nada há que possa resistir á veloz torrente da poeira daquella terra, sejaõ povoados de bastas matas de pinheiros, e sobreiros, e não sendo estas arvores nunca podadas, e cortadas até hum certa distancia,* veraõ como estaõ sempre bem vedados os seos campos.†

ART. 6.

Hé muito util que sejaõ navegaveis os Rios.

§ 35.

Fazendo-se navegaveis alguns Rios do Minho, seria consideravel o adiantamento da agricultura daquella provincia; augmentava-se o bem geral della, e em particular as Cidades do Porto e Braga teriaõ muito proveito, e sendo navegavel o Tamega desde entre

* Cumpre que se prefiraõ sempre aquellas Arvores, que conservão a folha todo o anno: lembro os sobreiros e pinheiros; por que vi, que prosperavaõ bem na Provincia do Minho, nos terrenos proximos ao Mar. Devem ser muito bastas as matas sem nunca serem podadas, e cortadas; para melhor defenderem os campos das arêas, que os ventos para elles pertendem acarretar.

† O primeiro modo de evitar a inundaçaõ das arêas hé de mais despeza, e nem sempre terá lugar; mas quando for applicavel, hé mais seguro e duravel.

ambos os Rios até Ribeira de Penna, aindé que seja somente em alguns mezes do anno, e por Eclusas aonde for preciso. Os povos dos redores daquelle Rio, e do Douro desde o Peso da Regoa até S. João da Fóz, receberão incalculaveis vantagens.

§ 36. *omam o ôscâi sâcicâit*

Muitas utilidades se podem seguir da navegação do Tamega : 1^a Os montes das margens orientaes e occidentaes daquelle Rio mais facilmente se poderão cultivar, e augmenta-se a massa das subsistencias, e a população. 2^a Huma grande parte das Serranias do Maraõ se poderá aproveitar para Bosques, o cultivo do Centeio. 3^a Os habitantes dos Termos de Mondim, Celorico, e Cabeceiras de Basto, e outros teraõ huma maior extracção para os fructos, que crescerem do seu consumo. 4^a As farinhas mais facilmente podem vir para o Porto : evitaõ-se os Portuenses o incommodo de mandar moer os graõs ao Rio Dáve quatro legoas de distancia daquelle cidade.

§ 37.

Os habitantes do Alto Douro muito podem lucrar com a navegação do Tamega ; porque teraõ da Provincia do Minho com fartura, e á bom mercado, os graõs de que tanto precisaõ, e aqui abundaõ. Lenha, carvão, paõs para empa das vinhas, são hoje em dia huns artigos de despeza, que importa em grandes sommas aos moradores das margens do Douro, que poderaõ diminuir consideravelmente com a navegação do Tamega ; com esta se poderião indemnisar os grandes males que Amarante soffreo com a guerra ; por que com a facilidade da exportação e importação será aquella villa huma das mais commerciantes do Minho.

§ 38.

Habitantes do Cavado, se vier hum dia, em que a navegação daquelle Rio se possa fazer, ao menos em

* Huma pipa d'agoa ardente, ou de vinho, que de Basto vai para o Porto faz de despeza no carroto quatro mil e oitocentos reis, a qual seria somente de cento e vinte reis se fosse importada pelo Tamega.

algum tempo do anno, desde a sua embocadura no Oceano até perto do Gerez, então a abundancia, e riqueza reinará entre vós. As Serras de Airo, Rates, de S. Gonçalo, e de Trouxemil, no termo de Barcellos, não se verão já mais cobertas de mato, mas os seus terrenos terão huma cultura que lhe for accommodada. Os habitantes de Braga, e os do contorno deste cidade engrossarão o seu commercio, e cabedades facilitando-se mais a importação das produções da natureza e industria. As Montanhas do Gerez, que quasi todas somente servem de morada aos lobos, javalis, e outros quadrúpedes, poderão então ser amanhadas, e convertidas em prados, searas de grãos, e matas d'árvores, que ali possam viver.

ART. 7.
Hé necessario o bom estado das Estradas.
§ 39.

O bom estado das Estradas pode taõbem promover no Minho, e em todas as Provincias, o adiantamento d'agricultura; por que facilmente podem ser acarretados os fructos que crescem do consumo dos seus habitantes já para os differentes portos do mar, já para as feiras, que se fazem nos differentes lugares daquella Provincia, e para fora della taõbem hé mais prompto o carreto delles.

§ 40.

Em Outubro e Novembro do anno de 1789 fui eu á todas as cidades, villas, e poyoações mais notaveis da Provincia do Minho, e nunca andei por caminho que bom fosse; porem depois que fiz as minhas observações se tem cuidado muito no melhoramento das estradas: hé excellente a do Porto até Valongo, e daqui até Amarante taõbem está em bom estado. Por outras partes me consta, que ellas taõbem tem melhorado: esta, e outras medidas de prosperidade nacional são de esperar de hum sabio e illuminado Governo.

ART. 8.

Hé muito útil supprir a falta dos estrumes, e diminuir o demasiado numero das paredes, que cruzão os Campos.

§ 41.

Os modos de supprir a falta dos estrumes influem taõbem muito no adiantamento d'agricultura, não só do Minho, mas do Reino em geral. Eu refiro aquelles praticados por alguns Lavradores daquella Provincia para que sejam imitados por outros, que quizerem seguir esta importante pratica rural. Costumão pois alguns agricultores mais cuidadosos semear o centeio misturado com semente de tojos; ceifa-se aquelle, e ficaõ estes no anno seguinte occupando os predios, em que foraõ semeados, que depois são cobertos de humã basta mota daquelles arbustos, que sendo ainda tenros são mettidos debaixo da terra, que servem para esta de hum bom adubo. No tempo competente tornaõ á semear o centeio do mesmo modo, e assim continua esta alternativa.

§ 42.

Nos redores de Ilhavo, Comarca d'Aveiro, observei no anno de 1811, tempo em que lá estive, que os Lavradores daquella villa estrumavaõ as terras com tramoços semeados no outono, e mettidos debaixo da terra na primavera pouco antes da sementeira do trigo tremez, e deste modo estrumavaõ sempre os seos campos, de que annualmente tiraõ abundantes colheitas. Consta-me taõbem, que alguns dos habitantes das margens do Douro tem deste modo estrumado as suas vinhas com bastante proveito.

§ 43.

Aonde as circunstancias locais o permittirem hé mais vantajoso o modo seguinte de supprir a falta dos estrumes; consiste elle em fazer prados artificiaes naquelles campos, que não se poderem adubar, os quaes devem ser aturadamente limados d'agoa d'algun Rio,

ou Regato, porque esta não só vai callando lentamente o terreno até a maior profundidade que hé possível; mas deposita o benefico nateiro, que traz comsigo. Hum semelhante predio dá muitas hervagens até á primavera, e então semea-se de milho; quando este hé sahido, já têm sido lançada na terra a semente das plantas, que haõ de servir de pasto no anno que vem. Recolhe-se o milho, e depois continua o prado como era antes. Alguns Lavradores de Celorico de Basto, e da provincia de Tras-os-Montes, que seguem este systema de cultivo, sem nunca acarretarem estrumes para os seos campos, tem nelles muita comida para os seos gados, e depois huma abundante colheita do milho.

§ 44.

Os campos murados são mais uteis aos donos delles porque evitaõ o damno, que os animaes podem fazer ás plantas, arvores e fructo dellas; mas se por acaso pertencem á muitos coherdeiros, e são tapados os quinhoens de cada hum delles, as muitas paredes, com que communemente são divididas, occupão huma grande parte da superficie do terreno, que fica inteiramente perdida. Muitos campos vi na provincia do Minho, que se achão nestas circumstancias.

§ 45.

Aprendaõ os Minhotos de alguns seos comprouvianos as praticas ruraes, que o seo ardil, e experiencia lhes tem mostrado, que são melhores. No Conselho de Maia, nos redores da Villa da Barca, nas vezinhanças de Braga desde Casal Pedro até Barcelos vi eu campos de muitos quinhoeiros divididos com caniços. Hum predio, tapado por todos os lados, e que depois se divide em porgoens mais pequenas, que tapumes mais economicos e vantajosos pode ter que os Caniços? Estes apenas teraõ de largura huma polgada: as paredes que menos podem ter que palmo e meio, ou dous palmos?

PARTE II.

Dos defeitos que tem o Systema d'Agricultura da Provincia entre Douro e Minho.

O melhoramento d'agricultura da Provincia entre Douro e Minho não sómente consiste em ptirar as causas que retardão o seu progresso, taes são as que tenho exposto; mas taõbem os defeitos que tem o systema de agricultura que ali está em voga, como cuidarem pouco no cultivo das Oliveiras, Castanheiros, propagação, e multiplicação de Bosques, e ainda não começarem o cultivo das Amoreiras, Canhamo, &c.

ART. I.

Cultivo das Oliveiras.

§ 46.

Os Minhotos estão taõ afferrados ao cultivo do milho, e das vinhas de enforcado, que não há quem os mude da sua antiga rotina: teriaõ alguma desculpa se o clima do Minho não fosse taõ benigno, e capaz de mais algumas produçõens, que fazem a riqueza das outras Provincias. O cultivo das Oliveiras, que tanto tem engrossado os cabedaes d'alguns proprietarios de Tras-os-Montes, Beira, Estremadura, e Alemtejo, por descuido culpavel, estava ainda aqui em principio no anno de 1789, talvez aquelle tempo fossem mui raros os lavradores do Minho, que colhessem cinco ou seis pipas d'azeite. Com Outubro do dito anno de 1789 no Conselho d'Unhão me disse hum lavrador daquelle termo, que ali já havia quem colhesse nove almudes d'azeite!

§ 47.

Nos mezes de Outubro e Novembro do anno de 1789 observei eu na Provincia do Minho muitos terrenos docemente inclinados com huma boa exposição para o nascente, e meio dia, que seriaõ muito agradaveis ás Oliveiras, mas como são de huma mediocre qualidade, e não podem ser regados de verão, são tidos pelos Minhotos em pouca conta, por isso estavaõ

cobertos de mato sem que daqui tivessem proveito algum. Entre todos os predios que vi accommodados para o cultivo das Oliveiras, merecem preferencia os da margem do Tamega, por que algumas Oliveiras, que aqui e ali observei, affructaõ mais, e tem hum maior crescimento do que em outras partes. As Vinhatarias, e Oliuaes plantados naquelles sitios, seriaõ os melhores da Provincia, algumas varzeas taõbem se poderiaõ aproveitar para a lavoura dos graõs.

ART. 2.

Cultivo dos Castanheiros.

§ 48.

Não estão pois os Minhotos mui adiantados na agricultura particular das Oliveiras: he o mesmo, ou peor ainda, á respeito dos Castanheiros. Os soutos de que se tira excellente madeira, e daõ huma grande parte da subsistencia aos povos das montanhas na provincia de Tras-os-Montes, e Alta Beira, são quasi de todo despresados na Provincia do Minho; porque eu apenas vi alguns Castanheiros nos Conselhos de Celorico, e Cabeceiras de Basto; nas mais partes por onde fiz a minha viagem os que observei não tem outro prestimo mais do que sustentarem algumas uveiras.

§ 49.

Hé verdade que os Castanheiros gostaõ dos sitios montanhosos, em que haja huma terra solta, e fundavel: por ventura faltaõ estes na Provincia do Minho? Parte das Serranias do Gerez, e Maraõ, e geralmente todas as terras altas, que ficão mais distantes do Már, são proprias para o plantio daquellas arvores; porem os Minhotos só se lembraõ plantar nos valles e planecies, as arvores juntas com as suas Videiras, com as quaes sacrificão parte dos seos mais ferteis terrenos em troco de hum máo vinho.

ART. 3.

Propagação dos Bosques.

§ 50.

Devem pois os habitantes da Provincia entre Douro e Minho adiantar a cultura das Oliveiras, e Castanheiros, porque tem muitos terrenos incultos, que são mui próprios, para estas arvores; e taõbem cuidar na multiplicação das matas de Pinheiros, Carvalhos, e Sobreiros, que, supposto aqui hajaõ mais do que em Tras-os-Montes, e outras Provincias, com tudo ainda não são as precisas para os usos domesticos, Architectura, e Marinha. Se pois aqui, como hé para dezejar, for maior o numero dos Bosques, ainda ficaõ matos para estrumes, tendo taõbem para este fim em muita conta as folhas dos pinheiros, que tanto estimaõ, e procuraõ os layradores d'alguns lugares da Provincia da Beira.

§ 51.

As peores terras, que vi na Provincia do Minho são mui proprias para Bosques, de maneira que na vasta extensão de montes incultos que aqui tem os Minhos, não há hum só palmo de terra que se não possa converter em utilidade dos proprietarios, e bem geral da provincia. Nos terrenos proximos ao Már podem-se multiplicar os Pinheiros, e Sobreiros, arvores que muito bem se criaõ naquelles sitios, como eu mesmo observei nos termos do Porto, Barcellos, e Caminha: os mais distantes da costa, e de infima qualidade, poderaõ ser povoados de matas de Pinheiros, e devesas de Carvalhos. Os de mediocre qualidade, e boa exposição, são muito accommodados para Olivaes, e Vinhatarias. Os ferteis e regadios, que daõ dous fructos annualmente, não devem ser tirados daquelle destino para que são proprios.

ART. 4.

Plântio das Amoreiras.

§ 52.

Tenho mostrado, que na Provincia do Minho está muito atrasado o cultivo das Oliveiras, e Castanheiros,

como taõbem a multiplicação dos Bosques; porem o plantio das Amoreiras, ainda não começou; porque no anno de 1789 não observei huma só em todos os lugares por onde andei. No anno de 1804 mandaraõ ao Senhor Conselheiro Jozé Antonio de Sá, Conser-vador da Companhia das Fiçoens e Torcidos de Seda, os Corregedores da Provincia de Tras-os-Montes, alguns da Beira, e da Estremadura, e de Thomar, huma relação da quantidade de seda da colheita daquelle anno; porem do Minho não appareceo hum só arratél.*

§ 53.

O povo do Minho, talvez o mais frugal, e laborioso do Reino, como se tem esquecido da creação do Bicho da Seda? Este ramo da nossa industria nacional não hé para desprezar: elle tem sido recommendado pelas sabias providencias do nosso amado Soberano, e seos augustos predecessores. Todas as mulheres de qual-quer estado e condição que sejam podem-se occupar neste util trabalho. Dous mezes, em que se observaõ as differentes mudas da larva daquelle insecto desde que sahe do ovo até ao tempo em que fica mettido dentro do casulo, passaõ-se com recreio, com o qual louvavelmente se entretêm muitas das Senhoras da Provincia de Tras-os-Montes, e Beira: porque não fazem o mesmo as do Minho? Faltã Amoreiras; cuide-se no plantio dellas e passados poucos annos, haverá naquella Provincia hum genero de industria, que pode ser mui proveitoso aos seos habitantes.

§ 54.

Em todas as Provincias do Reino se encontraõ terrenos, que podem servir para o plantio das Amoreiras; mas com muita preferencia nos paizes das Montanhas;

* Meo antigo amigo, o Senhor Conselheiro Jozé Antonio de Sá, bem conhecido pelas suas grandes luzes, e importantes serviços que tem feito á Patria, me déo a relação da colheita do anno de 1804 das Comarcas de Bragança, Moncorvo, Villa Real, Miranda, Trancoso, Linhares, Vizeu, Guarda, Lamêgo, Crato, Thomar, e Abrantes, que lhe tinhaõ mandado os Corregedores das ditas Comarcas, mas nada naquelle anno recebeo da Provincia do Minho.

porque aquellas arvores gostão do mesmo terreno, clima, e exposição que os Castanheiros; por isso as nossas Províncias do Norte são mais proprias para o cultivo das Amoreiras: elle está adiantado na provincia de Tras-os-Montes, e Alta Beira; e porque ainda não começou no Minho? Acaso faltaõ ali predios proprios para elle? Eu vi já muitos incultos, e cobertos de mato em Setembro, Outubro, e Novembro do anno de 1789, de iguaes circumstancias locais aos daquellas provincias.

§ 55.

Será quasi impossivel que os Minhotos percaõ o amor ás suas Uveiras: embora as plantem em terrenos que não sejam regadios; mas em vez de Carvalhos, Castanheiros, &c., fação o plantio das Amoreiras, e teraõ dous proveitos: 1º Servirão ellas para sustentar as videiras; 2º A folha pode servir para o Bicho da Seda. Imitem pois os habitantes da provincia do Minho os lavradores do Conselho de Bayão, que sendo taõbem ali as vinhas de enforcado, fazem parte das Uveiras não somente os Carvalhos, Cerejeiras, e Salgueiros, mas taõbem as Amoreiras.

ART. 5.

Cultivo do Canamo.

§ 56.

O Canamo, que hé de huma absoluta necessidade entre nós para o fabrico das cordas precisas na Marinha e Pesca, hé hoje hum artigo de grande importação para Portugal; a qual se poderia evitar, ou diminuir, promovendo quanto fosse possivel o cultivo daquella planta: ella medra muito nos campos da Villariça, Termo de Moncorvo, e em algumas das Comarcas de Bragança e Guarda. Era para dezejar, que este cultivo se introduzisse taõbem na provincia do Minho: aqui há terras para tudo, com tanto que as saibão aproveitar. Os Minhotos até podem ter a vantagem de não terem falta alguma na colheita do milho; porque nos ferteis predios que tem, semeando nabos no fim d'Agosto, e principios de Setembro, veraõ a fartura entre os seos domesticos, e gado até Fevereiro,

ou Março do anno que vem: depois semearão o linho, e quando este hé tirado, ainda fica tempo para huma boa colheita de milho, muito principalmente em terrenos que podem ser regados, de que tanto abunda a Provincia do Minho.

Cultivo das Batatas.

§ 57.

Quando fiz a minha viagem no Minho não me constou, que ali cuidassem no cultivo das Batatas: elle então estava em começo neste Reino; porque apenas se recolhiaõ algumas nos Termos de Cantanhede, e Chaves; porem depois que fiz as minhas observações naquella provincia tem crescido muito consideravelmente a sua propagação. O adiantamento deste cultivo deve-se muito principalmente ao zelo da Real Academia das Sciencias de Lisboa, que mandou e manda distribuir premios áquelles lavradores, que mostraõ ter feito annualmente huma maior colheita de Batatas.

§ 58.

Nas Provincias da Beira, e Tras-os-Montes se tem adiantado muito o cultivo das Batatas. Hé verdade que ellas com preferencia querem huma terra solta, e areenta, tal como eu observei nos Termos da Figueira, Monte Mór o Velho, Cantanhede, Comarca d'Aveiro, Villa Real, Moncorvo, e Termo de Chaves; porem na Provincia do Minho quasi todos os terrenos são desta natureza, e por isso mui proprios para este genero de cultivo: até os Minhotos tem mais esta vantagem, que podem semear as Batatas debaixo das suas Uveiras, porque as Batateiras vivem muito bem com huma menor quantidade de luz; eu as tenho visto debaixo das laranjeiras em alguns lugares da Provincia da Beira.

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR PORTUGUEZ.

Agradecendo muito á Vm^{ces} o favor de inserirem no seu Jornal as minhas Respostas aos Jornalistas de Coimbra, rogo lhes me queiraõ fazer o mesmo obsequio á respeito da inclusa. Se lhes parecer que nella trato com pouca consideração hum Lente, advirtaõ que elle hé agressor (Inv. Port. N^o 44, p. 662), que a indignidade dos seus Escritos o tem desauthorado da qualidade de lente, e que a severidade com que o trato, hé provocada pela malevolencia, pelas injurias, e pela pedantaria do Papel, á que respondo. Lisboa, 30 de Agosto de 1815.

De V. M^{ces}

Muito venerador e obrigado,

BERNARDINO ANTONIO GOMEZ,

Resposta ao Papel de Jozé Feliciano de Castilho, intitulado "Reflexoens, &c." Jornal de Coimbra, No. 35, par. 1, p. 201.

Aimez qu'on vous censure,
Et souple à la raison corrigez sans murmure,
Mais ne vous rendez pas dès qu'un sot vous reprend.

Boileau, Art Poét.

D'où vient . . . que l'homme le moins sage
Croît toujours seul avoir la sagesse en partage?

Boileau, Sat. 4.

Jozé Feliciano de Castilho, desconhecendo a dignidade do lugar que occupa, como Lente de Coimbra, ainda se não tem pejado da figura mui pouco decoroza que tem feito na Republica das Letras, e não só continua á fazer a mesma, mas obriga-me á ser o demonstrador della. Hé para mim mui desagradavel esta tarefa; mas como elle ma impoem por huma malevolencia dos seus escritos, que não devo desprezar, não me recusarei á ella. Cumpre alem disso que saiba hum Lente (que não era digno de o ser) que não goza de immuniidade, e de respeito, se não quando o merece pelo seu saber, e pelo decóro e urbanidade, que devem sempre manifestar-se no seu comportamento, e ainda mais nos seus escritos.

Estas chamadas *Reflexoens* de Castilho nada menos são que dignas do titulo que lhes deo, porque nada tanto nellas se deviza, como a falta de reflexão de seu autor.

Eu já referi em outra occasião (Jorn. de Coimbra, N.º 12, p. 447) extraordinarios exemplos desta falta, foi porem debalde porque Castilho hé dos Doentes de Juvenal, quando diz:—

Tenet insanabile multos
Scribendi cacoethes, et ægro in corde senescit.

Seria mui longo se eu quizesse seguir á Castilho nas 40 paginas do seu escrito, e mostrar que em todas há mais ou menos provas da impropriedade daquelle titulo; mas como não tenho vagar, nem escrevo como elle, para encher hum Jornal d'inutilidades, e fazer N.ºs com que entretenha e illuda os assignantes, limitar-me hei ás que bastão para mostrar mais amplamente do que já fiz, a inconsideração de Castilho no que lê, e escreve, a fraqueza, ou nullidade dos seus conhecimentos em toda a materia de que trata, e o que hé menos toleravel, o espirito d'intriga, que manifestaõ os seus escritos, e que parece ser afeição principal do seu character.

Não obstante regeitar o cavilozo offercimento que Castilho me faz d'imprimir as minhas respostas no seu Jornal, por que não careço, nem carecendo queria os seus favores, *estudarei que esta minha resposta não exceda quanto permite o assumpto, hum apice mais que os escritos de Castilho, os restrictos limites da justiça e da decencia.*

A falta de reflexão, com que Castilho lê, e escreve, não hé menos extraordinaria neste, que no Papel de que acima fiz menção. A pag. 202, l. 13, diz que eu o denunciio de crimes que finjo, e á pag. 207 diz:—*Com franqueza porem confesso aquillo que Gomes não pode saber se hé que não tem aberto as minhas Cartas,* isto*

* Castilho sabe mui bem que eu não podia saber do seu crime por este meio, mas a verdade não hé o que lhe importa nesta controversia. Cego d'odio diz quanto d'injuriozo lhe lembra; elle mesmo porem dá tão pouco pelo que aqui diz, que indica outro meio obvio d'eu o saber, dizendo o que lhe succede no Secretariado da Instituição, e que o Secretario, que entra em serviço responde

he, que sou cumplice no objecto deste artigo. Logo hum dos crimes, de que eu todavia o não denuncio, hé tão pouco huma ficção minha que hé confessado por elle.* Dos outros não fallemos porque são tão fictícios que Castilho julgou que o melhor era omitilos no Catalogo d'Artigos que formou, e á que lhe pareceo que podia dar algumas resposta boa, ou má. Veja-se outra notavel prova da falta de reflexão de Castilho.

Tendo este dado como prova de não haver chinconino, o não se fazer menção delle nos ultimos Nos dos Annaes de Chimica de Paris que tinhaõ chegado á Lisboa, tanto me admirou esta prova (pela qual merecia Castilho ser apeado do magisterio em que se acha, e mandado frequentar novamente a aula de logica) que exclamei: Grande Deos! Hé Castilho, hé hum Lente de Coimbra o que escreveo isto? Castilho leu, e entendeo taõbem esta passagem que escreveo como equivalente, *Grande Deos!* e digo eu (Castilho), *que não há nos Annaes de Chimica de Paris, que ultimamente chegarão á Lisboa, huma unica palavra sobre o chinconino?* pag.

Hé isto falta de reflexão, ou hé que o lente Castilho, nem refletindo entende o mesmo Portuguez, quando hé hum tanto figurado? Espero que elle nos diga que houve aqui hum novo erro typografico, e que o prove como o outro, mandando ver o seu MS., que hé hum documento infallivel, no desembargo do pago, que hé como huma livraria publica, ou loja de livros, onde se mostraõ semelhantes papeis áquem os quer ver.

Parece escusado produzir mais provas para mostrar

ás Cartas que se dirigiaõ ao seu predecessor. Lembro-lhe taõbem que dice na Instituição que o Administrador do Correio duvidou huma vez receber como do R. S. as suas Cartas, o que á nenhum outro Secretario tem feito.

* Não se justifica Castilho deste crime, quando—

“De ses propres défauts se fait une vertu.”

BOILEAU.

Dizendo que extendia a regalia do portefranco da Instituição á sua correspondencia Jornalistica para grangear por esse meio correspondentes para a Instituição. Hé claro que isto, se podia grangear correspondentes, era para o Jornal, e hé por isso que elle se offercia para servir de Secretario, quando lhe não competia: Para que me obriga Castilho á dizer estas verdades?

a fraqueza dos conhecimentos de Castilho em toda a materia; pois quem não tem reflexão nem logica nada pode saber. Tocarei todavia em algumas das muitas que me fornece o seu escriptor. Apesar de eu ter aconselhado a Castilho, que não fallasse mais em cinchonino, por que não estava habilitado para isso, a philautia e imprudencia deste Lente fizerao no ainda escrever longas paginas sobre elle, das quaes á final se collige que em chimica nem o senso commum tem. Por quanto, no meio de todo aquelle aranzél d'idéas vagas, de possibilidades, e de analogias, não há huma experiencia, ou argumento directo contra a existencia do cinchonino. Confessa mesmo este grande doutor, que de maneira nenhuma repetio o meu processo (pag. 232, l. ult.). Assim a primeira couza que devia fazer, hé o que ainda não fez, há mais talvez de dous annos, ou desde que se lhe metteo em cabeça refutar a minha memoria sobre o cinchonino. Sendo pois argumentos d'analogia, e possibilidades as rasões, com que Castilho quer debellar o resultado de hum trabalho chimico, que não pode atacar-se se não por outro trabalho chimico mostra, que não obstante a ostentação mui pedantesca que faz de ligação chimica, não está capaz de julgar, ou d'entender, e menos, por conseguinte, de refutar escritos chimicos.

On a beau réfuter ses vains raisonnemens,
Son esprit se complait dans ses faux jugemens;
Et sa foible raison, de clarté dépourvue;
Pense que rien n'échappe à sa débile vue.
BOILEAU, Art. Poét.

A ineptidão de Castilho não deve admirar tanto em Chimica, que não hé a sua profissão, como em medicina pratica de que se diz ser lente. Lancemos os olhos sobre os dous Diarios, com que vem de brindar o publico (pag. 237, e seg.), e que por serem feitos debaixo das suas vistas, e responsabilidade, (p. 235) são obra toda sua. Sendo o objecto destes diarios determinar as virtudes da Quina do Rio de Janeiro, particularmente da febrifuga, duvido que neste genero se possa apresentar cousa mais imperfeita, e menos digna de hum lente, á não ser Castilho.

Por quanto para se mostrar a virtude de qualquer

remedio não basta dizer que se deo em tal e tal molestia, e que esta se curou ou deixou de curar, porque o successo feliz, ou infeliz, podia previr de circunstan-
cias que houve, ou que faltárao. Hé por isso essencial
que se declarem todas as ^{an}circunstancias attendiveis,
tanto antes como depois; e durante o uzo desse reme-
dio. Hé necessario, alem disso, que se dê por suffi-
ciente tempo, e até á sua maxima dóse, se as menores
fóraõs insufficientes, e não nocivas, &c. Vejamos
agora como se houve Castilho. No primeiro diario contentou-se com nos dizer, que
a febre era huma quartãa illegitima, que o doente á
tinha havia seis mezes, e que elle era mendigo e debil.
Do temperamento ou estado constitucional, funcçoens
de canal intestinal, que em todas as febres, e em todas
as molestias exigem huma particular consideração,
estado, e alteraçõens do pulso, &c. não julgou neces-
sario dizer couza alguma tanto antes como depois, e
no uzo já da Quina do Rio, já da Peruviana. Eis aqui
como neste sagaz observador, e consummado Lente de
Medecina Pratica habilita o publico para fazer o pa-
rallelo da Quina do Rio com a Peruviana, e para se
determinar a força febrifuga daquella!

A' respeito da dóse da Q. do R. hé para notar-se
que em huma quartaã legitima não deo mais de meia
onça por dia. Por que sendo insufficiente meia onça,
não augmentou, ou não multiplicou as dóses? Não o
dice, colligesse porem que hé porque em medecina
prática não hé mais habil que em chimica.

Pelo plano que Castilho seguiu nas suas experien-
cias, vê-se que elle considera o cozimento de Q. do R.
como preparação mais forte que a Q. do R. empó;
e porque o empregou depois desta. Nisto porem dá
huma nova prova do pouco senso, e da pouca aptidão
(que Castilho tem para fazer experiencias, porque em
quanto a observação não mostrar o poder e força da
Q. do R., cumpre nos ensaios fazer hum uzo della
semilhante ao da Peruviana, e empregar primeiramente
as preparaçõens mais fracas. E como a Q. P. em pó
hé geralmente reputada mais forte para debellar
sezoens que o cozimento, devia Castilho passar do uzo
deste para o daquella, e não vice-versa.

E que força tinha o cozimento de que uzou Castilho?

Quanto de Q. do R. por quanto tempo, em quanta agoa ferveo? Fez-se o cozimento em vaso aberto ou tapado? Destas bagatellas não faz menção o agudissimo Chimico, e Lente de Medicina Pratica Jozé Feliciano de Castilho.

A' respeito da tintura, Castilho achou taobem escusado dizer a sua força, e se o doente a tomou pura, ou diluida, &c. Para Castilho bastou ver que o doente se curou por meio de sete oitavas de Q. P. em pó depois de tomar inutilmente algumas preparações de Q. do R. Eis aqui o que hé saber fazer experiencias, e saber observar. A' vista disto nenhum medico pode deixar de ter inveja aos 37 discipulos que este anno tiverão a fortuna de ouvir as liçoens de medicina pratica de Castilho.

No segundo diario diz-nos, que havia febre intermitente, que vinha todos os dias de tarde, que havia obstrucção de baco, e vicio gastrico; hé porem tao defeituoso nas circumstancias que se não pode entender se a febre era quotidiana ou terça doble, se a obstrucção era inteiramente indolente ou não, e por que estando o doente apyritico de manhaã, todavia *passava as manhaãs quasi bem*, ou não inteiramente bem. Esta expressão, tao vaga como obscura, mostrando em seu autor hum superficialissimo espirito d'observação, deixa nos em conjecturas sobre o estado morboso que occasionava aquelle incommodo. Reflectindo-se porem, que o doente era *trabalhador do campo, e robusto*, e que tinha *hum obstrucção*, hé de presumir que houvesse nesta (o que não hé raro) algum grão d'inflamação chronica, ou de excitamento demasiado, e que daqui proviesse passar as manhaãs não bem inteiramente, e ter accessos quotidianos de tarde; hé provavelmente por se ter agravado este estado pelo incompetente uzo da Q. do R. que sobrevieraõ os vomitos! Se Castilho nos dicesse qual foi o *tratamento mais seguro*, ou menos improprio, á que depois recorreo, poderiamos melhor fazer o nosso juizo; mas Castilho não se atrevêo á publicar a integra do seu Diario, no que andou bem, porque se os inimigos da Classe Medica, dizem como inimigos, que *medicos não servem senão para fazer receitas* (pag. 212), teriaõ sobeja razão (visto já terem bastante) para acrescentar que alguns,

ou algum há, que nem para isso serve, porque Castilho no primeiro cazo, em que o doente era debil, e não havia complicação, não deo mais de meia onça de Q. do R. por dia, e neste, que era robusto, tinha obstrucção, e passava as manhães não bem, &c. deo-lhe cinco oitavas por dia. Eis aqui o que hé descripção!!

Bienheureux Castilho, dont la fertile plume

Peut tous les mois sans peine enfanter un volume.

Tes écrits, il est vrai, sans art et languissans,

Semblent être formés en dépit du bon sens;

Mais ils trouvent pourtant, quoi qu'on en puisse dire,

Un marchand pour les vendre, et des sots pour les lire.

BOILEAU, Sat. 2.

Mas que digo eu? Castilho publica (pag. 217) que pedirão de Paris o seu Jornal. Logo este hé hum dos bons jornaes. Assim discorre sem duvida Castilho, cuja logica hé conforme á amostra que acima apresentei: cumpre-me por isso advertir ao desvanecido Castilho, que não são alguns sabios de Paris, que pedem o seu Jornal, pede-se, se hé verdade, para duas grandes livrarias, as quaes não seriaõ grande couza, se não tivessem de tudo, e particularmente o unico Jornal de huma nação que não era bem conhecida por falta de Jornaes. Agora o será melhor (graças á Castilho) quando em Paris se virem os diarios de hum Lente de Medicina Pratica de Coimbra, o como este sabe distinguir huma febre, á que sobrevem ictericia, da verdadeira febre amarella; quando se vir o erudito, e elegante escrito sobre a dignidade do escritor, e o desempenho desta dignidade na actual controversia, &c. &c. Viva Castilho, e o Jornal Coimbraõ, segundo mui propriamente o denomina o A. do Semanario, que Castilho deplora ter-se acabado!

Tendo mostrado sobejamente a nullidade de Castilho como homem de letras, devo justificar-me de o ter feito entrar no numero dos membros da Academia.

Querendo esta estabelecer a Instituição Vacinica; por não ter, entre os seus membros, medicos sufficientes que quizessem trabalhar naquella commissão, procurou supprir á esta falta admittindo no seu gremio sem lhe offerecerem algum trabalho literario como hé costume, medicos, que se lhe indicassem

como capazes e com vontade de a ajudar neste interessante projecto. Como eu tinha sugerido o projecto, e por ser medico estava no cazo de conhecer bem os meus collegas, fui incumbido dos nomear. Propuz por conseguinte Castilho, Jozé Maria Soares, Jozé Pinheiro de Freitas Soares, e Francisco Elias Roiz da Silveira, dos quaes procurei primeiro saber, como era necessario, se queriaõ. Hé por tanto huma impostura ridicula em Castilho, quando diz (pag. 204): *Causou-me estranha novidade, quando chegando de Coimbra á Lisboa se me participou que na Academia se esperava pela minha vinda*

Quando propuz aõ Castilho na Academia, disse que elle era Lente de Coimbra, e que por isso se devia reputar com merecimento literario, e que tinha, alem disso, emprehendido publicar hum Jornal, o que indicava achar-se com cabedades literarios não pequenos. Como porem os lugares, que muitas vezes se alcançaõ sem merecimento, não dão sciencia á quem a não tem, e como, emquanto á impresas, os que não tem bastante pejo não consultaõ, como aconselha Horacio,

*Quid ferre recusent,
Quid valeant humeri.*

vim. Depois do conhecimento que muito me havia enganado com Castilho, e que tinha feito hum mal á Academia, por que Castilho não só não justificou a minha proposta apresentando alguma memoria á sociedade como fizeraõ os doutores Pinheiro, e Elias, mas começou á semear a zizania, como se diz que tem feito na Universidade, e que faz em toda a parte onde tem influencia.

Havendo eu porem proposto Castilho na forma exposta, hé claro que a Academia não tem de que me arguir, e confessando, logo que o conheci, que me havia enganado, não me faço se não mais merecedor da sua confiança, porque mostrei que sou ingenuo, e incapaz d'enganar de proposito. Nunca pois devem ser suspeitas á Academia as minhas informaçoes, que são sempre dictadas pela boa fé, e boa intenção; devem porem se-lo as de Castilho, que pertende que, apezar d'eu conhecer o meu engano, devia encobri-lo e sustentalo (pag. 205) i. e. haver-me de má fé.

A' este respeito há no papel de Castilho hum notavel embuste, que não devo dissimular. Diz á pag. 204 que os meus bons officios perante a Academia, não podiaõ provir senão do bom conceito que eu fazia de Castilho, e que se prova por elle ter sido chamado para conferencias de doentes de que eu tratava. Para se avaliar este conceito, cumpre-me dizer que Castilho formou-se depois que eu sahi da universidade, que antes disso, apenas o conhecia de vista, e depois fiz pouco maior conhecimento com elle, por me fallar algumas vezes pouco antes de começar o seu Jornal, convidando-me para contribuir para elle.

Em quanto ás conferencias não me lembra d'outras mais que de huma em Casa do Ex^{mo} Conde de Bobadella, outra em Casa do Ex^{mo} D. Jorge de Menezes, e outra em Casa de hum cavalheiro de Coimbra da Quinta das Lagrimas, que esteve em Lisboa; os doentes porem daquellas conferencias eraõ de Castilho e não meus. Sendo tão facil desmentir Castilho, admirame muito o seu despejo em publicar semelhantes embustes.

O de se intitular socio da Academia, sendo correspondente, authorisando-se para isso com a minha carta, em que o tratava de consocio, faz com que eu, se alguma vez lhe houver de escrever em serviço da Academia, me abstenha com tanta civilidade, como costumava, porque elle não sabe distinguir o que he civilidade, do que he competente, e hade por isso estar tão bem persuadido que tem Senhoria, visto eu ter-lha dado por civilidade. Pois saiba que a não tem, que he correspondente da Academia, como vê no Almanak,* e que he impostor o que se intitula de sorte que possa dar de si huma idéa mais vantajosa do que deve. Castilho jogando sempre a sua valida arma da intriga, diz á este respeito: que eu trato em tom de menos cabosios correspondentes da Academia; isto

*Castilho admira-se de eu citar o Almanak. Isto prova que elle julga dos livros somente pelo titulo. Daqui vem certamente o denominar elle o seu Jornal, Jornal de Coimbra. Castilho não adverte que o Almanak, sendo publicado pela Academia, he para a maioria em questão de sobejá authenticidade. Esta advertencia porem exigia reflexão, e de reflexão não he susceptivel Castilho.

porem di-lo; mas não hé capaz de provalo, porque eu não tratei nem trato assim se não á hum unico que hé Castilho, e ainda assim hé porque o merece, e me obriga á isso. Advirta-se porem que não o trato com menos cabo por dizer que hé correspondente; por quanto ser correspondente de huma Academia, longe de ser injuriozo, hé honorifico na republica das letras, e por isso hé procurado pelos sabios, e se publica no frontespicio das suas obras. Não hé porem o mesmo ser correspondente da nossa Academia, que ser socio livre, effectivo, veterano, honorario. Estas diversas ordens foraõ estabelecidas judiciosamente para indicar d'alguma sorte os serviços que os seus membros lhe tem feito, e para incitar á fazerem-lhos. Por correspondentes, não sendo socios honorarios, hé que ordinariamente começaõ á ser membros desta sociedade todos, ou sejaõ muito, ou pouco sabios; como correspondentes, ficaõ obrigados á communicar-lhe annualmente algum trabalho literario, seu ou alheio sendo novo. Quando por semelhantes, ou outros serviços feitos na Academia, o correspondente se tem feito assaz benemerito, havendo lugar vago nas classes dos socios, hé passado successivamente para estas. Não digo que nestas promoçoens haja sempre rigorosa justiça, porque reconheço e confesso que para comigo mostrou a Academia mais benevolencia que justiça, digo porem que há aquellas ordens, que se passa de humas para as outras por serviços como indicaõ as respectivas Cartas, ou Diplomas, e que por conseguinte hé hum impostor o que os quer confundir, ou se classifica de sorte que dé á entender que tem feito serviços que não fez, ou que tem hum distincto merecimento literario para que a natureza o não formou.

Por muito impostor porem que seja Castilho, não hé este o seu maior defeito moral, que se patentea nos seus escritos. A malevolencia, e espirito d'intriga sobresaem por toda a parte, e merecem patentear-se mais, e converter-se em seu merecido opprobrio.

Lembrando eu muitas vezes á Castilho aquillo de que nunca se devia esquecer, particularmente quando tem a tentação d'escrever, lembrando-lhe digo, que hé Lente de Coimbra para evitar a censura de Juvenal—

Omne animi vitium tanto conspectius in se
Crimen habet, quanto major, qui peccat, habetur. — Sat. 8.

Longe de aproveitar a admoestação, pertende fazer della hum motivo para levantar contra mim as respeitaveis Corporações da Universidade, e da Academia, dizendo que se não pode denegrir o credito de hum membro dellas, sem attentar contra ellas. Se isto porem hé verdade, aquellas Corporações devem voltar-se mais contra elle que contra mim; porque Castilho tem attendado muito mais que eu contra a Universidade, e contra a Academia, por quanto eu não o tenho feito se não em minha defeza, pelo principio *vim vi repellere licet*. Castilho porem espontaneamente tem procurado denegrir a reputação litteraria de hum seu companheiro no Magisterio de Coimbra, e alem desta a minha, e a dos outros Membros da Academia que fizerao a analyse da Q. do R., e que segundo o bestunto de Castilho, *desattenderão nella até circumstancias attendiveis* (pag. 223.)

Acazo Castilho, por ser Lente e Jornalista, hé privilegiado, e pode dizer todos os desvarios que quizer, e descompôr todos os escriptores que lhe desagradarem, sem estes ainda, que offendidos, e nesciamente julgados, poderem mostrar a inepecia, e malevolencia de hum semelhante juiz? Não me persuado que as sabias Corporações, que infelismente o têm por seu membro, pensem assim, e desconheça o direito, que todos têm de repellir e bater hum aggressor, pertença elle ou não pertença á corporações. Tenho alem disso, assaz boa opiniaõ da nossa Universidade para crer que ella se não degradará á ponto de se alistar debaixo das bandeiras do meu adversario. Ella conhece mui bem, e intende melhor que elle, se a tenho offendido, ou elogiado, quando advirto á Castilho, que hé Lente de Coimbra. Em quanto á Academia, ainda menos receio tenho, porque hé mui manifesto o espirito d'intriga, e talvez alguma couza mais, que induz Castilho á fazer inepto paralelo da minha Memoria com a da analyse da Q. do R., onde sabe que vem o meu nome meramente por ter sido nomeado para aquella commissão, e por que a bondade dos outros commissarios quiz repartir comigo, contra a minha pertença, a gloria do seu trabalho, apezar d'eu não ter podido

concorrer para elle por muito occupado naquella occasião, e por me ficar distante o Laboratorio Chimico onde elle se fazia.

Para se ver ultimamente quão pouco deve escudar-se Castilho o respeito daquellas Corporações, basta ver até que ponto elle se tem degradado quando procura injuriar-me, prodigando-me os incompetentes nomes de *denunciante*, e *delator*. Pode elle dar-me taes nomes, quando eu arguido ou denunciado falsamente por elle de illudir as leis, e as autoridades de paiz, lhe disse sem o accusar, o que era verdadeiramente illudir as leis, e as autoridades? Se os exemplos, que referi, eraõ huma Carapuça, que servia bem na sua cabeça, e se houye quem teve a malignidade de lha pôr, disso não sou eu culpado. Assim podes chamar Castilho denunciante, e delator, aquem o delatou, mas não á mim, que nem dice que se cometeraõ os crimes, que dei por exemplos, nem quem os cometteo.

Castilho, cego de odio, não se contentou em cometer esta baixeza, augmentou-a ao ultimo ponto, adoptando a opiniaõ do seu correspondente, que diz se tem por infame todo o denunciante (pag. . . .) Neste cazo o inconsiderado Castilho tem proferido sentença contra si, por que elle me denunciou do crime de illudir as leis, e autoridades de paiz, por imprimir os meus papeis em Inglaterra, e entaõ hé duplicadamente infame porque me denunciou do que não era crime.

A' respeito porem daquella opiniaõ, se hé licito á hum Medico dizer o que lhe parecer sobre materia taõ alheia da sua profissão, digo que aquella doutrina, sem restricção, não só hé erronea, mas muito perigoza. Adoptada ella, podem os facciosos conspirar afoitamente contra o Soberano e legitimo Governo, porque poucos haverá que queiraõ ficar infames denunciando-os. Por aquella doutrina Cicero, salvando Roma da conjuraçãõ de Catilina, foi hum infame, porque denunciou este Chefe, e saõ hum monumento d'infamia as suas immortaes Catilinas.

Se eu não tivesse mostrado que Castilho não reflecte no que lê e no que escreve, se se não visse que elle não sabe o que constitue huma acção honesta, ou deshonestas, i. e. que elle sabe taõ pouca ethica como logica; S. A. R. tinha que agradecer á Castilho a bella dou-

trina do seu Jornal, mas eu tenho assaz desculpado a Castilho, mostrando que elle tem ainda mais ignorancia que malicia; e espero que o que lhe tenho dito neste papel, o fará mais circunspecto no que escreve, e o desvie de me obrigar mais por expressoens injuriosas, e por intrigas (por que tudo o mais lhe tolerarei), á continuar esta controversia, que alem de deslustrosa, hé nociva ao espirito d'indagação, e progresso das letras em Portugal; por que não pode deixar de afugentar muito dos trabalhos literarios ver-se, que neste paiz hum Memoria, fructo de não pequeno trabalho, e destinada meramente á resolver hum problema mui importante para a pratica da Medicina, hum Memoria, que (diga Castilho o que dicer) tem em seu abono, alem de ser impressa pela nossa Academia, o occupar hum lugar no *Med. & Surg. Journ.* d'Edinburgo, e ser dali copiada para o *Med. & Phys. Journ.* de Londres, Jornaes que não são da estofa do de Coimbra; esta Memoria o que me tem grangeado, são paginas e paginas d'injunias no Jornal de Coimbra, e o desgosto de mostrar que algumas vezes hum Lente de Coimbra não parece o que hé.

(... pag.) BERNARDINO ANTONIO GOMEZ.

Lisboa, 30 de Agosto de 1815.

*Extractos das Cartas de José da Cunha Brochado,
escriptas de Lisboa ao Conde de Viana.*

(Continuada da pag. 177 de No. antecedente.)

Carta de 21 de Abril de 1708.

A nossa terra até de novas hé esteril, por que nem a Corte nem a Campanha fornecem materia sobre que se possam fabricar grandes discursos; e por esta maneira o em que se falla são ideas á perder de vista sem mais que o corpo que lhes dá a engenhosa imaginação de quem as concebe. Humas são tristes, outras alegres, segundo a paixão ou os interesses de seo dono; e este hé confusamente o painel do presente estado das couzas, em que V. E. terá menos que ler que

admirar, pois sendo a conjunctura do tempo tão fertil de grandes successos em todas as Cortes da Europa, só em Portugal amanhece o dia de hoje pela mesma pauta do dia de hontem.

Pode ser que isto seja engano meo, por que hum destes dias houve hum grande Conselho de Estado, que durou desde as 7 horas da manhã até depois do meio dia: a materia devia ser da maior importancia, e a resolução seria qual convinha á materia; porem como não sabemos ainda qual seja a execução, ficámos nos mesmos termos de ignorancia e de esterilidade. Tornámos á ouvir mortes, e successos de lastima que succedem de noite, por que as estrelas, que presidem ou alumiaão naquellas horas, parece que taõbem dormem o seo sono descansado, muito á pezar do officio para que foraõ creadas.

A maior nova, que aqui corre, hé que V. E. virá brevemente: sonhamos o que desejamos.

Não se fallou nunca no levantamento da moeda, e não duvido que alguns particulares fizessem este discurso, quando se mandou ver no Conselho da Fazenda hum papel de D. Luis da Cunha com algumas reflexoens sobre o nosso commercio, e com alguns meios para evitar-se a saca do nosso dinheiro, como V. E. verá do papel que vai incluso.—Lisboa, &c. &c.

Carta de 27 de Abril de 1708.

Na nossa Corte não se cuida mais que em fazer huma boa Campanha, e para o bom principio della se mandaram fazer preces publicas ao Senhor dos Exercitos pelos Frades de todos estes Conventos, que o fizeraõ com bastante devoção e com boa musica, de que Deos se agrada muito; porem como não jejuaram naquelle dia, deitaram á perder toda a sua devoção. A providencia dos nossos Ministros taõbem ajunta á estas preces as deligencias humanas, e todos os dias consultaõ o Marquez das Minas sobre a direcção da guerra, que pelo seo talento e experiencia nos segura hum maduro e proporcionado conselho.—Lisboa, &c.

Carta de 5 de Maio de 1708.

O nosso Embaxador tem quasi concluida a sua negociacão, e dizem que pode voltar com a futura Rainha por todo o mez de Junho, porem que ainda não estava resolutto se havia de vir por Hollanda ou por Italia: nestes termos parece que as suas instrucçoens forão bem justas, ou que a Corte de Vienna se se ajustou bem á ellas. Não oigo que no palacio do Snr. Infante D. Francisco se faça obra alguma para a commodidade da Princeza que houver de ser sua mulher, e assim o Embaxador virá mais ligeiro.

O papel sobre o commercio para impedir a saca do nosso dinheiro se vio no Conselho, aonde eu votei que aquelle negocio era gravissimo, e que não cabia no expediente do Conselho, misturado com tantos outros negocios, e que imitando á outros Principes devia El Rey crear huma Junta para esta direcção com hum Presidente, e dois ministros de letras com os deputados informantes, homens de negocio, que parecessem necessarios, aonde se trataria cada materia separadamente com as instrucçoens convenientes para hir remedizando por partes hum damno que se não pode curar com remedios topicos, e hé necessario investir e dissipar a cauza delle. Assim se venceo, e se fez consulta nesta forma; e eu entendo que V. E. seria do mesmo parecer, supposta a variedade de couzas que haõ de ser vistas, examinadas e correctas. Não creio porem que se faça obra alguma em hum tempo em que as nossas couzas estão mais sugeitas á Marte que á Mercurio.—
Lisboa, &c. &c.

Carta de 12 de Maio de 1708.

A chegada da nossa futura Rainha não me parece que está tão proxima como eu cuidava, por que me disse Diogo de Mendonça que se nomeavaõ Commissarios em Vienna para regular, estimar, e aceitar o dote, que vem á ser as arras, que haõ de haver em cazo de vencer em dias á El Rey seo futuro marido, e que as ditas arras se haõ de pagar em Alemanha, ou aonde a Rainha quizer viver, não havendo filhos do matri-

monio. Sobre esta proposta se fez hum Conselho de Estado, e vai respondida. Taõbem oiço que se insinuára ao Embaxador que devia mandar vir procuração para que algum Soberano fizesse os despozorios em nome de El Rey. Não duvido que venhaõ ainda mais duvidas, de que a Corte de Vienna hé abundante, e todas queria V. E. prevenir, propondo que este negocio se conferisse primeiro com algum Ministro do Imperador antes da partida publica do nosso Ministro, e assim o diz todo este povo, e eu o creio da grande penetração de V. E. Os Ministros de Vienna tem razão de nos porem todas as condiçoens que quizerem, pois veem que com providencia immaturada não só mandámos Embaxador á Vienna, mas com elle a caza da Rainha, que ainda não havia.

Oiço que o Duque de Mantua, apadrinhado pelo Papa, pedira á El Rey N. S. que quizesse S. M. escrever huma carta ao Imperador á favor da restituição de seos Estados, e que vendo-se este negocio em Conselho de Estado votaram alguns Ministros que se negasse a carta, porque da restituição do Duque se havia de seguir huma grande utilidade á El Rey de França, poupando a grande pensão que paga ao dito Duque; e que outros Ministros deliberaram, que S. M. devia conceder esta intercessão, por que era da sua grandeza e da sua Soberania não negar á hum Principe despojado e pobre huma recommendação tão justificada na mesma miseria do Duque. Dizem-me que prevaleceram os primeiros votos. Eu, se fora capaz de fallar nesta materia, dicera á El Rey que podia dar huma e muitas cartas porque nem por isso o Imperador havia de fazer o que S. M. lhe pedisse, como taõbem El Rey de França não deixou de queimar Genova pelos officios que lhe mandou passar El Rey, que Deos tem.

A Caza de Mantua hé huma das mais antigas e das mais illustres que tem a Europa, e merecia a sua afflicção mais gracioso acolhimento, e que El Rey N. S. lhe respondesse com expressoens de amizade e de commiseração, prometendo-lhe, que pelo seo Ministro na Corte de Vienna mandaria passar officios efficazes em beneficio da sua cauza. Esta promessa não obrigava El Rey á fazer injustiças nem impossiveis. Devia

escrever ao seo Ministro que se informasse dos termos em que se achava a condemnação do Duque de Mantua, e que estando em termos de restituição fallasse por elle e em seo nome ao Imperador. Esta cauza ainda não está com o ultimo sello, e nestes termos pode ter restituição na paz; nem ella se havia de concluir com tanta pressa que ficasse El Rey de França com tempo de applicar para as despezas da guerra a pensão de 100 mil crusados que paga ao Duque de Mantua. Em fim, nos somos nesta guerra os mais zelosos da cauza commum; com todo o mundo queremos quebrar, e nos parece, que depois da guerra não havemos de necessitar de pessoa alguma.—Lisboa, &c.

Carta de 19 de Maio de 1708.

Quizera dar á V. E. alguma nova do nosso exercito, mas elle hé a coiza, entre muitas que há, de que eu não sei nada. Oigo que está no mesmo sitio entre Caya e Cayolla com 21 batalhoens, e 34 esquadroens, comprehendidas neste numero as tropas estrangeiras, porem que se esperava ainda alguma gente da Beira, e em cazo de necessidade se poderiaõ tirar das praças alguns regimentos. O exercito do inimigo se reforçou com mais tropas, e algumas vieraõ de Barcelona: fica no mesmo campo entre o Guadiana e Xevora, e até hoje não sei que tenha havido acção alguma. Se assim for até o fim da campanha, não teraõ muito que fazer nem os gazeteiros, nem os campanarios.

Chegou outro Paquebot em que não tive nova alguma mais de que huma carta de duas regras que me escreveo D. Luis da Cunha, remetendo-se aos avizos antecedentes, que nem foraõ muitos nem grandes. Dizem-me porem que a negociação de hum e outro casamento estava muito adiantada, e que os Ingrezes tinhaõ já prometido huma esquadra para conduzir as duas Augustas noivas no fim deste verão, e eu assim o creio já, porque o amor e o interesse costumaõ dar azas ás suas negociaçoens; e assim não duvido que a grande conveniencia do Imperador e a grande fineza de El Rey, que Deos guarde, obrem milagres neste ajuste, e neste transporte. Supponho que chegada a nova de se haverem celebrado os esponsaes de pre-

sente, se mandaraõ fazer luminarias com beija maõ publico. Fica-se trabalhando na ponte com toda a pressa, e hoje encomendou S. M. ao Conde de Villa-Verde a direcção e intendencia de hum grande fogo de arteficio para o qual supponho que se haõ de applicar as decimas Ecclesiasticas, que como este elemento hé mais celeste e mais sublime hé necessario que a consignaçaõ seja mais espirital e mais perfeita. Taõbem oiço, que se entende sobre a cavalharisse para augmento ou reforma della, e assim brevemente teremos duas Cortes novas, e toda esta cidade há de arder em festas e alegrias.

Tenho hum grande sentimento á favor da Caza d'Austria, e consiste, em que a Princeza Palatina foi recebida por El Rey, que Deos tem, sendo seo Procurador hum Marquez e Conselheiro d'Estado, e agora huma Arquiduqueza há de fazer a mesma celebraçaõ por hum Ministro que não hé mais que Gentilhomem da Camera. Para supprir este inconveniente, votava eu que ao nosso Embaxador se mandasse o titulo, ao menos, de Marques, e que se lhe fizesse a honra de Conselheiro de Estado: creio que se houvesse quem o propozesse á El Rey, seria logo executado este meo parecer, porque o Snr. Marquez de Alegrete não há de querer fallar á S. M. á favor dos seos particulares.

O negocio sobre o commercio teve a resoluçaõ que se esperava, porque S. M. o encomendou á Diogo de Mendonça Corte Real, e já elle chamou á Secretaria alguns homens de negocio, e alguns Ministros de letras, e lhes encomendou que cuidassem naquella materia, e quando tivessem bem cuidado nella, tornariaõ á Secretaria para se discursar, e resolver o que fosse mais conveniente ao nosso commercio. Taõbem disse—*que seria bom fazer huma lei para dar preço certo ao Cambio*;* que vale o mesmo que dar consistencia ao azougue, ou fazer huma fortaleza no barlavento.— Lisboa, &c. &c.

(Continuar-se-ha.)

* Que bellas ideas de Commercio e de Cambio tinha o tal Diogo de Mendonça Corte Real! Assim não admira que hum gabinete, composto de tal gente, fizesse os milagres que fez na administraçaõ publica.—*Nota dos Redactores.*

LITERATURA ALLEMAM.

As Analogias de Carolina Piechler.

O novo anno offerece hum prospecto de pacificação geral. As scenas de sangue, e os tumultos do mundo politico havendo por ora cessado, deixaõ aos Jornalistas hum campo mais extenso para objectos de literatura e sciencia. O Investigador Portuguez terá por isso oportunidade de publicar algumas peças de literatura estrangeira, mais adequadas á utilidade publica; e aperfeiçoamento individual em cultura, e civilização. Assim começaremos nós á dar neste artigo aos nossos leitores, a obra de Carolina Piechler, natural de Vienna, traduzido em Portuguez, e intitulada, “As Analogias ou Semelhanças” (*die Gleichniss*); obra, que pela nobre simplicidade com que está escripta, pela elegancia de estilo, e pureza de moral que patentea, tem merecido hum lugar distincto na literatura Allemam.—O fim desta obra hé mostrar a intima conexão, que existe entre o mundo moral, e o mundo physico; por isso escolheu a sua auctora com admiravel sagacidade, e espirito, verdadeiramente philosophico, aquelles phenomenos da Natureza, que poude assemilhar aos quadros mais interessantes da vida humana; e dividio este trabalho em pequenos artigos, á maneira de cartas, que posto sejam variados no seu objecto, como diversos em nome, tem de commum entre si a identidade analogica dos referidos dous mundos.—Do Prologo seguinte da mesma auctora se poderá melhor deduzir a natureza desta obra; e os principios que lhe derigirão o plano de tão nobre e luminosa investigação. Pelo decurso da sua leitura se poderá taõbem julgar do merito literario desta illustre escriptora; mas só os que pessoalmente a conhecem, hé que podem apreciar o talento, o saber, e as

graças naturaes, que tanto moral como physicamente a constituem do seu sexo hum dos mais honorificos e portentosos modelos.

PROLOGO.

Haverá oito annos que me cahio nas maons a obra intitulada—*Chaumière Indienne de Bernardin de St. Pierre*.—A historia do infelix Paria que expulso dos homens se voltou para a Natureza, e a nobre simplicidade, com que elle conversando com ella, e observando os seos phenomenos, descubrio a mais sublime e pura moral, fizeraõ sobre mim huma impressãõ indelevel. Eu tinha amado desde a infancia a vida campestre, e observado com attenção e deleite as scenas da Natureza. Desta arte me occorreo facilmente a idéa de seguir o plano do bom Paria, de examinar neste ponto de vista o mundo vegetal e a marcha natural das coizas, e assim procurar a doutrina da Moral no livro da Natureza. A minha demora no campo, durante o veraõ, favoreceo os meos projectos, e deste modo brotáraõ da observação de comparaçoens fortuitas as primeiras analogias, como : v. g.—a *Salva*, o *Salgueiro*, a *Borboleta*.

Há mais de hum anno li eu as *ideas* de *Herder sobre a historia da philosophia do genero humano*. Pela leitura deste excellent e assaz importante livro comecei eu á reflectir, que aquillo que eu tomára ao principio por casual analogia era evidentemente hum notavel plano de organisação nas obras da natureza. Guiada pelas ideas deste illustre escriptor, prosegui nestes pensamentos, e vim á final á deduzir que no mundo phisico assim como no moral dominavaõ as mesmas sagradas e immutaveis leis; e que o primeiro era hum fiel espelho do segundo. Debaixo deste ponto de vista totalmente mudado, considereĩ entãõ o mundo phisico; e assim como o pintor de paisagens ve com outros olhos huma região, e descobre nella cores que não distingue o simples amante da natureza, assim vi taõbem arvores e flores agora em outra relação. Achei nas suas propriedades hum verdadeiro quadro das qualidades do homem; na sua germinação, florecencia, e deperecimento, a historia da vida humana; e pensei

poder tirar destas observações huma doutrina de moral e sabedoria, fundada em principios mais solidos e puros ; por quanto ella resultava das leis da Natureza, communs á todos os seres creados. *As Flores na primavera, as Plantas á sombra, as Arvores inxertadas, e varias outras*, me parecêrão conter evidentemente esta analogia.

Que a maior parte desta doutrina diga respeito ao meu sexo, hé huma especie de amor proprio que se me deve perdoar, reflectindo-se que eu tenho considerado a Natureza com olhos femenis, e sobre tudo para a minha propria instrucção. Quando estas analogias podessem servir por isso de guiar pelo mesmo caminho huma alma feminil, sinceramente indagadora, e por mais ampla investigação das leis da Natureza, e relações do mundo phisico, procurar-lhe huma tranquillidade e consolação Moraes ; então o pequeno mas agradável trabalho que empreguei na composição desta obra ficaria de sobejo recompensado, e perfeitamente obtido o fim para que o dei á luz.

Vienna, 30 de Janeiro, 1800.

I.—*As Flores na Primavera.*

Quão bella, como superior á toda a arte tem a risonha primavera esmaltado os campos. Tapizado com flores veveja o jardim. Aqui pendem ellas em pequenos festoens sobre grandes ou pequenos caules em torno dos ramos da cerejeira e amexieira tão bastamente, que mal se pode ver por entre os sombrios troncos ; ali estão ellas rude, e sahidamente entrecidas sobre os ramos do damasqueiro. Aqui se ostenta a figueira e a florida amendoeira em pallida cor de roza, e alem se levantaõ as maceiras carregadas com o mais bello adreço de cheirazas flores, que listradas de branco e vermelho apresentaõ aos olhos a mais grata variedade. Que magnificencia ! Que abundancia ! Que rica colheita de frutos não promete esta florescente primavera ! Mas ah ! por quantos incidentes não tem de passar estas arvores antes que seos frutos amadureçaõ ! Quem pode prever as tempestades e noturnas geadas que podem murchar as flores ou queima-las antes de sasonar-se os frutos ! Quem pode

remover o verme nocivo que roe a medulla do fruto ou abriga-lo já maturecente da saraiva e dos furacoens ! De milhares e milhares de flores que lisonjeiaão as nossas esperanças talvez medrem só poucos frutos que ninguém pode livrar de contingencias. Sabia com tudo se tem nisto a Natureza mostrado, distribuindo com mão prodiga esta infinita copia de flores de que algumas escapando aos perigos aformoseaão as nossas colheitas.

Soberbas esperanças, risonhos prospectos da mocidade, vós vos assemelhaes á esta abundancia de flores da primavera ! Com que temeraria determinação, com que atrevidas pertengoens á felicidade não marchamos nós pelo mundo ! Tudo nos sorri, todos os caminhos da gloria e da honra se nos patenteaão ; tudo está creado para nós ; não temos mais que estender a mão e a mais bella sorte deve cahir á nossa parte. Livrementemente nos abandonamos ás illusoens da nossa juvenil imaginação, não pensamos mal dos homens que não conhecemos, e nada receamos daquelles que nunca offendemos. Com arrogancia e ousadia divagamos-nos pela senda aonde a escolha ou as circumstancias nos guiaão, e vemos a brilhante meta tão perto, que já cuidamos toca-la : mas ai, bem depressa exprimentamos com dor quanto os nossos projectos nos enganaraão ! Contemplaçoens, respeitos nos atraveçaão o caminho de todas as partes ; repentinas mudanças de fortuna nos forçaão á mudar de plano ; a falsidade e o interesse deslisaão ou afastaão a nossa meta ; malogradas esperanças abatem o espirito ; o amor desgraçado, a soberba offendida, e a amizade atraçoada nos tornaão desconfiados, e pusillanimes ; e feliz daquelle em cujo coração ainda se não tem aninhado o verme pessonhento da má companhia, e dos principios perversos. Assim acatamos nós com tardios passos a carreira temerariamente começada, e ainda somos ditosos quando algumas flores da mocidade nos trazem afinal fructos consoladores. Oh, louvemos a Providencia que no mundo moral como no phisico obrou com igual sabedoria e bondade, e poz nos coraçãoes da mocidade aquelles vehementes affectos, que nos daão assaz força para manter, e gozar a felicidade depois de todas as soffridas tempestades.

II.—*O Furacão.*

Ruge embora incessantemente, e braveja pelos cimos dos alevos ondeates, o furacão tempestuoso! Desprezo a tua raiva. Cercada aqui de abrigradores e baixos arbustos, que o teu sopro apenas move, ao passo que as altas arvores perante o teu poder vergaõ, suspirando, e sacodem a chuva das verdes folhas, vago eu tranquillã e não cuidosa. As aves do Ceo que escolheraõ suas aereas habitaçoens nos elevados cimos, anseadamente esvoaçã por estes ares, e tremem diante da ruina que ameaçaõ seos ninhos; entretanto que o verde lagarto não cuidoso rasteia aqui e ali, executa as suas funcçoens tranquillo, e zomba do furor dos ventos, que não podem empecer a sua silenciosa morada.

Doce imagem da bem aventurada mediania e do retiro, que tu habitas em baixas cabanas no seio da simplicidade e do reposo? Quando as tempestades do mundo, os versateis caprichos da fortuna abalaõ os thronos, e humilhaõ ou precipitaõ os poderosos, entã de nada tu fazes cazo; e apenas a impetuoza borrasca estende os seos ultimos effeitos á tua escondida solidaõ. Feliz hé o sabio que gostoso e contente busca em ti e na natureza a sempre pura e inexhaurivel fonte de seos mais doces prazeres.

III.—*O Jardim na Cidade.*

Era huma bella manhã de primavera: Hum cho-veiro tinha metigado o calor do dia de hontem, e refrigerado as arvores e flores. Eu passeava no jardim. Que mudança desde hontem á tarde! Milhares, e milhares de botoens se tinhaõ aberto nesta fructifera noite, tenras folhas como hum verde e ligeiro veo cubriaõ os arbustos, e o grato matis das cores alegrava os olhos. A coluthea tinha aberto ostentosa suas flores cor de fogo, e a branca e azul Hollandeza nutava pelo meio dos vecejantes berços; pomposas tulipas brilhavaõ com animadas cores aqui e ali sobre a relva, em que o rocio da noite ainda pendia em fusilantes gotas, e hum fresco vento soprando pelas hasteas der-

ramava sobre mim o oiro tendente do cytiso, e as cristalinas gotas. Deleitosos verdejavaõ os panceiros da relva que rodeavaõ os arbustos. Oh, que bello, que animador era o prospecto! Perdida em doces prazeres, eu me recreava no meu reino vegetal, gosava com embriagados sentidos, e me entranhava no seio alegre da natureza. Nisto a minha vista se levantou por acaso, e deo com as muralhas do jardim, e sobre os immensos tectos, cheminés e janelas dos nossos vizinhos, que escuramente o rodeaõ, e lhe tiraõ invejosos a luz do sol da tarde. Oh, como se abismou a minha inspiração! Que ingratamente se dissipou o bello sonho dos vastos prazeres da natureza, á vista das quellas massas de pedra que me fizeraõ dolorosamente lembrar, que eu vivia no meio de huma grande cidade!

O quanto mais aprazível me fora o jardim, se em vez de innumeraveis e contiguas cazas se estendesse aqui huma seara ou rugisse hum bosque; e se alem em vez das torres que imperiosamente dominaõ todos os jardins, huma selvosa montanha levantasse a sua respeitavel cabeça! Entaõ eu me veria com effeito no seio da natureza; entaõ eu gozaria com effeito os prazeres cujo ligeiro phantasma aqui me illudio! Oxala erguesse eu os olhos á pouco antes, e destruisse o meu agradavel sonho!

Nunca mais isto me acontecerá. Passarei á embrenhar-me no meu pequeno reino vegetal, unicamente para contemplar e não para examinar o que se passa fora do meu jardim, nem as mudanças que poderiaõ fazer o mundo melhor!

Oh, quem o podera sempre fazer, sempre, e em todas as circumstancias! Quanto os homens seriaõ mais contentes se olhassem hum pouco mais a roda de si e sobre si! Que estado, que situação há tão miseravel que não tenha seus proprios prazeres, e que á par do amor não possa fornecer de quando em quando hum venturoso momento! Não são por ventura as nossas preciosas filhas menos da necessidade que da imaginação? Não vem ellas pela maior parte dos nossos prazeres e mesmo da nossa fortuna? Ah, poderemos nos não pedir a providencia nada tão urgente, nada melhor do que a pacifica disposição de observar o bem que nos cerca, a discreta capacidade de buscar nelle os nossos

prazeres, e a firme vontade não de o espreitar nem de comparar suspirando, mas de conseguir com satisfação o bem que nos cabe, e de precindir com valor daquelle que nos falece.

(Continuar-se-ha debaixo do titulo de *Literatura Allemam.*)

SCIENCIAS.

Breve Exposição dos progressos que fizeram as Sciencias Physicas.

(Continuada da pag. 199, do No. LIV.)

Actinolite Verde Granular.—Este mineral tem sido achado em Teinach, perto de Marburg. Os mineralogistas o confundiaõ com smaragdite ou diallage, até que Werner mostrou claramente, que era huma diferente especie. Klaproth achou, que a sua gravidade especifica era 3.250; e da sua analize obteve as seguintes substancias:—

Silica - - - - -	56
Magnesia - - - - -	18.5
Cal - - - - -	15.5
Alumina - - - - -	3.25
Oxide de ferro - - - - -	4.75
— de chromico - - - - -	1
— de manganese, muito pouco - - - - -	
Perda - - - - -	1
	<hr/>
	100.00
	<hr/>

Schorl.—Sendo o Professor Bernhardt de opiniaõ, que o schorl comun, e outras varias especies de mineraes podiaõ formar hum genero, o qual fosse denominado tourmaline; pedio para esse fim ao Professor Bucholz, que houvesse de analizar o schorl commun;

á ver se este mineral ministrava hum exemplo deste novo genero. Bucholz com effeito fez tres muis exactas e cuidadosas analyses, duas com o schorl de St. Gothard, e huma com o schorl de Tirol. O resultado foi o seguinte :—

Silica	-	-	-	-	-	35.000
Alumina	-	-	-	-	-	31.500
Magnesia	-	-	-	-	-	5.938
Cal	-	-	-	-	-	0.062
Oxide de ferro	-	-	-	-	-	6.125
Silica contendo ferro	-	-	-	-	-	0.125
Manganese, mui pouco	-	-	-	-	-	-
Agua	-	-	-	-	-	5.000
Potassa	-	-	-	-	-	1.833
Perda	-	-	-	-	-	14.917
						<hr/> 100.000 <hr/>

Esta perda elle não poudé explicar. Não achou mais alcali, nem mais substancia alguma volatil. A nosso ver, porem, ella foi devida ao ácido fluorico, substancia esta, que Bucholz não parece haver suspeitado.

Arroganite.—A descoberta, que há pouco fez o Professor Stromeger, de que arroganite contem quasi quatro por cento de carbonato de strontites, hé por certo de consideravel importancia, por quanto destroe huma anomalia que até agora os mineralogistas não podiaõ explicar; isto hé que era possivel existirem dois corpos, que tivessem a mesma composiçaõ chimica; e que possuíssem diversos caracteres externos. Ella igualmente mostra a summa cautela, que sempre deve haver em as nossas analyses; e com quanta facilidade podem escapar, mesmo aos mais habéis experimentadores, ingredientes, que sobremodo influem nos caracteres externos dos mineraes.

Beril Schorloso.—Bucholz analizou este mineral em 1804, e nelle descobrio 17 por cento de ácido fluorico. Desde entaõ Vauquelim (Annales de Chimie, l. 17, 247) e Klaproth (Beitrag, v. 57) o analizaraõ. O primeiro chimico achou cinco por cento de ácido fluorico; e o segundo 4 por cento. Esta grande diversidade de opinioens induzio Bucholz á repetir as suas experiencias, e sua nova analize se differença mui

pouco da anterior. Eis aqui os ingredientes que elle achou :

Silica	-	-	-	-	-	-	35
Alumina	-	-	-	-	-	-	48
Oxide de ferro	-	-	-	-	-	-	00.5
Agua	-	-	-	-	-	-	1
Acido fluorico	-	-	-	-	-	-	16.5
							<hr/>
							101.0
							<hr/>

Prehnite.—Gehlen há analizado duas variedades de prehnite ; a primeira, tirada de Tassuthale, tem huma gravidade especifica de 2.917 ; e a gravidade especifica da segunda, dada de Ratschinkes, hé 2.924. A primeira variedade consta de :

Silica	-	-	-	-	-	-	42.875
Alumina	-	-	-	-	-	-	21.50
Cal	-	-	-	-	-	-	26.50
Oxide de ferro	-	-	-	-	-	-	3.00
— de manganese	-	-	-	-	-	-	0.25
Magnesia, mui pouco	-	-	-	-	-	-	-
Materia volatil	-	-	-	-	-	-	4.625
Soda	-	-	-	-	-	-	0.27
Perda	-	-	-	-	-	-	98
							<hr/>
							100.000
							<hr/>

Os componentes da segunda variedade foraõ :—

Silica	-	-	-	-	-	-	43.00
Alumina	-	-	-	-	-	-	23.15
Cal	-	-	-	-	-	-	26.00
Oxide de ferro	-	-	-	-	-	-	2.00
— de manganese	-	-	-	-	-	-	0.25
Magnesia, mui pouco	-	-	-	-	-	-	-
Materia volatil	-	-	-	-	-	-	4.00
Perda	-	-	-	-	-	-	15
							<hr/>
							100.00
							<hr/>

Outro mineral achado em huma rocha dolomite em Hafnerszell, o qual pelos seos caracteres e componentes Gehlen suppoz ser huma variedade de prehnite, foi igualmente por elle analizado. A sua cor hé algum tanto amarella. Fractura laminar. Gravidade especifica 2.676. Pouco quebradiço. Lança faiscas sendo tocado com aço. Pouco lustre, e este semelhante ao da perola. Tranlucido. Phosphorescente quando hé

aquecido, e fortemente electrizado por meio do calor. Os seus ingredientes foram :—

Silica - - - - -	54.50
Alumina - - - - -	25.25
Cal - - - - -	10.05
Magnesia - - - - -	3.25
Oxide de ferro - - - - -	1.00
— de manganese, mui pouco	
Soda - - - - -	5.94
	<hr/>
	99.99

Conite.—O mineral, denominado conite, descripto por Schumacher, e outros varios mineralogistas, parece ser mui analogo, se hé que não hé o mesmo, ao que havemos chamado *carbonato de magnesia natural* da India ; ainda que os seus caracteres externos, segundo a seguinte descripção, não são semelhantes. Esta differença julgamos nós que procede de não haver carbonato de ferro no mineral Indiano.

Conite tem hum cor de carne. Está coberto com hum lamina de ocre ferreo. A sua fractura hé desigual, e algumas vezes imperfeitamente conchoidal. Não tem lustre. Hé opaco ; quebradiço ; e a sua gravidade especifica 3.000. Os seus componentes, segundo o analize do Dr. John, foram :

Carbonato de Magnesia - - -	67
— de Cal - - - - -	280
— de Ferro - - - - -	35
Agua - - - - -	1
Sulphato de Cal, quasi nada -	
	<hr/>
	100.0

Zeolite.—A divisaõ, que fez Haüy do zeolite em stilbite e mesotipe, hé assaz sabida ; como taõbem a uniaõ, que fez o mesmo sabio, do natrolite com o mesotipe. Gehlen analysou duas amostras de ambos os generos, e obteve o seguinte resultado :—

	STILBITE.		MESOTIPE.	
Silica - - - - -	55.072	55.615	53.392	54.40
Alumina - - - - -	16.584	16.618	19.620	19.70
Cal - - - - -	7.584	8.170	1.750	1.61
Soda com alguma potassa - -	1.500	1.536	14.696	15.09
Agua - - - - -	19.300	19.300	9.710	9.83
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	100.040	101.302	99.168	100.63

Gehlen mostra ser bem provavel, que os mineraes analizados por Haiiy e Vauquelin debaixo do nome de mesotipes, são na realidade stilbites. Nós vemos pela analize precedente, que os dois mineraes formão duas diversas especies, assaz distinctas pela proporção dos seus componentes. Stilbite contem duas vezes mais agua que o mesotipe; e este ultimo possui muito menor quantidade de cal, e muito mais alcali.

Boracite.—Há cinco annos, que o Professor Steffens achou boracite em grande abundancia em huma montanha de gesso perto de Segeberg em Holstein. Os seus cristaes são mui pequenos, e tem a figura ou de perfeitos cubos, ou de cubos com os seus angulos truncados. Segundo a analize do Professor Pfaff, este boracite hé composto de—

Acido Boracico	-	-	-	6
Magnesia	-	-	-	3 $\frac{3}{8}$
Oxide de ferro	-	-	-	$\frac{1}{10}$
Silica	-	-	-	$\frac{1}{4}$
Perda	-	-	-	1 $\frac{5}{10}$

11

Esta analize nos mostra, que este mineral não possui cal; e assim se verifica a opinião previamente recebida entre os mineralogistas, que o boracite hé essencialmente hum *borato de magnesia*.

Oxide Negra de Terra Vitrea.—Este hé hum mineral descripto por Haiiy no seu *Tableau Comparatif*, pag. 98 e 274, como huma substancia negra vitrea, que se achára no Departamento do Baixo Rheno. Arranha vidro, e tem huma gravidade especifica de 3.2. Aquecida até ficar vermelha, se torna magnetica. Vauquelin achou que era composta de oxide de ferro 80.25, agua 15, e silica 3.75. Bucholz ultimamente taõbem analysou huma pequena porção deste mineral; e achou a sua composição ser a seguinte:

Oxide de ferro	-	-	-	68.5
Silica	-	-	-	10.0
Oxide de manganese	-	-	-	5.5
Perda	-	-	-	16.0

100.0

Se esta perda hé devida á agua, como parece ser provavel segundo a analize de Vauquelin, então este mineral deve ser considerado como hum hydrato de ferro e manganese combinado com silica.

Sulfurete de Cobalto.—Este mineral se acha na Suecia em Nya Bastrias perto de Riddarhyttan. Hisinger o analizou, e achou os seos componentes serem—

Cobalto - - - - -	43.20
Cobre - - - - -	14.40
Ferro - - - - -	3.53
Enxofre - - - - -	38.50
Materia Terrea - - -	0.33
	<hr/>
	99.96
	<hr/>

Oxide Amarella de Chumbo Natural.—Este raro mineral foi ultimamente analizado pelo Dr. John. Os seos caracteres são os seguintes:—Cor externa—hum amarello vivo—cor interna, huma mistura de amarello, e cor de rosa.

Amorphoso.

Fractura, terrea. Em alguns lugares há sua tendencia para a fractura foliacea.

Lustre externo, nenhum; interno, semi-metallico.

Opaco.

Semi-duro.

Quebradico.

Gravidade especifica, 8.000.

Os seos componentes são:

Chumbo - - - - -	82.6923
Acido carbonico - - - - -	3.8462
Oxide de ferro e cal - - - - -	0.4808
Cobre, quasi nada - - - - -	
Silica misturada com ferro - - -	2.4039
Oxigenio - - - - -	10.5768
	<hr/>
	100.0000
	<hr/>

Minio Natural achado em Kall no Departamento do Roer. Os caracteres deste mineral são os seguintes:—

Côr, vermelho escuro.

Amorphoso.

Fractura desigual; e de pequenos grãos.

Opaco; macio; mui quebradiço; gravidade específica, 4'000.

Chumbo	-	-	-	-	-	44.15
Acido Carbonico	-	-	-	-	-	10.00
Agua	-	-	-	-	-	4.00
Cal e oxide de ferro	-	-	-	-	-	0.50
Materia insolúvel composta de	{	Silica	-	-	-	29.00
		Alumina	-	-	-	5.25
		Oxide de ferro	-	-	-	3.00
Oxigenio	-	-	-	-	-	4.10
						<hr/>
						100.00

Spinell.—Berzelio analizou huma amostra de spinell, achado em Oker na Suecia, e obteve o resultado seguinte:—

Alumina	-	-	-	-	-	72.25
Silica	-	-	-	-	-	5.48
Magnesia	-	-	-	-	-	14.63
Oxide de ferro	-	-	-	-	-	4.26
Agua	-	-	-	-	-	1.83
Perda	-	-	-	-	-	1.55
						<hr/> 100.00

Oxide negra de manganese	-	-	52.60
Silica	-	-	39.60
Oxide de ferro	-	-	4.60
Cal	-	-	1.50
Agua	-	-	2.75
			<hr/> 101.25

Sodalite.—Ekeberg analysou hum mineral achado em Hefselkulla na provincia de Nirike em Suecia, o qual, segundo a descripção que dá este chimico, parece ser mui semelhante á sodalite; porem se differença muito deste ultimo na sua composição. Existe em huma mina de ferro misturado com quartzo; a sua cor hé hum cinzento verduengo; o lustre hé incon- sideravel, e semelhante ao da perola; a fractura prin- cipal hé foliacea; e a fractura transversal granular, e desigual; hé translucido nas extremidades; arranha vidro; e hé arranhado por aço; hé pouco fragil; a sua gravidade especifica hé 2.746. Os seos componentes foraõ:—

Silica	-	-	-	-	46.00
Alumina	-	-	-	-	28.75
Magnesia	-	-	-	-	13.50
Oxide de ferro	-	-	-	-	0.75
Agua	-	-	-	-	2.25
Soda	-	-	-	-	5.25
Perda	-	-	-	-	3.50
					<hr/> 100.00

Granada Negra, ou Melanite.—Hisingen analysou huma porção de granada negra, que fora extrahida de huma mina de ferro de Ivappavara em Torneo Lapp- mark, e achou que ella constava de—

Silica	-	-	-	-	34.53
Cal	-	-	-	-	24.36
Alumina	-	-	-	-	1.00
Oxide de ferro	-	-	-	-	56.05
Materia volatil	-	-	-	-	0.50
Perda	-	-	-	-	3.56
					<hr/> 100.00

Veio Spatoso de Ferro.—Hisinger taõbem analysou este mineral, que foi achado em Wermelande na Suecia; e obteve de:—

Oxide vermelha de ferro	-	-	63.25
Oxide de manganese	-	-	3.00
Cal	-	-	1.00
Acido carbonico	-	-	30.00
Agua	-	-	1.75
			<hr/> 99.00

Scapolite.—Berzelio examinou huma porção de scapolite achada em Sudermanland na Suecia, e o resultado da sua analize foi o sêguinte:—

Silica	-	-	-	-	61.50
Alumina	-	-	-	-	25.75
Cal	-	-	-	-	3.00
Magnesia	-	-	-	-	0.75
Oxide de manganese	-	-	-	-	1.50
— de ferro	-	-	-	-	1.50
Agua	-	-	-	-	5.00
					<hr/> 99.00 <hr/>

Cerite.—Este mineral, segundo a ultima analize de Hisinger, consta de—

Oxide de cerio	-	-	-	-	68.59
Silica	-	-	-	-	18.00
Cal	-	-	-	-	1.25
Oxide de ferro	-	-	-	-	2.00
Agua e acido carbonico	-	-	-	-	9.60
					<hr/> 99.44 <hr/>

Spodumene.—Spodumene, achado em Uton, segundo o mesmo analizador, hé composto de—

Silica	-	-	-	-	63.40
Alumina	-	-	-	-	29.40
Oxide de ferro	-	-	-	-	3.00
Cal	-	-	-	-	0.75
Materia volatil	-	-	-	-	0.53
Perda	-	-	-	-	2.92
					<hr/> 100.00 <hr/>

Este mesmo mineralogista tem analizado hum numero consideravel de mineraes Suecos; e como julgamos os seos resultados assaz relevantes, os passaremos á mencionar:—

Lepidolite, achado em Uton	Silica	-	-	-	61.60
	Alumina	-	-	-	20.61
	Cal	-	-	-	1.60
	Oxide de manganese	-	-	-	0.50
	— de ferro, quasi nada	-	-	-	
	Potassa	-	-	-	9.16
	Materia volatil	-	-	-	1.86
	Perda	-	-	-	4.67
					<hr/> 100.00 <hr/>

Malacдите, achado em Long- banshyttan	Silica	-	-	-	-	54.18
	Cal	-	-	-	-	22.72
	Magnesia	-	-	-	-	17.81
	Oxide de ferro	-	-	-	-	2.18
	— de manganese	-	-	-	-	1.45
	Materia volatil	-	-	-	-	1.20
						99.54
Serpentine, achado em Bojmos, em Norberg	Magnesia	-	-	-	-	37.24
	Silica	-	-	-	-	32.00
	Cal	-	-	-	-	10.60
	Alumina	-	-	-	-	0.50
	Oxide de ferro	-	-	-	-	0.60
	Materia volatil	-	-	-	-	14.16
	Perda	-	-	-	-	4.90
						100.00
Hum mineral negro, achado na mina de ferro de Gillinge em Sudermanland. Gravid. Espec. 3.045	Oxide de ferro	-	-	-	-	51.50
	Silica	-	-	-	-	27.50
	Alumina	-	-	-	-	5.50
	Oxide de manganese	-	-	-	-	0.77
	Magnesia, quasi nada	-	-	-	-	
	Materia volatil	-	-	-	-	11.75
	Perda	-	-	-	-	2.98
						100.00
Hum pedra de cor de violeta, achada em Borkhult. Gravid. Espec. gr. 2.8	Silica	-	-	-	-	46.40
	Alumina	-	-	-	-	29.00
	Cal	-	-	-	-	17.14
	Oxide de ferro	-	-	-	-	0.70
	Materia volatil	-	-	-	-	3.20
	Perda	-	-	-	-	3.56
						100.00
Spato amargoso ou muria-cal- cite, achado em Ljusnedal, em Herjeodal	Cal	-	-	-	-	29.8
	Magnesia	-	-	-	-	21.6
	Oxide de ferro	-	-	-	-	1.0
	Acido carbonico	-	-	-	-	47.6
						100.0
Zeolite talinário, achado em Fahlun	Silica	-	-	-	-	60.00
	Alumina	-	-	-	-	15.60
	Cal	-	-	-	-	8.00
	Oxide de ferro	-	-	-	-	1.80
	Materia volatil	-	-	-	-	11.60
	Perda	-	-	-	-	3.00
						100.00

Vidro tridescente de ferro, achado em Grengesberg	Oxide vermelha de ferro -	94.38
	Phosphato de cal -	2.75
	Magnesia -	0.16
	Materia saxia -	1.25
	volatil -	0.50
		<hr/> 99.04

Carbonato Fetido.—Hisinger e Berzelio haõ analizado varias porçoens do carbonato fetido Sueco; e os resultados dos seos experimentos são os seguintes:—

Carbonato fetido transparente, achado em Nerike	Carbonato de cal -	99.1
	de magnesia -	0.9
	de manganese -	
	de ferro -	
		<hr/> 100.0

Carbonato fetido spatoso, de cor preta, achado no mesmo lugar	Carbonato de cal -	95.0
	de magnesia -	
	de manganese -	1.5
	de ferro -	
	Ardosia aluminosa, e pyrites	3.5
		<hr/> 100.0

Carbonato fetido prismatico	Carbonato de cal -	98.6
	de magnesia -	
	de manganese -	0.9
	de ferro -	
	Ardosia aluminosa -	0.5
		<hr/> 100.0

Carbonato fetido prismatico, achado em Kinnekulle	Carbonato de cal -	97.25
	de manganese -	
	de magnesia -	1.25
	de ferro -	
	Ardosia aluminosa -	1.50
		<hr/> 100.00

Gehlen propõs ultimamente duas alteraçõens em o modo actual de analizar mineraes; e na sua analize de prehnite, elle há mostrado, que podem ser com vantagem praticadas 1. Elle substitue o carbonato de soda, em lugar do alcali caustico, para promover a liquefação dos mineraes; methodo este, que elle tem achado nunca falhar, mesmo nas analizes de Corundo.

2. Elle substitue o *carbonato de barites*, em lugar do nitrato de barites, quando temos em vista extrahir de qualquer mineral alguma porção de alcali fixo, que ahi supporrmos existir. Elle tem achado, que este carbonato accelera sobremodo o derretimento dos mineraes; e que para este fim hé muito mais efficaz que o nitrato da mesma terra.

Fim.

POLITICA.

EUROPA.

FRANÇA.

RESUMO DAS 4 CONVENÇOENS, ASSIGNADAS COM O TRATADO DE PAZ GERAL.

I.—*Convenção, relativa a occupação de huma Linha militar em França.*

ART. I. Trata da organização do exercito occupante, e da escolha dos seus commandantes.

II. e III. Os Francezes devem fornecer fogo, luz, alojamentos, e provisoens e forragens em especie. Com tudo as porçoens que se houverem de dar, segundo huma pauta estabelecida, não excederão 200,000; e as raçãoens não passarão de 50,000. Para soldos, trem, vestidos, e outros mais artigos necessarios o Governo Francez pagará annualmente 50 milhoens; porem querendo os Alliados favorecer a França, quanto cabe no possivel, se contentarão neste primeiro anno com 30 milhoens, com a condicão que o resto será pago nos annos seguintes. Pertence á França o cuidado da conservação das fortalezas ou fortificaçoens, assim como de todos os edificios pertencentes a admi-

nistracão civil e militar, e do aprovisionamento das mesmas fortalezas occupadas pelos Alliados. Tudo o que á este respeito for necessario, segundo o regulamento militar Francez, será requerido ao governo pelas tropas alliadas, o qual arranjará com ellas todas estas couzas, de hum modo conveniente para ambas as partes.

IV. Em conformidade do 5 Artigo da Convenção principal, a linha que os Alliados devem occupar se extenderá ao longo das fronteiras que dividem os departamentos do Pas de Calais, do Norte, das Ardenhes, do Meuse, do Moselle, e do Baixo e Alto Rheno, do interior da França. Além disto se concordou (a não ser que pelo consentimento de ambas as partes haja depois nisto alguma alteracão) que nos seguintes districtos e territorios não haverão tropas Francezas nem alliadas. No departamento do Somme, todo o territorio situado ao norte daquelle rio, desde Ham até a sua entrada no mar no departamento do Aisne.—Os districtos de S. Quintino, Vervin, e Laon, no departamento do Marne.—Os de Rheims, S. Menehaud, e Vitry, no departamento do Alto Marne.—S. Dizier, e Joinville, no departamento do Meurthe.—Toul, Dienze, Saarburg, e Blamont, no departamento de Vosges.—Os de S. Diez, Bruyeres, e Premeremont no departamento do Alto Saone, e o districto de Lure.—E o de St. Hipolito, no departamento de Doubts. El Rey de França pode ter guarniçoens nas cidades situadas nos territorios occupados pelos Alliados; mas a força destas guarniçoens hé limitada pela maneira seguinte.—Em Calais, 1000 homens:—Gravelines, 500:—Bergen, 500:—St. Omer, 1500:—Bethune, 500:—Montreuil, 500:—Hisden, 250:—Andres, 250:—Acre, 500:—Arras, 1000:—Boulogne, 300:—St. Venant, 300:—Lille, 3000:—Dunquerque, e seos fortes, 1000:—Douay e le Louche, 1000:—Verdun, 500:—Metz, 3000:—Lauterburg, 200:—Weissemburg, 150:—Petite Pierre, 100:—Strasburg, 3000:—Schlettstad, 1000:—Novo Brissac, e o Forte Mortier, 1100:—Befort, 1000. Ajustou-se comtudo, que todo o trem, pertencente as repartiçãoens da engenharia e artilharia, e as armas, que propriamente não pertencessem a estas praças, fossem removidas para outros lugares, a escolha

do Governo Francez, que todavia devem estar situados fora da linha, occupada pelas tropas alliadas, e fora da linha, não occupada pelas tropas de ambas as partes. Se o Commandante em Chefe for informado de alguma violação que haja nestes arranjos, fará logo representações ao Governo Francez, que promete dar toda a satisfação. Para as sobreditas praças, que actualmente não tem guarnições, pode mandar-lhas quando quizer o Governo Francez, com tanto que sejam conforme o numero estipulado, e que previamente o participe ao Commandante em Chefe.

V. O commando militar, em toda a extensão dos departamentos por onde passa a linha militar, formada pelas tropas alliadas, pertence ao Commandante em Chefe dos Alliados. As praças, mencionadas no Art. 4, e que devem ser guarnecidas por tropas Francezas, são exceptuadas, com hum raio de mil toezas, deste commando militar.

VI. A administração da justiça civil, e a cobrança de tributos e de direitos de alfândegas pertencem ao Governo Francez. Os sobreditos direitos de alfândega ficam no pé em que estão, e os commandantes das tropas alliadas não só não porão embaraços aos officiaes empregados na sua arrecadação, mas lhes darão o auxillio necessario no caso de ser-lhes preciso.

VII. Para prevenir todos os abusos nesta parte dos direitos, os pannos, e para fardamento das tropas não serão importados senão trazendo as competentes certidões de origem, e em consequencia de huma previa participação do commandante do corpo ao General em Chefe, o qual da sua parte então informará também disto os officiaes das alfândegas.

VIII. Os Gens d'Armes continuaraõ a fazer o serviço nos paizes occupados pelos Alliados.

IX. As tropas, que não pertencerem ao exercito de occupação, devem sair de França em — dias, depois da assignatura do Tratado principal. Os territorios, cedidos aos Alliados, assim como as praças de Landau, Saarlouis e Versoix serão evacuadas em — dias, depois do mesmo tempo. Estas mesmas praças serão entregues no estado em que estavam a 28 de Setembro. Nomear-se-haõ Commissarios de ambas as partes para examinarem o seo estado, e entregarem e

receberem as municoens militares, os planos, modelos, e arquivos pertencentes as praças e destrictos cedidos. Outros Commissarios serão taõbem nomeados para examinar e declarar o estado das outras praças que se devem entregar em deposito aos Alliados, e que estando ainda em poder da França devem ser entregues no espaço de — dias. Outros commissarios ainda serão finalmente nomeados para tomarem conhecimento do estado em que estão as outras fortalezas, já em poder dos Alliados, no dia em que se considerarem como principiadas a ocupar.

Os Alliados prometem restituir no fim da occupação todas as praças, nomeadas no Artigo 5, do Tratado principal, no mesmo estado em que as acharam, sem contudo serem responsaveis pelas damnificaçoens do tempo, que o Governo Francez não tenha querido prevenir com os reparos antecipados."

II.—*Convenção relativa ás Somas que a França deve pagar como Indemnidades.*

ART. I. Os 700 milhoens devem-se pagar, dia por dia, em proporçoens iguaes no espaço de 5 annos por meio de *Bons* (obrigaçoens) sacados sobre o Erario Francez, e pagos ao portador.

II. e III. O Erario há de entregar immediatamente as Potencias Alliadas 15 *Bons*, de 46 2-3d. milhoens cada hum, que todos somão a sobredita conta de 700 milhoens, pagaveis, o primeiro em 31 de Março, 1816, o segundo em 31 de Julho, e assim o resto, de quatro em quatro mezes.

IV. No mez precedente aos 4 mezes, em que cada *Bom* deve ser pago, este *Bom* será dividido pelo Erario Francez em *Bons*, pagaveis ao portador em Paris, e em proporçoens iguaes, desde o 1º dia até o ultimo dos 4 mezes. Assim, por exemplo, o *Bom* de 46 2-3d. milhoens, devido em 31 de Março, 1816, será trocado em Novembro de 1815, em outros tantos *Bons*, pagaveis em iguaes somas, como são os dias que decorrem desde o 1º de Dezembro de 1815 até 31 de Março de 1816. O mesmo se praticará com o *Bom*, devido em 31 de Julho, 1816, &c.

V. Para o pagamento, que se deve fazer diaria-

mente. não se dara hum unico *Bon*, porem differentes apolices (*Coupons*) de 1,000, 2,000, 5,000, 10,000, e 20,000 francos as quaes todas devem fazer a soma que se deve pagar cada dia.

VI. Destes *Bons* não andarão em circulação á hum tempo mais que 50 milhoens, a fim de prevenir os males de hum grande accumulacão.

VII. A França não pagará juros pela demora de 5 annos estipulada para o pagamento total.

VIII. Para segurar a regularidade destes pagamentos a França dará aos Alliados hum *annuidade*, ou hum renda annual de 7 milhoens, producto de hum capital de 140 milhoens, inscriptos no Grande Livro. Esta annuidade hé para cobrir, em cazo de necessidade, o que não for remido pello Governo Francez, e para effeito de que no fim de cada seis mezes, na forma abaixo mencionada, os pagamentos fiquem em equilibrio com a expiração dos *Bons*.

IX. As rendas serão inscriptas debaixo de nomes de pessoas nomeadas pelos Alliados, ás quaes todavia não se poderaõ entregar as inscripções, ou titulos, senão no cazo abaixo especificado. Os Alliados também reservam o direito de transferir as inscripções para outros nomes, se assim depois lhes parecer.

X. As inscripções serão depositadas no poder de dois Caixas, hum nomeado pelos Alliados, e outro pela França.

XI. Hum commissão mixta, igual em numero, isto hé, metade nomeada pelos Alliados, metade pela França, examinará todos os seis mezes o estado dos pagamentos, e fará hum balanço. Os *Bons* remidos annunciação os pagamentos, e os *Bons* ainda não apresentados no Erario Francez pertenceraõ para o seguinte balanço. Os ultimos, que estiverem vencidos, mas que havendo sido apresentados não se pagaram, indicão hum pagamento atrazado, e a soma de inscripções equivalentes, segundo o curso do cambio, que são necessarias para cobrir este deficit. Tanto que esta operacão se finalizar, os *Bons* não pagos se tornaraõ a entregar ao commissario Francez, e a commissão mixta ordenará aos Caixas que paguem a soma determinada. Estes estão neste cazo auctorisados, e até são obrigados a entrega-la aos commissarios das

Potencias Alliadas, que então dispoem della á sua vontade.

XII. A França obriga-se então, nestas circumstancias, a entregar aos Caixas huma soma de fundos, inscriptos no Grande Livro, igual áquella que elles pagaram, de maneira que a annuidade, estipulada no Artigo 8, haja de estar sempre completa.

XIII. Quanto aos *Bons* que não se pagarem por culpa da França, vencerão 5 por cento de juro annual, contados desde o dia em que se ficaram devendo.

XIV. Quando os primeiros 600 milhoens já estiverem pagos, os Alliados, a fim de apressar o cumprimento de toda a conta, poderaõ receber, sendo isto agradavel á França, huma porção da annuidade, estipulada no Artigo 8, igual á quantia que faltar para satisfazer os 700 milhoens, de sorte que a França só então terá que pagar esta differença existente.

XV. Se a França porem não estiver por isto, o pagamento dos outros 100 milhoens se fará pelo modo indicado nos Artigos 3, 4, e 5. Depois de satisfeitos os 700 milhoens, a França tornará a receber os seos titulos ou inscripçoens.

XVI. O Governo Francez se obriga a cumprir, alem das indemnidades pecuniarias estipuladas na presente Convenção, todas as mais obrigagoens feitas em outras Convençoens separadas com as differentes Potencias e seos Alliados, relativas ao fardamento e mais couzas pertencentes aos seos exercitos; e á pontualmente entregar e pagar os *Bons e Mandados*, pertencentes a estes artigos, que ainda não estiverem realizados no tempo da assignatura do Tratado principal, e da presente Convenção.

III.—*Convenção concluida em conformidade do Nono Artigo do Tratado Principal, respectivo ao exame e liquidação das reclamaçoens feitas pelos vassallos de Sua Magestade Britannica ao Governo Francez.*

ART. I. Visto que os vassallos de S. M. B., em contravenção do segundo Artigo do Tratado de Commercio de 1786, e depois do primeiro de Janeiro de 1793, hão sido lezados pelas confiscaçoens e sequestros decretados em França; elles, seos herdeiros e

procuradores, todos vassallos de S. M. B., serão, em conformidade com o quarto Artigo Addicional do Tratado de Paris de 1814, indemnizados e pagos, quando as suas reclamações forem reconhecidas por legítimas, e quando a somma destas se verificar, segundo as formas, e debaixo das condições mais abaixo estipuladas.

II. Os vassallos de S. M. B., que possuíam *fundos permanentes* debaixo do Governo Francez, e que depois do primeiro de Janeiro de 1793, soffrerao em virtude das confiscações e sequestros, decretados em França, terao inscripta no Grande Livro da Divida Consolidada de França huma somma de fundos, equivalentes aos que possuíam antes das Leis e Decretos de confiscação e sequestro acima mencionados.

No caso em que os Edictos ou Decretos, que autorizarao os sobreditos fundos, lhes tenham acrescentado vantajosas condições, ou favoraveis oportunidades de lucro, os credores serao resarcidos, e far-se-ha por tanto huma addição, fundada em huma justa avaliação de taes vantagens, á somma dos fundos que se inscrever.

As novas *Inscrições* terao a data de 22 de Março, 1816; e vencerao os juros desde esse mesmo periodo.

Aquelles vassallos de S. M. B., que depois de 30 de Setembro, 1797 receberao as annuidades por hum terço do seu valor, e por meio deste acto se submeterao ás leis entao existentes sobre este objecto, ficarao exemptos das preditas disposições.

III. Aquelles vassallos de S. M. B., ou seus herdeiros ou procuradores, vassallos de S. M. B., que possuíam *Annuidades Vitalicias* do Governo Francez antes de existirem os Decretos de confiscação e sequestro, terao igualmente inscripta no Grande Livro das *Annuidades Vitalicias* de França, huma somma de Annuidades Vitalicias equivalente á que possuíam em 1793. Aquelles, porem, dos vassallos de S. M. B., que tiverem mudado a natureza destes direitos, em razão de haverem recebido as suas annuidades só por hum terço do seu valor; e por este modo se houverem submettido ás leis entao existentes sobre este objecto, serao exceptuados das precedentes disposições.

Estas *Inscripções* terão a data de 22 de Março, 1816; e vencerão juros desde este mesmo periodo.

Antes de se entregarem as novas *Inscripções*, os reclamadores serão obrigados a produzir certidoens, segundo a forma usual, declarando, que ainda estão vivas as pessoas em cujos nomes foram feitas as *Annuidades Vitalicias*.

Quanto aquelles dos sobreditos vassallos de S. M. B., que possuirem *Annuidades Vitalicias* em nomes de pessoas que tiverem perecido, elles serão obrigados a produzir certidoens do legado, segundo a forma usual, mencionando ao mesmo tempo o periodo em que morreo o individuo; e em tal caso, as *Annuidades* serão pagas até esse periodo.

IV. Aquelles atrazados das *Annuidades Perpetuas* e *Vitalicias*, que tiverem sido liquidados e admittidos, e que se vencerem até o dia 22 de Março proximo exclusive, salvos os casos de exempção especificados nos Artigos segundo e terceiro, serão inscriptos no Grande Livro da Divida Publica de França, á razão de hum valor que deverá ser o medio entre o jure e o cambio do dia, em que se assignar o presente Tratado. As *inscripções* terão a data de 22 de Março de 1816; e vencerão juros desde esse mesmo periodo inclusive.

V. A' fim de se verificar o capital devido pelo Governo Francez por propriedade immovel, pertencente aos vassallos de S. M. B., seos herdeiros, ou procuradores, a qual foi sequestrada, confiscada e vendida; se adoptarão as medidas seguintes:—

Os ditos vassallos de S. M. B. serão obrigados a produzir 1^o a escritura de compra que mostre o seo direito de propriedade: 2^o os Actos que provaõ os factos de sequestro e confiscação contra elles, seos antecessores, ou procuradores, vassallos de S. M. B. No caso porem que falte alguma prova em escrito; attendendo-se ás circumstancias em que as confiscações e sequestros foram feitos; e á outras circumstancias que tem desde então occorrido, se admittirá outra qualquer prova que os Commissarios da Liquidação mais abaixo mencionados, julgarem ser assas sufficiente.

O Governo Francez promette alem disso facilitar por todos os modos, a producção de todos os titulos e provas, que servirem para confirmar os direitos sobre

que versa o presente Artigo; e os Commissarios estarão autorizados para fazer toda a pesquisa, que julgarem necessaria para conseguir tal informação, e obter a producção destes titulos e provas: elles terão alem disso faculdade para ajuramentar e examinar, a ser necessario, pessoas que occuparem empregos publicos, e que se acharem em estado de as poder mostrar, ou ministrar.

O valor da dita propriedade immovel será determinado e fixado pela appresentação de hum extracto da "*Matriz*;" "*dos Registos*;" da *Contribution Fonciere* do anno 1791; e este valor deverá ser a razão de vinte vezes o redito mencionado nos ditos registos.

Se as *Matrizes* já não existirem, e for por conseguinte impossivel produzir os ditos extractos, os reclamadores poderaõ apresentar outras quaesquer provas, que forem admittidas pela Commissão de Liquidação, mencionada nos Artigos seguintes:—

O capital liquidado e admittido será inscripto no Grande Livro da Divida Publica de França, do mesmo modo que fica já especificado no quarto Artigo relativamente aos atrasados das annuidades; e a inscripção terá a data de 22 de Março proximo, e vencerá juros desde esse mesmo periodo, inclusive.

Os atrasados, que se devem do dito capital desde o periodo do seu sequestro, serão calculados a razão de 4 por cento por anno, sem deducção; e toda a somma destes atrasados até o dia 22 de Março proximo exclusive, será inscripta no Grande Livro da Divida Publica de França, segundo o calculo acima mencionado, e vencerá juros desde 22 de Março proximo, inclusive.

VI. A' fim de se determinar tanto o capital, como os atrasados, que se estão devendo aos vassallos de S. M. B., cuja propriedade movel em França há sido sequestrada, confiscada e vendida, se adoptaraõ as medidas seguintes:—

Os reclamadores serão obrigados a produzir; 1º O processo verbal, contendo o inventario dos bens moveis tomados ou sequestrados; 2º O processo verbal da venda dos ditos bens. No caso que faltem provas por escripto, se admitteõ outra qualquer prova que os respectivos Commissarios das duas Potencias julgarem

sufficiente, segundo os principios estabelecidos no artigo precedente. O Governo Francez de novo promette dar as mesmas facilidades; e os Commissarios estão autorizados para fazer a mesma pesquisa, e tomar as mesmas medidas, que já ficam especificadas no artigo precedente, quanto á propriedade immovel. A somma do dinheiro, que provier dos sequestros e vendas dos bens moveis, será disposta do modo seguinte; devendo-se, porem, sempre attender aquelles periodos, em que circulava papel moeda, e ao ficticio augmento de preços, que dahi resultava.

O capital liquidado e admittido, será inscripto no Grande Livro da Divida Publica de França, segundo o calculo já especificado nos artigos precedentes, e as Inscriptoens terãõ a data de 22 de Março proximo, e vencerãõ juros desde esse mesmo periodo inclusive.

Os atrazados liquidados e admittidos, que se deverem do dito capital desde o periodo em que o reclamador foi desapossado da sua propriedade movel, serãõ calculados á razãõ de 3 por cento por anno, sem deducção; e a somma total dos ditos atrazados, até o dia 22 de Março proximo exclusive, será inscripta no Grande Livro da Divida Publica de França, segundo o calculo acima mencionado, e vencerá juros desde 22 de Março proximo inclusive.

Os navios, embarcaçoens, cargas e outra qualquer propriedade movel, que houver sido tomada ou confiscada, já em proveito do Governo Francez, ou em proveito dos vassallos de Sua Magestade Christianissima, em conformidade com as Leis de Guerra, e Decretos prohibitivos, não serãõ admittidas á liquidaçãõ; nem aos pagamentos mencionados no presente artigo.

VII. As reclamaçoens que tiverem os vassallos de S. M. B., em razãõ dos diversos emprestimos feitos pelo Governo Francez, ou de hypothecas sobre propriedade sequestrada, tomada ou vendida pelo dito Governo; ou outra qualquer reclamação que não estiver comprehendida nos precedentes Artigos porem que for admissivel segundo os termos do quarto Artigo Addicional do Tratado de Paris de 1814, e da presente Convenção, serãõ liquidadas e fixadas, adoptando-se em cada huma das reclamaçoens os modos de admissãõ, de verificaçãõ, e de liquidaçãõ, que forem

conformes com a sua naturaza individual, e que forem determinados e fixados pela Commissão mixta mencionada nos seguintes Artigos, em conformidade com os principios já especificados nos Artigos anteriores.

Liquidados assim estes direitos, elles serão pagos em inscripções no Grande Livro, segundo o calculo acima mencionado; e as inscripções terão a data de 22 de Março proximo, e vencerão os juros desde este mesmo periodo inclusive. Nos casos em que os Edictos ou Decretos, em que estão fundadas as ditas reclamações, tenham assegurado aos credores o pagamento dos capitaes, ou outras vantajosas condições, e favoraveis oportunidades de lucro; os reclamadores deverão ser contemplados, e receberão alguma indemnização, como fica já especificado no Artigo 2.

VIII. A somma das Inscripções, que provier á cada credor de seos direitos liquidados e admittidos, será dividida pelos Commissarios de Deposito em cinco partes iguaes: a primeira destas será entregue immediatamente depois da liquidação; a segunda tres mezes depois; e as outras porções tambem de tres em tres mezes: os credores, não obstante isto; receberão os juros do total das suas dividas liquidadas e admittidas desde 22 de Março, 1816, inclusive, logo que os seos respectivos direitos forem approvados.

IX. Hum capital, que produza hum juro de tres milhoens e quinhentos mil francos, começando desde 22 de Março 1816, será inscripto como hum fundo de garantia no Grande Livro da Divida Publica de França, em o nome de dois, ou quatro Commissarios, metade Ingлезes, e outra metade Francezes, nomeados pelos seos respectivos Governos. Estes Commissarios todos os seis mezes, receberão o dito juro desde 29 de Março 1816; elles o terão em deposito, sem que tenham a faculdade de o negociar, e serão alem disso obrigados a po-lo nos Fundos Publicos, e se receber o juro composto, e accumulado do mesmo á bem dos credores. No caso que os tres milhoens e quinhentos mil francos de juros não sejam sufficientes, se entregará aos ditos Commissarios Inscripções para maiores quantias, até que a sua somma corresponda ao que for necessario para se pagarem todas as dividas mencionadas no presente Acto. Estas Inscripções

addicionaes, no caso que as haja, vencerão juros desde o mesmo periodo que os tres milhoens, e quinhentos mil francos acima estipulados, e serão administradas pelos Commissarios segundo os mesmos principios por maneira, que as reclamaçoens que ficarem por pagar, serão satisfeitas com a mesma proporção de juro accumulado e composto, como se o fundo de garantia houvesse sido sufficiente desde o principio. Logo que se fizerem todos os pagamentos aos credores, a ficar algum excesso do dinheiro dos juros, este junto com a proporção do juro accumulado e composto que lhe pertencer, será entregue ao Governo Francez.

X. A proporção que se for effectuando a liquidação, e admittindo as reclamaçoens, (fazendo-se distincção das sommas que representam os capitaes, e das sommas que resultão dos atrazados ou juros), a Commissão de Liquidação, a qual será mencionada nos Artigos seguintes, entregará aos legitimos credores duas certidoens pelo valor de toda a Inscripção que se fizer, vencendo ambas juros desde 22 de Março de 1816 inclusive; huma das certidoens será relativa ao capital da divida, e a outra aos atrazados e juros liquidados até 22 de Março de 1816 exclusive.

XI. As certidoens, acima mencionadas, serão entregues aos Commissarios que tiverem as Annuidades em deposito; á fim de estes as assignarem; e serem immediatamente inscriptas no Grande Livro da Divida Publica de França, á debito do fundo depositado, e á credito dos novos credores, reconhecidos como taes, portadores das ditas certidoens; havendo sempre cuidado em que se distingão as Annuidades Perpetuas das Vitalicias.—Os ditos credores ficarão autorisados, desde o dia em que de todo se liquidarem os seus direitos, para receber dos mesmos Commissarios os juros que se lhes devem, junto com os juros accumulados e compostos, no caso que os haja; como tambem aquella porção do capital que houver sido paga; em conformidade com o que já se estipulou nos Artigos precedentes.

XII. Dar-se-há maior prazo, depois da assignatura da presente Convenção, áquelles vassallos de S. M. B., que tiverem reclamaçoens contra o Governo Francez pelos objectos especificadas no presente Acto; á fim

de que possam apresentar os seus direitos, e produzir os seus titulos.

Esta demora se estenderá até tres mezes para os credores residentes na Europa, seis mezes para aquelles que estiverem nas Colonias Occidentaes, e hum anno para os que residirem nas Indias Orientaes ou em Paizes igualmente distantes. Depois do expiração destes periodos, os dittos vassallos de S. M. B. cessarão de gozar o beneficio do presente liquidação.

XIII. A' fim de se liquidarem as reclamaçoens mencionadas nos artigos precedentes, haverá hum Commissão composta de dois Commissarios Francezes, e dois Inglezes, os quaes serão nomeados e escolhidos pelos seus respectivos governos.

Estes Commissarios, depois de haverem approvado e admittido os titulos ás reclamaçoens, passarão, segundo os principios acima indicados, á liquidar e determinar as somas que se devem á cada credor.

A' proporção que os direitos forem admittidos e verificados, elles darão aos credores as duas certidoens mencionadas no Artigo 10, hum relativa ao capital, e a outra aos juros.

XIV. Nomear-se-há ao mesmo tempo hum Commissão de Arbitros, composta de quatro membros, dois dos quaes serão eleitos pelo Governo Britannico; e dois pelo Governo Francez.

Se for necessario recorrer aos Arbitros, no caso de haver igualdade de votos sobre algum ponto, os quatro nomes dos Arbitros, Inglezes e Francezes, serão postos em hum urna, e hum dos quatro, cujo nome sair primeiro, será o Arbitro da materia, sobre que tiver havido tal igualdade de votos.

Cada hum dos Commissarios da Liquidação, por sua vez tirará da urna o bilhete que tiver de apontar o Arbitro. Far-se-há hum processo verbal desta operação; o qual ficará annexo ao que se fizer da liquidação e determinação desta particular reclamação. Se houver alguma vacancia ou na Commissão da Liquidação, ou na da arbitração, o Governo que tiver de nomear hum novo membro, fará esta nomeação sem demora, a fim de que as duas Commissoens estejam sempre completas tanto quanto for possivel.

Se hum dos Commissarios da Liquidação estiver

auzente, elle será substituído, durante a sua auzencia por hum dos arbitros da sua nação; e como neste caso haverá só hum Arbitro desta nação, os dois Arbitros da outra nação ficarão reduzidos á hum só, por sorte. E se hum dos Arbitros se auzentar, haverá a mesma operação, a fim de reduzir á hum só os dois Arbitros da outra nação. Fica geralmente intendido, que para se obviar toda a sorte de demora neste negocio; a liquidação e adjudicação não ficarão suspensas, com tanto que estejam presentes e em actividade hum Commissario e hum Arbitro de cada nação; sempre conservando-se, e restabelecendo-se por sortes, a ser necessario, o principio de igualdade entre os Commissarios, e os arbitros das duas nações.

Quando huma das Partes Contractantes passar á nomear novos Commissarios de Liquidação, de Depósito, ou de Arbitração, os ditos Commissarios serão obrigados, antes de entrarem nas suas funcções, á jurar com as formas mencionadas no artigo seguinte.

XV. Os Commissarios de Liquidação, os Commissarios de Depósito, e os Arbitros, prestarão ao mesmo tempo juramento, em presença do Embaixador de S. M. B. e entre as mãos do Guarda-Sellos de França, de se haverem neste negocio com fidelidade, e justiça de não darem preferencia ou ao Credor, ou Devedor; e de nunca perderem de vista as estipulações do Tratado de Paris de 30 de Maio 1814, as dos Tratados e Convenções com a França que hoje se assignárao; e ainda mais particularmente as da presente Convenção.

Os Commissarios de Liquidação, e os Arbitros estarão autorizados para chamar testemunhas, quando julgarem necessario; e para as juramentar e examinar nas formas usuaes sobre todos os pontos, que forem relativos as diversas reclamações, que formão o objecto desta Convenção.

XVI. Quando os 3 milhoens e quinhentos mil francos de juros, mencionados em o nono Artigo, tiverem sido inscriptos em o nome dos Commissarios que deverao ter essa soma em deposito; S. M. B., logo que assim o exija o Governo Francez, dará as ordens necessarias para se effectuar a restituição das colonias Francezes, como foi estipulado pelo Tratado de Paris de 30 de Maio 1814, comprehendendo Mar-

tinica e Guadaloupe, as quaes haõ sido desde entaõ occupadas por forças Britannicas.

A inscripção acima mencionada será feita antes do primeiro de Janeiro, ao mais tardar.

XVII. Os prisioneiros de guerra, officiaes e soldados, tanto navaes como militares, ou de outra qualquer condicão, aprisionados durante as hostilidades, que ultimamente cessáraõ, serão de ambas as partes immediatamente restituídos aos seos respectivos paizes, sob as mesmas condicoens que estão especificadas na Convenção de 23 de Abril 1814, e no Tratado de 30 de Maio do mesmo anno; o Governo Britannico renuncia todo o direito á quaesquer somas ou indemnidades, que lhe viessem a pertencer do excesso, que resultasse da manutenção dos ditos prisioneiros de guerra; debaixo, porém, da condicão especificada no quarto Artigo addicional do Tratado de Paris de 30 de Maio, 1814.—Feita em Paris, aos 20 de Novembro, 1815.

(Assignados)

(L. S.)

CASTLEREAGH.

(L. S.)

RICHELIEU.

(L. S.)

WELLINGTON.

ARTIGO ADDICIONAL.

As reclamaçoens dos vassallos de S. M. B., fundadas em huma decisãõ de Sua Magestade Christianissima, relativamente ás mercadorias Inglezas introduzidas em Bourdeaux, em conformidade da tarifa da alfandega, publicada na sobredita cidade por S. A. R. o Duque d'Angouleme no dia 24 de Março 1814, serão liquidadas e pagas, segundo os principios, e o objecto declarado na predita decisãõ de Sua Magestade Christianissima.

A Commissão instituida pelo Artigo 13 da Convenção de hoje, passará immediatamente a liquidar as ditas reclamaçoens, e fixar as datas do seo pagamento, que deverá ser feito em dinheiro.

A decisãõ, que tomarem os Commissarios, será logo executada segundo a sua forma, e theor.

O presente Artigo Addicional terá a mesma força e effeito, como se fosse inserido palavra por palavra na Convenção que hoje se assignou, respectiva ao exame

e liquidação das reclamações dos vassallos de S. M. B. contra o Governo Francez.

Em fé do que os respectivos Plenipotenciarios o assignarão, e lhe pozeraõ os sellos das suas armas.— Feito em Paris, aos 20 de Novembro de 1815.

(Assignados os mesmos Plenipotenciarios *supra*.)

Resumo das Convenções para a Liquidação das reclamações feitas ao Governo Francez pelos diferentes Vassallos das Potencias Alliadas.

IV.—*Convenção.*

A' fim de diminuir as difficuldades, que tem havido na execução de diversos artigos do Tratado de Paris de 30 de Maio 1814, e especialmente dos que dizem respeito ás reclamações dos vassallos das Potencias Alliadas, as altas partes contractantes desejosas de fazer com que os seus respectivos vassallos gozem dos direitos que estes artigos lhes afiançaõ, e ao mesmo tempo obviar, tanto quanto for possivel, todas as disputas que se possaõ suscitar sobre o sentido de algumas disposições do dito Tratado, convieraõ nos artigos seguintes:—

ART. I. O Tratado de 30 de Maio de 1814, fica confirmado pelo Artigo 11 do Tratado principal, á que está annexa esta Convenção, e esta confirmação comprehende principalmente os Artigos 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, e 31 desse Tratado, excepto nos pontos em que são modificados pelo presente acto; e fica expressamente concordado, que as explanações e desenvolvimentos, que as Altas Partes Contractantes julgarem proprio dar-lhes por meio dos artigos seguintes, por nenhum modo lesaráõ as reclamações de outra qualquer natureza, autorizadas pelo dito Tratado; senão forem particularmente recapituladas na presente Convenção.

II. Sua Magestade Christianissima promette por tanto pagar todas as somas devidas pela França (em paizes fora do seu territorio, como fica fixado pelo Tratado da data de hoje) em virtude do Artigo 19 do Tratado de 30 de Maio de 1814, seja á individuos,

Communs, ou á estabelecimentos particulares, cujas rendas não estão á disposição do Governo Francez. Esta liquidação abrangerá especialmente as reclamações seguintes:—

1. Aquellas que resultarem de artigos subministrados ou suppridos por Communs, ou individuos, em virtude de contractos ou outros arranjos feitos com as autoridades Francezas debaixo de promessa de pagamento.

2. Os atrasados de soldos, &c. devidos á individuos militares, ou empregados no exercito Francez, os quaes, em virtude dos Tratados de Paris de 30 de Maio de 1814, e 20 de Novembro de 1815, são agora vassallos de outra potencia.

3. A manutenção de tropas Francezas em hospitaes, que não pertencem ao Governo.

4. A restituição de fundos confiados ao cuidado do Correio Francez, e que não tem chegado ao lugar do seu destino.

5. O pagamento de *Mandats Bons*, ou ordens para pagamento, sobre a Erario Francez, &c.; as quaes tem sido assignadas á favor de individuos, &c.; em provincias que tem cessado de pertencer á França; e as quaes talvez estejam nas mãos destes individuos, &c.; nem pôde a França recusar paga-las debaixo do pretexto de que os objectos, para a venda dos quaes estes *Mandats Bons* se havião de realizar, tem passado para dominio estrangeiro.

6. Os empréstimos, feitos as autoridades Francezas civis e militares, debaixo da promessa de pagamento.

7. Indemnidades concedidas pela falta de fruição de bens nacionaes arrendados, &c.

8. O embolso de adiantamentos feitos dos fundos das Communs por ordem das autoridades Francezas, com a promessa de pagamento.

9. Indemnidades devidas á individuos por destruição de edificios, &c.; para o augmento ou segurança de fortalezas, &c.

III. As reclamações do Senado de Hamburgo, relativas ao Banco desta cidade, serão o objecto de huma particular Convenção entre os Commissarios de Sua Magestade Christianissima, e os da cidade de Hamburgo.

IV. Sêrão taõbem liquidadas as reclamaçoens feitas por várias pessoas contra o Decreto datado Nossen 8 de Maio, 1813, pelo qual ellas foraõ despojadas de fazendas coloniaes que haviaõ comprado do Governo Francez, &c.

V. Formar-se haõ Commissoens de Liquidaçaõ para examinar as reclamaçoens; e taõbem Commissoens de Arbitraçaõ para decidir sobre as mesmas; no caso que as primeiras naõ concordem.

(Aqui seguem-se 8 Secçoens sobre o modo, como estas Commissoens deveraõ proceder.)

VI. e VII. saõ relativos ao modo como se dá credito á França por aquellas dividas, as quaes foraõ na sua origem seguradas por hypothecas em paizes que tem cessado de fazer parte da França, e as quaes se haõ convertido em inscripçoens no Grande Livro da Divida Publica de França.

VIII. Havendo o Governo Francez recusado reconhecer a reclamaçaõ do Governo dos Paizes Baixos, relativa ao pagamento dos juros da divida da Hollanda, os quaes naõ se tem pago nos semestres de Março e Setembro de 1813, as Partes Contractantes concordão em deixar á arbitraçaõ de Commissarios a decisaõ desta questãõ.

IX. Se liquidaraõ os atrasados, que estaõ por pagar, das dividas seguradas por hypothecas em Paizes cedidos á França pelos Tratados de Campo Formio e Luneville.

X. Refere-se ao Artigo 23 de 30 de Maio 1814, que estipula, que o Governo Francez pagara as seguranças, depositadas pelos funcionarios, que tem o manejo do dinheiro pnblico nos paizes separados da França.

XI. Os fundos depositados pelas Communs, &c. nos coffres do Governo seraõ restituídos, &c.

XII. Os fundos que existiaõ na Caixa de Agricultura de Hollanda, e que se haõ depositado na Caixa de Amortizaçaõ, seraõ restituídos.

XIII. As Commissoens de Liquidaçaõ e Arbitraçaõ passaraõ immediatamente a liquidar os objectos especificados nós Artigos 22 até 25 do Tratado de 30 de Maio de 1814.

XIV. O Artigo 25 do Tratado de 30 de Maio de 1814, o qual de todo desobriga o Governo Francez, desde o 1º de Janeiro de 1814, de pagar pensoens civis, militares, ou ecclesiasticas fica em vigor. A França pagará os atrasados, se hé que os houver, até este periodo.

XV. Visto terem havido duvidas sobre o Artigo 31 do Tratado de 30 de Maio de 1814, relativo á restituição dos mappas dos paizes que tem cessado de pertencer á França, as Altas Partes Contractantes concordão, em que todos os mappas dos paizes cedidos, incluindo os que o Governo Francez tiver mandado fazer, serão sem falta entregues, com as chapas que lhes pertencerem, no espaço de quatro semanas depois de se trocarem as ratificaçoens do presente Tratado. Se entregaraõ igualmente os archivos, mappas, e chapas, que foraõ tiradas dos paizes occupados temporalmente pelos differentes exercitos, segundo está estipulado no segundo parrafo do Artigo 31 do dito Tratado.

XVI. Todas as reclamaçoens serão ápresentadas dentro de hum anno depois da ratificação do Tratado, sob pena de se perder todo o direito ás mesmas.

XVII., XVIII., XIX., são relativos ao pagamento das reclamaçoens, e á sua inscripção no Grande Livro.

XX. No primeiro de Janeiro, ao mais tardar, hum capital, que renda tres milhoens e quinhentos mil francos de juros, será inscripto no Grande Livro como huma garantia em o nome de dois, quatro, ou seis Commissarios, metade Francezes metade dos Alliados, os quaes receberaõ os juros todos os seis mezes.

XXI. hé relativo ao Artigo 17.

XXII. até XXVI., são relativos ás promessas reciprocas dos Soberanos sobre os embolsos que se deveraõ fazer a vassallos Francezes, &c.

Feita em Paris, aos 20 de Novembro de 1815.

(As assignaturas.)

Hum Artigo Additional menciona, que a Caza dos Condes de Renheim, e Steenforth reclama do Governo Francez, por varias motivos, a soma de quatro milhoens quatro centos e vinte sette mil francos. A ãm de se satisfazer esta reclamação, a dita Caza receberá

800,000 francos em doze pagamentos annuaes, e 510,000 em inscripçoens no Grande Livro.

(Seguem as assignaturas.)

Tratado de Alliança e amisade, entre S. M. Britannica, e o Imperador d'Austria, assignado em Paris, a 20 de Novembro, 1815.

Em nome da Sanctissima e indiyisivel Trindade,
Havendo-se felismente conseguido o fim da alliança concluida em Vienna a 25 de Março de 1815, o qual era restabelecer em França a ordem de couzas, que a ultima criminoza empreza de Napoleão Buonaparte havia momentaneamente transtornado; suas Magestades, El Rey do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, o Imperador d'Austria, Rey de Hongria e Bohemia, o Imperador de Todas as Russias, e El Rey de Prussia, considerando que o descanso da Europa essencialmente depende da confirmação de ordem de couzas, fundada na manutenção da auctoridade Real, e da Charta Constitucional, e querendo empregar todos os meios para prevenir que a geral tranquillidade (o objecto dos dezejos dos homens, e o constante fim dos seos esforços) torne a ser de novo perturbada; e dezejosos, por consequencia, de estreitar ainda mais os laços que os unem para o interesse commum dos seos povos, resolveram dar aos principios, solemnemente declarados nos Tratados de Chaumont, do 1º de Março, 1814, e de Vienna de 25 de Março, 1815, a applicação mais analogá ao estado presente dos negocios; e fixar de ante mão por hum Tratado solemne, os principios que pertendem seguir, a fim de garantir a Europa de quaesquer perigos com que possa ser ameaçada. Para isto as Altas Partes Contractantes nomearam para discutir, lavrar e assignar as condiçoens deste Tratado, a saber:—(seguem-se os nomes e titulos dos Plenipotenciarios, que foraõ:—Lord Castlereagh, Duque de Wellington, Principe de Metternich, e o Barão de Wessenberg) os quaes depois de haverem trocado os seos plenos poderes, que se acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes:

ART. I.—As Altas Partes Contractantes reciprocamente prometem manter em toda a sua força e vigor o

Tratado hoje assignado com S. M. Chistianissima, e cuidarem que as estipulaçoens do dito Tratado, assim como as das Convençoens particulares, que a elle se referem, sejam estricta e fielmente executadas em toda a sua extensão.

II. As Altas Partes Contractantes, havendo entrado na guerra que vem de acabar, só com o fim de inviolavelmente manterem os arranjos feitos em Paris no anno passado para a segurança e interesse da Europa, julgaram prudente renovar os mesmos ajustes pelo presente Acto, e confirma-los, como mutuamente obrigatorios, ficando com tudo sujeitos ás modificaçoens contidas no Tratado, que hoje se assignou com os Plenipotenciarios de S. M. Christianissima, e particularmente aquellas, em virtude das quaes Napoleão Buonaparte e a sua familia, conforme as estipulaçoens do Tratado de 11 de Abril de 1814, foi para sempre excluido do supremo poder em França, a qual exclusão as Partes Contractantes se obrigaõ por este Acto a manter com todas as suas forças quando assim seja necessario. E como os mesmos principios revolucionarios, que deraõ occasião á ultima criminoza usurpação, podem ainda, debaixo de outras formas, perturbar a França, e por consequencia taõbem o descanso dos outros Estados, por estes motivos, as Altas Partes Contractantes, solemnemente admitindo o principio de que hé dever se vigiar sobre os interesses e tranquillidade dos seos povos, se obrigaõ em cazo de occorrer ainda algum desgraçado acontecimento, a concertarem entre si e S. M. Christianissima os meios que parecerem necesarios para dar segurança aos seos respectivos Estados, e huma geral tranquillidade a Europa.

III. As Altas Partes Contractantes, tendo concordado com S. M. Christianissima que huma linha de posiçoens militares fosse occupada em França por hum corpo de tropas alliadas, durante hum certo numero de annos, tiveram em vista segurar, quanto está em seo poder, todo o effeito das estipulaçoens contidas nos Artigos 1 e 2 do presente Tratado; e uniformemente dispostos a adoptar todas as medidas mais convenientes para conservar a tranquillidade da Europa, mantendo a ordem de couzas restabelecida em França,

obrigão-se, no cazo que o dito corpo de tropas seja atacado, ou ameaçado de algum ataque por parte de França, a pôr-se outra vez em estado de guerra contra aquella Potencia, a fim de manterem estas mesmas estipulaçoens, e todos os interesses a que ellas se referem. Por consequencia, cada huma das Altas Potencias contractantes fornecerá sem demora, conforme os ajustes do Tratado de Chaumont, e principalmente os que se achão estipulados nos Artigos 7 e 8, do sobredito Tratado, o seo completo contingente de 60,000 homens, em addição ás forças que ficam em França, ou aquella porção do dito contingente que as circumstancias fizerem necessario.

IV. Se, infelizmente, as forças estipuladas no precedente Artigo se julgarem insufficientes, as Altas Partes Contractantes concordarão mutuamente, sem perda de tempo, em o numero addicional de tropas que cada huma deve dar para a defeza da cauza commum. E alem disto, se obrigaõ, sendo necessario, a empregar todas as suas forças, a fim de se terminar a guerra pronta e felismente, reservando-se entãõ o direito de preserverem, por consentimento geral, aquellas condicoens de paz que parecerem necessarias para garantir a Europa de outras iguaes calamidades.

V. As Altas Partes Contractantes, havendo concordado nas disposicoens declaradas nos Artigos precedentes para com ellas segurar o effeito dos seos ajustes durante o tempo da occupaçaõ temporaria, declaraõ taõbem, que ainda depois desta epocha os ditos ajustes ficarão em toda a sua força e vigor, a fim de se effectuarem as medidas que precisas se julgarem para manter as estipulaçoens contidas nos Artigos 1 e 2 do presente Acto.

VI. Para facilitar e segurar a execuçaõ do presente Tratado, e ao mesmo tempo consolidar as conneccoens que agora estreitamente unem os quatro Soberanos para a felicidade do mundo, as Altas Partes Contractantes concordaram em renovar os seos ajuntamentos em periodos determinados, ou debaixo dos immediatos auspicios dos proprios Soberanos, ou por meio dos seos respectivos Ministros, a fim de por este modo consultarem a cerca dos seos communs interesses, e regularem as medidas que em cada hum destes periodos

se julgarem mais convenientes para o repouzo e prosperidade das naçoens, e conservação da paz da Europa.

VII. O presente Tratado sera ratificado, e as ratificaçoens trocadas dentro de dois mezes, ou antes, se for possivel.

Em fé do que os respectivos Plenipotenciarios o assignaram, e lhe pozeram o sello de suas armas.

Feito em Paris, em 20 de Novembro, A. D. 1815.

(Assignados)

(L. S.) CASTLEREAGH, (L. S.) METTERNICH,
(L. S.) WELLINGTON, (L. S.) WESSENBERG.

N. B. Tratados semelhantes se assignaram no mesmo dia entre os Plenipotenciarios Ingleses e os do Imperador da Russia, e de El Rey de Prussia.

*Nota derigida pelos Ministros das quatro Potencias
Alliadas ao Duque de Richelieu, em 20 de Novembro,
1815.*

Os abaixo assignados, Ministros dos Gabinetes Unidos, tem a honra de comunicar a S. E. o Duque de Richelieu o novo Tratado de Alliança que elles assignaram em nome e por ordem dos seos Augustos Soberanos: Tratado, que tem por objecto dar aos principios, consagrados nos Tratados de Chaumont e Vienna, as applicaçoens mais analogas as circumstancias presentes, e unir os destinos da França com os interesses communs da Europa.

Os gabinetes alliados consideram a estabilidade da ordem de couzas, felismente restabelecida neste paiz, como huma das bases essenciaes de huma solida e duravel tranquillidade. Para este objecto os seos esforços unidos se tem constantemente derigido, e os desejos sinceros, que os animão de manter e consolidar o resultado dos seos esforços, dictaram todas as estipulaçoens deste novo Tratado. S. M. Christianissima verá neste Acto o cuidado comque elles concertaram as medidas mais capazes de remover tudo quanto possa pertubar o interno repouzo da França, e como prepa-

raram remedios contra os perigos que ainda possam ameaçar a auctoridade Real, o fundamento da ordem publica. Os principios e as intenções dos Soberanos Alliados a este respeito são invariaveis; e disto são irrefragaveis provas os novos ajustes que tem contrahido: assim o vivo interesse, que elles tomão em toda a satisfação de S. M. Christianissima, bem como na tranquillidade e prosperidade do seo reino, os induz a esperar que todas as cautellas, providenciadas nestes mesmos ajustes, nunca chegaraõ a tempo de realizar-se.

Os gabinetes alliados consideraõ que a primeira garantia de todas as suas esperanças está nos illuminados principios, nos magnanimos sentimentos, e virtudes pessoaes de S. M. Christianissima. S. M. tem reconhecido com elles que em huma nação, por hum quarto de seculo agitada com movimentos revolucionarios, a força só não pode reproduzir a tranquillidade dos espiritos, a confiança dos corações, e o equilibrio completo das differentes partes do corpo social; e que hé preciso que a prudencia se caze com o vigor, e a moderação com a firmeza, a fim de operarem huma feliz e util mudança. Assim, longe de se lembrarem que S. M. Christianissima haja de prestar ouvidos a imprudentes ou apaixonados conselhos, que haja de renovar sustos, e reanimar as divisoens e os odios, pelo contrario, estaõ certos de que nada disto acontecerá, fiados nas disposições sempre sabias e generosas que El. Rey tem mostrado em todas as epochas do seo reinado, e particularmente na da sua volta, depois da ultima criminoza usurpação. Elles sabem, que S. M. oporá constantemente á todos os inimigos da felicidade publica e da tranquillidade do seo reino, debaixo de qualquer forma que appareçaõ, a sua adhesão e fidelidade ás leis constitucionaes, promulgadas a sombra dos seos proprios auspicios; — a sua vontade, decididamente ennuuciada, de ser o pai de seos vassallos, sem distincção de classe ou religião; — e que até riscará a lembrança de todos esses males, que até aqui se tem soffrido, conservando unicamente dos tempos passados só aquelle bem, que a Providencia permitio se fizesse no meio de tantas publicas calamidades. Hé só desta forma que os desejos, que tem os gabinetes alliados de manter a auctoridade constitu-

cional de S. M. Christianissima, a felicidade do seu reino, e a paz e tranquillidade do mundo, poderaõ ter hum completo bom successo; e que a França, restabelecida nas suas antigas bases, poderã reassumir o lugar que lhe compete no sistema Europeo.

Os abaixo assignados tem a honra de renovar a S. E. o Duque de Richelieu os protestos da sua alta consideração.

(Assignados)

METTERNICH, HARDENBERG,
CATTLEAREAGH, CAPO D'ISTRIA.
Paris, 20 de Novembro, 1815.

Protocolo relativo á repartição dos 700 Milhoens, que a França deve pagar ás Potencias Alliadas, o qual Protocolo servirá de huma Convenção especial a este respeito.

Os Plenipotenciarios, abaixo assignados, havendo-se juntado para estabelecer os principios em conformidade dos quaes as somas, que a França deve pagar em virtude do Tratado de Paris de —, haõ de ser distribuidas pelas suas respectivas Cortes, e outras Potencias Alliadas, e considerando ser desnecessario concluir huma Convenção particular a este respeito; resolveram inserir neste Protocolo tudo quanto se refere a este assumpto, e considera-lo com a mesma força e validade como se fosse huma particular e formal Convenção, concluida conforme os plenos poderes e instrucções recebidas das suas Cortes respectivas.

ART. I. As Potencias Alliadas, vendo a necessidade de segurar a tranquillidade dos paizes limitrofes da França com fortificações em cada hum dos pontos mais vulneraveis, separam para este fim huma parte da soma que a França he obrigada a pagar, e assignaõ somente o resto para a geral repartição.

A soma, applicada para as fortalezas, será hum quarto da soma total que a França tem que pagar; mas como a cessão de Saar-Louis, fundada taõbem em motivos de segurança commum, exige que se levantem

novas fortificaçoens naquella parte em que a dita fortaleza até agora era desnecessaria, e esta despesa foi avaliada pelos Commissarios, nomeados pelo Conselho dos Ministros, em 50 milhoens; esta fortaleza será contada com 50 milhoens no calculo das somas destinadas para as fortalezas, de tal sorte porem que a mencionada 4^a parte não se deduzirá effectivamente dos 700 milhoens, real valor prometido pela França, mas de 750 milhoens, incluindo os 50 milhoens para Saar-Louis.

Conforme este regulamento, a soma destinada para as fortificaçoens hé de—187½ milhoens, isto hé, 137½ em valor effectivo, e 50 em valor pertencente a Saar-Louis.

II. Na divisaõ destes 137½ milhoens pelos Estados que estão em roda da França, os Ministros, abaixo assignados, tiveram particularmente em vista a mais ou menos urgente necessidade de erigir fortalezas nos ditos estados; depois, as maiores ou menores despesas que para ellas são precisas; e a final, os meios que cada hum destes estados possui ou adquirio pelo presente Tratado. Na conformidade destes principios,

S. M. El Rey dos Paizes Baixos recebe 60 milhoens: El Rey de Prussia, 20 milhoens: El Rey de Baviera, ou outro qualquer Soberano que confine com a França entre o Rheno e o territorio Prussiano, 15 milhoens: El Rey de Hespanha, 7½ milhoens: El Rey de Sardenha, 10 milhoens. Dos restantes 25 milhoens, 5 são destinados, para fortificar Metz, e 20 para levantar huma nova fortaleza da confederação no Alto Rheno.

A applicação destas somas se fará segundo os planos e regulamentos em que as Potencias Alliadas concordarem.

III. Depois de deduzida a soma, destinada para as fortalezas, o resto, applicado para indemnidades, faz 562½ milhoens, que serão divididos da maneira seguinte:—

IV. Ainda que todos os Estados Alliados mostraram o mesmo zello e empenho na cauza commum, todavia houverão alguns que, bem como a Suecia logo desde o principio em razão das difficuldades de passar as suas tropas no Baltico, sendo dispensados de huma co-operação activa, ou nada absolutamente fizeram, ou, bem

como Hespanha, Portugal, e Dinamarca, foram impedidos pela rapidez dos successos de efficazmente contribuir para o final resultado. A Suissa, que fez serviços essenciaes a cauza commum, não accedeo ao Tratado de 25 de Março do mesmo modo que as outras Potencias.

Como estes Estados estão pois em circumstancias de não se poderem classificar com as outras Potencias Alliadas, relativamente ao numero de suas tropas, concordou-se, a fim de lhes dar huma *justa* indemnidade como as circumstancias permitirem, em dividir entre elles a soma de $12\frac{1}{2}$ milhoens, isto hé:—a Hespanha terá 5 milhoens: *Portugal*, 2 milhoens! Dinamarca, $2\frac{1}{2}$: e a Suissa, 3 milhoens.—Soma total, $12\frac{1}{2}$ milhoens.

V. E pois que o pezo da guerra particularmente cahio nos exercitos commandados pelo Duque de Wellington, e o Principe Blucher, e como alem disto estes mesmos exercitos tomaram Paris, ajustou-se, que da contribuição Franceza teria Inglaterra 25 milhoens, e a Prussia, outros 25 ditos, salvos os arranjos que a Gran Bretanha ainda fizer, relativos a soma que lhe pertence, com as Potencias cujas tropas formavam o exercito do Duque de Wellington.

VI. Os 500 milhoens, que restaõ depois da deducção das somas determinadas nos Artigos precedentes, seraõ por tal forma divididos que a Prussia, Austria, Russia, e Inglaterra receberaõ, cada huma, a quinta parte delles.

VII. Ainda que os Estados que accederam ao Tratado de 25 de Março deste anno entraram em campanha com muito menor numero de tropas que as principaes Potencias Alliadas, com tudo se concordou em que se não olhas-se para esta differença, e consequentemente todos receberaõ a 5ª parte que restar conforme as disposições do Artigo precedente.

VIII. A repartição da 5ª parte se fará entre os diversos Estados que accederam, segundo o numero das suas tropas; isto hé, por maneira que tenhaõ huma parte na soma dos 100 milhoens dados pelo Governo Francez para o pagamento das tropas. A pauta desta divisaõ fica annexa ao presente Protocolo.

IX. Como S. M. El Rey de Sardenha recobra

parte da Sardenha, e S. M. El Rey dos Paizes Baixos, alem das fortalezas de Marienburg e Phillippeville, e outros districtos, taõbem recobra aquellas partes da Belgica que pelo Tratado de Paris de 30 de Maio, 1814, ficavaõ para a França; e como estes mesmos dois Soberanos tem, no augmento de seos territorios, huma justa indemnidade pelos esforços que fizeraõ, não participaraõ por isto da indemnidade em dinheiro; e as suas porçoens, assim como forem determinadas na pauta annexa, seraõ divididas entre a Prussia e Austria.

X. Como os pagamentos do Governo Francez devem ser feitos nos periodos fixados pelo Tratado de — e pela Convenção annexa, resolveo-se, que cada huma das Potencias, que em virtude do presente Protocolo tiverem parte naquelles pagamentos, receba em cada periodo o—*pro rata*—da sua porção; e que o mesmo se execute quando hum Estado tiver diversos artigos que reclamar, como, por exemplo, a Austria pela sua 5^a parte, e pela outra que deve receber relativa ás porçoens da Belgica e da Sardenha. O mesmo principio se adoptará no cazo que, havendo falta nos pagamentos do Governo Francez, seja preciso vender huma parte das *inscripçoens*.

XI. Como a Prussia e Austria tem fortemente representado as vantagens que receberiaõ de cobrar nos primeiros mezes huma soma mais avultada do que aquella que na divisaõ geral lhes compete, a Russia e Inglaterra concordaram em hum arranjo geral, em virtude do qual cada huma das primeiras duas Potencias, receberá, desde a data do primeiro pagamento, hum avanço de 10 milhoens de francos, com a condição de ficarem responsaveis por estas somas nos annos seguintes.

XII. Esta restituição se fará por pagamentos certos, de sorte que a Austria e Prussia satisfaraõ da parte que lhes toca, em cada hum dos quatro annos seguintes, a soma de 2½ milheens de francos á Russia e Inglaterra.

XIII. Para evitar os muitos inconvenientes que podem originar-se da falta de unidade em cobrar as somas, que a França tem que pagar, resolveo-se, que huma Commissão, residente em Paris, só fosse incum-

bida de receber estas somas, e que nenhuma das Potencias, que tem parte nestes pagamentos, podesse individualmente negociar a este respeito com o Governo Francez; e que nenhuma pedisse ou recebesse do mesmo Governo os *Bons*, com que se devem fazer os pagamentos, sem ser por meio da dita Commissão. A Commissão constará de Commissarios, nomeados pela Austria, Russia, Gran Bretanha, e Prussia, e negociará com o Governo Francez. Os outros Estados alliados terãõ a liberdade de nomear pela mesma forma Commissarios, a fim de tratarem os seus negocios directamente com esta Commissão, a qual será encarregada de lhes entregar os effectos ou dinheiro que receberem para elles. Sem perda de tempo se organisarão os regulamentos que devem determinar mais exactamente as suas funcções, aos quaes taõbem se annexará a Pauta do—*pro rata*—que cada hum deve reclamar em cada pagamento, conforme a base determinada no presente Protocolo.

XIV. Os 50 milhoens de francos estipulados para o soldo e outros mais objectos necessarios dos exercitos que haõ de occupar parte da França, segundo o Artigo—da Convenção militar, annexa ao Tratado de—serão distribuidos da maneira seguinte:—

Russia	7,142,857 francos, 16 centimes.
Austria	10,714,285
Inglaterra	10,714,285
Prussia	10,714,285
Os outros Alliados	10,714,285

Se a França, como nos primeiros annos acontecerá, pagar só 30 milhoens, ou outra qualquer soma, que não sejaõ os 50 milhoens, destinados para este fim, se guardará a mesma proporção na repartição da soma assim modificada.

O dinheiro, aqui mencionado, será recebido e repartido pela Commissão nomeada, conforme o Artigo 13 deste Protocolo, para receber as indemnidades em dinheiro.

XV. Lavrar-se haõ quatro copias deste Protocolo, as quaes terãõ as assignaturas dos Plenipotenciarios,

abaixo assignados, e com ellas toda a força e validade a cima mencionadas.

Duque de Wellington, General em Chefe das tropas alliadas em França.

A' S. E. o Duque de Richelieu.

“ Havendo os Soberanos Alliados confiado ao Marechal Duque de Wellington o commando em chefe daquellas tropas que, em virtude do 5º Artigo do Tratado hoje concluido com a França, devem nella rezidir por hum certo numero de annos, os Ministros abaixo assignados julgaõ necessario fazer algumas explicaçoens á S. E. o Duque de Richelieu á cerca da natureza e extensão dos poderes annexos á aquelle commando.

“ Ainda que os motivos desta medida só tenham por fim a segurança e felicidade dos seos proprios vassallos, e estejam mui longe de querer empregar as suas tropas em auxilio da policia, ou da interna administração de França de maneira que isto possa comprometer ou perturbar o exercicio da Autoridade Real em França, com tudo, os Soberanos Alliados, tendo particularmente em vista o apoiar o poder legitimo dos Soberanos, prometeram á S. M. Christianissima defende-lo com suas armas contra qualquer convulsão revolucionaria, que pertenda destruir por força a ordem de couzas ora estabelecida, ou de novo ameace perturbar a tranquillidade geral da Europa. Conhecendo, alem disto, que há mil variedades de formas debaixo das quaes este espirito revolucionario se pode ainda manifestar em França, e que por tanto muitas duvidas se podem excitar sobre quando se faça precisa a intervenção da força estrangeira, e sentindo ao mesmo tempo toda a difficuldade de dar instrucções exactas que sejam applicaveis á todos os cazos particulares; as Potencias Alliadas julgaram mais prudente deixar á boa discrição do Duque de Wellington o decidir dos cazos em que seja necessario empregar para este fim as tropas do seo commando, mui bem suppondo que elle nunca as empregará sem primeiro consultar El Rey de

França, ou informar, o mais prontamente possível, os Soberanos Alliados dos motivos que o possam induzir a tomar tal resolução. Assim, para melhor se poder guiar nas suas resoluções, hé importante que o Duque de Wellington seja exactamente informado de todos os acontecimentos que possam haver em França; e para este effeito os Ministros das Cortes Alliadas, acreditados perante S. M. Christianissima, tem recebido ordens para manterem huma correspondencia regular com o Duque de Wellington, e ao mesmo tempo outra intermediaria com o Governo Francez e o Commandante em chefe das tropas alliadas, á fim de transmitirem ao Governo Francez as communicacoes que o Duque de Wellington lhes fizer, e communicarem á este quanto lhes for insinuado ou requerido pela Corte de França. Os abaixo assignados persuadem-se, que o Duque de Richelieu achará nestes arranjos aquelle mesmo character e aquelles mesmos principios, que determinaram a adopção das medidas para occupar militarmente huma parte da França. Ao deixar este paiz, elles leuão consigo a consoladora persuasão de que, a pezar de todos os elementos de discordia que ainda possam haver em França, effeito de todos os successos revolucionarios, hum prudente e paternal governo, huma vez que proceda de hum modo proprio para tranquillizar e conciliar o espirito do povo, e se abstenha de qualquer acto contrario á este sistema, não somente conseguirá manter a tranquillidade publica, porem restabelecerá huma universal uniao e confiança; e deste modo livrará as Potencias Alliadas da penosa necessidade de recorrer á estes meios, que, no cazo de alguma nova convulsão, seriaõ absolutamente precisos não só para a segurança dos seus proprios vassallos, mas para a geral tranquillidade da Europa.

“Os abaixo assignados tem a honra, &c.

(Assignados)

METTERNICH,

CASTLEREAGH,

HARDENBERG,

CAPO D'ISTRIA.

“Paris, 20 de Novembro, 1815.”

Sentença e Condemnação do Marechal Ney.

Na Sessão da Camera dos Pares de 6 de Dezembro, o Presidente publicou a Sentença seguinte:—

“Considerando que resulta do Processo e Defeza, que o Marechal Ney, Principe de Moskwa, foi convencido de ter lido, em a noite entre 13 e 14 de Março de 1815, na praça publica de Laons-le-Saulnier, Departamento do Jura, á frente do seo exercito, huma Proclamação, tendente á instigar a revolta e a deserção, e de haver immediatamente dado ordens para a sua junccão ao inimigo, o que com effeito executou á frente das suas tropas:

“Que elle foi conseguintemente convencido do crime de alta traição e ataque feito á segurança do Estado; ataque que tinha por fim mudar a forma do governo, e a ordem legitima da successão ao throno:

“Hé declarado réo dos crimes especificados nos artigos 77, 87, 88, e 102 do Código Penal; nos 1 e 5 do Tit. 1 da Lei de 21 Brumaire, anno 5; e no 1 do Tit. 3 da mesma Lei.* (Estes artigos todos lhe foram aqui lidos.)

“E por consequencia, em virtude dos ditos artigos, hé condemnado Michael Ney, Marechal de França, Duque de Elchingen, Principe de Moskwa, e antes Par de França, na pena de morte, e nas custas do processo:

“Ordena-se que o Decreto seja executado, conforme ás disposições da Lei de 12 de Maio, 1797, pelos Commissarios de El Rey:

“E na conformidade do poder concedido pelo Decreto Real de 12 de Novembro, taõbem se ordena, que o presente Decreto seja lido diante do accusado e na presença dos seos Advogados, legalmente convocados; e que depois disso ainda seja lido e certificado ao condemnado pelo Archivista Secretario, que faz o officio de Secretario debaixo da direcção dos Commissarios de El Rey.”

* Hé bem curioso ver citar huma lei revolucionaria para condemnar hum homem, cujo unico crime foi querer sustentar essas mesmas leis revolucionarias! O capitulo das inconsequencias humanas hé, sempre foi, e ainda será infinito!

Depois de pronunciada e lida a sentença, M. Belart, em nome dos Commissarios d'El Rey, pediu, que huma vez que o Marechal havia sido condemnado como réo de alta traição, a mesma Camera declarasse, em virtude do Artigo 5 da Lei de 24 Ventose, anno 12, (Ainda outra lei revolucionaria!) que o Marechal Ney, por haver faltado á sua honra, tinha cessado de ser Membro da Legião d'Honra.

Presidente—“Em nome da Camera, eu declaro que o Marechal Ney, Membro da Legião d'Honra, havendo faltado á sua honra, cessou de fazer parte da dita Legião.”

“O presente Decreto será impresso, e affixado conforme as direcções dos Commissarios d'El Rey.”

A sentença foi executada no dia 7 de manhã, 20 minutos depois das 9 horas. Quando o Secretario da Camera lhe foi ler a sentença, o Marechal dormia profundamente, e o mesmo fez em toda a noite que precedeo a sua execução. Duzentos veteranos o acompanharam ao lugar do supplicio que foi no fim da grande rua de arvores que vai ter ao Observatorio. Assim que o Marechal encarou com os veteranos que lhe devião fazer fogo, fallou-lhes em tom de voz forte, e tirando o chapeo com a mão esquerda, e pondo a direita sobre o coração, dice-lhes:—“Camaradas, apontai ao coração—fogo!” O official fez ao mesmo tempo o sinal com a espada, e Ney cahio morto sem ter a mais leve convulsão. Doze ballas lhe acertaram; e dellas, três na cabeça. O corpo ficou exposto no lugar da execução por espaço de hum 4.^{to} de hora, conforme os regulamentos militares. Haviaõ mui poucos expectadores, porque o povo, cuidando que a execução se faria na Praça de Grenelle, como se havia annunciado, havia para ali todo concorrido.

O seo corpo, metido em hum caixão de chumbo dentro de outro de madeira, foi enterrado na manhã seguinte do dia 8 no cimiterio do Padre La Chaise.

II. O Decreto de 24 de Julho continha a seguinte disposição:—
Artigo 1.º do dito Decreto.

CAMERA DOS DEPUTADOS.

Sessão de 8 de Dezembro.

Lei de Amnistia proposta pelo Governo.

O Duque de Richelieu subio a tribuna e disse:—

“Senhores, hum grande exemplo se acaba de dar, e os Tribunaes estão seguindo a marcha da justiça contra as pessoas nomeadas no Art. 1 do Decreto de 24 de Julho. Se algumas dellas conseguirem escapar ao poder das Leis, a sua sentença, por contumacia, servirá taõbem de exemplo no em tanto que não for possível dar-lhes o castigo pessoal. Mas, depois das violentas commoçoens que agitaram o Estado, o Governo tem assentado que hé justo tomar outras medidas...”
 (No resto do discurso desenvolveo os motivos da Lei.)

PROJECTO DE LEI.

Luis, pela graça de Deos, Rei de França e de Navarra, á todos os presentes e futuros saúde:—

Havendo consultado o nosso Conselho de Estado, temos ordenado, e ordenamos, que o projecto de Lei, cujo theor hé o seguinte, seja apresentado em nosso nome á Camera dos Deputados pelo nosso Ministro, Secretario de Estado na repartição dos Negocios Estrangeiros; pelo nosso Ministro, Secretario d’Estado na repartição da Justiça e Chanceller Mor de França; pelo nosso Ministro, Secretario d’Estado na repartição do Interior; pelo nosso Ministro, Secretario d’Estado na repartição da Guerra; pelo nosso Ministro, Secretario na repartição da Marinha; e pelo nosso Ministro, Secretario d’Estado na repartição da Policia geral; aos quaes nós incumbimos de expor os motivos, e de apoiar a sua discussão.

Art. I. Inteira e completa Amnistia hé dada á todos que, ou directa ou indirectamente, tomaram parte na rebelliao e usurpação de Napoleão Buona-
 parte, com as excepçoens abaixo mencionadas.

II. O Decreto de 24 de Julho continuará á executar-se, relativamente ás pessoas comprehendidas no Artigo 1 do dito Decreto.

III. As pessoas incluídas no Artigo 2 do mesmo Decreto, sairão de França em dois mezes, que se devem contar da data da promulgação desta Lei. Ellas não poderão tornar a entrar no territorio Francez sem huma expressa licença de El Rey, debaixo da pena de deportação.

IV. Todos os membros da familia de Buonaparte, ou individuos alliados com ella, e seus descendentes até o grão de thio e sobrinho, inclusivamente, são expulsos para sempre do reino, donde sairão dentro de hum mez, debaixo das penas decretadas pelo Artigo 91 doCodigo Penal.

Ficão inhabilitados para nelle gozarem dos direitos civis, ou possuirem qualquer propriedade, titulos, annuidades, ou pensoens que nelle gratuitamente lhes tenham sido concedidas; e serão obrigados a vender dentro de seis mezes, as propriedades de qualquer natureza que sejam, e que hajaõ adquirido em virtude de huma mui importante consideração.

V. A presente Amnistia não hé applicavel á nenhuma das pessoas contra quem hajaõ já processos principiaidos ou sentenças já dadas, antes da promulgação da presente Lei: estes processos devem continuar, e as sentenças se devem executar na conformidade das Leis.

VI. A presente Amnistia taõbem não comprehende os crimes e offensas commetidas contra individuos, qualquer que seja a epocha em que tenham sido commetidas. As pessoas, que estiverem neste cazo, ficão sujeitas á todo o processo das Leis.

Dada em Paris, no Palacio das Thuilleries, aos 7 de Dezembro, no anno da Graça 1815, e 21 do nosso Reinado.

Em nome d'El Rey,

RICHELIEU.

Depois da leitura deste projecto, o Duque de Richelieu acrescentou:—

“ Senhores, a medida que se vos propoem, não he nova em nossos annaes. Henrique IV. cuja memoria

nós adorámos, publicou em 1594 huma semelhante Lei de Amnistia, e a França foi salva!
A penas o Ministro acabou de proferir estas ultimas palavras, foram unanimes e espontaneos os clamores de "Viva El Rey," que se ouviram sahir de todas as tribunas. Os Deputados ergueram-se, e movendo os seus chapeos no ar, repetiram as mesmas acolaçoens com o mais vivo enthusiasmo.

Lista das Pessoas incluidas no Artigo 2, e que são exceptuadas para serem prezas, e entrarem em processo.

Os dois Irmaos Lallemand.	Clausel.
Drouet d'Erlon.	Laborde.
Lefebvre Deshouettes.	Debelle.
Ameil.	Bertrand.
Brayer.	Druot.
Gilly.	Cambrone.
Mouton Duvernet.	Lavalette.
Grouchy.	Rovigo.

(Ney e Labedoyere, já executados.)

Lista das Pessoas incluidas no Artigo 3, e que são banidas.

Soult.	Pommereuil.
Alix.	Arrighi, de Padua.
Excelmans.	Dejean, junior.
Bassano.	Garrau.
Marbot.	Real.
Felix Lepelletier.	Bouvier Dumolard.
Boulay de la Meurthe.	Merlin de Douay.
Mehée.	Durbach.
Fressinet.	Dirat.
Thibaudau.	Defermont.
Carnot.	Bory St. Vincent.
Vandamme.	Felix Desportes.
La Marque, General.	Garnier de Saintes.
Lobau.	Mellinet.
Harel.	Hullin.
Piré.	Cluys.
Barrere.	Courtin.
Arnault.	Forbin Janson, filho mais
Regnault de St. Jean d'Angely.	velho.
	Le Lorgne Dideville.

participarem de toda a satisfação que in-
spira este notavel acontecimento: estou certo que da
sua parte haverá a cooperação de todos os
constituidos deves dos Estados Geraes quando se
trata dos casamentos dos Principes destinados para
suocederm no throno.

*Cazamento do Principe de Orange com humã Gram
Duqueza da Russia.*

O Barão Van Lynden Van Floevenhagen, Presidente dos Estados Geraes, annunciou á Assembleia no dia 13 de Dezembro, que elle havia recebido a seguinte Mensagem com hum projecto de Lei:—

“Altos e Poderozos Senhores—Quando eu fiz os primeiros ajustes com o meo Augusto Alliado, o Imperador de Todas as Russias, para o casamento do Principe de Orange, tive em vista não só os interesses do Estado, porem a futura felicidade de meo filho.

“Quanto á este ultimo ponto nada tenho que arre-
cear, conhecendo as virtudes da Gram Duqueza Anna; assim eu sinto a mais viva alegria por ver formada esta alliança entre a minha familia e humã caza tão distincta pelas suas eminentes qualidades, e extensão do seo poder, e á quem a mais gloriosa prosperidade só tem servido para eminentemente desenvolver os mais nobres sentimentos de amor, humanidade, e moderação.

“Esta projectada uniaõ taõbem me pareceo igualmente proveitoza, considerada pelo lado da politica. Ella consolida e une mais estreitamente os laços de amizade e veneração que há muito me ligão com o Imperador Alexandre; e vai dar hum novo auxilio aos interesses que a parte commerciante da nação tem com o norte da Europa, assim como affiança á todo o reino a duravel affeição de humã Corte, que taõ poderosa-mente contribuiu para a sua fundação.

“Taes são as considerações que me induziram, e a Rainha, para darmos nosso consentimento á este casamento do Principe de Orange com Madama a Gran Duqueza Anna Paulowna. O meo primeiro cuidado foi portanto communicar aos Representantes da nação esta boa nova; e se pelo bem conhecido amor que elles tem aos interesses da sua patria, e aos da minha

familia, participarem de toda a satisfação que inspira este notavel acontecimento, estou certo que da sua parte poderei esperar toda a co-operação que a constituição requer dos Estados Geraes quando se trata dos cazamentos dos Principes destinados para succederem no throno.

“Tal hé o objecto do annexo Projecto de Lei, que eu sobmetto ás vossas deliberações, rogando á Deos, que vos tenha, altos e poderosos Senhores, debaixo da sua sancta guarda.”

“**GUILHERME.**”

“Haia, 11 de Dezembro, 1815.”

“Nós, Guilherme, pela graça de Deos, &c. &c.

“Considerando que a projectada união entre o nosso amado filho, o Principe de Orange, e Madama a Gran Duqueza Anna Paulowna, irmam de S. M. o Imperador de Todas as Russias, sera vantajoza tanto para a felicidade de nosso filho como para os interesses da nação, a qual elle está destinado para governar hum dia; e vendo o Artigo 13 da Constituição:

“Por estes motivos, e pelo voto do nosso Conselho de Estado, e de concerto com os Estados Geraes, nós temos decretado, e decretamos pela presente dar nosso consentimento para o cazamento de nosso amado filho, o Principe de Orange com S. A. I. Madama a Gran Duqueza Anna Paulowna.

“Dado em Haia, aos — de Dezembro, 1815, no 3º anno do nosso Reinado.”

“**GUILHERME.**”

“Em nome d’El Rey,”

“**A. R. FALCK.**”

PORTUGAL.

Documentos Antigos de grande importancia.

Dos 6 Artigos particulares offerêcidos pela Camara de Santarem nas Cortes celebradas em Lisboa pelo Snr. Rey de João I., no anno de 1410, o 2 Artigo diz o seguinte:—

Outro si Nós inviarom dizer que Affonso Vaasques do Crato que óra estava em a dicta villa por Coudel agravava os Lavradores da dicta villa, e termo, por quanto diz que per Nós lhe era mandado que lhes ayaliasse opam que tivessem, e que em o dicto avaliamento nom lhes tirava os Cefeiros, nem Alças, nem Soldadas de Mancebos, nem Dezimo, nem Jugada, nem outras despesas que aviaõ pera apanharem o dicto pam, nom lhes tirando tam solamente outra couza senão a razão da terra por aqual couza os dictos Lavradores ficavaõ damnados do que aviaõ; aqual cousa nom era nosso Serviço, e que porem fosse nossa mercê demandar mos que quando taes avaliamentos fossem feitos que lhes fossem descontadas todas as Couzas susodictas para os dictos Lavradores, nom seerem agravados, e tivessem com que Vnos podessem servir quando nos comprise seu Serviço.

O qual Capitulo visto per Nós Mandamos que o dicto Affonso Vaasques lhes nom avalie, nem mande avaliar se nom aquello que lhes ficar em Salvo.

Achase no Maço 1º do Suplemento de Cortes, Nº 26.

Quanto a segunda parte relativa a hum Aforamento atribuido ao anno 1327, no Liv. 1º do Snr. Rey D. Deniz, af. 264, Col. 2ª, aliás dito anno 1289, no dito Liv. af. 264, Col. 7ª, igualmente diz o seguinte:—

Dom Deniz . . . dou e outorgo, aforo para todo sempre a Abril Verge, e a Marina Nicólas sa molher o Meu Almargem de Sª Maria de Faarom . . . e que dem ende a mim, e a todos meus successores o quarto de toda las cousas que Deos hy der em cada hum ano em paz, e em salvo, e no Meu Celciro, salvo os obreiros de colher o Paõ, que devem a pagar do Monte Elles . . . &c.

Avizo para o Intendente Geral da Policia.

Sendo presente ao Principe Regente o V. S. a informaçã que V. S. deo em data de 31 de Outubro ultimo precedente, sobre o requerimento de Estavaõ Pinto Ferreira, em que representa o injusto procedimento do actual juiz do crime do Bairro de Andaluz na prizaõ que ordenou contra elle, e mais quatro pessoas, veri-

Alexandre Joze Ferreira Castello.

Avizo para o Dezembargo do Paco.

Havendo representado Estevão Pinto Ferreira o procedimento illegal do juiz do crime do Bairro de Andaluz Antonio Gomes da Silva Belfort, na prisão que ordenou contra o supplicante, e quatro pessoas mais que estavam na sua caza, em que se comprehendia hum sobrinha donzella, o que tivera effeito na noite do dia 19 de Setembro proximo preterito, pela meia noite, em que todas estas cinco pessoas foram conduzidas ao Limoeiro, só porque Francisco Antonio Soares assim lho havia requerido, em vingança de ter-lhe o supplicante obstado judicialmente a que continuasse a servir-se do quintal, e outras officinas das cazas em que o supplicante habita na rua do Currião do Paçadiço de que hé dono; e o supplicado seu inquilino do segundo andar: e tendo-se verificado pelas informaçoes a que o Principe Regente N. S. mandou proceder, que os factos, que precederao para aquella captura, não havendo passado de altercacoes, e disputas verbaes, não erao de qualidade ao aggravante, que devessem ser punidos com prisão; e que o sobredito ministro accedeo a ella inconsiderada, e acceleradamente, dando inteiro credito ao depoimento de tres testemunhas, duas das quaes padeciaõ o defeito de

serem domesticos do supplicado: he o mesmo senhor servido que a meza do desembargo do paço reprehenda asperamente o referido juiz do crime, por haver committido hum semelhante despotismo; e o advirta de que se abstenha de taes procedimentos, que por esta vez S. A. R. lhe releva, esperando que esta demonstração de seu real desagrado, e ao mesmo tempo effeito de sua incomparavel beneficencia, hajaõ de concorrer para que faça legitimo uso da authoridade que lhe he confiada, administrando a todos justica com imparisabidade, e na conformidade das leis. O que participo a V. S. para que fazendo-o presente na mesma meza, se haja assim de executar. Palacio do Governo, em 7 de Novembro de 1815. — Alexandre Joze Ferreira Castello. — Snr. Manoel Nicolaõ Esteves Negraõ.

Carta do Snr. Brigadeiro D'Urban aos Snrs. Officiaes da Brigada de Cavallaria Portugueza, composta dos regimentos nos. 1, 6, 11, e 12.

Senhores; Com a mais verdadeira, e viva satisfacção aceito a espada que vossas excellencias, e senhorias acabaõ de me offerecer. Penhor da amizade, e da boa opiniaõ de pessoas a quem amo tanto, quanto estimo não pode deixar de ser para mim sumamente precioso.

Sou sensivel, no ultimo grão, as attenciosas expressoens da carta, que juntamente acabo de receber; conheço que pouco as mereço; mas aprecio-as inteiramente, e protesto o meu verdadeiro reconhecimento.

O ter tido a honra de servir a S. A. R. o Principe Regente de Portugal, o ter sido hum (ainda que o mais humilde) entre os defensores deste reino; o ter estado unido aos bravos, e excellentes Portuguezes na gloriosa luta em que venceraõ a sua independencia, e expulsaraõ os seus inimigos, sera sempre para mim hum motivo de justo orgulho. Amo Portugal; sempre heide amalloy; e sempre a sua felicidade sera cara ao meu coração.

Da briosa officialidade da brigada da cavallaria Portugueza, meos estimadissimos camaradas, jamais deixarei de conservar huma lembrança a mais affectuosa, e constante. Jamais me esquecerei do felis

tempo, em que tive a honra de os commandar: jamais deixarei de me recordar daquellas tres companhas em que desenvolverão tão grande valor, zelo, e constancia, no meio de perigos, de privações, e de trabalhos, em que ganharão tanta gloria, em que testemunharão tanta affeição, adquirindo o maior direito aos meos elogios, e á minha estima.— Bem nos conheciamos huns aos outros, e bem me são conhecidas as suas excellentes qualidades, tanto como soldados, como cavalleiros: o signal pois que hoje recebo da sua approvação me hé summamente apreciavel.— A sua felicidade, e a sua gloria serão sempre para mim objectos do maior interesse—qualquer que seja o meu destino futuro, a sua lembrança só cessará com a minha vida: em toda a parte em que me convidar o meu dever militar a desembainhar esta espada, esforçar-me-hei em fazer uso della, como convem a hum companheiro de armas dos heroes de Selamanca!—

Rogo a vossas excellencias e senhorias queiraõ aceitar a segurança do fiel affecto com que sou, e serei constantemente

De Vossas Excellencias e Senhores

Camarada e Amigo verdadeiro,

Junqueira, 15 de

Novembro de 1815.

B. D'URBAN.

Carta do Snr. B. D'Urban ao Snr. João Maria Falção Vanzeller.

Ao mesmo tempo que dou os meus limitados agradecimentos á distincta officialidade da brigada da cavallaria Portugueza, composta dos regimentos Nos. 1, 6, 11, e 12, que me fizeram a honra de offerecer hum tão lisongeiro signal da sua approvação, permitta meu estimadissimo amigo, que eu agradeça a V. S. a bondade, e delicadeza com que preencheo esta commissão; e de assegurar-lhe, que o presente não podia deixar de receber hum augmento de valor da maneira attenciosa com que V. S. mo entregou.

Hé com o mais praser, que me aproveito deste occasião para certificar-lhe, que depois de huma expe-

riencia intima, e verdadeira de suas qualidades patenteadas tanto na guerra, como na paz, conheço a V. S. por tão distincto militar, como excellentê cavalleiro.

Com esta declaração, filha da verdade, e com os mais sinceros votos pela sua felicidade, sou e serei sempre de V. S. fiel, e affectuoso amigo

B. D. URBAN.

Junqueiras 15 de Novembro de 1815.

INGLATERRA.

TRATADO

Entre a Gram Bretanha e Russia, respectivo ás Ilhas Ionicas, assignado em Paris no dia 5 de Novembro de 1815.

Em Nome da Santissima e Indivisivel Trindade.
S. M. El Rey da Gram Bretanha e Irlanda, S. M. o Imperador de todas as Russias, S. M. o Imperador d'Austria, Rey de Hungria e Bohemia, e S. M. El Rey de Prussia, animados pelo desejo de proseguir as negociaçoens que se prorogárao no Congresso de Vienna, a fim de fixar o destino das sete Ilhas Ionicas, e de segurar a independencia, liberdade e felicidade dos habitantes destas Ilhas, pondo tanto a elles como a sua constituição debaixo da immediata protecção de huma das grandes Potencias da Europa, convierão em arranjar definitivamente, por meio de hum Acto Especial, tudo o que diz respeito á este objecto: o qual Acto Especial, fundado sobre os direitos que resultão do Tratado de Paris de 30 de Maio de 1814, e igualmente sobre as declaraçoens feitas pelo Governo Britannico no periodo em que as armas Britannicas libertárao Cerigo, Zante, Cephalonia, Santa Maura, Ithaca, e Paxo, deverá ser considerado como parte do Tratado Geral, concluido em Vienna aos 9 de Junho

de 1815, no tempo em que terminou o Congresso, a fim de arranjar e assignar o sobredito Acto, as Altas Partes Contractantes nomearão para seos Plenipotenciarios, a saber (seguem-se os nomes dos Plenipotenciarios); os quaes, havendo trocado os seos plenos poderes, que se acharão em boa e devida forma, convierão nos Artigos seguintes:

ART. I. As Ilhas de Corfu, Cephalonia, Zante, Maura, Ithaca, Cerigo e Paxo, com suas dependencias taes como estão descriptas no Tratado entre S. M. o Imperador de todas as Russias e a Porta Ottomana, de 21 de Março de 1800, formarão hum so, livre, e independente Estado, debaixo da denominação dos—*Estados Unidos das Ilhas Ionicas.*

II. Este Estado será posto debaixo da immediata e exclusiva protecção de S. M. El Rey do Reino Unido da Gram Bretanha e Irlanda, seos herdeiros, e successores. As outras Potencias Contractantes consequentemente renunciam todo o direito ou pretensão particular que tivessem formado a este respeito; e garantem formalmente todas as disposições do presente Tratado.

III. Os Estados Unidos das Ilhas Ionicas regularão, approvando-o a Potencia protectora, a sua organização interna; e a fim de se dar a todas as partes desta organização a necessaria estabilidade e vigor, Sua Magestade Britannica attenderá com particular disvello á legislação e administração geral destes Estados: Sua Magestade nomeará por tanto hum Supremo Commissario para ahi residir, munido do poder e autoridade necessaria para esse fim.

IV. Para que sem demora se effeituem as estipulações mencionadas nos Artigos precedentes, e se apoie a re-organização politica que está actualmente em força, o Supremo Commissario da Potencia Protectora regulará as formas de convocação de huma Assembleia Legislativa (cujos passos elle deverá dirigir), a fim de se formar para os Estados huma Nova Charta Constitucional, a qual será enviada á S. M. El Rey da Gram Bretanha e Irlanda para ser ratificada.

Até esta Charta Constitucional não estar formada, e propriamente ratificada, as constituições existentes permanecerão em ser nas diferentes ilhas, e não se

fará nellas alteração alguma, excepto por Sua Magestade Britannica em Conselho.

V. A fim de segurar, sem restricção aos habitantes dos Estados Unidos das Ilhas Ionicas, as vantagens que resultão da alta protecção debaixo da qual estes Estados estão postos, e tambem do exercicio dos direitos annexos á mesma protecção, S. M. B. terá o direito de occupar as fortalezas e praças destes Estados, e de manter guarniçoens nas mesmas. A força militar dos ditos Estados Unidos estará tambem debaixo das ordens do Commandante em Chefe das tropas de S. M. B.

VI. S. M. B. consente, que huma Convenção particular com o Governo dos ditos Estados Unidos haja de regular, segundo as rendas destes Estados, tudo que for respectivo á conservação das fortalezas já existentes, á subsistencia e pagamento das guarniçoens Britannicas, e ao numero de homens de que as mesmas deverão constar em tempo de paz.

A mesma Convenção fixará igualmente as relações que devem subsistir entre a tropa e o Governo dos Estados Ionicos.

VII. A bandeira commercial dos Estados Unidos das Ilhas Ionicas será reconhecida por todas as Partes Contractantes, como a bandeira de hum Estado livre e independente. Alem das cores e armas que já trazia antes do anno 1807, trará tambem aquellas de S. M. B. julgar proprio conceder, como hum signal da protecção debaixo de qual os ditos Estados Ionicos estão postos; e para mais efficaçmente segurar esta protecção, todos os portos dos ditos Estados se declarão estar desde agora debaixo da jurisdicção Britannica, relativamente á direitos honorificos e militares. O commercio entre os Estados Unidos Ionicos e os Dominios de Sua Magestade Imperial e Real Apostolica participará das mesmas vantagens e facilidades, de que gozar a Gram Bretanha com os ditos Estados Unidos. Só Agentes Commerciaes ou Consuls encarregados de tratarem simplesmente de objectos commerciaes, e sujeitos ás regulaçoens á que Agentes Commerciaes ou Consuls estão sujeitos em outros estados independentes, hé que poderao ser accreditados perante os Estados Unidos das Ilhas Ionicas.

VIII. Todas as Potencias que assignárao o Tratado de Paris de 30 de Maio de 1814, e o Acto do Congresso de Vienna de 9 de Junho de 1815; e taõ-bem S. M. El Rey das Duas Sicilias, e a Porta Ottomana, serao convidados para acceder á presente Convenção.

IX. O presente Acto será ratificado, e as ratificações serão trocadas em dois mezes, ou antes, se possível for.

Em fé do que os respectivos Plenipotenciarios assignárao, e lhe pozerao os sellos de suas armas.

Feito em Paris, no dia 5 de Novembro de 1815.

(L. S.) CASTLEREAGH,

WELLINGTON,

O Principe de RASOUMOFFSKY,

O Conde CAPO D'ISTRIA.

deverao constar em tempo de paz.

A mesma Convenção ficará igualmente as relas

Governo Buonaparte na Ilha de Santa Helena.

dos Estados Unidos.

VII. A bandeira A CARTA.

das Ilhas Ionicas será reconhecida por todas as Partes

de Santa Helena, 19 de Outubro, 1815.

O Rhedolpho está á partir para Inglaterra, e por

elle vos mando as seguintes novidades:—

Chegamos aqui no dia 16, depois de huma longa

e enfadonha viagem; e Napoleao desembarcou no dia

18. Elle está vivendo por hora no campo em caza de

hum particular, chamado Belcome, em quanto se lhe

nao prepara Longwood. Os seos companheiros naõ

mostraõ estar contentes, e segundo creio, mui arre-

pendidos estaõ de ter vindo com elle. Madama Ber-

trand, que falla muito bem o Inglez, exclamou hum

dia diante de mim;—Esta ilha he hum completo

dezerto, e a patria da insipidez. Ella deseja voltar

já para a Europa, a fim de cuidar na educaçao de seos

filhos.

Jantei quatro vezes com Buonaparte, que fallou

mui pouco á meza, e quase sempre com o Almirante.

Faz mui pouco exercicio, e só por espaço de duas

horas no dia, depois de haver jantado. No jantar

apenas gasta meia hora. General Bertrand e Las Casas são os seus maiores favoritos; as outras pessoas raras vezes conversam com elle. Joga ás cartas todas as noites, e os seus jogos são o Loo, ou o Whist: antes do jantar joga o Xadrez. Deita-se cedo, e ergue-se tarde: o seu espirito não anda geralmente bom, e nem por isso tem melhorado depois que chegou.

“A ilha está estreitamente guardada: há sinaes em todos os portos e navios da ilha, e hum guarda de botes e brigs faz constantemente o cruzeiro em roda della. A elle não voar he impossivel que escape. Nenhuma pessoa embarcada pode vir á terra depois do sol posto, e cada navio sempre está pronto á dar a vela ao primeiro sinal.”

Club Portuguez.

No dia 18 de Dezembro o Club dos Negociantes Portuguezes em Inglaterra deo o seu esplendido jantar do costume em celebração do anniversario da nossa Augusta Soberana, a Senhora D. Maria I. Assistiram á elle o Ministro Portuguez, o Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Cipriano Ribeiro Freire, e muitos convidados nacionaes, e estrangeiros. As saudes principaes que se fizeram, foram: á nossa Augusta Soberana;—Principe Regente de Portugal, e sua Augusta Familia;—Principe Regente d'Inglaterra;—El Rey de Dinamarca, a qual saude foi agradecida e correspondida pelo Consul Dinamarques;—e á Prosperidade do Club, e da Industria, e Commercio Portuguez; &c. &c.

AMERICAS HESPAÑOLAS.

As noticias da Jamaica com data de 26 de Outubro, extrahidas da *Kingston Chronicle*, são as seguintes:

“Acabão de aqui chegar (Kingston) 41 passageiros em la Popa, vindos de Carthagená; e por este navio fomos informados de que o cerco de Carthagená fôra completamente levantado, e que os navios agora entraõ e sahẽ de lá sem nenhuma difficuldade.

“Pelo Midge soubemos mais, que parte da expedição de Morillo que sahio do cerco de Carthagená, arribára em Santa Martha em taõ miseravel estado que já não lhe será possível tornar á hir bloquear aquella cidade. Parece certo que todas as esperanças de Morillo se fundavam na traição de Castillo, e como este foi descoberto e prezo, perdeu por conseguinte toda a idea de tomar Carthagená, particularmente quando o seo exercito está no mais deploravel estado, e os sitiados ganharam agora maior animo e valor, e acabaõ de receber frescas e abundantes provisoes.”

Por hum passageiro, que chegou 3ª feira de Curaçoa em o navio Fortunatus, receberam-se circunstances mui particulares do estado actual de Venezuela, que por nenhuma forma são favoraveis á cauza da Hespanha Europea.—Maturin, Guyria, e Savannas de Camiana e Barcelona estão no inteira posse dos independentes, e até com todo o fundamento se diz, que a ilha de Santa Margarida se unio á cauza Americana.

“Na parte occidental de Venezuela, o General Urdanits, á frente de hum exercito da Nova Granada, tomou posse das provincias de Merida, Truxillo, e Barinas, depois de huma brilhante marcha que terminou em huma acção decisiva em Las Piedras,—na qual o General Hespanhol Calgada ficou morto. O espirito de descontentamento he dominante em Cora, Maracaybo, e até no rio de la Hache.

“Hum navio Americano com 1,300 barricas de farinha sahio, há oito dias, de Curaçoa com destino para Carthagená.

“Pela mesma via sabemos que houve huma insurreiçãõ em Quito, consequencia natural da batalha de Papayan, e dos successos dos independentes de Buenos Ayres em Lima, ficando assim a capital ameaçada, que á esta hora provavelmente se terá já rendido.

“A' estas noticias acrescentaremos as que vieraõ pela Diana, da Nova Orleans. Ellas referem-se á expedição do general patriota, Alvares de Toledo, que

estava nas vesinhanças de Vera Cruz com 2,000 Americanos, e 6,000 armas e municoens de guerra, avaliadas em 200,000 dollars.

“Temos ultimamente noticias mandadas do Mexico pelo General Anaya. Este intrepido Mexicano, depois de haver soffrido alguns contratempos, desembarcou a final no territorio do Mexico, aonde foi recebido com acclamaçoens do povo, e seos calumniadores forão prezos por ordem do governo. O Supremo Congresso da Republica confiou-lhe huma importaute missao, e brevemente partirá para o Norte.

“Os Hespanhoes desembarcaram, ha pouco tempo, 2,500 homens no territorio do Mexico, destinados para abrir a communicacao entre Tampico e outros pontos. O General insurgente atrahio-os ao interior, aonde lhes matou 600 em hum combate; huma columna de 200 homens, com armas e bagagens, foi juntar-se com os patriotas; e o resto retrocedeo para Xalapa, aonde chegaram quase reduzidos a nada.

“O General Anaya mandou-nos huma copia da Constitução Mexicana, de que faremos huma analise no seguinte Numero.

“O Dr. Robinson, que acompanhou o General Anaya para o Mexico, e hia com elle assistir ao Congresso Mexicano, escreve com data de 10 de Julho de Huatusco (cinco ou seis legoas distante da cidade de Mexico)—“Agora acabamos de receber a agradavel noticia de que os patriotas completamente bateram huma divisao de Realistas na provincia de Puebla.”

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

“Vitam impendere vero, et reipublicae patriae.”

(“Empregaremos a vida em defender a verdade, a nossa Patria, e o Augusto Principe que a governa.”)

FRANÇA.

O dia 20 de Novembro de 1815 deve fazer epocha na historia de França, assim como na da Europa. Nesse

memoravel dia se assignaram em Paris não só o Tratado que já publicámos em o nosso N.º antecedente, pag. 270, porem as Convençoens, outro novo Tratado entre as Potencias, e os mais Documentos diplomaticos que agora publicámos á pag. 348. O Duque de Richelieu, Ministro dos Negocios Estrangeiros, e presidente do Conselho dos Ministros, apresentou na Camera dos Pares este Tratado, e Convençoens addicionaes, na Sessão do dia 25, e para preparar os espiritos para esta má nova, fez hum longo discurso de choradeira, que rematou da forma seguinte:—

“Tudo isto que se exigio de nós hé com effeito bem duro, bem pezado, e bem latimozo, e só huma indispensavel necessidade nós podia forçar á assignarmos taes condiçoens. Mas depois do exemplo de El Rey a quem vós já ouvistes, Senhores, exprimir toda a sua profunda afflicção na abertura desta Sessão, se taõbem nos hé permitido mostrar diante de vós e da Europa a impressão que nós agora, e já antes temos sentido, eu vos direi francamente; que chegados á este ponto das negociacoens, o mais penivel e difficil em que já mais se tem achado os Ministros de hum Rei infeliz, e em que por huma parte viamos a irrevogavel determinação dos Alliados, por outra a serie espantosa de oppressoens, pobreza, irritação, e devastacoens que assollavam a nossa patria, nós julgámos, que se hum tal estado de couzas durasse mais tempo, a França estava perdida, estavam perdidos aquelles mesmos que nos impunham tamanhos sacrificios, e talvez até a mesma ordem social da Europa.—Assim tendo em consideração tantos perigos e tantos desastres, nos resolvemos em fim á sacrificar todas as nossas repugnancias, e assignámos em nome d’El Rey, e em nome da Patria, todas essas condiçoens que acabo de apresentar-vos.”

Nós não podemos affirmar se os sentimentos do Ministro eraõ verdadeiros, ou se elle foi mandado fazer na Camera dos Pares o mesmo officio que antigamente faziaõ as Carpideiras em os nossos enterros. Se hé verdade que El Rey Luis XVIII. já antes havia assignado occultamente as bazes destas mesmas condiçoens, em tempo em que ainda nem se quer estava dentro de França, entãõ neste cazo ás lagrimas do Ministro foraõ huma simples representação theatral, e

tanto peor para a França, e para a consolidação do novo governo. Com tudo deixaremos este ponto para passar-mos á outros, em que nos parece melhor cabem as nossas reflexoens.

O Tratado e as quatro Convençoens complementares apresentão-nos duas faces distinctas em que as vamos considerar; — de politica, e interesses pecuniarios. Ninguém duvida que a França, depois de tanto haver abuzado dos seos meios de poder e fortuna, devia ter hum castigo exemplar, que lhe mostrasse assim como á todas as naçoens da terra que se não zomba impune-mente da independencia dos thronos e dos povos; porem este castigo devia ser dado como remedio, e não como irritação dos males que se querião curar. Seria conveniente, em a nossa opiniaõ, que todos os sacrificios que se lhe impoessessem fossem prontos, e concluidos, por assim dizer, em hum só e unico momento; para que feitos elles, se esquecesse por assim dizer todo o passado, e com o prospecto futuro de huma nova epocha de felicidade e de paz se extinguissem até as recordaçoens dos tempos passados. Não o fizeram porem assim os Alliados: deixão a França ainda por cinco annos em cadeas; e daqui succederá, que os odios que se haviaõ de apagar com a paz, hiraõ crescendo todos os dias e todas as horas, por que todos os dias e todas as horas os grilhoens ainda lhe apertaõ os pulsos, e á final as ulceras do coração se envenenaráõ á tal ponto, que já seja impossivel riscar os estimulos de vinganças futuras. Toda a nação, ainda por mais pequena que seja, nunca pode esquecer as humilhaçoens que recebe; e se estas humilhaçoens forem de longa duração, muito mais irritaráõ os espiritos que as soffrem. A França poderia esquecer-se das suas estatuas, das suas pinturas, e de todos os seos armazens militares, e até do seo dinheiro, se tudo lhe fosse exigido e tirado de huma só vez; mas ter por cinco annos consecutiivos todas estas humilhaçoens sempre presentes á vista, não poderá deixar de lhe fazer crear estimulos horriveis. A França hé huma nação de tanta força e tanto pezo na balança da Europa, que ou se havia de retalhar como a Polonia, ou se lhe haviaõ dar as condiçoens mais honrozadas, fazendo recahir todos os males que fez, e os abuzos da sua influencia na ambição

desse homem, que na realidade foi a cauza principal das desgraças da França e do mundo.

Debaixo deste ponto de vista nos parece taõbem que a França deveria conservar intacto o seo antigo territorio; porque de que vale tirar-lhe quatro praças, e algumas legoas de terreno, se com isto não se lhe diminue essencialmente as suas forças intrinsecas? Entaõ era melhor não lhe dar esta occasiaõ para ter sempre pretextos de reacção e de vinganças, e podiaõ-se lhe arbitrar outros generos de indemnidade. A França deveria perder todas as propriedades moveis e de raiz, que havia usurpado; devia pagar exactamente todas as despezas da guerra de que ella foi cauza, e como ella taõbem praticava em todos os paizes em que entrou; porem depois disto, devia dizer-lhe a Europa em tom firme e magestoso:—“A França pelas suas injustas conquistas roubou a Europa; a Europa, agora conquistadora da França, vem arrancar-lhe das mãos, pela mais justa de todas as conquistas, todos os roubos que fez as naçoens.—A França fica tal como era antes de haver attentado contra a independencia dos povos; mas se outra vez, se deixa arrastar das suas antigas illusoens, a Europa, para exemplo, e para sua segurança pessoal, a fará desaparecer, como nação da lista dos povos independentes.” Esta lingoagem firme e necessaria faria de certo mais effeito nos animos dos Francezes, que a sua pequena mutilação e os cinco annos de prizaõ em que, por assim dizer, a condemnaram as Potencias.

Acresce á isto outro motivo politico. Os Alliados prometeram dar á França a sua integridade, protestando que a guerra só era feita contra Buonaparte e não contra ella; e as mesmas promessas publicas fizeraõ á Luis 18, hum Rey que elles de facto deraõ aos Francezes. Este Rey, como a experiencia tem completamente mostrado, malquisto da maior parte do povo Francez, á quem hé estranho depois de 25 annos de revoluçoens, apparece por conseguinte em França, conduzido por duas vezes entre as baionetas estrangeiras; senta-se no throno, e o seo primeiro grande Acto Real hé ser obrigado á assignar o desmembramento da sua Patria, e por 5 annos ser o Carcereiro de seos vassallos, de commun accordo com as

Potencias Alliadas ! Pode isto grangear-lhe o amor e lealdade dos Francezes ? Não. Hé impossivel que nação alguma no mundo podesse querer bem e do coração á hum Monarca, que, nas mesmas circumstancias de Luis 18, obrasse como elle. “As sementes de odio, que se lanção no principio de hum reinado, nunca morrem,” disse, há pouco, hum celebre homem de Estado ; e nós julgamos que elle fallou a verdade. — Logo taõbem nos parece, que, olhados por este lado da politica, o Tratado e mais Convençoens não podem produzir o bom effeito que delles se espera ; e particularmente se hé verdade o que já acima repetimos, isto hé, que Luis 18 já antes occultamente havia assignado as bases destas estipulaçoens, comprando assim tão cara a honra de ser Rey dos Francezes.

Para obviar estes grandes inconvenientes, talvez teria sido mais prudente que, antes da sua entrada em Paris, os Alliados tivessem imposto estas terriveis condições á França, e não ao Rey que levavam consigo. Sim, deviaõ impo-las á esse Governo Provisional, e á essas mesmas Cameras que eraõ complices do attentado de Napoleão ; e depois que as houvessem accettato, sendo huma dellas o reconhecimento d’El Rey, o farião entrar em França, e hirião senta-lo no throno. Que bellamente entãõ não teria podido fallar Luis 18 aos Francezes ! Com verdade e com razão elle podia dizer-lhes : — “As minhas maõs estaõ puras, porque não entraram em nenhuma das causas das vossas calamidades ; vós tornastes á excitar o odio e as vinganças da Europa, e a Europa vos punio bem cruelmente. Eu porem venho aliviar vossos males, venho adoçar as humilhaçoens por que vos fizeraõ passar os estrangeiros, e revestindo-nos todos de constancia aprendamos d’hoje em diante á ser moderados na prosperidade, e á ter valor nas desgraças.” Quem poderia contradizer esta lingoagem de El Rey, e não se alistaria debaixo das bandeiras do novo Governo, para co-operar com elle de boa fé, se mostrasse moderação e justiça, para a futura regeneração da sua patria ? Se estas medidas não produzissem bom effeito, muito menos se deve esperar que o produzaõ aquellas que se adoptaram. A França, com os principios exagerados da revolução, entrou em hum frenesi politico, que fez a sua infelici-

dade e a da Europa: querer agora curar-la com estimulantes da primeira qualidade, hé o mesmo que se hum medico pretendesse acalmar os furores de hum maníaco com remedios heroicamente irritantes.

Olhando debaixo deste ponto de vista politico o Tratado de 20 de Novembro, e as Convençoens addicionaes, demos a nossa opiniaõ, sem querermos tomar interesse algum individual pela França como simples nação Europea: ella commeteo grandes crimes, e bem hé que agora pague de sobejo todas as lagrimas que fez verter aos povos que correo e assolou. Mas as grandes vinganças para que o coração humano naturalmente propende, nem sempre se cazaõ bem com a prudencia, e muito menos com a politica. O fim desta guerra devia pôr termo á todas as ideas de novas revoluçoens, e reconciliar cordialmente a Europa com a França: com tudo, somos de parecer que as bases que para isto se estabeleceram, não são proprias para vermos tão bons resultados. Talvez nos enganemos, e muito dezejariamos que assim fosse; porque o nosso engano seria entaõ o sinal da paz e tranquillidade das naçoens.

Passemos aos interesses pecuniarios.—Neste assumpto não discutiremos a justiça com que se impoz á França a contribuicaõ de 700 milhoens de francos; fallaremos só do uzo que se faz delles. Que as quatro principaes Divindades coroadas da Europa (Russia, Austria, Inglaterra, e Prussia) fiquem com o melhor e mais avultado quinhão, não hé para admirar, e até hé muito justo; por que cada hum come e digere conforme á força de estomago que recebeu da natureza; mas que entre as pequenas Divindades, (a plebe por assim dizer das naçoens) haja tantas predilecçoens e differenças, hé hum ponto em que a nossa fraca politica não pode concordar.

Entre estas ultimas naçoens, escolheremos particularmente algumas, e a primeira seja—a Hollanda. Este novo Reino hé considerado em duas verbas de partilha: 1^a de 60 milhoens, como potencia limitrofe da França: 2^a em huma parte de 100 milhoens, que se destinaõ para as Potencias de segunda ordem que accederam ao Tratado de 25 de Março, 1815. Mas que serviços fez a Hollanda na cauza geral para tamanha recompensa? Ella fazia parte da França até depois

da batalha de Leipsic, e só desde essa epocha, e na paz de Paris hé que foi considerada verdadeiramente como nação independente. Poderão dizer-nos, que fora forçada por Buonaparte, e que lhe era impossivel ter-se antes declarado; mui bem: porem neste cazo senão hé culpada, taõbem não tem merecimento. Como recebe pois 60 milhoens, &c. ? Hé verdade que se achou na batalha de Waterloo, mas entãõ ja ella não fazia mais que defender a sua independencia, e estava no cazo de todos os Estados que fizeram o mesmo quando os Francezes os atacaram. Logo bem se vê, que todos os pretextos que se mencionaõ para a brindar com esta somma, só indicaõ que teve bons padrinhos, e que estes fizeram tudo.

No mesmo cazo podemos considerar a Sardenha; porem como esta não podia ter taõ boas recommendaçoens, só lhe couberão em partilha 10 milhoens.

Segue-se a Hespanha, á quem a generosidade dos Alliados concedeo em duas verbas $12\frac{1}{2}$ milhoens de francos. Ninguem que for imparcial, poderá estranhar que Hespanha fosse contemplada nesta partilha, e se alguma admiracão nisto houver, será só por ver que foi considerada em taõ pouco. Que differença de merecimentos e de indemnidades não achamos porem entre ella e o novo Reino dos Paizes Baixos? Mas em fim faltaram-lhe os bons padrinhos, e eis aqui tudo. Hespanha, por ser a primeira que, pela revolução de Madrid e pela capitulação de Dupont, mostrou ao mundo que se podia resistir ás tropas de Napoleão; que sustentou taõ aturadamente, ainda que não com toda a energia de que era capaz, huma resistencia, taõ fatal aos Francezes; e que soffreo horrores e perdas incalculaveis, merecia de certo mui bem que se trocasse com ella a somma em dinheiro, e mais indemnidades que se deraõ á Hollanda!

Mas já hé tempo de batermos o ponto principal, e taõbem hé preciso que fallemos hum pouco de nós, isto hé, da nação Portugueza. Com effeito se o nosso Portugal se deve avaliar pela indemnidade que lhe dão, elle hé o menos benemerito de todos os Estados da grande confederação Europea! Não bastou preferir-lhe em serviços a Hollanda, a Sardenha, e a Suissa; até, para nossa maior confusão, não pezou tanto na incor-

ruptivel balança dos Soberanos, como essa mesma insignificante Dinamarca! Sim, á esta mesma se arbitraram dois milhoens e meio de francos; e a nós, os ultimos e mais baixos da escala, somente dois milhoens! Desta forma declararam positivamente os grandes Potentados da Europa, e os Juizes do merecimento das naçoens neste conflicto universal, que o nosso havia sido nenhum, ou de bem pouca importancia; porque a nossa indemnidade foi calculada a mais infima de todas. Para este comportamento, inaudito na historia de todas as allianças, só nos podião dizer, que as outras naçoens da 2ª ordem haviaõ sido mais consideradas na partilha, por que sendo limitrofes da França, precisavam ter meios mais avultados para se porem em defeza contra quaesquer novos ataques que ella lhes torne á fazer. Porem á isto perguntaremos: E a Dinamarca taõbem confina com a França? Não hé do meio milhaõ de francos, que se lhe arbitra de mais, que nós temos ciumes; hé da nossa consideração politica, hé da nossa honra que nós somos ciosos; porque não haverá ninguem no mundo que ouze pôr em paralelo os nossos heroicos e brilhantes serviços com os tardios e insignificantes de Dinamarca.

Alem disso, se esta razão de confinar com a França podesse ter valia, quem mais que Portugal merecia indemnidades? Em todas as guerras, em que tem entrado a Europa por motivo das inveteradas rivalidades entre Inglaterra e a França, sempre Hespanha fez contra nós cauza commum com a ultima, quer seja no tempo dos Bourbons quer seja no reinado dos Buonapartes; e o mesmo que por seculos até agora tem feito continuará ainda seguramente á fazer. Logo, de facto, e realmente, a nossa fronteira confina com a França; e por isso, alem das perdas enormes que soffremos, se nos devia pagar huma somma sufficiente para fazermos huma linha de defeza contra os ataques de Hespanha, que sempre foraõ, e seraõ sempre os da França. Senão que nos digaõ: Porque perdemos Olivença, e vimos por surpresa, ainda depois, as nossas provincias do Norte e do Sul em poder de Hespanhoes?

Nem se nos diga taõbem que, por não termos appare-

cido nos campos de Waterloo, perdemos o juz a ter indemnidades. Nesta memoravel batalha, em que taõbem não estiverão as tropas da maior parte das naçoens, que todas tem mais avultado quinhão que Portugal, não se decido o fado da Europa: sim, este já estava decidido pela primeira abdicacão de Buonaparte, quando os Portuguezes victoriosos estavam às portas de Toloza; e a sua segunda appareição em França, sendo hum verdadeiro acto desesperado, já não podia cauzar os mesmos receios, porque Napoleão taõbem já estava desenthronisado não tanto pela força das armas como pela força da opiniao. Se assim não fosse, quem poderia acreditar que Buonaparte segunda vez abdicasse? Elle não abdicou depois dos desastres da Russia, e havia de abdicar depois dos de Waterloo, se antes não houvessem precedido os successos de Fontainebleau? Logo os Portuguezes levaram a grande obra da independencia da Europa até o seo ultimo remate; e se por huma casualidade não se acharam em Waterloo, nem por isso merecem que se esqueçam os prodigios que fizeram desde o Guadiana e o Tejo até o Garona. Mas depois de tantas maravilhas, e das provas mais esplendidas de lealdade e de boa fe na cauza commum da Europa, como são em fim tratados? Na primeira paz de Paris dispoem os Alliados, sem o consentimento do nosso Augusto Soberano, da nossa conquista de Caiena; affiançam-nos Olivença, garantia que ainda até hoje se não realizou; e á final na segunda Paz de Paris de 20 de Novembro de 1815, dão-nos em recompensa dois milhoens de francos, 800 mil cruzados!

Os proventos que já outrora tirámos da guerra da grande alliança, deviaõ ternos aberto bem os olhos para sermos mais circunspectos nesta guerra moderna: porem que hade ser, se o mal he já tão inveterado, e se as cauzas que o produzem, tem tão difficil remedio? Para sermos justos, não nos queixemos nem dos nossos Alliados, nem dos nossos Plenipotenciarios. Quanto á estes ultimos, estamos altamente capacitados que fariaõ tudo quanto cabe na prudencia e intelligencia humana para nos darem muito maior consideracão entre as Potencias; mas ao mesmo tempo taõbem estamos persuadidos, que se o mesmo Sancto Antonio,

que hé nosso General, viesse ser nosso Plenipotenciario nesta occasião, não faria maiores milagres do que elles, á pezar de todas as suas virtudes celestes. Portugal entrou nesta guerra com todo o patriotismo, e com toda a energia e boa fé possiveis; mas não tinha credito nem dinheiro, não tinha soldados, nem exercito. Convidou hum dos seus antigos alliados, que lhe deo dinheiro, e que lhe creou hum exercito, na verdade o mais brioso e valente do mundo; porem, este exercito nunca figurou como hum verdadeiro exercito nacional; não só teve commandantes em chefe estrangeiros, mas até os regimentos e as companhias appareceram no campo da honra commandadas por estranhos. Resultou daqui, que toda a gloria das tropas Portuguezas, se confundio como hum simples accessorio, com a gloria da nação estranha que as commandava e pagava. Hé verdade que esta mesma nação estrangeira, nossa alliada, não poudo occultar ao mundo o valor sem exemplo dos soldados Portuguezes; e daqui nasceo, que o nome de Portugal foi invocado nas Proclamações militares por todos os Generaes do Norte, como hum estimulo para as tropas que elles commandavaõ; porem tudo isto se fazia na occasião do perigo, e quando era preciso pôr em movimento todos os recursos imaginaveis para obrigar as nações a quebrar os ferros da tirania. Conseguiu-se este grande fim, e então as Potencias que haviaõ entrado nesta portentosa contenda, forão já tranquillamente avaliadas, segundo o seu pezo real e especifico. Vio-se que Portugal havia figurado como hum appendice, na retaguarda de hum das maiores nações da Europa; e por conseguinte esta grande nação, que levava á poz si a gloria Portugueza, participou na partilha universal dos lucros que competiaõ ao tutor e ao pupilo. Isto era bem natural; e da justiça dos homens não se podia esperar outra couza.

Como figuraram porem as outras nações da 2ª ordem, á pezar de não poderem competir com Portugal em patriotismo, em esforço, e proezas militares? Como nações independentes. A Suecia, a Dinamarca, a Baviera, a Suissa, ultimamente a Sardenha e a Hollanda, e até essa mesma fraca e desorganizada Hespanha, appareceram sempre em campo como Estados

independentes; e ainda que recebendo igualmente subsidios alheios, mantiveram sempre exercitos nacionaes, isto hé, commandados por seos proprios officiaes, e obraram na cauza commum, como potencias completamente livres em todas as suas operaçoens. Portugal, não contente de meter todas as suas forças na mão de estrangeiros, até passou pela desairosa situação de dar assento entre os membros do seo governo á homens estranhos, e consentio assim, com amigos, naquella mesma indignidade por que o havia já feito passar hum dos soldados de Napoleão! Nestas circunstancias, que muito hé que Portugal ainda pezasse menos na balança actual das naçoens do que a pequena e pobre Dinamarca? Logo a culpa verdadeira não se deve imputar aos Alliados nem aos estranhos; sejamos justos, imputemo-la á nós mesmos.

O mal está feito, e não resta agora mais do que remedia-lo para o futuro. Não nos entregando outra vez á huma politica mesquinha e oscilante, ora lançando nos nos braços de Inglaterra, ora nos de França, sejamos amigos e alliados de todos, conforme os principios do verdadeiro interesse nacional; mas procuremos figurar sempre em todas as circunstancias como nação independente. Portugal, que tem os maiores recursos do mundo para ser huma mui respeitavel e poderosa nação, não tem mais que olhar seriamente para si, e no mesmo instante entrará á figurar como hum dos primeiros povos da terra. Isto hé o que todos os bons Portuguezes esperam, governados por hum Principe, dotado de todas as virtudes, e que sabendo taõbem já o que hé a adversidade, cuidará sem duvida de hoje em diante de collocar o seo povo no eminente lugar politico que a Providencia lhe destinou. E estas luminosas ideas lhe avivará sem duvida o mesmo patriótico Ministerio, que está ao lado do throno.

Quanto á indemnidade desses 2 milhoens de francos (800 mil cruzados) nós, no lugar do nosso Augusto Principe, sim os agradeceriamos aos Alliados, mas não os receberiamos. Toda esta partilha dos despojos da França assemelha-se, em nossa opiniaõ, á herança de hum opulento Senhor, que fazendo largos donativos á altas personagens, deixa hum pequena somma em testamento para se dividir á sua porta pelos mendigos que á

ella concorrerem. Nesta ultima classe foi considerado Portugal com os seus 800 mil cruzadinhos; mas á fallar a verdade, elle ainda se não deve ter em tão pouco, que se humile á receber taes esmolas.

O Tratado, que no mesmo dia 20 assignaram em Paris as quatro grandes Potencias Alliadas, e as Notas que seus Ministros fizeram ao Duque de Richelieu á cerca não só destas estipulações, porem do Commando em Chefe conferido ao Duque de Wellington, indicão positivamente as suas intenções de manterem com todas as forças El Rey Luis XVIII. no throno de França. Mas se este Monarca der ao mesmo tempo ouvidos aos bons conselhos que nellas se lhe indicão, de certo elles darão muito maior estabilidade ao seu governo que todas as baionetas congregadas da Europa. Sim o inviolavel respeito á Charta Constitucional, muita prudencia e justiça, e até o esquecimento do passado, poderaõ só dar solidez, e perpetuidade á hum throno que levantado no ar, ainda não pode firmar-se em solidos alicerces, que são os corações dos Francezes. El Rey Luis XVIII. deve seguir o generoso exemplo de hum dos seus antepassados, Luis XII., que foi denominado "*O Justo, e o Pay do Povo.*" Este Monarca, que ainda sendo Duque de Orleans, passou por grandes lances de infelicidade, assim que subio ao throno esqueceo tudo, e tudo perdoou. Quando De la Trimouille, prisioneiro na batalha de St. Aubin, estava com todos os receios da justa colera d'El Rey, este o chamou e lhe dice:—"Hum Rey de França não vinga as injurias feitas ao Duque de Orleans." O mesmo generoso Soberano tinha feito huma lista de todos os grandes Senhores, que no tempo de Carlos VIII. o tinhaõ offendido, e á cada hum dos nomes havia ajuntado huma cruz. Quase todos pertendiaõ retirar-se do reino, mas elle os socego com as seguintes expressões, bem dignas de hum Rey, e de hum Christão:—"A cruz que eu ajuntei á cada hum dos vossos nomes não devia parecer-vos sinal de vingança: ella marcava, á imitação da cruz do nosso Salvador, o perdão, e o esquecimento das injurias." Se Luis XVIII. assim praticar, esquecendo quanto se fez quando por duas vezes foi obrigado á sahir de França, com certeza ganhará o titulo de *Dezejado*, e o seu throno será tão permanente como forem suas virtudes.

Marechal Ney.

Já em o nosso artigo “França” deixamos copiada a sua sentença e a sua morte, e agora pouco teremos que acrescentar. Todas as noticias concordão em que elle morreo como soldado, isto hé com valor e dignidade; porem algumas acrescentaõ que elle protestára contra a iniquidade do seu processo. Nas actuaes circumstancias das couzas em França, e pela figura que representava o Marechal Ney, quando se bandeou com Buonaparte, nós não o julgâmos innocente, mas taõbem não sómos de opiniaõ que fosse legalmente sentenceado. O bello dito de Mirabeau na tribuna de huma das primeiras Assembleas de França:—“*E eu taõbem sei, que a rocha Tarpêia está vezinha do Capitolio!*”—hé sempre applicavel em todas as revolugoens, aonde a gloria ou o throno caminhaõ á par do cada-falso, e aonde os homens notaveis, que nellas representaõ, ou ficaõ sendo heroes, ou traidores. Nesta ultima classe ficou o Marechal Ney, e pelas Leis existentes não duvidâmos merecesse a morte. Mas por merecela, segue-se que fosse justamente processado e punido? Não. O discurso de sangue que pronunciou o Duque de Richelieu na Camera dos Pares, que foi como huma ordem que lhes déo para que o condemnassem;* a recusação que a mesma Camera fez aos advogados do Marechal de poderem discutir o ponto o mais importante da defeza, isto hé, se Ney estava incluído na amnistia da Convenção de Paris, que os Alliados prometeram guardar; e em fim a sua mesma execucao, como clandestina, e fóra das vistas do publico, mostraõ que as mais sanctas formas da justiça foraõ violadas em todo este memoravel processo. Pois que! hum governo justo e energico pode ter medo de dar todos os meios de defeza á hum reo, e quando este hé evidentemente criminoso de o punir á toda a luz do meio

* Em Paris fizeraõ-se os versos seguintes ao Duque de Richelieu quando pronunciou na Camera o mencionado discurso:—

Semblable aux pourvoyeurs de nos bêtes féroces,
 Dans un discours Cosaque, en termes bien atroces,
 Richelieu dit aux Pairs, qu’il prétend inspirer,
 “Messieurs, je vous amène un homme à dévorer.”

Morning Chronicle, December 20, 1815.

dia? Quanto mais criminoso hé o homem, muito mais ampla e illimitada deve ser a sua defeza, e mais publica a execucao da sua sentença! Nada porem disto teve lugar no processo e morte de Ney. Quanto mais generoso se não mostrou o reo que os seus proprios Juizes! Querendo os advogados do Marechal auxiliar a sua defeza com a excepcao de que não pertencendo já a sua patria (Saar Luis) á França elle taobem já não devia ser considerado como vasallo Francez, respondeo prontamente Ney:—“Não quero esses subterfugios de defeza; eu nasci Francez, e dezejo morrer com tal.” E assim se diz, que ao morrer exclamara:—“Viva a França.”

Eis aqui os motivos que tivernos para dar a nossa opiniao sobre hum ponto que não hé só relativo á Ney, mas á todos os homens, que se possam achar em semelhantes circumstancias: assim não tivemos em vista defender unicamente o individuo, porem a justiça universal, que hé applicavel aos individuos de todas as naçoens. Hé com tudo para lamentar, que hum bravo soldado que, segundo huma exposicao da sua vida, se achou em 500 combates ou batalhas, em nenhuma morresse coberto de gloria, e estivesse guardado pela sua má estrella para acabar em hum cadafalso? Esta melancolica idea dos incalculaveis destinos dos homens mais tocou o nosso coração, quando nos recordámos que o Marechal Ney foi hum dos homens que deo hum dos mais brilhantes testemunhos publicos do valor e bizarria Portugueza. Quando na manham do dia memoravel da batalha de Moscwa estava Napoleão vendo desfilar aquella parte do exercito Francez, commandado por Ney, e reparou que na frente das columnas hiao os Portuguezes, dice:—Como hé isto, Marechal? Na frente das columnas tropas estrangeiras?—*Sim, Sire,* replicou o Marechal, *são os Portuguezes; e quem os seguir nunca se desviará do caminho da honra!* Estas palavras devem servir de desculpa a hum Portuguez por haver dito alguma couza em abono da memoria de hum desgraçado.

Os nomes dos Pares que na Camera votaram a favor de Ney são os seguintes:—

DUQUES
De Montmorency
De Broglie.

CONDES
Fontanes
Curial
Lally Tollendal
Porcher de Richebourg
Malleville
Le Noir la Roche

CONDES
Le Mercier
Lanjuinais
Klein
Nervind
Gouvion
Collot
Chasseloup
Bertholet.

Recusaram votar os seguintes Pares:—Duque de Choiseul: Marques d'Aligre: Conde Nicolai: Conde Brigode: e Conde St Suzanne.

No mesmo dia em que o Marechal Ney foi executado assignou El Rey hum projecto de lei de amnistia como ja deixamos copiado em o artigo—França. Ella hé mui differente dessa lei de sangue, taõbem denominada de amnistia, e que foi proposta na Camera dos Deputados pelo Conde de La Bourdonnaye, segundo já a mencionámos em o nosso No. passado a pag. 238. O Governo Francez parece haver saciado os seus maiores desejos de vingança com a cabeça de Ney, o que dá ainda maior importancia a esta victima; pois que as ideas de clemencia appareceram no mesmo dia da justiça. Outra prova desta nossa conjectura, hé taõbem a não esperada evasão de Lavallette, que já estava condemnado a morte. As circumstancias da sua fugida, disfarçado com os vestidos de sua mulher, que o tinha hido ver, e que se deixou ficar em seu lugar, tem hum certo ar de romance, que faz desconfiar que nelle o Governo tivera parte. Seja porem o que for, folgamos muito que El Rey propenda para a clemencia, porque hé o meio efficaz de dar huma paz solida á França e a Europa. Estamos comtudo ainda para ver hum fenomeno bem raro, e hé que esta lei de politica, de bondade e de clemencia seja regeitada ou modificada na Camera dos Deputados, assim como há quem o suspeite. Esperamos porem que isto não succeda, e que os representantes da nação, longe de contradizerem os sentimentos beneficos do seo Soberano, antes os auxillem para lhes darem ainda toda a possivel amplidão.

REINO DOS PAIZES BAIXOS.

Em o Artigo, que escrevemos com este titulo, á pag. 384 tres ladámos a mensagem, que El Rey mandou aos Estados Geraes, participando-lhe a cazamento de seo filho, o Principe de Orange, com hum a Gran Duqueza da Russia. Este mesmo cazamento esteve projectado, segundo se diz, com a joven Princeza de Galles, herdeira do throno de Inglaterra. Mas quer seja que esta Princeza, com taõbem se espalhou, não gostasse pessoalmente do noivo, que se lhe destinava, quer seja que esta alliança desagradasse ás grandes Potencias do Continente por verem que a Hollanda hia assim a cahir no dominio de Inglaterra, e se tornavam a realizar os dias de Guilherme III, e da rainha Maria Stuart, filha de Jacques II.; hé certo que o cazamento se desfez, como vemos, e o Principe de Orange correu ainda mais ao norte para haver hum a esposa. Neste novo arranjo, julgâmos nós que muito ganhou a Hollanda, porque de outra maneira cahiria na total dependencia de Inglaterra; e quanto esta ganharia em poder, perderia a aquella em independencia politica. Hé taõbem hum beneficio para a Europa, para não vermos confundida com a potencia maritima, a mais poderosa do mundo, hum a nação famosa, como negociante e navegadôra. A Russia adquirio igualmente maiores motivos para influir em os negocios do occidente da Europa; e os Paizes Baixos podem achar nella hum a mais solida garantia do que no grande poder de Inglaterra.

P O R T U G A L.

Quanto deixâmos copiado neste Artigo a pag. 385 hé de muita importancia, e digno de mui serias re-

flexoens. Os dois primeiros antigos documentos mostram que os nossos antepassados se não tinham tantas theorias, como nós de economia politica, abundavam em maior força de bom senso e razão. Os principios, em que a Camera de Santarem se fundou, para fazer a sua representação nas Cortes de Lisboa, são de eterna verdade, e absolutamente necessarios para dar huma proveitosa regularidade á toda a administração economica; e destes excellentes principios taõbem vemos que já estava capacitado El Rey D. Denis, bem justamente denominado-o *Lavrador*;— porque os consagra no aforamento citado do anno de 1327. Toda a propriedade de raiz deve considerar-se, como o primeiro e o mais solido capital de hum Estado; e assim todos os cuidados de hum bom Governo devem ser não só de não diminuir o valor deste capital, porem de lho augmentar por todos os modos possiveis. Isto suposto, se ás terras se impoem mais encargos do que aquelles com que podem, ou o que vale o mesmo, se elles são superiores a sua renda e despezas, entãõ hé preciso que o Lavrador, para os pagar, entre pelo mesmo capital, e em tal cazo, este em lugar de crescer em valor, diminue, e por fim se aniquilla. Eis aqui a razão porque vemos tantas terras incultas, e porque o cultivador as desprezou ou as despreza, pois vê que os encargos que tem de pagar não só lhe consomem os lucros, mas des falcam o capital. Segue-se por consequencia, que todos os tributos, de qualquer natureza que sejaõ, só devem recahir nos lucros reaes, que pode dar a terra; e estes lucros só se podem avaliar depois de deduzidas todas as despezas. Entãõ hé que se vê bem claramente até que ponto os encargos devem pezar na terra cultivada; porque elles devem ser taes, que, ainda depois de pagos, fique o Lavrador com certo remanescente para se sustentar cada anno, sem nunca tocar no capital. Quando hum Governo, sem estes previos conhecimentos, para o que hé indispensavelmente necessaria huma boa Statistica, accumula a torto e a direito os tributos territoriaes e directos, a conclusãõ immediata que se segue hé destruir a agricultura, e reduzir-se o povo á miseria. Nestas tristes circumstancias está actualmente o nosso Portugal, aonde os tributos terri-

toriaes são impostos sem ordem nem medida; e por consequencia, aonde em muitas partes do reino as terras não podem com os encargos, e por isso ou estão em pouzio, ou não produzem a metade do que podião e devião produzir.

Hum dos redactores, que escreve este artigo, já teve elle mesmo occasião em outro tempo de examinar com os seus proprios olhos os mil abuzos prejudiciaes que há nesta parte administrativa. Por exemplo, na Comarca d'Aveiro, e nos campos e terras que estão entre o Vouga e o pequeno rio que vem do Sardaõ, não há talvez hum palmo de terreno que não pertença a poderosos Senhorios. E que pagão ali os pobres cultivadores? Pagão—1. O foro: 2. O quarto ou 5, &c.: 3. O dizimo: 4. A decima civil; a fora laudemios, sizas, e todos os mais encargos que pezaõ sobre a lavoura. Ora perguntamos agora, se hum Emphiteuta, depois de ter pago todas estas imposições, e depois de haver deduzido todas as suas despesas para o cultivo annual da sua terra, poderá ainda ficar com algum lucro sufficiente para se sustentar e a sua familia? E que resulta daqui, que o povo hé hum dos mais miseraveis do reino; que são sempre precisos sequestros e mil outras violencias para o obrigar a satisfazer as suas pensoens, com o que fica absolutamente arruinado; que não cultiva a terra quanto poderia, por que lhe faltaõ os meios necessarios; e por consequente que esta mesma terra vai diariamente perdendo o seu valor ou por falta de cultura, ou por effeito das ruinas do tempo e das inundações dos rios, a que o cultivador nunca pertende obstar porque lhe faltaõ os lucros necessarios para isto. A esta cauza hé que se deve pois antes attribuir em muitas partes de Portugal a falta que há de cultura e de reparação dos terrenos do que a hum simples descuido ou desleixo do cultivador, porque este, de ordinario, quando acha interesses na terra que cultiva, nunca cuida em abandoná-la.

A conclusão mui obvia que daqui devemos logo tirar hé:—que a Camera de Santarem tinha sobeja razão quando se queixava no anno de 1440 de a quererem obrigar a pagar os impostos das suas terras sem primeiro lhes deduzirem as despesas, e outros mais

encargos que tinhaõ. Logo taõbem, segundo estes principios, e por tudo quanto acabamos de dizer, hé precizo estabelecer como *axioma* de eterna verdade para huma bem entendida economia politica:—"que a terra nunca deve ser obrigada a pagar qualquer tributo que seja, e qualquer que se prezuma ser a sua origem, sem primeiro se lhe deduzirem as despesas da cultura, e se calcularem os lucros comque pode ficar o Lavrador." Isto nos encaminha porem a tocar em hum assumpto, em que talvez desagrademos a muita gente; porem quando se trata do bom serviço do Principe e da Patria, todas as consideragoens particulares se devem pôr de parte, nem merecem entrar em conta as pertengoens desta ou daquella classe, que se diz privilegiada. Vamos fallar dos *dizimos ecclesiasticos*.

Ninguem duvidará que os Ecclesiasticos, seculares e regulares, como corporação do Estado devaõ ser sustentados á custa delle: Deos o ordena, e a politica humana nunca até agora se opoz a esta ordem divina. Todavia, que o sustento dos Ecclesiasticos, se deva fazer com a decima ou vigessima parte dos fructos da terra, hé isto huma lei puramente Ecclesiastica, e que depende por tanto da sancção do poder secular. Em Portugal se conserva até agora o uzo, quase geral, de dar aos Ecclesiasticos os dizimos dos fructos da terra, e nada contra isto temos por ora que dizer; mas porque haõ de exigir os Ecclesiasticos, até atemorizando as consciencias fracas com excommunhoens e censuras, que o povo lhes pague este tributo, sem primeiro deduzir as despesas que fez para semear e colher os seus fructos? Nisto não tem agora, de certo, razão os Senhores Ecclesiasticos. Os Governos podem, e devem, considerar logo este tributo ecclesiastico como hum simples tributo secular, porque se Deos positivamente ordena a paga não ordena a quantia; e neste cazo hé da sua competencia mandar que seja cobrado como outro qualquer publico imposto. Com a pratica actual, e contraria á estes principios, acontecem sempre entre nós dois inconvenientes mui serios: 1º. Hé que o fructo que em hum anno, na fraze commum, pagou o dizimo não pagou realmente só esta quantia, porem já paga de 5º ou de 3º. Se o Lavrador não deduz a semente da

terra, que já antecedermente pagou dizimo, e se taõ-bem não diminue o valor das suas despesas de lavoura, porque estas já taõbem no anno antecedente pagaram o mesmo dizimo, como resultado dos fructos comque se fizeraõ as ditas despesas; neste cazo hé taõ evidente, como a luz do dia, que o cultivádor não paga simplesmente o dizimo, porem o 5º ou o 3º, ou ainda mais, dos seus fructos. E nestas circumstancias, como há ainda Ecclesiasticos que ouzem exigir por força os dizimos sem estas condicoens, aterrando os povos com excommunhoens e censuras? O 2º inconvéniente hé: que havendo já hoje homens, que tem conhecimento exacto das couzas, e não querendo pagar este tributo senão na conformidade dos nossos principios, ou ficaõ expostos á escandalozas demandas, ou achaõ no tribunal da confissão terriveis embarços, que o menos que fazem hé, que ou venhaõ de todo a despreza-lo, ou nelle não sejaõ sinceros como devem. Há ainda neste ponto outros mui consideraveis abuzos, como saõ exigir-se em algumas provincias do reino, que os fructos, que já pagaram o dizimo pela maneira abuziva, que temos mencionado, ainda os tornem á pagar se mudaõ de forma pela industria do homem, como, por exemplo a azeitona, e esta convertida em azeite, as chamadas *maquias* dos lagares, &c. Todos estes abuzos, que tanto pezaõ na agricultura, e que os antigos Portuguezes muito melhor conheciaõ e remediavaõ que os Portuguezes modernos, devem ser maduramente ponderados pelo nosso Governo, se quizer animar a agricultura, e diminuir o vexame dos cultivadores. Hé bem de esperar, que as luzes do seculo muito concorraõ para ministrar estas e outras muitas uteis reformas de que tanto precisâmos.

Vamos concluir estas reflexoens com huma observação, de que talvez ninguem cuide, porem que hé muito essencial. Pela nossa historia Portugueza vemos, que desde o tempo do nosso Conde D. Henrique os *dizimos* eraõ hum verdadeiro patrimonio da Coroa e do Estado; e que os bispos e os parochos viviaõ unicamente das dotaçoens que os fundadores lhes faziaõ, assim como de outras doaçõens e herdades. Em prova disto, citaremos huma doação d'El Rey D. Denis, feita em Lisboa aos 28 de Julho de 1317. Por

este Acto largou El Rey á Igreja de Arronches os dizimos que tinha naquella villa. Esta era a mesma pratica em todos os reinos de Hespanha. Mas para que se não diga, que citâmos de falso, quem tiver curiosidade de examinar esta materia consulte, entre outros livros da nossa Historia, a VI Parte da Monarquia Lusitana, L^o 18, cap. 58, se os apontamentos, que conservâmos não errão, por que não temos á mão o original. Estamos bem persuadidos, que ninguem terá por hereje Fr. Francisco Brandaõ; e todavia elle hé desta opiniaõ, e a confirma com provas.—Logo o nosso Governo pode legislar sobre esta materia até sem lhe ser preciso recorrer ás Bullas do Papa.

Os dois Avizos, que taõbem deixâmos copiados neste mesmo artigo, são dois documentos que dão muita honra á Regencia de Lisboa. Quando ali mesmo á face do Governo se violam taõ escandalosamente as leis, e se quebrantam todos os foros do cidadão, que se deve esperar de Ministros do character do Juis do Crime do Bairro de Andaluz, Antonio Gomes da Silva Belfort, exercendo suas funcçoens no interior das provincias, donde os gemidos e os clamores das victimas não podem penetrar até a capital? O Governo fez, portanto, hum acto mui solemne de justiça, pelo qual merece toda a gratidaõ publica, quando assim desagravou hum cidadão offendido, e reprehendeo e punio com toda a publicidade hum taõ famoso infractor das leis, e de huma auctoridade, que até usurpára para commeter hum grande delicto. Este hé tanto mais agravante, quando de certo hé de presumir, que o Ministro o perpetrou para com elle ver se fazia a sua côrte á hum dos membros do Governo. O queixozo, Francisco Antonio Soares, presumio, seguramente fiado em mais de hum exemplo que tem visto, que o ser mestre de escripta dos filhos do Ex^{mo} Snr. Marquez de Borba era hum titulo mais que sufficiente senaõ para esmugar, ao menos para insultar hum seo emulo; e o officioso Ministro assentou, que a fortuna lhe deparava huma bella occasiaõ de obter hum pingue despacho, commetendo hum acto de atroz despotismo. Assim ambas estas duas circunstancias eminentemente co-operaram para aquella tenebroza expedicaõ, que bem merece o titulo, por haver sido, ainda para

maior infamia do executor, commetida á meia noite. Muitos Louvores, e bem merecidos, competem taõbem individualmente á S. E. o Snr. Marquez de Borba, porque não so desaprovou, como membro do Governo, este insulto publico, feito á sanctidade das leis, e á liberdade pessoal de hum vassallo Portuguez; mas despedio de sua caza hum homem, que taõ preversamente concorreo para hum taõ alta violação de justiça.

Outra reflexão que taõbem não podemos omitir hé, que nunca os nossos magistrados perdem o costume, quer as suas deligencias sejam justas quer injustas como esta, de exercer estes seos formidaveis actos de auctoridade no meio das trevas e dos horrores da noite. Como hé possivel soffrer-se, que as sanctas operaçoens da justiça imitem o proceder dos assassinos? Sim, estes são os unicos que buscão o medonho silencio da noite para commeterem seos crimes, porque a luz sempre hé avêssa aos grandes attentados: mas a justiça, que sempre deve ser taõ pura e taõ brilhante como os raios do sol, ser forçada á cobrir-se com o manto do crime para exercer hum direito què ninguem pode ouzar disputar-lhe, hé com effeito huma inconsequencia, que se fosse bem meditada, seria impossivel que se tolerasse em nossa patria! Hé de esperar, que entre as grandes reformas de que muito precisâmos, esta taõbem ainda hum dia se venha á fazer!

No que toca ás cartas de agradecimento, que escreveu o Brigadeiro d'Urban á cerca do generoso e rico presente que lhe fizeraõ os officiaes Portuguezes, já fallámos quanto nós pareceo conveniente á pag. 266 do nosso No. 54.

INGLATERRA.

No dia 5 de Novembro, 1815, se assignou taõbem em Paris hum Tratado entre a Gram Bretanha e a Russia, pelo qual as Ilhas Ionicas, com o titulo de

“ Estados Unidos das Ilhas Ionicas,” foram declaradas hum Estado livre e independente, debaixo da immediata e exclusiva protecção de S. M. El Rey do Reino Unido da Gran Bretanha. Apesar deste Tratado haver sido feito e assignado por tão altos e poderosos Senhores, e ainda, alem disto, em nome da Sanctissima e Indivisivel Trindade, nós não nos sentimos com fé sufficiente para accreditarmos, que as ditas Ilhas Ionicas ficao sendo com effeito hum Estado livre e independente, como reza o Tratado. As razoes da nossa incredulidade são as seguintes:—1ª Em virtude do Art. 3, S. M. Britannica nomeará hum Grande Commissario para ali residir, e regular, de commun accordo com os Insulares, a legislação, e geral administração dos Estados: 2ª Pelo Art. 4, o Lord, grande Commissario, deve regular as formas da Assembleia Legislativa, e inspirar e bafejar, por assim dizer, todos os principios da nova Constituição, que, ainda assim mesmo, não terá vigor sem ser ratificada por S. M. Britannica:—3ª Para dar mais completa liberdade e independencia ás Ilhas Ionicas, diz o Art. 5, que S. M. Britannica terá o direito de occupar os fortes e praças dos Estados, e pôr nellas guarniçoens Inglezas; e que, alem disto, as mesmas forças militares Ionicas estaraõ ás ordens do Commandante em chefe Britanico:—4ª E finalmente, nenhuns agentes publicos, á excepção dos Consules de Commercio, que teraõ as mesmas prerogativas que tem todos os Consules nos Estados independentes, seraõ accreditados perante os Estados Unidos das Ilhas Ionicas.—Eisaqui logo os motivos principaes da nossa incredulidade.

O que nós porem realmente accreditâmos com toda a boa fé possivel, hé, que a Gran Bretanha ganhou mais hum grande ponto militar e mercantil no Mediterraneo, que já sem escrupulo bem se pode considerar como hum dominio Inglez, depois que ella agora estende a sua linha de occupação desde Gibraltar quase até as portas de Constantinopla. Teremos nós com tudo algum direito para accuzar por isto a Gran Bretanha? Não. Esta grande e nobre nação faz o que nas suas circunstancias faria qualquer outra, ainda a mais moderada que se possa conceber. A posteridade ainda há de hum dia pasmar quando, lendo a historia

dos nossos tempos, vir que houve huma unica nação, só forte pela sua immensa industria e commercio, e pela liberdade das suas leis, que assoldadou hum milhaõ de soldados Europeos, e todos os Soberanos desde o maior até o mais pequeno, para manter a sua independencia e superioridade maritima, de que hum atrevido, mas louco, conquistador tentou despoja-la. A mesma posteridade pasmará ainda quando reflectir, que todos os Soberanos da Europa, parte dos quaes contava muitos milhoens de braços mais que essa mesma Potencia maritima, e dobrados e mais ricos territorios, governavam tão descuidadamente os seos Estados, que não tinhaõ nem industria nem commercio, proporcionado aos seos recursos naturaes, e por esta falta, só nascida da sua indolencia e desmazelo, se viram na desairoza situação de receberem soldo de hum punhado de Insulares! Isto hé todavia hum facto, e hum dos mais maravilhozos que se achaõ na historia das naçoens. E-então que direito pode haver para accuzar a Gran Bretanha pelas ricas acquisiçoens que tem feito? Ella havia de derramar com maõ larga seo sangue e thesouros, e no fim do seo combate de gigante não lhe havia de ser permitido ganhar novos pontos de força, com que segurasse esse mesmo commercio, que a pôz em estado de obrar tantas maravilhas? Ora isto não era possivel, nem a politica, nem a sua segurança o permitiaõ. Se ás outras naçoens parece mal a immensidade da grandeza e fortuna da Gran Bretanha, imitem-na na bondade das suas leis, e na actividade do seo commercio e industria: mas querer ser preguiçozo, indolente, e perpetuar leis destruidoras de toda a publica prosperidade, e depois declamar á torto e á direito contra hum povo, que tudo quanto tem o deve ao seo trabalho e prodigiosa actividade, hé com effeito hum ciume infantil, ou huma crassa ignorancia. Oxalá que a embriaguez de sua prosperidade não corrompa suas virtudes, nem a leve á abuzar extraordinariamente dos seos brilhantes destinos! No em tanto, nós, de todo o coração, proclamâmos a Gran Bretanha—"a Rainha das Naçoens."—

Neste mesmo artigo mencionâmos a chegada de Napoleão á Ilha de Santa Helena. A primeira noticia que ali chegou da hida do novo hospede foi no dia 10

de Outubro pelo navio Icarus, o que produziu no povo huma admiração muito maior que todo o seo continente. Ficou portanto logo tudo em grande alvoroço e expectação, e os viveres subiram á hum preço excessivamente caro. Os ovos, por exemplo, que até ali custavaõ 3 shillings a duzia, (540 reis) entraram á vender-se 1 shilling cada hum (180 reis); e todos os mais artigos levantaram proporcionalmente de preço; de sorte que se calculava, que todos os generos, incluindo mesmo os valores das terras, haviaõ subido 50 por cento. Eisaqui pois Buonaparte fazendo ainda huma espantaroza revolução mercantil na Ilha de Santa Helena: taes são os destinos deste homem! Todavia, hé para consolar, que por meio destas revoluções não tornará á pôr nem o velho nem o novo mundo em guerra. Deve porem ser para elle ainda hum motivo de vaidade esta pequena circumstancia. A ambição do homem, quando já se não pode nutrir com aniquilar thronos e nações, desce até contentar-se com esmagar hum insecto.

AMERICAS HESPANHOLAS.

As noticias que publicámos neste artigo são extraídas das Chronicas de Kingston até 3 de Novembro. Os ultimos esforços de Hespanha contra a independencia da America foraõ completamente infructuosos, porque Morillo se vio na necessidade de se retirar com as suas tropas no estado mais deploravel; e até se diz, que depois disto consideravelmente soffrêra por effeito da horrivel tempestade que houve naquellas paragens. No estado de Venezuela os patriotas tihãõ huma vantagem decidida sobre as tropas Reaes, que hiaõ desalojando por toda a parte; e os Mexicanos taõ seguros já se consideravam, que já tihãõ hum Congresso e huma Constituição. Isto hé o que diz respeito á parte do Norte; quanto ao Sul, acrescentaõ as noticias de Buenos Ayres o seguinte:—"O exercito Hespanhol do Alto Peru, commandado por Pezuela, occupava tres pontos,—Condo, Challapata, e Orura, e constava de 5,000 homens. Estava consequentemente

quase á 30 legoas ao Nor-Ouest de Potosi.—O exercito de Buenos Ayres, capitaneado pelo General Rondeau, occupava particularmente este ultimo ponto com huma força de 6,000 homens, á fora os auxiliares com que se podia unir, e faria hum total de 14,000 homens, ainda que muitos destes sem armas de fogo. Consta, que quando o General Hespanhol entrára em Cusco fizerá enforçar Pumacagua, hum chefe Indiano, descendente dos antigos Incas do Peru.”

No em tanto toda a Europa parece não fazer cazo destes grandes acontecimentos, e até ver, sem ciumes, como os Estados Unidos d’America vão socegradamente guiando pela mão sua irmam segunda na difficil carreira politica em que entrou. Da tranquillidade, ou para melhor dizer, da apatia da mãi patria, a velha (e bem velha!) Hespanha nada nos admira; porque ella tem negocios mais serios em que cuide. Hé-lhe preciso, por exemplo, organizar bem solidamente os Jesuitas, e buscar-lhe boas dotaçoens para viverem; tem que cuidar em restabelecer os codigos e os palacios das Inquisiçoens, que talvez tenham tanto ou quanto padecido nas epochas passadas; necessita dar pacifica e boa posse dos pingues emolumentos do *voto de Santiago* aos Reverendos Conegos daquella famosa Cathedral; e em huma palavra, tem tantos outros importantissimos negocios desta natureza para compôr e arranjar, que de certo lhe deve faltar tempo e dinheiro para se occupar de negocios que se passam alem das agoas, e em fim no outro mundo! Ah! que desgraçado hé hum reino e hum governo, quando máos Conselhos, e máos Conselheiros o derigem! O Governo Hespanhol que precedeo ao actual, commeteo na realidade muitos erros; porem estes mesmos todos se derigiaõ á libertar o seo Amado Fernando, que com effeito á final libertou, entregando-lhe intacta a Monarquia dos dois mundos. E que succedeo depois? Nos dominios da Europa não se viram senão prisoens e cadafalsos; e nos dominios da America, senão insurreiçoens, e huma geral e completa deserção da May Patria! Os negocios d’Espanha apresentaõ huma face tão *ominosa*, que não podémos conter a nossa alegria, quando no *Morning Chronicle* de 28 de Dezembro lemos o artigo seguinte:—

“ Há dias que tivemos occasião de fallar de hum
“ projecto de Cazamento entre Fernando VII., e huma
“ das filhas do Principe dos Brazis, referindo-nos á
“ hum despacho interceptado que Lardizabal, Ministro
“ das Indias, mandou á Abadia, Inspector Geral das
“ Indias. Havendo pessoas que duvidassem de pos-
“ suirmos este despacho,* ou dos meios porque nos
“ tinha vindo á mão, agora podêmos declarar, que elle
“ foi tomado entre os papeis do General Ore, Gover-
“ nador de Panama, que foi feito prizoneiro perto de
“ Carthagená. Parece, todavia, que a proposta de
“ Fernando fôra regeitada pela Côrte dos Brazis, por
“ incluir a condição de que Portugal devia co-operar
“ para subjugar a America Hespanhola. Daqui vem,
“ que as *Gazetas de Madrid* agora nos dizem, que o
“ seo digno Soberano anda em busca de huma esposa
“ entre as Potencias do Norte da Europa.”

Se esta ultima noticia hé verdadeira, o que effectiva-
mente julgâmos, por vir nas gazetas de Madrid, com
razão todos os Portuguezes se devem alegrar por verem
que não vai avante huma tal alliança. Não sabemos
donde procedam os nossos presentimentos, mas elles
nos dizem, que a nossa bella e amavel Princeza não
seria huma esposa feliz. Se o nosso Augusto Principe
não quiz dar as suas tropas para entrarem na difficil
contenda, em que está a Hespanha com as suas
colônias, de certo teve bons motivos para o fazer assim.
Alem disto, que ganharia elle em mandar a esta expe-
dição? Perderia inutilmente muitos mil leaes e hon-
rados vassallos sem poder fazer algum bem efficaç aos
negocios de Hespanha. O remedio já não pode vir
nem da Corte do Brazil, nem de nenhuma outra parte
do mundo: elle estava em Madrid; não o applicaram á
tempo; agora o mal hé bem difficil de curar. De
mais! pode, por ventura, arrecear-se o nosso Soberano
de que o exemplo das Americas Hespanholas haja de
fazer a mais pequena impressão nos seos estados? A
suavidade do seo governo, todos os bens que tem feito
em beneficio do seo povo, e todos os que ainda se
espera lhe continue á fazer no longo reinado, que a

* Este Despacho foi publicado em Hespanhol no “Portuguez”
de Dezembro, 1815.

Providencia de certo lhe dará, são garantias que, unidas com a lealdade Portugueza, nem se quer dão lugar a que se possam conceber taes suspeitas.

CORRESPONDENCIA.

SENHORES REDACTORES ;

A importancia e seriedade do assumpto pede que se faça publica a seguinte noticia: e Vm^{ces} me obrigaraõ muito em a querer publicar.—Sou, &c. S. C.

“ O Processo de Libello, intentado na Corte de
 “ King’s Bench pelo Procurador da Coroa (Attorney
 “ General), Sir W. Garrow, contra o Redactor do
 “ *Correio Braziliense*, e que devia ser julgado em
 “ Dezembro deste anno, ficou differido para o primeiro
 “ ou segundo Termo do anno que vem; porque ha-
 “ vendo o Réo citado o Ex^{mo} Conde de Funchal, no
 “ acto da sua partida, para apparecer em juizo como
 “ testemunha, S. E. não se julgou autorizado, sem
 “ licença especial de S. A. R., para hir á juizo antes
 “ de ter effectivamente sahido da Corte, aonde residia
 “ como Embaxador, e voltado á ella como hum par-
 “ ticular.”

Duas palavras ao Correspondente, assignado
 “ LUSITANUS.”

Quando em o No. passado publicámos a sua Carta, não podemos entãõ fazer-lhe a seguinte reflexaõ que logo nos lembrou. Em lugar do seo projecto, ou lembrança, parece-nos, que seria melhor substituir-lhe esta outra que vamos indicar. O nosso Soberano nunca precisa mandar dar immediatamente á execuçaõ quaesquer Tratados que faça com a Gran Bretanha. Como elles não tem força de Lei em Inglaterra antes

de serem approvados em Parlamento, fica por tanto mui bem á nossa Corte esperar taõbem por esta ultima formalidade. Se entaõ vir que foraõ plenamente approvados em todos os seos artigos, manda igualmente executalos nos seos Estados; porem se lhe constar que em todo ou em parte naõ tiveram a Sancção Parlamentar, cabe-lhe nesse cazo taõbem regeitalos de todo, ou naquella parte em que naõ forem approvados. Esta medida salva todos os inconvenientes, apontados na sua Carta, e hé a mais justa e legal, porque hé reciproca.

ERRATAS

Mais notaveis do Numero LIV.

Pag.

- 139 tem chave, *l.* tem a chave
- 140 por quem era, *l.* por que quem era
- 156 abatasseis, *l.* abalasseis
- 173 faraõ, *l.* foraõ
- 190 suppostar, *l.* soportar
- 195 99 graus de Fahr. *l.* era de 99 graus de Fahr.
- 212 apresentarem, *l.* apresentaraõ
- 228 naõ tem minas, *l.* naõ tem minas d'ouro
- 248 desto, *l.* deste

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM INGLATERRA,

OU

JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

FEVEREIRO, 1816.

Condo et compono, quæ mōx depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

*Observações sobre o Alvará de 11 de Abril de 1815,
derigidas aos Redactores do Investigador Portuguez.*

NINGUEM melhor que Vm^{ces} conhecem a paixão decidida que tenho pela agricultura; por tanto podem imaginar o empenho que puz, em ler o Alvará de 11 de Abril deste anno, transcrito no seu Periodico N^o 52. —Este empenho crescia á vista dos gabos, que Vm^{ces} davaõ ás providencias do dito Alvará. Li com effeito o tal N^o; e reli o tal Alvará; por sinal que á pag. 595, fazendo Vm^{ces} o seu juizo, chamaõ “*mui illuminadas providencias*” as que se contêm no dito Alvará.

Naõ trato das intenções com que Vm^{ces} gabaram as taes providencias; observo, que o nosso justo e activo governo, promoveo as providencias de que se trata;

VOL. XIV.

F F

eu por isso o louvo, e muito lhe agradeço no fundo do coração; assim como abençoção, e abençoarei sempre os dias, e Reinado do mais Amavel dos Soberanos, pelos beneficios que tem repartido, e dezeja prodigalizar pela classe dos seus vassallos, que tanto tem actualmente de indigente, quanto de util e necessaria ao Estado. Mas á hum Governo, e á hum Principe semelhante, por que se não há de sempre dizer a verdade?

V^m^{ces} chamaõ illuminadas providencias: se hé, por que são dadas por hum Soberano tal,—louvo: se hé, por que ás providencias precederaõ informaçoes, consultas, &c.—desculpo: se hé, por attenção aos fins á que se dirigem,—calo-me: se hé, em fim, por que dellas haõ de resultar grandes bens ao Estado, e sobretudo, por que as providencias não sejaõ envolvidas com muitos obstaculos, politicos, economicos e até juridicos,—isto não posso eu desculper á V^m^{ces}. Espero, que desta verdade os convença a breve analyse que da lei eu vou a fazer; e ella lhes cauze, como a mim o desgosto de ver, e observar taõ bons dezejos em quem nos governa, porem que haja tanta illusão nos meios que se adoptaõ.

Deixo de refletir sobre o preambulo da Lei, dando por certo haverem paûes desaproveitados na Comarca de Torres Vedras, o que certamente hé hum perfeito engano: deixo de refletir sobre a excepção da Provincia do Minho; que hé demasiadamente superflua; em fim, deixo de refletir sobre a confusão em que a Lei está de principio ao fim; confundindo terrenos incultos dos Concelhos, com terrenos incultos dos particulares; confundindo bens do Concelho, propriamente ditos, com baldios, e charnecas (no que parece querer comprehender os maninhos). Comparando-se os §§ 1 e 4, como § 2. ver-se haõ as difficuldades que á este respeito se encontraõ, e de que talvez logo eu tenha melhor occasião de tratar.

No § 1. se izentaõ de dizimos, e das mais pençoens civis, por 10 annos, aos que romperem charnecas, e baldios incultos: por 20, aos que abrirem paûes junto ao Tejo; e em toda a Extremadura: por 30, aos que tirarem terras ás marés, &c. Não posso deixar de notar, que esta liberdade, ou izençaõ de dizimos; posto que temporaria, desvendará os olhos do Povo,

que julgando até agora ser o pagamento de direito Divino, o fazem escrupulosamente, e vendo-o huma vez dispençado para o futuro talvez não bastem todas as coacções civis, e ecclesiasticas para os obrigarem á pagar.

Naõ aprovo, antes detesto no fundo d'alma o sistema dos trez *I. I. I.* (muito mais o de 4) folgaria muito de ver, que o Povo cumpria exactamente as Leis, por que conhecia a razão dellas; porem em quanto por elle se naõ espalhar esta porção necessaria de instrucção publica, convem mais deixallo cumprir; sejaõ ou naõ errados os motivos que o determinaõ. Quando se trata de reparar hum edificio arruinado, deve haver muito cuidado nos espêques. Continuando no exame do tal. §. vejo, que dizendo a lei em geral "verificando-se legalmente os requisitos perante as autoridades competentes," nem huma palavra diz sobre os taes requisitos, e menos sobre qual seja a autoridade competente; nem o como, e quando se lhe deve requerer: ora com effeito parece que alguma coiza se devia acrescentar ao menos sobre numero de geiras, origem da propriedade, tempo de incultura, &c.

Diz mais o tal § que se izentaõ dos tributos os que romperem—charnecas, e baldios.—Bem se vê que por esta fraze se quiz fazer differença de huma á outra coiza, quando no commum e geral conceito nenhuma differença há, muito principalmente depois das Leis de 23 de Junho de 1766, e 13 de Março de 1772. Em todas as Leis, ou Diplomas nunca se fez tal differença, e para desengano, vejaõ a sempre memoravel Lei da Ord. L. 4, Tit. 43. § § 9, 12, e 15.

Cumpre aqui dizer que importava muito que a Lei fizesse expressa menção, e differença, dos terrenos incultos dos particulares: ou dos Concelhos (no dos particulares, compreendendo vinculos, e corporações religiosas) por que sem fazer cazo della, muitas vezes se vê revogada a saudavel Ord. do dito L. 4, na qual se distinguem claramente huns dos outros bens. Esta Ord. que, no estado actual das coizas, produziria melhores effeitos, que as izenções temporarias de direitos, ainda naõ foi revogada, antes mandada executar pelo § fin. da Lei de 4 de Julho de 1768. Os elogios que faço á Lei das sesmarias, são relativos ao

seu fim, pois não aprovo alguns dos meios como taxas, &c.: huma coiza hé offender o uzo livre da propriedade, outra castigar o abuso, ou (o que ainda hé mais) o abandono da mesma propriedade com gravissimo prejuizo da Sociedade que tem hum direito sagrado a producção do seu primitivo patrimonio; e se a introducção, ou necessidade de hum estado social, fez repartir pelos individuos porções deste patrimonio, isto antes se deve olhar como administração, do que como propriedade, de que se possa abusar ao ponto, de a poder impunemente deixar inculta.

Tornando á materia do § 1, dirão que nelle, e no. 4, se trata só dos baldios dos Concelhos; se assim hé, então pouco, e máo terreno se chama para a cultura; por que pouco hé já o que pertence ás Cameras; e se ainda há muito esse hé de má qualidade; e se em fim, em algumas partes, ainda há muito, e de boa qualidade não são estas providencias capazes de os tornar produtivos, como melhor logo severá.

Alem destas considerações politicas, e juridicas, que tenho feito, occorre mais huma de não pequena monta: se a Lei comprehende taõbem os terrenos incultos dos particulares, e os izenta de direitos para promover a sua cultura, ella premea, em vez de castigar a criminoza omissão dos proprietarios, os quaes, vendo o proveito, que podem tirar da sua relaxação, de proposito serão omissos, deixando de cultivar para se livrarem do pagamento de direitos: pelo menos elles tem francos, e legaes meios para o conseguirem; e como será incrível que o não facção! Dizer-se que a Lei das sesmarias está em desuso, e que se pode impunemente infringir, hé hum erro, e de que podem resultar perniciosas consequencias: veja-se a famosa Lei de 18 de Agosto de 1769. Se a Lei das sesmarias hé má, ou deve emendar-se, revogue-se, ou substitua-se outra melhor; mas não se diga que o uso, abuso, ou desuso, a pode revogar.

Permittaõ-me Vm^{ces} agora huma digressão, que talvez deveria ser o preliminar desta enfadonha carta. Todos os terrenos incultos, o são por huma de duas causas geraes, fisicas, ou moraes: na primeira classe concidero impedimentos, ou extorvos reaes, por ex. falta de meios de conducção dos productos d'agricul-

tura, falta de população, ou seja para consumo, ou seja para o fabrico das terras, esterilidade de terreno devida a accidentes extraordinarios como inundaçoens, irrupçoens, vulcanicas, &c. Na segunda, considero desprezo ou abandono da classe agricola, sua ignorancia, desigualdade nos impostos, vexames, ou martirios na sua cobrança, multiplicidade de vinculos, coitadas, taxas, &c. &c.

Discorrendo pela primeira classe, claramente se vê, que nenhuma das cauzas a ella pertencentes, está no poder dos particulares, ou novos proprietarios; e quando estivesse, a despesa necessaria não se contrabalancaria com os proveitos das izençoens: alem disso pela situação, e circumstancias particulares dos predios, se tornariaõ as obras mais gravoas para huns do que para outros, e por consequencia desapareceria aquella igualdade nos proveitos ou incommodos, que sempre se deve procurar em todas as providencias desta natureza; haveria por ex. hum terreno, ao qual pela sua situação bastariaõ 10 para o tornar produtivo, e haveriaõ outros, que nem mil bastariaõ; entretanto, dando-se esta disproporção nos meios, os resultados, pelos interesses que se offerecem, são iguaes.

Ainda me resta huma advertencia a fazer: todas estas providencias, só poderaõ convidar pessoas mais que abastadas: raras desta ordem as offerece o campo, e se algumas há, estas já não precisaõ de mais terreno; portanto estas providencias só poderiaõ convidar capitalistas das grandes cidades ou villas; assim mesmo se procuraria haver bens temporarios á custa de males muito maiores; por ex., nós veremos correrem os productos d'agricultura, ou sangue da terra por fora das suas veias (basta o que basta!!!) e derigindo-se á cabeça, formar, em vez de corpos politicos regulares, membros que tarde, ou cedo, para se conservarem precisaõ dos soccorros alheios. Veremos por tanto diminuida a população, por que veremos diminuido o numero dos proprietarios, e ainda quando vejamos todo o Reino cultivado, devêmos com razão dizer, que a classe agricola Portugueza, trabalha para humanação estranha, que vive dentro de Portugal.

Se as cauzas moraes são as que promovem a *incultura* dos predios, ellas igualmente não estão no poder

dos particulares, e em quanto ellas durarem, há de durar o mesmo mal, sejaõ quaes forem as providencias desta natureza; o mais que ellas poderaõ conseguir hé fazer productivos os terrenos incultos por certa epocha, ou seja a das izençoens, ou seja a de alguns annos mais; porem podem Vm^{ces} ficar seguros, que depois haõ de as mesmas cauzas produzir os mesmos effeitos. —Hé hum grande mal, haver tantos milhares de geiras incultas; hé hum grande bem tornalas productivas, porem deve-se examinar a origem do mal e destrui-lo ali, para se ganhar o bem.

Passo já a analyse do § 2.: permite-se aos administradores dos vinculos, o aforar os terrenos incultos delles, com as seguintes formalidades—que intervenha a authoridade do Corregedor, ou Provedor da Comarca; que seja o aforamento confirmado pelo Dez^o do Paço; e para que haja huma regra fixa, e invariavel, manda a Lei, que se estabeleça por louvados idoneos hum foro correspondente a cada geira, ou hastim de terras segundo a sua qualidade, e arvores que tiver.

Permittaõ-me Vm^{ces} mais huma digressaõ. Hoje olha-se para os vinculos como para coiza sagrada em que se não pode tocar; chegando a cegueira d'alguns J. Consultos a affirmarem, que se dá prescripção para-se respeitarem os bens vinculados, mas que se não pode dar para-se julgarem livres; que hé a sua origem primitiva! Ignoraõ estes Snrs. que dos principios da Monarquia até ao tempo dos Felipes, se seguio, que os bens dos morgados eraõ alienaveis? Ora prescindindo do tempo até que durou esta boa jurisprudencia, nenhuma duvida podia haver da faculdade livre que a nossa lei concedia para se poderem aforar pelos Administradores os bens vinculados. Veja-se sobre capellas a Ord. L. 1, Tit. 62, §. 46, e sobre Morgados o L. 4, Tit. 41.

Naõ obstante esta legislaçaõ houveraõ J. Consultos, que não duvidáraõ dizer, que os aforamentos involviaõ a alienaçaõ de hum dominio, e como as alienaçoens dos bens vinculados eraõ prohibidas taõbem o deviaõ ser os aforamentos; e nisto (hé a expressaõ de hum sabio Portúguez, a cultura, a povoação, e os rendimentos dos mesmos Morgados soffreram tanto como de huma invasaõ de Arabes. Até que veio em 1611 o

regimento do Dezº do paço, e faz dependente deste tribunal os aforamentos dos bens vinculados; porem este regimento não revogou a lei das sesmarias, a qual sobre bens iucultos, fosse qual fosse a sua natureza, ficou em perfeito vigor; e note-se que esta lei tão saudavel, e justa não izentou dos tributos existentes os bens novamente cultivados—§ 13. Posterior á esta legislação, nós temos a lei de 27 de Novembro de 1804, que permite aos administradores o aforarem até 10 geiras de terreno, posto que vinculado, inculto.

Sabido isto, note-se, que a nossa lei neste § 2, não só se calou a respeito da de 1804, sendo lugar muito proprio para della fallar, mas coartou muito a liberdade que aos administradores, e ao publico nella se dava; por que nesta, sem dependencia de provizaõ de licença ou confirmação do Dezº do Paço, se permitem semelhantes aforamentos, e posto que o numero de geiras seja taxado, e pareça curto; com tudo estas porçoens são bastantes para os pequenos proprietarios, classe, cujo numero convem favorecer e augmentar; alem disso a lei facultando fazer aforamentos, destas porçoens não prohibe a repetição: tal hé porem o effeito das cauzas moraes e fizicas, que tanto influe sobre a desgraça da nossa agricultura, que havendo tão boas providencias na referida lei de 1804, como ellas não remediavaõ a origem dos males, pouco ou nenhum proveito tem resultado.

Ora dispensando a lei de 1804 todas as formalidades, pelo contrario á nossa de 1805, fas dependentes os aforamentos da auctoridade do Corregedor ou Provedor, e da confirmação do Dezº: alem disto, requer hum foro arbitrado por louvados idoneos. Todas estas formalidades são grandes estorvos ao augmento dos pequenos proprietarios, sem os quaes não há riqueza nacional agricola; digo, que são estorvos, por que nestas diligencias dos magistrados do Dezº, e dos Louvados, se gasta tempo, e dinheiro, de que os miseraveis Lavradores carecem. E para que será este requezito da confirmação do Dezº quando se dispensou outro, que seria mais necessario, qual era a audiencia do immediato successor. Se hé necessario convir o Dezº, seja antes do aforamento, á vista das informaçoes, e diligencias, que se tiverem feito, se a

confirmação hé de mera formalidade (pois ignora-se, se a falta influe, ou não nulidade) para que hé sугeitar os proprietarios á mais hum encargo do qual nenhuma utilidade provem, ou ao publico em geral, ou aos vinculos em particular?

Confesso, que não posso comprehender a ultima parte do § 2, ainda que me demore por isso mais, heide transcrevê-la “e para que haja huma regra certa, e invariavel, na formalidade destes emprazamentos, se determinará por louvados idoneos, o foro que deve ter huma geira ou hastim de terras segundo a sua qualidade, e arvores que tiver.”

Nada direi sobre a fraze “na formalidade” que parece, senão repugnante, pello menos superflua: Ignoro o que se quer dizer por “louvados idoneos” por que devendo ser os da camera, todos são, pello menos todos se devem reputar ser, legalmente *idoneos*; por que todos são nomeados, e ajuramentados pellas cameras: se a lei não trata destes, então ainda crescem mais difficuldades por ex. por quem, quando, e como se haõ de nomear.

Ignoro igualmente se a lei quer, que estes arbitramentos precedaõ, acompanhem, ou sejaõ posteriores aos aforamentos, por que em qualquer das hypotheses, se encontraõ tantas difficuldades, e contradicções com a lei, que têmõ enfadalos repetindo-lhas: e o que será dizer “em cada geira, ou hastim” e não fallar nas outras medidas uzadas em Portugal? Querer que haja huma medida de preço certa e igual para cada geira ou hastim, hé o mesmo, que dar por certo serem os terrenos em toda a parte, iguaes em posição, e qualidade, quando hé coisa muito sabida, que no mesmo citio existem muitas vezes muitos terrenos muito dissimilhanes, sejaõ quaes forem os accidentes; por que se comparem.—E se nos aforamentos faltarem todos, ou parte destes requisitos, seraõ, ou não seraõ elles nullos?—Isto hé o que tambem se ignora. Deixo em fim de refletir sobre a ultima fraze “e arvores que tiver” hypothese que repugna com a hypothese geral de *incultura*.

Passo já ao 3º §, e fiquem persuadidos que neste não há menos obscuridade, que nos outros desta lei. Torno a repetir, que os nossos respeitaveis Portuguezes

dos primeiros seculos não idolatravaõ tanto os bens vinculados, faziaõ-nós responsaveis por dividas dos administradores, e para seu pagamento se arremattavaõ. Correrão os tempos e com elles o fatalissimo respeito á Morgados (fallo dos bens vinculados) porem não foi elle tal, que a nossa ord. no L. 4, Tit. 101, não faça responçaveis os rendimentos de dois annos subsequentes á morte do administrador, por dividas por elle contrahidas á beneficio do Rei, ou do Reino, na creação, e educação de seus filhos, soldadas, cazamentos seus, ou de familiares, e nas bemfeitorias dõ Morgado; e para legalidade destas dividas não se exigem provisoens, e ficaõ na ordem de qualquer outro credito com a simple differença que negando-se o pagamento pella natureza dos bens, o credor ganha, logo que prove alguma das circumstancias assima referidas: ora sendo assim parece, que a nossa lei, em vez de facilitar difficultou ainda mais os empréstimos a favor dos Morgados. Antes de entrar neste exame, observo a expressão da lei, quando diz “ terras incultas, ou aproveitando as perdidas” por este modo parece, que se faz differença das incultas absolutamente áquellas, que já em algum tempo foraõ cultivadas; e que as providencias dadas nos outros §§ são só relativas ás primeiras.

Vamos ao ponto principal: nada se diz neste § sobre a prohibição legal de se emprestar dinheiro a mais que pelo lucro de 5 por cento; e menos se trata de izentar este juro da decima; ora para se mostrar a quasi impossibilidade de achar dinheiro emprestado a 5 por cento cativo de decima, eu não recorro á bella theoria da excellente memoria do Ill^{mo} e sabio Thomas Antonio da Villanova Portugal sobre os juros relativamente á cultura das terras; chamo em minha defeza a experiencia diaria, que provará até a difficultade de se encontrar dinheiro emprestado com o juro mercantil, que hé livre de decima, e que se paga adiantado!

A lei, aponta no dito § duas providencias, huma parece derigir-se em favor d'agricultura, outra em segurança dos credores: diz ella na 1^a “ quando se mostre legalmente com audiencia do immediato successor, que o dinheiro emprestado se gastou immediatamente na dita cultura das terras, e no aproveitamento

das que estavaõ perdidas.” Confesso, que não posso entender esta condiçãõ ou clausula da lei: em primeiro lugar não me parece propria, e juridica a expressãõ, “mostre legalmente,” por que se ella se refere ao juizo, entãõ hé, “*mostrar judicialmente*” (que ainda assim não era proprio) se hé relativamente ás provas, ignoro que provas especiaes as leis tenhaõ estabelecido para este cazo, sendo esta a primeira vez que delle se trate. Requer mais a lei, que seja ouvido o immediato successor; esta audiencia de certo se suppoem posterior á contracção da divida, e depois da morte do administrador, originario devedor: por que se fosse anterior, era superflua; mas sendo posterior, e tendo já o immediato passado a ser administrador, como lhe chama a lei ainda immediato? qual será pois o immediato que não impugne o pagamento? e qual será o capitalista, que empreste o seu dinheiro na certeza legal de ter huma demanda? digo “legal” por que a lei sem isso não suppoem haver pagamento.

Segunda providencia “dando os administradores fiança idonea, a vereficarem o mesmo emprego com utilidade da lavoira dentro do prazo de dois annos.” Esta providencia parece derigir-se somente em segurança dos credores; porem eu a reputo bem superflua, não só á vista da 1^a mas por que os credores não seriaõ tão dementes, que não procurassem alguma segurança. E o que será “fiança idonea” esta só pode referir-se á alguma pessoa; sendo assim, quem hade ser o fiador desse fiador? digo que só pode referir-se á pessoa, por que querendo entender-se de coisa ou dinheiro, seria ainda mais irrisorio suppor, que tendo o administrador bens livres ou dinheiro precisasse fiança. N’huma palavra, máos administradores, não são dignos de credito, e os bons não precisaõ delles. Dir se-há que muitas vezes se recebem os vinculos perdidos, ou se tornaõ alguns predios incultos por cauzas extraordinarias; e eu responderei, que há mil outros meios de prevenir, e remediar estes; e que pondo-se em execuçaõ a lei das sesmarias raras vezes se daria lugar a esta hypothese.

Estamos chegados ao ultimo §: aqui se labora n’outro erro, pois se confundem baldios com bens dos conselho, e sem se fazer differença se manda confusamente observar as leis de 23 de Junho de 1766, e 27

de Novembro de 1804; quando esta claramente distingue hum dos outros; por que nos bens dos conselhos, manda seguir a lei de 66; e os baldios e maninhos os manda dividir pellos povos arbitrando-se o foro sem dependencia de praça.

Os baldios são dos uzos communs dos Moradores, o que faz differença de bens privativos dos conselhos; esta differença se acha feita na lei de 13 de Março de 1772. E a não se dar esta differença, quem seria tão simples, que tendo pella lei de 1804 o recurso de haver baldios e bens de conselho sem dependencia de praça, os fosse pedir pella formula da lei de 66? Que hé, fazer-se requerimento ao Dezembargo, e dar dinheiro: informar o Corregedor ou Provedor e dar dinheiro—ouvir este a camera, e dar dinheiro: vir buscar-se provisão ao Dezembargo e dar dinheiro; em fim voltar á camera e dar dinheiro; e sobre tudo sugeitar-se á que haja quem na praça offereça maior foro, e lhe innutilize todo o dinheiro e todo o trabalho!

Concluo, Snrs. Redactores que sendo muito e muito louvaveis as intencões do nosso Governo, nos deve causar magoa, observar o quam mal informado elle hé sobre os meios de conseguir a prosperidade da nossa amada patria, aurescentando cada vez mais o lustre ao glorioso reinaõ do Nosso A. Principe.

Naõ posso demorar-me mais: em concluindo huma breve memoria que principiei sobre a extincção dos vinculos, regulada pellas nossas mesmas leis, e que lhes heide remetter V^{ces} diraõ commigo, que por estes caminhos hé que se vai a origem dos males.

C. D. F.

Replica “ponto por ponto” ao Relatorio Especial dos Directores da Instituição Africana.—Por Roberto Thorpe, Esq. LL. D.

Quando M. Horner declarou na Camera dos Communs, que a Instituição Africana estava preparando huma resposta, ponto por ponto, ás asserçoens que continha a minha carta escripta á Mr. Wilberforce;

eu muito folguei, na supposição que isto hia dar origem a que a materia fosse bem investigada: não podia porem então antever o summo prazer que depois experimentei ao ler o sobredito Relatorio; por quanto este contem huma confissão daquillo mesmo, que elles intentão refutar, e corrobora a veracidade dos factos que elles asseveraraõ ser falsos.

Como o Relatorio forçosamente exige que exponha ao publico o meo procedimento e character, eu considero isto huma das mais felices circumstancias da minha vida, por isso que ao passo que me vou justificar desenvolverei agora certas coizas, que por certo confundirão os directores da Instituição, e que se ficassem sepultadas no silencio prejudicariaõ o meo character de hum modo irreparavel.

Eu repetidas vezes exclamei—Oxalá que os meos inimigos recorraõ á imprensa! Com effeito este meo desejo está agora realizado, e de bom grado passarei a cumprir á promessa que na minha prefacção fiz “*de que responderia cathegoricamente ao seo Relatorio Especial.*” Já há mais tempo que teria sahido á campo e exposto as falsidades desta maligna producção, se a morte de hum parente meo mui chegado não me obrigasse á estar por algum tempo auzente da Inglaterra.

Os directores confessão, que não podem desempenhar a tarefa de que foraõ incumbidos; “elles receaõ que muitos factos erroneos fiquem de necessidade sem ser refutados; e que igualmente não possaõ rebater muitas insinuaçoens falsas; estão porem muito bem persuadidos, que os factos que vão apresentar claramente mostraraõ toda a sem razão das mais importantes accusaçoens de M. Thorpe; e que estes ao mesmo tempo habilitaráõ o publico para fazer o devido apreço das outras accusaçoens e insinuaçoens.” Este modo de discorrer hé a nosso ver bem extraordinario; e appello para o publico, se os factos que elles apresentaõ, actualmente refutaõ aquellas minhas accusaçoens que elles julgaõ mais importantes; e se as minhas insinuaçoens e accusaçoens, que elles não tentaõ destruir, não se devem considerar como indubitavelmente confirmadas.—“Accusaçoens, e insinuaçoens (como elles dizem) contra individuos, cujo character faz com que

seja desnecessario defende-los da imputação de quererem illudir o publico, ou de serem induzidos por motivos improprios ou corruptos." Vem depois disto huma lista de vinte nomes de mui respeitaveis fidalgos e cavalleiros, que foraõ Directores da Companhia de Serra Leôa. Ora eu solemnemente declaro, que nunca os considerei capazes de por acinte illudirem o publico, ou de serem induzidos por motivos improprios ou corruptos; não posso porem deixar de culpar essas personagens, por não indagarem per si mesmos este negocio com toda a miudeza; por se deixarem implicitamente guiar e inganar de todo; resultando de tudo isto, que se desperdiçou huma immensa subscripção; o publico foi illudido; e sahiraõ mallogradas as melhores intenções.

Os Directores assentaõ, que as suas asserções se devem ter por verdadeiras, e que as minhas são de mui pouco pezo; por que eu cheguei á Colonia tres annos e meio depois da Companhia haver cessado de a governar; e ahi me demorei so vinte e hum mezes"

Desde Janeiro de 1808 (anno em que fui nomeado Magistrado) eu li todas as publicações que pude achar, tanto relativas á conducta dos Directores, como á dos seos subalternos; eu fiz por tirar informação de todas as pessoas que eu sabia haviaõ estado na Colonia; eu recebia mui excellentes communicações da mesma Colonia; e quando la cheguei examinei o estado em que ella se achava; interroguei os seos mais antigos e intelligentes habitantes sobre tudo quanto havia occorrido nos dezoito annos precedentes; examinei os actos judiciaes do Tribunal do Vice Almirantado; e taõbem todos os depoimentos dados debaixo de juramento; procurei obter dos chefes vizinhos, e de pessoas que haviaõ residido na Colonia, toda a informação possivel; e ouvi os depoimentos dados debaixo de juramento naquellas cauzas civis em que eu fui juiz. Eu não estava preocupado, e fiz todos os esforços para descobrir a verdade, não somente por espaço de vinte e hum mezes, mas sim por mais de sette annos; e a pezar de tudo isto as minhas asserções são de mui pouco momento comparadas com os capciosos Relatorios que os Directores tem recebido de individuos, que interessados nesta materia, tem por

consequente fabricado documentos adaptados para os seus fins. Quando publiquei a minha carta, eu não tive outra mira, senão fazer com que se entrasse em hum investigação, a qual convencesse o publico, que as personagens da Instituição Africana não eram criminosas, mas sim que se tinham deixado enganar: e eu estava esperançado, que depois dos Directores estarem inteirados desta fraude, elles desejosos de manifestarem a sinceridade das suas protestaçoens, procurariao mesmo agora po-las em execucao, a fim de que a Africa viesse ainda a gozar da felicidade que se lhe prometteo, e a Inglaterra visse as suas boas intençoens realizadas.

Os Directores porem condescendem examinar as minhas accusaçoens mais circunstanciadamente.

1º “Que a Companhia tinha hum monopolio do commercio em Serra Leoa;” elles negao isto com asserçoens não menos frivolas que falsas; e respondem que mesmo dentro da Colonia a Companhia teve desde o principio que contender com commerciantes rivaes, tanto Britannicos como Americanos; e que ella não poderia ter conservado o commercio colonial, senão regulando os seus lucros por huma escala mais moderada do que podia convir á aventureiros particulares.” Ora hé assaz sabido, que a Companhia não tinha competidores tanto Britannicos como Americanos; nem taes podia ella ter, por quanto nenhum commerciante se hiria estabelecer em hum lugar onde não achasse compradores, nem hé natural que fizesse assento em huma colonia, em que o mesmo governo era seu competidor; de mais os habitantes da Colonia não tinham dinheiro metal, mas sim papel, o qual era emittido pelo Governador, e recebido tao somente no banco da Companhia. Esta supria com o necessario aos officiaes civis, e aos seus subalternos; empeceo desde o principio a agricultura, a fim de que ella podesse empregar os habitantes já como trabalhadores, ou como soldados voluntarios; dava-lhes os salarios que bem lhe parecia, pagava-os com mantimentos ou mercadorias pelos preços que lhe convinhaõ, e os trouxe sempre pobres e descontentes, como bem o mostra a peticao* dos mui calumniados habitantes da Nova Escocia.

* Appendice No 1, Carta á W. Wilberforce, Esq.

As pessoas brancas, empregadas pela Companhia, eraõ prohibidas de commerciar, e como não podiaõ subsistir com os seus salarios, se viraõ obrigadas a retirar-se para os chefes vizinhos, ou a recorrer ao traffico de escravos; e a pesar disto declara o Relatorio "que a Companhia promettêra vantagens á pessoas de propriedade, que se fossem estabelecer como negociantes na Colonia;" o que hé falso; e se quem fez o relatorio estivesse persuadido que isto assim aconteceo; não teria por ventura mencionado com particularidade os nomes das pessoas á quem taes vantagens se offereceraõ?

Por que se deixaõ os Directores ainda illudir pelas mesmas pessoas que haõ frustrado todas as intençoens mais benevolas? Por que não recorrem aos individuos, que sinceramente desejão a abolição da escravatura, que anhelão pela civilisação da Africa; e augmento do commercio Britannico? Por que não chamaõ testemunhas, pessoalmente as interrogaõ, e fazem por descobrir a verdade ao passo que outros com tanto disvello a *querem occultar*. "Expôr simplesmente que os Directores tem averiguado estas coizas, e que estaõ de todo satisfeitos, nada vale para o publico."

"2. A Companhia fez quasi banca-rotta, por motivos que estaõ envolvidos em misterio." Para aclarar este misterio, os authores do Relatorio entraõ em huma longa e confusa exposiçãõ de factos; nós porem em poucas palavras provaremos o que avançamos. As subscripçoens dos Proprietarios, com os juros pertencentes ás mesmas, montaram á trezentas mil libras, das quaes os proprietarios nunca receberam parte alguma do principal ou juros, nem taõbem nenhuma das maravilhosas producçoens que haviaõ de vir desta *terra de promissaõ*. A Companhia recebeo alem disto do Governo cem mil libras para obras publicas; e de toda esta immensa soma de quatro centas mil libras os unicos frutos que se viraõ, quando a Companhia entregou a Colonia ao Governo, foraõ hum pequeno forte arruinado, huma Torre inutil, hum soffrivel Armazem, hum caes máo, e tres ou quatro casas em miseravel estado. Eu unicamente recommendo ao leitor que lêa a conta que vem no Appendice A. do Relatorio Especial, na qual vem supprimido todo o dinheiro dos

juros, e se omittem outras varias somas; produzindo nas receitas hum deficit de quasi cem mil libras. Examine o leitor as diversas parcellas; observe como as enormes somas de 10,000, 12,000, 13,000, 14,000, 15,000, 20,000, 25,000, 30,000, 34,000, 67,000 libras &c. estão todas carregadas em grosso e por hum modo confuso; e ficará então habilitado para julgar, se tem ou não havido fraude e espoliação. Os subscriptores perderão tudo; a Colonia nada ganhou; as promessas da Companhia não são illusorias; a Africa tem sido prejudicada; e a Inglaterra nenhum beneficio há recebido; á tudo isto porem não dão os authores do Relatorio outra resposta senão a ordinaria; isto hé, “que além de outras provas o character dos Directores seria huma garantia sufficiente contra qualquer suspeita de elles haverem feito hum uso improprio dos fundos; que se tem regularmente produzido contas claras; e que tem havido investigações sobre a materia nas Cameras dos Lords e Communs.” Lêa qualquer pessoa o Relatorio da Commissão da Camera dos Communs, em 1804, e ficará convencido da verdade e importancia do depoimento dado pelo Almirante Hallowell. No exame que então se fez, claramente se descobrem os fins da Companhia, e o como ella sempre frustrou as melhores intenções. Na verdade, quando consideramos o numero de individuos indigentes que foram induzidos á subscrever, e a grande perda que soffrerao; não podemos deixar de accusar de muita insensibilidade os que tem tido o manejo deste negocio.

3º “Os melhores creados da Companhia se virão obrigados á procurar estabelecimentos debaixo dos chefes naturaes do paiz.” Messrs. Carr, Leigh, Gray e Macmillan erao tidos por hums dos melhores; e estes junto com outros se virão obrigados á partir, como eu já mencionei, positivamente em procura de subsistencia. Muitos delles estão vivos; chamem-nos; examinem-os; e mostrem, se o que assevero hé falso. O Relatorio Especial diz:—“Que os grandes lucros do commercio dos escravos, induziraõ os creados da Companhia á recorrerem á este traffico; não obstante estes se haverem ligado por huma escritura de nunca fazerem tal commercio. Ora se a Companhia com tanto fervor desejava abolir o traffico de escravatura, por

que razão não fez executar o castigo merecido pela violação da escriptura? Hum destes individuos hé o Agente de Mr. Macaulay em Serra Leoa, outro hé presentemente *Sheriff* na Colonia, e o terceiro mora perto, e repetidas vezes visita este lugar; claro está que a Companhia não se atreve a executar o castigo, com receio que isto de origem á muitas investigações desagradaveis.

Os authores do Relatorio concluem esta parte da sua replica com o seguinte dito picante: “Esta predilecção pelos negociantes de escravos, hé bem perceptivel em muitas partes da Carta de M. Thorpe.” A isto respondemos; que o réo, que se acha criminoso, procura muitas vezes escapar uzando de recriminação!

4º “M. Thorpe accusa a Companhia de não haver cumprido as promessas feitas aos Colonos de Nova Escocia.” Eu me refiro á Petição que vem no Appendice 1, da minha carta escripta á Mr. Wilberforce; e appello para o Tenente Clarkson, homem de probidade e fide digno, e que fez as promessas em nome da Companhia em Nova Escocia, para que diga se taes promessas tem ou não sido desempenhadas? Os authores do Relatorio mui engenhosamente corroborão a minha asserção, introduzindo hum paragrapho de huma carta minha escrita ao Governador Maxwell, em data de 16 de Maio de 1812, o qual prova,—que a promessa feita pela Companhia de dar á cada Colono de Nova Escocia vinte geiras de terra, á sua mulher dez, e á cada filho cinco, foi executada pelo Governo de S. M. vinte annos depois da promessa ter sido feita, e quatro annos depois que a Companhia havia entregue a Colonia. Assim quando a Companhia já nenhum interesse tinha em empecer a cultura das terras, e conservar os colonos em estado de vassallagem, os authores do Relatorio procuraram então mostrar a sua benevolencia, asseverando que esta fizera com que Lord Liverpool facilitasse a doação das sobreditas terras, porem “que só tres ou quatro pessoas as haviaõ pedido;” quando pelo contrario quasi todos os colonos, suas mulheres, e filhos fizeraõ esforços para alcança-las mesmo antes de possuirem dinheiro sufficiente para as propinas necessarias a fim de obterem as mencionadas

doações. Assim tanto a liberalidade da Companhia, como a veracidade do Relatorio são assas conspicuas.

5º “Que os instrumentos de lavoura eram defficeis de achar; e que o seu preço era exorbitante.” Lêa o leitor a Petição dos Colonos de Nova Escocia, a qual mostra que a Companhia promettêra carregar só dez por cento, e com tudo carregou mais de cento por cento, logo que o Tenente Clarkson voltou para Inglaterra; e muitos individuos podem provar, que em diversos artigos carregou mais de duzentos por cento. Daqui claramente se vê, que hé só a avareza da Companhia que se devem attribuir a falta e carestia de instrumentos ruraes; e o dano que disto resultou á lavoura.

6º “M. Thorpe assevera que a Companhia por motivos interesseiros desanimára a agricultura na Colonia.” Este hé hum facto bem notorio. Se ella desejasse fomentar a lavoura, deveria logo desde o principio ter concedido sesmarias; por quanto quem havia de cultivar terreno bravio, a não ser propriedade sua? A fim de corroborar a asserção de que os creados da Companhia se esforçaram por fomentar a agricultura, o Relatorio Especial traz o extracto de huma carta do Governador Thompson, escrita á Lord Castle-reagh poucos dias depois de haver chegado a Colonia; na qual, porem, o Governador nada diz a respeito da agricultura do lugar; mas já que a Instituição tanto se estriba nesta excellente authoridade, eu passo a dar o extracto de huma carta que o mesmo Governador escreveo hum anno depois de haver chegado á Colonia, sobre o estado em que então se achava a sua agricultura. “Forte Thornton, Serra Leoa, 14 de Agosto de 1809.—Eu estou de todo convencido, que os Agentes da Companhia de Serra Leoa *virão claramente que lhes fazia conta*, que a Colonia não fosse cultivada. Hé verdade que na apparencia elles pareciam fomentar a agricultura; não se descuidavam porem de pôr de outro lado hum forte contra pezo. Quem por ventura se entregaria á lavoura, a não ter a certeza que as terras que cultivasse, seriam propriedade sua ou de seus filhos? Quem se entregaria á lavoura, quando por falta de huma força sufficiente para fazer os colonos

respeitados dos naturaes do paiz, ninguem se atrevia a sahir fora dos muros da villa, com receio de ser assassinado? O que mais ainda corrobora esta minha asserção hé que os Agentes da Companhia eraõ quasi os unicos que commerciavaõ em fazendas Europeas e Americanas. Os habitantes que não estavaõ empregados na lavoura, se viaõ forçados a recorrer á outro qualquer trabalho, (principalmente as obras publicas) pelo que recebiaõ *dinheiro papel*. Este dinheiro papel eraõ elles obrigados a trocar por fazendas dos Agentes da Companhia para com ellas comprarem arroz dos naturaes do paiz. Se a Colonia produzisse arroz, já os Agentes não podiaõ entãõ achar taõ boa venda para as suas mercancias. Não hé por tanto para admirar que elles não promovessem a agricultura. Muitas das suspeitas e calumnias inventadas pelos Agentes se devem attribuir aos mesmos fins sinistros. Quando eu por exemplo mandei huma partida dos Naturaes de Bambarra fazer assento nas montanhas (medida esta que deo hum golpe mortal nos seos planos, visto ser taõ essencial para o augmento da agricultura na Colonia) disseraõ-me elles que eu hia organizar huma porção de ladroens, que roabariaõ as suas plantações de mandioca; (e era esta a unica coiza que podiaõ roubar) que os naturaes do paiz hiriaõ em pouco tempo ajuntar-se á elles; em fim tinhaõ outros mil receios deste calibre." Este extracto evidentemente confirma a minha asserção; e o mais singular hé que vem de huma authoridade citada pelos mesmos authores do Relatorio Especial. Resta-me so mencionar hum facto, que traz o *Philanthropista* de Julho de 1815, para de todo convencer o leitor sobre a materia. Nesta excellente obra vem á pag. 245 huma conta exacta da porção de terreno cultivado por cada individuo; a qual no todo monta á 593 geiras; pertencendo 250 ao Governador Maxwell, e 50 á Mr. K. Macaulay. Estas 300 geiras eraõ propriedade da Corôa; há pouco porem o Governador Maxwell e M. Macauley as obtiveraõ; e nellas empregãõ os negros que haõ sido aprisionados, sem com estes fazerem despesa alguma em sustento, roupa, e salarios; entretantõ que do producto do seo trabalho derivaõ consideravel lucro; sendo hum facto assaz sabido, haver o Governador Maxwell vendido aos

navios postados naquella costa hum arratel de *yams* por dois *pence*, ao passo que os vendedores de hortaliça não pediaõ mais que *penny* e meio. Pelo que fica exposto podemos formar huma exacta idea do estado da agricultura da Colonia; por quanto vemos que tirando as fazendas do Governador Maxwell e M. Macauley, temos que dividir entre dois mil colonos trezentas geiras de terreno cultivado, vinte e dois annos depois que o estabelecimento principiou. O Philanthropista entãõ observa á pag. 246, “ Levamos summamente a mal as diligencias, que se tem feito para attribuir as consequencias de máo manejo á depravação e viciosa disposiçaõ dos colonos; estes tem tido numerosos obstaculos contra que lutar; e devemo-nos recordar, que as promessas feitas aos colonos de Nova Escocia antes de partirem de Halifax, não tem sido até o dia de hoje desempenhadas.”

O Relatorio Especial declara entãõ “ que a Companhia fielmente comprira as promessas que fizera áquella pobre gente;” e com ufania assevera, que ella gastára milhares de libras em mante-la; quando pelo contrario a Petiçaõ dos Colonos da Nova Escocia expressamente affirma “ que a Companhia não desempenhára as suas promessas, e que havia carregado hum preço excessivo por todos os artigos dos seos armazens, em violaçaõ do ajuste que se havia feito.” Fauconbridge na sua descripçaõ de Serra Leoa, diz á pag. 159, “ que a Companhia pagava aos Colonos de Nova Escocia doze xellings cada semana por trabalho, dos quaes subtrahia quatro xellings por mantimentos, e carregava hum preço exorbitante por fazendas de má qualidade.” Hé hum facto incontrastavel, que o tratamento que os Colonos recebêraõ da parte da Companhia fez com que elles se revoltassem; e a pezar disso depois de vinte e cinco annos, esses puros Christãos, e verdadeiros moralistas spontaneamente calumniaõ a pobre e bem intencionada gente, que por tão longo tempo trabalhou para elles, e sem cujo trabalho elles não poderiaõ ter continuado o estabelecimento da Colonia.

(Continuar-se-ha.)

*EXTRACTOS das Cartas de Joze da Cunha Brochado,
escriptas de Lisboa ao Conde de Viana.*

(Continuados da pag. 330 do No. antecedente.)

Carta de 19 de Maio, 1708.

Ex^{mo} Snr.—Esta carta serve como de errata á outra que hoje escrevi a V. E. Não há duvida que não vem Princeza para o Snr. Infante, e a razão ou pretexto hé que a destinada para elle, chamada Magdalena, era doente, e sempre indisposta de varios accidentes; e esta materia está decidida, segundo me dizem agora, e V. E. o saberá melhor. Taõbem me dizem, que ao Snr. Marquez de Marialva se encomendaram as equipagens, e mais couzas pertencentes a aquelle estado: o dito Senhor entrou de semana, por que o Snr. Marquez de Alegrete necessita de tomar alguns remedios. Taõbem-se falla em toirinhos, e tudo hé galhofa; mas eu não sei por onde anda Bay. Lisboa, &c. &c.

Carta de 26 de Maio, 1708.

Na vespera do dia em que fez annos o Snr. Infante D. Francisco houve comedia no seo quarto, a que assistio S. M., e hontem houve beija-mão na Corte com muita gala, e muito alvoroço em graças da felicidade deste dia. S. A. fugindo aos applausos e aos obsequios, partio pela manham para Alcantara, aonde toireou com universal contentamento de seos creados e assistentes.

O Snr. Marquez de Alegrete veio a sua caza a tomar alguns remedios de precaução, e torna hoje ao martirio da semana, em grande alivio do Snr. Marquez de Marialva.

Aqui se fala tanto na breve chegada da futura Rainha, que creio que não somente oigo os repiques de haver chegado, mas de aver já parida; e não há outra coiza em que se falle.

Ainda se não decidio a controversia sobre a precedencia entre o Conde de S. João, e o Conde de Tarouca: queira Deos que a resolução seja a tempo que este fidalgo possa hir a Campanha.—Lisboa, &c. &c.

Carta de 2 de Junho, 1708.

Justa hé a reflexão de V. E. sobre os passos do inimigo, que depois de fazer voar a praça de Serpa, parece que, fazendo o mesmo na de Moira, quer conservar a estrada livre para se juntar com o Duque de Ossuna, e emprehender alguma acção vigorosa por aquella parte. Nós passámos o Caya sem consideração, e o repassámos com muita pressa : agora estamos em outro campo depois de dar tempo e lugar ao inimigo para que fosse recebendo todas as suas forças, se hé que já tem todas para se fazer superior e formidavel. Já fizemos este erro em outra occasião, e somos delles taõ bons discipulos que nos não esqueceo a lição. Não sei se a controversia de precedencia entre o Conde de S. João e o Conde de Tarouca estará já decidida, mas em quanto aqui vejo este Cavalhero supponho que esta grande questão ainda está em juizo. Hontem se fez hum grande e completo Concelho de Estádio, que durou desde as oito horas até a huma da tarde : as deliberaçoens seriaõ taõ exornadas como a materia seria relevante, e a resolução seria qual conviesse á gravidade da materia ; assim creio firmemente, e cativo o meo entendimento em obsequio da auctoridade do Concelho. Oigo confuzamente que o Conde de Assumar propozera algumas negociaçoens concernentes ao estado dos Senhores Infantes, e que se lhe não fizera resposta, porque as taes negociaçoens, depois do seo alvitre, foraõ remetidas ao Conde de Villa maior não sem resentimento do primeiro expositor que queria lograr o fructo do seo arbitrio e descubrimto. Não sei o em que isto consiste ; supponho que pode ser algum casamento com a filha do Duque de Parma em que eu já fallei ; e fui respondido com resolução muito cavalhera ; ao menos isto serve para entreter.

As luminarias pela nova do ajuste e casamento dependem ainda da Corte de Roma, aonde a pressa não hé muito natural em suas deliberaçoens, ainda que sejaõ de tanta graça como esta.

O Snr. Marquez d'Alegrete teve vencimento nos embargos com que veio o Procurador da Coroa ao assento que no Desembargo do Paço se tomou contra Nuno

da Silva a favor do direito da Mitra. Neste recurso era clara a justiça a favor do Prior padroeiro, que se achava na posse de prover este mesmo beneficio; mas os escrupulozos não levaram a bem que El Rey nomeasse mais Juizes para julgar os embargos, que foraõ Basto, Beja, e Guerreiro: primeiro se tinha nomeado Sardinha, mas sendo averbado de suspeito se nomeou o Beja; e porque o Basto foi tambem a verbado, mandou S. M. que sem embargo da suspeição fosse Juiz. Este Decreto hé novo a favor dos Juizes da Coroa e de seos Adjunctos, mas a occasião foi soccorrida do poder, e cada um hé obrigado a uzar do que tem para conservação da justiça da sua cauza. Este incidente anda agora muito em discursos na boca dos zelozos e dos criticos.

Já os alicerces da ponte estão levantados no fundo do mar, e já os delphins eos Arioens com muzicas e instrumentos maritimos andaõ escaramuçando naquele alegre sitio em honra e festejo do Real futuro hymineo. —Lisboa, &c. &c.

Carta de 9 de Junho, 1708.

A estação de Condexa será agora de melhor vista e de maior agrado para V. E. pela amenidade e formosura do sitio: não hé assim por esta parte aonde o Tejo, misturado com o oceano, corre soberbo e turvo, o que deve ser pela vaidade comque espera portar sobre seos hombros o augusto pezo dar serenissima futura Rainha, cujo tratado, ajustado e assignado, se espera brevemente com formozas luminarias de três dias. Não sei em que termos se acha este negocio em Vienna pelas cartas deste Paquebot, que dizem ser de 8 de Maio; e geralmente corre que chegando o estado do nosso Embaxador se faria a sua entrada, e que a esta se seguiria a conclução publica desta desejada negociação. Tambem dizem que o Embaxador por ajuste que fizera naquela corte fôra visitado primeiro pelos Conselheiros d'Estado para que reciprocamente fossem primeiro visitados os Embaxadores do Imperador na nossa Corte. Esta composição hé de grande utilidade para os nossos interesses, e devia custar grande trabalho, e conseguir-se com grande

astucia e manha. Oigo que tambem em Roma tivera Andre de Mello o tratamento de enviado extraordinario, como V. E. verá do papel incluzo, em que concidero alguns inconvenientes: estas distincgoens de character deve faze-las agravidade da materia e não a qualidade da pessoa, e não sei que necessidade havia para que Andre de Mello tivesse maior character que os outros se não hé para mostrar que seos antecessores eraõ o que na nossa terra se chama—villão ruim.—Em fim tudo está muito bem feito, e com maduro conselho.

Celebrou-se a procissão do Corpo de Deos, aonde vi huma vez toda a Capella Real magnifica e numeroza, porem não me contentou a ordem com que marchara El Rey e os seos cavalleiros, aonde tudo era desordem, confusão, e horror sempiterno. Na Sé houve hum tropeço no cerimonial das varas do palio, por que na vara em que devia pegar o Prezidente da Camera pegou o Marquez de Fontes: dizem que o Prezidente não requerêra a reposição no seo direito, mas que altamente se queixára desta usurpação, em que eu creio não houvera proposito formal da parte do Marquez, assim pelo estilo continuado como por huma resolução expressa do Snr. Rey D. Manuel. O Prezidente se absteve, e foi no Corpo da Vereação; e a vara que vagou foi levada pelo mesmo cavallhero andante de Marzagaõ. Até agora não houve demonstração.—Lisboa, &c.

Carta de 16 de Junho, 1708.

As cartas do Alemtejo não dizem coiza alguma que mereça reflexão, porque os campos são os mesmos e as forças não se acrescentaõ. Temos perdido alguns cavallos, e alguns combois, e não faltaõ doentes e desertores. Moira tambem voou com bastante ruina da igreja das religiosas; e ainda que a praça ficou abandonada e sem presidio prescreveram aos moradores algumas leis, e capitulaçoens, como se estes ficassem em estado de se defenderem contra seo antigo possuidor; em cuja irregularidade dizem que obrára maravilhas Francisco de Mello. Por esta maneira vejo que a campanha não há de ser tão sangui-

nolenta como hé calmoza. Taõbem oiço que a ordem não hé muita, e que os cabos são todos toireadores noviços; e sobre isto escrevem algumas couzas que fazem lastima; porem por cá não há grande occasião para rir, e a terra, corrompida pelo peccado original do *primeiro homem*, não produz mais que abrolhos e ortigas.

V. E. bem sabe que João de Souza era opositor a hum officio da Chancelaria que rendia 80 ou 90 mil reis; e tendo pára esta mercê bastante serviço e merecimento, foi excluido pela Meza do Dezembargo do Paço, e votaram todos aquelles ministros em hum Antonio Bahia, porque o Snr. Infante D. Francisco assim o ordenou.—Lisboa, &c.

Carta de 23 de Junho.

Com razão suppoem V. E. que a estas horas estará El Rey recebido, por que a pressa com que este negocio se dispoem vence todas as difficuldades, ou ao menos faz ceder de todas as cerimoniaes, ainda que estas sejaõ de substancia, de decoro, e de honestidade. Hoje me dizem se levanta o mastro para os toiros, e isto, ainda que seja com antecendencia, hé hum sinal vehemente de grande festa, e de grande tranquillidade nos negocios publicos, e na segurança do Estado. Andam taõbem branqueando o Paço por fora e por dentro; e tudo hé candido e risonho, tudo gracioso e puro. A grande ponte do Forte já começa a apparecer, e a subjugar o Tejo; nobre enveja e saudade do Dauubio.

Continuaõ as obras do Paço, e já vemos huma grande e bela caza para os negocios do cabido, que se fez na que era livraria; e em todas as janelas daquelle frontespicio se metem grades com sacada. Pinta-se o corredor que vai ao Forte. Os Senhores Camaristas passaõ para a Secretaria velha. A Caza do Conselho da Rainha tambem serve para uzos do Paço, e tambem dizem que a Junta dos tres Estados e a contadoria se distinaõ para os mesmos uzos. Parece que o Snr. D. Francisco não deve ficar no seu quarto, porem elle não faz deligencia por outra habitação, nem quer mudar-se para Corte Real.—Oiço porem que não há dinheiro;

que a caza da moeda está extincta; que o sal se derreteo: pede-se emprestimo a Luis Correa e a Tenorio, e até as esmolas para a caza de Jerusalem servirão para a magnificencia desta funcção. Vão-se pagando as decimas ecclesiasticas, e sobre a repugnancia de alguns cabidos tem havido algumas indicações despoticas, contra as intenções de S. M., que sabe muito bem que este subsidio hé bom quando se postula, e máo quando se extorque. O Snr. Arcebispo de Lisboa mandou a El Rey 10 mil cruzados, dizendo lhe que os podia dispende como quizesse, e no que quizesse. Não entendo que este socorro ecclesiastico passe de 150 mil cruzados; e isto, e muito mais gastou ainda agora El Rey em cortinas para os quartos do Paço. Não hé porem tão injusta esta prestação, porque o clero de Portugal não costuma gastar em melhores uzos o patrimonio de Deos. —Lisboa, &c.

(Continuar-se-haõ.)

LITERATURA ALLEMAM.

As Analogias (die Gleichnisse) de Carolina Pichler.

IV.—O Amor-perfeito.*

Querida amiga, se amas a tenra florinha, *Amor-perfeito*, e desejas colhela, accompanha-me ao jardim, adereçado nas sombras crespulares do bosque,

* *Amor-perfeito* não hé propriamente a planta, que em Allemaõ se chama *Vergissmeinnicht*; mas damos-lhe aqui este nome por conservar-mos a *Analogia* moral, que se deriva daquelles dous vocabulos—Portuguez e Allemaõ,—aqual ficaria transtornada pela exactidaõ Botannica. *Vergiss-mein-nicht* quer dizer pouco mais ou menos—*naõ-te esqueças-de mim*. Esta planta em Portuguez chama-se *Carvalhinha*, segundo Vieyra. *Germendrea* em Francez, hé huma das Labiadas.

sobre as bordas da fonte. Os *Amores-perfeitos* não gostam dos caminhos publicos, onde qualquer passageiro pode vêlos, e apanhalos; elles evitam os raios muito-ardentes do Sol, nem brotam nos canteiros floridos, onde refinadas estufas de plantas, e vegetaes heterogeneos se ostentam com elegancia inutil. Mas aqui nas margens do prestadio arroio, que serpeando abençoado humedece as campinas, onde arvores fructiferas reflectem sobre elle os carregados troncos, em quanto as raizes absorvem seu humor puro, aqui brotam os *Amores-perfeitos* aos centos. Crescidos graciosamente sobre a pingue relva, elles debruçam com amizade suas flores azues-celestes, e botoensinhos palidos-vermelhos sobre a cristalina torrente.

Procuras tu, joven donzella, verdadeira amizade, e fiel amor? Então deixa o esplendido tumulto do grande mundo, não frequentes os theatros, os festins, para achares o homem bom, nem vêles noites nos estrepitosos bailes, em procura de hum coração sensível, nem esperes encontrar nas ostentosas salas da etiqueta a verdadeira sensibilidade. Ali, onde se escarnece do sentimento profundo, e a propriedade do character hé tomada por grossaria, onde se ama somente o que está em uzo, e se despreza o que não tem influencia, ali não habita a reservada amizade, e o amor envia so áquelles logares os seus envenenados farpoens. Mas na escuridade da silenciosa vida domestica, apart do alegre trabalho, e practica philanthropia, apart dos moderados prazeres, onde a sam consciencia se arraiga, hé que habita a verdadeira amizade, e fiel amor, rodeado do risonho choro das virtudes domesticas, e preenchidos deveres. Ali, ó joven donzella, podes tu procura-lo, mas para o achar, procura merece-lo.

V.—*As Favus.*

Tenho hum particular prazer em passear na Primavera por entre os comeros plantados defresco, ou por entre os arbustos folhados de novo. Como tudo germina, brota, e se ensaia para a vida! Os entumecidos gomos rebentam; aqui se apinham tenras encrespadas folhas dos rôtos cazulos, ali vecejam reverdecidos ar-

bustos, e arvores cobertas de flores. O Escarabeo, o Mosquito, as Lagartas, e Borboletas, vôão, saltão e se arrojaão, recém nascidas, e a seu modo felizes, ao raio, quente do Sol. Tudo está cheio de vida, cheio de mocidade; e o prospecto da remozante natureza enche o coração, não preocupado de rizonhas esperanças.—Ellas não se limitaão so á este mundo. Vede, como sobre estes canteiros a força fecundante se mostra poderosa nas pequenas plantas, e ao espirito amigo de aprender dá as primeiras e mais doces liçoens! Dez dias são passados, depois que o Jardineiro lançou as favas ao seio de terra. Não observas os pequenos torroens, que se levantaão alternadamente em regrados entremeios, onde se destingue o quer que hé de verde! Pois este verde hé a tenra plantazinha das favas; pegadas ainda humas ás outras jazem as suas pequenas folhas, e o seu caule se ergue hum pouco inclinado, como o pescosso do Cysne, e traz no curvado tope o germen materno, donde rebenta, e tira o seu primeiro sustento, até ser assaz forte para de novo germinar em o seio da terra. Agora está elle firme, e poderoso, e sahindo della, se abre caminho para o reino da luz. Vede, como elle tem arrombado o seu tumulo, e se a rôta lapide jaz ainda a seu lado bem depressa hade elle sobrepujala; e entaõ ostentar-se em juvenil belleza, cercado de aureos raios, e tepida atmospherã!

Nem posso eu olhar as plantas rebentando de suas covas, sem recordar a pintura daquella mãe, que se vê com o filho levantar-se da estalada campa, e glorificada e ditosa depois das afflicçoens desta vida, subir para mais venturoso mundo;* e esta analogia enche o meu coração de hum agradavel presentimento. Nós tambem hum dia, como estas sementes, seremos dados ao seio da escura terra, e como ellas havemos surgir do seu seio, e reverdecer nesse mundo de primavera eterna. La nos receberaão ares mais puros, e ao brilho de hum sol mais bello dezabrocharaão contentes os germes, que aqui de ordinario chegaão quando muito a dar flor, mas nunca fructo.

* Hé este o quadro do tumulo de Madama Langenhaus, que se acha em Kindelbank na Suissa, se menaõ engano.

VI.—O Valle.

Naõ, caminho nenhum continua por entre estes ameaçadores rochedos! Aqui devemos nós ficar, ou retroceder, disse eu para a minha Companheira, quando nos achámos no pequeno recinto de hum estreito Valle, cercado de inaccessiveis montanhas; onde so rochedos, parte escabrosos, parte despidos, parte cobertos de sombrio arvoredos, se apresentavaõ aos olhos, de maneira que nenhuma sahida offerenciaõ. Bem de pressa a nossa situação se tornou ainda peor; o pequeno atalho que nos derigira, se abismava agora á certa distancia diante de nós em huma profundidade, e desaparecia de todo. Nenhuma senda parecia ter existido depois do diluvio por aquelles densos pinhaes, nenhum caminho trilhado, cabana, ou lugar mais claro no Bosque! Affligio-me entaõ o haver penetrado taõ perto da temerosa profundidade. Mas quam agradavelmente nos sorprendemos, quando vimos na proxima encruzilhada do caminho, que nenhum precepicio se abria diante de nós; mas que o terreno descia gradualmente! Já sobre o opposto outeiro se mostrava hum esbranquiçado carreiro, que se perdia no Bosque. Era hum caminho, seguimo-lo; elle porem se alongava de outeiro em Valle, por bosques o rochedos, entre duas montanhas, que tocavaõ os ceos, e que ao longe me parecêraõ so huma, e logo nos trouxe a hum lugar habitado, e sobre a grande estrada.

Oh Providencia, que de hum modo incomprehensivel conduzes a nossa sorte. Como podia eu aqui admirar em pequeno hum quadro dos teos caminhos! Muitos vezes tu nos deixas por nossa culpa, ou encadeamento de circunstancias vir a situação, em que nós so pensamos ver longa miseria, e incessante calamidade; comancia muda esperamos nós o golpe da morte, que deve decidir do nosso destino, e roubar-nos toda a esperança de contentamento. Mas eis subitamente tua dextra maternal abre hum mais claro prospecto aos nossos olhos; tu nos apontas hum seguro caminho sobre os desfiladeiros, que nos cercaõ, teces novamente muitos fios da nossa antiga felicidade, e por meio de perigos e miseria nos trazes ao regozijo do Salva-mento.

VII.—*O Ninho do Pintarrôxo.*

Tu queixas-te, querida Amiga! dos muitos cuidados, e indesejáveis lidas, que teos filhos te occasionão; como hes agora obrigada a estar sempre em caça, e a renunciar á muitos Prazeres, e a final por tantas penas, por tantos cuidados nenhuma reparação, nenhuma recompensa tens que esperar; sim, tu quizeras muitas vezes antes ser solteira. Vem comigo, minha Cara! Eu quero levar-te a Sebe, onde o Pintarrôxo tem o seu Ninho, que nós as vezes ambas vizitamos, e ouvimos attentas o doce canto da boa Avezinha. Vede, como vazio está o Ninho!—Os filhinhos o abandonárao—La esvoação elles sobre o prado com inexpertas azas, ainda inhabeis e fracos; tão pequenos! que mal vão enpennando. Os pais vôão a roda d'elles, e lhes mostraõ, como devem dirigir o vôo. Talvez a manham os dirigaõ pela ultima vez, e voltem solitarios para o Bosque! Com que infatigavel paciencia jazeo a esposinha sobre os ovos, os bellos dias da primavera! Quam voluntaria renunciou ella á todos os regozijos das vecejantes campinas, e se limitou sem pezar, e sem saudade aos mais puros prazeres de seu pequeno ninho! O bom consorte lhe prestou fiel companhia. Logo que elle o construiu nos abastecidos ramos, cantou a mais bella canção, que a sua pequena garganta lhe permitia; voou taõbem logo a procurar os saborosos grãos, e os depunha ao pé da esposa para adequada comida, ou em vez d'ella se assentava ajudador sobre a ninhada, em quanto a Mãe terna hia taõbem procurar alguns pedacinhos de sustento. Que exemplo tocante do amor paterno, e do materno amor! Mal que os filhinhos sahiaõ da casca, os pais lhes traziaõ alternadamente a comida, ou os aqueciaõ com as abrigadoras azas. Piando recebiaõ elles o sustento, que os progenitores lhes haviaõ procurado com alegre fadiga; e quem pode descrever as ancias, que o bom volatil soffria, quando o Falcão voava perto dos arbustos, em que jazia occulta a sua cara metade? Os vôos anciosos, os guinchos afflictivos, o heroico sacrificio, com que a Mãe se apresentava sobre o Ninho, para interceptar o golpe desta Ave carniceira; a indiscreta ouzadia do Pae, que guinchando quizerá

provocar so contra si o seu superior inimigo, e a final a alegria, quando o Falcão tem passado, e não foi descoberta a sua ninhada? E tudo isto para que? Por que esperanças, sobre que ideas de paga, e de recompensa? A penas os filhos commençaõ a enpennar, os paes os levaõ fora do ninho, ensinaõ-nos a voar, buscaõ-lhes o sustento, e regozijaõ-se com estes cuidados, afflicçoens, e sacrificios na certeza de haverem seguido a voz da natureza, e deixado a seos filhos o alegre gozo da primavera.

E deve huma Mãe, que Deus alem das affeiçãoens, que poz taõbem no seio das Aves, prendou de mais com a razão, deve ella “obrar com mais Egoismo, fazer menos pelos seos filhos, que huma Ave irracional? Não, minha Cara! Não deixes a pintura do bom Pintarroxó sahir da tua alma. Não deixes que as loucuras da moda, e os arraigados perjuisos te estorvem a seguir a voz da natureza. Nutre o pensamento sempre vivo, de que a mais bella e propria designação da mulher no seu mais nobre sentido, hé ser Esposa e Mãe; que os filhos não existem para amor de nós, mas nós existimos para amor dos filhos; que a Providencia confiou a nossas maons estes caros penhores, não para nos divertir-mos com elles na infancia, nem quando crescidos, para serem o instrumento de nossos designios particulares; mas, por trabalhosa e pezada que seja a tarefa, guialos á felicidade pelos caminhos da virtude. Foi por isso, que Deus inflamou no femineo peito o mais poderoso de todos os affectos, o maternal amor; por isso nos dotou elle com huma paciencia invencivel, huma silenciosa e passiva coragem, que se não encontra no sexo mais forte. Este amor nos dá força mais que varonil para soffrer e aturar; elle nos ensina a voluntaria renuncia dos prazeres, que se oppoem a nossos deveres; manda-nos dar sempre, e nunca reclamar; manda-nos estribar para a meta da nossa carreira, no grande e exaltador pensamento, que temos obedecido aos decretos da Providencia, e prehenchido os nossos deveres. Mesmo quando inescrutaveis destinos nos arrancaõ dos braços os queridos filhos, quando vinculos e separaçõens nos roubaõ na velhice as consolaçoens e ajuda de nossos filhos, entãõ o verdadeiro amor materno não deve murmurar, nem ter

por pequena recompensa seos cuidados e dores, nem por infructiferos os seos trabalhos. Sim, a felicidade materna não era o objecto, a materna designação perfeitamente se completa, quando os filhos são felizes—quando elles são virtuosos.

VIII.—O Arco Iris.

Passou a severa tempestade, lá se desconjunta no occazo esse negrume, por entre o qual o sol cadente lampeja; e as negras nuvens parecem incendiar-se. Seos raios obliquos alagaõ agora o jardim com torrentes de ouro—sobre as escuras espaldas da tempestade fugitiva elles brilhaõ deslumbrantes—com magica illuminação. Que entusiastica vista! Quam poderosa falla em taes momentos a natureza ao coração docil, e irresistivel nos attrahe a seos braços! Saiamos com prazer, minha Querida! Ficaremos nós encerradas entre estas paredes? Vem, hiremos observar os alegros campos. Vede! vede! Lá no escuro oriente defronte das luminosas ondas está o Arco da Paz, a ponte colorida; e todo o seu animado brilho se reflecte na invertida ordem das cores, sobre o pardo-sombrio negrume. Regozija-te o bello espectaculo? Vês o radiante lustre; e contigo agora centos de homens voltaõ seos olhos para o Oriente. Com tudo,—o que hé bem singular—com tudo, nenhum d'elles vê o mesmo Arco-Iris. Para cada hum elle brilha diversamente, para cada hum começa e termina em varios pontos, segundo o Espectador está colocado entre o sol e o negrume. Ainda mais, nunca mortal o chegou a tocar, nem a descobrir, onde pouzaõ seos pés assombrosos. Se ouzas procuralo alem nos campos sobre aquella arvore, cujo tronco te some o seu variegado colorido,—nada encontras. O brilho radioso foge, a proporção que te a vezinhas, e sempre diante, sempre mais longe deti, o vês fluctuando, sem jamais lhe chegares.

Naõ te exprime este quadro huma decidida analogia? Naõ se offerece á tua alma huma clara e distincta feição da vida humana? Que hé isso, que brilhando com as puras cores do céu ondea a nossos olhos? Que sem descansar proseguimos? Que cada hum olha

diversamente, e diversamente procura? Que irresistivel arrasta cada hum, e que ninguem alcança? Hé isto a felicidade do homem! Sim, ella hé hum bello e brilhante Arco-Iris: tão encantadora—tão magica como elle, vista ao longe—e ao perto vapor sem entidade—oca illuzaõ—de figura differente para cada hum. Por cada hum tomada, como realidade—e com tudo distante sempre de todos—sempre inattingivel.

SCIENCIAS.

Nova Exposição dos Progressos que tem feito as Sciencias no anno de 1815.

Os nossos leitores estaraõ lembrados que no anno de 1814 demos a descripção dos progressos que as Sciencias haviaõ feito no anno precedente; nós entaõ promettemos que todos os annos (a ser possivel) continuariamos esta mesma tarefa, convencidos da sua importancia; e taõbem da utilidade que dahi podia resultar: e na verdade ainda que seja esta huma empreza mui laboriosa e difficil, e mesmo defeituosa em razão do grande numero de papeis e obras de que hé preciso dar idea, (como na actual exposiçaõ em que não há menos de 200) não se deve contudo considerar como hum pequeno serviço feito ás Sciencias, dar huma noção geral dos passos que as mesmas tem dado, e fazer particular mençaõ dos illustres individuos que mais efficaçmente tem cooperado para o seo engrandecimento.

I.—*Mathematica.*

As observaçoens do Professor Christison sobre a natureza das fluxoens (que vem nos Annaes de Philo-
sophia, Vol. V. pag. 328, Vol. VI. pag. 178 e 420).

VOL. XIV.

H H

serão lidas com bastante interesse por todos aquelles que desejarem comprehender a parte methafisica deste ramo da Mathematica, e que se quizerem convencer da exactidão do calculo. Nas Transacções Philosophicas do anno de 1815 se publicou hum unico papel mathematico, o qual foi, Hum Tratado sobre o Calculo de Funcções, por C. Babbage. A palavra *funcção* há muito que em analyse significa o resultado de todas as operações que se podem fazer com quantidade. O author deste curioso e interessante papel explica primeiramente a accepção em que elle toma a palavra, e as diversas ordens de funcções que podem occorrer; e resolve depois 20 differentes problemas, e mostra como elles podem ser applicados para a solução de varias questões interessantes.

II.—Astronomia.

Nas Transacções Philosophicas do anno de 1815 se publicarão tres papeis astronomicos.

1. Huma Memoria, pelo Dr. Herschel, sobre os Satellites do Planeta Georgiano. Ella contem hum numero immenso de observações feitas desde o anno de 1787 até o de 1810. De que existem dois Satellites o Dr. Herschel tem claramente mostrado não haver a menor duvida; o primeiro faz hum gyro synodico ao redor do planeta em $8^d 16^h 56' 5.2''$; e o segundo, em $13^d 11^h 8' 59''$. O Dr. Herschel mostra ser bem provavel que há hum satellite mais chegado ao planeta do que os dois precedentes, e que existem taõbem varios satellites exteriores. A excessiva distancia, porem, deste astro faz com que seja summamente difficultozo decidir estes pontos por hum modo convincente.

2. Huma Memoria sobre o Poder Dispersivo da Atmosphera, e sobre o Efeito que este produz em Observações Astronomicas, por M. Stephen Lee. O author hé de opiniaõ, que estrellas de differentes cores soffrem necessariamente differentes refracções; e que a altura apparente do sol deve variar segundo a cor do vidro escuro por entre o qual elle hé observado. Ora quem olha para as estrellas fixas mesmo sem usar de instrumentos, vê mui claramente que ellas se differen-

ção humas das outras na composição da sua luz; esta differença hé ainda mais perceptivel, quando ellas são observadas ao travez de hum prisma que estiver propriamente applicado ao vidro ocular de hum telescópio reflexivo. Os planetas taõbem differem muito entre si neste mesmo phenomeno. Considerando Mr. Lee sobre a materia; presumio que o poder dispersivo da atmosphaera seria em muitos casos sufficiente para produzir hum consideravel effeito em observações astronomicas; e a fim de confirmar esta sua conjectura fez varias observações sobre o diametro do planeta Marte, quando se achava em opposição no anno de 1813. De hum grande numero de observações elle achou, que a deviação dos ultimos raios de luz era entre $\frac{1}{80}$ e $\frac{1}{70}$ parte da refração total. Mr. Lee hé de parecer, que a discrepancia entre a latitude de hum lugar deduzida de observações de estrellas circumpolares, e da que se deduz das observações do sol, hé com probabilidade devida ao uso de vidros escuros: e á esta mesma cauza elle attribue outras varias discrepancias em observações astronomicas.

3. Huma Memoria sobre a Determinação das Distancias Septentrionaes e verdadeiros Movimentos de 30 Estrellas fixas, pelo Astronomo Real. A taboa das distancias arcticas destas estrellas foi apresentada á Real Sociedade no anno de 1813; e hé ella taõ exacta, que Mr. Pond, segundo as subseqüentes observações que fez, não acha razão alguma para em qualquer dellas fazer maior alteração do que $\frac{1}{10}$ de hum segundo. Comparando Mr. Pond o seu catalogo com o que o Dr. Bradley publicou em 1756, verificou os verdadeiros movimentos destas estrellas durante hum periodo de 58 annos. O verdadeiro movimento annual da Estrella Polar hé— $0.057''$; e o do β Ursæ Minoris, $0.1''$.

III.—Acustica.

Na Alemanha se tem proposto varias objecções á theoria dos gases suggerida por Dalton. A mais forte de todas hé, que se os gases não são reciprocamente elasticos, entaõ todo e qualquer som deve ser repetido quatro vezes, por isso que vivemos em hum atmos-

fera composta de quatro fluidos elasticos; e mesmo na hypothese de que o effeito do gas acido carbonico, e do vapor d'agua seja imperceptivel, todo o som deve não obstante ser repetido ao menos duas vezes pelos gazes azote e oxygenio que entraõ na composiçaõ da atmosfera. Ora como isto nunca acontece, segue-se que estes dois gazes devem ser reciprocamente elasticos.

A distancia em que se ouvem os sons hé muito maior do que em geral se imagina. O Dr. Derham nos informa, que no cerco de Messina o estrondo das peças de artilharia se ouvira em Augusta e Syracuse, distancia esta de quasi 100 milhas Italianas; e taõbem assevera que no combate naval entre os Inglezes e Hollandezes em o anno de 1672, o som da artilheria se ouvira em Shrewsbury e Galles, isto hé, mais de 200 milhas distante (Philosophical Transact. Vol. XXVI. p. 2.) Humboldt affirma, que os estampidos dos vulcoens na America do Sul se ouvem na distancia de 300 milhas; e M. Monro, residente em Demerara, informdu á hum amigo nosso, em quem pômos toda a confiança, que as grandes explosoens que fizera o vulcano em S. Vincente, se ouviraõ distinctamente em Demerara. Ora esta distancia hé de certo muito acima de 300 milhas.

IV.—Optica.

Os differentes experimentos, que varios philosophos tem feito com o fim de determinar as quantidades relativas de luz que emanaõ de corpos luminosos, presuimos que serão conhecidos de muitos dos nossos leitores. Os importantes e curiosos resultados obtido por Bouguer e Lambert, o photometro do Conde Rumford, e do Professor Leslie, são na realidade dignos de serem estudados e intendidos por todos aquelles que se interessão na sciencia da Optica. Lampadius propoz ultimamente hum novo photometro, e nos assegura que tem conseguido fazer com que os seus instrumentos concordem taõ bem como os mesmos thermometros. O seo photometro consiste em hum tubo de hum pé de comprimento, por entre o qual elle olha para o objecto luminoso. Na extremidade do tubo mais remota d

olho elle poem raspas delgadas de corno até o ponto de não poder distinguir o objecto luminoso. Elle primeiramente calculava o grau de luz, que lançava o corpo luminoso, pelo numero de raspas de corno que era necessario para a interceptar; porem como os instrumentos construidos segundo este plano não se podiaõ comparar huns com os outros, elle usou do methodo seguinte para graduar o seo photometro: queima phosphoro em gaz oxygenio, e verifica que grossura das raspas de corno hé necessaria para interceptar; depois por meio de hum parafuso e argolinha ajunta estas raspas por tal modo, que vem ellas a occupar quasi o mesmo espaço; e este espaço elle divide em 100 graus. O instrumento assim graduado serve para indicar o grau de calor lançado por outros corpos luminosos. Os defeitos porem deste instrumento são assaz evidentes: a diversidade de transparencia e grossura das raspas, e a difficuldade de as dispor por maneira que sempre occupem o mesmo espaço, faraõ necessariamente com que tal instrumento seja mui difficil de execuçaõ. Nem hé impossivel que a polarisação e não-polarisação dos raios luminosos, segundo a natureza da superficie de que elles emanaõ, tenhaõ huma consideravel influencia sobre a quantidade de luz que pode ferir o olho por entre o corno; que hé a substancia de que, totalmente depende a importancia do instrumento como photometro. Lampadius traz varias taboas da luz lançada por differentes corpos, e graduada pelo seo instrumento. Nós copiaremos huma, para dar-mos idea aos nossos leitores. Ella representa a luz que emanava do firmamento em huma manhã clara no dia 16 de Fevereiro em Freyberg. O photometro estava voltado para o sud-este na altura de 45° acima do horizonte.

Photometro.							Photometro.						
4 ^h	0'	-	-	-	-	8°	6 ^h	40'	-	-	-	-	50°
5	20	-	-	-	-	8	6	50	-	-	-	-	54
5	30	-	-	-	-	16	7	0	-	-	-	-	58
5	40	-	-	-	-	20	apontou o sol no oriente						
5	50	-	-	-	-	26	7	10	-	-	-	-	60
6	0	-	-	-	-	30	7	20	-	-	-	-	62
6	10	-	-	-	-	34	7	30	-	-	-	-	63
6	20	-	-	-	-	40	7	40	-	-	-	-	63
6	30	-	-	-	-	46	7	50	-	-	-	-	63

Segundo a precedente Taboa, vemos que o crepusculo principiou hora e meia antes do nascer do sol.

(Continuar-se-ha.)

LISTA

Das Principaes Obras publicadas em Inglaterra nos ultimos quatro Mezes.

BELLAS ARTES.

Egypt; a series of Engravings, exhibiting the Scenery, Antiquities, Architecture, Hieroglyphics, Costume, Inhabitants, Animals, &c. of that Country, with accompanying Descriptions and Explanations, selected from the celebrated Work detailing the Expedition of the French. By Baron Vivant Denon.

No. I., of a Familiar Treatise on Perspective; in four Essays; will be completed in five Numbers, royal 8vo. 3s. each.

BIOGRAPHIA.

The Biographical Dictionary; vol. XXIV., edited by Alex. Chalmers; 8vo. 12s.

Private Hours of Napoleon Buonaparté, from his earliest years to the period of his Marriage with the Archduchess Maria Louisa: Written by Himself, during his residence in the Isle of Elba; 2 vols. 12mo. 12s.

General Biography of the most Eminent Persons of all Ages, Countries, Conditions, and Professions. By J. Aikin, M. D.; the tenth and last volume, 4to. 11s. 6d.

A Biographical Dictionary of all Living Authors, Male and Female, of the British Empire, with a complete List of their Works; 8vo. 14s.

Memoirs of Alexandro Tassoni, Author of *La Seccia Rapita*; or, The Rape of the Bucket; interspersed with Notices of

his Literary Contemporaries, and a general outline of his various works. By S. Walker, Esq.; 8vo. 8s. with Engravings.

BOTANICA.

Flora Londinensis: containing a history of the Plants indigenous to Great Britain, illustrated by Figures of natural size. A new Edition, enlarged and continued by George Graves; parts I. to V., royal folio, 10s., 16s. coloured.

A Continuation of the Flora Londinensis. By W. Jackson Hooker, Esq.; part I. royal folio, 10s. plain, 16s. coloured.

DRAMA.

A Course of Lectures on Dramatic Art, and Literature: translated from the original German of A. W. Schlegel, by J. Black, Esq.; 2 vols. 8vo. 1l. 4s.

ECONOMIA POLITICA.

Minutes of the Evidence taken before the Committee appointed by the House of Commons to enquire into the State of Mendicity and Vagrancy in the Metropolis and its Neighbourhood. Ordered to be printed July 11, 1815; 8vo. 6s.

EDUCAÇÃO.

A Comprehensive Astronomical and Geological Class-book, for the use of Schools and Private Families. By Margaret Bryan; illustrated by Plates; 8vo. 9s. 6d. A Key separate, 1s.

An Introduction to the Knowledge and Classification of Insects; in a Series of Familiar Letters, with illustrative Engravings. By Priscilla Wakefield; 12mo. 5s.

Ladies Astronomy: translated from the French of Jerome de Lalande. By Mrs. W. Pengree; 12mo. 3s.

Æsopi Fabulæ Selectæ: with English Tables, selected from Croxall's Esop. By E. H. Parker; 2s. bound.

Elemens de la Grammaire Française. By P. Lebreton, 2s. bound.

HISTORIA.

The History of Ancient Europe, from the Earliest Times to the Subversion of the Western Empire. By C. Cooke, 3 vols. 8vo. 2l. 2s.

The New Annual Register; or, General Repository of History, Politics, and Literature, for the year 1814. To which is prefixed the History of Knowledge, Learning, Taste, and Science, in Great Britain, during the reign of George III., 11.

An Authentic Narrative of the Campaign of 1815: comprising a circumstantial account of the Battle of Waterloo, by a Staff-officer of the French Army; and forming a Sequel to the Campaign of 1814. By M. de Beauchamp; 8vo. 4s.

A Narrative of the Events which have taken place in France, from the Landing of Napoleon Buonaparté on the first of March, 1815, till the Restoration of Louis XVIII. In a Series of Letters. By H. Maria Williams; 8vo. 9s. 6d.

The History of Persia, from the most early Period to the present Time. By Colonel Sir J. Malcolm. With a Map by Arrowsmith, and 21 Plates by C. Heath; 2 vols. royal 4to. 8l. 8s.; large paper, 12l. 12s.

MISCELLANEA.

A Philosophical and Mathematical Dictionary, containing an Explanation of the Terms, and an Account of the several Subjects comprised under the heads Mathematics, Astronomy, and Philosophy, both Natural and Experimental. By Charles Hutton, LL.D. A new Edition.

A Geographical and Historical Account of the Island of St. Helena. To which are subjoined, Brief Memoirs of Napoleon Buonaparté during his Seclusion at Rochefort; 18mo. 2s. 6d.

A Narrative of Napoleon Buonaparté's Journey from Fontainebleau to Frejus, in April, 1814. By Count Truchses Walburg, Attendant Prussian Commissary. Translated from the German, 3s.

The Battle of Waterloo; containing the Accounts published by authority, British and Foreign, and other relative Documents; with Circumstantial Details, previous and after the Battle, from a variety of authentic and original sources. By a near Observer; 8vo. 7s. 6d.

The Paris Spectator; or, l'Hermite de la Chaussée d'Antin; containing Observations upon Parisian Manners and Customs at the commencement of the Nineteenth Century. Translated from the French by W. Jerdan; 3 vols. 12mo. 18s.

A Visit to Flanders in July, 1815; being chiefly an Account of the Field of Battle of Waterloo, with a short Sketch of Antwerp and Brussels, at that time occupied by the wounded of both Armies. By J. Simpson, Esq.; with an Appendix containing the British, Prussian, and French official Accounts of the Battle; with a Plan of the Battle of Waterloo; 12mo. 5s.

POESIA.

The Prince of the Lake; or O'Donogue of Rosse: a Poem, in Two Cantos. By M. J. Sullivan, of the Middle Temple; 8vo. 7s.

Relics of Melodino, a Portuguese Poet. Translated by E. Lawson, Esq. from an unpublished manuscript, dated 1645; 8vo. 10s.

Sir Bertram; a Poem, in Six Cantos. By J. Roby; 8vo. 7s.

The Field of Waterloo; a Poem. By W. Scott, 8vo. 5s. sewed.

Wellington's Triumph; or, The Battle of Waterloo. By W. J. Fitzgerald, Esq. 1s.

PHILOLOGIA.

Illustrations of English Philology. By C. Richardson, Esq. 4to.

A Grammar of the Spanish, Portuguese, and Italian Languages; intended to facilitate the acquiring of these Sister-tongues, by exhibiting in a synoptical form, the Agreement and Differences in their Grammatical Construction. By R. Woodhouse; 8vo. 7s. bound.

TOPOGRAPHIA.

An Account of the Kingdom of Caubul, and its Dependencies in Persia, Tartary, and India; comprising a View of the Afghaun Nation, and a History of the Dooraunee Monarchy. By the Hon. Mountstuart Elphinstone, of the Hon. East India Company's service: resident at the Court of Poona, and late Envoy to the King of Caubul. Illustrated by Maps and Plates, 4to. 3l. 13s. 6d.

Notes, Historical and Descriptive, of the Priory of Inchmahome, with Introductory Verses, and an Appendix of Original Papers. Illustrated by a Map and five Etchings, 4to. 1l. 11s. 6d.

VIAGENS.

Travels through Poland, Austria, Bavaria, Saxony, and the Tyrol, in the year 1807 and 1808. By Baron d'Uklanski; 12mo. 5s. 6d.

A Picture of Italy, being a Guide to the Antiquities and Curiosities of that classical and interesting country. To which are prefixed Directions to Travellers; and Dialogues in English, French, and Italian. By Henry Coxe, Esq.; illustrated by a Map of Italy, a Plan of Rome, and five Plates of Costumes, Diversions, &c.: royal 18mo. 14s.

Travels in France, during the years 1814, 1815; 2 vols. royal 12mo. 16s.

BIBLIOGRAPHIA PORTUGUEZA.

Memoria dos Acontecimentos mais notaveis, pertencentes aos dois Conselhos de Guerra, feitos ao Chefe de Divisão — Rodrigo Joze Ferreira Lobo — Commandante da Esquadra no Estreito de Gibraltar, pelo encontro dos Argelinos no dia 4 de Maio de 1810. — Defeza do Chefe e Decisão da Cauza. Londres, impressa por T. C. Hansard, na Officina do Investigador Portuguez, Peterborough-court, Fleet-street. Dezembro, 1815.

POLITICA.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.

No dia 5 de Dezembro, 1815, ao meio dia, o Presidente dos Estados Unidos mandou a ambas as Cámaras do Congresso, pelo seu Secretario Mr. Todd, a seguinte Mensagem:—

“Cidadãos do Senado e Caza dos Representantes;
 “Tenho a satisfação de vos poder communicar nesta nossa presente Assembleia, o felis resultado da guerra que a Regencia de Argel começou contra os

Estados Unidos. A primeira devisaõ, destinada para aquelle serviço ás ordens do Comodoro Decatur, não descansou hum momento, assim que chegou ao Mediterraneo, sem que procurasse logo encontrar-se com o inimigo: assim cruzando no mar, lhe tomou immediatamente dois navios, hum dos quaes era commandado pelo Almirante Argelino. O estremado valor do commandante Americano se mostrou brilhantemente, nesta occasiaõ, pois que com o seu proprio navio travou logo hum mui vivo combate com o seu adversario, em que todos os seus officiaes e marinheiros ostentaram a sua costumada bizzarria. Havendo assim dado mostras da pericia e resoluçaõ Americana, se derigio ao porto de Argel, aonde a sua força victoriosa achou prontamente a paz. As suas condiçoens foraõ taes, que os direitos e a honra dos Estados Unidos ficaram completamente mantidos, desistindo o Dey de toda a pertençaõ de tributos. A impressaõ que tudo isto fez, corroborado ainda com as subseqüentes negociaçoens com Tunis e Tripoli, com a appareçaõ de outra força ainda maior, commandada pelo Comodoro Bamberbridge, o chefe da expediçaõ, e com todos os judiciosos arranjos de precauçaõ que ali deixou, daõ-nos hum prospecto racionavel de segurança futura para todo o nosso commercio que está ao alcance dos corsarios Argelinos.

“Outro motivo que temos de satisfacçaõ hé que ao Tratado de Paz com a Gran-Bretanha se seguiu já taõ-bem huma Convençaõ Commercial, concluida pelos Plenipotenciarios de ambas as naçoens. Nella manifestou a Gran-Bretanha disposiçoens mui analogas as dos Estados Unidos, as quaes, hé de esperar, que ainda se augmentem por arranjos liberaes que se faraõ sobre outros objectos em que ambas as partes tem mutuos interesses, e que podem transtornar a futura armonia. O Congresso decidirá sobre os meios de promover todos estes bons resultados, pondo em effeito a medida de restringir a nossa navegaçaõ a marinheiros só Americanos: medida, que alem de ser mui conciliadora, terá ainda a grande vantagem de augmentar a independencia da navegaçaõ Americana, e os recursos dos nossos direitos maritimos.

“Em conformidade com os artigos do Tratado de

Gant, relativos aos Indios, assim como a tranquillidade das nossas fronteiras do Oeste e Nor-Oeste, já se tem tomado medidas para restabelecer huma paz immediata com as diversas tribus que tomaram as armas contra os Estados Unidos. Algumas dellas convidadas a comparecer no *Detroit*, accederam prontamente a renovação dos antigos tratados de amisade. Outras, que foraõ convidadas para huma conferencia junto do Mississippi, já taõbem pela maior parte tem aceitado a paz que se lhe offereceo. As que ainda restaõ, que saõ as que habitaõ mais ao longe, virãõ a hum bom arranjo, ou por meio de novas explicaçoens, ou por outros modos que mais convenientes parecerem á vista das disposiçoens que mostrarem á final.

“As tribus Indianas do interior, ou confinantes das nossas fronteiras do sul, a quem fomos obrigados a castigar pela cruel guerra que nos fizeraõ, tem-se ultimamente mostrado inquietas; o que nos forçou a tomar medidas preparatorias para as reprimir, e proteger os nossos Commissarios occupados em arranjar com ellas a paz.

“A execuçaõ do Acto para fixar as nossas forças militares em tempo de paz, tem podedido suas difficuldades, que so agora podem ser removidas com o auxilio legislativo. A elleiçaõ dos officiaes, o pagamento e baixa das tropas que se alistarram para a guerra; o pagamento das que ainda se conservaõ no serviço, e a sua reuniaõ dos postos distantes que occupavaõ; o juntar e segurar a propriedade publica, pertencente as repartiçoens do Quartel-mestre, Commissariato, e artilharia; a constante assistencia medica que tem sido preciso fazer-se nos hospitaes e guarniçoens, tornaram impraticavel a execuçaõ do Acto no primeiro de maio, epocha que para isso se havia designado. Todavia, logo que as circumstancias o permitiram, e assim que foi praticavel e compativel com o interesse publico, a reduççaõ do exercito se completou; mas os fundos necessarios para pagamento de seos soldos, e outros ramos do serviço militar, não sendo sufficientes, hé preciso dar a mais pronta attençaõ a este ponto; assim como recomendamos a consideraçaõ do Congresso as medidas para continuar em estado de paz o estabelecimento dos officiaes d’Estado-maior,

que até agora provisionalmente se tem conservado em serviço.

“ O poder executivo para cumprir com os seus deveres em tal occasião não deixou de pagar huma justa sensibilidade aos merecimentos do exercito Americano em todo o tempo da ultima guerra; porem a obvia politica, e as intenções de fixar hum necessario estabelecimento de paz na repartição da guerra, não lhe tem dado meios para recompensar os soldados velhos e doentes, pelos seus passados serviços; nem os feridos e invalidos, pelo muito que tem soffrido e sofrem pela patria. As reduções, que foi necessario fazer, inevitavelmente envolvem muitos officiaes benemeritos de todas as patentes; e tão iguaes e numerosos são os seus merecimentos, que seria impossivel formar huma escala exacta dos seus comparativos serviços. Avaliados com tudo francamente pela medida geral do merecimento positivo, o registo do exercito, dará seguramente muito honra, segundo nos parece, ao militar estabelecimento de paz. Quanto á sorte daquelles officiaes, que ali não estão incluídos, pertence ao poder legislativo decidir com o mais vivo interesse, e providenciar o que mais conveniente lhe parecer para que se auxiliem e consolem os veteranos e invalidos; para que o governo se possa mostrar tão justo como humano; e em fim para que se inspire hum zelo marcial pelo serviço publico em quaesquer futuras occurrencias.

“ Ainda que os embarços, resultantes da falta de hum uniforme giro nacional, não estejam por ora diminuidos, depois da ultima sessão do Congresso, temos todavia grande satisfação em contemplar-mos a renovação do credito publico, e a abundancia dos recursos do Estado. As receitas, entradas no Erario, provenientes dos diversos ramos das rendas publicas, no decurso de 9 mezes findos a 30 de Setembro passado, tem sido calculadas em $12\frac{1}{2}$ milhoens de dollars; as emissões de Notas do Erario, de todas as qualidades, no mesmo periodo, montaram a 14 milhoens de dollars; e nesse mesmo tempo se fez hum emprestimo de 9 milhoens de dollars, dos quaes 6 milhoens entraram em Caixa, e tres ditos se realizaram em notas do Erario.—Com estes meios, a que acrescêo a soma de

milhão e meio de dollars, e que fez o balanço do dinheiro do Erario no 1º de Janeiro, se pagou entre o 1º de Janeiro e o 1º de Outubro, por conta do passado e presente anno, (naõ incluídas as notas do Erario que entraram no emprestimo, e o que se remio nos pagamentos dos direitos e taxas) a soma total de 33½ de dollars, ficando no Erario hum balanço calculado em 3 milhoens de dollars. Com tudo, iudependente-mente dos atrasados, devidos ao serviço militar e as requisiçoens que se fizeraõ, prezumimos, que hum acrescimo de 5 milhoens de dollars, incluindo os juros da divida publica vencidos no 1º de Janeiro proximo, será necessario para que o Erario possa satisfazer as despezas do presente anno, para as quaes as vias e meios existentes seraõ mui bastantes.

“ A divida nacional, conforme o calculo feito no 1º de Outubro passado, montava ao todo a 120 milhoens de dollars, consistindo no balanço naõ remido da divida contrahida antes da ultima guerra (39 milhoens de dollars); na soma da divida hipotecada contrahida em consequencia da guerra (64 milhoens de dollars); e na soma da divida fluctuante e naõ hipotecada (incluídas as varias emissioens de notas do Erario), de 17 milhoens de dollars, que se está gradualmente pagando. Provavelmente haverá ainda alguma adição na divida publica quando se liquidarem as varias reclamaçoens que estão pendentes; porem o Congresso poderá por meio de medidas conciliadoras fazer honrosos e vantajosos arranjos a respeito das despezas das milicias que fizeraõ os diversos Estados sem a previa sancção ou auctoridade do governo dos Estados Unidos. Quando reflectirmos porem que tanto a nova como a antiga divida tem sido contrahidas para segurar os direitos e independencia nacional, e quando considerar-mos que as despezas publicas naõ saõ exclusivamente feitas por motivo de objectos passageiros, mas para dar hum bem visivel augmento a marinha Americana, para levantar obras militares que defendeaõ nossos portos e fronteiras, e para prover nossos arsenaes e armazens; entaõ esta soma naõ parecerá extraordinaria, comparada com as couzas que temos feito e com os recursos da patria.

“ O plano de finanças, considerado debaixo do ponto

de vista, que offerecem a receita e despezas de hum permanente estabelecimento de paz, deve necessariamente entrar nas deliberaçoens do Congresso da presente Sessão. Hé verdade, que o bom estado das rendas publicas não só dará os meios de manter inviolavel a fé do governo com os seus credores, e de continuar com ventagem todas as medidas de huma politica liberal; mas taõbem dará huma immediata diminuição a todos os encargos, impostos pelas necessidades da guerra. Hé com tudo essencial para qualquer modificação nas finanças que se restabeleçaõ no publico os benefícios de hum uniforme giro nacional. A falta dos metaes preciozos deve certamente contar-se como hum mal passageiro, mas em quanto não for remediado, pertence á sabedoria do Congresso dar as providencias para lhes crear hum substituto que gere a confiança, e supra as necessidades dos cidadãos de toda a União. Se a operação dos Bancos dos Estados não pode produzir este resultado, a provavel operação de hum Banco nacional deve merecer attenção; e se nenhum destes expedientes parecer satisfactorio, será entaõ preciso designar os termos em que se devem emitir as notas do governo (já não requeridas como instrumentos de credito), os quaes devem fundar-se em motivos de huma politica geral, como meio commum de circulação.

“Apezar da segurança do descanso futuro, que os Estados Unidos devem achar no amor da paz e no seu constante respeito pelos direitos das outras naçoens, o caracter dos tempos particularmente nos inculca a lição, que, ou seja para prevenir ou repelir o perigo, nos devemos achar sempre preparados. Esta consideração será bastante para recomendar ao Congresso acertadas providencias para a immediata extensão, e gradual complemento de obras de defeza, tanto fixas como fluctuantes, em toda a nossa fronteira maritima; assim como de outras que guardem adquadamente as nossas fronteiras de terra contra os perigos a que muitas dellas estão expostas.

“Como melhoramento em o nosso estado militar, deverá merecer a consideração do Congresso se convem conservar organizado hum corpo de invalidos, não só para beneficio de muitos individuos benemeritos, excluidos por sua idade ou doencas dos estabelecimentos

existentes, mas para conservar ao publico o bom exemplo dos seus estacionarios serviços e da sua regular disciplina. Eu recomendo taõbem o augmento da Academia militar, já estabelecida, e a creação de outras iguaes em mais partes da União; e não posso deixar de convidar taõbem toda a attenção do Congresso para que se classifiquem e organizem as milicias, de maneira que effectivamente venhão á formar a defeza de hum Estado livre. Se a experiencia mostrou nos ultimos feitos esplendidos das milicias o quanto ellas valem para a defeza publica, ao mesmo tempo nos fez ver quanto hé importante que seja perita no manejo das armas, e que esteja familiarisada com as régras essenciaes da disciplina, o que não se pode alcançar por meio dos regulamentos que agora estão em vigor. Com este objecto está intimamente ligada a necessidade de fazer leis acomodadas, em todos os respeitos, ao grande fim de habilitar a auctoridade politica da União para poder empregar pronta e efficazmente toda a força physica da mesma União, nos cazos designados pela Constituição.

“ Os assinalados serviços que fez a nossa Marinha, e a capacidade que desenvolveo na sua feliz co-operação para a defeza nacional, devem ser justamente avaliados pelo Congresso em huma epocha, em que se exige que todos os governos tenham a maior vigilancia. O conservar os navios existentes em bom estado, o acabar os que estão já ideados, o providenciar amplos materiaes para os augmentar prontamente, e o aperfeiçoar os arranjos actuaes para que se convertão em uteis estabelecimentos de construcção, de reparos, e segurança para os navios de guerra, são pontos que a boa politica inculca.

“ Na imposição dos direitos sobre as importações, o Congresso meditará com madureza a influencia que os mesmos direitos tem sobre as manufacturas. Por mais illuminada que se concidere essa theoria, que deixa á sagacidade e interesses dos individuos a applicação da sua industria e recursos, há com tudo nella, assim como em outros cazos, muitas excepções. Alem da condição que a mesma theoria indica, que este principio seja reciprocamente adoptado pelas outras nações, a experiencia mostra que muitas cir-

cunstancias occorrem, em que hé preciso introduzir e aperfeiçoar certas manufacturas, particularmente algumas mui complicadas, ainda que hum paiz possa existir muito tempo sem ellas, a peza de estar sufficientemente adiantado, e em certos respeitos mui apto para as executar com vantagem. Em circunstancias que davaõ poderosos impulsos a industria manufactôra, esta fez entre nós tantos progressos, e produzio taõ bons effeitos, que bem justifica a persuazaõ,—que só com huma protecção, tal como convem dar aos cidadãos emprehendedores, e cujos interesses estão agora em perigo, ella em pouco tempo não só se verá livre de occasionaes competiçoens estrangeiras, porem se converterá em hum manancial de riqueza domestica, e até de hum commercio externo. Na enumeraçãõ dos ramos de industria, que mais são merecedores do auxilio publico, hé evidente que mais contemplados devem ser aquelles que poem independentes os Estados Unidos dos fornecimentos estrangeiros, que sempre estão sujeitos a faltar em milhares de circunstancias, e que constaõ ou de artigos necessarios para a defeza publica, ou estão ligados com as primeiras necessidades dos individuos. Assim as manufacturas que, alem destas, merecem huma particular recommendaçãõ são taõbem aquellas, que empregãõ materias produzidas pela nossa agricultura, e que por consequencia ministraõ e seguraõ ao grande fundo da prosperidade e independencia nacionaes hum estimulo tal que se não pode deixar de premiar.

“ Entre os meios mui proprios para augmentar a felicidade publica muito merece a consideraçãõ do Congresso a grande importancia de abrir no interior do paiz estradas e canaes de communicaçãõ, os quaes podem ser muito melhor executados, sendo derigidos pela auctoridade nacional. Não há objectos de economia politica que taõ ricamente paguem as despezas que se fazem com elles; nenhuns há, cuja utilidade seja mais universalmente reconhecida, nenhuns finalmente existem que honrem mais hum governo, que tem bastante sabedoria e patriotismo para conhecer toda a extensãõ da sua utilidade. Não há, de certo, outro paiz em que a natureza tanto convide a industria do homem para completar a sua propria obra em seo

proveito e beneficio. Estas considerações são com tudo ainda roboradas pelo effeito politico que produzirá entre nós a facilidade de communicações, porque por ellas se estreitarão mais fortemente os laços entre as varias partes da nossa extensa confederação. Quando os Estados, individualmente, com louvavel energia e emulação aproveitam todas as vantagens locais, abrindo estradas e canaes, e encanando todos os rios que podem ser navegaveis, o governo geral ainda tem mais obrigação de cometer taes empresas, requerendo para isto a jurisdicção nacional, e os meios nacionaes, para com elles systematicamente concluir obras tão uteis. Aqui por tanto cabe huma boa reflexão, que qualquer defeito de auctoridade constitucional, que nisto se encontre, pode ser suprido por hum modo que a mesma constituição providamente nos indica.

“Hé agora também favoravel occasião para lembrar o estabelecimento de hum Seminario Nacional de instrucção no districto de Columbia, que pode ser fundado com as rendas e propriedades que ali estão a disposição do governo geral. Esta instituição hé bem digna de merecer o patrocínio do Congresso, pois que será hum monumento das suas vistas liberaes, para o augmento dos conhecimentos e das luzes, sem as quaes os bens da liberdade não se podem gozar nem manter; será hum modello instructivo para a criação de outros seminarios; será hum viveiro de homens sabios; e hum centro commum, donde a mocidade e o genio levarão consigo para as differentes partes aonde forem habitar exemplos de bons sentimentos nacionaes, sentimentos nobres e liberaes, e huma certa uniformidade de costumes, que muito contribuirá para fortificar a nossa união, e dar estabilidade á grande fabrica politica, que a nossa mesma União tem formado.

“Ao concluir esta Mensagem não posso reprimir a sensibilidade, de que vós certamente participareis, e que hé a consideração da feliz sorte de que goza a nossa patria, e da bondade da sabia Providencia, á quem devemos tantos bens. Em quanto outras nações ainda estão luctando com as calamidades da guerra, ou com outras adversidades, os Estados Unidos gozam tranquillamente de huma prospera e honrada paz. Recordando-nos das scenas que temos visto podemos

gloriar-nos com a grande prova pratica que tivemos, —que as nossas instituicoens politicas, fundadas nos direitos do homem, e formadas para os conservar, são tão boas para os dias tormentozos da guerra como para os tempos ordinarios da paz.—Como fructos desta experiencia, e da reputação adquirida pelas armas Americanas por terra e por mar, a nação se vê agora na posse de hum superior respeito externo, e de hum justa confiança em si mesma, que são as melhores garantias da nossa pacifica carreira futura.

“A outros respeitos ainda o nosso paiz manifesta circumstancias que bem indicão o seo estado florescente:—hum povoação rapidamente crescendo em hum território tão fecundo como extenso; hum industria geral e hum fertil invenção em tudo, sempre muibem recompensada; e hum renda assas abundante, que admitte reduccão nos encargos publicos, sem com tudo lhe faltarem os meios de sustentar o credito publico, de gradualmente diminuir a divida do Estado, de tomar providencias para os necessarios estabelecimentos de defeza, e de patrocinar, por todos os modos legaes, quaesquer emprezas que sirvão para augmentar a riqueza e comodidades individuaes dos nossos cidadãos.

“Hé por tanto da competencia dos defensores da felicidade publica perseverar em toda a justiça e boa vontade para com as outras naçoens, de que deve resultar a retribuição dos mesmos sentimentos para com os Estados Unidos; mostrar amor pelas instituicoens que garantem a sua segurança, as suas liberdades civis e religiosas; e combinar com hum sistema liberal de commercio estrangeiro o augmento das vantagens naturaes, e a protecção e extensão dos independentes recursos do nosso rico e afortunado territorio.

“Em todas as medidas, que tenderem a taes fins, podereis sempre contar com a minha fiel co-operação.

“JAMES MADISON.

“Washington, 5 de Dezembro, 1815.”

MARINHA AMERICANA.

Extracto do Relatorio do Secretario da Marinha feito ao Senado, relativo ao gradual e permanente Augmento da Marinha.

“ A importancia de hum permanente estabelecimento naval está já sancionada pelas vozes da nação; e eu tenho o gosto de annunciar, que os meios para o seo augmento gradual cabem muibem aos nossos recursos nacionaes, sem nos ser preciso recorrer ás naçoens estrangeiras.

“ Todos os materiaes para a fabrica e equipamento dos navios estão já ordenados; e as nossas fundigoens de artilharia, as nossas manufacturas de cobre, cabos, e velas, e de todos os mais objectos mequanicos, já estão em estado de fornecer tudo quanto precisâmos.

“ O commercio dos Estados Unidos, augmentando sempre com os recursos e povoação do paiz, requer huma bem calculada protecção, que só lhe pode vir da marinha. A protecção que elle já recebeo de huma *marinha limitada*, no periodo da ultima guerra, mostra bem a utilidade que ella dá. Eu recomendo, portanto, com toda a confiança, hum augmento annual em a nossa marinha, que deve consistir em huma não de 74 peças; duas fragatas de 44 peças; e duas chalupas de guerra, que se podem fabricar com os restos da madeira dos primeiros vazos, vindo assim a poupar-se muito neste artigo.

“ O Acto, passado em 3 de Janeiro de 1813, para o augmento da marinha, auctorisava a fabrica de quatro navios que não fossem menores de 74 peças, e de seis fragatas de 44 ditas. Este Acto foi em parte executado, porque se fizeram tres nãos de 74, e tres fragatas de 44, nos portos do Atlantico; e o resto das somas, applicadas para este fim, empregou-se em fazer grandes navios e fragatas no Lago Ontario.

“ O sistema geral de hum constante e progressivo augmento de marinha, que combine todos os objectos que estão ligados com hum grande estabelecimento naval, taes como diques para construcção, arsenaes, armazens de deposito, &c. fará o assumpto de outro relatorio mais extenso, que será apresentado ainda ao Congresso durante a prezente sessão.

Tratado de Commercio entre a America e Inglaterra.

James Madison, Presidente dos Estados Unidos d'America, á todos em geral, e a cada hum em particular, á quem for conhecida a prezente, saude :—

Huma Convenção entre os Estados d'America e S. M. Britannica, para regular o commercio entre os territorios das duas naçoens, foi assignada em Londres aos 3 de Julho de 1815, pelos Plenipotenciarios respectivos, nomeados para este fim ; e o contheudo da dita convenção hé o seguinte :—

Convenção para regular o commercio entre os territorios dos Estados Unidos e de S. M. Britannica.

Os Estados Unidos d'America e S. M. Britannica, desejando regular por huma Convenção, o commercio e navegação entre os dois respectivos paizes, territorios, e povo, de tal forma que fosse reciprocamente vantajosa, respectivamente tambem nomearam seos Plenipotenciarios, á quem deraõ plenos poderes para estipular e concluir a dita Convenção ; isto hé :—O Presidente dos Estados Unidos, por consentimento e conselho do Senado, nomeou para seos Plenipotenciarios João Quiney Adams, Henrique Clay, e Alberto Gallatin, cidadãos dos Estados Unidos ; e S. A. R. o Principe Regente, em nome de S. M., nomeou para seos Plenipotenciarios o Right Hon. Frederico João Robinson, Vice-Presidente da Junta do Conselho privado para o Commercio e Plantaçoens, Pagador Adjuncto das Forças de S. M., e hum dos Membros do Parlamento Imperial ; Henrique Goulburn, Esq. Membro do Parlamento Imperial, e Ajudante Secretario d'Estado ; e Guilherme Adams, Esq. Doutor em Direito ; os quaes Plenipotenciarios, depois de haverem mostrado os seos plenos poderes, e haverem trocado copias delles, ajustaram e concluíram os artigos seguintes :—

Art. 1. Haverá entre os territorios dos Estados Unidos d'America e todos os territorios de S. M. Britannica na Europa huma reciproca liberdade de commercio. Os habitantes dos dois paizes respectivamente teraõ a liberdade de livre e seguramente entrarem com seos navios e cargas em todos os lugares, portos, e rios dos sobreditos territorios nos quaes os outros estrangeiros tambem tem faculdade de entrar ;

de desembarcar, permanecer, e rezidir em quaesquer portos dos ditos territorios respectivamente; e alem disso, de alugar e occupar cazas e armazens para os fins do seo commercio. Em geral, os negociantes e mercadores de cada nação respectivamente gozarão da mais completa protecção e segurança no seo commercio, sujeitos todavia as leis e estatutos de ambos os paizes respectivamente.

2. nenhuns direitos mais altos ou diversos se imporão na importação para os Estados Unidos de quaesquer artigos de cultura, producto, ou manufactura dos territorios de S. M. Britannica na Europa; e nenhuns direitos mais altos ou diversos se imporão na importação para os territorios de S. M. Britannica na Europa de quaesquer artigos de cultura, producto, ou manufactura dos Estados Unidos que se não paguem ou venhão a pagar por semelhantes artigos de cultura, producto, ou manufactura de outros paizes estrangeiros: nenhuns direitos mais altos ou diversos, de qualquer natureza que sejam, se imporão em ambos os dois paizes sobre a exportação de quaesquer artigos para os Estados Unidos, ou para os territorios de S. M. Britannica na Europa respectivamente, que se não paguem pela exportação dos mesmos artigos para quaesquer outros paizes estrangeiros: nenhuma prohibição se fará na importação ou exportação de quaesquer artigos de cultura, producto, e manufactura dos Estados Unidos, ou dos territorios Europeos de S. M. Britannica que possam entrar ou sair dos ditos territorios Europeos de S. M. Britannica, ou que possam entrar ou sair dos ditos Estados Unidos, se a mesma prohibição se não estender igualmente a todas as mais nações. Nenhuns direitos ou imposições mais altas e diversas se imporão em quaesquer portos dos Estados Unidos sobre os navios Britannicos alem dos que nos mesmos portos pagão os navios dos Estados Unidos; nem nos portos de quaesquer territorios Europeos de S. M. Britannica se imporão taõbem outros sobre os navios dos Estados Unidos, alem dos que nelles pagão os navios Britannicos.

Os mesmos direitos se pagarão pela importação para os Estados Unidos de quaesquer artigos de cultura, producto, ou manufactura dos territorios Europeos de

S. M. Britannica, ou esta importação se faça em navios dos Estados Unidos, ou em navios Britannicos; e os mesmos direitos se pagarão pela importação para os portos de quaesquer territorios Europeos de S. M. Britannica de todos os artigos de cultura, producto, ou manufactura dos Estados Unidos, quer esta importação se faça em navios Britannicos ou em navios dos Estados Unidos.

Pagar-se haõ os mesmos direitos e se daraõ os mesmos premios pela exportação de quaesquer artigos de cultura, producto, ou manufactura dos territorios Europeos de S. M. Britannica para os Estados Unidos, ou esta exportação se faça em navios dos Estados Unidos ou em navios Britannicos; e se pagarão os mesmos direitos e se daraõ os mesmos premios pela exportação de quaesquer artigos de cultura, producto, ou manufactura dos Estados Unidos para os territorios Europeos de S. M. Britannica, quer ella se faça em navios Britannicos, quer em navios dos Estados Unidos.

Alem disto se concordou, que em todos os cazos que hajaõ ou possaõ haver *drawbacks** pela re-exportação de algumas fazendas de cultura, producto, ou manufactura de algum dos dois paizes, respectivamente, o emporte dos ditos drawbacks será o mesmo ou as ditas fazendas tenhaõ sido originalmente importadas em navios Britannicos ou Americanos; mas quando esta re-exportação se fizer dos Estados Unidos em hum navio Britannico, ou dos territorios Europeos de S. M. B. em hum navio Americano para qualquer outra nação estrangeira, as duas partes contractantes reservaõ respectivamente para essa occasião o direito de regularem ou diminuirem, em tal cazo, a soma do dito drawback.

As communicacoens entre os Estados Unidos e as possessoens de S. M. Britannica nas Indias Occidentaes, e no continente do norte d'America não soffrerão modificação alguma pelas providencias estipuladas

* *Drawback*, quer dizer restituição de direitos,—e esta se faz em Inglaterra ou quando os productos do paiz, que já pagaram direitos, se exportão para o estrangeiro, o que muito concorre para animar a exportação; ou quando, como aqui se menciona, as fazendas que entraram em hum porto e ali pagaram os direitos, não se consomem no paiz, e são re-exportadas.—*Nota dos Redactores*,

neste artigo ; porem ambas as partes permanecerãoem completa posse de seos direitos relativamente á estas mesmas communicagoens.

3. S. M. Britannica concorda em que os navios dos Estados Unidos d'America sejam admittidos, e amigavelmente recebidos nos principaes estabelecimentos dos dominios Britannicos das Indias Orientaes, á saber—Calcuta, Madrasta, Bombaim, e Ilha do Principe de Galles ; e em que os cidadãos dos mesmos Estados Unidos possam livremente commercear, de hum paiz a outro, nos artigos cuja importação e exportação, respectivamente, nos sobreditos territorios não estiverem totalmente prohibidas ; com a condição porem que, em tempo de guerra entre Inglaterra e outra qualquer potencia, não lhes será permittido exportar dos sobreditos territorios, sem huma licença especial do governo Britannico, muniçoens militares ou navaes, e arroz. Os cidadãos dos Estados Unidos não pagarão pelos seos navios que la forem admittidos direitos mais altos, diversos, ou novos alem dos que as naçoens Europeas mais favorecidas pagarem ; nem pagarão direitos ou impostos mais altos e diversos pela importação e exportação das cargas dos seos navios que não forem igualmente pagos pelos mesmos artigos, quando importados ou exportados em navios das naçoens Europeas mais favorecidas.

Porem expressamente se estipulou, que os navios dos Estados Unidos não possam exportar artigos alguns dos ditos principaes estabelecimentos para qualquer porto ou lugar que não pertença aos Estados Unidos d'America, aonde os mesmos artigos serão descarregados.

Fica taõbem entendido, que a licença concedida por este artigo não se estende a permittir que os navios dos Estados Unidos fação o commercio de cabotagem, ou de costa á costa nos sobreditos territorios Britannicos ; com tudo os navios dos Estados Unidos que primeiro tiverem abordado em algum dos ditos principaes estabelecimentos dos dominios Britannicos nas Indias Orientaes, e dali partirem com suas cargas originaes, ou parte dellas, para outro dos sobreditos estabelecimentos, não serão havidos por navios empregados no commercio de costa á costa. Os navios dos Estados Unidos poderão taõbem tocar para haverem refrescos,

e não para commercio, no decurso da sua viagem de hida ou vinda dos territorios Britannicos na India, ou de hida ou vinda dos dominios do Imperador da China, no Cabo de Boa Esperança, na Ilha de Santa Helena, ou em outros quaesquer portos no dominio da Gran Bretanha quer seja nos mares d'Africa ou da India; bem entendido taõbem, que em tudo o que hé relativo á este artigo os cidadãos dos Estados Unidos ficarão sugeitos, em todos os respeitos, ás leis e regulamentos do Governo Britannico que de tempo á tempo se estabelecerem.

4. Será livre á cada huma das Partes contractantes respectivamente nomear Consules para protecção do commercio, que residão nos dominios e territorios da outra parte; mas primeiro que qualquer Consul entre em officio, será, na forma do costume, aprovado e admittido pelo Governo para onde for enviado; e alem disso se declara, que no cazo de comportamento illegal ou não conforme com as leis do governo para que foi mandado, o dito consul poderá ou ser punido conforme á lei, se as leis providenceão o cazo, ou mandado embora, ficando á cargo do governo offendido dar ao outro as razoes do seo procedimento.

Taõbem se declara que cada huma das Partes contractantes pode exceptuar da residencia dos Consules aquelles lugares ou sitios particulares, que julgar conveniente.

5. Esta Convenção, quando for devidamente ratificada pelo Presidente dos Estados Unidos, com consentimento e concelho do seo Senado, e por S. M. Britannica, e as respectivas ratificaçoens forem mutuamente trocadas, será obrigatoria para os ditos Estados Unidos e para S. Magestade pelo espaço de quatro annos, a contar da data da sua assignatura; e as ratificaçoens serão trocadas dentro de seis mezes á contar da mesma data, ou mais cedo se for possível.

Feita em Londres aos 3 de Julho do anno de N. S. 1815.

(L. S.)	JOHN Q. ADAMS,
(L. S.)	H. CLAY,
(L. S.)	ALBERT GALLATIN,
(L. S.)	FRED. J. ROBINSON,
(L. S.)	HENRY GOULBURN,
(L. S.)	WILLIAM ADAMS.

Faço por tanto saber Eu, James Madison, Presidente dos Estados Unidos da America, que tendo visto e considerado a sobredita Convenção, tenho, por consentimento e conselho do Senado, aceitado, ratificado, e confirmado a mesma Convenção, e todas as suas clauzulas e artigos, a excepção do que se contém em huma Declaração feita por auctoridade de S. M. Britannica aos 24 de Novembro proximo passado, e da qual Declaração aqui vai annexa a copia.

Em testemunho do que Ordenei que nella se posesse o sello dos Estados Unidos, e a assignei com a minha mão. Feita na cidade de Washington aos 22 de Dezembro, A. D. 1815, e da Independencia dos Estados Unidos, 40.

(L. S.) JAMES MADISON.

Pelo Presidente,

JAMES MONROE, Secretario do Estado.

DECLARAÇÃO.

O abaixo assignado, encarregado de negocios de S. M. Britannica nos Estados Unidos d'America, tem ordem de S. A. R. o Principe Regente, em nome de S. M., para expor e declarar no acto da troca das ratificações da Convenção, concluida em Londres aos 3 de Julho do presente anno, para regular o commercio e navegação dos dois paizes,—que em consequencia dos acontecimentos, passados na Europa depois da assignatura da mencionada Convenção, se julgou necessario e se determinou, de commum accordo com os Soberanos Alliados, que Santa Helena fosse o lugar destinado para a residencia futura do General Napoleão Buonaparte, debaixo dos regulamentos necessarios para a perfeita segurança da sua pessoa. Assim se resolveo, por este motivo, que todos os navios e vasos quaesquer, tanto Britannicos como de outras nações, a excepção dos navios pertencentes a Companhia das Indias Orientaes, fossem excluidos de toda a communicação com aquella Ilha, e prohibidos de a ella se poderem chegar.

Hé por tanto impossivel cumprir, no Artigo 3 do Tratado, com o que se refere á liberdade de tocar na dita Ilha para tomar refrescos; e as Ratificações do

mesmo Tratado serão trocadas com a expressa declaração e intelligencia, que os navios dos Estados Unidos não podem tocar, ou communicar, por forma alguma, com aquella Ilha em quanto ella continuar á ser a residencia do sobredito Napoleão Buonaparte.

(Assignado) ANTHONY ST. JNO. BAKER.

Washington, 24 de Novembro, 1815.

F R A N C A.

BUDGET FRANCEZ.

Camera dos Deputados, Sessão de 23 de Dezembro.

Sabbado, em conformidade com a noticia que se havia dado, o Conde Corvetto, Ministro de Finanças, acompanhado por Conde Vaublanc, M. Pasquier, Portal, St. Cricq, &c. foi introduzido na Camera. O Conde Corvetto subio a tribuna, a fim de desenvolver o Budget do anno de 1816: e eis aqui o essencial do seu discurso:—Elle disse, que as circumstancias actuaes não permittiaõ que se apresentasse hum Budget para o anno de 1816 tão favoravel, como no anno passado se havia anticipado. As boas esperanças entãõ concebidas, suppunha elle se teriaõ effeituado, se a rebelião do exército não houvesse estorvado a benefica marcha do governo legitimo, e destruido a segurança e tranquillidade que a restauração deste governo havia produzido. O dano que as finanças haviaõ soffrido com esta commoção era bem facil de imaginar, e do seu dever era informar a Camera do triste estado em que se achava esta parte da administração; por quanto era necessario conhecer toda a extensão dos males, para procurar remedios efficazes; e tomar resolução para encarar a critica situação dos tempos. Que o anno de 1816 principiava com o pezo de grandes atrasados; e que a face das coizas era na apparencia terrivel; porém que todos bem sabiaõ que o *Rei, com os Francezes*, não desesperavaõ da salvação da patria.

Os atrasados anteriores ao 1 de Abril de 1814 montavam á 759 milhoens segundo estimativas, que sendo depois calculadas mais exactamente, reduziram a soma principal á 553 milhoens; dos quaes já se haviaõ pago 131 milhoens, ficando hum balanço de 462 milhoens.

Esta divida, comparada com a triplice segurança dada para seo pagamento (a qual foi creada pela Lei de 23 de Septembro de 1814) não tinha em si coiza alguma de atemorizante, se nada houvesse occorrido para augmenta-la.

Porem as despesas de 1814 e 1815 excederam as receitas em 233 milhoens.

De que meios se deviaõ usar para satisfazer este excesso? Augmentando por ventura o pezo dos tributos? Estava de certo enganada qualquer pessoa que julgasse que estes se podiaõ fazer ainda mais productivos. [Aqui M. Corveto entrou em huma exposição da Lei de 23 de Septembro de 1814, e concluiu dizendo que elles deviaõ manter a boa fé, respectivamente a ella; e que era mister lançar antes mão de outros expedientes, do que intrometter-se com a sua operação.]

Em 1815 as finanças agoiravam muita prosperidade. As *Inscripções* haviaõ subido de 45 á 80. Os fundos dos atrasados estavaõ ao par, e 50 milhoens que se pouparaõ estavaõ á disposição dos Ministros.

Elles estavaõ assas scientes do calamitoso acontecimento que tão repentinamente transtornou esta prospera situação.

Todos os exercitos da Europa se puzeram em movimento contra a França—os 50 milhoens que se haviaõ poupado desappareceram—a segurança para o pagamento dos atrasados se consumio—e os ultimos restos da *dotação da Caixa de Amortisação* foram anniquilados.

A França foi inundada por mais de hum milhaõ de soldados. As Authoridades Locaes, deixadas á sua propria descripção, se houveraõ como pais de familias, alliviando por meio da sua activa intervenção a calamidade dos tempos, e livrando de ainda maiores desgraças as Communs e Departamentos, cometidos ao seo cuidado. Muitas taxas foram impostas debaixo destas circumstancias, e haviaõ sido adoptadas por El Rey. A sua confirmação era agora requerida.

A Lei proposta, exigindo a inteira metade das contribuições directas, não se limitaria só a regular a imposição de 100 milhoens, isto hé, a reparti-los melhor, porem o seo primeiro fim seria de cobrir as contribuições, relativas ao Decreto de 16 de Agosto, e de igualar o estado dos Departamentos que mais tem soffrido com os que menos padecêram em virtude destas medidas.

O Budget de 1816, exempto de todos os encargos anteriores, contará só com os seus meios, e com a livre disposição delles.

Na primeira linha dos *Serviços Ordinarios* elles punhão a divida publica, a qual havendo tido hum augmento de 7 milhoens em conformidade do Tratado de 20 de Novembro, era 115 milhoens.

A Lista Civil em consequencia da importante diminuição de 10 milhoens, no que Sua Magestade e os Principes haviaõ dado hum tão tocante exemplo, era 33 milhoens.

A Camera dos Pares, reduzida á metade das suas rendas, 2 milhoens.

A Camera dos Deputados para as suas despezas administrativas, 700,000 francos. Repartições Ministeriaes, e da Justiça, 17 milhoens: da Guerra 180: do Interior, 70: da Marinha, 48: dos Negocios Estrangeiros, 6,500,000 fr.: das Finanças, 16: da Policia, 1: Fundos de Amortisação, 14: Despezas de Negociações, 12: Juros das Seguranças, 8: Juros devidos sobre as Obrigações d'El Rei, 1,500,000: Gastos Extraordinarios:—O primeiro Quinto da Contribuição de Guerra de 700 milhoens: Abastecimento das tropas Alliadas, 130: Pagamento por conta de Bentheim, 800,000 fr.: Contingencias, 4,500,000 fr. Total 800 milhoens. As receitas montariaõ á esta soma, com tanto que a Camera desse o seo assenso ás operações propostas pelos Ministros, porem era alem disso indispensavel hum auxilio addicional. O menos oppressivo que lhes occorria era hum augmento da garantia dos funcionarios publicos, os quaes deviaõ ao Estado hum penhor correspondente aos seus encargos e conducta. Elles esperavaõ que se continuasse o methodo que no anno passado se estabelecera para as

centimes additionaes. Era esta huma medida que de necessidade se devia adoptar.

Nós esperamos, concluiu M. Corvetto, nós esperamos, Senhores, que por meio da unanimidade d'El Rei e das Caméras possamos, com a graça do Altissimo, sustentar-nos debaixo das nossas desgraças, e supprir todas as nossas necessidades, isto hé, observar a fé dos Tratados; não permittir que os credores e os que tem reclamaçoens sobre o Estado fiquem desacoroçoados; dar ao Throno a sua força e esplendor; crear hum novo exercito sem desprezar ou abandonar os veteranos, cujos principios, e gloria os fazem merecedores da gratidão nacional. Oxala que a lei proposta obtenha da vossa sabedoria aquella unanimidade de suffragios, a que o povo tão concorde corresponde por meio da sua submissão, e patriotismo.

O vosso exemplo hé a maior lição que se pode receber, e deve também ser a mais efficaç.

Depois de M. Corvetto, M. Dudan subio á Tribuna, e leu a lei de que damos o seguinte resumo:

TITULO I.—*Budget de 1814.*

O Budget de 1814 hé definitivamente exposto da forma seguinte:—

	Francos.	Cents.
Receitas.. .. .	533,715,940	4
Despezas	637,432,562	65

Deficit que se deve supprir 103,716,622 61

A Conta de 1814 fica fechada.

Os dinheiros que se receberam pertencentes á receita deste anno são incluídos na conta de 1815.

TITULO II.—*Budget de 1815.*

	Francos.
Receitas.. .. .	814,567,000
Despezas	945,000,000

Deficit que se deve supprir 130,433,000

TITULO III.—*Contribuiçoens Extraordinarias do Anno 1815.*

A Ordenação d'El Rey de 16 de Agosto de 1815, a qual autorisa a collecta de 100,000,000 de francos, e outras ordenações para impostos locaes durante as occupaçoens militares, ficaõ confirmadas.

Varios artigos regulaõ a collecta da contribuição extraordinaria de 100,000,000, e o reembolso de contribuiçoens locaes.

TITULO IV.—*Pagamento dos Atrazados.*

Os deficits de 1814 e 1815 se deverão incorporar debaixo do titulo de Atrazado, antes do primeiro de Janeiro de 1816, e se liquidarão segundona forma prescripta pela lei de 23 de Setembro de 1814.

A alienação dos bosques do Estado, autorisada pela lei precedente, será effeituada até 400,000 hectars; e o producto da sua venda, como tambem o da propriedade das communs, e o dos bens nacionaes pertencentes á *Caixa de Amortização*, serão especialmente appropriados para o pagamento do atrazado.

Quatro quintos do dinheiro com que se pagarem os bosques e propriedade vendida, deverão ser em Bilhetes do Tesouro.

TITULO V.—*Budget de 1816.*

As receitas são calculadas em 800 milhoens, e as despesas na mesma soma.

TITULO VI.—*Taxas Directas de 1816.*

As Taxas Directas e Patentes continuão no mesmo pé em que se achavaõ em 1815. Os Conselhos Geraes dos Departamentos poderaõ alem disso, com a approvação do Ministro do Interior, estabelecer impostos locaes, que não excedaõ cinco centimes por franco, á conta das taxas directas e indirectas.

TITULO VII.—*Direitos de Registo.*

Todos os actos judiciaes em materias civis são, sem excepção, sujeitos á direitos de registo, e os direitos

sobre herança de bens, são applicados á differentes modos de herança.

TITULO VIII.—*Reducção de Salarios.*

Salarios que não excedem 500 francos são exceptuados.

Huma taboa annexa divide os salarios e empregos em 33 classes. Os que tem de 501 até 1000 francos pagaraõ huma *centime* por franco; de 1001 até 1500 francos, duas *centimes* por franco; e assim em proporção até a ultima classe, de 150,001 até 300,000; a qual devera pagar 33 *centimes* por franco.

TITULO IX.

Augmenta a quantia das somas que deveraõ ser depositadas pelos Recebedores, Commissários, Notarios, Juizes de Paz, Letrados, &c.

TITULO X.—*Sobre a Organização da Caixa de Amortização.*

A presente Caixa de Amortização será abolida, e se creará huma nova, a qual estará debaixo da superintendencia de seis Commissarios, a saber, hum Par de França, dois Membros da Camera dos Deputados, hum dos tres Presidentes do Tribunal das Contas, os quaes seraõ nomeados por El Rey, o Governador do Banco de França, e o Presidente da Camera de Commercio de Paris; e sera administrada por hum Director Geral, dois Sub-directores, e hum Caixa responsavel.

O producto dos portos, não excedendo 14,000,000, se devera appropriar para a Caixa de Amortização; esta fica igualmente autorizada para receber donativos, pagando por elles hum juro de 4 por cento. Huma conta do seo estado se publicará todos os tres mezes.

TAXAS INDIRECTAS.

TITULO I.—*Bebidas Espirituosas.*

Traz hum grande numero de minuciozas regulaçoens relativamente aos direitos sobre vinho, cerveja, agua ardente, cidra, &c.

TITULO II.—*Imposições Addicionaes.*

Autoriza as Communs, cujas rendas não são sufficientes para as suas despesas, que imponhão 8 cents addicionaes nos artigos de consumo dentro das respectivas Communs.

TITULO III.—*Cartas de Jogar.*

A manufactura e venda de Cartas de Jogar, serão appropriadas exclusivamente para lucro do Estado debaixo da direcção e superintendencia da Junta das Taxas Indirectas, a qual receberá 1 franco e 35 centimes por cada seis baralhos de 32 cartas cada hum; e 1 franco e 95 centimes por seis baralhos de 52 cartas cada hum; estas serão vendidas aos consumidores por hum preço que não exceda 40 centimes em cada baralho de 32 cartas, e 60 centimes em cada baralho de 52 cartas. Serão punidos aquelles, que as manufacturarem ou venderem, sem estarem para isso autorizados.

TITULO IV.—*Direitos sobre Ferro.*

	Fr.	Cts.
Por quintal metrico de ferro ou aço, em barras, ou outra qual- quer forma	3	75
Por quintal de ferro fundido, denominado <i>marchande</i>	3	—
Por quintal metrico de ferro, fundido em pedaços	2	50

Seguem-se então varias regulações respectivas á manufactura de ferro e aço.

TABOAS V. e VI.—*Direitos sobre Coiro, Pelles e Papel.*

(As taboas dos direitos ainda não se receberão.)

TABOA VII.—*Direito sobre o Azeite.*

Vinte centimes por kilogramma em azeite de azeitonas, de amendoas, e de peixe; e 10 centimes por kilogramma em outros azeites.

TITULO VIII.—Direitos sobre Panos de Laã e Linho.

	Fr.	Cts.
Naõ excedendo em valor 5 francos por metro - - - - -	—	20
De 5 até 10 inclusive - - - - -	—	40
De 10 até 25 inclusive - - - - -	1	—
De 25 até 40 inclusive - - - - -	1	75
De 40 até 60 inclusive - - - - -	2	90
Acima de 60 francos - - - - -	3	50

Debaixo deste e dos artigos precedentes vem certas regulaçoens respectivas ás manufacturas, a fim de evitar que se eludaõ os direitos.

TITULO X.—Commercio do Sal, nos Departamentos Fronteiros.

Há aqui varias regulaçoens relativas ás manufacturas, &c. a fim de impedir que hajaõ fraudes nas Rendas, &c.

TITULO XI.—Direitos sobre Fazendas de Linho (a sua Taboa ainda não se recebeo).

Licensas seraõ renovadas annualmente.

TITULO XII.—Tabaco.

A manufactura e venda do Tabaco continuaraõ á ser administradas pela junta das Taxas Indirectas, e seraõ exclusivamente appropriadas para o interesse do Estado.

	Fr.	Cts.
Sera vendido aos consumidores por kilogramma, a primeira qualidade - - - - -	11	20
Ditto ditto ditto segunda qualidade - - - - -	7	20

Seguem-se certas regulaçoens relativas á Cultiyação do Tabaco.

(O resto do Projecto ainda não hé conhecido)

Depois de se haver lido a lei, M. de Barante apresentou outra lei sobre os *direitos reunidos*, desenvolveo este plano, e mostrou que as taxas indirectas montavaõ á cento e quarenta e sete milhoens; dos quaes os direitos sobre bebidas espirituosas formavaõ 56 milhoens. M. St. Cricq, Director das Alfandegas, ex-

planou igualmente varias modificaçoens neste ramo das rendas publicas.

Ley de Amnistia em França.

Resumo das emendas que se fizeraõ nesta Lei famosa, e das com que passou á final em ambas as Cameras.

Art. 1.^o (Veja-se No. 55, pag. 381) foi plenamente adoptado.

2. Plenamente adoptado.

3. Adoptado com a emenda,—que El Rey teria auctoridade para fazer sahir de França em dois mezes as pessoas nelle incluidas, e priva-las de todos os seus titulos, propriedades, e pensoens que lhes houvessem sido gratuitamente conferidas.

4. Adoptado, com huma pequena emenda verbal.

5. Plenamente adoptado.

6. Plenamente adoptado.

Emendas propostas pela Camera dos Deputados.

Nos Artigos 1 e 2, não houveraõ emendas algumas.

No Artigo 3 houve a que já fica mencionada, e que foi adoptada.

A emenda do Artigo 4 era a seguinte:—

“E tambem, 1. Todos os que foraõ complices da volta do Usurpador para França, correspondendo-se com elle ou seus agentes quando estava na Ilha d’Elba, e facilitando-lhe os meios da sua empreza: 2. Todos os que antes de 23 de Março aceitaram do Usurpador empregos de Ministros, e Conselheiros de Estado: 3. Os Prefeitos nomeados por El Rey, que reconheceram o Usurpador antes de 23 de Março: 4. Os Marechaes e Generaes commandantes das divisoes e subdivisoes militares, que se declaram pelo Usurpador antes da sua entrada em Paris: 5. Os Generaes em Chefe que derigiram suas forças contra os exercitos d’El Rey.”

Todas estas emendas foraõ regeitadas por 184 votos contra 175.

A emenda do Artigo 5 que propunha *confiscação* de

bens contra os que fossem julgados criminosos, foi regeitada.

A ultima emenda, que exceptua da amnistia os Regicidas, que votaraõ a favor do *Acto addieional*, foi aprovada. E esta hé a mais notavel emenda que se fez na lei proposta pelo Governo as Cameras. A lei, assim emendada, foi aprovada por 334 votos contra 32.

Estado e Situação dos Individuos, comprehendidos no 1º e 2º Artigos do Decreto d' El Rey de 24 de Julho.

Dos comprehendidos no 1º Art. (veja-se No. 55, pag. 383.)—

Ney e Labedoyere foraõ executados. Lallemand está em Malta; Drouet d'Erlon, em França; Lefebvre e Grilly já chegaram á Nova York; Grouchy embarcou em Guernsey para a America; Lavalette fugio; Debelle está prezo; Bertrand foi com Buonaparte; Drouot e Cambrone estão em processo; os outros, que restaõ, estão escondidos.

Dos comprehendidos no 2º Art. (veja-se No. 55, pag. 383.)—

Soult,* Carnot, Vandamme, Lamarque, e outros, estão ainda em França; com tudo diz-se que Carnot está á partir para a Russia. Muitos tem fugido, ou tiveraõ licença para sahir de França. Excelmans está em Bruxelas; Bassano, na Austria; Regnauld St. Jean d'Angely, nos Estados Unidos, para onde, taõbem se suppoem, fugiram Bory St. Vincent e Felix Desportes. Arrighi está em Italia.

* As noticias de Paris de 16 de Janeiro, citão hum artigo de hum a Gazeta da Belgica, que diz assim:—"O Marechal Soult, que veio para a Belgica, dizem, que traz comsigo hum a fortuna de 27 milhoens de francos." As ultimas noticias do Paris de 17 de Janeiro, desmentem esta noticia, e affirmão que o Marechal Soult ainda estava em Amand, Departamento do Tarn, lugar do seu nascimento.

HESPAÑHA.

(Artigo extrahido do *Morning Chronicle*, 4 de Janeiro, 1816.)

Sentença pronunciada contra os Liberales.

Madrid, 23 de Dezembro, 1815.

“ Esta cidade está cheia de horror com o golpe que El Rey acaba de dar, golpe de que não há exemplo nos annaes do Em consequencia das ordens expedidas por El Rey para se terminar, dentro de hum limitado periodo, o processo dos *Liberales*, e lhe serem depois remetidas as sentenças, dadas pelo Tribunal Especial; a pezar de este se compor de pessoas da inteira confiança de El Rey, o que se prova por ser este já o *quinto Tribunal*, que até aqui há tomada conhecimento destas cauzas; este novo Tribunal, á pro-veitando a oportunidade de consultar El Rey a respeito da sentença que se devia dar contra Dom Manuel Garcia Herreros, ultimo Ministro da Graça e da Justiça, e Deputado que foi das Cortes geraes e extraordinarias, manifestou igualmente á S. M., assim como já o haviaõ praticado os antecedentes Juizes, que nada resultava contra as pessoas accusadas naquelles cazos, e que nos processos apenas appareciaõ accusaçoens indefinidas, e occultas sem fundamento; pelo que seria mui proprio da benignidade de S. M. lançar hum véo sobre o passado, e dar liberdade aos accusados.

“ El Rey, pouco satisfeito com esta consulta, deo a ordem seguinte:—

“ *Palacio, 27 de Novembro, 1815.*

“ Considerando no estado em que estão os processos, e que o Tribunal especial prezidido pelo mesmo Capitão General, estando agora reduzido a tres Juizes, em cazo de differença de opiniaõ ou de doença, a mesma auctoridade será devolvida á Soler e Garcia de la Torre, *hé minha vontade*, que antes que as cauzas sejaõ sentenceadas e terminadas, se me faça saber com a

maior brevidade quaes são os individuos que não estão comprehendidos nas Leis do Tit. 1, Liv. 1, da Nova Recopilação, e no Tit. 7 e 12; assim como as pessoas á quem os réos tem nomeado como participantes das mesmas ideas, e os documentos e provas que há para ambos os cazos. (As leis citadas são relativas aos desleaes, traidores, ajuntamentos e tumultos.)

“Quando o Tribunal recebeo esta ordem respondeo, que elle não havia mandado prender pessoa alguma que estivesse comprehendida nas ditas leis, ou fosse criminoza de alta traição. El Rey, não gostando desta resposta, e vendo ao mesmo tempo que nenhum juiz, por mais fraco que fosse, queria entrar nas suas vistas de condemnar innocentes como criminozos, avocou o cazo a si mesmo, e ordenou, que os Relatores das ditas cauzas, no maior segredo e sob pena de morte, lhe trouxessem os processos, o que com effeito fizeram. El Rey mandou embargar todos os coches, e elle só pronunciou as seguintes sentenças, ordenando que na mesma noite as pessoas sentençaadas partissem para os seus destinos nos coches embargados para aquelle fim; o que tudo se executou.

Lista das pessoas condemnadas.

Sahiram da principal prizaõ de Madrid:

Calatrava, Deputado nas Cortes Extraordinarias, — condemnado á oito annos de galez, ou calceta em Melilla, na Costa d’Africa.

Ramajo, Editor do *Conciso*, á dez annos dito, no mesmo lugar.

Sanches Barbero, Bibliotecario do Palacio Real de Santo Isidro, á dez annos dito, no mesmo lugar.

Golfín, Coronel, e Deputado nas Cortes Extraordinarias, á dez annos de prizaõ no Castello de Alicante.

Santa Maria, Proprietario, banido para Cadiz.

Traver, Deputado nas Cortes Extraordinarias, prezo para Peniscola, em Valencia.

— Da prizaõ de S. João de Deos em Cadiz: —

Arguelles, Deputado nas Cortes Extraordinarias, condemnado á servir dez annos como soldado raso no regimento de Ceuta.

Alvares Guerra, Ex-ministro do Interior, em dez annos para Ceuta.

Garcia Herreros, Ex-ministro de Graça e Justiça, Deputado nas Cortes Extraordinarias, em oito annos de gales, ou calceta para a Ilha de Gomerâ.

Martines de la Roza, Deputado nas Cortes Ordinarias, em oito annos dito, para Penon, na Costa d'Africa.

Teran, Deputado nas Cortes Extraordinarias, em seis annos dito, para Melilla.

Agar, Membro das duas Regencias, banido para Santiago de Galiza.

Capaz, Deputado nas Cortes Extraordinarias, encarcerado no Castello de Santi Petri, junto de Cadiz.

Quintana, Interprete de Lingoas, e Auctor do Semanario Patriotico, encarcerado por seis annos dentro de Pamplona.

Villa Campa, Ex-capitão General da Nova Castella, encarcerado no Castello de Monjuich, em Barcelona.

— Da prizaõ da Corunha, em que estavaõ prezos os Ecclesiasticos :—

Gallego, Clerigo, e Deputado nas Cortes Extraordinarias, mandado por quatro annos para o convento dos Cartuchos de Xerez.

Cepero, dito, e Deputado nas Cortes Ordinarias, por seis annos para a Cartucha de Sevilha.

Garcia Page, dito, e Deputado nas Cortes Ordinarias, por seis annos para o Convento de Salceda.

Larrazabal, dito, e Deputado nas Cortes Extraordinarias, para hum Convento de Guatremala.

Oliveros, dito, e Deputado nas Cortes Extraordinarias, por quatro annos para o Convento de Santo Antonio de la Cabrera.

Vallanueva, dito, e Deputado nas Cortes Extraordinarias, por seis annos para o Convento de Salceda.

Munoz Torrero, dito, e Deputado nas Cortes Extraordinarios, por seis annos para hum Convento na Galiza.

Ramos Arispi, dito, e Deputado nas Cortes Extraordinarias, por seis annos, para o Convento da Cartuxa em Valença.

Zoraquin, Deputado nas Cortes Extraordinarias,

condemnado á oito annos de gales ou de calceta, em Alucemas.

— Da prizaõ dos Invalidos:—

Ciscar, Membro da ultima Regencia, condemnado em dez annos para Peniscola.

Valdez, Vice Almirante e Governador de Cadiz, durante o sitio, em dez annos para o Castello de Alicante.

Pessoas prezas em suas Cazas:—

Jermalacarregui, Deputado nas Cortes Extraordinarias, desterrado para Valladolid.

Duenas, Deputado nas Cortes Extraordinarias, desterrado para huma cidade do reino de Valença.

Cauga-Arguelles, Deputado nas Cortes Extraordinarias, oito annos, para Peniscola.

Romanillos, Concelheiro d'Estado, deportado para as Ilhas Canarias.

Gonzalles Carrajal, Ex-ministro das Finanças, e que alguns mezes antes havia sido julgado innocente em virtude de huma sentença dos precedentes Tribunaes, mandado por dez annos para o Castello de Pamplona.

Dom Pablo Sanchez, condemnado á forca!

PORTUGAL.

Lisboa, 10 de Dezembro, 1815.

(Times, 12 de Janeiro, 1816.)

“Depois do 15 seculo o nosso commercio nunca foi tão activo como agora. Muitas cazas ricas de Malaga e Cadiz se tem vindo estabelecer em Portugal; os bem entendidos principios da nossa Regencia dão a estes estrangeiros liberdade e protecção. O espirito de tolerancia vai correndo da Capital por todo o reino; os negociantes Alemaens obtiverão licença para fundar em Lisboa huma Igreja Protestante, ainda que o Clero Portuguez fez contra isto huma mui forte oppo-

sição. O commercio com ambas as Indias, com o Brazil, e colonias insurgentes d'America Hespanhola está muito florescente, o que se deve á protecção do governo. Em todo o curso deste anno tem daqui sahido 490 navios carregados de productos Europeos para o Sul d'America, e particularmente para o Brazil. Todas as semanas sahe hum paquete para o Rio de Janeiro. Depois que a Familia Real ali está, a quantidade de dinheiro tem consideravelmente crescido em Lisboa; as somas importadas d'America, no espaço de 18 mezes, calculaõ-se em 15 milhoens."

Lisboa, 4 de Dezembro, 1815.

O Principe Regente N. S. houve por bem prorogar por mais dez annos a Companhia das Reaes Pescarias das costas do Algarve, e conceder por dez annos izenção de direitos de peixe seco e salgado, pelo seguinte Alvará:—

Alvará.

Eu o Principe Regente faço saber aos que o presente Alvará com força de lei virem: Que tendo sido instituida a Companhia das Reaes Pescarias das costas do Algarve pelo Senhor Rey Dom Joze, meo augusto avô de glorioza memoria, no Alvará de dezoito de Janeiro de mil setecentos, setenta e tres, para acautelar e remediar o estado de decadencia e abatimento á que elles haviaõ chegado, ou por falta de fundos, ou pela diminuição das pescas, ou por erros de administração; de tal sorte que pouco ou nenhum proveito resultava á minha Real Fazenda, e o Reino do Algarve hia empobrecendo, e diminuindo progressivamente em população e agricultura, reduzindo-se os seus habitantes á extrema pobreza, e mostrando a experiencia, que do referido estabelecimento se seguiu hum grande augmento deste ramo de industria nacional, crescendo a prosperidade e riqueza do paiz, e as Minhas Rendas Reaes, prorogando-se por isso por quatro vezes o tempo da sua duração: foi-me presente em Consulta da Real Junta do Commercio, que convinha ao bem do meo Real serviço, e a prosperidade do Reino do

Algarve, que continuasse a Companhia por mais tempo debaixo do mesmo plano, com que fora erigida, e só com algumas modificações e alterações, que as circunstancias e mudança dos tempos fazião necessarias, desatendidos todos os mais planos, que se propunhaõ por pessoas, que pertendiaõ tirar proveito do que se achava creado com os fundos e trabalhos alheios, pretextando o bem publico e felicidade dos povos, quando era o motivo principal o seo particular interesse; e mui pouco differiaõ do sistema, por que se governa a Companhia estabelecida, que continuaria a prosperar, dignando-me taõbem conceder novamente a izençaõ dos direitos do peixe seco e salgado, outorgada por dez annos no Alvará de dezoito de Junho de mil setecentos oitenta e sete, e renovada pelo de trinta de Março de mil setecentos noventa e sete: Tendo consideração a todo o referido, e a que estando verificado pelas averiguações, a que mandei proceder, que da conservação da Companhia com as alterações e modificações, que me forão propostas, resultaõ vantagens certas e innegaveis ao bem publico e particular dos meos fieis vassallos; e a que não convem em estabelecimentos desta importancia, que o tempo e a experiencia tem mostrado serem vantajozos, mudar para outros, por mais bem combinados que pareçaõ, que podem falhar: Querendo animar cada vez mais as Pescarias, pelo augmento que produzem a riqueza nacional, e porque são origem e berço da marinha mercante e de guerra: E conformando-me com o parecer da referida Consulta, e com o de outras pessoas doudas e zelozas do meo Real serviço: Hei por bem ordenar o seguinte:

1. A Companhia das Reaes Pescarias do Reino do Algarve durará por mais dez annos, contados do fim da ultima prorogação, e debaixo das condições approvadas pelos Alvarás de 15 de Janeiro de 1773, e 4 de Setembro de 1790, e com as seguintes disposições.
2. Para que não aconteça impedir-se indistinctamente a pescaria das outras artes no tempo das Reaes Armações, antes possam livremente praticar-se, sem que mutuamente se prejudiquem; mandará a Companhia immediatamente proceder á sua costa, e com

assistencia dos pescadores mais intelligentes, a huma demarcação geral dos destrictos defezos para as Reaes Pescarias, como já se praticou em Lagos.

3. Igualmente procederá á hum exacto e escrupuloso alistamento de todos os maritimos e pescadores, que forem capazes para o serviço das Reaes Armazéns, á fim de que sem coacção sejam todos empregados nellas, e se aproveitem dos seus interesses por huma distribuição regular, e não pelo livre arbitrio dos Administradores.

4. Não sendo conforme á razão nem á justiça, que depois de quarenta annos se conservem ainda os mesmos salarios das Companhas, arbitrados pelo Aviso de 12 de Fevereiro de 1775, quando a mudança, augmento, e carestia de todos os objectos, precisos para a necessaria subsistencia, tem feito crescer o seu preço, como naturalmente acontece; ficará vencendo daqui em diante cada homem de serviço, no tempo das armazéns, 240 reis por dia; os perguiceiros e atalaias 360 reis; e os mandadores 480 reis, alem da distribuição dos 12 por cento na forma estabelecida.

5. A Companhia augmentará taõbem com a devida regularidade os ordenados dos seus administradores, para poderem viver com a commodidade e decencia necessaria; e os Directores teraõ particular cuidado em que elles evitem os extravios que fazem os copejadores, e venha a lota todo o peixe que se pescar para pagar os devidos direitos; bem como em que os mesmos não tenhaõ associacão, ou interesse directo ou indirecto com os mercadores, sendo immediata e irremissivelmente expulsos dos seus empregos, logo que conste legalmente, que contravieraõ a esta minha Real determinacão.

6. A mesma Companhia se empregará com zelo e disvelo, não só no augmento das Reaes Pescarias do Atum, e Corvina, mas taõbem no restabelecimento das artes da Sardinha, e de toda a mais pesca, de rede, linha ou anzol, propria para secar e salgar, á fim de que se não perca, antes se aproveite, o mais que for possivel, e se difunda por todo o reino esta massa de riqueza, de que tanto abundaõ as costas do Algarve.

7. Dezejando promover as Pescarias em geral, e o genero de industria de secar e salgar o peixe, que hé

mais hum manancial de riqueza, que diminuirá a importação do peixe seco dos estrangeiros, e fartará a classe indigente dos meos fieis vassallos, que fazem uzó frequente e ordinario desta qualidade de alimento; e attendendo que a diminuição apparente das rendas Reaes deste genero será compensada com o augmento das pescarias, que por este modo se promovem, e a que as rendas do Estado crescem á proporção do augmento que recebe a riqueza nacional pelo maior consumo de todos os objectos de precisaõ e Luxo: Hei por bem conceder por dez annos a isenção dos direitos do peixe seco e salgado na forma em que já fora concedida pelo Alvará de 18 de Junho de 1787, e 30 de Março de 1797.

Pelo que: Mando a Meza do Desembargo do Paço; Presidente do meo Real Erario; Regedor da Caza da Suplicação; Concelho da minha Real Fazenda; Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação; Governador e Capitão General do Reino do Algarve; e a todos os Tribunaes, Ministros de Justica, e mais pessoas á quem o conhecimento deste Alvará pertencer; o cumprão e guardem, sem embargo de quaesquer leis ou disposições que o contrario determinem, que todas hei por derogadas para este effeito somente, como se de cada huma fizesse expressa e individual menção. E valerá como Carta passada pela Chancelaria, posto que por ella não há de passar, e que o seo effeito haja de durar mais de hum anno, não obstante a Ordenação em contrario.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Julho de 1815.

PRINCIPE.

Marquez de Aguiar.

INGLATERRA.

CATHOLICOS ROMANOS DA IRLANDA.

Representação e Supplica dos Catholicos Romanos da Irlanda á Sua Santidade o Papa Pio VII.

Santissimo Padre:—Nós, os Catholicos Romanos da Irlanda, com a maior humildade recorremos á Vossa Santidade, implorando para sinco milhoens de fieis a Benção Apostolica.

Nós desejamos, Santissimo Padre, expôr á Vossa Santidade, em termos respeituosos e francos, os nossos receios, votos e determinaçoes, á fim de que Vossa Santidade fique delles cabalmente inteirado.

Julgamos desnecessario, Santissimo Padre, lembrar ao Soberano Pontifice da nossa igreja, os bem fundados direitos, que temos ao seo apoio, e protecção; por isso que não podemos por hum só momento imaginar, que Vossa Santidade se esqueça da constancia e affeição, que os Catholicos Romanos da Irlanda sempre tem manifestado á Santa Sé, em despeito da mais sanguinaria e dispiedosa perseguição, que jamais opprimio hum povo Christão.

Nós, com tudo, não podemos deixar de lembrar ao nosso Santissimo Padre, que a pezar de nós, e nossos maiores haverem sido de proposito, e decedidamente perseguidos, em virtude do nosso apego e uniaõ a Santa Sé; com tudo nunca os Catholicos Romanos da Irlanda, em periodo algum desta perseguição, rogáraõ aos predecessores de Vossa Santidade, que alterassem no menor ponto essa uniaõ, ou que fizessem modificação alguma no principio existente da nossa Santa Igreja, á fim de conseguirem para os Catholicos Romanos da Irlanda a extincção ou mitigação, das crueis leis, que os proscreviaõ.

Foi por tanto com a mais viva dor que ouvimos, que, não obstante as uniformes provas do nossa adhezaõ Espiritual á Santa Sé, Vossa Santidade fora servido favorecer huma medida, que daria ao Governo

Protestante a authoridade de superintender sobre a nomeação dos nossos Prelados; medida esta, contra a qual todos os Catholicos da Irlanda unâneses hão protestado, e sempre protestarão. Não se allegão motivos alguns Espirituaes para se fazer a sobredita alteração em o nosso systema ecclesiastico; nem hé ella adoptada com o intuito de augmentar os interesses da religião, ou melhorar a moralidade do povo Catholico da Irlanda; ella hé, pelo contrario, proposta em opposição ás bem sabidas, e expressas opinioens dos nossos Pastores Espirituaes; e offerecida como huma troca ou permutação por algum favor temporal, ou concessão: hé por tanto do nosso dever, como Catholicos e como vassallos, declarar em termos os mais explicitos os nossos sentimentos sobre este ponto.

Em primeiro lugar julgamos acertado assegurar á Vossa Santidade, que a pezar das Leis Penaes, que foraõ feitas para opprimir os Catholicos da Irlanda, haverem sido muito mitigadas durante o reinado do nosso muito amado soberano George III.; com tudo a hostilidade contra a nossa Santa Religião continua a existir em toda a força; e que se praticaõ todos os artificios e persuasoens, com a mira de desviar o Catholico Irlandez do exercicio, e profissão da sua religião. Daõ-se premios á todo o Clerigo Catholico, que apostáta da sua fé; mantem-se com grande despeza hospitaes e escollas publicas, nas quaes a hostilidade contra a crença e character dos Catholicos Romanos constitue o principal principio de instrucção; há Commissarios nomeados para impedir as Instituicoens Catholicas de receberem beneficio algum das doações de pessoas pias; há sociedades estabelecidas, debaixo da protecção dos nossos governantes, para converter a classe pobre dos Catholicos; offerecem-se, e daõ-se, dadivas aos pais Catholicos para venderem a fé de seos filhos; ao mesmo tempo que se pratica toda a sorte de suborno e corrupção com o fim de persuadir os mestres de escola Catholicos Romanos a desviar as crianças Catholicas Romanas, entregues á sua tutela, do apego á sua crença. Todo o Membro da Legislatura, todo o Ministro do Governo, todo o Juiz do reino, todo o official superior Naval, Militar ou Civil, e quasi todos os empregados em officios publicos, são

obrigados a jurar, e até já tem dado juramento pela forma seguinte:—

“ Eu solemne e sinceramente, na presença de Deos, professo, testefico, e declaro, que crêo, que no Sacramento da Communhão não há transubstanciação alguma do Paão e Vinho em o Corpo e Sangue de Christo, seja qual for a pessoa que os consagra, ou haja consagrado; e que a invocação e adoração da Virgem Maria, ou de outro qualquer Santo, e o Sacrificio da Missa, como se praticaõ actualmente nas Igrejas Catholicas, são supersticiosas e idolatricas; e eu na presença de Deos solemnementemente professo, testefico, e declaro, que faço toda esta declaração no sentido evidente e commum das palavras que me são lidas, taes como ellas são de ordinario entendidas pelos Protestantes Inglezes; sem evasaõ, equivocação, ou restricção mental de qualquer sorte; sem ter em vista dispensação alguma, que haja sido para este fim concedida pelo Papa, ou outra qualquer authoridade ou pessoa; sem esperança de tal dispensação de qualquer pessoa ou authoridade; sem a persuasaõ, que eu posso perante Deos ou homem ser desobrigado ou absolvido desta declaração, ou de qualquer parte della; e mesmo no caso que o Papa, ou outra qualquer pessoa ou authoridade, dispensassem ou annullassem a mesma, ou a declarassem nulla desde o principio.”

Hé á individuos, que tomaõ taõ hostis juramentos contra a nossa santa religião, que se nos exige agora, Santissimo Padre, que confiemos a escolha, e nomeação dos Prelados da nossa Igreja; e assim havendo os nossos adversarios religiosos achado infructiferos os esforços da perseguição, procuraõ agora conseguir pela a intriga a destruição daquella Igreja, cuja pre-eminente perfeição há excitado e seo ciume e odio.

Nós não podemos suppôr, que Vossa Santidade scientemente annuiria á huma tal medida; por quanto estamos de todo convencidos, que huma vez que se conceda ao nosso Principe Protestante, ou aos seos Ministros Protestantes, o direito de se intrometterem, directa ou indirectamente, na nomeação dos nossos Prelados, a Religião Catholica na Irlanda ficará inevitavelmente destruida. A primeira consequência seria

humana revolta e indignação geral contra os authores e fautores do detestado systema, sem contemplação ao grau de dignidade ou a qualidade dos individuos; e não hé mui improvavel, que hum taõ lamentavel desavença trouxesse comsigo hum tal estado de desconfiança e desprazer, que a final terminasse na destruição daquella intima connexão, em materias Espirituaes, que agora taõ felizmente subsiste entre a Santa Sé e os Catholicos Romanos da Irlanda. Os Prelados e o Clero seriaõ tratados com pouco respeito, e desprezados; os Altares e Confessionarios ficariaõ desamparados; a irreligião e immoralidade substituiriaõ o lugar da conducta religiosa e moral, que actualmente distingue o povo da Irlanda; a pos isto viriaõ desordens publicas e desgraças particulares; e a nossa Igreja desprezada seria hum facil victima daquelles, que anciosos procuraõ agora extirpar desta nação a Fé Catholica Romana.

Nós desejamos assegurar á Vossa Santidade, que os Catholicos Romanos da Irlanda tem a mais excessiva estima e afeição aos seos Prelados e Clero: elles não só os consideraõ como guias espirituas, mas taõbem como fieis amigos, e bons concelheiros. As perseguições creáraõ hum affecto e apoio reciproco, a ponto de pôr a ambos em estado de poderem encarar as severidades das leis sanguinarias. Estes mutuos serviços não estão esquecidos; os sentimentos, que produziraõ, ainda permanecem em ser; e nunca por tanto podemos consentir, que a nossa pura e pia Jerarquia seja contaminada por hum tal connexão, que de necessidade faria com que os ditos Prelados e Clero perdessem a sua justa influencia; e que as suas fieis ovelhas os considerassem como objectos menos dignos de estima e confiança. Estes são alguns dos resultados, que os fautores desta medida esperaõ que a sua execução produzirá; elles porem tem, alem disso, outros objectos em contemplação. Elles procuraõ, e desejaõ fervorosamente destruir a Authoridade Espiritual da Santa Sé neste paiz; e estamos certos, que os seos esforços seriaõ a final coroados de successo, se elles pudessem effectuar a sobredita revolução em o nosso Systema Ecclesiastico; por isso que a experiencia nós há mos-

trado, que em todos os negocios, em que os Ministros Britannicos tem podido entremetter-se, elles haõ a final conseguido exercer absoluta e exclusiva authoridade.

Vossa Santidade não póde deixar de conhecer a injustiça das imputações dirigidas contra a nossa veneravel Jerarquia por aquelles, que exigem ainda outras seguranças da pacifica e leal conducta dos nossos Prelados e Clero. A sua correspondencia com a Santa Sé esta naturalmente sujeita a inspecção de Vossa Santidade; e não temos a menor duvida em asseverar, que, pelo que toca a sua conducta politica, as communicações que constituem essa correspondencia achar-se-haõ não admittir a menor censura. De mais, a sua conducta neste paiz hé espreitada com hum vigilancia mais que ordinaria; a mais pequena prova de desamor seria de bom grado exposta; e a pezar disso o seo comportamento não só hé irreprehensivel, mas taõbem as Authoridades de maior consideração nesta Ilha tem sido testemunhas da sua lealdade, e do louvavel uso que elles tem feito daquella influencia que pela sua conducta e dignidade haõ adquirido sobre os seos respectivos rebanhos. Os Ministros da Corõa já estão munidos de amplos poderes para corrigir algum vassallo ou estrangeiro, que desobedeça as leis; e não tem occorrido neste paiz hum só exemplo de que algum individuo de qualquer condicão haja escapado do castigo, em consequencia da inefficacia das leis existentes para esse fim.

Nem se deve esquecer, que os nossos veneraveis Prelados se obrigaõ por meio dos mais solemnes juramentos a observar a mais leal, e pacifica conducta; e destes juramentos nós enviamos copias, e humildemente as submettemos á inspecção e consideração de Vossa Santidade. Nós estamos por tanto convencidos, que se exigem ainda mais seguranças não em consequencia de haver receio algum de ellas serem necessarias, mas unicamente com o fim de pôr os inimigos da nossa Santa Religião em estado de se intrometterem em os nossos negocios espirituaes, e conseguirem o destruir aquella Igreja, que elles tem por taõ longo tempo, porem infructuosamente, atacado.

Nós faltariamos á candura, que nos gloriamos de

professar, se não informassemos, alem disso, á Vossa Santidade, que havemos sempre julgado, que os nossos direitos á Emancipação Politica estão fundados em principios de politica civil. Nós não procuramos obter do nosso Governo mais que a restauração de direitos temporaes; e com a maior humildade, porem ao mesmo tempo com a maior firmeza, protestamos contra a intervenção de Vossa Santidade ou de outro qualquer Prelado, Estado, ou Potentado, no que diz respeito á nossa conducta temporal, ou ao arranjo das nossas materias politicas. Nós por tanto julgamos desnecessario, Santissimo Padre, expôr á Vossa Santidade, as numerosas objecções, que debaixo de hum ponto de vista politico, temos contra a medida proposta. Nós havemos neste Memorial somente recapitulado as objecções fundadas em considerações espirituaes; por que, assim como por hum lado não desejamos sobmetter os nossos negocios religiosos á authoridade do nosso Chefe Temporal, taõbem por outro lado não podemos admittir direito algum, da parte da Santa Sé, para investigar os nossos principios politicos, ou dirigir a nossa conducta politica; sendo sempre o nosso mais fervoroso desejo e fixa determinação, o conformar-nos em todos os tempos e em todas as circumstancias com aquelle sagrado preceito, que nos aconselha á distinguir a authoridade Temporal da Espiritual, dando á Cæsar o que hé de Cæsar, e á Deos o que hé de Deos.

Assim Santissimo Padre, claramente se vê que, ao passo que á esta offensiva medida resistem todas as ordens da nossa Jerarquia, nós, em beneficio de quem se diz ella fora contemplada, com o maior fervor e determinação taõbem nos oppomos á ella; declarando solemnemente, que preferiríamos a perpetuação dos vexames que nos opprimem, a vermo-la posta em execução.

Nós por tanto imploramos á Vossa Santidade, que não approve huma medida taõ offensiva á huma taõ fiel e consideravel porção do rebanho universal. A nossa repugnancia hé fundada na experiencia e observação; a remota situação pelo contrario, de Vossa Santidade obriga a Santa Sé á fiar-se nas representações de individuos, que tem interesse em illudir, por

quanto os Catholicos Romanos da Irlanda nunca podem acreditar, que o seo reverendo Pontiffice, que tanto havia soffrido por manter a sua dignidade espiritual, scientemente, e de proposito faça taõ grande injustiça aos sentimentos de hum povo Catholico, que há soffrido quasi tres seculos de perseguição, em consequencia da sua adhesão ao mesmo systema religioso.

Se esta nossa determinação hé falsa, fica-nos então o pezar de que nós e os nossos maiores já há muito não tenhamos achado o erro; visto que os Catholicos da Irlanda podiaõ, fazendo taes sacrificios, já haver obtido mitigação do Codigo Penal, que os opprime. Nós, porem, não lamentamos a nossa perseverança; antes pelo contrario estamos firmemente convencidos, que persistindo nesta mesma resolução havemos a final obter a approvação da Santa Sé, e a admiração de todos os fieis membros da Igreja Christam.

Ora se os nossos Guias Temporaes forem servidos opprimir-nos com esta offensiva regulção, não teremos outro remedio senão confiar no auxillio do Altissimo para suportarmos esta nova perseguição com a mesma firmeza, com que havemos suportado as outras. Teriamos na verdade a mais profunda dor, se os nossos inimigos conseguissem separar o affecto de Vossa Santidade de tantos milhoens de fieis. Mas se infelizmente acontecer, que a influencia dos nossos adversarios seja mais poderosa que as supplicas de hum tal povo, nós apezar disso nunca nos desviaremos da linha dos nossos deveres.

Não anticiparemos porem huma taõ calamitosa determinação da parte de Vossa Santidade; poremos pelo contrario a nossa usual confiança na Santa Sé; e fiados na benigna Providencia do Divino Fundador da nossa Fé, esperaremos da parte de Vossa Santidade por huma determinação tal, que pacifique as nossas anciedades religiosas; que preserve imperturbavel a paz de huma Igreja excessivamente afeiçoada ao seo Chefe Espiritual; e que assim perpetue, com laços indissoluveis, a união espiritual, que por taõ longo tempo subsiste entre a Sé de Roma e os Catholicos Romanos da Irlanda.

Para estes fins, e com estas vistas, nós pomos esta humilde representação e supplica aos pés de Vossa

Santidade, rogando á Vossa Santidade queira prestrar-lhe huma favoravel attençaõ; e imploramos de novo a Bençaõ Apostolica.

Copias dos Juramentos que daõ os Catholicos Romanos da Irlanda.

“ 1. Eu tomo, a Deos Todo Poderoso, e seo unico Filho Jesus Christo, nosso Redemptor, por testemunhas, que serei sempre fiel ao Nosso Serenissimo Soberano El Rey Jorge III., e que o defenderei, tanto quanto possa, de todas as conspiraçoes e attentados, que forem feitos contra a sua pessoa, corôa, e dignidade; e que farei todos os esforços para descobrir e revelar á Sua Magestade e seos successores, todas as traiçoens e perfidas conspiraçoes, que contra elle ou elles forem tramadas; e eu fielmente prometto manter, sustentar, e defender, tanto quanto possa, a successão da Corôa na familia de Sua Magestade, contra qualquer ou quaesquer pessoas; renunciando por este modo, e de todo abjurando obediencia alguma ou fidelidade á pessoa que tomou sobre si o nome e titulo de Principe de Galles, durante a vida de seo pai; e que desde a morte deste, se diz ter-se arrogado o nome e titulo de El Rei da Gram Bretanha e Irlanda, debaixo do nome de Carlos Terceiro; ou á outro qualquer individuo, que pretender algum direito á Corôa destes reinos; e juro que eu regeito e detesto como anti-christão e impio o crer, que hé licito assassinar ou destruir qualquer pessoa, ou pessoas, debaixo do pretexto de ellas serem hereges; e tambem aquelle principio anti-christão e impio, que não se deve goardar fé com hereges; e declaro alem disso, que não hé artigo da minha fé, e que renuncio, regeito, e abjuro a opiniaõ, que os Principes excomungados pelo Papa, ou alguma autoridade da Santa Sé, ou outro qualquer poder, podem ser depostos, ou assassinados pelos seos vassallos, ou outro qualquer individuo; e eu prometto, que eu não sustentarei, mantereí, ou defenderei tal opiniaõ, ou opiniaõ alguma que fôr contraria ao que fica expresso nesta declaraçãõ; e declaro que não creio, que o Papa de Roma, ou outro qualquer Principe, Prelado, Estado,

ou Potentado estrangeiro, tem ou deva ter neste reino directa, ou indirectamente jurisdicção, poder, superioridade, ou predomínio algum temporal ou civil; e eu, na presença de Deos, e de seo unico Filho Jesus Christo, nosso Redemptor, sollemnemente professo, testefico, e declaro, que eu faço esta declaração, e todas as partes della, no sentido evidente e ordinario das palavras deste juramento, sem evasão, equivocação, ou restricção mental de qualquer sorte; sem dispensação alguma já concedida pelo Papa, ou por outra qualquer autoridade ou pessoa; sem a persuasão, que eu posso perante Deos ou dos homens ser desobrigado ou absolvido desta declaração, ou de qualquer parte della; mesmo no caso que o Papa, ou outra qualquer pessoa, ou autoridade dispensasse, ou annulasse a mesma, ou a declarasse nulla desde o principio."

"2. Eu declaro, que professo a religião Catholica Romana. Eu juro que desaprovo, detesto, e abjuro, como anti-christão e impio, o principio que hé licito assassinar, destruir, ou por modo algum lesar qualquer individuo com o pretexto de elle ser herege; e declaro sollemnemente perante Deos que crêo, que nenhuma acção por sua natureza injusta, antimoral, ou malvada, pode ser justificada, ou desculpada com o pretexto, ou sob cor, de que fora feita ou para bem da Igreja, ou em obediencia á qualquer poder ecclesiastico. Eu igualmente declaro, que *naõ hé hum artigo da Fé Catholica, nem ella exige, que eu crêa ou professe, que o Papa hé infallivel*; ou que eu estou obrigado a obedecer á qualquer ordem de sua natureza antimoral; mesmo no caso que o Papa, ou outra qualquer autoridade ecclesiastica intimasse, ou publicasse tal ordem; antes pelo contrario mantenho, que eu cometeria hum pecado se a respeitasse ou lhe obedecesse; declaro alem disso, que naõ creio que qualquer pecado que eu haja cometido, pode ser perdoado, pela mera vontade do Papa; de qualquer ecclesiastico, ou de qualquer pessoa, ou pessoas; porem que hum sincero arrependimento pelas nossas offensas passadas, huma firme e sincera resolução de naõ commeter faltas para o futuro, e de expiar os nossos pecados, saõ requisitos previos e indispensaveis para se ter huma bem fundada esperanza de sermos perdoados; e que qualquer pessoa que

recebe a absolvição, sem estes previos requisitos, longe de com ella obter remissão alguma dos seos peccados, incorre pelo contrario na culpa de violar hum Sacramento; e eu juro que defenderei, tanto quanto possa, o estabelecimento e arranjo das propriedades neste paiz, segundo está regulado pelas leis actualmente existentes; e assim renuncio, nego, e solemnemente abjuro intençaõ alguma de subverter a Igreja Protestante com a mira de substituir em seo lugar a Igreja Catholica; e solemnemente juro, que nunca no exercicio de qualquer privilegio, que eu goze ou venha a gozar, farei por perturbar e enfraquecer neste reino a Religiao, e o Governo Protestante.”

Mappa da Importação e Exportação de Algudaõ em Londres, no anno 1815.

Importação de—	1815.	1814.	Augmento.	Diminuição.
Pernambuco - - - - -	11,790	23,425	—	11,635
Bahia - - - - -	3,766	9,926	—	6,160
Maranhão - - - - -	3,084	8,040	—	4,956
Ceará - - - - -	—	650	—	650
Pará - - - - -	—	112	—	112
Rio - - - - -	1,039	1,318	—	279
Portugal e Hespanha - - - - -	1,807	3,910	—	2,103
America e Bermuda - - - - -	7,644	2,755	4,889	—
Cayenna - - - - -	107	173	—	66
Surinam - - - - -	1,731	3,859	—	2,128
Demerara e Berbice - - - - -	2,599	2,847	—	248
Carriacou e Granada - - - - -	1,969	1,215	754	—
Barbadas - - - - -	673	391	282	—
Martinica, &c. - - - - -	2,726	6,012	—	3,286
Indias Orientaes - - - - -	22,788	12,891	9,897	—
Turquia - - - - -	14	285	—	271
França, &c. - - - - -	8,838	—	8,838	—
Total - - - - -	70,575	77,809	—	7,234

Exportação - - - - - 29,897 (computação de 200lbs. por Saca.)

Estavaõ em ser em 31 de Dezembro, 1815,

Do Brazil, 3,658 :—America, 1,176 :—Hollanda e Indias Occidentaes, 465 :—Hespanha, 453 :—Smyrna, 53 :—Bourbon, 190 :—Surate e Bengala, 6,015.—Total, 12,009.

ROBERTO DAY, Corrector.

VARIEDADES.

Exposição que foi attribuida á M. Pozzo di Borgho actual Ministro Russiano na Corte de França, dando Conta do Actual Estado dos Negocios em França ao Imperador da Russia.

“ Comparando o estado do espirito publico em França na epocha do desembarque do Usurpador com o que actualmente existe, hé quaze impossivel não temer, que a segunda restauração não seja ainda a ultima das revoluçoens neste paiz.

“ Quando Napoleão desembarcou, os empregados publicos, que haviaõ perdido os seos lugare com a volta dos Bourbons; os militares irritados pela redução do seo soldo, e por verem dadas as honras e recompensas a individuos que elles olhavaõ como inimigos; os homens, que se haviaõ feito notaveis na revolução, e á quem as gazetas já tempos antes tinhaõ denunciado como dignos da vingança publica; os compradores de bens nacionaes, á quem os gazeteiros e clerigos ameaçavaõ com a perda dos ditos bens; finalmente, os paizanos, que temiaõ a renovação nos dizimos, e do sistema feudal, todos em geral se deram a elle, a pezar da lembrança da sua primeira tirania, não por amor da sua pessoa, mas por odio ao governo dos Bourbons, contra quem nutriaõ invenciveis preoccupaçoens.

“ Os emigrados, os nobres, e clerigos, que haviaõ perdido seos bens e privilegios em consequencia da revolução, e que esperavaõ completamente recupera-los no reinado dos Bourbons; em fim aquella classe de individuos, que hé indifferente a todo o sistema de governo, e que não quer senão descanso, viram, pelo contrario, a volta de Napoleão com horror: mas a bem notoria pusilanimidade dos primeiros, e a apatia e egoismo dos segundes tornaram inuteis todos os esforços que se fizeraõ para o repelir. Elle chegou sem obstaculo, e encontrou quaze toda a povoação

pronta a recebe-lo, muito menos, hé preciso repeti-lo, por affeição que lhe tivesse, do que pelo odio que conservava contra o governo que se hia dissolver. Aquelles, que exclusivamente dependiaõ da familia dos Bourbons, defenderaõ-nos, segundo o seo costume, fugindo.

“ Tal era o estado do espirito público quando Napoleaõ desembarcou em Cannas, e continuou na sua marcha triumphal até Paris, escoltado pelos desejos, e acclamaçoens quase unanimes da povoação das provincias por onde atravessava.

“ Agora parece que o estado de couzas e do espirito publico não hé mais favoravel, e que as inquietaçoens e sustos universaes, que a administração dos Bourbons excitou antes da sua sahida de França, não só tem revivido depois da sua volta, porem até existem em gráo ainda maior.

“ O modo violento por que se efféituou o seo restabelecimento, os desastres que o acompanharam, e as calamidades de toda a sorte que os habitantes da metade da França tem experimentado, em consequencia da invasão dos exercitos estrangeiros, por nenhuma forma tem conciliado para com estes Principes o amor do povo Francez; e o estado a que a França ficou reduzida pelo Tratado de Paz, a occupação militar do seo territorio, a perda das suas colonias, a ruina dos seos estabelecimentos, commerciaes, e manufacturas, e em consequencia de tudo isto, a aniquilação do seo commercio e industria, não podem de certo ter concorrido para lhes reconquistar os coraçoens Francezes em favor da sua cauza.

“ Os Actos da sua administração depois do seo restabelecimento não parecem ser mais adequados para reunir em hum centro commum os varios elementos do corpo social, desunido por effeito das revoluçoens; e por consequencia daõ pouca esperanza ao governo de adquirir consistencia, e estabilidade. Qualquer atenta e imparcial investigação destes actos mostra que lhes falta unidade e combinação. O seo espirito contemporisador muda conforme as diversas circunstanCIAS; humas vezes elles proclamam hum amnistia geral; outras, produzem a suspensão do seo *Habeas Corpus*, ou a instituição dos tribunaes ordinarios.

“ O espirito de vacillação do governo está bem retratado na seguinte caricatura:—El Rey anda passeando, com hum chapeo de chuva debaixo do braço, no qual está escripto em largos caracteres—*A Carta*. Ao menor indício de tempestade, abre S. M. immediatamente o chapeo. Com effeito, esta malfadada *Carta* só se abre quando há receio de tormenta, e immediatamente se fecha assim que ella parece dissipar-se. Huma de duas couzas hé preciso fazer—ou acabar de todo por huma vez com a *Carta*, ou adopta-la franca e lealmente. Hé verdade que Buonaparté, seguindo o mesmo sistema, conseguiu amalgamar todas as facções, reconciliar todos os partidos, apoderar-se de todos, e em fim ganhar hum poder absoluto; porem Buonaparte (pondo de lado toda a ascendencia que havia tomado sobre a nação em virtude dos seos relevantes serviços e da sua prodigiosa reputação militar) sabia proseguir com huma habilidade e perseverança sem exemplo no objecto que tinha em vista, quando os Bourbons não mostram em nenhum dos seos actos nem força, constancia, nem combinação, couzas indispensavelmente precisas para chegarem aos seos fins.

“ Hum golpe de vista lançado sobre as differentes auctoridades, que constituem o Governo Francez, bastarão para demonstrar esta verdade.

“ El Rey.—Hum Principe da sua familia governa com o mais absoluto poder a melhor parte do seo reino, e parece estar ja impaciente pelo momento em que possa governar o todo.

“ Ministerio.—Dividido em dois partidos, que mutuamente se combatem, nunca teve credito para com o publico; e ainda quando o houvesse tido, o haveria perdido na occasião em que assignou o ultimo Tratado de Paz, tão desastrozo para a França. O seo Presidente, aquem ninguem pode negar o titulo de hum homem integro, qualidade preciosa nestes tempos, tem que combater, ao mesmo tempo, com a nação que elle não conhece, e que o considera como estrangeiro, e com as intrigas da Corte assim como com as do ultimo Ministerio, anciozo de tornar a assumir o poder. Alem de tudo isto, elle acha opposição no gabinete Britannico, que deseja enfraquecer a influencia da Russia; e de mais, talvez que bem cedo tenha

que lutar com hum homem ciozo da sua illimitada ascendencia no espirito d'El Rey, Mr. de Blacas, que se afirma virá antes de muito tempo occupar o seo primeiro emprego, unico que está vago no actual Ministerio. Assim conhecendo muibem a sua critica situação, o Ministro há pouco hé que tem conhecido que, pôsto entre a loucura e o crime, será obrigado a retirar-se. Nenhuma duvida pode haver a cerca da escolha do seo successor; porem M. de Talleyrand declarou, que não communicaria mais com os actuaes Ministros da Guerra e do Interior, a quem El Rey deseja conservar.

“ Camera dos Pares.—O direito hereditario que tem os seos membros, a importancia e esplendor das suas funcçoens, e o interesse que elles tem em manter a ordem de couzas em que gozão de tão altas prerogativas, tinhaõ socegado muita gente á respeito das disposiçoens da Corte e da Camera dos Deputados, e a tinhaõ persuadido não só que se conservariaõ livres de todo o espirito de resistencia, mas obrigaríã o governo a ser fiel á *Carta*. Todavia, estas bellas esperanças já se desvaneceram. A Camera dos Pares, consistindo, pela maior parte, em Chefes de *Chouans*, de *Vendeanos*, e de Realistas fanaticos, tem já manifestado esse mesmo espirito de partido e de paixão a que tudo se sacrifica.

“ As mesmas observaçoes se podem applicar á Camera dos Deputados: composta dos mesmos elementos, deve ter igualmente o mesmo espirito. As eleiçoens dos seos membros não se fizeraõ de modo que podessem conciliar a estimacão publica. Em primeiro lugar, El Rey nomeou os Presidentes de todos os Collegios Eleitoraes; depois auctorisou os Prefeitos para acrescentarem 20 Eleitores da sua propria escolha aos Collegios Departamentaes, e 10 aos Collegios das Comarcas (*Arrondissements*;) e a final, como ainda tudo isto não pareceo sufficiente para ter eleiçoens como se desejavaõ, apenas haveria hum Collegio em que se não empregasse a fraude e a violencia para que as eleiçoens fossem do agrado do governo. Assim, por exemplo, em Toloza, o Presidente do Collegio, ainda que nomeado por El Rey, não parecendo ainda Realista bem *puro*, foi violenta-

mente expulso, e entre os assassinos do General Ramel hé que se fizeraõ as eleigoens. Em Nismes tambem, o Collegio Eleitoral foi posto debaixo da influencia de hum bando de ladroens e de assassinos; e alguns dos membros dos collegios que eraõ Protestantes, foraõ forçados a fugir prontamente para não serem assassinados.

“ Em Mendez, huma Associação de Insurreição ordenou, que o Collegio Elleitoral fosse cercado por bandos armados, e prontos á fazer fogo. Huma duzia de chefes destes bandos entrou dentro do Collegio, e forçou os Eleitores á mostrarem os seos votos antes de os lançarem na urna; maltrataram muitos Eleitores, e declararam ao Presidente, nomeado por El Rey, que se elle fosse hum dos eleitos, não ficaria com vida.

“ Estes poucos factos podem dar huma idea do modo porque está composta a Camera dos Deputados. Esta Camera tem-se mostrado tão revolucionaria, tão anti-constitucional, e com espirito tão anti-Real que o Ministerio, assustado, julgou prudente organizar huma *Opposição*, convidando os membros mais racionaveis e moderados para formarem hum Club particular: porem esta *Opposição* consta sempre de huma mui pequena minoridade.

“ A organização da força militar, não obstante as reiteradas seguranças das gazetas, procede com vagar e difficuldade; o maior numero dos veteranos recuza servir e prefere lavrar a terra. O Governo tem-se por consequencia visto obrigado á recorrer aos alistamentos voluntarios, e á servir-se de promessas de premios. Os individuos, que se offerecem para servir como officiaes são numerosos, porem, pela maior parte, nenhum delles tem a experiencia militar: todavia alguns, por meio de intrigas, tem obtido patentes, e ainda das superiores. Hum negociante, que fez banca-rota, foi nomeado coronel e official da legião d'honra. O mesmo governo tem com tudo tão pouca confiança na composição do novo exercito, que já por varias vezes tem retardado a partida do Duque de Wellington, e tropas do seo commando.

“ A administração interna vai muito melhor em o Norte do que no Sul. Todavia, as medidas arbitrias adoptaõ-se em toda a parte, e hé impossivel que por

toda a parte não seja geral a resistencia. Os Prefeitos, Sob-Prefeitos, as auctoridades ainda as mais subordinadas, até os mesmos Maires impoem, por sua propria auctoridade, tributos arbitrarios dentro dos seus districtos, e particularmente sobre as pessoas que suspeitam ser de opinioens contrarias as delles. Muitos Realistas *puros* recuzaõ pagar estas contribuicoens extraordinarias com o pretexto de que ellas so devem recahir nos homens da Revoluçaõ: em consequencia disto, muitos collectores tem-se despedido do seu emprego, receando que fazendo as cobranças segundo a lei, sejaõ accusados de *Buonapartismo*, e perseguidos perante os tribunaes; não obstante ser hum facto certo que, á excepçaõ do exercito e de hum pequeno numero de individuos cuja existencia está intimamente ligada com a de Buonaparte, não existe hum so Francez que não tenha em execraçaõ este homem—o autor de seus males. A pezar desta circumstancia, huma especie de Inquisiçaõ se vai estabelecendo por toda a parte, que so poderá produzir mui fataes resultados. As diversas auctoridades constituídas convidaõ, por meio de cartas confidenciaes, as pessoas que vivem debaixo da sua jurisdicçaõ para que venhaõ fazer-lhes delacoens e denuncias; ellas examinaõ as testemunhas, &c. Em consequencia destes variõs excessos, as sociedades de familia, em outro tempo taõ francas e taõ agradaveis em França, tem perdido toda a sua antiga amenidade; o povo vive retirado e dividido; cada hum teme e foge do seu vizinho; e saõ bem raras as assembleas ou ajuntamentos que se fazem: o espirito de partido hé dominante entre todas as familias, e tem expulsado dellas a paz e harmonia.

“ Os contratos publicos e particulares estaõ quase de todo acabados, e não poderãõ tornar a por-se em hum movimento regular em quanto o governo não fizer conhecer os meios que intenta empregar para cumprir as diversas estipulaçoens contrahidas pelos Tratados de paz. Hé quase impraticavel o haver transferencia de propriedades, porque os que possuem moeda tem o maior cuidado em a esconder; de sorte que sobre huma propriedade do valor de meio milhaõ de libras seria mui difficil haver mil luizes de oiro ainda com o juro mais excessivo.

“ A vista das considerações geraes que excita a deploravel situação deste paiz, e do prospecto, mais melancolico ainda, dos males que o ameaçam, hé impossivel poder racionalmente esperar que a sua situação melhore, a não ser pela uniaõ dos Alliados, pela occupação da França pelas suas tropas, e pela sua decidida protecção não só contra as emprezas dos *Jacobinos vermelhos*, porem contra as maquinações dos *Jacobinos brancos*, os quaes com a mascara do fanatismo religioso, resuscitado na Europa depois da restauração dos diverros ramos da familia dos Bourbons, tem cometido dentro destes seis mezes no Sul taes horrores e crueldades, de que apenas há hum exemplo em todo o curso da revolução. Se desgradamente, as Potencias alliadas não se conservarem unidas por muito tempo, e se a collisão de interesses as dividirem, de certo ainda teremos que ver a infeliz França entregue ás convulsoens revolucionarias, pelas quaes tem sido atormentada por vinte e cinco annos; e entaõ neste cazo os Bourbons seriaõ inevitavelmente obrigados a descer pela terceira vez do throno. Tal hé ao menos a opiniaõ de hum grande homem de Estado, Lord Castlereagh, o qual escreveo ao Imperador Alexandre em data de 8 de Agosto passado, que—“ o restabelecimento dos Bourbons, tal como naquelle tempo existia, não se podia considerar como o fim do estado revolucionario; e que a duração da sua existencia somente dependia da presença dos exercitos alliados no coração da França.” A experiencia taõbem tem mostrado, e já por mais de huma vez, que a cauza dos Bourbons não pode manter-se senaõ por meio das baionetas estrangeiras; e que elles tem ficado sempre vencidos todas as vezes que entraram sós em lide, sem ser preciso empregar a mais pequena resistencia, nem derramar-se huma só gôta de sangue ou em seo favor ou contra elles.

“ Em huma palavra, esta cauza, que não pode ser eternamente defendida pelas forças externas, e que portanto hé necessario que corra as alternativas ora de ser destruida pela nação ora restabelecida pelos estrangeiros, parece estar ainda ameaçando a França com huma serie de sanguinolentas catastrophes, que se renovarão sem fim até que este bello paiz fique com-

pletamente arruinado ;—espetaculo tragico, talvez ainda guardado para a nossa posteridade !

Dezembro, 1815.

Jesuitas.

Huma Gazeta Alemam publicou o artigo seguinte : —Somos informados que os Jesuitas estão emigrando de Roma as duzias e aos centos, para os differentes collegios que tem sido restabelecidos em Hespanha, Napoles, Sicilia, Parma, &c. Trezentos delles já ultimamente principiaram sua viagem para o primeiro destes Reinos.”

Fautores da fugida de Lavalette.

Por despachos chegados de França no dia 16 de Janeiro soube-se que tres Inglezes de qualidade haviaõ sido prezos em Paris por ordem da policia. Foraõ Sir Roberto Wilson, o Capitaõ Hutchinson, e Mr. Bruce. Sir Roberto Wilson hé bem conhecido pelos seos brilhantes serviços que fez durante toda a guerra contra Buonaparte, e supomos ser o mesmo que taõ bizarramente commandou a nossa Legiaõ Lusitana. O Capitaõ Hutchinson he hum joven official das guardas, parente de Lord Donoughmore. Mr. Bruce hé o filho mais velho do Banqueiro Crawford Bruce, esq. O ministro Inglez em Paris, Sir Carlos Stuart, assim que teve noticia destas prizoens, requereo immediatamente a sua soltura, porem foi lhe respondido que os tres individuos eraõ fautores da fugida de Lavalette. Tres dias antes que elle se escapasse haviaõ lhe procurado hum passaporte como para hum official Inglez ; acompanharaõ-no até Mons, aonde havia hum posto Inglez ; e fazendo-lhe registrar alli o mesmo passaporte, o deixaram hir para diante voltando elles immediatamente para Paris. Tal hé, ao menõs, o motivo destas prizoens, dado pelo governo de França ao Ministro Britannico que logo transmitio este avizo para Inglaterra.

EMBAIXADA DE ROMA.

O *Timês* de 28 de Dezembro de 1815 publicou o artigo seguinte :

“ *Conde de Funchal.*

“ O Conde de Funchal, Embaixador Extraordinario de S. A. R. o Principe Regente de Portugal nesta Corte, embarcou aos 21 do corrente em Dover. Vai por França no seo caminho para Roma, aonde está nomeado pela sua Corte para dar os parabens do Principe seo amo ao Papa, por occasião da restauração de Sua Santidade aos seos dominios.

“ O Conde de Funchal residio em Inglaterra como Embaixador, nos doze annos passados, os mais notaveis que a historia apresenta; tendo sido o segundo periodo da guerra revolucionaria muito mais importante que o primeiro, pelos seos gloriosos resultados, e pela grandeza dos seos acontecimentos. Esta guerra, que os partidistas de França chamaram—‘a segunda guerra Punica’—terminou de huma maneira bem contraria aos dezejos e expectações daquelles que tão confiadamente prediceram a destruição da moderna Carthago, como denominavam a Gram Bretanha.

“ A brilhante parte, que Portugal e as tropas Portuguezas representaram durante este periodo, depois de estarem por tão longo tempo esquecidas na Europa, foi em grande gráo a obra do Conde de Funchal; e por esta razão a Gram Bretanha lhe hé devedora da mais profunda obrigação; porque a sua perseverança e a influencia das suas opinioens hé que nós devemos o ter-se corregido aquelle extraordinario prejuizo que por longo tempo aqui existio; isto hé, que era impossivel obter adjutorio algum das tropas Portuguezas. Deste prejuizo participaram em gráo singular alguns mesmos dos Generaes Britannicos, até que foi aberta e candidamente renunciado pelo General Ferguson na Caza dos Communs. Na verdade, se não fosse a energia, o espirito de uniaõ e disciplina que mostraram as tropas Portuguezas, a probabilidade era que teriamos abandonado totalmente a Peninsula e seos habitantes em desgosto: e entã quem poderia ter con-

templado o exito da guerra Russiana, por que difficultozamente se teria acabado em huma campanha, sem os mais vivos receios? No tempo em que o nosso exercito occupava as linhas de Torres Vedras, toda a Europa tremia com o nome de Buonaparte; e a opiniaõ geral do Continente, para não dizer couza alguma de certos homens de Estado, aqui entre nós, era—que a nossa retirada e a consequente perda de Portugal eraõ inevitaveis. Foi nesta e n'outras mui criticas epóchas que se experimentou a constante firmeza do Conde de Funchal: elle nunca cessou de excitar e animar o nosso governo para que continuasse a contenda; e o espirito prophetico com que annunciou o heroismo dos seos compatriotas foi justificado, e ao mesmo tempo remunerado pelos acontecimentos.

“Nem foi este modo de pensar de S. E. o effeito de hum mero enthusiasmo nacional momentaneo. Havendo chegado a Inglaterra quase no mesmo momento em que se havia rompido a paz de Amiens, e quando o Ministerio do seo paiz se tinha mudado, e entrava em todos os interesses dos Francezes, elle ainda empenhou o governo Britannico para que respeitasse aquella neutralidade que a França tinha enganozamente vendido a Portugal; a fim de que a convicção obrasse lentamente nos seos compatriotas, estando bem persuadido, de que a perfida ambição de Buonaparte per si mesma os desenganaria. Nem se enganou elle nisto; por que hé bem sabido que a moderação, que mostrou o nosso governo para com o Principe Regente de Portugal em 1807, em quanto Buonaparte redobrava as suas ameaças, foi em consequencia de tudo o que suggerio o Conde de Funchal; e foi, quando comparada com a insolencia dos Francezes, a cauza que induzio S. A. R. a tomar refugio no Brazil antes do que confiar-se no Córso.

“A fidelidade e prudencia de S. E. em outros objectos menos importantes da sua missaõ foraõ remuneradas com igual bom successo: Nós tomámos a Ilha da Madeira, e nós a restituimos aos Portuguezes antes que o Principe Regente chegasse ao Brazil. Nós taõbem restituimos as propriedades Portuguezas tomadas em todo o Oceano desde o Baltico até a China; de maneira que se pode dizer do Conde de

Funchal, que elle tem merecido o respeito de seos compatriotas assim como o de toda a Europa.”

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

“ Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

“ Empregaremos a vida em defender a verdade, a nossa Patria,
e o Augusto Principe que a governa.”

LITTERATURA PORTUGUEZA.

Neste artigo, á pag. 425 deste N° publicámos as “ Observações sobre o Alvará de 11 de Abril, 1815.” Louvâmos muito as intenções do auctor pela analyse que fez da Lei, porque só desta forma se podem illuminar os governos, que nunca podem ser infalliveis, ainda quando tenham os melhores dezejões de fazerem a felicidade dos povos que governaõ. Todas as vezes que as observações sobre os Actos administrativos se fazem sem fel, sem odio, e sem pertençaõ de excitar a revolta, porem só com os puros intentos de illustrar, e esclarecer os que governaõ, estas observações são uteis, e merecem o reconhecimento do publico, e até dos que mandaõ, ou tem a auctoridade suprema: assim, não duvidâmos classificar o autor desta Memoria em o numero dos bons cidadãos, e dos vassallos fieis. Todavia não seremos em tudo da sua opinião, e manteremos ainda agora a nossa, particularmente sobre aquelle artigo, em que em o nosso N° 52 declarámos: —que as providencias desta Lei nos pareciaõ muito *illuminadas*.

Quando chamâmos *illuminadas* as providencias da Lei, nunca tivemos em vista asseverar que ella era absolutamente perfeita, e nem da nossa expressaõ, bem extendida, isto se pode concluir. Demos este epitheto á aquellas providencias, porque ellas tocaõ hum ponto, que a nosso modo de ver hé essencial, parecendo-nos

que delle dependem todos os progressos da cultura das nossas terras. Se a nossa opiniaõ hé, e sempre foi, que o cultivador Portuguez não deixa de agricultural as suas terras por perguica e desleixo, ou por falta de industria, porem unicamente porque não tem interesse em cultiva-las, ou por fallar ainda mais correctamente, porque não pode ou lhes faltaõ os meios de lhes dar a cultura competente; como deixariamos de chamar *illuminadas* essas providencias que destroem e aniquilaõ, segundo o nosso modo de pensar, todos os principios, que se oppoem á cultivacão dos nossos campos? A Lei mui *illuminadamente*, (e não temos ainda pejo de o repetir) izenta de direitos, imposicoens, e dizimos, por dez annos, todos os terrenos que se reduzirem á cultura; ora, se o mesmo auctor reconhece, que o *abondono ou desprezo da classe agricola, a desigualdade dos impostos, e os vexames e martirios na sua cobrança*, produzem o atrazamento da nossa agricultura, porque não chamariamos *illuminadas* essas providencias que libertaõ o lavrador da *desigualdade dos impostos, e dos vexames e martirios na sua cobrança*? Imagine o auctor os melhores planos ruraes que o entendimento humano pode conceber, forme hum plano de leis o mais coherente, o mais exacto, e mais mathematico na sua enunciação que possa sahir da mão dos homens, mande —o executar, e ao mesmo tempo diga ao lavrador, —“mas vós pagareis das vossas terras—décimas, dizimos, quartos, quintos, oitavos, foros, jogadas, &c. &c. e alem de tudo isto, sereis ainda cruelmente martirisados com a cobrança de todos estes impostos:” e verá no fim o producto que recebe de toda a perfectibilidade das suas leis economico-ruraes. Logo a Lei que tira, ainda que temporariamente, estes obstaculos destruidores de toda a cultura, dá mui *illuminadas* e uteis providencias para o objecto que se propoem.

O autor das observacoens mostra ainda huma predilecção mui particular pela lei das Sesmarias, e parece-lhe que ella deve ser executada á risca como hum remedio para os males da nossa agricultura. Mas de certo, no estado actual em que estão os nossos lavradores, a Lei não lhe pode ser applicavel, nem hé capaz de produzir bem algum. Huma das providencias desta Lei, e a mais forte e essencial hé que—se tirem

as terras ao máo cultivador para se darem á novos proprietarios que melhor as cultivem;—mas se estes novos proprietarios vão achar-se tão sobcarregados de tributos e vexames como os antigos, as terras nas suas mãos terão a mesma cultura que dantes tinham, e os proprietarios em geral mudarão de propriedade tão facilmente como mudaõ de camisa, sem que todavia se preenchaõ os fins propostos, e só se estabeleça huma confusão eterna nós direitos sagrados das propriedades humanas. A lei das Sesmarias poderia ser mui justa, e talvez de grande proveito, se o cultivador tivesse todos os meios para bem cultivar as suas terras e vender os seus productos, porque daria nesse cazo hum castigo bem merecido ao lavrador inerte ou descuidado; porem para a pôr em execução hé preciso que primeiro evidentemente se mostre, que o cultivador não hé vexado com tributos incompetentes, ou demasiados; e como o auctor confessa, que a nossa agricultura está arruinada por duas especies de cauza,—physicas e moraes,—então não lhe compete aconselhar que se dê a execução esta lei. O castigar hum actual proprietario com a perda da sua propriedade, em virtude da Lei das Sesmarias, seria o mesmo que punir hum homem prezo com grilhoens por se não mover do lugar em que o prenderam.

Taõbem não adoptâmos os escrúpulos do auctor a cerca dos *Dizimos*. Nós já declarámos *parte* da nossa opinião á este respeito em o nosso N^o 55, pag. 414, e só agora responderemos brevemente ao que elle diz na seguinte observação:—“Não posso deixar de notar “que esta liberdade ou isenção de dizimos, posto que “temporaria, desvendará os olhos do povo, que julgando até agora ser o pagamento de direito divino o “faz escrupulosamente; e vendo-o huma vez dispensado, para o futuro talvez não bastem todas as coações civis e ecclesiasticas para o obrigarem á pagar.” O povo, já antes do Alvará, tinha os olhos desvendados, porque lia na Cartilha do P^e M^o Ignacio, que os dizimos lhe são ordenados pelos Mandamentos da Santa Madre Igreja, e não pelos Mandamentos da Lei de Deos. Logo neste ponto não corre nenhum risco a religião do povo. Alem disto, o mesmo povo bem sabe que os Ecclesiasticos, na sua repartição, são func-

cionarios publicos como quaesquer outros do Estado; e se elle paga sem reluctancia a quem lhe segura a sua propriedade e lhe administra a justiça, por que taõbem o não fará com a mesma boa vontade aós que lhe administra os sacramentos da sua religião? Se o povo porem ainda ignora, que os dizimos são huma propriedade do Estado, segundo taõbem já mencionámos á pag. 415 do nosso N^o 55, hé bem que se tire deste erro; e entaõ pouco ou nada terá que estranhar, quando o Principe haja por acertado modificar, restringir, ou dispensar temporariamente este tributo nacional.

Para voltar-mos porem ao ponto, donde partimos, concluiremos aqui estas nossas reflexoens com repetir, que as providencias do Alvará de 11 de Abril de 1815, nós parecem muito *illuminadas*, porque promovem a cultura dos terrenos incultos, tirando-lhes o maior impedimento que certamente se oppoem á que sejam cultivados. O que todavia muito dezejariamos, seria que iguaes providencias, e taõ sabias como estas, fossem dadas maduramente, e por meio de hum calculo systematico, á toda a agricultura em geral, porque sendo isto assim, nem o Soberano se veria outra vez obrigado á fazer taõ amplas concessoens, nem os lavradores chegariaõ á tal ponto de indiferença ou desprezo pela agricultura, que para tenta-los a tomar este emprego fosse preciso izenta-los absolutamente de todos os tributos. Quando para promover o amanho dos campos hé necessario estabelecer que elles nada paguem, hé por que de ordinario já antes os tem forçado a pagarem de mais; e isto hé entaõ huma especie de dieta, como a que se prescreve ao homem que comeo muito, e teve huma indigestaõ. Em ambos os cazos hé melhor e mais prudente comer sempre pouco, e com boa regularidade, do que devorar tudo de huma vez, e ser depois obrigado a guardar huma rigorosa abstinencia.

POLITICA.

Estados Unidos d'America.

O primeiro Documento que publicámos neste artigo, pag. 466, hé a Mensagem do Presidente ao Congresso, e este notavel e interessante papel d'Estado merece com effeito ser mui bem meditado por todos os individuos que tem a seo cargo o mando das naçoens. Os Estados Unidos d'America, ainda na sua idade juvenil, e sem ainda (se esta expreção nós hé licita) estarem homens feitos, acabaõ de obrar tantos prodigios e tantas maravilhas, e depois se apresentaõ ao mundo em hum ar e postura de tanta força, sabedoria, e dignidade, que nos está parecendo ver nelles realizada a fabula moral de Hercules infante, já no berço esmagando serpentes. E que não tem que esperar o mundo desta joven nação, que poem o alvo de seos destinos tão alto, e a elle corre, adquirindo sempre na sua carreira novas forças? A America no fim desta ultima guerra, segundo toda a marcha das couzas humanas, ou havia de ficar humilhada e circumscripta no seo poder por muitos annos, ou devia adquirir a influencia e dignidade da primeira nação do Novo Mundo. Victoriosa porem da primeira nação maritima do universo, ainda quando a sua propria marinha era limitada, ella já forma projectos, e os começa á executar, que indicão claramente tudo o que será bem capaz de fazer em epochas não remotas.

Depois de haver segurado a sua independencia e honra nacional dentro dos seos proprios limites, ella marcha á castigar esses despreziveis piratas Africanos quase no interior de suas cazas, e destroe, por assim dizer, em hum só dia o que as naçoens Europeas, parte por politica, parte por cobardia e indelevel vergonha, consentem que exista em prejuizo e a fronta das naçoens civilisadas. Assim o nome Americano ostenta a sua dignidade e as suas forças na America, na Europa, e na Africa, e indica á todos os povos decahidos da situação politica, que lhes compete, como se cria ou regenera huma nação.

Mas para poder ter executado couzas tão prodigiosas quaes tem sido os seos meios? A exposição

delles hé ainda hum prodigio dos muitos da sua boa politica, e admiravel administração. As despesas de nove mezes do anno passado são calculadas em $33\frac{1}{2}$ milhoens de dollars; (67 milhoens de cruzados) restavam no Erario 3 milhoens ditos, (6 milhoens de cruzados) e requeriaõ-se mais, para complemento das despesas do anno, 5 milhoens ditos (10 milhoens de cruzados.) Logo a despesa total do anno, em tempo de guerra, foi de $41\frac{1}{2}$ milhoens de dollars, isto hé, de 83 milhoens de cruzados, advertindo-se, que as *vias e meios* existentes eraõ sufficientemente adequados para darem esta soma.

Ora quando huma nação, ainda nova, e luctando com todos os incommodos da infancia, teve *vias e meios* sufficientes para despender annualmente nestes tempos de crize, huma soma tão prodigiosa de dinheiro; que poderá ainda esta nação despender, e obrar com as suas despesas, quando chegar á sua idade viril? Vejamos porem agora qual hé a sua divida, contrahida no espaço de 40 annos, e empregada na obra da sua primeira independencia, e nesta primeira lucta depois da sua emancipação politica.

No primeiro de Outubro do anno passado achou-se pela balanço que se fez, ser a divida nacional de 120 milhoens de dollars (240 milhoens de cruzados.) Mas que hé toda esta soma para hum paiz, que em tempos de crize pode pagar sem violencia 83 milhoens annuaes de cruzados? Alem disto, quando esta divida se contrahio não só para satisfazer despesas cazuaes e momentaneas, porem para crear monumentos tão honrozos e duraveis, como tem sido a obra da sua independencia, o exito de huma guerra por mar e por terra, o mais felis e brilhante que se pode dezejar, huma marinha respeitavel, a primeira que mostrou que os marinheiros Britannicos não eraõ invenciveis, e tantos outros estabelecimentos militares e civis, que constituem o povo Americano huma nação verdadeiramente independente; que respeito e veneração não podem conceber os Estados Unidos por esta sua divida?

Fazendo agora algumas applicações destes factos ao nosso paiz, e particularmente ao Brazil, perguntâmos:—quaes são as suas rendas, comparadas com as dos Estados Unidos? Os nossos leitores estarão ainda

lembrados do que sobre este assumpto escrevemos em o nosso No. 54, pag. 227. Ali publicámos, referindo-nos ás Tabellas que imprio o *Correio Braziliente*, a cerca das rendas do Governo do Rio de Janeiro, que ellas apenas montavaõ á—3,134,000,000rs. Suponhamos porem que os rendimentos dos Estados Unidos, em tempo de paz, se podem reduzir á a metade do que tem sido em tempos de guerra, e o seo producto venha a ser—41½ milhoens de cruzados. Há ainda nesta mesma favoravel supposição termo algum proporcional com as rendas do Brazil? Certamente não. Os productos do Brazil são todos os dos Estados Unidos, e tem e pode ter ainda outros, e em grande extensão, que não são compativeis com o territorio Americano: aquelle nosso terreno hé em geral mais fertil e productor que não hé o da America Unida; e a grandeza do paiz, composto, por assim dizer, de todos os climas, tem capacidade para huma immensa e variada cultura, á que nunca poderá chegar a America do Norte. Como acontece por consequencia, que os seus rendimentos não tenham proporção alguma com os de hum governo, que só depois de 40 annos deixou de ser colonia, e tanto tem soffrido para crear e fazer respeitar a sua independencia?

As cauzas de toda esta differença já estão em parte apontadas nas poucas reflexoens que fizemos nas paginas já citadas do nosso No. 54. Há porem ainda outras, e da classe das cauzas moraes, que são o motivo desta fatal desproporção que tem existido, e continuará a existir se não forem removidas. O augmento de povoação na America influe, e deve influir extraordinariamente nesta pasmoza differença; e se o Governo do Brazil não cuidar em remover as cauzas moraes que tem embaraçado os progressos da sua povoação, terá que ver-se sempre desgraçado e pobre no meio das riquezas, como Midas morria de fome entre montões de oiro.

Os meios de augmentar esta povoação nunca se fizeram tão necessarios, e nunca foram tão faceis como agora: nós já por muitas vezes temos tocado neste ponto importante. Agora, que a desgraçada Europa está vomitando de si tantos e tão uteis individuos, por effeito de leis sanguinarias, e impolíticas, bem dignas

desses tempos desastrosos, em que legiões de barbaros a inundaram, o Brazil podia adquirir braços e industria, que em pouco tempo faria o tardio arrependimento de todos esses cegos instrumentos da actual emigração. Mas não bastaria só convidar a povoação infeliz da Europa a que se fosse refugiar no paiz benigno e hospitaleiro do Brazil, seria ao mesmo tempo absolutamente necessario, garantir-lhe a sua existencia civil contra todos os attentados da jurisdicção espiritual e temporal dos que mandão em nome dos melhor dos Soberanos e dos Principes. Porque, quem livre de hum perigo vai de boamente lançar-se logo em outro? Em a nossa opiniaõ, os actos arbitrarios do poder militar, que rege as capitánias, são hum obstaculo mais poderoso para conseguir eses fins do que os receios da intolerancia religiosa. Felismente, em honra da nossa patria e do nosso bom Principe se diga, a tolerancia religiosa tem feito entre nós progressos tão saudaveis e tão rapidos, que nenhum estrangeiro se arrecearia de viver nos dominios Portuguezes com medo de se ver inquietado nas suas opinioens religiosas. Não será porem assim, quando houver quem reflecta no que ordinariamente se passa na administração civil e militar das nossas capitánias. Quem, por exemplo, folgará de hir habitar huma capitania, aonde há governadores que ainda mandão prender hum cidadão só por que não tirou o chapeo assim que avistou o seo palacio; que se não apeou quando a vinte passos os deviza em hum caminho publico, ou por outras mil impertinencias, para não lhes dar-mos outro nome, com que aquelles subalternos pertendem exigir indecorosamente dos povos o santo acatamento Real? Estes costumes são demasiadamente Asiaticos para poderem agradar a Europeos. Hé por tanto essencialmente necessario, para que a povoação, ou seja nacional ou estrangeira, aumente em o nosso Brazil, que a legislação interna se melhore, e seja, puramente civil, e responsavel pelos seos actos arbitrarios. O governo militar hé só para tempos de guerra; huma nação nunca se deve governar como se governa hum exercito. Outro meio de augmentar a povoação do Brazil está bem perto da sua porta. Hé essa immensa, e robusta povoação de Indios indigenas, que huma vez

que seja artificiozamente, isto hé doce e humanamente atrahida, virá lançar-se incauta em todos os engôdos e fruigoens da vida verdadeiramente social. E não valerá ella, á todos os respeitos, muito mais que essa povoação Africana, arrancada com violencia dos patrios lares, e que depois de mil riscos e contradicções civis e moraes, tem creado no Brazil huma povoação heterogenea incapaz de constituir huma verdadeira e respeitavel nação?

Mas já que tocamos em algumas analogias, relativas aos rendimentos da America e do Brazil, diremos taõbem alguma couza a respeito das suas dividas respectivas. Nos sabemos que a da America, como a cima escreveinos era em Outubro do anno passado de 240 milhoens de cruzados; porem a do governo Portuguez hé para nós huma quantidade desconhecida. Com tudo hé bem sabido que Portugal tem em circulaçaõ huma soma enorme de papel moeda e Apolices, que hé huma verdadeira divida nacional; e tem, alem disto, outras dividas, de que nós não sabemos nem a natureza, nem a soma provavel a que actualmente chegaõ: porem isto hé indifferente para o que vamos dizer. O nosso intento hé perguntar:—Que acontecimento extraordinario deo motivo para a divida publica Portugueza, particularmente, o papel moeda e Apolices? Para a divida publica da America conhece todo o mundo as razoes, isto hé; que ella hé o honrozo padraõ da sua independencia, da sua grande prosperidade interna, e da sua ultima paz glorioza! Mas para que se tem empenhado Portugal em tantos milhoens? Para ter hum respeitavel exercito? não: este foi creado e assoldado com o oiro estrangeiro. Para fazer logo no interior do paiz grandes e dispendiosos estabelecimentos publicos, de que hoje a nação, como a America, esteja tirando grandes vantagens, ou para conservar ao menos huma respeitavel Marinha que seja capaz de sustentar o resto dos seos dominios nas diversas partes do mundo? Taõbem não: todas estas dividas se tem contrahido; mas os coffres, em que o seo producto foi depositado, tendo de certo a mesma propriedade que tinhaõ os toneis fataes das *Danaides*, este producto, apenas recolhido, ou desapareceo das maons que o tocavaõ, sem saber-se qual fosse o seo

destino ; ou passou para duas naçoens estrangeiras, a huma das quaes comprámos, por muito tempo, ora a paz ora a guerra, e a outra ainda agora estamos comprando a maior parte do nosso alimento e vestido, e outras mil couzas necessarias, que nunca deveriamos pedir aos estranhos. Se tão differente tem sido pois o motivo das dividas Americana e Portugueza, e tão differente a sua applicação, neste cazo não devemos ter pejo de confessar—que os novos Americanos do norte governão muito melhor a sua caza que os velhos e antigos Portuguezes ; e que portanto, o maior numero de annos de existencia nem sempre hé sinal de sabedoria ou de Sciencia.

Se em todos estes factos e analogias há verdades indubitaveis, e que só para bem da nossa patria repetimos, e ainda continuaremos a repetir, com razão ouzamos recommendar ao Ministerio Portuguez a leitura e meditação da notavel Mensagem sobre que temos feito as nossas reflexoens. Os Estados Unidos d'America pelos seos productos, industria, e situação tem tanta semelhança com o nosso Brazil, que a elles com preferencia devemos recorrer e imitar. Os mesmos inventos, ou para a cultura ou para as artes mechanicas, se devem hir ali estudar antes que na Europa, nas couzas applicaveis ao Brazil, porque tendo os dois povos quaze o mesmo genero de cultura, e industria e commercio, maior proveito nos darão as liçoens ali aprendidas, e ali já experimentadas do que tudo o que para lá immediatamente transplantarmos de simples invenção Europea. O governo Portuguez ganharia por consequencia muito se mandasse bem examinar, e estudar os progressos e a pratica dos Americanos em todos os ramos, relativos á sua cultura e industria, por que destes conhecimentos tiraria certamente o Brazil bem extensos e uteis proveitos.

No Extracto que demos do Relatorio do Secretario da Marinha á pag. 476, trataõ-se dois pontos de suma ponderação, 1º—“ Que os Estados Unidos já nada precisaõ dos estrangeiros para a fabrica e esquipamento dos seos navios, e que as suas fundiçoens de artilharia, as suas manufacturas de cobre, cabos e velas, e mais objectos mequanicos suprem já todas as precissoens nacionaes.”—2º “ Que depois de 1813 já fabri-

caram 3 náos de 74 peças ; 3 fragatas de 44, alem de outros navios para o serviço do Lago Ontario ; e que o Ministro ainda agora requer ao Congresso hum novo Acto para se augmentar *annualmente* a marinha com huma náos de 74 peças, 2 fragatas, de 44, e mais 2 chalupas." Com estes projectos, e com a sua energia de execução que será em poucos annos a America do Norte? E Portugal e o Brazil ver-se-hão nesses mesmos poucos annos sem hum só navio de guerra, pois que para este estado parece hir rapidamente tendendo a nossa marinha? Estas considerações se não tocam os Portuguezes de ambos os mundos, hé preciso então que renunciem a toda a idea de serem nação independente!

Neste mesmo artigo, pag. 477, transcrevemos o Tratado de Commercio entre a America e a Gram Bretanha. Este tratado deve tambem ser huma boa lição para o Ministerio Portuguez aprender como se fazem estipulações commerciaes com as nações estrangeiras. Todos os seus artigos são concebidos em termos mui geraes, e ao mesmo tempo mui claros e definidos, de maneira que ambas as nações fiquem em hum perfeito e reciproco equilibrio de interesses, e alem disso em toda a liberdade de poderem legislar em suas cazas quanto julgarem conveniente a bem do seu commercio. De todas as suas clauzulas a mais importante que todavia reconhecemos hé a racionavel limitação de tempo que se lhe poem para a sua existencia. Todos os objectos desta natureza estão sujeitos á tantas variações e diversidades de circumstancias, que quem pertende dar-lhes huma legislação eterna ou ainda de largos annos, comete sem duvida o maior erro que pode haver em politica ou em boa economia. A idea de fazer tratados de commercio permanentes, ou de longa duração, assemelha-se a aquella que já teve hum dos nossos Ministros, do tempo do Snr. D. João V., e de quem já fizemos menção em o nosso No. 55, pag. 330, o qual requeria huma lei para se dar *preço certo ao Cambio*.

Mas não bastará por ora considerar este Tratado como huma util lição, hé preciso tirar já delle todos os proveitos immediatos. O nosso Tratado de Commercio de 1810, diz no Artigo 2º.—“E tanto S. M. Britannica como S. A. R. o Principe Regente de Por-

tugal se obrigaõ e empenhaõ a não conceder favor, privilegio, ou immuniidade alguma, em materias de commercio e de navegaçaõ, aos vassallos de outro qualquer Estado que não seja taõbem ao mesmo tempo respectivamente concedido aos vassallos das Altas Partes Contractantes, gratuitamente, se a concessaõ em favor daquelle outro Estado tiver sido gratuita, e dando, *quam proxime*, a mesma compensaçaõ ou equivalente, no cazo de ter sido a concessaõ condicional.”

Diz mais o mesmo Tratado no Artigo 5º.—“A fim de evitar qualquer differença, ou desintelligencia a respeito das regulaçoens, que possaõ respectivamente constituir huma embarcaçaõ Britannica ou Portugueza, as Altas Partes Contractantes convieram em declarar, que todas as embarcaçoens construidas nos dominios de S. M. Britannica, e possuidas, navegadas, e registadas conforme as leis da Gram Bretanha, seraõ consideradas como embarcaçoens Britannicas: e que seraõ consideradas como embarcaçoens Portuguezas todos os navios ou embarcaçoens construidas nos paizes pertencentes a S. A. R. o Principe Regente de Portugal, ou em alguns delles, ou navios apreçados por algum dos navios ou embarcaçoens de guerra pertencentes ao governo Portuguez, ou a algum dos habitantes dos dominios de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, que tiver commissaõ ou Cartas de Marca, e de Reprezalias do governo de Portugal, e forem condemnados como legitima preza em algum Tribunal do Almirantado do referido governo Portuguez, e possuidos por vassallos de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, ou por algum delles, e do qual o Mestre e tres quartos, pelo menos, dos Marinheiros forem vassallos de S. A. R. o Principe Regente de Portugal.”

Se pelo Art. 2º que fica transcripto, Portugal tem direito a gozar de quaesquer favores, privilegios, e immuniidades que Inglaterra conceder á outras naçoens em materias de navegaçaõ e de commercio, hé agora evidente, que a America Ingleza goza, pelo seo novo Tratado, de huma immuniidade, favor, e privilegio de que os Portuguezes não gozaõ em virtude do Art. 5, que deixámos copiado. No Tratado Americano não se *nacionalisaõ* unicamente os navios por serem de construcçaõ nacional, ou producto de prezas, legitima-

mente feitas; são consideradas absolutamente Americanas todas as embarcações pertencentes á proprietarios Americanos, qualquer que seja a origem da sua propriedade. Neste cazo parece que Portugal tem direito de exigir que com elle se ponha taõbem em pratica aquella parte do Tratado Americano, que não *desnacionaliza* os seus navios por serem de construcção estrangeira, e depois comprados por cidadãos Americanos, como succede com os navios Portuguezes que forão comprados a estrangeiros. Alem disto, esta clauzula do Artigo 5º hé evidentemente estipulada em prejuizo de Portugal, e nella não há nem a sombra dessa reciprocidade que tanto se pretende inculcar em o nosso Tratado:—1º os Inglezes, não tendo navio algum que não seja de construcção nacional, ou producto de prezas, ganharam tudo com esta estipulação, e os Portuguezes, que tem hum grande numero comprado a estrangeiros, assignaram hum artigo claramente prejudicial ao seu commercio. 2º Só para os navios Portuguezes se poz ainda a clauzula final, que requer—“que o Mestre e tres quartos dos marinheiros sejam, pelo menos, Portuguezes.” Hé verdade que esta circumstancia talvez em nada prejudique os interesses Portuguezes, por que nos seus navios mercantes poucos marujos estrangeiros terão praça; porem dá hum enorme e consideravel vantagem a marinha mercante Ingleza, na qual, e na de guerra, só de Portugal costumão andar constantemente muitos mil marinheiros empregados. Logo esta ultima clauzula hé ainda essencialmente vantajosa á Inglaterra, e prejudicial a navegação Portugueza porque não só não tem outra compensação equivalente, mas poem em inferior condição os vasos Portuguezes hum vez que não sejam navegados com Mestre, e tres quartos, pelo menos, de vassallos Portuguezes.

Outros muitos pontos se poderão ainda encontrar, confrontando ambos os Tratados, que se devão agora remediar, ou acautelar para o futuro. Os pequenos apontamentos, que fizemos, forão simplesmente para excitar o zelo e patriotismo do Ministerio Portuguez, a fim de que sobre este assumpto lance prontamente vistas mui reflectidas e efficazes.

FRANÇA.

Neste artigo, pag. 483, transcrevemos aquella parte do Budget Francez que se publicou nas gazetas Inglezas, e hé hum documento, que merece attenção pelas ideas que dá dos immensos recursos de França. Este portentozo paiz, pelo seo territorio, e habitantes, enfraquecido por tantas guerras estrangeiras, e assolado por duas terriveis invasoens, em que a Europa inteira, por assim dizer, se despejou no seio da França, lhe devorou quanto tinha, e ainda exigio della a enorme soma de 700 milhoens de francos, calcula o seo Budget do anno corrente na soma, bem limitada para as suas circumstancias de 800 milhoens de francos (26 milhoens sterlinos!) Esta hé a sorte da França vencida, assolada, e retalhada: e qual hé a posição de Inglaterra, engrandecida por tantas acquisiçoens, e tão brilhantemente victorioza? São-lhe precisos para o seo arranjo de paz, segundo á ultima exposiçaõ financial de Mr. Vansittart, setenta milhoens sterlinos annuaes. Bem hajaõ os Membros das Cameras dos Deputados e Pares, e até o proprio governo por quererem destruir por suas maõs a patria em que nasceram: a França não pode ser abatida ou aniquilada se não pela França; e os que actualmente a governaõ marchaõ, de certo, por estrada bem direita para este fim.

As Vias e Meios para haver a receita do anno 1816, são os seguintes:—

	Fr.
Contribuiçoens directas	320,000,000
Registos, Dominios, e Bosques	156,000,000
Contribuiçoens indirectas	222,000,000
Lotarias, Postas, Correios, &c.	29,000,000
Receitas extraordinarias	73,000,000
	<hr/>
	800,000,000
	<hr/>

DESPEZAS ORDINARIAS.

Divida hipotecada, Annuidades vitalicias, Pensoens	115,000,000
Lista Civil	53,000,000
Camera dos Pares	2,000,000
Da. dos Deputados	700,000
Justiça	17,000,000

Negocios estrangeiros	-	-	-	-	-	-	6,500,000
Interior	-	-	-	-	-	-	70,000,000
Guerra	-	-	-	-	-	-	180,000,000
Marinha	-	-	-	-	-	-	48,000,000
Policia geral	-	-	-	-	-	-	1,000,000
Finanças	-	-	-	-	-	-	16,000,000
Juro dos <i>Bons</i>	-	-	-	-	-	-	8,000,000
Despezas de Negociaçoens	-	-	-	-	-	-	12,000,000
Fundo de Amortizaçaõ	-	-	-	-	-	-	14,000,000
Juro das Notas do Erario	-	-	-	-	-	-	1,500,000
							<hr/> 524,700,000 <hr/>

DESPEZAS EXTRAORDINARIAS.

Contribuiçoens de Guerra	-	-	-	-	-	-	140,000,000
Pagamento de 150,000 Soldados estrangeiros	-	-	-	-	-	-	130,000,000
Do. as Cazas de Bentheim, e Steinfurth	-	-	-	-	-	-	800,000
Despezas incertas e casuaes	-	-	-	-	-	-	4,500,000
							<hr/> 275,300,000 <hr/>
Soma total	-	-	-	-	-	-	800,000,000

No mesmo Art., pag. 491, demos o resumo da lei chamada de Amnistia. Verificáraõ-se os nossos receios e os de muitagente, a cerca do que dicemos em o nosso No. 55, pag. 410, isto hé ;—a lei proposta pelo governo foi horrorosamente alterada e modificada na Camera dos Deputados; porein, para menos vergonha da especie humana, aquellas modificaçoens sanguinarias não foraõ avante, e sómente serviram para dar mais huma prova ao mundo das benevolas intençoens de muitos daquelles que se denominaõ representantes do povo. O honrado Destutt Tracy já tinha dito na Camera dos Pares:—“ Se o povo pede justiça hé bem que se lhe faça; porein se o povo pede sangue, hé dever nosso impedir, que elle o derrame. . . . Dizem-nos ainda que a naçaõ pede puniçoens e castigos; não, o povo não os pede—*teme-os!*” E pois se o povo não pede sangue nem castigos, como atesta este homem de bem, mas antes os *teme*, porque motivos os representantes deste mesmo povo haõ de profanar o seo nome clamando por vinganças?

Nós somos inimigos de sangue, prizoens, e desterros por character, e principios: por character, porque estas medidas muito nos horrorizaõ; por principios, porque tudo, o que temos lido, meditado, visto e até indivi-

dualmente soffrido, nos tem evidentemente mostrado que os homens não se podem pacificamente governar, por muitos tempos, só como maquinas ambulantes, á força de agoite ou de azorrague. A reacção, lei tão constante no mundo physico como no mundo moral, mais cedo ou mais tarde opera o seo effeito, e então desgraçados dos que provocaram esta lei formidavel. Quando pois fallâmos destes assumptos sempre expomos fielmente os sentimentos do nosso coração, e o retrato das nossas ideas. A marcha politica dos negociós em França parece-nos a mais impolitica, e mais insensata que se pode imaginar; e como aquella nação hé huma escola moral em que todos os homens e naçoens devem aprender, assim muito mais francamente diremos a nossa opiniaõ.

O homem que primeiro enunciou a profunda maxima politica—"que em todas as revoluçoens não haviaõ criminozos, porem vencedores ou vencidos"—conhecia muibem os homens e as couzas. As revoluçoens, quer sejaõ promovidas por effeito de huma justa ou injusta reacção, huma vez principiadas, saõ como a pedra expelida da funda, que vai esconder-se nos ares sem que o expectador ou quem a lançou possaõ exactamente marcar a sua marcha, e o ponto em que hirá descansar. Em todo o periodo da sua duracção há pois combates ou tempestades, há partidos contra partidos, e a nação toda, em que entrou este espirito de vertigem, obra sempre segundo as diversas direcçoens que os differentes interesses politicos ou as differentes opinioens lhe fazem tomar. A final, pela natureza de todas as couzas humanas, a fermentação diminue, apparecem os vencedores e os vencidos; e aqui então hé que se mostra a prudencia, e a sabedoria dos primeiros. Teraõ estes, em tal cazo direito de punir os ultimos quando estes constituem dois terços ou a metade da nação; ou ainda quando tenhaõ tal direito, pede a politica e o interesse do vencedor degolar todos os vencidos, e reduzir a hum deserto o seo campo de batalha? Aqui não há meio: por huma rigorosa e exacta justiça ou nenhum, ou todos devem ser castigados, e o só nome de vencido deve ser a prova do crime.

Applicando agora estes principios ao que se passa

em França, o governo actual, como vencedor, poz-se na alternativa ou de tudo perdoar, ou de tudo punir. Querendo seguir esta ultima maxima politica tem para exemplo Roberspierre, que dizia altamente, que se deviaõ degolar em França todos os individuos que no principio da revolução tivessem mais de 30 annos, porque estes taes nunca seriaõ bons republicanos: para seguir a primeira, tem mesmo dentro de caza os exemplos de Luis XII. e Henrique IV., e outros muitos na historia geral das naçoens. Qual destes dois caminhos pede pois a boa razaõ e a politica que elle siga? Os nossos leitores o podem decidir segundo a diversidade das suas opinioens: quanto á nós, taõ horrorozo nos parece degolar, e punir massas inteiras de individuos em nome da *Republica* como do *Reinado*; o effeito, e consequencias moraes e politicas saõ as mesmas.

Quando huma geral revolução se executou dentro de hum grande povo, e ella tomou consistencia por hum largo periodo de annos, pertender destruir todos os effeitos e novas formas desta revolução não só hé huma quimera, porem huma empreza insensata. A historia de todas as revoluçoens mostra, que assim como ellas produzem grandes males, e mui tristes calamidades, tambem sempre produzem muitos bens, e alguns delles da primeira utilidade: logo a prudencia e a sabedoria do homem ou dos homens, á quem couberaõ os altos destinos de finalizar huma revolução, consistem em guardar o bem que acharam, e hir mansamente extirpando, e desarreigando o mal. Estes utilissimos conselhos saõ os mesmos que os Alliados deram a Luis XVIII. em a Nota, derigida pelos seos Ministros ao Duque de Richelieu, segundo a publicámos em o nosso No. 55, pag. 370. Mas suponhamos ainda que nas forças humanas estava o poder de voltar essencialmente huma revolução, já completa, e de a fazer retroceder até o ponto donde partio. Nesta supposiçaõ não se fazia mais do que tornar a pôr o mesmo povo exactamente no ponto em que a revolução foi inevitavel. E que succederia daqui? a mesma revolução tornaria a principiar pelas mesmas cauzas, que já a tinhaõ originado, porque ás ideas dos homens não

se lançam algemas como se lanção aos corpos; e por fim andaria o mundo em huma eterna revolução.

Penetrados destes principios hé que dicemos que a marcha politica dos negocios em França nós parecia impolitica e insensata. Os Membros de ambas as Cameras, cegos com a paixão da vingança, nem se quer reparaõ, que podem renovar a revolução que ainda não está extincta de todo; e se ella se acende de novo, e elles ficaõ vencidos, com que direito se poderaõ queixar dos vencedores? Mas seja dito, para vergonha da especie humana: “O animal homem hé, na realidade, hum animal incorrigivel.” Ao menos, hé para conçolar, que as ideas mais benignas do governo prevalecessem sobre as intençoens desses homens bebedores de sangue; a pequena excepção, que modificou a lei, comprehende actualmente bem poucos individuos; e oxalá que ali parem as reacçoens e as vinganças. Huma couza que nós não podemos comprehender hé como El Rey Luis XVIII. terá ouzadia bastante para taõ asperamente castigar e bannir o Duque de Otranto (Fouche), a quem fez seo Ministro e Concelheiro, e a quem nomeou seo Embaxador, a pezar de saber que estava maculado como crime de Regicida! Quanto seria melhor nunca o haver empregado! Nesta materia, por honra da dignidade Real, hé melhor não fazer-mos commentarios.

Já em execução da Lei de Amnistia, El Rey promulgou o Decreto seguinte, em data de 17 de Janeiro, 1816:—

Luis, &c. Em consecuencia do nosso Decreto de 24 de Julho proximo passado, e da Lei de 12 do corrente, nós temos ordenado, e ordênamos o que se segue:—

Art. I. Todos os individuos nomeados no Art. 2 do dito Decreto de 24 de Julho, seraõ obrigados á sahir do Reino até 25 de Fevereiro, o mais tardar; e não poderaõ tornar á entrar nelle sem nossa auctoridade, sob pena de incorrerem nos castigos determinados pelo Art. 2 da Lei de 12 de Janeiro, 1816.

Os nossos Procuradores, Generaes, e Ministros ficam encarregados da sua execucao, &c.

(Assignado)

“LUIS.”

Em nome d’El Rey,

O Guarda Sellos de França, Ministro
Secretario d’Estado,

“MARBOIS.”

Os individuos, comprehendidos neste Decreto, são os mesmos de que faz menção o Artigo 3 da Lei de Amnistia. Quem tiver curiosidade de os saber consulte o nosso N^o 55, pag. 382 e 383.

H E S P A N H A.

Ao transcrever-mos neste artigo, á pag. 493, a memoravel sentença pronunciada contra os *Liberales*, veio-nos logo á lembrança a passagem de hum auctor celebre da antiguidade—Tacito, quando no principio da vida de Agricola, entre outras mais couzas que refere das misérias daquelle tempo, diz:—“*expulsis insuper sapientiae professoribus, atque omni bona arte in exilium acta, ne quid usquam honestum occureret:*” Isto hé;—e banidos, alem disto, os mestres das sciencias, e desterrada toda a especie de instrucção, parece, que as intenções eraõ, que não houvessem nem virtudes, nem letras. Esta famosa sentença, proferida contra tantos famosos individuos, faz-se extraordinariamente notavel por duas circunstancias, que são—as penas em que foraõ condemnados muitos daquelles infelizes, e a nova e estranha auctoridade judiciaria que os condemnou: assim, taes circunstancias exigem, que escriptores publicos não occultem a sua opinião sobre hum facto que não só interessa aquellas victimas, e a sua patria,—a Hespanha; porem todos os homens, e todas as nações. Principios há de direito publico das nações ou de justiça universal, que, huma vez quebrantados em hum paiz, podem grandemente influir sobre todos os mais paizes civilisados da terra; e por isso hé sempre hum dever o expo-los, e francamente analisá-los, para que em tempo nenhum, ou em nenhuma

outra nação possaõ ser produzidos como axiomas, ou como cazos julgados em jurisprudencia civil ou criminal.

De tudo o que se passou no modo e na execução desta extraordinaria sentença, de certo unica na historia da Europa moderna, não hé nossa intenção acuzar individualmente a pessoa d'El Rey; nós queremos que ella seja inviolavel, assim como a de todos os Soberanos: tudo quanto dicer-mos será somente derivado aos seos Ministros, que por direito e dever tinhaõ obrigação de bem o aconselhar.

Em todos os cazos e em todas as circumstancias as penas devem proporcionar-se ás pessoas e aos delictos; porque se huma vez se falta a estes requisitos, então ou se quebranta a moralidade da justiça, ou em lugar de punir os homens, estes se insultaõ; genero de castigo, que nenhum homem no mundo tem direito de dar á outro homem. Que diremos pois da qualidade moral dessas sentenças, taes como as que foraõ proferidas contra hum Deputado Calatrava, contra hum Ramajo, hum Sauches Barbero, hum Ex-ministro Garcia Herberos, hum Martinez de la Roza, &c. &c.? Homens de letras, homens que figuraram no mais eminente perigo da patria, e que a salvaram, assim como ao Soberano, condemnados ás galez ou á calceta: E o eloquente, e talvez o primeiro Orador Hespanhol, Arguelles, condemnado á servir de soldado razo por 10 annos! Isto de certo não hé sentencear; hé insultar toda a dignidade da especie humana, e hé escarnecer, com o mais horrivel de todos os sarcasmos, da mais sublime prenda do homem,—a instrucção e os talentos! E que mais faria hum tribunal de Barbaros, desses que na *Meia idade* assassináram as sciencias na Europa? Na historia moderna só achamos hum exemplo de igual desprezo, e insulto, feito á dignidade das naçoens e dos homens, que foi quando Napoleaõ, em hum excesso de frenezi e de raiva, impoz sobre os Portuguezes huma contribuição de 100 milhoens de francos *para resgate de suas propriedades e vidas!*

Isto hé pelo que toca á qualidade das penas em que foraõ condemnadas as victimas; falaremos agora da incompetencia do juiz. Quando hum governo, munido de toda a força executiva, ainda hé legislador, e

naõ contente com estas duas perigozas prerogativas, usurpa a distribuição immediata da justiça, e se institue *Graõ Juiz*, todo o equilibrio social e politico por huma vez se acabou. Dai ao algoz, que já tem o direito de enforcar, ainda os outros direitos de fazer a lei e de a applicar; qual será entã neste cazo a garantia social? Em taes circumstancias, todo o homem racionavel pode justamente exclamar como J. J. Rousseau, que a sociedade hé á maior de todas as calamidades humanas. Se os Governos tivessem natureza angelica, e fossem impecaveis, talvez que huma tal organização politica fosse a mais perfeita; porem quando todos os governos são compostos de homens, sujeitos a toda a especie de paixoens, e estas suas paixoens se tornaõ ainda illimitadas, por serem protegidas, e desenvolvidas pela força, sempre inherente ás attribuiçoens do seo emprego, quem poderá deixar de tremer vendo que o mesmo que commanda os exercitos, há de ser seo juiz, e particularmente em cauzas, em que elle se declara como parte principal?

Quando o Segundo Brennus, General dos Gaulezes, depois da batalha de Allia, em que derrotou os Romanos, entrou Roma, e a saqueou e queimou, o Tribuno Sulpitius preferio salvar os restos da patria, antes empregando o oiro do que o ferro! Entrou pois em ajustes com o Barbaro, e estipulou huma quantia; mas, ao peza-la, Brennus que naõ se dava ainda por satisfeito com ella, pegou do boldrié e da espada, e pondo-a sobre a bacia da balança, oposta a outra em que estava já o oiro, disse no verdadeiro tom de conquistador e de mais forte—*Desgraçados dos vencidos!* E quem poderá taõbem impedir, que o governo, que se arvora em *Graõ Juiz*, naõ ponha sempre que queira o seo boldrié e a sua espada na incorruptivel balança da Justiça? Taes ideas, e taes praticas devem fazer estremecer todos os povos e naçoens; e como nós quizeramos que ellas nunca atravessassem nem o Minho, nem o Côa, nem o Guadiana, nem o Caya, por isso hé que julgámos do nosso dever fazer as antecedentes reflexoens.

As noticias com data de Madrid, do dia 28 de Dezembro passado, acrercentaõ:—que as 2 horas da madrugada o Relator do Tribunal criminal se aprezen-

tára nas prizoens com huma lista, escripta pelo proprio punho de El Rey, e que ordenando que os prezos viessem a sua prezença, lhe notificára as suas respectivas sentenças, sem mais outra forma judicial do que a seguinte: “S. M. vos condemna a tal, e tal castigo, por tantos, ou tantos annos, &c.” Passadas cinco horas, já todos os individuos condemnados estavaõ em caminho para os seos respectivos destinos. Huma circumstancia porem, que mostra que este procedimento tem horrorisado o povo Hespanho, hé que dando-se ordem para que o famoso Paplo Lopez, melhor conhecido pelo nome de El Cojo de Malaga, fosse inforcado na praça de la Cebada, não obstante haver sido antes tão somente condemnado por hum tribunal especial á 10 annos de galés, e chegando o dia e a hora da sua execuçaõ, que devia ser no dia 20 de Dezembro, a populaça mostrou-se tão inquieta, e deo tantos sinaes de indignaçãõ, que a sentença se suspendeo, e em fim foi perdoado.

Outra circumstancia ainda, que taõbem não deve esquecer, hé que todos estes individuos foraõ condemnados por professarem ideas, hoje chamadas *liberaes*, e que Napoleaõ Buonaparte, ao partir para a Ilha d’Elba na epoca da sua primeira abdicacão disse, e declarou a todo o mundo:—“Não hé a coaligaõ que me derribou do throno, foraõ as ideas liberaes.” (Ce n’est pas la coalition qui m’a detroné, ce sont les idées liberales.) A pezar disto, os que realmente o derribaram do throno de Hespanha, e concorreram para que taõbem se precipitasse do de França e da Europa, saõ agora ignominiosamente insultados e punidos! Quanto não folgará Buonaparte de saber que hum Rey de Hespanha taõ exemplarmente castiga essas formidaveis ideas liberaes, que o despenharam do maior throno do mundo!

Outras noticias posteriores de Madrid, de 10 de Janeiro, mencionaõ, que no dia 25 de Dezembro passado (Dia de Natal) El Rey, depois de ouvir Missa, condemnou mais 15 pessoas, accusadas do crime de *liberalismo*, pela mesma forma, e nos mesmos diversos castigos em que já havia condemnado os outros. Ao menos todas estas interessantes e desgraçadas victimas devem ter a conçoilação que dellas se

poderá justamente dizer, o que das mortes de Varraõ e Turpiliano, condemnados por Galba, disse o historiador Tacito no livro 1º das sua historia:—“*inauditi, atque indefensi, tanquam innocentes perierant*.”—“ condemnados sem forma alguma de processo, forão castigados como de ordinario se castigaõ os innocentes.”

PORTUGAL.

O extracto do Carta de Lisboa que o *Times* publicou no dia 12 de Janeiro, e que deixámos copiado á pag. 496, hé em todos os sentidos muito interessante, e até mui honroso para o Governo de Portugal. Muito certamente folgamos ouvir que a nossa Patria tanto prospera em seõ commercio; e se isto assim succede quando elle ainda tem tamanhos embarços e difficuldades que vencer, que faria se fosse competentemente auxilliado, e estivesse livre, como convinha, em todas as suas operaçoes. Mas isto, ao mesmo tempo, mostra quanto a nossa localidade, e o espirito activo e emprehendor da nação poderiaõ ainda operar, se Portugal com boas leis economicas e commerciaes obstasse aos immensos abuzos que taõ essencialmente conspiraõ para lhe roubar a maior parte das suas riquezas. Sim que importa, que pela barra de Lisboa nos entrem immensos cabedaes, se por ella, com pequeno intervalo de tempo, elles tornaõ logo a sahir para pagarmos aos estrangeiros grande parte do nosso sustento, o nosso proprio vestido e calçado; e até couzas mais insignificantes.

Em huma das ruas principaes de Londres (o *Holborn*) por onde frequentemente passamos, sempre nossos olhos encaram com huma pequena loja, aonde por fóra está escripto em largos caracteres:—*Rôlhas para exportação*.—E sempre tambem dizemos com nosco:—Quem sabe se esta obscura baiuca, na apparencia taõ insignificante, está daqui mesmo sorvendo huma fonte perene de oiro, e esta fonte hé Portugal? Por desgraça nossa, talvez sejaõ bem verdadeiras estas nossas desconfianças; porque sendo nós Senhores desta taõ commum materia primeira,—a cortiça,—naõ nos conten-

tâmos só de receber de Inglaterra as garrafas para meter o nosso vinho, mas até queremos que venhão com rôlhas já feitas daquella mesma cortiça que se creou a nossa porta, e lá os estrangeiros nos foraõ comprar para depois nos fazerem della presente, já fabricada em rôlhas elegantes, e talvez dessa mesma manufactura do Holborn, que acabamos de mencionar. Sim com estes e outros absurdos commerciaes, que se estaõ vendo em nossa terra, hé quase hum prodigio, que ainda tenhamos algum traffico, que possa justamente chamar-se commercio; mas a nossa posicao hé tal, e o nosso terreno da Europa e do Brazil hé tão essencialmente rico, que por mais que para isso trabalhemos, nunca o podemos arruinar.

Muitos destes males, e os mais radicaes, de certo não pode emendar o governo de Lisboa, porque o remedio deve vir de mais alto. Por isso, o mesmo governo hé mui digno de justos louvores, quando procura fazer tudo quanto cabe em sua alçada á bem da prosperidade, e commercio da nação. O bom acolhimento, que tem dado aos negociantes de Cadiz e Malaga, não só hé generoso, porem hé fundado nos bons principios da politica. Se á esta medida se desse toda a extensão que ella pode ter, applicada tanto a Portugal como ao Brazil, os proveitos que tirariamos seriaõ immensos, seriaõ incalculaveis; porem já não hé tão pouco mostrar-se que não há horror de a praticar: e esta só circumstancia faz grande honra ao governo.

Naõ menos honra (e por isso não menores louvores merece) lhe faz igualmente esse espirito de bem entendida tolerancia religiosa, a que particularmente allude o extracto da Carta citada. Sim, porque não haõ de ter templos em Portugal os Protestantes de todas as naçoens, e até os Mouros e Judeos? Se os diferentes individuos destas religioens ali são admitidos, por que não lhes há de ser permitido adorar a Deos ao seo modo? A intolerancia hé a mais horrozoza de todas as tiranias humanas, e toda ella está fundada em hum dos vicios mais vergonhosos do homem, que hé—a vaidade ou a soberba. O homem, que se atreve a perseguir ou castigar outro homem porque não hé da sua opiniao, qualquer que ella seja, hé tão injusto no seo procedimento como se lhe viesse a cabeça o persegui-lo

por não ter a mesma phisionomia do que elle. Está por ventura sempre na mão do homem o acreditar isto ou aquillo; ou hé moralmente possível, que atendida a diversidade dos entendimentos humanos, possa haver no mundo huma crença universal sem discrepância, quer seja em religião, ou em qualquer outro ponto meramente civil, literario, ou politico? Quanto á crença religiosa, até hé huma verdadeira impiedade pertender exigir dos homens este ou aquelle credo particular. Se hé hum artigo de fé Catholica, que o homem não pode crer, e nem mesmo dezejar crer, sem huma graça mui especial de Deos, como se atreve pois outro homem a exigir do seo semelhante huma couza que elle humanamente não pode ter sem hum auxilio sobre natural? Não nós admira com tudo que o Clero Portuguez se oponha, ou tenha querido opor ás vistas tolerantes do governo: o Clero hé sempre por character, ou interesse, mais ou menos intolerante em todos os paizes; mas os governos já estão hoje, ou devem estar assás illuminados, para conhecerem até que ponto convem dar ouvidos as auctoridades ecclesiasticas. Huma couza bem extraordinaria hé, que vendo os Ecclesiasticos quanto Deos hé tolerante, e até em soffrer a muitos delles; pois que permite e tolera no mundo todas as diversidades de opinioens, e dá tanto ao Judeo como ao gentio, tanto ao Catholico como ao Protestante e ao incredulo o mesmo ar para respirar, e a mesma comida e vestido para existirem no mundo; ainda assim mesmo a sua soberba seja tal, que se arroguem maior poder e auctoridade do que exercita a Divindade. Mas esta inconsequencia explica-se mui bem com a parabola seguinte:—Os Ecclesiasticos, como Ministros e servos de Deos, assemelhaõ-se á familia de hum magnifico e podero Senhor, que sendo mui polido, generoso, e affavel em sua caza, tem immensos creados, que são, pela maior parte, mui desatentos, grosseiros, ou soberbos. Esta mesma differença achâmos nós quotidianamente na vida social, em que os creados deitaõ muitas vezes á perder toda a boa reputação de seos amos.

No mesmo artigo, pag. 497, publicámos o Alvará para a prorrogação da Companhia do Algarve. Hé verdade que há huma maxima geral de economia politica

que diz—“ que todos os monopolios são prejudiciaes ;” com tudo tambem muitas circumstancias occorrem em que esta maxima costuma ter suas excepções. Quando em hum paiz não há fundos sufficientes, e espalhados regularmente pela massa do povo para animar ou crear hum novo ramo de industria ou de commercio, então pede a razão e a boa politica que se recorra a certas corporações ou companhias para que formem hum fundo capaz de levar a vante estas empresas; e em taes cazos o monopolio, ou agencia exclusiva de certos individuos, em lugar de ser damnoza, hé mui util e necessaria, porque estabelece huma nova fonte de riquezas e habilita o povo para nos tempos futuros individualmente executar a quillo que só huma corporação teve forças para instituir. Neste espirito tem sido creadas todas as companhias commerciaes do mundo, e até todas essas que tem existido, e ainda existem em Portugal, da utilidade das quaes, na sua origem, não há ninguem que possa duvidar. A Companhia do Algarve hé agora renovada, e a questão a seo respeito pode reduzir-se á formula seguinte :—Tem a Companhia do Algarve produzido bens indisputaveis no paiz, e podia este continuar á prosperar sem a prorrogação da mesma Companhia ?

Que o Reino do Algarve tenha tirado grandes proveitos desta instituição, prova-se pelo preambulo do mesmo Alvará, em que diz :—“ . . . e mostrando a “ experiencia que do referido estabelecimento se “ seguiu hum grande augmento deste ramo de in- “ dustria nacional, crescendo a prosperidade e a riqueza “ do paiz, e as minhas rendas Reaes” Ora, quando hum governo assim falla tão positivamente em huma lei que promulga, ninguem tem direito para duvidar da verdade dos factos que elle attesta. Vemos logo, que a Companhia do Algarve tem sido mui util para a prosperidade daquelle Reino. Resta-nos só agora indagar, se ella ainda se fazia necessaria, e portanto se será ainda capaz de produzir os mesmos bens. —Sabemos por huma auctoridade irrefragavel, e de que não podemos duvidar, que para esta prorrogação não só se fizeraõ todos os exames que cabem na intelligencia e prudencia humana, porem que todo o povo do Algarve, representado pelas suas Cameras, pedira e

requerêra positivamente a prorrogação desta Companhia, com as modificaçoens que lhe dá o Alvará. Logo, sendo tambem isto verdade, o que sem hesitação accreditamos, não pode ficar a mais pequena duvida de que a sua prorrogação era necessaria, e que continuará a produzir os mesmos bens.

O que em Inglaterra se praticou ultimamente com a prorrogação da Companhia da India mostra com toda a evidencia, que nem sempre a continuagaõ das Companhias, bem que estas por sua natureza sejam monopolios, hé prejudicial á hum paiz. O governo Britanico, que ninguem pode accuzar de ignorante em materias de commercio prorogou tambem aquella Companhia, fazendo-lhe as modificaçoens que exigiaõ as circumstancias do tempo; e se S. A. R. o Principe Regente N. S., fundado nos mesmos principios, tomou huma semelhante resolução a respeito da Companhia do Algarve, quem poderá nota-lo por haver seguido a marcha economica da primeira nação negociante do mundo?

INGLATERRA.

Neste artigo, a pag. 501, publicámos huma Representação, feita ao Papa pelos Catholicos Romanos da Irlanda. Este papel hé importante não só pelas queixas que nelle fazem, mas pelas formulas dos juramentos que dão ao governo Inglez. Quanto a primeira parte, nós não estamos em estado de julgar se elles tem com effeito motivos bem justificados para tudo quanto dizem, e por isso julgamos prudente abster-nos de fallar sobre hum ponto que pouco conhecemos. Se com tudo sempre hé licito aventurar algumas pequenas reflexoens, só diremos, que o procedimento politico dos Catholicos Irlandezes tem sido tão pouco calculado para conseguirem os seus fins, que até os seus maiores amigos em Parlamento tem já desesperado de lhes poderem fazer o bem que dezejavaõ. Os mesmos Catholicos Inglezes, propriamente ditos, differem tanto dos Irlandezes em opinioens politicas, que nos faz ver que nos ultimos há tanta ou quanta prevenção, e tal ou qual falta de prudencia que hé a cauza

verdadeira de que os Catholicos dos tres Reinos não tenham até agora conseguido o que de certo já teria se fossem uniformes nos seus principios politicos. Ora se nas opinioens, puramente humanas, os Catholicos Irlandezes se mostram tão pouco racionaveis, que muito será que tambem nas opinioens religiosas sejam hum pouco excessivos? Huma das razoes porque o Governo Britannico deve necessariamente ser mui escrupuloso em tudo o que respeita aos principios religiosos dos Catholicos, hé por ver a sua pouca coherencia nos principios politicos; e huma vez que elles de boa fé se arranjam sobre este ponto, estamos certos que ao mesmo tempo ganharão muito para a consolidação da sua causa espiritual.

Entre as muitas queixas, que fazem os Catholicos Irlandezes, hé huma que as auctoridades Britannicas procuram chamar para a religião Protestante todos os Catholicos que podem seduzir. Mas isto hé tão natural á todas as religioens, e até aos chefes das mais pequenas sociedades, que não deve ser hum motivo de queixa para os Irlandezes. Por ventura, não cuidarão elles tambem da sua parte em ver se convertem para a religião Catholica todos os Protestantes que poderem? Pois o cazo vem então á ser o mesmo; porque cuidando sempre qualquer individuo de huma religião que a sua não só hé verdadeira, porem a melhor, procura sem escrupulo, e até na persuasão de fazer hum serviço agradavel á Deos, atrahir ao seu partido todos os individuos das outras comunhoens.

O que todavia hé bem digno de notar-se vem á ser as formulas dos juramentos que dão os Catholicos Irlandezes. No ultimo, que fica transcripto, jurão elles pura e claramente:—"Que não hé hum artigo de fé Catholica, nem ella exige, que se crêa ou professe que o Papa hé infallivel." Que dirão agora á isto muitos dos nossos theologos Portuguezes? De certo darão o nome de impiedade á esta maxima. Mas porque razão aquillo, que se não tem por impio ou por heretico na Irlanda (porque realmente o não hé) não se avaliará da mesma forma em Italia, Hespanha, e até em muitas escolhas de Portugal? A doutrina da infallibilidade do Papa nasceo na epocha do abuzo do enorme poder temporal dos Pontifices Romanos; e

seria huma mui sabia politica de todos os governos modernos ordenar que seos subditos dessem hum semelhante juramento. Entaõ não se tornariaõ a ver esses livros famosos, taes como aquelle que correo em Portugal com o titulo:—*Conheça o Mundo os verdadeiros Jacobinos*—e nem o P^e. Antonio Pereira seria accusado de ser hum desses perigosos Jacobinos, por ter escripto que o Papa não era infallivel.

VARIÉDADES.*Pozzo di Borgho.*

O primeiro documento que trasladámos neste artigo, pag. 511, foi publicado no *Morning Chronicle* na sua gazeta de 12 de Janeiro com o titulo seguinte:—
“Papel de Estado:—Exposição feita por M. Pozzo di Borgho, actual Ministro Russiano na Corte de França, ao Imperador de todas as Russias, a cerca da situação presente da França.” Porem o mesmo Editor, na sua folha de 15 de Janeiro, fez á este respeito a seguinte correccão:—“Recebemos huma nota do Ministro Russiano, residente nesta Corte, em que nos auctoriza para dizer, que o papel attribuido á M. Pozzo di Borgho hé huma falsa e insidiosa fabricação.”

A’ vista disto, quando publicámos este papel, não tivemos intenção de o fazer passar por obra do mencionado Ministro Russiano em Paris; mas como elle hé alias summamente importante, qualquer que possa ser o seo auctor, e coincide com milhares de noticias que diariamente se recebem de França, e ali mesmo tem grandemente circulado, seria da nossa parte huma especie de injustiça, e até falta de imparcialidade pretendemos privar o publico do seo conhecimento. Como ágora já se não trata de quem seja o seo auctor, o que á muitos respeito vem á ser indifferente, mas só do seo assumpto, e das couzas que sobre elle se dizem, o tempo entaõ mostrará, se quem o escreveo fallou verdade ou mentira.

Jesuitas.

Neste artigo, pag. 518, dicemos, referindo-nos á huma gazeta estrangeira, que para a Hespanha já estavaõ em caminho 300 Jesuitas, sahindo do seo sepulcro de Roma, em virtude do milagrozo poder de S. S. o Papa Pio VII.: agora o Governo de Hespanha ainda poderá adquirir mais outros 300, se la lhe fazem conta, porque as ultimas noticias da Russia referem, que os frios deste inverno tem sido alli quase tão fataes a Roupeta Jesuitica como já foraõ ás fardas militares de Buonaparte. Os bemitos padres já principiaram a sua retirada de S. Petersburgo e de Moscow, em virtude da ordem seguinte:—

S. Petersburgo, 21 de Dezembro, O. S.
2 de Janeiro, 1816.

Ukase de Sua Magestade, o Imperador, derigido ao Senado.

Tendo voltado, depois da felis concluzão dos negocios externos da Europa, para o Imperio que Deos nos confiou, fomos informados (e com informaçoes dignas de credito) de muitos factos, e queixas que sobre elles haviaõ, cujas circunstancias são as seguintes:—

A ordem religiosa dos Jezuitas, pertencente á Igreja Catholica, havia sido abolida por huma Bulla do Papa: em consequencia desta medida os Jesuitas foraõ expulsos não só dos Estados da Igreja, porém de todos os outros paizes, de sorte que em nenhuma parte lhes era permittido o rezidirem. A Russia só, constantemente guiada pelos sentimentos de humanidade e tolerancia, os conservou no seo territorio, deo-lhes azilo, e segurou-lhes tranquillidade debaixo da sua poderosa protecção. Nenhum obstaculo se lhes poz ao livre culto da sua religião, e tão pouco se pertendeo desvia-los della por força, persuasão, ou seducção; e em recompensa era muito de esperar delles fidelidade, agradecimento, e utilidade. Nesta esperanza se lhes permittio que se empregassem na educação e instrucção da mocidade. Os pais e as mãis lhes confiaram seos filhos sem receio, para que os instruissem nas sciencias e bons costumes. Mas agora está provado,

que elles não cumpriram com os deveres que agratidaõ lhes impunha; que não conservaram aquella humilidade recommendada pela religiaõ christam, e que em vez de serem habitantes pacificos em hum paiz estrangeiro, procuraram, pelo contrario, perturbar a religiaõ Grega, que de tempo immemorial tem sido a religiaõ dominante do nosso Imperio, e sobre a qual, como sobre firme rócha, repouza a tranquillidade e felicidade das naçoens, sujeitas ao nosso sceptro. Principiaram por abuzar da confiança que haviaõ adquirido, e tem feito abjurar o nosso culto a muitos mancebos a quem instruaõ, assim como tem feito entrar na sua Igreja muitas mulheres inconsideradas e fracas.

O seduzir hum homem para abjurar a sua fé, a fé de seus antepassados, extinguir nelle o amor dos que professão o mesmo culto, torna-lo como estrangeiro para a sua patria, semear a discordia e animosidade nas familias, separar o irmão do irmão, o filho, de seu pai, e a filha, de sua mãe; excitar divisoens entre os filhos da mesma Igreja; pode isto ser de vontade e da voz de Deos, e de seu divino filho Jesus Christo, nosso Salvador, que derramou por nós seu purissimo sangue, “ para que podessemos viver huma vida tranquilla e pacifica em toda a sorte de piedade e honestidade?” Depois de vermos taes praticas já não nos fica lugar para nos admirar-mos que a ordem destes padres fosse expulsa de todos os paizes, e em nenhum delles fosse tolerada. Na verdade, que Estado pode soffrer em seu seio homens que nelle espalhaõ o odio e a desordem? Constantemente occupados em vigiar sobre a felicidade dos nossos fieis vassallos, e considerando que hum dos nossos primeiros deveres hé obstar ao mal na sua origem, para que elle não deite raizes, nem depois produza fructos perniciozos,

Temos por consequencia, resolvido ordenar:—

1. Que a Igreja Catholica, aqui estabelecida, seja novamente pósta no pé em que esteve no reinado de nossa Avó de glorioza memoria, Catherina II., e até o anno de 1800.

2. Que todos os Padres da Ordem dos Jesuitas immediatamente saiaõ de S. Petersburgo.

3. Que não possaõ tornar á entrar em ambas as nossas Capitaes.

Nós já demos ordens particulares aos nossos Ministros da Policia e da instrucção pública para a pronta execução desta nossa determinação, e para tudo quanto respeita á caza e instituição que até agora pertencia aos Jesuitas. Ao mesmo tempo, para que não haja interrupção no serviço divino, ordenámos ao metropolitano da Igreja Catholica Romana que fizesse com que os Jesuitas fossem substituidos por outros Padres Catholicos que aqui estão, até chegarem Monjes de outra ordem Catholica, que temos mandado vir para este fim.

ALEXANDRE.

Dezembro 20, 1815.

(Cópia verdadeira)

O Director da Repartição,—TOURGUENOFF.

Agora do que fica dito se verá o fructo que os Jesuitas ainda podem produzir no mundo, e se hé possível que a opiniaõ publica ainda os tolere nos paizes de hum governo illuminado. O Santo Padre ganhará mais honra em crear novos Marquezes da classe do insigne Canova, do que em restabelecer Ordens Regulares desacreditadas pela experiencia, e pelo tempo, ou em fundar outras de novo. O Seculo actual não hé proprio para estas fundações.

Mas já que mencionámos o celebre nome de Canova, copiaremos taõbem aqui huma noticia de Roma, com data de 6 de Janeiro, que lhe hé relativa, e muita honra faz ao Pontifice Pio VII.

“ O nosso celebre esculptor Canova chegou hontem
 “ de Londres, aonde o Principe Regente se dignou
 “ dar-lhe huma audiencia particular, na qual S. A. R.
 “ o brindou com huma caixa de ouro, enriquecida com
 “ diamantes. Este magnifico presente hé huma prova
 “ das honras que em toda a parte merecem os talentos;
 “ mas não sabemos agora quem maior honra ganhou,
 “ se aquelle que deo, ou se aquelle que recebeu.
 “ Logo immediatamente depois da sua chegada, a
 “ Academia de S. Lucas se convocou para o hir cumprir
 “ primentar, mas o modesto artista, assim que soube
 “ desta resolução, fez quanto poudé para a embaraçar.
 “ No dia seguinte foi Canova admittido a huma
 “ audiencia de S. Santidade, que o recebeu com ex-

“cessiva bondade, e como merece o homem, que
“mais enobrece a epocha do seo Pontificado. S. San-
“tidade dignou-se dar-lhe com a sua propria mão a
“nota que lhe annunciava a inscripção do nome de
“Canova no livro d’ouro do Capitolio, e ao mesmo
“tempo lhe entregou o diploma do titulo de *Marquez*
“*de Ischia*, com a pensão de 3000 coroas Romanas,
“como recompensa devida ao homem, que mais tem
“illustrado Roma moderna.”

Inglezes prezos em Paris pela fugida de Lavalette.

Neste artigo, pag. 518, demos noticia da prizaõ dos tres Inglezes, envolvidos na fugida de Lavalette; e agora acrescentaremos outras novas e interessantes particularidades, relativas a hum delles, Mr. Bruce, taes como se publicaram em huma gazeta de Bruxellas, com data de 23 de Janeiro:—

“Por cartas particulares de Paris soubemos, que Mr. Bruce, no seo primeiro interrogatorio a cerca da fugida de Lavalette, respondêra as perguntas que se lhe fizeraõ, da maneira seguinte:—

“P. Como vos chamaes?—R. Creio que não há ninguem, á excepção da Policia de Paris, que não saiba qual hé o meo nome.

“P. Donde sois?—R. Do paiz que conquistou a França.

“P. Auxiliastes vós Lavalette para a sua fugida?—R. Distingo: se me perguntaes pela sua fugida da prizaõ, respondo, que não; mas se me fallaes da sua fugida do reino, respondo, que sim. Eu bem podêra taõbem nega-lo, porem repito—sim.

“P. Que motivos tivestes para isto?—R. Os meos motivos foraõ—1. Salvar hum perseguido: 2. Servir a humanidade: 3. Cumprir com a lealdade Ingleza, lealdade, que nunca foi reclamada em vão. Lavalette entrou em minha caza, e disse-me: ‘Eu sou Lavalette, e acabo de fugir da prizaõ; eu sou perseguido; já vejo alguns Gensd’armes no fim da rua; temo ser de novo agarrado se vou mais para diante; venho ter com vosco; confio tudo da lealdade Ingleza, salvai-me.’

Então peguei da minha farda, que dei á Lavalette e que elle vestio, e depois fui tratar com os meos amigos do modo de o conduzir para fora do Reino. Resolvi-me eu mesmo á hir com elle, e accompanhei Lavalette até fora do Reino, levando-o na minha propria carruagem. Todo isto executei por meio de precauçoens e disfarces, á que recorri, &c. &c."

As ultimas noticias de Paris referem, que Madama Lavalette taõbem já tinha sahido da prizaõ debaixo de fiança.

CORRESPONDENCIA.

Snrs. Redactores do Investigador Portuguez ;

Real Fabrica de S. Joaõ do Ypanema, 30 de Setembro, 1815.

Neste mez li o N^o 45 do seo Jornal no qual se achã humã Carta sobre a Fabrica de Ferro de S. Joaõ do Ypanema, na Capitania de S. Paulo, fazendo nella o Autor menção do meo individuo, do modo mais atacante possível. Acho porem ser couza indigna d'eu defenderme de tanta calumnia e falsidade; pois me basta que o Nosso Augusto Soberano conhece a verdade sobre aquelle objecto, e a mais, tenho a distincta, honra, desde o anno 1803, ser por elle observado no serviço (tempo em que eu fui escripturado de Alemanha para erigir fundiçoens de ferro nos Estados de S. A. R.) Os meos amigos conhecem a malicia e a calumnia daquelle auctor; e os indifferentes a conhecerã taõbem quando eu publicar a historia daquella Fabrica, como farei logo que as minhas occupaçõens o permitirem; pois presentemente me acho nesta Fabrica, como Director e Administrador, desde Fevereiro do anno corrente, cujo lugar occupo por expressa determinação de S. A. R. o Principe Regente, N. S. pela Carta Regia de tantos de Setembro do anno preterito, derigida ao Ex^{mo} Snr. Conde de Palma, Capitão General e Governador desta Capitania.

Nesta Fabrica trabalha-se presentemente na construcção da caza de fundição com dous Fornos altos, (Ing. Blast. furnaces) á cujos se devem unir oito Refinos com quatro malhos grandes para a producção do ferro em barra, cujo tudo ficará pronto d'entre destes dous annos, e os Fornos altos em termos de trabalhar dentro de quatorze mezes, em que tempo chegará a Companhia de Fundidores, que S. A. R. mandou vir de Alemanha. Taõbem se acha trabalhando a Fabrica feita por C. G. Hedberg, que consiste em quatro fornhinhos rusticos de Suecia, com as suas forjas de refinós, a qual não chega á dar annualmente mil quintaes de ferro em barra, como producto maximo, para cuja producção absorve tanto carvão, que o valor do ferro (vendido aqui á 6,400rs. o quintal) a penas chega á pagar a despeza do dito carvão; e bem se ve, que para os Jornaes dos fabricantes, ordenados dos empregados, conservação de maquinas e edificios, e para juro do cabedal empregado nada fica.

Devo ainda dizer, que conheço bem o autor anonimo daquella Carta, o qual, com satisfacção minha nem hé meo patricio nem de Vm^{ces}. Se acharem esta noticia interessante para o seo Jornal, terei muito gosto nisso; e no cazo contrario me dou taõbem por satisfeito, podendo assegurar que terei muito gosto em ter occasião de servir a Vm^{ces} de quem tenho a honra de ser,

V^{or} e Cr^{do}

FREDERICO LUIS GUILHERME VARNHAGEN,
Sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros,
e Director e Administrador desta R.
Fabrica.

Senhores Redactores do Investigador Portuguez;
Quando penso que os Jornalistas tem por fim esclarecer o publico a cerca dos seos interesses, e ajuda-lo á formar hum juizo correcto sobre a bondade ou malicia das acçoens e opinioens dos homens, segundo estas são contrarias ou conformes á elles, pasmo de ver o silencio que os Jornaes Portuguezes de ordinario observão em respeito as doutrinas oppostas huns dos outros, sendo

destinados para o mesmo paiz, e propondo-se os mesmos fins, creio eu.

O *Portuguez* de 10 do corrente, logo no principio, tem doutrina que se ella não for capaz de lhes fazer romper o silencio, e dar ao démo *miseraveis contemplaçoens*, então eu e todo o *Portuguez*, sinceramente amigos da sua patria, podemos abandonar a esperança de ver a final bom fructo dos Jornaes, a pezar do muito bem que até aqui se lhes deve.

A doutrina, a que mais particularmente alludo, hé o seguinte absurdo em physica, politica e moral,—*Eu tenho hum respeito santo por todas as revoluçoens da natureza, e taõbem pelas da politica, quando são feitas pelo povo.*

Snrs. Redactores, quem abraça com sinceridade a nobre profissão de illuminar e encaminhar o espirito do publico não pode ficar indifferente quando hum seo Collega em 1816 não tem temor de imprimir semelhante doutrina, e no character do seo credo politico! O tal Jornalista creio que sabe pouco o paiz aonde está; porem antes que appareça quem lho dê a conhecer, rogo a Vm^{ces}, em nome da patria, que não consintaõ que passem semelhantes doutrinas sem a sua solemne refutação; porque do contrario, Vm^{ces} e mais os outros serão suspeitados de Sectarios das mesmas, suppostas as obrigaçoens da sua profissão.

Seo muito Venerador

Hum amigo da ordem,—LEITOR CONSTANTE.
30 de Janeiro, 1816.

Cumprimos com o que temos prometido, publicando as duas Cartas de Correspondencia que deixámos copiadas. Quanto á primeira, podemos asseverar ao seo auctor, que nos obsequiou muito em escreve-la; porque havendo nós transcripto em o nosso Jornal, No. 45, outra que lhe era desfavoravel, grande prazer temos agora em lhe podermos dar occasião de manifestar ao publico a injustiça com que diz fora accusado. Ainda que o nosso Jornal esteja patente para todos, e sejamos obrigados á admitir Louvores ou criticas, mais folgamos de elogiar do que accuzar.

O Snr. Leitor Constante faz bem de estranhar as doutrinas que lhe parecem perigozas, e assim como delle recebemos huma simples carta, de melhor vontade receberíamos huma refutação methodica e decente dos principios que desaprova. Pertender porem que hum Jornalista se deve *de direito* arvorar em Campião, ou Cavalleiro andante, para combater sempre as opinioens dos seos Collegas hé querer exigir huma constante guerra de penna, que sempre acaba por ser desairoza, ou não produzir outro proveito no publico mais do que fazer rir os espectadores. A esse mesmo publico, que lê os Jornaes, e que hé o seo juiz natural, pertence com maior razão censurar as opinioens dos Jornalistas; e a estes está imposto o dever de aceitar e publicar quaesquer censuras, que se lhes fação, com tanto que nellas haja dignidade, e hum verdadeiro amor de instrucção. Todavia, se o *Leitor Constante* tem muito empenho em saber quaes são os nossos sentimentos á cerca das materias politicas a que allude, em o No. seguinte teremos occasião de o satisfazer.

ERRATAS

Mais notaveis do Numero LV.

Pag.

- 333 sahidamente, *l.* solidamente.
- cheirasas, *l.* cheirozas.
- 334 acatamos, *l.* acabamos.
- 335 ondeates, *l.* ondeantes.
- ameaçaõ, *l.* ameaça.
- 336 tendente, *l.* pendente.
- 341 de terra vitrea, *l.* de ferro, vitrea.
- 343 Oxiginio, *l.* oxigeneo.
- 346 tarinario, *l.* farinario.
- 350 os pannos e para, *l.* os pannos para.
- 409 tivernos, *l.* tivemos.
- 416 esmugar, *l.* esmagar.
- 420 espantaroza, *l.* espantoza.

INDICE GERAL

DO

VOLUME XIV.

No. LIII.

LITTERATURA PORTUGUEZA.

	<i>Pag.</i>
Extractos da Historia da Embaxada de Polonia, &c. do Abbade de Pradt, feitos por M. de C. P. de M. Official Portuguez	1
Descripção dos Negocios de Mossambique, &c.	10
Extractos das Cartas de J. da C. Brochado	22
Educação Politica—Methodo de Lancaster	28
Reflexoens sobre este Methodo	36
Ode ao Anniversario do Snr. A. J. Monteiro	41

ECONOMIA POLITICA.

Manufacturas de Algudaõ	44
-------------------------------	----

SCIENCIAS.

Progressos que tem feito as Sciencias Physicas	47
--	----

POLITICA—AMERICA

Noticias relativas as Americas Hespanholas	53
--	----

EUROPA.

REINO DOS PAIZES BAIXOS—Tratado de Limites con- cluido entre S. M. El Rey dos Paizes Baixos, e S. M. o Imperador d'Austria	56
Inauguração d'El Rey dos Paizes Baixos	63
FRANÇA—Abertura das duas Cameras	69
Discurso de agradecimentos á El Rey, votados por ambas as Cameras	72
Nota Official do Duque de Otranto dirigida aos Minis- tros das Potencias Alliadas, com data de 18 de Agosto, na qual expoem a opiniaõ publica em França relativa á Buonaparte	81

Indice Geral.

Carta dos Ministros á El Rey, em que expoem a razão porque dão a sua dimissão	87
Circular do Ministro da Justiça dirigida aos Presidentes dos Tribunaes do Reino	92
Resumo do Tratado que se diz já estar assignado entre as Potencias Alliadas e a França	94

VARIEDADES.

Viagens Historicas dos Celebres Cavallos de Veneza ...	95
Anecdota de Talleyrand	96
Emigração Franceza para os Estados Unidos	96
HESPAÑHA—Nota Official de D. Pedro Cevallos ao Ministro de Portugal em Madrid, á cerca da restituição de Olivença	97
Reflexoens dos Redactores sobre a Nota precedente ...	100
Execução do General Porlier	106
Carta de despedida do mesmo Porlier á sua mulher.....	106
INGLATERRA—Particularidades authenticas á cerca de Buonaparte	107
Caza e moveis que se estão fazendo em Inglaterra para se mandarem á Buonaparte	112
Juizo do Mercurio do Rheno de 21 de Setembro á cerca de Lord Wellington, e da Batalha de Waterloo	115
Resumo do Tratado do Commercio que se diz estar para concluir-se entre os Estádos Unidos da America, e o Governo Britannico	115
Mappa das quantidades de Pau Brazil vendido pela Administração dos Contractos Reaes em Londres.....	118
Mappa das quantidades de Urzella de Cabo Verde vendida pela Administração dos Contractos Reaes em Londres, desde o principio de 1812 até Abril de 1815	118
Mappa Importante para o Commercio	120

CORRESPONDENCIA.

Elemens d'une Langue Musicale—Par Candido d'Almeida, Ecuyer de S. M. le Roi Charles IV.	122
Carta aos Redactores	129

APPENDICE AO ARTIGO—POLITICA.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA—Proclamação do Presidente dos Estados Unidos	130
Troca da Pomerania Sueca e Rugen, pelo Ducado de Lunenburg	131
Processo Verbal da Conferencia de 2 de Outubro, relativo aos Artigos de Paz entre os Alliados e a França	132

Indice Geral.

Noticia relativa ao Joven Napoleão	134
FRANÇA—Variedades—Bom dito de Luis XVIII... ..	134
Espirito do Actual Governo de França	134
Resposta á hum Snr. Correspondente.. ..	134
Advertencia dos Redactores	135
Erratas do No. LIII.....	136

No. LIV.

LITTERATURA PORTUGUEZA.

O que forão os Jesuitas e o que poderaõ ser ainda hoje?	137
Cauzas do acontecimento que houve em Portugal.....	149
Descripção dos Negocios de Mossambique	166
Extractos das Cartas de J. da C. Brochado	172
Ode. A despedida dos Amigos da Madeira	176

LITTERATURA CLASSICA.

Novas Obras de Cicero	180
Sobre a Objecção do Snr. Bento Pereira	182
Menalca e Tirsis: Idillio traduzido por J. Anastacio da Cunha	186

ECONOMIA POLITICA.

Manufacturas de Algudaõ	189
-------------------------------	-----

SCIENCIAS.

Progressos que tem feito as Sciencias, Physicas, &c. ...	193
--	-----

POLITICA—AMERICA.

Imperio do Brazil—Convenção entre S. A. R. o Prin- cipe Regente de Portugal, e El Rey da Gram Bre- tanha, para terminar as questoes, e indemnizar as Perdas dos Vassallos Portuguezes no Trafico de Escravos de Africa	200
Tratado da Abolição do Trafico dos Escravos em todos os lugares da Costa de Africa ao Norte do Equador, entre S. A. R. o Principe Regente de Portugal, e S. M. El Rei da Gram Bretanha	204
ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.—Conjecturas poli- ticas das Vistas que parece ter o Governo Americano sobre a Revolução Hespanhola, com algumas applica- ções aos destinos do Brazil	212

Indice Geral.

RUSSIA.—Augmento Progressivo, e mui consideravel das Manufacturas Russianas	220
Reflexoens sobre o Artigo precedente	221
SUECIA.—Balanço do Erario da Suecia, apresentado á Dieta	225
Reflexoens sobre este Objecto	226
FRANÇA.—Debates das Cameras	232
Processo do Marechal Ney.....	236
Lei de Amnistia proposta na Camera dos Deputados pelo Conde de la Bourdonnaye	238
NAPOLÉ.—Ultimas Aventuras Militares e Politicas de Murat	240
HESPAÑHA.—Commentario sobre o Decreto d'El Rey, de data de 10 de Outubro, 1815.....	242
PORTUGAL.—Offerta do Exercito Portuguez ao Ex ^{mo} Marechal Beresford, Commandante em Chefe do mesmo Exercito	243
Resposta do Ex ^{mo} Marechal Beresford	244
INGLATERRA.—Bibliotheca Luzitana em Londres	246
Subscription for the Relief of the Unfortunate Sufferers in Portugal	249
Paz Geral entre os Alliados e a França.....	255
Declaração Official sobre os Arranjos das Provincias Candianas	256

APPENDICE AO ARTIGO—POLITICA.

PORTUGAL.—Carta da Officialidade da Brigada de Ca- vallaria Portugueza, composta dos Regimentos Nos. 1, 6, 11, e 12, ao Ex ^{mo} Benjamin d'Urban	262
Ordem do Dia, 11 de Março de 1813	267
Copia de hum Resolução de S. A. R. para os Governa- dores do Reino	268
Avizo á Real Junta do Commercio	268
Reflexoens á este respeito	269
FRANÇA.—Tratado Geral com a França	270

CORRESPONDENCIA.

Carta aos Redactores	277
Avizo aos Snrs. Subscriptores	280
Erratas do No. LIV.	280

Indice Geral.

No. LV.

LITTERATURA PORTUGUEZA.

Jesuitas (Continuação do No. precedente)	281
Memoria sobre a Agricultura da Provincia do Minho ...	290
Resposta ao Papel de J. F. de Castilho, por B. A. Gomes	313
Extractos das Cartas de J. da C. Brochado	327

LITTERATURA ALLEMAM.

As Analogias de Carolina Pichler	331
--	-----

SCIENCIAS.

Progressos que tem feito as Sciencias Physicas, &c.....	337
---	-----

POLITICA.—EUROPA.

FRANÇA.—Resumo das quatro Convenções assignados com o Tratado de Paz Geral	348
Convenção relativa á Occupação de huma Linha militar em França.....	348
Da. relativa ás Somas que a França deve pagar como indemnidades	351
Da. relativa ao Exame e Liquidação das Reclamações feitas pelos Vassallos de Sua Magestade Britannica ao Governo Francez	353
Da. para a Liquidação das Reclamações feitas ao Governo Francez pelos differentes Vassallos das Potencias Alliadas	363
Tratado de Alliança e Amizade, entre S. M. Britannica, e o Imperador d'Austria	367
Nota dirigida pelos Ministros das quatro Potencias ao Duque de Richelieu.....	370
Protocolo relativo á repartição dos 700 Milhoens, que a França deve pagar ás Potencias Alliadas; o qual Protocolo servirá de huma Convenção Especial á este respeito	372
Duque de Wellington, General em Chefe das Tropas Alliadas em França	377
Sentença e Condemnação do Marechal Ney.....	379

Indice' Geral.

Camera dos Deputados—Lei de Amnistia proposta pelo Governo	381
Projecto de Lei	381
REINO DAS PROVINCIAS UNIDAS.—Cazamento do Principe d'Orange com huma Gram Duqueza da Russia	384
PORTUGAL.—Documentos Antigos de grande impor- tancia.....	385
Avizo para o Intendente Geral da Policia.....	386
Do. para o Dezembargo do Paço	387
Carta do Brigadeiro d'Urban aos Officiaes da Brigada de Cavallaria Portugueza, composta dos Regimentos, 1, 6, 11, e 12	388
Carta do Snr. B. d'Urban ao Snr. Joaõ Maria Falcaõ Vanzeller	389
INGLATERRA.—Tratado entre a Gram Bretanha e Russia, respectivo ás Ilhas Ionicas	390
Buonaparte na Ilha de Santa Helena.....	393
Club Portuguez	394
AMERICAS HESPAÑHOLAS.—Noticias extrahidas de Kingston Chronicle	394
Reflexoens sobre alguns Artigos deste Numero	396

CORRESPONDENCIA.

Carta aos Redactores	423
Duas Palavras ao Correspondente assignado—" <i>Lusi- tanus</i> "	423
Erratas do No. LV.....	424

No. LVI.

LITTERATURA PORTUGUEZA.

Observações sobre o Alvará de 11 d'Abril, 1815	425
Replica ponto por ponto ao Relatorio dos Directores da Instituição Africana, por Mr. Thorpe	435
Extractos das Cartas de J. da C. Brochado	445

LITTERATURA ALLEMAM.

Analogias de Carolina Pichler.....	450
------------------------------------	-----

16-237-145

Indice Geral.

SCIENCIAS.

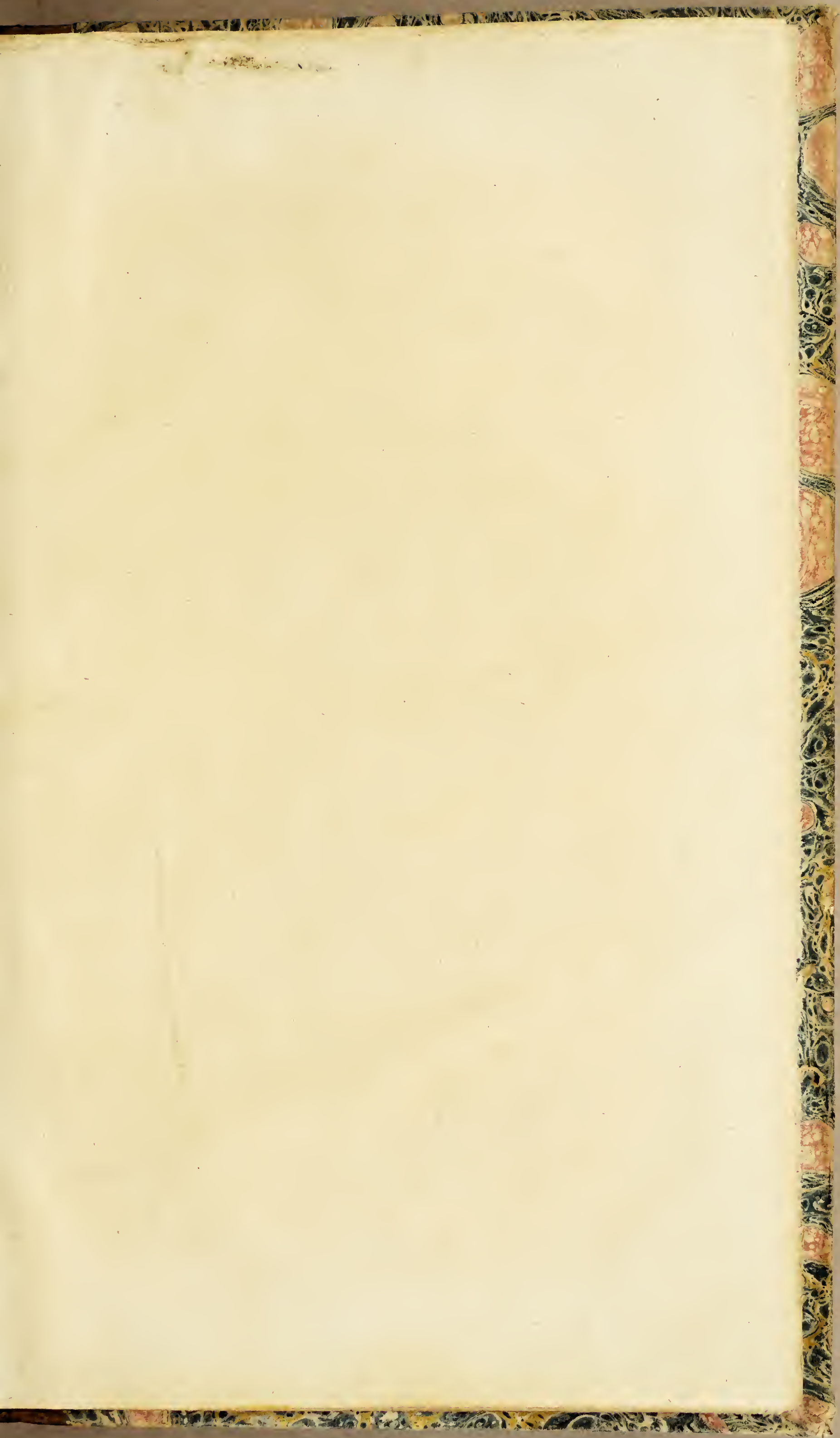
Nova Exposição das Sciencias em 1815 457
Lista das Principaes Obras publicadas em Inglaterra nos
4 Mezes precedentes 462

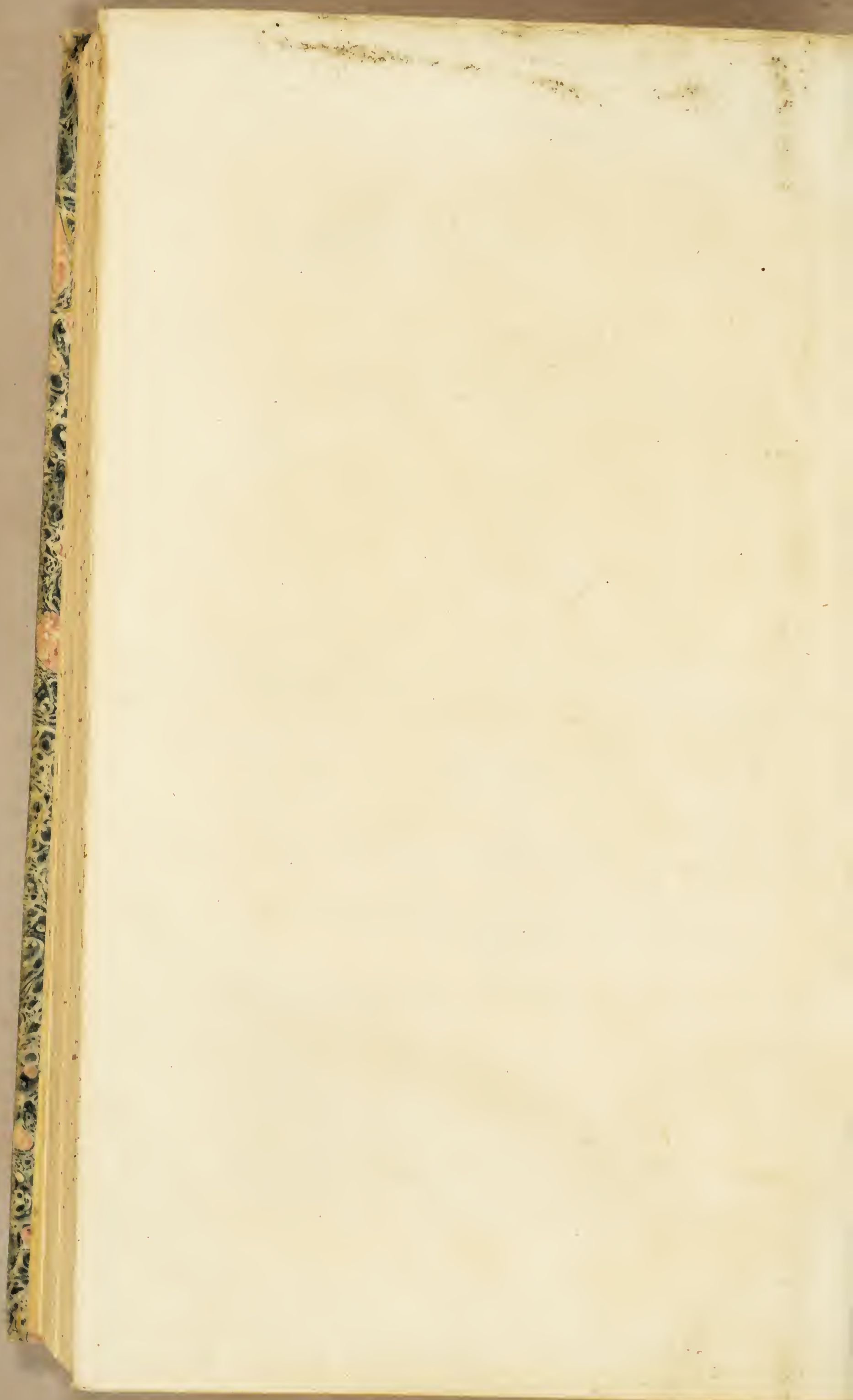
POLITICA.

ESTADOS UNIDOS D'AMERICA.—Mensagem do Presi-
dente ao Congresso 466
Extracto do Relatorio do Secretario da Marinha, ao
Congresso 476
Tratado de Commercio entre a America e Inglaterra ... 477
FRANÇA.—Budget apresentado na Camera dos Depu-
tados 483
Lei de Amnistia 491
HESPAÑHA.—Sentença pronunciada contra os *Liberales* 493
PORTUGAL.—Carta de Lisboa sobre o Commercio e o
Governo daquella Capital 496
Alvará para a Prorogação da Companhia do Algarve ... 497
INGLATERRA.—Catholicos Romanos da Irlanda 501
Importação e Exportação do Algodão em Londres, no
anno 1815..... 510
VARIEDADES—Exposição dos negocios actuaes de
França, *attribuida* ao Ministro Russiano Pozzo di
Borgho 511
Jesuitas 518
Fautores da Fugida de Lavalette 518
Embaixada de Roma—Conde de Funchal..... 519

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DO
No. LVI.

Literatura Portugueza 521
Politica—Estados Unidos d'America..... 525
França 534
Hespanha 539
Portugal 543
Inglaterra 547
Variedades 549
CORRESPONDENCIA..... 554
Erratas do No. 55 557
Indice Geral do Volume XIV. 558





CC
I 62 p
v. 14

